



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1734

Segunda-feira - 04 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Laguna.....	263	Três Barras.....	506
Antônio Carlos.....	21	Lauro Muller.....	266	Treze Tílias.....	507
Ascurra.....	21	Lebon Regis.....	267	Trombudo Central.....	508
Atalanta.....	22	Leoberto Leal.....	267	Tunápolis.....	512
Balneário Rincão.....	23	Luzerna.....	269	Turvo.....	513
Biguaçu.....	25	Macieira.....	290	Vargeão.....	514
Blumenau.....	28	Mafra.....	291	Videira.....	515
Bom Jesus do Oeste.....	47	Maracajá.....	297	Vitor Meireles.....	532
Bom Retiro.....	47	Maravilha.....	306	Xaxim.....	533
Botuvera.....	48	Massaranduba.....	307	Zortéa.....	548
Braço do Trombudo.....	49	Meleiro.....	309		
Brusque.....	49	Modelo.....	318		
Caçador.....	60	Monte Carlo.....	322	Consórcios	
Camboriú.....	62	Morro da Fumaça.....	323	AGIR.....	552
Campo Alegre.....	64	Navegantes.....	325	ARIS.....	553
Campo Erê.....	67	Nova Trento.....	377	CIGA.....	554
Campos Novos.....	67	Novo Horizonte.....	378	CIMCATARINA.....	554
Canoinhas.....	70	Orleans.....	379	CIMVI.....	554
Capinzal.....	110	Ouro.....	379	CIS/AMURES.....	556
Catanduas.....	111	Ouro Verde.....	380	CVC.....	558
Chapadão do Lageado.....	113	Paial.....	380		
Concórdia.....	117	Palhoça.....	383		
Cordilheira Alta.....	119	Palmitos.....	384		
Coronel Martins.....	121	Papanduva.....	396		
Correia Pinto.....	125	Passos Maia.....	397		
Corupá.....	143	Penha.....	398		
Dionísio Cerqueira.....	174	Peritiba.....	399		
Ercal Velho.....	175	Pinheiro Preto.....	399		
Forquilha.....	177	Pomerode.....	401		
Fraiburgo.....	180	Ponte Serrada.....	402		
Frei Rogério.....	185	Porto União.....	403		
Garopaba.....	185	Presidente Nereu.....	408		
Garuva.....	204	Rio do Sul.....	425		
Gaspar.....	212	Salto Veloso.....	433		
Governador Celso Ramos.....	217	Santa Rosa do Sul.....	439		
Guaraciaba.....	220	Santiago do Sul.....	440		
Herval d'Oeste.....	221	São Bento do Sul.....	441		
Ilhota.....	223	São Domingos.....	455		
Imbituba.....	224	São João do Oeste.....	460		
Indaial.....	228	São João do Sul.....	461		
Ipumirim.....	231	São Joaquim.....	461		
Irineópolis.....	233	São José.....	464		
Itá.....	238	São Lourenço do Oeste.....	467		
Itapiranga.....	239	São Miguel do Oeste.....	468		
Itapoá.....	244	Schroeder.....	469		
Ituporanga.....	247	Serra Alta.....	489		
Joaçaba.....	252	Siderópolis.....	502		
José Boiteux.....	262	Tigrinhos.....	503		
Lages.....	262	Timbó.....	505		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X

CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Incubus



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 001/2015

CONVÊNIO Nº 001/2015
23/04/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS - APAS, NOS TERMOS DA LEI N. 2.346/2015

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce-SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 160.789.509-91, residente na cidade de Água Doce, doravante denominada CONVENIENTE, e de outro lado, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS - APAS, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 75.439.653/0001-70, com sede à Rua Oswaldo Mello, 43, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua presidente MARIA DE LOURDES DE CARVALHO, inscrita no CPF sob nº 844.894.219-15, RG 202.106, resolvem de comum acordo celebrar convênio em conformidade com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Convênio, visa a prestação de serviços Educacionais, Fonoaudióloga e Linguagem de Sinais - Libras, na sede da instituição, aos estudantes do Município de Água Doce-SC e realização do "teste da orelhinha" aos recém nascidos no Município de Água Doce-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O Município contribuirá com o valor mensal de R\$ 509,27 (quinhentos e nove reais e vinte e sete centavos), corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Termo de Convênio será de 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os encargos decorrentes da execução deste convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do município:

01) Repassar mensalmente a APAS, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, o valor acordado, através de depósito em conta corrente;

02) Transportar quando necessário os alunos do município de Água Doce até a sede da APAS e vice-versa, exceto para realização do "teste da orelhinha" que será realizado no Município de Água Doce;

03) No caso da desistência de algum aluno, o valor repassado à Associação continuará inalterado;

04) Acompanhar a execução dos serviços e notificar quaisquer irregularidades à Direção da APAS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAS

São obrigações da APAS:

01) Prestar os serviços a que se propuseram, com profissionalismo e dedicação, buscando a educação, o desenvolvimento e o ajustamento social desses alunos especiais;

02) Estabelecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa a esses alunos;

03) Contatar, pessoalmente ou por telefone, problemas que por ventura surgirem com qualquer um dos alunos oriundos do município de Água Doce;

04) O Município assume total responsabilidade pela segurança dos alunos durante o transporte;

05) Prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1812/2009;

06) Dar atendimento no Município de Água Doce, uma vez por mês, para realização do "teste da orelhinha" aos recém nascidos no Município de Água Doce-SC.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio ficará rescindido de pleno direito por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas, ou por iniciativa unilateral, mediante comunicação escrita de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba-SC para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Água Doce - SC, 23 de abril de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

MARIA DE LOURDES DE CARVALHO
ASS. PAIS AMIGOS DE SURDOS - APAS
Presidente

Testemunhas:

01. Gláucia Regina Varaschin
CPF 006.597.239-21

02. Cristiano Savaris da Silva
CPF 005.614.419-95

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº42/2013
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 42/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 42/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 08.879.433/0001-70 com sede Rua Padre Anchieta, 173 - Água Doce - SC, neste ato representado pelo Sr. LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA residente e domiciliado em Água Doce - SC, inscrito no CPF sob N.º 021.782.039-57, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor por quilômetro dos itens abaixo:

Trajeto	Reajuste	Valor
Trajeto 8	3,1450 (IGP-M)	2,04

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 08 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA

Leonir Glacione Trindade da Silveira

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB/SC 27419

TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. 001/2015 DE 04/03/2015

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 - Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Prefeito em exercício, VALTER VALENTIN RAMPAZZO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 400.955.259-04, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e a empresa ANTONIO DARCI BANDEIRA - MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.140.245/0001-01, com endereço na Rua Carlos Dreyer, 189, no Município de Luzerna - SC, representada por ANTONIO DARCI BANDEIRA, inscrito no CPF/MF sob nº 445.640.829-49 e portador da cédula de identidade nº 742.893, com endereço na Rua Carlos Dreyer, 189, em Luzerna - SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 O presente termo de credenciamento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA CULTURAL E ESPORTIVA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo..

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da CREDENCIADA para a prestação de serviços na cultural estinados a população do Município de Água Doce, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo;

1.2. A CREDENCIADA deverá prestar os serviços em local disponibilizado pelo município, na cidade de Água Doce, estado de Santa Catarina, diretamente a população, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. A CREDENCIADA deverá:

- Atuar conforme regras estabelecidas no presente Edital de CREDENCIAMENTO;
- Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido aos serviços profissionais propostos aos usuários;
- Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdencia rias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;
- Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- Encaminhar ao Município de Água Doce, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados, e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá a CREDENCIANTE:

- O fornecimento de todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços indicados neste TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- Correrão por sua inteira conta e risco, instrumento, equipamento necessários,
- Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços

3.2. Caberá a CREDENCIADA

- Responsabilizar-se por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos

causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros;

**CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO terá validade até 31/12/2015.

**CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR**

5.1. A CREDENCIADA receberá pela prestação de serviços de instrução musical o valor abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS	HORAS PREVISTAS PARA 2015	VALOR PREVISTO PARA 2015
01	Contratação de prestação de serviços na área de instrução musical em violão . Os serviços deverão ser prestados na Casa da Cultura Municipal e em outros locais determinados pelo município. Os serviços deverão ser prestados nas segundas-feiras nos períodos matutino e vespertino e nas quartas feiras nos períodos matutino, vespertino e noturno.	R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por hora trabalho	280	R\$ 7.280,00
02	Contratação de prestação de serviços na área de instrução musical em teclado. Os serviços deverão ser prestados na Casa da Cultura Municipal e em outros locais determinados pelo município. Os serviços deverão ser prestados nas segundas-feiras nos períodos matutino e vespertino e nas quartas feiras no período vespertino.	R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por hora trabalho	180	R\$ 4.680,00
3	Contratação de prestação de serviços na área de instrução musical em gaita . Os serviços deverão ser prestados na Casa da Cultura Municipal e em outros locais determinados pelo município. Os serviços deverão ser prestados nas segundas-feiras no período matutino e nas quartas feiras no período vespertino .	R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por hora trabalho	140	R\$ 3.640,00

4	Contratação de prestação de serviços na área de instrução musical em canto/vocal . Os serviços deverão ser prestados na Casa da Cultura Municipal e em outros locais determinados pelo município. Os serviços deverão ser prestados nas segundas-feiras nos períodos matutino e vespertino e nas quartas feiras nos períodos matutino.	R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por hora trabalho	180	R\$ 4.680,00
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	-----	--------------

**CLÁUSULA SEXTA
DA FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;

6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;

6.3. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras do Município Água Doce;

6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), conforme informações contantes no relatório da secretaria responsável e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

6.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

**CLÁUSULA SETIMA
DO REAJUSTE E REVISÃO**

7.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2015, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal;

7.2. Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

7.3. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA OITAVA
DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

**CLÁUSULA NONA
DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO**

9.1. Pela inexecução total ou parcial do TERMO DE CREDENCIAMENTO o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As multas aplicadas na execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO no prazo fixado;
- f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.5. A CREDENCIADA se descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido:

- a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução dos serviços contratados.

e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.

f) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela rubrica:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.

01 - DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 - Manutenção Secretaria de Administração Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/180 - Aplicações Diretas

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 - DEPTO. DE CULTURA

2.032 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/178 Aplicações Diretas

03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.036 - Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/179 Aplicações Diretas

12.2. Por tratar-se de TERMO DE CREDENCIAMENTO por prazo indeterminado, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 002/2015 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Água Doce, SC, 04 de março de 2015.

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

CREDENCIANTE

ANTONI DARCI BANDEIRA
Antonio Darci Bandeira
CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2015 FMS

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. 1/2015 DE 30/01/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.430.533/0001-20, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 - Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, brasileiro, casado, Secretário de Saúde, inscrito no CPF/MF nº 422.350.29-87, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e a empresa empresa FISIOTERAPIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.461.177/0001-18, com endereço na Traversa 25 de Julho, nº. 11, Centro, no Município de Água Doce - SC, representada por sua sócia-administradora, MARIANA SARTORI SARI, inscrita no CPF/MF sob nº 042.535.149-10 e portadora da cédula de identidade nº 11/R 4.055.844 - SSP/SC, com endereço na Rua Nereu Ramos, nº. 02, Centro, em Água Doce - SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da CREDENCIADA para a prestação de serviços na área de fisioterapia destinados aos pacientes do Município de Água Doce, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo;

1.2. A CREDENCIADA deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela Vigilância Sanitária, na cidade de Água Doce (SC), diretamente a população, mediante Ordem de Serviço fornecida pelo Fundo Municipal de Saúde;

1.3. A CREDENCIADA deverá disponibilizar estabelecimento comercial localizado no perímetro urbano de Água Doce (SC), para que os pacientes não necessitem percorrer grandes distâncias para realizar as sessões de fisioterapia;

1.4. Os horários de atendimento em que a CREDENCIADA deverá prestar serviços serão: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira;

1.5. A CREDENCIADA, se atender pacientes sem autorização expressa do CREDENCIANTE, não receberá pelos serviços.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

2.1. A CREDENCIADA deverá:

- a) Atuar conforme regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2015;
- b) Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- c) Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido os serviços profissionais

propostos aos usuários;

d) Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a CREDENCIADA e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;

e) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;

f) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

g) Na execução das atividades objeto do Edital de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes);

h) Encaminhar ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA**

3.1. Caberá a CREDENCIADA:

a) O fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados neste TERMO DE CREDENCIAMENTO;

b) Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros;

c) Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO terá validade até 31/12/2015.

**CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR**

5.1. A CREDENCIADA receberá pela prestação de serviços de fisioterapia o valor abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS	SESSÕES PREVISTAS PARA 2015
01	Contratação de prestação de serviços na área de fisioterapia músculo esquelética, respiratória, neurológica, pré operatória ou pós operatória. Os serviços deverão ser prestados no consultório do proponente, devidamente estabelecido no perímetro urbano do Município de Água Doce. O proponente deverá fornecer todos os equipamentos e materiais necessários à execução do serviço. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.	R\$ 11,55 (onze reais e cinquenta e cinco centavos) cada sessão	1.400

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;

6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;

6.3. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce;

6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), CNPJ/MF 11.430.533/0001-20 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

6.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

CLÁUSULA SETIMA DO REAJUSTE E REVISÃO

7.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2015, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal;

7.2. Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

7.3. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações,

devendo se refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do TERMO DE CREDENCIAMENTO o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.2. As multas aplicadas na execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
 - b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
 - c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
 - d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
 - e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO no prazo fixado;
 - f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
 - g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.
- 9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- 9.5. A CREDENCIADA se descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido:

a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução dos serviços contratados.

e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.

f) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela rubrica:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/11 - Aplicações Diretas

12.2. Por tratar-se de TERMO DE CREDENCIAMENTO por prazo indeterminado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 001/2015 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Água Doce, SC, 30 de janeiro de 2015
ORLANDO FÁVERO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CREDENCIANTE

MARIANA SARTORI SARI
Fisiovida Clínica de Fisioterapia Ltda
CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2015 FMS TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2/2015 DE 04/02/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.430.533/0001-20, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 - Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, brasileiro, casado, Secretário de Saúde, inscrito no CPF/MF nº 422.350.29-87, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e a empresa CLÍNICA DE PSICOTERAPIA ALESSANDRA BRAND LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.684.014/0001-37, com endereço na Av. 16 de Fevereiro, 250 - Sala 01, no Município de Luzerna/SC, representada por sua sócia Sra. ALESSANDRA BRAND, inscrita no CPF/MF sob o nº 017.726.839-57 e portador da cédula de identidade nº 2.823.044-2, com endereço na Av. 16 de Fevereiro, 250, 1º andar, em Luzerna/SC doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da CREDENCIADA para a prestação de serviços na área de ACUPUNTURA E AULAS DE HATHA YOGA destinados aos pacientes do Município de Água Doce, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo;

1.2. A CREDENCIADA deverá prestar os serviços nos ESFs Irmã Thereza Uber e Alzira Itália Ferretti, de acordo com cronograma determinado pela Secretaria de Saúde, perfazendo 10 horas semanais para Aulas de Hatha Yoga e 20 horas semanais para serviços de Acupuntura;

1.3. Os horários de atendimento em que a CREDENCIADA poderá prestar serviços serão: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira;

1.4. A CREDENCIADA, se atender pacientes sem autorização expressa do CREDENCIANTE, não receberá pelos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. A CREDENCIADA deverá:

a) Atuar conforme regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 002/2015;

b) Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;

c) Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido os serviços profissionais propostos aos usuários;

d) Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a CREDENCIADA e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;

e) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;

f) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

- g) Na execução das atividades objeto do Edital de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes);
- h) Encaminhar ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá a CREDENCIANTE:

- a) O fornecimento de todos os equipamentos necessários à plena execução dos serviços indicados neste TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) Manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

3.2. Caberá a CREDENCIADA:

- a) Correrão por sua conta os encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros;

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO terá validade até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR

- 5.1. A CREDENCIADA receberá pela prestação de serviços aos quais está credenciada, o valor abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS
01	Aulas de Hatha Yoga, que tem como objetivo criar um estado de equilíbrio entre corpo e a mente, através dos asanas (posturas físicas) e técnicas de respiração (pranayamas), oxigenando as células e tecidos no corpo e cérebro. 10 horas semanais	R\$ 1.763,00/mês
02	Acupuntura no SUS. Tratamento complementar de diversas doenças, ajudando no combate a doenças dos órgãos e viscerais, musculares, psicológicas, neurológicas, ginecológicas e para o controle de dores crônicas e agudas.	R\$ 2.100,00/mês

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;
- 6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;
- 6.3. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês

subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce;

6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), CNPJ/MF 11.430.533/0001-20 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

6.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

CLÁUSULA SETIMA DO REAJUSTE E REVISÃO

- 7.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2015, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal;
- 7.2. Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;
- 7.3. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

- 9.1. Pela inexecução total ou parcial do TERMO DE CREDENCIAMENTO o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.2. As multas aplicadas na execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO no prazo fixado;
f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.5. A CREDENCIADA se descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido:

a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução dos serviços contratados.

e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.

f) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela rubrica:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/11 - Aplicações Diretas

12.2. Por tratar-se de TERMO DE CREDENCIAMENTO por prazo indeterminado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 001/2015 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Água Doce, SC, 04 de fevereiro de 2015.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde
CREDENCIANTE

ALESSANDRA BRAND

Clínica de Psicoterapia Alessandra Brand Ltda ME
CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

TERMO DE CREDENCIAMENTO 002/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. 002/2015 DE 10/03/2015

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 - Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Prefeito, NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 160.789.509-91, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e CELSO JULIAN, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 516.005.289-53, RG nº. 1.553.459-6, com endereço na Rua Olavo Bilac, s/n, no Município de Catanduvas - SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 O presente termo de credenciamento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA CULTURAL E ESPORTIVA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo..

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da CREDENCIADA para a prestação de serviços na cultural estinados a população do Município de Água Doce, em

conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo;

1.2. A CREDENCIADA deverá prestar os serviços em local disponibilizado pelo município, na cidade de Água Doce, estado de Santa Catarina, diretamente a população, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. A CREDENCIADA deverá:

- Atuar conforme regras estabelecidas no presente Edital de CREDENCIAMENTO;
- Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido aos serviços profissionais propostos aos usuários;
- Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;
- Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- Encaminhar ao Município de Água Doce, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados, e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá a CREDENCIANTE:

- O fornecimento de todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços indicados neste TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- Correrão por sua inteira conta e risco, instrumento, equipamento necessários;
- Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços

3.2. Caberá a CREDENCIADA

- Responsabilizar-se por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros;

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

4.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO terá validade até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR

5.1. A CREDENCIADA receberá pela prestação de serviços de instrução musical o valor abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS	HORAS PRE-VISTAS PARA 2015	VALOR PRE-VISTO PARA 2015
07	Contratação de prestação de serviços na área de instrução/treinamento de judô. Os serviços deverão ser prestados em local determinado pelo município, na cidade de Água Doce. Os serviços deverão ser prestados nas terças e quintas feiras nos períodos matutino, vespertino e noturno.	R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por hora trabalho	700	R\$ 18.200,00

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO

- A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;
- É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;
- O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras do Município Água Doce;
- A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), conforme informações contantes no relatório da secretaria responsável e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

CLÁUSULA SETIMA DO REAJUSTE E REVISÃO

- Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2015, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal;
- Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;
- Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

- A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DES- CREDENCIAMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do TERMO DE CREDENCIA-
MENTO o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, garantida prévia
defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes
sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedi-
mento de contratar com a Administração Pública, por prazo não
superior a dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Ad-
ministração Pública.
- 9.2. As multas aplicadas na execução do TERMO DE CREDENCIA-
MENTO serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDEN-
CIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso,
cobradas judicialmente.
- 9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor
total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscaliza-
ção e/ou controle dos serviços;
 - b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a
terceiros;
 - c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou
especificações, independente da obrigação de fazer as correções
necessárias às suas despesas;
 - d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais
e municipais;
 - e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do TERMO DE CRE-
DENCIAMENTO no prazo fixado;
 - f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto
contratado;
 - g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudên-
cia, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao
Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar
os danos causados.
- 9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sem-
pre que se repetir o motivo.
- 9.5. A CREDENCIADA se descumprir, injustificadamente, as condi-
ções estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, en-
sejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da
Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado
aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório,
a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredencia-
mento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções
administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in
casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste
Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CRE-
DENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do
recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimple-
mento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser res-
cindido:

- a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um
aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de

15 (quinze) dias pelo interessado.

b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, in-
dependente de interpelação ou procedimento judicial ou extraju-
dicial, caso a CREDENCIADA:

c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Creden-
ciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações
nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDEN-
CIATE.

d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução
dos serviços contratados.

e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evi-
denciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido
neste Termo de Credenciamento.

f) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou
na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº
8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE
pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços
efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor
avengado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora con-
tratados serão atendidos pela rubrica:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.

01 - DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 - Manutenção Secretaria de Administração Fazenda e Dep-
tos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/180 - Aplicações Diretas

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 - DEPTO. DE CULTURA

2.032 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/178 Aplicações Diretas

03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.036 - Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/179 Aplicações Diretas

12.2. Por tratar-se de TERMO DE CREDENCIAMENTO por prazo
indeterminado, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE consignará nos pró-
ximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao
atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo
será dirimida com base na legislação específica, especialmente no
Edital de Credenciamento nº 002/2015 e a Lei 8.666/93 e poste-
riores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para di-
rimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia
expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento
em 06 (seis) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas
presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus
sucessores.

Água Doce, SC, 10 de março de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

CREDENCIANTE

CELSE JULIAN
CRENCIADO

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Andreia Turra
CPF: 036.818.329-78

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

TERMO DE CREDENCIAMENTO 003/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. 003/2015 DE 23/03/2015

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 - Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Prefeito, NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 160.789.509-91, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e OFICINA TRAÇO ART'S LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 81.332.769/0001-09, com endereço na Rua João XVIII, 175, no Município de Água Doce - SC, representada neste ato por JÂNIO JOSÉ VERONA, portador do CPF nº 385.893.389-91, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 O presente termo de credenciamento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA CULTURAL E ESPORTIVA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo..

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da CREDENCIADA para a prestação de serviços na cultural destinados a população do Município de Água Doce, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo;

1.2. A CREDENCIADA deverá prestar os serviços em local disponibilizado pelo município, na cidade de Água Doce, estado de Santa Catarina, diretamente a população, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. A CREDENCIADA deverá:

- Atuar conforme regras estabelecidas no presente Edital de CREDENCIAMENTO;
- Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido aos serviços profissionais propostos aos usuários;
- Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da

relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;

e) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;

f) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;

g) Encaminhar ao Município de Água Doce, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados, e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá a CREDENCIANTE:

a) O fornecimento de todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços indicados neste TERMO DE CREDENCIAMENTO;

b) Correrão por sua inteira conta e risco, instrumento, equipamento necessários,

c) Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços

3.2. Caberá a CREDENCIADA

a) Responsabilizar-se por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros;

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

4.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO terá validade até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR

5.1. A CREDENCIADA receberá pela prestação de serviços de instrução musical o valor abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS	HORAS PRE-VISTAS PARA 2015	VALOR PRE-VISTO PARA 2015
6	Contratação de prestação de serviços na área de instrução em pintura em tela . Os serviços deverão ser prestados na Casa da Cultura Municipal e em outros locais determinados pelo município. Os serviços deverão ser prestados nas sextas-feiras nos períodos matutino, vespertino e noturno.	R\$ 36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos) por hora trabalho	80	R\$ 2.920,00

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;

6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;

6.3. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras do Município Água Doce;

6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), conforme informações contantes no relatório da secretaria responsável e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

6.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

CLÁUSULA SETIMA DO REAJUSTE E REVISÃO

7.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2015, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal;

7.2. Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

7.3. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do TERMO DE CREDENCIAMENTO o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As multas aplicadas na execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou

especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO no prazo fixado;

f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.5. A CREDENCIADA se descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido:

a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução dos serviços contratados.

e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.

f) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela rubrica:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.

01 - DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 - Manutenção Secretaria de Administração Fazenda e Dep-
tos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/180 - Aplicações Diretas

05 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**02 - DEPTO. DE CULTURA**

2.032 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/178 Aplicações Diretas

03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

2.036 - Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/179 Aplicações Diretas

12.2. Por tratar-se de TERMO DE CREDENCIAMENTO por prazo indeterminado, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 002/2015 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO**

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Água Doce, SC, 23 de março de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

CREDENCIANTE

JÂNIO JOSÉ VERONA

Oficina Traço Art's Ltda

CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

Andreia Turra

CPF: 005.614.419-95

CPF: 036.818.329-78

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

TERMO DE CREDENCIAMENTO 004/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº. 004/2015 DE 23/04/2015

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 - Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Prefeito, NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 160.789.509-91, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e BERNARDO MOSER, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o nº 18.895.069/0001-96, com endereço na Rua dos Pioneiros, s/n, no Município de Treze Tílias - SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA,

acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1 O presente termo de credenciamento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA CULTURAL E ESPORTIVA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo..

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da CREDENCIADA para a prestação de serviços na cultural estinados a população do Município de Água Doce, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo;

1.2. A CREDENCIADA deverá prestar os serviços em local disponibilizado pelo município, na cidade de Água Doce, estado de Santa Catarina, diretamente a população, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

2.1. A CREDENCIADA deverá:

- a) Atuar conforme regras estabelecidas no presente Edital de CREDENCIAMENTO;
- b) Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- c) Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido aos serviços profissionais propostos aos usuários;
- d) Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdencia rias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;
- e) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;
- f) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- g) Encaminhar ao Município de Água Doce, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições dos serviços realizados, e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA**

3.1. Caberá a CREDENCIANTE:

- a) O fornecimento de todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços indicados neste TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) Correrão por sua inteira conta e risco, instrumento, equipamento necessários,
- c) Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços

3.2. Caberá a CREDENCIADA

- a) Responsabilizar-se por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar

com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros;

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

4.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO terá validade até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR

5.1. A CREDENCIADA receberá pela prestação de serviços de instrução musical o valor abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS	HORAS PREVISTAS PARA 2015	VALOR PREVISTO PARA 2015
8	Contratação de prestação de serviços na área de instrução musical em canto/vocal/Coral. Os serviços deverão ser prestados na Casa da Cultura Municipal e em outros locais determinados pelo município. Os serviços deverão ser prestados nas terças-feiras no período noturno.	R\$100,00 (cem reais) Por hora trabalho	90	R\$ 9.000,00

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;

6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;

6.3. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras do Município Água Doce;

6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), conforme informações contantes no relatório da secretaria responsável e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

6.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

CLÁUSULA SETIMA DO REAJUSTE E REVISÃO

7.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2015, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal;

7.2. Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

7.3. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas

alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do TERMO DE CREDENCIAMENTO o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As multas aplicadas na execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do TERMO DE CREDENCIAMENTO no prazo fixado;
- f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.5. A CREDENCIADA se descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do

inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO poderá ser rescindido:

- a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
 - b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
 - c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
 - d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução dos serviços contratados.
 - e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.
 - f) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.
- Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela rubrica:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.
01 - DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
2.006 - Manutenção Secretaria de Administração Fazenda e Deptos.
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/180 - Aplicações Diretas

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 - DEPTO. DE CULTURA
2.032 - Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/178 Aplicações Diretas

03 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES
2.036 - Manutenção do Departamento de Esportes
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/179 Aplicações Diretas

12.2. Por tratar-se de TERMO DE CREDENCIAMENTO por prazo indeterminado, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 002/2015 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para

dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Água Doce, SC, 23 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

CREDENCIANTE

BERNARDO MOSER

CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

BALANCETE FINANCEIRO FMAS MARÇO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	125,65	ORÇAMENTÁRIAS	19.208,74
RECEITA PATRIMONIAL	125,65	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	19.208,74
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.580,74
		Transferencias a Uniao	11.628,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.010,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.010,49
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	38.893,06	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	35.661,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.041,38	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.844,32
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	19.228,94	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	17.642,94
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	17.622,74	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.173,95
SALDOS ANTERIORES	136.105,27	SALDOS ATUAIS	118.243,54
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	114.042,20	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	71.773,00
BANCO C/ MOVIMENTO	22.063,07	BANCO C/ MOVIMENTO	46.470,54
TOTAL	183.123,98	TOTAL	183.123,98

AGUA DOCE, 22/04/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS MARÇO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	120.164,59	ORÇAMENTÁRIAS	298.950,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.765,33	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	297.041,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	115.399,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.122,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	104.919,05
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.908,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.908,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	255.693,78		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	255.693,78		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	739.173,02	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	871.531,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.652,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	62.415,36
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	301.549,50	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	393.699,96
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.817,51	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.817,51
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	393.153,93	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	405.008,82
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	5.590,00
SALDOS ANTERIORES	1.293.020,00	SALDOS ATUAIS	1.237.569,33
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	728.078,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	842.488,00
BANCO C/ MOVIMENTO	564.942,00	BANCO C/ MOVIMENTO	395.081,33
TOTAL	2.408.051,39	TOTAL	2.408.051,39

AGUA DOCE, 23/04/2015

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO SIMA MARÇO 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	66.455,88	ORÇAMENTÁRIAS	27.446,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.798,31	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.446,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.312,83	Transferencias a Uniao	27.446,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.344,74		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	71.763,47	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	61.433,09
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	815,52	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	291,95
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	27.446,73	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	43.501,22
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	43.501,22	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	17.639,92
SALDOS ANTERIORES	1.757.183,15	SALDOS ATUAIS	1.806.522,68
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.730.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.730.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	27.183,15	BANCO C/ MOVIMENTO	76.522,68
TOTAL	1.895.402,50	TOTAL	1.895.402,50

AGUA DOCE, 21/04/2015

ELIAS VIECELI

Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO N 034/2015**

DECRETO Nº 000034/15 de 30 de Abril de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.291,42 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.291,42

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): Excesso de arrecadação 4.291,42

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Abril de 2015

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 269/2015

PORTARIA Nº 269/2015.

Concede Adicional de Titulação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO por POS GRADUAÇÃO, a servidora TALITA PADILHA PORTO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 04 de maio de 2015.

Ascurra**PREFEITURA****LEI Nº 1412, DE 29/04/2015**

LEI Nº 1412, de 29 de Abril de 2015.

Autoriza o Executivo a receber dação em pagamento, em bens imóveis, para o fim de extinguir crédito tributário, conforme previsto no Art. 80 da Lei Comp. nº 043/2002 (Código Tributário Municipal).

AIRES ROGÉRIO DALFOVO, Prefeito Municipal em exercício de Ascurra/ SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 80 da Lei Complementar nº 043, de 10/12/2002 - Código Tributário Municipal,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ascurra aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber de Antonio Izair Pisetta, em dação em pagamento, o bem imóvel descrito no Art. 2º desta lei, para o fim de extinguir créditos tributários que o Município tem com esse contribuinte, conforme previsão do Art. 80, da Lei Complementar nº 043, de 10 de dezembro de 2002 (Código Tributário Municipal).

Art. 2º - O bem imóvel, objeto da dação em pagamento, de propriedade de Antônio Izair Pisetta, é o seguinte:

I - Alargamento do Acesso a Escola - "Área urbana - localizado na Zona de Urbanização (ZU) com predominância de uso misto (residencial e comercial, situado no lado par da Rua Gregório Demarch, nesta comarca de Ascurra, com a área de 45,03 m² (Quarenta e cinco metros e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, terreno de forma triangular, confrontando com a frente com 3,00 metros no lado par da Rua Gregório Demarch, nos FUNDOS sem metragem, onde forma o triângulo entre as divisas da Escola Municipal Balão Mágico e Antonio Izair Pisetta, formando um ângulo de 05°42'56,,8" em relação às linhas da frente do lado direito e lado esquerdo; LADO DIREITO com 30,00 metros, formando ângulo de 89°50'18,5" graus em relação a linha de frente, confrontando com o terreno da Escola Municipal Balão Mágico, LADO ESQUERDO com 30,14 metros, formando ângulo de 84°26'44,7" graus em relação a linha de frente, confrontando com o terreno de propriedade de Antonio Izair Pisetta .

Parágrafo Primeiro: Os créditos tributários extintos através da dação em pagamento são referentes ao tributo de Contribuição de Melhoria, inscritos em Dívida Ativa, conforme Certidão de Dívida Ativa nº 4/2015, a qual é parte integrante da presente lei.

Parágrafo Segundo: a transferência da área, objeto da dação em pagamento, será transferida ao Município através do competente processo de desapropriação.

Art. 3º - A dação em pagamento em bens imóveis, a que se refere esta lei deve compreender a integralidade do débito do contribuinte, incluídos juros e multa, até o montante do valor avaliado, vedadas a renúncia fiscal ou a diminuição de receita para o Município e observado o seguinte:

I - Havendo diferença de valores em favor do Município esta deverá ser paga no ato da assinatura da escritura pública.

II - havendo débito ajuizado, não poderá o Município arcar com despesas de custas processuais nem renunciar a honorários

advocatícios fixados pelo Juiz na Ação de Execução Fiscal;

III - havendo débito ajuizado, a dação em pagamento somente poderá ocorrer mediante a exibição, pelo contribuinte, da comprovação do recolhimento das custas processuais e dos honorários advocatícios;

IV - em qualquer caso, os honorários advocatícios serão devidos somente sobre o valor compensado que estiver em processo de execução fiscal, vedado ao Município o recebimento dos honorários advocatícios sobre débitos compensados não ajuizados.

Art. 4º - Para viabilizar a dação em pagamento em bens imóveis o contribuinte deverá apresentar os documentos comprobatórios da titularidade do imóvel, com certidão que comprove que estes estejam livres de quaisquer ônus e de débitos tributários, exceto os débitos objeto desta lei.

Art. 5º - Competem à Secretaria Administração e Planejamento, o recebimento, o processamento e a decisão da dação em pagamento em bens imóveis, devendo aquelas sobre estes proferir decisão escrita.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 29 de abril de 2015.
AIRES ROGÉRIO DALFOVO
Prefeito Municipal em exercício

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 29 de Abril de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO N.º 018/2015.

DECRETO N.º 018/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1415 de 04 de março de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 20 de abril de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 262/2015

DECRETO Nº. 262/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA UNIDADE SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 192/2015:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Especial ao Orçamento da Unidade SAMAE de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 – SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 2.071 – Manutenção da Coleta, Remoção, Reciclagem e Destinação de Resíduos Sólidos (LIXO)/Programa de Lixo Seletivo

3.1.40.00.00.00.06.621 (23) - Transferências a Municípios R\$ 40.000,00

TOTALR\$ 40.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, correspondente aos saldos em 31 de dezembro de 2014, creditados na conta corrente Caixa Econômica Federal nº 167-9 Agência nº 1785-0 Içara; Banco Cooperativo Sicred S/A na conta corrente nº 25006-6 Agência nº 100-0 Porto Alegre e Banco do Brasil S/A nº na conta corrente 25606-4 Agência nº 2118-0 Içara.

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 080/2013 de 16 de dezembro de 2013 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 - Lei Municipal nº. 175/2014 de 16 de dezembro de 2014 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2015 - Lei nº. 176/2014 de 16 de dezembro de 2014, que se fizerem necessários em função da abertura do crédito suplementar constante do presente decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 24 de abril de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de abril de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração e Finanças Interino
Decreto nº 212/2014

DECRETO Nº. 263/2015

DECRETO Nº. 263/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Fundo Municipal de Saúde Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 240.182,21 (duzentos e quarenta mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e um centavos), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão 09: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.052: Manutenção do Programa Farmácia Básica - PFB
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.607(82) - Aplicações Diretas R\$ 32.426,25

Proj./Ativ. 2.053: Manutenção da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.606(83) - Aplicações Diretas R\$ 89.230,05

Proj./Ativ. 2.064: Manutenção do Programa Co-Financiamento
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.620(84) - Aplicações Diretas R\$ 118.525,91

TOTAL R\$ 240.182,21

Artigo 2º - Os créditos a que se refere o art. 1º. ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, correspondentes aos saldos em 31 de dezembro de 2014, creditados em contas correntes vinculadas a cada fonte de recurso.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 24 de abril de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de abril de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO
Secretário de Administração e Finanças Interino
Decreto nº 212/2014

DECRETO Nº. 264/2015

DECRETO Nº. 264/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 1.968.727,80 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj./Ativ. 1.006: Aquisição de Área, Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física Ensino Fundamental/Quadras Poliesportivas Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.619 (238) - Aplicações Diretas R\$ 383.709,81

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.622 (239) - Aplicações Diretas R\$ 117.696,71

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Proj./Ativ. 1.024: Pavimentação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.616 (240) - Aplicações Diretas R\$ 1.330.437,26

Proj./Ativ. 2.033: Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública - COSIP

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.617 (241) - Aplicações Diretas R\$ 136.884,00

TOTAL R\$ 1.968.727,80

Artigo 2º - Os créditos a que se refere o art. 1º. ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, correspondentes aos saldos em 31 de dezembro de 2014, creditados em contas correntes vinculadas a cada fonte de recurso.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 24 de abril de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de abril de 2015.

ANIBAL VALDOMIRO PATRÍCIO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Decreto nº 212/2014

DECRETO/GP/Nº 259

DECRETO/GP/Nº 259, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA O LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho do Município de Balneário Rincão, realizado pela empresa G. A. TOP APOIO ADMINISTRATIVO LTDA-ME, CNPJ nº 14.311.571/0001-51, ressaltando-se os Cargos de Artífice em Geral e Agente de Serviços Públicos, tendo em vista similaridade entre as duas funções.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 13 de abril de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 019/FMS/2015; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos de enfermagem e fisioterapia para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/FMS/2015. No valor global de: R\$ 2.900,80 (Dois mil e novecentos reais e oitenta centavos). ASSINATURA: 17/04/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Maicon Cordova Pereira.

CONTRATO Nº. 020/FMS/2015; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos de enfermagem e fisioterapia para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/FMS/2015. No valor global de: R\$ 18.410,00 (Dezoito mil quatrocentos e dez reais). ASSINATURA: 17/04/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nelsi Felisberto da Silva.

CONTRATO Nº. 021/FMS/2015; JET MED COMERCIO DE PRODUTOS DESCARTAVEIS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos de enfermagem e fisioterapia para uso dos serviços da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/FMS/2015. No valor global de: R\$ 1.824,80 (Um mil e oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos). ASSINATURA: 17/04/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luiz Roberto Madeira.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 064/PMBR/2015; Expresso Coletivo IÇARENSE LTDA; OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de vale transporte coletivo, para uso dos Professores do Ensino Fundamental e Educação Infantil do Município de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade de Licitação Nº. 028/PMBR/2015. No valor global de: R\$ 86.075,00 (Oitenta e seis mil e setenta e cinco reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 22/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

CONTRATO Nº. 065/PMBR/2015; CRISTIANE DE ASSIS PEREIRA - ME; OBJETO: Contratação de cursos de capacitação profissional na área de biojóias, para execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco), conforme Convênio firmado entre o Município de Balneário Rincão e Caixa Econômica Federal. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 027/PMBR/2015. No valor global de: R\$ 3.000,00 (Três mil reais). VIGENCIA: 31/07/2015; ASSINATURA: 27/04/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Cristiane de Assis Pereira.

Biguaçu

PREFEITURA

6ª CHAMADA PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SESAU 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000

FONE/FAX: (48) 3039 8500

6ª Chamada para o Processo Seletivo Simplificado SESAU 001/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado SESAU edital 001/2015, abaixo relacionados, para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 07/05/2015, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Cargo - Enfermeiro II

05 - Graziela Elias Alcantara

Cargo - Técnico em Enfermagem I

05 - Luana Comicholli Lino

Cargo - Vigia

04 - Jair Pedro de Souza

05 - Alessandra Souza da Silva

Biguaçu, 04 de maio de 2015.

Leandro Adriano de Barros

Secretário da Saúde

CV 148/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONVITE 148/2015 PMB

OBJETO: Contratação de empresa de segurança privada para o Evento Biguaçu 182 anos, a realizar-se na Praça Nereu Ramos e no estacionamento ao lado da Igreja Matriz, no período de 14 a 17 de maio de 2015.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 12 de abril de 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 12 de abril de 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante

a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 4 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1371/2015

PORTARIA nº 1371 de 30 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Ariane Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Psicólogo, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 22/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/04/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1372/2015

PORTARIA nº 1372 de 30 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Gabriella Eunice de Ávila, detentor do cargo de provimento temporário de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/04/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1373/2015

PORTARIA nº 1373 de 30 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAURO LUIZ DE CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1374/2015

PORTARIA nº 1374 de 30 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SEDIEL FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PINTOR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/04/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1375/2015

PORTARIA nº 1375 de 30 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AUGUSTO GUARNIERI NETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (FILOSOFIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1376/2015

PORTARIA nº 1376 de 30 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1377/2015

PORTARIA nº 1377 de 30 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSIMAR DE SOUZA SEGALA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/04/2015.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PP 71/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 71/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DOS CEIM'S, EBM'S E SEMED

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 18 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 18 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que

seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 4 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 83/2015 PMB
O Prefeito Municipal de Biguaçu Sr. Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação devido aos preços ofertados estarem acima do valor referência, do Processo Licitatório PP 83/2015 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, GABINETE DO PREFEITO, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E INTEGRAÇÃO REGIONAL E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E TRATORES AGRÍCOLAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA".

Biguaçu, 4 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PP 123/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 123/2015
O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, devido à falta de empresas interessadas em apresentar proposta, do Processo Licitatório PP 123/2015 PMB, que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS E NO ESTACIONAMENTO AO LADO DA IGREJA MATRIZ, NO PERÍODO DE 14 Á 17 DE MAIO DE 2015".

Biguaçu, 29 de abril de 2015
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 135/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 135/2015 PMB
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pintura externa das Unidades Escolares do Município, de acordo com memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste Edital.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 25/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 25/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br,

ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 30 de abril de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau**PREFEITURA****DECRETO Nº 10.611/2015**

DECRETO Nº 10.611, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE - PRÓ-FAMÍLIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

27 - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMILIA BLUMENAUENSE
2701 - Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.243.0004.2145 - Man. Ações Prev. e Prom. de Crianç/Adol.
Modalidade 3.3.91 (04) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

27 - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMILIA BLUMENAUENSE
2701 - Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.243.0004.2145 - Man. Ações Prev. e Prom. de Crianç/Adol.
Modalidade 4.4.90 (05) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.613/2015

DECRETO Nº 10.613, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL, DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor de Contencioso Judicial, da Procuradoria Geral do Município - PROGEM, ROMUALDO PAULO MARCHINHACKI, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Procuradoria, no período de 23 a 29 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.614/2015

DECRETO Nº 10.614, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.096, de 16 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta do Município, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1307 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Atividade 13.07.15.451.0005.2281 - Manut. Ativ. Des. de Projetos
Modalidade 4.4.90 (487) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1301 - Administrativo do Gabinete
Atividade 13.01.15.451.0006.1163 - Estudos e Elab. Projetos
Modalidade 4.4.90 (464) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.615/2015

DECRETO N. 10.615, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DELIMITA IMÓVEL LOCALIZADO NA ESQUINA DAS RUAS CATARINA AUGUSTA SCHMITT E EDUARDO TIERLING, BAIRRO NOVA ESPERANÇA, DE PROPRIEDADE DE ROMEU KLEINE E HILDA KLEINE, COMO ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PROJETO "MORE LEGAL".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea n, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 4º da Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica delimitado como Zona de Urbanização Especial, para fins de aplicação do Projeto "More Legal", Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000, um terreno de propriedade de Romeu Kleine e Hilda Kleine, situado nesta cidade, no Bairro Nova Esperança, na esquina das Ruas Catarina Augusta Schmitt

e Eduardo Tierling, contendo 12.356,64m², fazendo frente em 234,60m com o lado ímpar da Rua Catarina Augusta Schmitt, fundos em 221,40m, sendo a partir do lado direito em 27,42m com terras de Hilário Krieger e em 193,98m com terras de Gregório Michels; estremando pelo lado direito, a partir da frente, em curva de 16,63m com a esquina formada entre as Ruas Catarina Augusta Schmitt e Eduardo Tierling, e em 44,61m com o lado par da Rua Eduardo Tierling, e pelo lado esquerdo em 55,00m com imóvel localizado na Comarca de Gaspar (M-3.874) em nome de Paula Kraupp, Cristina Kraupp, Asta Grauppe, Hains Krauppe, Venceslau Kraupp, Conrado Kraupp, Osola Kraupp Cestari, Ronaldo Zebert Kraupp, Francisco Carlos Kraupp e Marlene Kraupp, sem benfeitorias, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 42.818.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.616/2015

DECRETO Nº 10.616, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Promotora de Exposição de Blumenau, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÃO DE BLUMENAU - PROEB
2601 - Fundação Promot. de Exposição de Blumenau - Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 - Manut. Ativ. da Proeb
Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

26 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÃO DE BLUMENAU - PROEB
2601 - Fundação Promot. de Exposição de Blumenau - Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 - Manut. Ativ. da Proeb
Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.686/2015

PORTARIA Nº 18.686, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL STELA MARIS DUARTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 283/2015, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal STELA MARIS DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Enfermeiro da ESF, a contar de 06 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.697/2015

PORTARIA Nº 18.697, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA JOSÉ ÂNGELO PETTERS DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OBRAS E POSTURAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e em atenção ao Memorando SEPLAN/GAD nº 058/2015, de 24/04/2015, resolve:

EXONERAR

JOSÉ ÂNGELO PETTERS, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras e Posturas, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, nomeado pela Portaria nº 18.149, de 14 de outubro de 2014, a contar de 24 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.698/2015

PORTARIA Nº 18.698, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO às seguintes servidoras públicas municipais:

AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 230151, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 20 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3161/04/2015;

CARLA D'AGOSTINI, matrícula nº 230194, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 17 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3148/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.699/2015

PORTARIA Nº 18.699, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA DANIEL MARCOS KIECKBUSCH PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

DANIEL MARCOS KIECKBUSCH, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Controle Patrimonial, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, no dia 28 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.700/2015

PORTARIA Nº 18.700, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIO CESAR FRANCISCATTO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e:

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o direito do servidor do seu pedido de desligamento do quadro de servidores públicos do Município, protocolado em 12 de junho de 2014, por meio do Processo Administrativo nº 2014/06/3961;

CONSIDERANDO a exigência legal de edição de ato administrativo para que o reconhecimento desse direito produza efeitos na ordem jurídica;

CONSIDERANDO a justificativa oriunda da Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, por meio do Memorando

nº 288/2015, datada de 15 de abril de 2015, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal JULIO CESAR FRANCISCATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, com efeitos retroativos a contar de 17 de junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.701/2015

PORTARIA Nº 18.701, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DISPENSA MIGUEL ARCANGELO KISNER DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA - IDIVI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEMOB nº 386/2015, de 27/04/15, resolve:

DISPENSAR,

a contar de 31 de março de 2015, o servidor público municipal MIGUEL ARCANGELO KISNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, da função gratificada de confiança de Assessor do Serviço de Distribuição - FGC 30%, concedida pela Portaria nº 17.956, de 14/07/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.702/2015

PORTARIA Nº 18.702, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA MIGUEL ARCANGELO KISNER PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando nº 386/2015, de 27/07/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de abril de 2015, o servidor público municipal MIGUEL ARCANGELO KISNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Fiscalização de Obras Comunitárias, símbolo FGC 70%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 014/2015 - SEMUDES**RESOLUÇÃO CMAS Nº 014/2015****APROVA O DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DOS RECURSOS CO-FINANCIADOS PELO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.**

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto nº 10.598, de 30 de março de 2015, pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004 e, de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária realizada em 22 de abril de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;
- Decreto Municipal nº 10.598, de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do CMAS;
- a Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- as orientações contidas no Manual para preenchimento dos Demonstrativos dos Serviços/Programas IGS SUAS, IGD BPF disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS;
- o parecer favorável à aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos recursos co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, referente ao

exercício de 2014, pelas Comissões Permanentes de Financiamento e Políticas de Assistência Social, conforme Relatório Intercomissões CPPAS e CPFAS nº 02/2015, de 22 de abril de 2015;

- a Portaria MDS nº 625 de 10 de agosto de 2010, alterada pela Portaria MDS nº 118 de 12 de abril de 2011 que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária Extraordinária datada de 22 de abril de 2015, ao parecer das Comissões acima mencionadas, conforme consta na Ata nº 07/15,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos recursos cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente ao exercício de 2014, conforme Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 22 de abril de 2015

Lilian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social**

**DEMONSTRATIVO SERVIÇOS / PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**ANO 2014
VERSÃO - Original**

I. DADOS CADASTRAIS

1. ÓRGÃO ENTE FEDERATIVO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

CGC/CNPJ: 83.108.357/0001-15

Cidade: BLUMENAU

UF: SC

Endereço: PRAÇA Victor Konder 02

C.E.P.: 89010940

Telefone: (47) 3381-6994

Fax: (47) 3381-6105

E-mail: gabineteprefeito@blumenau.sc.gov.br

Prefeito: NAPOLEÃO BERNARDES NETO

Nível de Gestão: Gestão Plena

Porte: GRANDE

2. ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.108.357/0001-15

Cidade: BLUMENAU

UF: SC

Endereço: RUA LUIZ SCHTLEBEN 115 3º Andar

C.E.P.: 89030107

Telefone: (47) 3381-6607

Fax: (47)

E-mail: semudes@blumenau.sc.gov.br

Nome do Gestor: VALDECIR MENGARDA

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 01.278.501/0001-05

E-Mail: semudes@blumenau.sc.gov.br

Vínculo: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: (47) 3381-6618

Fax: (47) 3381-6645

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI
Número do Ato: 105
Data de Assinatura: 20/12/1995
Data de Publicação: 30/12/1995

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Endereço: RUA Luiz Sachtleben 115 3º ANDAR
C.E.P.: 89012530
Telefone: (47) 3381-6640

Ato de Criação

Ato de Criação: LEI
Número do Ato: 105
Data de Assinatura: 20/12/1995
Data de Publicação: 30/12/1995

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

Nome do Secretário:

4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início do Mandato	Fim do Mandato
586.420.649-00	LILIAN KUZMA BRAZ	CONSELHEIRO(A)	30/04/2012	08/06/2015
704.723.789-53	REGINA BENASSI KATH	CONSELHEIRO(A) TITULAR	27/02/2013	08/06/2015
730.148.347-34	MONICA RASO SILVA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	27/02/2013	08/06/2015
056.010.329-80	JULIANE LABES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/04/2012	08/06/2015
217.883.679-87	ELEONICE KOPSCH BREHMER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/04/2012	08/06/2015
249.222.859-20	DIVA PRADE DOS PASSOS	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/04/2012	08/06/2015
990.749.749-53	ELCIDO SCHLUTER	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/04/2012	08/06/2015
007.035.499-52	JULIANA MARIA LAZZARINI	CONSELHEIRO(A) TITULAR	30/04/2012	08/06/2015
970.516.599-87	Claudia Sombrio Fronza	CONSELHEIRO(A) TITULAR	01/04/2015	08/06/2015
030.327.039-05	MARIA AUGUSTA CALDEIRA KOCH BUTTENDORF	CONSELHEIRO(A) TITULAR	27/02/2013	08/06/2015
343.698.809-04	EDISON MARQUES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	27/02/2013	08/06/2015
821.870.709-30	LEONIR ALBA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/04/2014	08/06/2015
247.480.139-15	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/04/2014	08/06/2015
576.412.429-87	JAMES SCHEUNEMANN	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/04/2014	08/06/2015
016.468.880-30	NILVANA LORAIN CAMPOS GONÇALVES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	18/09/2013	08/06/2015
702.389.289-34	SIMONE CARLA DE SOUZA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	27/02/2013	08/06/2015
537.233.099-68	ALÔNCIO SEBASTIÃO ZUNINO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	27/02/2013	08/06/2015
902.245.669-20	GRACE MIRELE MAASS MOREIRA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/04/2012	08/06/2015
055.326.479-68	IVO SCHFREIBER	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	23/11/2012	08/06/2015
457.436.810-15	ADRIANE ROCHA BACKES JUNQUEIRA RUOFF	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	23/11/2012	08/06/2015
003.723.329-78	SERGIO SANCHES	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	30/04/2012	08/06/2015
033.846.179-59	ALESSANDRA FANDARUFF BONELLI	VICE-PRESIDENTE	27/02/2013	08/06/2015

II. Execução Financeira

1. Proteção Social Básica**1.1 PISO BÁSICO FIXO****1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 252921 em 31/12/2013 R\$ 251.097,88

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 252921 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 71.635,14

Tipo de Conta Corrente
SALDOS PSB
Agência
0957
Conta Corrente
264903
Saldo da Conta Corrente
71.635,14

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 492.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 15.300,98

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 830.034,00

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 612.832,10

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 94.835,96

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 517.996,14

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 60.179,62

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 252921 em 31/12/2014 R\$ 189.811,48

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 252921 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 27.390,42

Tipo de Conta Corrente
SALDOS PSB
Agência
0957
Conta Corrente
4903
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
27390.42

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 157.022,28

1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 264555 em 31/12/2013 R\$ 52.222,86

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 264555 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 118.731,67

Tipo de Conta Corrente
SALDOS PROJOVEM
Agência
00957
Conta Corrente
264938
Saldo da Conta Corrente
20.883,75

Tipo de Conta Corrente
PJOV
Agência
00957
Conta Corrente
252883
Saldo da Conta Corrente
20.782,58

Tipo de Conta Corrente
PBVII
Agência
00957
Conta Corrente
252867
Saldo da Conta Corrente
21.437,30

Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
00957
Conta Corrente
252905
Saldo da Conta Corrente
33.884,05

Tipo de Conta Corrente
PBVA
Agência
00957
Conta Corrente
182001
Saldo da Conta Corrente
128,11

Tipo de Conta Corrente
BPETI
Agência
00957
Conta Corrente
18196X
Saldo da Conta Corrente
15,73

Tipo de Conta Corrente
JPETI
Agência
00957
Conta Corrente
181935
Saldo da Conta Corrente
4.672,85

Tipo de Conta Corrente
BAJ
Agência
00957
Conta Corrente
181951
Saldo da Conta Corrente
16.927,30

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram- R\$ 294.900,00 se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 16.689,31

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 482.543,84

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais R\$ 105.514,19 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 105.514,19

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 13.984,50

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 264555 em 31/12/2014 R\$ 259.798,53

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 264555 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 90.159,29

Tipo de Conta Corrente
SALDOS PROJOVEM
Agência
00957
Conta Corrente
264938
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
70838,51

Tipo de Conta Corrente
PJOV
Agência
00957

Conta Corrente
252883
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
505.13

Tipo de Conta Corrente
PBVII
Agência
00957
Conta Corrente
252867
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
22476.82

Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
00957
Conta Corrente
252905
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
402.72

Tipo de Conta Corrente
PBVA
Agência
00957
Conta Corrente
182001
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
135.54

Tipo de Conta Corrente
BPETI
Agência
00957
Conta Corrente
18196X
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
16.65

Tipo de Conta Corrente
JPETI
Agência
00957
Conta Corrente
181935
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
4943.91

Tipo de Conta Corrente
BAJ
Agência
00957
Conta Corrente
181951
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
17911.84

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 363.045,15

1.3 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 256358 em 31/12/2013 R\$ 340.855,12

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 256358 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 419.152,30

Tipo de Conta Corrente
ACESSUAS SALDOS
Agência
00957
Conta Corrente
264962
Saldo da Conta Corrente
419.152,30

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 269.546,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 60.447,25

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 1.090.000,67

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 93.582,73

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 93.582,73

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 1.484,49

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 256358 em 31/12/2014 R\$ 274.831,31

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 256358 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 721.536,83

Tipo de Conta Corrente
ACESSUAS SALDOS
Agência
00957
Conta Corrente
264962
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
721586.63

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 994.933,45

2. Proteção Social Especial

2.1 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 252891 em 31/12/2013	R\$ 12.746,49
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 252891 (a partir de 2005) em 31/12/2013	R\$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)	R\$ 131.301,94
1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 398,36
1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 144.446,79

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R\$ 143.387,98
2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R\$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3	R\$ 143.387,98
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais	R\$ 667,26
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014	R\$ 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014	
3.1 Saldo financeiro na conta corrente 252891 em 31/12/2014	R\$ 1.058,81
3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 252891 (a partir de 2005) em 31/12/2014	R\$ 0,00
4- REPROGRAMAÇÃO	
4.1 Saldo passível de reprogramação	R\$ 391,55

2.2 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 252875 em 31/12/2013	R\$ 287.459,08
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 252875 (a partir de 2005) em 31/12/2013	R\$ 81.397,84

Tipo de Conta Corrente
PSEMC SALDOS
Agência
00957
Conta Corrente
264911
Saldo da Conta Corrente
81.397,84

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)	R\$ 400.000,00
1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 22.106,05
1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 790.962,97

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais R\$ 496.128,22
(incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 121.997,02

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1. R\$ 374.131,20

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 40.299,48

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 252875 em 31/12/2014 R\$ 213.749,83

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 252875 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 118.248,16

Tipo de Conta Corrente
PSMC SALDOS
Agência
00957
Conta Corrente
264911
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014
81084.92

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 254.535,27

2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013

1.1 Saldo na conta corrente 252840 em 31/12/2013 R\$ 12.021,79

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 252840 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 24.193,69

Tipo de Conta Corrente
Agência
Conta Corrente
Saldo da Conta Corrente

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 339.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 7.195,53

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 358.217,32

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais R\$ 262.374,26
(incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE R\$ 0,00

REFERÊNCIA

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	R\$ 262.374,26
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais	R\$ 50.455,45
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014	R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 252840 em 31/12/2014	R\$ 95.843,06
3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 252840 (a partir de 2005) em 31/12/2014	R\$ 19.652,92

Tipo de Conta Corrente
Agência
Conta Corrente
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação	R\$ 45.387,61
-------------------------------------	---------------

2.4 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 269816 em 31/12/2013	R\$ 0,00
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 269816 (a partir de 2005) em 31/12/2013	R\$ 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014)	R\$ 49.800,00
1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 853,68
1.5 Receitas totais para o exercício de 2014	R\$ 50.653,68

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R\$ 0,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R\$ 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 0,00
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	R\$ 0,00
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais	R\$ 0,00
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014	R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 269816 em 31/12/2014 R\$ 50.653,68

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 269816 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 50.653,68

2.5 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2013**

1.1 Saldo na conta corrente 252859 em 31/12/2013 R\$ 25.910,23

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 252859 (a partir de 2005) em 31/12/2013 R\$ 0,00

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa municipal(consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014) R\$ 120.000,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2014 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 1.411,12

1.5 Receitas totais para o exercício de 2014 R\$ 147.321,35

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2014

2.1 Valores pagos no exercício de 2014 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 126.526,52

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e Resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 320,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 126.206,52

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2014, referentes aos recursos federais R\$ 20.609,05

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2014 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 252859 em 31/12/2014 R\$ 20.794,83

3.2 Saldos financeiros nas contas correntes anteriores à 252859 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 26.137,48

Tipo de Conta Corrente
Agência
Conta Corrente
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2014

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 185,78

Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Proteção Social Especial				

III. Execução Física				
Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Jovens	0		0
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Idosos	0		69
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Criança/Adolescente	0		64
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade II	Famílias e indivíduos em situação de rua	0		38
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Mulher em situação de violência	0		10
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Pessoas com Deficiência	0		10
Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	290		290
Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	580		580
Proteção Social Básica				
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)				
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	30000		1156
Proteção Social Básica				
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV				
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	398		93
Proteção Social Especial				
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias				
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados no CREAS e Centro Pop)	Família e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos	0		1186
Proteção Social Especial				

Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias				
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias)	Pessoas com deficiência	0		1468
Proteção Social Especial				
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias				
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias)	Idosos	0		318

IV. Resumo Executivo

Resumo das Informações

1- DAS RECEITAS FEDERAIS

1.1 Receitas totais de Serviços	R\$ 2.777.719,96
1.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 1.312.577,84
1.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 830.034,00
1.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 482.543,84
1.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 1.465.142,12
1.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 790.962,97
1.1.2.2 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 382.411,01
1.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA	R\$ 147.321,35
1.1.2.4 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 144.446,79
1.2 Receitas totais de Programas	R\$ 1.140.654,35
1.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 1.090.000,67
1.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R\$ 1.090.000,67
1.2.2 Proteção Social Especial	R\$ 50.653,68
1.2.2.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 50.653,68

2- DAS DESPESAS COM RECURSOS FEDERAIS

2.1 Despesas totais de Serviços	R\$ 1.757.918,51
2.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 718.346,29
2.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 612.832,10
2.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 105.514,19
2.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 1.039.572,22
2.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 496.128,22
2.1.2.2 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 300.483,74
2.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA	R\$ 100.389,04
2.1.2.4 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 142.571,22
2.2 Despesas totais de Programas	R\$ 93.582,73
2.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 93.582,73
2.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R\$ 93.582,73
2.2.2 Proteção Social Especial	R\$ 0,00
2.2.2.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 0,00

3- DA REPROGRAMAÇÃO	
3.1 Recursos disponíveis para reprogramação dos Serviços	R\$ 862.907,55
3.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 505.591,18
3.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 169.617,86
3.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 335.973,32
3.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 357.316,37
3.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 291.698,51
3.1.2.2 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 65.040,53
3.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP DE RUA	R\$ 185,78
3.1.2.4 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 391,55
3.2 Recursos disponíveis para reprogramação dos Programas	R\$ 1.045.537,33
3.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 994.883,65
3.2.1.1 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO	R\$ 994.883,65
3.2.2 Proteção Social Especial	R\$ 50.653,68
3.2.2.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 50.653,68
4- DO COFINANCIAMENTO (Informações para o Gestor Federal)	
4.1 Recursos próprios executados nos serviços/programas	R\$ 5.569.913,89
4.2 Recursos transferidos pelo FEAS	R\$ 625.664,23
V. COMENTÁRIO DO GESTOR	
DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 073/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 073/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. SIDNEI LUIZ WALKER, matrícula nº 603-3, portador do CIC sob. nº 035.258.379-76, lotado no Departamento Municipal de Esportes, ocupante do cargo de Subsecretário, período aquisitivo de 04 de fevereiro de 2014 a 03 de fevereiro de 2015, período de concessão de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015.

Art 2º O servidor terá 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 § 2º da Lei nº542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

407.04.15 - P. NOM. JOCELINO ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 407/15 de 29.04.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Jocelino da Rosa, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível - 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 29 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

408.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIT. P. HEMKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 408/15 de 30.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 30 de abril de 2015, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemkemaier, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

409.04.15 - P. LIC. GESTAÇÃO CARLA K. B. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 409/15 de 30.04.15

Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores

Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 023/2015 de 30 de abril de 2015, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 30 de abril com término no dia 27 de agosto de 2015 a funcionária Carla Karine de Brida da Rosa, Ocupante do cargo de Professora - Padrão I - Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal Temporário do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato de Contrato nº 26/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Triângulo Engenharia, Consultoria e Treinamento EIRELE ME

Valor: R\$ 148.050,00 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e cinquenta reais)

Objeto: contratação de empresa jurídica especializada para elaboração de projeto de engenharia de ponte e ruas para o Município de Botuverá-SC.

Fund.Legal: CV nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa no prédio da Prefeitura Municipal de Botuverá, situada na Rua João Morelli, 66, centro, através de seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor JOSÉ LUIZ COLOMBI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar 123/06 e demais legislações aplicáveis, torna público, para conhecimento de todos os interessados que estará realizando na data de 13 DE ABRIL DE 2015, às 09:00 horas, o processo licitatório sob a modalidade de CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA Nº 02/2015, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", objetivando A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PONTE E RUAS.

BOTUVERÁ/SC, em 30 de Março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 26/2015
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 15.05.2015, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de empresa especializada para execução de sondagem do tipo SPT para fins de reconhecimento de solo, conforme especificações constantes neste edital nos anexos VII e VIII no município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 30 de Abril de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 20/2015

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 20/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: CONSTRUTORA F & F LTDA - EPP
CNPJ nº 12.595.052/0001-37, sito com sede a Rua Marquês do Herval, 638, sala 02,
Cidade de Ibirama - SC

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ABA EM CONCRETO ARMADO DE PONTE SOBRE O RIO TROMBUDO NA RUA BOA VISTA CENTRO - BRAÇO DO TROMBUDO/SC

Vigência: 05.06.2015

Data da assinatura: 30.04.2015
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 050/2015
TOMADA DE PREÇO nº 005/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE 05 (CINCO) SALAS DE AULAS ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela habilitação da empresa CONSTRUTORA WDD LTDA e inabilitação das empresas SOBERANA SERVICOS E CONSTRUÇOES LTDA; TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME; CONSTRUTORA HERA LTDA □ EPP e THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, nos termos da Ata de Licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.
23/04/2015

JOSEANA PAES LOPES
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 015/2015 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 015/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 015/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serv. manut. mecânica motocicletas do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 19 de maio de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 - FMS

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO nº 007/2015 - FMS
PREGÃO nº 004/2015

OBJETO: Aquisição de medicamentos para o atendimento emergencial e cumprimento de ordens judiciais, para a Secretaria de Saúde.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

30/04/2015.

JOSEANA PAES LOPES

Pregoeira da Administração Pública Municipal

PORTARIA Nº 9.750, DE 01 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.750, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Valberto Dell'Antônia ao cargo em comissão de Diretor-Geral da Defesa Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art.111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALBERTO DELL'ANTÔNIA ao cargo em comissão de Diretor-Geral da Defesa Civil, Símbolo CC-III.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.782, DE 02 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.782, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ana Carla Hogenn do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.790, DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.790, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ademir Hodecker para cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.820, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.820, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar José Gustavo Halfpap do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, Diretor-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.821, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.821, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Walter Roberto Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.823, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.823, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcelo da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.842, DE 13 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.842, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora LILIAN GISELE PEREIRA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para responder interinamente pela Secretaria de Assistência Social e Habitação, podendo, para tanto, praticar todos os atos necessários para o bom andamento do órgão municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.849, DE 14 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.849, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Arnaldo Francisco da Silva do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, Diretor, lotado na Controladoria Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.884, DE 24 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.884, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações , Anexo I-A,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAQUELINE PEIRÃO DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora, lotada na Secretaria da Educação do Município, a partir de 09/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.896, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.896, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Vilson Bohn para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.897, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.897, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo IV-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Paulo Silveira Mayer para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.900, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.900, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pierre Marcelo de Souza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.901, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.901, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Paulo Cesar Portalette para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.902, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.902, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E, c/c art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Renate Klein para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, lotada na Defesa Civil, a partir de 01 de abril de 2015, com gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.903, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.903, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E, c/c art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Isair dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015, com gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.904, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.904, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Roselio Padoan para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.905, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.905, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Márcio Soares da Costa para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.906, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.906, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Fábio Fuckner para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.907, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.907, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Irineu Augusto Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.908, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.908, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Nourival Minella para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.909, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.909, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Altino Maçaneiro para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.911, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.911, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Valmor Pinot para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.912, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.912, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sandra da Conceição Bossa para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 15 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.913, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.913, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rolf Kaestner para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-III, como Diretor Geral, lotado na Secretaria de Turismo, a partir de 13 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.914, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.914, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gustavo Boing para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.915, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.915, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luiz Gonzaga Zen para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Turismo, a partir de 22 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.916, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.916, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luciana Gomes para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Turismo, a partir de 17 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.917, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.917, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Josiane Hames para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, a partir de 14 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.918, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.918, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sebastião José Hang para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.919, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.919, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sérgio Bertoldi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 17 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.920, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.920, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Polyana Girola Giarola para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Turismo, a partir de 22 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.921, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.921, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Fabiana dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.922, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.922, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 97 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores municipais, abaixo nominados, ocupantes de cargos de provimento efetivo, gratificação de função de confiança, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

- FAUÉS VINÍCIUS MEDEIROS
- LUÍS HENRIQUE BLUMER
- JOÃO DANIEL FISCHER
- SIDNEI PAVESI
- MILENE PUGLIESI ZAPALA ROZA
- NEY MÁRIO TAVARES BINA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.923, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.923, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 87 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Cleiton Luiz Bittelbrunn, ocupante de cargo de provimento em comissão, gratificação de representação, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.924, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.924, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 87 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Ricardo Mathias Knabben, ocupante de cargo de provimento em comissão, gratificação de representação, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.925, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.925, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Concede gratificação de condução aos servidores que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/09, art. 99, c/c o Decreto nº 7.403/14;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de condução aos servidores Maickel Willian Rodrigues e Vitor Manasses Neto, contratados para exercer a função de Motorista de Ambulância, lotados na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015, no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. Nº 218/13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.927, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.927, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 9.775, de 02 de abril de 2015, que trata da exoneração do servidor Sérgio Scheidt, ocupante do cargo em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/04/15.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.928, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.928, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 9.765, de 02 de abril de 2015, que trata da exoneração do servidor Ricardo Mathias Knabben, ocupante do cargo em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/15.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.929, DE 28 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA nº 9.929, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 9.816, de 07 de abril de 2015, que trata da exoneração do servidor Rubens Popper, ocupante do cargo em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/15.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.952, DE 30 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 9.952, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominados:

ENGENHEIRO CIVIL

JAQUELINE PEREIRA DE SOUSA

LAURA CATHERINE DOS ANJOS

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.381

DECRETO Nº 6.381, de 28 de abril de 2015.

Substitui membros nomeados para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, na forma que segue:

10ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador

Titular: Sandra Spautz Granemann
Suplente: Célio Marcos Moreira Becker

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 5.912, de 20 de fevereiro de 2014 e 6.086, de 19 de agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36 - EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36, de 24 de Abril de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme seqüência de classificação:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - (LOT. SANTO ANTONIO - CIBRAZEM)
Daniela Fraga

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - (FIGUEROA)

Maria Aparecida Saldanha de Oliveira Portz

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - (NOSSA SENHORA SALETE)
Neridiana da Glória Nizer

a) Os Convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.385

PORTARIA Nº 25.385, de 10 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas junto à Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, número de dias e períodos dos afastamentos, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
6833	Cassia Regina Garcia Maciel	Servente da Educação	90	02/03/2015 a 30/05/2015
6954	Janaína Demin	Professora	12	02/03/2015 a 13/03/2015
8429	Juliana Cordeiro	Servente da Educação	90	26/02/2015 a 26/05/2015
7771	Lucia de Fatima Padilha	Servente da Educação	30	27/02/2015 a 28/03/2015
7777	Rosana Kormann Martins Oliveira	Servente da Educação	120	23/02/2015 a 22/06/2015
1514	Ruth Macedo Maciel	Servente da Educação	10	24/02/2015 a 05/03/2015
3557	Sidneia Dominiak	Professora	60	03/03/2015 a 01/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.386

PORTARIA Nº 25.386, de 10 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.083 de 02 de fevereiro de 2015, no que refere à designação da Servidora Pública Municipal DÉBORA LIZ PADILHA FRANCO, para exercer a Função de Confiança de Diretora da EMEB Castelhana, ocupante o cargo de Secretária Escolar, 20 horas semanais, retornando ao seu local de origem na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, a contar de 03 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.389

PORTARIA Nº 25.389, de 10 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal VANESSA COELHO DE SOUZA MAFESSONI, Matrícula 923, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, 40 horas semanais, lotada na EMEB Tabajara, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.390

PORTARIA Nº 25.390, de 11 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ODILA RAISER DOS SANTOS MAFFESSONI, Matrícula 325, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, 40 horas semanais, lotada na EMEB Pierina Santin Perret, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 14 de fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.412

PORTARIA Nº 25.412, de 20 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal Samantha Patrini Susin, Matrícula 13756, cargo Auxiliar de Creche e Berçário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, contratada pela Portaria nº 24.855, de 19 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 19 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.491

PORTARIA Nº 25.491, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.219, de 16 de abril de 2015, que firmou Convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR à disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador - SDR, a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUEHL, ocupante do cargo de Chefe Serviço Desenvolvimento da Comunidade, lotada junto à Secretaria Municipal da Administração, com ônus para o Município de Caçador, com efeitos a contar de 16 de abril de 2015, revogando-se a Portaria nº 25.356, de 27 de fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.492

PORTARIA Nº 25.492, de 28 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, do art. 43, I, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências,

RESOLVE:

REVERTER a aposentadoria da Servidora Pública Municipal MARI APARECIDA CEOLLA BIELA, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, face resultado de perícia médica anual, que verificou ausência da doença que fundamentou a aposentadoria por invalidez, concedida pela Portaria nº 190, de 10/03/2008, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, devendo a mesma retornar às suas atividades para exercer o cargo efetivo, na Secretaria Municipal da Educação, a contar de 01 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02-2015 - PREGÃO Nº 01/2014 –FME

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundação Municipal de Esporte

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02-2015 - PREGÃO Nº 01/2014 -FME

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFEUS PARA PREMIAÇÃO DOS EVENTOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DA FMEC - CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/05/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/05/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de abril de 2015.

JOÃO DARCI COELHO
Presidente FMEC

Camboriú

PREFEITURA**ANULAÇÃO CC 004/2015 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 053/2015 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA, VISANDO AO LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO COM REVISÃO CADASTRAL PARA A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADOS PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 30 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

LEI N.º 2.800/2015

LEI N.º 2.800/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Assistência Social e o Lar Menino Deus e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Lar Menino Deus, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.370.268/0001-88, com sede na Rua João XXIII, n.º 380, Bairro Primeiro de Maio, Brusque/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados ao Lar Menino Deus, com o objetivo de custear as despesas com a manutenção no atendimento à pessoas residentes do Município de Camboriú com deficiência física e intelectual.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 24.480,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta reais), dividido em 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso sejam descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento do exercício de 2015 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 29 de abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.801/2015

LEI N.º 2.801/2015

Institui o Fórum Municipal de Educação de Camboriú/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Camboriú, o qual será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação de Camboriú será instância de caráter permanente responsável pela coordenação dos processos de elaboração, revisão e acompanhamento do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação de Camboriú será integrado por representantes e respectivos suplentes dos seguintes segmentos e setores relacionados à área de educação:

- I - representantes dos Gestores Municipais;
- II - representantes dos Gestores Estaduais;
- III - representantes dos Gestores das Redes de Ensino Privadas/Particulares;
- IV - representantes dos Professores de Ensino Fundamental das Escolas Municipais de Camboriú;
- V - representantes dos Professores de Ensino Fundamental das Escolas Estaduais de Camboriú;
- VI - representantes de Pais e Alunos das Escolas Municipais de Camboriú;
- VII - representantes de Pais e Alunos das Escolas Estaduais de Camboriú;
- VIII - representantes da Instituição Federal de Camboriú;
- IX - representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú;
- X - representantes do Atendimento Educacional Especializado de Camboriú;
- XI - representantes do Conselho Municipal do Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica - FUNDEB;
- XII - representantes do Conselho Municipal de Educação;
- XIII - representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- XIV - representantes do Poder Legislativo de Camboriú;
- XV - representantes do Conselho Tutelar;
- XVI - representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- XVII - representantes do Ministério Público;
- XVIII - representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
- IX - representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- X - representantes das Etapas de Educação Básica e Inclusão.

§ 1º Os representantes e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato da Chefe do Poder Executivo ou da Secretária Municipal de Educação, após indicação dos diferentes segmentos participantes.

§ 2º Os membros do Fórum Municipal de Educação de Camboriú poderão definir critérios para a inclusão de representantes de outros órgãos/entidades.

Art. 3º São atribuições do Fórum Municipal de Educação de Camboriú, entre outras:

- I - subsidiar as autoridades educacionais na elaboração e decisões gerais sobre o Plano Municipal de Educação no Município de Camboriú;
- II - elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação;
- III - outras atribuições específicas no âmbito da educação do Município, solicitadas por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º A escolha das representações que tiverem mais de uma entidade representativa no âmbito Municipal, dar-se-á por meio de uma reunião, na qual será realizada a escolha dos representantes que comporão uma lista tríplice, a ser encaminhada à Coordenação do Fórum Municipal de Educação de Camboriú.

§ 1º A Coordenação do Fórum Municipal de Educação de Camboriú organizará, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da formação da lista tríplice, lista única que será apresentada às entidades que compõem a representação, as quais votarão em apenas um nome de cada segmento.

§ 2º A Coordenação consolidará o resultado do processo de escolha, encaminhando a relação dos representantes escolhidos às Instituições indicadas no artigo 2º desta Lei.

§ 3º Novas indicações de instituições como membros integrantes serão aceitas com a aprovação da Secretaria Municipal de Educação e dos atuais integrantes do Fórum Municipal de Educação de Camboriú.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação de Camboriú será coordenado, a cada ano, por uma das instituições representadas, pelo sistema de revezamento.

Parágrafo único. É de competência da Coordenação do Fórum Municipal de Educação de Camboriú:

- I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, juntamente com a anuência da Secretaria Municipal de Educação;
- II - tomar as providências deliberadas nas reuniões do Fórum Municipal de Educação de Camboriú em conjunto com a Secretaria Executiva deste;
- III - expedir documentos com a Secretaria Executiva do Fórum Municipal de Educação.

Art. 6º O Fórum Municipal de Educação de Camboriú terá uma Secretaria Executiva, que será exercida por uma das instituições representativas, pelo sistema de revezamento anual.

Parágrafo único. É competência da Secretaria Executiva do Fórum Municipal de Educação de Camboriú:

- I - elaborar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - em conjunto com a coordenadoria, convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias quando necessário;
- III - expedir documentos em conjunto com a coordenadoria.

Art. 7º Os encaminhamentos das atividades a serem realizadas pelo Fórum Municipal de Educação de Camboriú serão aqueles deliberados por consenso de seus membros.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação de Camboriú terá acesso às informações de estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 9. O funcionamento do Fórum Municipal de Educação de Camboriú será assegurado com recursos dos poderes públicos das

entidades integrantes, além de outras fontes complementares.

Art. 10. Fica a Secretaria Municipal de Educação de Camboriú autorizada a contratar serviços de assessoria e/ou consultoria, quando houver necessidade, para viabilizar os trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação pelo Fórum Municipal de Educação de Camboriú.

Art. 11. O Fórum Municipal de Educação terá o prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias para entregar ao Poder Executivo o anteprojeto do Plano Municipal de Educação, podendo este ser prorrogado por igual prazo, a pedido da sua Coordenadoria e Secretaria Executiva.

Art. 12. O Fórum Municipal de Educação de Camboriú se reunirá mensalmente, de forma ordinária, para debater e avaliar a elaboração do Plano Municipal de Educação.

§ 1º Após a conclusão e entrega do Plano Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação de Camboriú se reunirá, ordinariamente, a cada 12 (doze) meses, com a finalidade de acompanhar e avaliar a sua execução.

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela Coordenação e pela Secretaria Executiva do Fórum Municipal de Educação ou por solicitação de duas ou mais das entidades integrantes, sempre que houver motivo relevante, ligado à educação.

Art. 13. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação de Camboriú serão definidos no regimento interno, aprovados em reunião convocada para este fim, observados os dispositivos desta Lei.

Art. 14. Os representantes do no Fórum Municipal de Educação de Camboriú não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 15. Fica autorizada a regulamentação desta Lei por meio de Decreto Municipal.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 29 de abril de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos trinta dias do mês de abril de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de pneus 1000x20 para os caminhões da frota municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa JK PNEUS LTDA, CNPJ: 78.653.946/0005-78, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 42/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	20	Unidade	Pneu novo, 1000x20, 16 lonas, radial, LISO. Com no mínimo 19mm de profundidade escultural.	1.200,00	24.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 24.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

JK PNEUS LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 8.984 DE 30 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.984 DE 30 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, em seu Artigo 39; Decreta:

Art.1º) Autorizar alteração da carga horária de 12 (doze) horas semanais, para 24 (vinte e quatro) horas semanais, do Servidor Público Municipal ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, ocupante do Cargo Público de Médico IV, exercendo a função de Médico Plantonista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, "atendimento médico plantão" no Instituto Santé - Hospital São Luiz, neste Município.

Parágrafo único: A alteração da carga horária de que trata o caput deste Artigo, a partir de 04 de Maio de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/
SC, 30 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.985 DE 30 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.985 DE 30 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.10 -	Manutenção das Atividades – da Estratégia Saúde da Família	
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família	
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339047.00.120 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 200,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.10 -	Manutenção das Atividades – da Estratégia Saúde da Família	
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família	
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339039.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/
SC, 30 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.892 DE 30 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.892 DE 30 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público, SÉRGIO DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, ocupante do cargo público de Fiscal, exercendo a função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 31 de Outubro de 2013 a 31 de Outubro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 04 de Maio de 2015 a 23 de Maio de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/
SC, 30 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.893 DE 30 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.893 DE 30 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, RENATO RONSKA, Matrícula Funcional nº 000405, Registro no Sistema sob nº 954255, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, referente ao período 15 de Abril de 2013 a 14 de Abril de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará férias no período de 04 de Maio de 2015 á 13 de Maio de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal deste Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.894 DE 30 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.757 DE 30 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 03 (zero três) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CAROLINA DA COSTA TELMA, Registro no Sistema sob nº 955161, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 11 de Fevereiro de 2015 á 13 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO DO 2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 73/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777.0001-24. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para até 30/10/2015. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 30/04/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Renato Adriano Seibt.

EXTRATO DO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 735/2015

CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08horas e 30 Min. do dia 07 de Julho de 2015, o Departamento de Licitações do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 735/2015 na modalidade de Concorrência nº 02/2015, para a para alienação de imóveis próprios municipais Lotes Urbanos 01A; 01B e 01C, da Quadra 23, do Município de Campo Erê/SC, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736 - Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, e pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Erê - SC, 30 de Abril de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 727/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08hs do dia 19 de Maio de 2015, o Departamento de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 727/2015 na modalidade de Tomada de Preço Nº 03/2015, para Implantação de Drenagem Pluvial, Passeio Público e Sinalização da Rua Alagoas conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30h às 11:30h e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Erê - SC, 29 de Abril de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº24/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18 de Maio de 2015 às 14:00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA SER USADO EM REPAROS NO SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO, MANUTENÇÃO E REPAROS DE SERVIÇOS ELETRICOS DA PREFEITURA, PRAÇA DA LAGOA MANSUR MERQUIADES ELIAS NO BAIRRO APARECIDA. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 e das 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 30 de Abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

AVISO DE PP03/2015.FUNDECAMPOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2015 - FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, torna público que fará realizar no dia 21 de Maio de 2015 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL DE USO VETERINÁRIO PARA UTILIZAÇÃO NA CAMPANHA DE CASTRAÇÃO E OUTROS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA NO ANO DE 2015. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 21 de Maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 01-2015 PROFISSIONAIS

ERRATA Nº 01 DO PROCESSO Nº 30/2015 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS (VARIAS ESPECIALIDADES) PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL, INTERIOR E UNIDADE PRISIONAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

Fica prorrogada a abertura do referido processo. Ao invés da abertura dia 04/05/2015 as 14:00, a abertura do certame passa a ser dia 08/05 as 14:00, sendo entregues os envelopes até as 13:45 horas do dia 08/05/2015.

Nelson Luiz de Paula

PORTARIA 1038/15

PORTARIA Nº 1038/15 de 23/04/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) VALÉRIA BELLOZUPKO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) VALÉRIA BELLOZUPKO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de abril de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1039/15

PORTARIA Nº 1039/15 de 23/04/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) MARCELO MAI TOTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) MARCELO MAI TOTI do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de abril de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de abril de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1040/15

PORTARIA Nº 1040/15 de 23/04/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) CARISE APARECIDA ALVES SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) CARISE APARECIDA ALVES SOUZA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de abril de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1041/15

PORTARIA Nº 1041/15 de 23/04/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) CRISTIANE APARECIDA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) CRISTIANE APARECIDA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de abril de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1042/15

PORTARIA Nº 1042/15 DE 23/04/15

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À EVA MARIA PEREIRA DOS REIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1568894470 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por idade a servidora EVA MARIA PEREIRA DOS REIS, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Gari, retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1045/15

PORTARIA Nº 1045/15 de 24/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALÉRIA BELLOZUPKO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VALÉRIA BELLOZUPKO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1046/15

PORTARIA Nº 1046/15 de 27/04/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1047/15

PORTARIA Nº 1047/15 de 27/04/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ARGEU GONÇALVES THIBES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) ARGEU GONÇALVES THIBES do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de abril de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1048/15

PORTARIA Nº 1048/15 de 27/04/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) INES VARELA DA LUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) INES VARELA DA LUZ do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 1049/15

PORTARIA Nº 1049/15 de 28/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária MARILSE FRANÇA, encontra-se em auxílio doença;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 361/2015

PORTARIA Nº. 361/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 2830/1997, **RESOLVE:**

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeada MIRIAN TEREZINHA DO PRADO para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 143/SMAFO/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 362/2015

PORTARIA Nº. 362/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 **RESOLVE:**

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Orientador Social, para atuar no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - Região II, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, o profissional SAMUEL DE AGUIAR SIMÕES, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 46260, e convocado conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 102/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 363/2015

PORTARIA Nº. 363/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, **RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ORLEANS ANTUNES DE OLIVEIRA FILHO, efetivo no cargo de Médico Neurologista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 27/04/2015 a 26/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 364/2015

PORTARIA Nº. 364/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARINEI TOBIAS BADAZ, concursada no cargo de Técnico em Enfermagem - ESF, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 365/2015

PORTARIA Nº. 365/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido RITA CASSIA KRAUSS WITT, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/04/2015, por motivo de aposentadoria junto ao INSS, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 366/2015

PORTARIA Nº. 366/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a JOSEFA ALVES PEREIRA, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2014, conforme comunicação interna nº 148/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 367/2015

PORTARIA Nº. 367/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 333/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a ANTONIO LICÉRIO BIGAS, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 23/04/2015 a 07/05/2015, conforme requerimento."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 368/2015

PORTARIA Nº. 368/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, **RESOLVE:**
DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional INES MARIA SZOSTAK CARDOSO, concursada no cargo de Cuidador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 24/04/2015, conforme comunicação interna nº 150/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 369/2015

PORTARIA Nº. 369/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido INES MARIA SZOSTAK CARDOSO, concursada no cargo de Cuidador, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 24/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 370/2015

PORTARIA Nº. 370/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; rESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o CEI Cecília Meirelles, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MAYARA WALTER DZALABY, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 202/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 371/2015

PORTARIA Nº. 371/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; rESOLVE: ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 27/04/2015, do profissional CLEVERSON SEBASTIÃO BUSKO, concursado no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº 076/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 372/2015

PORTARIA Nº. 372/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, rESOLVE: CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a RAFAELLE CRISTINA ROEDER, concursada no cargo de Farmacêutico Gerente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 04/05/2015 a 18/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 373/2015

PORTARIA Nº. 373/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, **RESOLVE:**
CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a NATANIELI LEITE, concursada no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 374/2015

PORTARIA Nº. 374/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, **RESOLVE:**
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 11 (onze) dias de Licença Prêmio a LEONILDA DE FÁTIMA PAVARIN, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, a desfrutar no período de 04/05/2015 a 14/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 375/2015

PORTARIA Nº. 375/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº 3.659/2003, da Lei Municipal nº 5.448/2014, da Lei Municipal nº 4.251/2007 e da Lei Municipal nº 5.139/2013, **RESOLVE:**

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Odontólogo Períodontia, para atuar no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional LUIS ARTUR BURGARDT, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 44.836, e convocado conforme Edital nº 020 de 26 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 130/SMS/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, para atuar na Unidade Básica de Saúde Cohab I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional MARINEI TOBIAS BADAZ, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0700, e convocada conforme Edital nº 019 de 26 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 128/SMS/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Fisioterapeuta, para atuar na Policlínica Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional DEBHORAH CASTELO BRANCO FURTADO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 45.160, e convocada conforme Edital nº 021 de 30 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 129/SMS/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 376/2015

PORTARIA Nº. 376/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; **RESOLVE:**

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Benedito Theresio de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional LEONILCE DE LARA FERREIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 204/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 377/2015

PORTARIA Nº. 377/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a DERLI CRESTANI, efetiva no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 14/04/2014, conforme comunicação interna nº 151/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 378/2015

PORTARIA Nº. 378/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, **RESOLVE:**
CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a GRISELE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/04/2015 a 17/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 379/2015

PORTARIA Nº. 379/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 334/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a MARLI DE FÁTIMA GOMES, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2015, conforme comunicação interna nº 138/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor."

Art. 2º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 248/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a ERLI FINTA, concursada no cargo de Professor - 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/04/2015, conforme comunicação interna nº 140/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor."

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 380/2015

PORTARIA Nº. 380/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº.1.305/90, rESOLVE:
INTERROMPER LICENÇA

Art. 1º - Fica interrompida a licença sem vencimento concedida a JUSSIMARA DE FATIMA ALVES, efetiva no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 04/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 381/2015

PORTARIA Nº. 381/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido RENATA APARECIDA HALABURA KONOPKA, efetiva no cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco, com remoção temporária para a EBM Benedito Therézio de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 382/2015

PORTARIA Nº. 382/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 rESOLVE:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional TÂNIA ELISETTE GONCHOROWSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 44.875, e convocada conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 04/05/2015, conforme comunicação interna nº 108/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 383/2015

PORTARIA Nº. 383/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:
CONSIDERANDO o TAC - termo de Ajuste de Conduta; rESOLVE:
EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada ELISA LOCH VIEIRA, contratada na função de Professor de Arte, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 2º - Fica exonerado SAMUEL ANTONIO RIBEIRO DE LIMA, contratado na função de Professor de Língua Portuguesa, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 3º - Fica exonerada SILVIA ELIANA LEITE SCHOLZ, contratada na função de Professor de Arte, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 4º - Fica exonerada KARINA HELENA FERREIRA JACOBOWSKI, contratada na função de Professor de Séries Iniciais, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 5º - Fica exonerada NATALIA HERBST DA SILVA, contratada na função de Professor de Séries Iniciais, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 6º - Fica exonerada DINAZELI TISCHLER FERNANDES CORREA, contratada na função de Professor de Séries Iniciais, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 7º - Fica exonerada ELI FRANCISCO FRIEDRICH, contratada na função de Professor de Educação Física, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 8º - Fica exonerada JOELMA ZIELINSKI, contratada na função de Professor de Matemática, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 9º - Fica exonerada EDIANE STREIT DE ALMEIDA NOGATH, contratada na função de Professor de Arte, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 10 - Fica exonerada CECILIA APARECIDA DA SILVA LUDKA, contratada na função de Professor de Matemática, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 11 - Fica exonerada ELOIDA PORTA PEREIRA, contratada na função de Professor de Séries Iniciais, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 12 - Fica exonerada ELISABETE GUDE RECK, contratada na função de Professor de Geografia, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 13 - Fica exonerada VERALICE MUNHOZ RIBEIRO DE LIMA, contratada na função de Professor de Geografia, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 14 - Fica exonerada CARLA ADRIANA GAN STAFIN, contratada na função de Professor de Matemática, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 15 - Fica exonerada TATIANA GOGOLA LINKOWSKI, contratada na função de Professor de Ciências, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 16 - Fica exonerado ALCEU GOESTEMEIER, contratado na função de Professor de História, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 17 - Fica exonerada CACIANE HENNING MEIRELLES, contratada na função de Professor de Geografia, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 18 - Fica exonerado LAERCIO BOBROVICZ, contratado na função de Professor de Geografia, ACT, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 160/DP/2015.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 384/2015

PORTARIA Nº. 384/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o TAC - termo de Ajuste de Conduta; **RESOLVE: EXONERAR**

Art. 1º - Fica exonerada GISELLE KLUPPEL LIMA (12.324), contratada na função de Médico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 2º - Fica exonerada CELIZE MARIA WEINERT (12.870), contratada na função de Médico Ginecologista/Obstetra, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 385/2015

PORTARIA Nº. 385/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o TAC - termo de Ajuste de Conduta; **RESOLVE:**
EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada ALMUTH SCHROEDER (12.287), contratada na função de Educador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 2º - Fica exonerada ROZARIA BRANDENBRUG MAIA (12.313), contratada na função de Educador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 3º - Fica exonerada ROSILENE NOGATH (12.317), contratada na função de Monitor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 4º - Fica exonerada SIOMARA DO ROCIO MARCONDES SAFANELLI (12.318), contratada na função de Monitor, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 5º - Fica exonerada ADRIANE CLAUDIA MARCIA BARTINICK DE CARVALHO LOIOLA (12.772), contratada na função de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 6º - Fica exonerada MARCELLI JOSLIN (12.768), contratada na função de Médico Veterinário, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 30/04/2015, conforme comunicação interna nº 159/DP/2015.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 003/FMEL/2015

PORTARIA Nº. 003/Fmel/2015

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, **RESOLVE:**

NOMEAR APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnica Desportiva de Ginástica, com lotação na Fundação Municipal de Esportes

e Lazer, a profissional Carla Regina Figura, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº001/2014, inscrito sob nº45218, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 04/05/2015.

Art.2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnica Desportiva de Ginástica, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a profissional Patrícia Hirt Mayer, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital nº001/2014, inscrito sob nº43386, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 04/05/2015.

Art.3º - Fica nomeado para exercer o cargo de Técnico Desportivo de Voleibol, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, o profissional José Roberto Krzesinski Filho, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital nº001/2014, inscrito sob nº44873, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 04/05/2015.

A efetiva posse da aprovada será contada nos termos do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 29/04/2015.

PUBLICAÇÃO ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 16/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 63/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 16/2015, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS COMUNS POR LUMINÁRIAS INTEGRADAS, LOCALIZADAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DO MATERIAL E TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

Aos 30 (trinta) dias, do mês de abril do ano de 2015, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. José Carlos Herbst e Sra. Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, representada pelo Sr. Mauro Voigt e SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP, representada pelo Sr. Edson da Silva Junior. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes, a qual foi analisada

e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ e CPF dos sócios de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. A Certidão de tributos Federais da empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP foi apresentada com seu prazo de validade vencido. Por estar participando da licitação na condição de EPP, o representante da empresa solicitou o prazo legal previsto na Lei complementar 123/2006 para regularização da situação. Foi concedido à empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA e SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas, habilitadas no certame, qual seja, QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA e SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º lugar a empresa QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA com o valor global de R\$ 113.906,20 e em 2º lugar a empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP com o valor global de R\$ 144.949,34. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA com o valor global de R\$ 113.906,20. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

José Carlos Herbst
Secretário

Cibele Neudorf Batista
Membro

QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA
Sr. Mauro Voigt

SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP
Sr. Edson da Silva Junior

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 40/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2015
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 40/2015
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 40/2015. Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilometro, destinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. VENCEDOR: KONRAD COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA (CNPJ: 05.500.026/0001-12). Valor: R\$ 257.400,00. Data da homologação: 30/04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/15
HOMOLOGAÇÃO: 30/04/15
CONTRATADO: CACILDA FUCK 41861558953
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) TRAJES, FEITOS SOB MEDIDA, PARA A DANÇA COREOGRÁFICA DOS IDOSOS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NOS JASTI - JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.441,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e um reais)

DATA: 30/04/15
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 03/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/15
HOMOLOGAÇÃO: 30/04/15
CONTRATADO: JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.621,45 (nove mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos)
DATA: 30/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/15
HOMOLOGAÇÃO: 30/04/15
CONTRATADO: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.866,75 (um mil oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

DATA: 30/04/15
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMS 03/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º FMS 13/2015
Dispensa de Licitação n.º FMS 03/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Vidal Ramos, 632 - Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 25, XI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME.

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras relativas à reforma e ampliação da casa dos diabéticos de canoinhas - ADIC, com o fornecimento de todo material e mão de obra necessária.

Valor: R\$ 78.881,38 (setenta e oito mil oitocentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 47/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 77/2015
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 47/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/05/2015, às 10h00min, licitação AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO UTILITÁRIO NOVO, 0 KM, FLEX, CABINE DUPLA, EQUIPADO COM NO MÍNIMO AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 18/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 48/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 79/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 48/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2015, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO A FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h10min do dia 15/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 40/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2015
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 40/2015
RESULTADO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Pregoeiro, torna público o RESULTADO FINAL do Processo acima, que tem por objeto a Aquisição de 01 (um) caminhão novo, zero quilometro, destinado a Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Rural. VENCEDOR empresa KONRAD COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA (CNPJ: 05.500.026/0001-12). Valor global: R\$ 257.400,00. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Paulo Cesar Safanelli
Pregoeiro

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 4/2015 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 2.441,00

Licitação.....: 4/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) TRAJES, FEITOS SOB MEDIDA, PARA A DANÇA COREOGRÁFICA DOS IDOSOS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NOS JASTI - JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	311043588	- SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE 15 TRAJES PARA DANÇA COREOGRÁFICA - Unidade: SER					
16591		CACILDA FUCK 41861558953	1,000	0,0000	1.837,2951	1.837,30	Venceu	1 *****

Item.....: 2	-	311043589	- MATERIAIS NECESSARIOS PARA CONFEÇÃO DE 15 TRAJES - Unidade: UN					
16591		CACILDA FUCK 41861558953	1,000	0,0000	603,7049	603,70	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)		
MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO		
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - SUPLENTE PREGOEIRO		
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE		
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC		
TAYNÁ MACHADO - - CRC/SC 037083/P-8		

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/29

Total dos Itens Vencedores: 11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015

Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 23080 - PINCÉIS Nº 0 - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	10.000	0,0000	4,2550	42,55	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 1040034 - PINCEL Nº. 4 - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	10.000	0,0000	3,2650	32,65	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 43049 - PINCEL Nº8. - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	5,6767	85,15	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 1978 - PINCEL Nº 10 - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	4,1967	62,95	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 43047 - PINCEL Nº 12 - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	5,7267	85,90	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6 - 43048 - PINCEL Nº 16 - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	7,7967	116,95	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7 - 1040033 - PINCEL Nº 14 - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	6,2267	93,40	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8 - 1040038 - PINCEL 1'5 POLEGADAS PARA COBERTRA DE GRANDES ÁREAS - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	10.000	0,0000	7,4650	74,65	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 9 - 1040048 - TINTA 37 ML VERMELHO FOGO P/ TECIDO ALGODOAÇÃO TOXICA RESIST - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	2,0933	31,40	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15.000	0,0000	2,0967	31,45	Perdeu	2
Item.....: 10 - 1040049 - TINTA 37 ML VERMELHO NATAL P/TECIDO ALGODOAÇÃO TOXICA RESIS - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	20.000	0,0000	1,1750	23,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	20.000	0,0000	1,1800	23,60	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	- 1040050	- TINTA 37 ML AMARELO OURO P/ TECIDO ALGODÃO NÃO TOXICA RESIST	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15,000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15,000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 12	- 1040051	- TINTA 37 ML AMARELO CANÁRIO P/ TECIDO ALGODÃO NÃO TOXICA RES	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15,000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15,000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 13	- 1040052	- TINTA 37 ML ROSA BEBÊ P/ TECIDO ALGODÃO NÃO TOXICA RESISTENT	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15,000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15,000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 14	- 1040053	- TINTA 37 ML MAGENTA P/ TECIDO ALGODÃO NÃO TOXICA RESISTENT	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15,000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15,000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 15	- 1040054	- TINTA 37 ML AZUL TURQUESA P/ TECIDO ALGODÃO NÃO TOXICA	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	20,000	0,0000	1,1750	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	20,000	0,0000	2,3500	47,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFEÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 1040055	- TINTA 37 ML VERDE P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESIS	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15.000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 17	- 1040056	- TINTA 37 ML VERDE KIVI P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESISTEN	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15.000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 18	- 1040057	- TINTA 37 ML VERDE MUSGO P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESIST	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15.000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 19	- 1040058	- TINTA 37 ML VERDE FOLHA P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESISTE	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15.000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15.000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2
Item.....: 20	- 1040059	- TINTA 37 ML BRANCO P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESISTENT	- Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	40.000	0,0000	1,5700	62,80	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	40.000	0,0000	2,3500	94,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21	-	1040060	- TINTA 37 ML OCRE OURO P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESIST - Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	15,000	0,0000	1,5667	23,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	15,000	0,0000	2,3500	35,25	Perdeu	2

Item.....: 22	-	1040061	- TINTA 37 ML MARROM P/ TECIDO ALGODAO NÃO TOXICA RESIST - Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	20,000	0,0000	1,5700	31,40	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	20,000	0,0000	2,3500	47,00	Perdeu	2

Item.....: 23	-	1040062	- CAIXA CONTENDO 12 UND DE CANETA PRETA COM PONTA POLIESTER - Unidade: CXA					
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	1,000	0,0000	38,9000	38,90	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 24	-	1040063	- TESOURAS MULTUISO FORMATO ANATÔMICOPARA SE ADEQUAR PERFEITAM - Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	10,000	0,0000	3,5000	35,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	JOCAR	10,000	0,0000	4,0000	40,00	Perdeu	2

Item.....: 25	-	1040064	- TESOURAS MULTUISO FORMATO ANATÔMICO PARA S/ PONTA - Unidade: UN					
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	10,000	0,0000	9,5000	95,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26	- 1040065	- STENCIL LINHA COUNTRY - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	4,8500	4,85	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27	- 1040066	- STENCIL LINHA MARÍTIMA - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	4,8500	4,85	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 28	- 1040067	- STENCIL LINHA BARRADOS - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	4,8500	4,85	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 29	- 1040068	- STENCIL LINHA INFANTIL - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	4,8500	4,85	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30	- 1040069	- STENCIL LINHA DATAS COMEMORATIVAS - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	4,8500	4,85	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/29

11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015

Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 1040070 - STENCIL LINHA - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	4,6500	4,65	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 32 - 32845 - COLA BRANCA 1KG - Unidade: TUBO

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	KOALA	15,000	0,0000	10,3500	155,25	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 33 - 311043678 - MARCADOR PERMANENTE PRETO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	2,000	0,0000	51,9900	103,98	Cancelado	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	JOCAR	2,000	0,0000	62,0000	124,00	Classificado	0

Item.....: 34 - 311043679 - CAIXA LÁPIS DE COR - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	LABRA	3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 35 - 17112 - CANETA AZUL BIC - Unidade: CXA

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	COMPACTOR	3,000	0,0000	33,3000	99,90	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 36	-	311043640	- COLA PARA DECOPAGEM (MADEIRA, ETC...)	-	Unidade: TUBO			
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	20,000	0,0000	4,6000	92,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	20,000	0,0000	4,7000	94,00	Perdeu	2

Item.....: 37	-	311043639	- COLA PARA DECOPAGEM (TECIDO)	-	Unidade: TUBO			
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	20,000	0,0000	4,5000	90,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	20,000	0,0000	5,0000	100,00	Perdeu	2

Item.....: 38	-	42061	- PAPEL PARA DECOPAGEM	-	Unidade: UN			
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TELA NIPO	40,000	0,0000	1,8875	75,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 39	-	2610	- COLA PARA EVA 35 G	-	Unidade: UN			
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	30,000	0,0000	1,0000	30,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	30,000	0,0000	1,1667	35,00	Perdeu	2

Item.....: 40	-	311043644	- COLA LANTEJOUOLA, PEGAMENTO BEADS GLUE, 90G	-	Unidade: TUBO			
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	40,000	0,0000	3,3200	132,80	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	40,000	0,0000	3,3300	133,20	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFEÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41	- 14787	- TINTA DIMENS. RELEVO BRILHANTE 3D COLOR INCOLOR TUBO C/35ML - Unidade: TUBO						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	30,000	0,0000	1,6667	50,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	30,000	0,0000	1,8333	55,00	Perdeu	2
Item.....: 42	- 311043645	- TINTA DIMENSIONAL METALLIC RELEVO 3D COLOR 35ML (CORES VARIA - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	30,000	0,0000	1,9667	59,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	30,000	0,0000	2,0000	60,00	Perdeu	2
Item.....: 43	- 311043646	- TINTA PARA TECIDOS PINTURA TEXTIL ACRIPUFF 35ML CORES DIVERS - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	30,000	0,0000	1,8333	55,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	30,000	0,0000	2,0000	60,00	Perdeu	2
Item.....: 44	- 311043649	- FOLHA DE EVA 40CM X 60CM CORES DIVERSAS - Unidade: UN						
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	VMP	50,000	0,0000	2,1900	109,50	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 45	- 311043650	- FOLHA DE EVA 40x60CM CORES DIVERSAS COM BRILHO - Unidade: UN						
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	VMP	50,000	0,0000	5,8200	291,00	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46 - 311043651 - FOLHA DE EVA 40x60CM COM ESTAMPAS DIVERSAS - Unidade: UN								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	VMP	50.000	0,0000	6,0500	302,50	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47 - 311043652 - PAPEL CREPOM 48CMx2M COM 10 FLS CORES DIVERSAS - Unidade: UN								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	VMP	30.000	0,0000	4,8100	144,30	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 48 - 311043656 - TINTA FOSCA PARA ARTESANATO LÁTEX PVA BASE ÁGUA 100ML - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	50.000	0,0000	3,3000	165,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	50.000	0,0000	3,4000	170,00	Perdeu	2
Item.....: 49 - 311043657 - TINTA ACRÍLICA FOSCA/MATE LÁTEX PVA, BASE DE ÁGUA 37ML - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	50.000	0,0000	1,5000	75,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	50.000	0,0000	1,6000	80,00	Perdeu	2
Item.....: 50 - 311043658 - BOLA DE ISOPOR 15MM - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	10.000	0,0000	5,4500	54,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 51 - 311043659 - BOLA DE ISOPOR 30MM - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	10,000	0,0000	8,6500	86,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 52 - 29856 - BOLA DE ISOPOR 50MM - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	10,000	0,0000	9,9500	99,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 53 - 32078 - CARTOLINAS COLORIDAS - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 54 - 44858 - ROLO DE TECIDO PARA CONFECÇÃO DE PANO DE PRATO - Unidade: ROL

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	MABER	25,000	0,0000	66,0000	1.650,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	MARTINS	25,000	0,0000	68,0000	1.700,00	Perdeu	2

Item.....: 55 - 25413 - JUTA CRU - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	100,000	0,0000	3,8500	385,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/29

11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 56 - 46584 - TELA PARA BORDAR LISA - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ESTILO TEX	30,000	0,0000	26,6667	800,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 57 - 1040040 - NOVELO DE LÁ C/ 28 DE LÁ BRANCA 100% ACRÍLICO 100G - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	40,000	0,0000	5,8750	235,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	40,000	0,0000	6,0000	240,00	Perdeu	2

Item.....: 58 - 1040041 - NOVELO DE LÁ PRETA 100% ACRÍLICO 100G - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	40,000	0,0000	6,0000	240,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	40,000	0,0000	6,1250	245,00	Perdeu	2

Item.....: 59 - 1040042 - NOVELO DE LÁ C/ 28M DE LÁ MESCLADA CORES DIVERSAS 100% ACRI - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	40,000	0,0000	6,0000	240,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	40,000	0,0000	7,5500	302,00	Perdeu	2

Item.....: 60 - 1040043 - NOVELO DE LÁ ROSA 100G COM 200M 100% ACRILICO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	30,000	0,0000	5,8333	175,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	30,000	0,0000	7,4500	223,50	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 61	-	1040044	- NOVELO DE LÃ AMARELA 100G COM 200M 100% ACRILICO	- Unidade: UN				
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	30,000	0,0000	5,8333	175,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	30,000	0,0000	7,4500	223,50	Perdeu	2

Item.....: 62	-	1040045	- ROLO DE BARBANTE CM 717 M, Nº. 06 FIOS CORES DIVERSAS	- Unidade: UN				
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	APOLO	10,000	0,0000	11,4000	114,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 63	-	1040042	- NOVELO DE LÃ C/ 28M DE LÃ MESCLADA CORES DIVERSAS 100% ACRI	- Unidade: UN				
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10,000	0,0000	11,8600	118,60	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	10,000	0,0000	11,8700	118,70	Perdeu	2

Item.....: 64	-	36393	- FIOS DE CROCHÊ	- Unidade: UN				
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMO	50,000	0,0000	4,0600	203,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 65	-	311043677	- NOVELO DE FIO BARROCO DECORE 65% ALGODÃO E 35% POLIESTER	- Unidade: UN				
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10,000	0,0000	9,8000	98,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/29

Processo / Ano: 10/2015		Processo Administrativo: 11,488,20						
Licitação.....: 3/2015 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFEÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 66 - 1040071 - PASSA FITA C/ BORDADO INGLES 4CM FITA 7MM - Unidade: PC								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	17,0000	85,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	5,000	0,0000	18,0000	90,00	Perdeu	2
Item.....: 67 - 1040072 - PASSA FITA 2CM FITA 7MM - Unidade: PC								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	17,0000	85,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	5,000	0,0000	28,7500	143,75	Perdeu	2
Item.....: 68 - 1040073 - BORDADO INGLES COM LUREX 45MM - Unidade: PC								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	17,7400	88,70	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 69 - 1040074 - BORDADO INGLES 10 CM - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	22,0000	110,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	5,000	0,0000	23,0000	115,00	Perdeu	2
Item.....: 70 - 1040075 - RENDA MARGARIDA 52 CM CORES DIVERSAS - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	8,8000	44,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/29

11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 71	-	1040076	-	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX Nº 2,0 MM	-	Unidade: UN		
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10.000	0,0000	3.2000	32,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 72	-	1040077	-	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX Nº 3,0 MM	-	Unidade: UN		
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10.000	0,0000	3.2000	32,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 73	-	1040078	-	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX Nº 4,5 MM	-	Unidade: UN		
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10.000	0,0000	3.3500	33,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 74	-	1040079	-	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX Nº 1,25 MM	-	Unidade: UN		
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10.000	0,0000	2.7800	27,80	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 75	-	1040080	-	AGULHA DE CROCHE AÇO INOX Nº 1,5 MM	-	Unidade: UN		
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	10.000	0,0000	2.7800	27,80	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 81	- 1040086	- AGULHA DE TRICÔ Nº. 6,5 - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	5,0000	25,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 82	- 1040087	- AGULHA MÁGICA PARA LÃ PONTO RUSSO Nº 25 - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	14,8800	74,40	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 83	- 1040088	- AGULHA MÁGICA PARA LÃ PONTO RUSSO Nº 10, 14, 16 - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	5,000	0,0000	13,3800	66,90	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 84	- 1040090	- BASTIDOR Nº 10 DE PLASICO COM REGULAGEM - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TELA NIPO	2,000	0,0000	15,4500	30,90	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 85	- 1040091	- BASTIDOR Nº 12 DE PLASICO COM REGULAGEM - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TELA NIPO	2,000	0,0000	22,5500	45,10	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/29

11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 86 - 1040092 - BASTIDOR Nº 30 DE PLASICO COM REGULAGEM - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	TELA NIPO	2,000	0,0000	26,9000	53,80	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 87 - 1040099 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO PARA PATCHWORK,CARTONAGEM, - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	17,0800	85,40	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 88 - 1040100 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO MOTIVOS INFANTIL - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	19,2000	96,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 89 - 1040101 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO MOTIVOS ANIMAL - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	19,2000	96,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 90 - 1040102 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO MOTIVOS PÁScoa - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	22,4000	112,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/29

Processo / Ano: 10/2015		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		11.488,20				
Licitação.....:	3/2015 - PR							
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 91 - 1040103 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO MOTIVOS NATAL - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	22,4000	112,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 92 - 1040104 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO MOTIVOS COZINHA - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	20,0000	100,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 93 - 1040107 - TECIDO TRICOLINE 100% ALGODAO APLICES COM ARABESCOS - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	SUPREMA	5,000	0,0000	19,2000	96,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 94 - 1040108 - BARRA DE 1 KG MASSAPARA BISCUIT BRANCO PORCELANA FRIA - Unidade: UN								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	KIT	10,000	0,0000	16,9000	169,00	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 95 - 1040109 - JOGO DE CARIMBOS PARA TRABALHAR COM MASSA (BISCUIT) FORM VAR - Unidade: JOG								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/29

Processo / Ano: 10/2015		Processo Administrativo: 11.488,20						
Licitação.....: 3/2015 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 96 - 1040110 - TOALHA 49 X 80 DE ROSTO PARA BORDAR - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ATLÂNTIDA	15,000	0,0000	8,9133	133,70	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 97 - 1040111 - TOALHA DE BANHO 67 X 1.85 PARA BORDAR - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ATLÂNTIDA	15,000	0,0000	21,0667	316,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 98 - 1040113 - FELTRO VERMELHO 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 99 - 1040112 - FELTRO AZUL 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 100 - 1040114 - FELTRO AMARELO 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 21/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 101	- 1040115	- FELTRO BRANCO 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	2,000	0,0000	10,0000	20,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 102	- 1040116	- FELTRO ROSA 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 103	- 1040117	- FELTRO LARANJA 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	2,000	0,0000	10,0000	20,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 104	- 1040118	- FELTRO MARROM 1,40 DE LARGURA 100% POLIESTER - Unidade: M						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINESSE	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 105	- 1040119	- CONES DE FIO P/ COSTURA RETA BRANCO 100% POLIESTER C/ 1829M - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CORRENTE	10,000	0,0000	3,6000	36,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	10,000	0,0000	3,6200	36,20	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/29

Processo / Ano: 10/2015 Processo Administrativo: 11.488.20

Licitação.....: 3/2015 - PR

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 106 - 1040120 - CONES DE FIO P/ COSTURA RETA PRETO 100% POLIESTER C/ 1829M - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CORRENTE	10,000	0,0000	3,6000	36,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	10,000	0,0000	3,6200	36,20	Perdeu	2
Item.....: 107 - 1040121 - CONES DE FIO P/ COSTURA RETA AZUL 100% POLIESTER C/ 1829M - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CORRENTE	10,000	0,0000	3,6000	36,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	10,000	0,0000	3,6200	36,20	Perdeu	2
Item.....: 108 - 1040123 - CONES DE FIO P/ COSTURA RETA VERMELHO 100% POLIESTER C/ 1829M - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CORRENTE	10,000	0,0000	3,0000	30,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	10,000	0,0000	3,0500	30,50	Perdeu	2
Item.....: 109 - 1040124 - ROLO DE FIO DE COSTURA CORES DIVERSAS 100 % POLIESTER - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CORRENTE	10,000	0,0000	3,0000	30,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	CIRCULO	10,000	0,0000	3,0500	30,50	Perdeu	2
Item.....: 110 - 1040125 - FITA DE CETIM 10 MM - Unidade: M								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	30,000	0,0000	0,5667	17,00	Venceu	1 *****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 23/29

11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 111 - 311043634 - FITA DE CETIM 7mm CORES DIVERSAS - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	30,000	0,0000	0,4867	14,60	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 112 - 311043635 - FITA DE CETIM 2CM CORES DIVERSAS - Unidade: M

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CIRCULO	30,000	0,0000	0,7333	22,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 113 - 48526 - VERNIZ ACRÍLICO BRILHANTE, EMBALAGEM DE 100 ML. - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	50,000	0,0000	6,1000	305,00	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 114 - 311043641 - TERMOLINA LEITOSA 250ML - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	20,000	0,0000	7,0650	141,30	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 115 - 311043642 - AGUARRÁS MINERAL 100ML - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	ACRILEX	30,000	0,0000	4,9900	149,70	Venceu	1 ****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 24/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 116 - 311043643 - FRASCO DE PRIMER BRANCO SPRAY MULTIUSO 360ML, 250G - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 117 - 43231 - PISTOLA GRANDE DE COLA QUENTE. - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SERTIC	10,000	0,0000	18,6200	186,20	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 118 - 311043647 - PISTOLA DE COLA QUENTE TAMANHO MÉDIO - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	SERTIC	10,000	0,0000	12,4500	124,50	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 119 - 311043648 - COLA QUENTE EM BASTÃO 7,5MM X 30CM 1KG - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP	RENDICOLLA	3,000	0,0000	32,0000	96,00	Venceu	1 *****
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 120 - 311043654 - CAXINHAS EM MDF CRU PARA ARTESANATO - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 25/29

11.488,20

Processo / Ano: 10/2015
Licitação.....: 3/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 121	- 311043655	- VASINHO EM MDF CRU - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 122	- 311043660	- BALOES TAMANHO 7,0 - Unidade: PCT						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 123	- 311043662	- PORTA JOIAS COM DIVISÓRIAS - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 124	- 43680	- PORTA RETRATO DE MADEIRA - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 125	- 311043664	- CAXINHA - Unidade: UN						
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 26/29

Processo / Ano: 10/2015		Processo Administrativo: 11.488,20						
Licitação.....: 3/2015 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFEÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 126 - 311043665 - CAIXA PARA MEDICAÇÃO - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 127 - 311043666 - PORTA FRALDAS - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 128 - 311043667 - BANDEJAS 26X7X10CM - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 129 - 20493 - PORTA LAPIS - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 130 - 311043669 - CAIXA DE CHÁ - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 27/29

Processo / Ano: 10/2015		Processo Administrativo: 11.488,20						
Licitação.....: 3/2015 - PR		1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA, A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 131 - 311043671 - PORTA CARTAS 26X5X15CM - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 132 - 311043670 - PORTA PAPEL TOALHA 16X5X16,5X27CM - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 133 - 311043672 - TAMPA REDONDA EM MDF PARA LATAS TAMANHO MÉDIO - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 134 - 311043673 - TAMPA REDONDA EM MDF PARA LATAS TAMANHO GRANDE - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 135 - 311043674 - PAR DE OLHOS CORES DIVERSAS/ TAMANHOS VARIADOS - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	20,000	0,0000	5,9750	119,50	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 28/29

11.488,20

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 10/2015

Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECÇÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 136 - 311043675 - KIT CRAQUELÊ 55ML CORES DIVERSAS - Unidade: UN

12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	15,1900	15,19	Cancelado	0

Item.....: 137 - 311043676 - VERNIZ CRAQUELÊ SOLÚVEL EM ÁGUA - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	ACRILEX	1,000	0,0000	3,9500	3,95	Venceu	1 ****
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 138 - 311043661 - CAPELA 30 ALTURA X 22 LARGURA X 10 PROFUNDIDADE - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 139 - 311043663 - PORTA COPOS COM SUPORTE - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 140 - 311043668 - CESTA DE BEBÊ 35,5X21X9CM - Unidade: UN

9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 29/29

Processo / Ano: 10/2015

Licitação.....: 3/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA ARTE TERAPIA A SEREM UTILIZADOS NA CONFECCÃO DE TRABALHOS MANUAIS, REALIZADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 11.488.20

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 141 - 44044 - QUADRO COM VIDRO - Unidade: UN								
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 142 - 311043683 - FIBRA SILICONADA PARA ENCHIMENTO 2KG - Unidade: UN								
12704	COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9634	JANICE DAS GRAÇAS DA SILVEIRA SCHOLZ	CATARINENSE	2,000	0,0000	21,4400	42,88	Cancelado	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK -	SUPLENTE	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0	

Capinzal

PREFEITURA

FME CONTRATO 0002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0002/2015 Contratante...: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL Contratada...: ALEXANDRE NEWTON MOSLINGER ME Valor.....: 13.018,00 (treze mil e dezoito reais) Vigência.....: Início: 30/04/2015 Término: 02/05/2016 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo para competições e escolinhas da Fundação Municipal de Esportes de Esportes de Capinzal - F.M.E Capinzal, 30 de Abril de 2015	

PMC CONTRATO 0158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0158/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: A. ZAMBONI RAMOS - SHOWS E EVENTOS - ME Valor.....: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) Vigência.....: Início: 30/04/2015 Término: 30/07/2015 Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2015 Processo_Licitatório.....: 00099 / 2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: Contratação de show para atuar no Evento em Comemoração ao Dia do Trabalhador, a se realizar no dia 01 de Maio de 2015, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito. Capinzal, 30 de Abril de 2015	

PMC CONTRATO 0159/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0159/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: MOTO TRACK COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA Valor.....: 29.000,00 (vinte e nove mil reais) Vigência.....: Início: 30/04/2015 Término: 31/12/2015 Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015 Processo_Licitatório.....: 00087 / 2015 Recursos.....: Dotação: Objeto.....: Aquisição de Motocicleta 0 (zero) Quilômetro, para uso da Polícia Militar de Capinzal/SC, a fim de promover o policiamento de trânsito e a segurança pública dos cidadãos deste município. Capinzal, 30 de Abril de 2015	

PORTARIA 160/2015

PORTARIA Nº 160, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, rESOLVE:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 125/2001, que colocou a servidora Ivone Salete Rosseti Chiamolera, matrícula nº 311430/01, à disposição do CIRETRAN, conforme ofício nº 075/2015/GAB.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 161/2015

PORTARIA Nº 161, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, rESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Ivone Salete Rosseti Chiamolera, matrícula nº 311430/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Escritório, nível 067, referência H, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Departamento de Transportes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social e concede FC - 3.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 162/2015

PORTARIA Nº 162, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, rESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 362/2015, Claudionor de Abreu, matrícula nº 327532/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 163/2015

PORTARIA Nº 163, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 376/2015, Gleneste Fernandes Wirth, matrícula nº 403113/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 0002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2015

CONCORRÊNCIA Nº 0002/2015

Objeto: Aquisição de imóvel (terreno) no perímetro rural do município de Catanduvás conforme Lei nº 2.486 do dia 07 de Abril de 2015.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 02 de junho de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 30 de abril de 2015, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás - SC, 30 de abril de 2015.

Alberto Broll

Prefeito Municipal e. e.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PMC Nº 0001/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PMC Nº 0001/2015

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

LOCATÁRIO: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

LOCADOR: SHARUC - SOCIEDADE HÍPICA ATLÉTICA RECREATIVA UNIÃO CATANDUVENSE

OBJETO: O objeto deste contrato consiste na locação de uma área construída de 890,00 m² (oitocentos e noventa metros quadrados), parte integrante de uma área maior de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) do prédio localizado à Rua Nereu Ramos, s/nº, Centro, em Catanduvás - SC, de propriedade do LOCADOR.

VALIDADE: De 1º de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2016.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Catanduvás/SC, 14 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0002/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0002/2015
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS TRANSMISSORAS DE SINAIS DE TELEVISÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC
CONTRATADO: ALTIVIR BOBELA ME

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica das transmissoras de sinais de televisão deste município durante o ano de 2015.

VALOR: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.
VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a partir de sua assinatura.

Catanduvás - SC, 01 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
ALBERTO BROLL

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0006/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0006/2015
PREGÃO Nº 0016/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: NEUDI ANTONIO BORTOLOTTI - ME

Objeto: Contratação de serviços mecânicos visando a manutenção dos veículos da frota oficial do município de Catanduvás, bem como o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social e Conselho Tutelar.

VALOR: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvás - SC, 06 de abril de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0007/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0007/2015
PREGÃO Nº 0018/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Fornecimento de leite, para benefícios eventuais, para o ano de 2015.

VALOR: R\$ 5.230,00 (cinco mil duzentos e trinta reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvás - SC, 27 de abril de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0008/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0008/2015
PREGÃO Nº 0018/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

OBJETO: Fornecimento de cestas básicas e frangos, para benefícios eventuais, para o ano de 2015.

VALOR: R\$ 9.018,00 (nove mil e dezoito reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvás - SC, 27 de abril de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0009/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0009/2015
PREGÃO Nº 0021/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: PANIFICADORA ART PÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de doces e salgados para os encontros semanais e mensais realizados pelo departamento de Assistência Social, CRAS, CREAS, Programa Acesse Suas Trabalho (PRONATEC) e as Conferências Municipais.

VALOR: R\$ 12.920,00 (doze mil novecentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvás - SC, 28 de abril de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0010/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0010/2015
PREGÃO Nº 0023/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de limpeza e higiene para a entidade PATRONATO ANJO DA GUARDA (Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes) através do Repasse Fundo a Fundo do Estado para o custeio da Alta Complexidade.

VALOR: R\$ 1.910,00 (mil novecentos e dez reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvás - SC, 29 de abril de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0011/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0011/2015
PREGÃO Nº 0023/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a entidade PATRONATO ANJO DA GUARDA (Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes) através do Repasse Fundo a Fundo do Estado para o custeio da Alta Complexidade.

VALOR: R\$ 11.581,80 (onze mil quinhentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

Catanduvas - SC, 29 de abril de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0028/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0028/2015
PREGÃO Nº 0013/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: RT DECORAÇÕES LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 11 de março de 2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 Fica aditivado ao item 2 do contrato a quantidade de 02 (duas) persianas, perfazendo um total de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), representando 10,66% (dez vírgula sessenta e seis por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.
2.2. O valor total do contrato passa a ser de R\$ 9.960,00 (nove mil e novecentos e sessenta e seis reais).

Catanduvas - SC, 28 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Alberto Broll

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
CONTRATADA: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

.Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de outubro de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor total do contrato passa a ser de 21.213,75 (vinte e um mil duzentos e treze reais e setenta e cinco centavos), perfazendo um total de 24,68% (vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvas - SC, 13 de março de 2015.
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Elizete Cardoso da Silva

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 24/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 24/2015.
Vigência: 24/03/2015 à 31/12/2015
Processo Licitatório nº 28/2015.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JARDEL BATISTI ME
Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

Objeto O presente contrato tem por objeto a aquisição de madeira serrada quadrada e em pranchas a serem utilizadas na construção de pontes e bueiros nas localidades do Município, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde
1	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA QUADRADA 12 x 8 COM 3,5 MT DE	m³	2,00
2	MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA EM PRANCHAS 6 x 30 COM 4,00 MT DE COMPRIMENTO.	m³	12,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 25/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 25/2015.
Vigência: 27/03/2015 à 31/12/2015
Processo Licitatório nº 24/2015.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA
Valor: R\$ 109.725,00 (cento e nove mil setecentos e vinte e cinco reais).

Objeto O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de perfuração e detonação de aproximadamente 9.500 m³ de saibro, na Cascaheira localizada na Localidade de Alto Rio Saltinho, Estrada Geral, Chapadão do Lageado - SC, com malha de perfuração de 6 metros de profundidade aproximadamente, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para a realização dos serviços.

DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 26/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 26/2015.

Vigência: 13/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 35/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RT TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

Objeto O Contrato tem por objeto a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto da Motoniveladora Huber Warco, utilizados pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Jogo de Reparo do Comando	Un	1,00
2	Serviços de desmontar, regular, retificar e montar comando hidráulico e suas fatias e cromar hastes	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 27/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 27/2015.

Vigência: 24/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 43/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ESCOBRINQ LTDA EPP

Valor: R\$ 48.111,76 (quarenta e oito mil cento e onze reais e setenta e seis centavos);

Objeto O Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA E MÓVEIS DIVERSOS, para atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II e Projeto/Prospecto - Anexo IX.

LOTE: 1			
Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
1	Armário em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco,tampo com 30mm de espessura,pés metálicos,com 12 cm, medidas de 1,20m x 0,91 m de alto x 0,60m de fundo,com prateleiras reforçadas divisórias conforme projeto desenvolvido,contendo 3 portas.	Un	2,00

2	Criado Mudo, em MDF 15mm, arauco cor branco na parte interna, com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco,tampo com 30mm de espessura,pés metálicos,com 12 cm, medidas de 0,5m x 0,91 m de alto x 0,60m de fundo,com prateleiras reforçadas divisórias conforme projeto desenvolvido,com 1 gaveta com corredeira telescópica e uma porta.	Un	1,00
3	Armário em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco, medidas de 1m x 1,75 m de alto x 0,50m de fundo,com 4 prateleiras reforçadas divisórias conforme projeto desenvolvido,contendo 2 portas com chaves.	Un	4,00
4	Armário baixo, Armário em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco,tampo com 30mm de espessura,pés metálicos,com 12 cm, medidas de 1m x 0,91 m de alto x 0,60m de fundo,com 1 prateleiras reforçadas divisórias conforme projeto desenvolvido,contendo 2 portas.	Un	3,00
5	Mesas em MDF 30mm arauco em cor Teka Artico com tampo reforçado,com medidas de 1,50mx1,50m com 0,60m de profundidade.	Un	9,00
6	Gaveteiro em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),com chave,tampo com 30mm de espessura,com rodízio de silicone com 0,40m x0,67m de altura,e 0,50 de profundidade,corredeira telescópica.	Un	11,00
7	Armário em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco com paineliro com 4 divisórias, com aéreo medindo 1,50m,e duas portas paineliro com 2,25 de alto,com mesa embutida de 0,90 m com altura de 0,80cm e profundidade de 0,50 m	Un	1,00
8	Mesa para escritório com 1,85m de comprimento com 0,60 de profundidade, 0,85 de alto, com 1 porta de 0,40m com prateleira central e em outra extremidade com 4 gavetas de 0,40 m a primeira com chave,corredeira telescópica.	Un	1,00
9	Bancada, em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco,tampo com 30mm de espessura,pés metálicos,com 12 cm, medidas de 3,55m x 0,90 m de alto x 0,60m de fundo,com prateleiras reforçadas,com 6 portas e 4 gavetas e 2 gavetões,com corredeira telescópica divisórias conforme projeto desenvolvido.	Un	1,00
10	Bancada em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico,em formato de U, puxadores metálicos (alumínio),dobradiças caneco,tampo com 30mm de espessura, medidas de 4,19m x 0,91 m de alto x 0,60m de fundo,no centro com 8 gavetas a primeiras com chaves,corredeira telescópica, laterais com medidas de 1,30mx0,91 de alto e 0,60 de fundo com 3 portas cada lateral,prateleiras reforçadas.de acordo com o projeto em anexo	Un	1,00

11	Armário em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico, puxadores metálicos (alumínio), dobradiças caneco, medidas de 2m x 2,15 m de alto x 0,50m de fundo, com prateleiras reforçadas divisórias conforme projeto desenvolvido, contendo 4 portas com chave.	Un	1,00
12	Bancada em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico, puxadores metálicos (alumínio), dobradiças caneco, tampo com 30mm de espessura, medidas de 2,47m x 0,86 m de alto x 0,51m de fundo, com 6 portas parte interna, com 1 prateleira reforçada, parte superior com espaço para 1 pia inox de 1,20 e um lavabo de 0,61m de acordo com projeto.	Un	1,00
13	Mesa com bancada e armários em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico, puxadores metálicos (alumínio), dobradiças caneco, tampo com 30mm de espessura, com 4 portas e 4 gavetas, corredeira telescópica com mesa de 1,80mx0,70m de fundo x 0,76m de alto, com bancada em L de 1,70mx1,30 com 0,60m de fundo por 0,80m de alto, como ilustrado no projeto.	Un	1,00
14	Mesa com bancada e armários em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico, puxadores metálicos (alumínio), dobradiças caneco, tampo com 30mm de espessura com reforço, com 5 portas com mesa de fundo de 0,70m x 1,63m de comprimento, com 0,76m alto e armários em L com medidas de 1,35m x 1,66m com profundidade de 0,60m e altura de 0,76m, como ilustrado no projeto.	Un	1,00
15	Aéreo de 1,20m com 0,60m de alto e 0,50 m de fundo com 3 portas 1 separada individual e outras com 1 prateleira como ilustrado em projeto em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico, puxadores metálicos (alumínio), dobradiças caneco	Un	1,00
16	Armário em MDF 15mm arauco cor branco na parte interna com partes externas em cor Teka ártico, puxadores metálicos (alumínio), dobradiças caneco, medidas de painel, com 2,15m de alto x 0,5m de fundo, com largura de 0,52m, na lateral com um aéreo com 1 porta de 0,5m x 0,6m de alto e 0,5m de fundo para embutir geladeira	Un	1,00

LOTE: 3

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
18	Mesa 1,20x0,60 com 02 gavetas c/chave - Mesa para escritório auxiliar. Especificação - Medidas: 1,20largura x 0,60profundidade x 0,75altura com 2 gavetas com bordas em PVC em todo contorno, com estrutura em metalon quadrado, com pintura em epoxi po texturizada, na cor cinza e/ou imbuia.	Un	1,00

LOTE: 4

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
19	Painel em MDF, 3 cm de espessura na cor madeira, com 2,80 m de altura, 4,89 m de comprimento e 0,10 m de largura.	Un	1,00

20	Mesa de centro em MDF na cor madeira, com 0,65 m de altura, 0,60 m de comprimento e 0,50 de largura.	Un	1,00
21	Raque em MDF, na cor madeira, com 2 portas de correr, medindo 0,70 m de altura, 2 m de comprimento e 0,45 m de largura.	Un	1,00
22	Prateleira em MDF, na cor madeira medindo 1m de comprimento e 0,30 de largura.	Un	1,00
23	Painel em MDF, na cor madeira, medindo 2,80 m de altura, 6,82 de comprimento, com corte em duas portas de 0,80x2,10 de altura, totalizando 15,74 m².	Un	1,00
24	Escrivaninha em L (1,40 por 1,70) em MDF na cor madeira com 0,75 m de altura, 0,60 m de largura e 0,03 m de espessura.	Un	1,00
25	Mesa em MDF na cor tabaco ou azul, com 3 gavetas e teclado retrátil, com comprimento em torno de 1,20 x 0,60 de largura, podendo ser maior como 1,40 x 0,60, com base para teclado retrátil.	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 28/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 28/2015.

Vigência: 24/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 43/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

Valor: R\$ 3.942,00 (três mil novecentos e quarenta e dois reais);
 Objeto O Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/ MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA E MÓVEIS DIVERSOS, para atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II e Projeto/Prospecto - Anexo IX.

LOTE: 2

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
17	Armário 2 portas em aço com 4 prateleiras; altura 1,98m; largura 1,20m; profundidade 45 cm e com fechadura.	Un	2,00

LOTE: 6

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
27	Conjunto estofado 3x2 lugares com tecido sued de croco - Estofado de 3 lugares com medidas 0,88x2,04x0,94 cm. Estofado de 2 lugares com medidas 0,88x1,74x0,94. Estrutura em madeira de reflorestamento, seca e tratada (eucalipto e pinus). Manta em poliéster, fixação do tecido com grampo, chapas OSB com sistema flexível de percintas elásticas, almofadas fixas no assento e no encosto, preenchimento em espuma. Espuma do assento D33 e espuma do encosto D23. Pés em metal cromado.	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 29/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 29/2015.

Vigência: 24/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 43/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SANDRO VILMAR PIRES ME

Valor: R\$ 10.435,00 (dez mil quatrocentos e trinta e cinco reais)

Objeto O Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/ MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA E MÓVEIS DIVERSOS, para atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II e Projeto/Prospecto - Anexo IX.

LOTE: 7			
Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
28	CADEIRA SECRETARIA FIXA COM ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA DE ALTA RESISTENCIA TOTALMENTE REVESTIDA. BASE FIXA em quatro pés, PÉ PALITO EM TUBO DE AÇO COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM NA COR PRETO	Un	20,00
29	Cadeira tipo Poltrona Giratória Presidente com espaldar alto, apoia-braços e relax	Un	6,00
30	Cadeira Longarina com 4 lugares na cor preta ou azul e com porta revista.	Un	1,00
31	Cadeira Giratória Secretária sem apoia-braços	Un	5,00
32	CADEIRA EXECUTIVA COM APOIO DE BRAÇOS FIXOS COM ESTRUTURA DO ASSENTO E ENCONSTO EM MADEIRA DE COMPENSADO MULTILAMINADO DE 12MM, MOLDADO ANATOMICAMENTE DE MEDIA DENSIDADE DE 70MM DE EXPESSURA, REVESTIDOS COM TECIDO POLIPROPILENO NA COR PRETO COM RODIZIOS DE NYLONDE 50MM	Un	15,00

DATA DA ASSINATURA: 24 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 30/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 30/2015.

Vigência: 27/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 44/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Objeto O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo no Município de Chapadão do Lageado/SC, para a contratação de pessoal em caráter temporário, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo II.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 31/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 31/2015.

Vigência: 29/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 49/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Mecânica Itu Ltda EPP

Valor: R\$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais)

Objeto O Contrato tem por objeto a aquisição de peças para conserto do Microônibus Iveco 70C16, ano 2010, placa MJH 4889, utilizados no transportes de alunos da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes abaixo:

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada
1	BUCHA ELÁSTICA 348101-8	Un	6,00
2	BUCHA SUSPENSÃO 348095-0	Un	2,00
3	PIVO SUSPENSÃO DIANTEIRA	Un	4,00
4	BUCHA ESTABILIZADORA 348022-4	Un	4,00
5	TERMINAL TIRANTE 500310933	Un	4,00

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 32/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 32/2015.

Vigência: 30/04/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 40/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Petry Empreiteira de Mão de Obra e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Valor: R\$ 202.905,80 (duzentos e dois mil novecentos e cinco reais e oitenta centavos);

Objeto O presente Contrato tem por objeto a execução/construção da 4ª Etapa do Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.

1.1 Considera-se:

4ª ETAPA: A Execução de Serviços Iniciais; Infra-Estrutura; Supra-Estrutura; Fechamentos; Cobertura, Revestimento, Piso, Instalações Elétricas, Iluminação e Sinalização de Emergência, Sistema de proteção contra descargas atmosféricas, Instalações hidráulicas, Preventivo contra incêndio, Esquadrias, Complementações, Pintura e Limpeza da Obra do Centro de Eventos no Município de Chapadão do Lageado/SC, vinculada ao Contrato de Repasse Nº 788281/2013MTUR/CAIXA - Objeto: Execução da 4ª Etapa da Construção do Centro de Eventos.

DATA DA ASSINATURA: 30 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 42/2015 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE, Salário Educação, SDR e contrapartida do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital foi alterado, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 14 de maio de 2015, até às 10h00min, e a abertura dos envelopes, para o dia 14 de maio de 2015, às 14h00min

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 30 de abril de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 27/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 27/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental e Ensino Médio, no valor de R\$ 16.174,10 (dezesesseis mil cento e setenta e quatro reais e dez centavos).

Concórdia SC, 30 de abril de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº8/2015-PMC

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 8/2015-PMC

Na publicação de COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 8/2015-PMC, veiculado no dia 30 de Abril de 2015, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, pág. 153;

Onde lê-se: COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 8/2014-PMC;

leia-se: "...COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 8/2015-PMC.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 30 de abril de 2015, para a prestação dos serviços de limpeza e conservação nas dependências da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a favor da empresa: SALETE KAPP E CIA LTDA EPP, no valor total de R\$ R\$ 1.345,00 (um mil, trezentos e quarenta e cinco reais).

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (mão de obra e material), para execução das instalações elétricas e do sistema preventivo de incêndio dos Galpões de Exposição, da Feira Agropecuária da Expo Agro 2015, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: CEPENGE ENGENHARIA LTDA, FORMATO ENGENHARIA LTDA - EPP, CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA, NEIVALDO ZAPRONIO E CIA LTDA e QUARK ENGENHARIA LTDA. Aberta à sessão pública pela Presidente, os Envelopes foram conferidos e rubricados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. As empresas FORMATO ENGENHARIA LTDA - EPP, CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA - EPP, QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP, NEIVALDO ZAPRONIO E CIA LTDA - ME, comprovaram através da Certidão Simplificada, que

são Microempresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº 01 - Documentação de Habilitação, verificando que as licitantes: FORMATO ENGENHARIA LTDA - EPP, apresentou o exigido no Item 5.1 Alínea "J" do Edital, o qual reza "declaração da empresa licitante, assinada pelo seu responsável técnico, atestando que vistoriou os locais de execução das obras", sem a assinatura do responsável técnico, e também está desconforme com o exigido no 2.2 do Edital, o qual depõem, "o objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1.", e a licitante CEPENGE ENGENHARIA LTDA, apresentou o exigido no Item 5.1 Alínea "J" do Edital sem a assinatura do responsável técnico, e portanto foram consideradas INABILITADAS. Já as licitantes CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA - EPP, QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP e NEIVALDO ZAPRONIO E CIA LTDA - ME, apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Em razão da ausência das licitantes CEPENGE ENGENHARIA LTDA e FORMATO ENGENHARIA LTDA - EPP, a Presidente da CPL solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data da publicação, e por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, os proponentes habilitados ficam desde já convocados, a comparecer neste mesmo local, às 14:00 (quatorze horas) do próximo dia 13 (treze) de maio de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento de suas propostas de preços (Envelope 2).

Concórdia, SC, 30 de abril de 2015.
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da C.P.L

PORTARIA Nº 29/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 29/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora MARLÔ CRISTINA RIBEIRO POMPEO, ocupante do cargo de Encarregada de Seção, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 5 a 17 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 30/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 30/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora GILCIANE BEE BOGCEO SIQUEIRA, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 5 a 19 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015-CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o dia das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família.

O Presidente do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013, dispõe sobre o dia das reuniões ordinárias.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o dia das reuniões ordinárias deste conselho, sempre na primeira segunda-feira de cada mês, no período matutino, ficando assim definida para o ano 2015:

IV- Maio - dia 04
V- Junho - dia 02
VI- Julho - dia 06
VII- Agosto - dia 03
VIII- Setembro - dia 14
IX- Outubro - dia 05
X- Novembro - dia 09
IX- Dezembro - dia 07

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MARIO LETTIERI TEIXEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 196/2015

DECRETO N. 196/2015

“DISPÕE SOBRE A DIVISÃO DO MUNICÍPIO EM MICROÁREAS, PARA FINS DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto contido na Lei Orgânica Municipal e Lei 390/2000 e 966/2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Município de Cordilheira Alta dividido em 9 (nove) microáreas para fins de execução do Programa de Saúde da Família - PSF, cada uma delas abrangendo as seguintes comunidades do território municipal, conforme segue:

Microárea 01 - Sede do Município;

Microárea 02 - Linha Rodeio Bonito, Linha Caravágio, Linha Giacomini, Empresa Ediba até a divisa com Chapecó;

Microárea 03 - Linha Ipiranga, Linha Ipiranga Alta, Linha Ipiranguinha e Linha Bento Gonçalves;

Microárea 04 - Linha General Osório e parte da Linha Campina do Gregório (até a propriedade do Sr. Valdomiro Palharini);

Microárea 05 - Sede do Distrito de Fernando Machado;

Microárea 06 - Linha Dianista, Linha Marechal Deodoro, Linha Savaris, Linha Colônia Bacia e Linha Três Irmãos;

Microárea 07 - Bairro Rosa Linda, Loteamento Ludovico Tozzo, e parte da Sede do Município (Rua Rugero Dal Santo até o CRAS);

Microárea 08 - Bairro Bela Vista, Bairro Cohab, Loteamento Cordilheira, Linha Pilão de Pedra e Linha Dal Santo;

Microárea 09 - Bairro Mirante do Trevo, SC 157, Linha Carraro, Madeireira Cordilheira, Linha Colônia Cella até a propriedade do Senhor Antonio Zardo, e parte da Linha Campina do Gregório (até a propriedade do Sr. Valdomiro Palharini);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 199/2015

DECRETO Nº 199/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 29 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 200/2015

DECRETO Nº 200/2015 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Constitucionais e Legais de seu cargo,

CONSIDERANDO o disposto no inciso XVI, do art. 70 da Lei orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 747/07;

CONSIDERANDO os dispostos da Lei Federal 11.494/2007;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros, para comporem a diretoria do Conselho municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB, deste município, os seguintes conselheiros:

I - PRESIDENTE: Nauriane Di Domenico

II - VICE-PRESIDENTE: Silvani Kollett

III - SECRETÁRIA EXECUTIVA: Kátia Ana Di Domenico

Art. 2º - Os membros deste Conselho exercerão suas atividades em caráter relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município, pelo período de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 3º - Os membros nomeados farão jus ao Decreto nº182/2015 de 17 de abril de 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 6º - Registre-se. Publique-se. Comunique-se.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO Nº 201/2015

DECRETO N. 201/2015 DE 29 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, à Servidora Municipal, Sra. JULIANA BREANSINI, 20(vinte) horas semanais, ocupante do cargo de

Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de Abril de 2015

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 202/2015

DECRETO Nº 202/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015

“REVOGA DECRETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Ficam revogados os Decretos n. 119/2015 e 159/2015, que alteram a carga horária da Servidora Municipal Sra. SALETE VARNIER ZANLUCHI, ocupante do cargo de Professor de Português, lotada na Secretaria Municipal de Educação, retornando à carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 203/2015

DECRETO N. 203/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias: Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 41

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 186.500,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 34

Fonte de Recursos: 01.01 - Ordinários - R\$ 18.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que

trata o art. 1º, fica anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.010 - Aquisição de Máquinas para Ampliação da Patrulha Agrícola.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 72

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 141

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 - 142

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 69.28.843.0000.0.004 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 144

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.003 - Aquisição de Veículo.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 01

Fonte de Recursos: 01.02 - Ordinários - R\$ 55.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO 03/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2015

HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DO RESULTADO FINAL

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Alceu Mazzioni, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que transcorridos todos os prazos legais e mantidas as classificações publicadas na lista de classificação final, exceto para operador de máquina, a Homologação Parcial do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2015, destinado ao provimento de vagas para o Poder Público, em caráter temporário.

Cordilheira Alta, 29 de abril de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

LEI Nº 1147/2015

LEI N. 1147/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2015 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), os quais serão

utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:
Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 41

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 186.500,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 34

Fonte de Recursos: 01.01 - Ordinários - R\$ 18.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.010 - Aquisição de Máquinas para Ampliação da Patrulha Agrícola.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 72

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 141

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 - 142

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 69.28.843.0000.0.004 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 144

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.003 - Aquisição de Veículo.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 01

Fonte de Recursos: 01.02 - Ordinários - R\$ 55.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 30 DE ABRIL DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 30 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2014 NÚMERO CONTRATO: 039/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/06/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Distrato é o completo e total desfazimento do liame jurídico decorrente do Contrato nº 039/2014, firmado entre as partes em 13 de junho de 2014.

Parágrafo único. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver todos e quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato de prestação de serviço objeto do presente Distrato, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, dando-se ampla, geral e irrevogável quitação mútua, não havendo mais quaisquer pendências recíprocas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Distrato passa a vigorar entre as partes a partir de 30 de abril de 2015, as quais elegem o Foro da Comarca de São Domingos - SC para a resolução de questões decorrentes do presente instrumento.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 11.087.421/0001-18

DISTRATADA: LORECÍRIO LINHARES ME

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 30 DE ABRIL DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 30 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: JANEIRO/2015 NÚMERO CONTRATO: 001/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/01/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Distrato é o completo e total desfazimento do liame jurídico decorrente do Contrato nº 001/2015, firmado entre as partes em 09 de janeiro de 2015.

Parágrafo único. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver todos e quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato de prestação de serviço objeto do presente Distrato, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, dando-se ampla, geral e irrevogável quitação mútua, não havendo mais quaisquer pendências recíprocas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Distrato passa a vigorar entre as partes a partir de 30 de abril de 2015, as quais elegem o Foro da Comarca de São Domingos - SC para a resolução de questões decorrentes do presente instrumento.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 11.087.421/0001-18

DISTRATADA: LORECÍRIO LINHARES ME

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Coronel Martins-SC, 29 de abril de 2015.

Notificante: MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Porto Alegre, nº47, centro, na cidade de Coronel Martins - SC, inscrito no CNPJ nº 95.993.093/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Dirceu Favretto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Coronel Martins - SC, na Rua Araranguá, bairro centro, portador do CPF nº 743.633.529-49 e do RG nº 2.072.050-5.

Notificado: ALEXANDRA MENEGATTI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Renato Antonio Benigni, 1600, Bairro Santa Luzia, Abelardo Luz-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.149.758/0001-47, neste ato, representada por seu representante legal Sr. Olvair Antonio Sartori, portador do CPF nº 944.353.759-15 e do RG nº 2.428.255.

Estimado Sócio-Administrador!

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que os produtos, objeto do Processo Licitatório nº 011/2015, na Modalidade de Pregão Presencial nº 006/2015, são entregues antes da data do cronograma sendo que estes são produtos perecíveis que acabam estragando antes do dia de servi-los.

Considerando que há produtos sendo entregues em embalagem menor do que a descrita na licitação, como por exemplo, o orégano, e o iogurte sem lactose ainda não foi entregue, deixando as crianças com intolerância à lactose sem este alimento.

Considerando a prerrogativa da Administração Pública na rescisão unilateral dos contratos, esculpida no artigo 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada;

Considerando que a partir da terceira Notificação o fornecimento poderá ser suspenso.

Pela presente, tendo em vista a motivação supra, Vossa Senhoria fica NOTIFICADO e ciente dos problemas com o fornecimento de alguns produtos da Merenda Escolar, objetos do Processo Licitatório nº 011/2015, Pregão Presencial nº 006/2015, acima descritos.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, colhemos do ensejo para reiterar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

SANDRA REGINA PREVIATTI
Secretária de Educação

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Coronel Martins- SC, 29 de abril de 2015.

Notificante: Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Porto Alegre, nº 47, centro, na cidade de Coronel Martins- SC, inscrito no CNPJ nº 95.993.093/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Dirceu Favretto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Coronel Martins- SC, na Rua Araranguá, bairro centro, portador do CPF nº 743.633.529-49 e do RG nº 2.072.050-5.

Notificado: Lorecício Linhares Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.087.421/0001-18, estabelecida na Avenida Bento Gonçalves, nº 708, Centro, de Irai, no Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada por seu representante legal Sr. Lorecício Linhares, portador do CPF nº 024.375.639-97.

Estimado Sócio-Administrador!

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Pela presente, tendo em vista a motivação supra, Vossa Senhoria fica NOTIFICADO de que, por questões administrativas operacionais, a partir do dia 30 de abril de 2015, estaremos realizando o Distrato dos Contratos Administrativos: nº 039/2014, de 13 de junho de 2014, e nº 001/2015, de 09 de janeiro de 2015, firmados entre a empresa sob vossa responsabilidade e o Município de Coronel Martins.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, colhemos do ensejo para reiterar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Coronel Martins- SC, 29 de abril de 2015.

Notificante: Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Porto Alegre, nº 47, centro, na cidade de Coronel Martins- SC, inscrito no CNPJ nº 95.993.093/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Dirceu Favretto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Coronel Martins- SC, na Rua Araranguá, bairro centro, portador do CPF nº 743.633.529-49 e do RG nº 2.072.050-5.

Notificado: Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Ltda Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.234.834/0001-40, com endereço a Rua Duque de Caxias, nº 1212, Sala 43, Centro, do Município de Joaçaba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua representante legal Sra. Ana Cristina Link, portadora da cédula de identidade nº 2632393, CPF nº 774.833.599-00, residente e domiciliada na Rua Fernando Ferrari, nº 35, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba-SC.

Estimado Sócio-Administrador!

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios

que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando a prerrogativa da Administração Pública na rescisão unilateral dos contratos, esculpida no artigo 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada;

Pela presente, tendo em vista a motivação supra, Vossa Senhoria fica NOTIFICADO de que, por interesse público, a partir do dia 01 de junho de 2015, estaremos realizando a rescisão do Contrato Administrativo n. 023/2013, firmado entre a empresa sob vossa responsabilidade e o Município de Coronel Martins, em 17 de maio de 2013.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, colhemos do ensejo para reiterar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

FABIANE KNISPEL BURATO
Secretária Municipal de Saúde

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Coronel Martins-SC, 29 de abril de 2015.

Notificante: MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Porto Alegre, nº47, centro, na cidade de Coronel Martins - SC, inscrito no CNPJ nº 95.993.093/0001-09, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Dirceu Favretto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Coronel Martins - SC, na Rua Araranguá, bairro centro, portador do CPF nº 743.633.529-49 e do RG nº 2.072.050-5.

Notificado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Rodrigues Alves, 825 D, Bairro Bela Vista, Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato, representada por seu representante legal Sr. Andre Luiz dos Santos, portador do CPF nº 005.501.609-06 e do RG nº 3408161 SSP/SC.

Estimado Sócio-Administrador!

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que os produtos, objeto do Processo Licitatório nº 001/2015, na Modalidade de Pregão Presencial SRP nº 001/2015, estão sendo entregues em horários impróprios (horário de intervalo e/ou próximo ao final do turno de trabalho das merendeiras);

Considerando que há produtos sendo entregues sem informação do peso e má qualidade (cebolas).

Considerando a prerrogativa da Administração Pública na rescisão unilateral dos contratos, esculpida no artigo 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada;

Considerando que a partir da terceira Notificação o fornecimento poderá ser suspenso.

Pela presente, tendo em vista a motivação supra, Vossa Senhoria fica NOTIFICADO e ciente dos problemas com o fornecimento de alguns produtos da Merenda Escolar, objetos do Processo Licitatório nº 001/2015, Pregão Presencial SRP nº 001/2015, acima

descritos.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, colhemos do ensejo para reiterar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

SANDRA REGINA PREVIATTI
Secretária de Educação

PORTARIA N. 058 DE 24 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N. 058 DE 24 DE ABRIL DE 2015

REQUISITA A PERMANÊNCIA EM SERVIÇO DE SERVIDOR QUE ENTRARIA EM GOZO DE FÉRIAS

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

REQUISITA:

. Art. 1º A permanência em serviço do Servidor Joao Paulo Garcia, ocupante do Cargo de provimento em Comissão de Diretor Geral de Compras e Licitações, que nesta data entraria em gozo de férias, em vista da necessidade de continuidade das tarefas administrativas atinentes.

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias em data posterior a ser determinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 24 de abril de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 057 DE 23 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 057 DE 23 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ UTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias de 20 (vinte) dias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez)

dias em Abono Pecuniário, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERÊNCIA	GOZO
João Paulo Garcia	Diretor Geral de Compras e Licitações	06/03/2014 a 05/03/2015	24/04/2015 a 13/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 23 de abril de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 059 DE 27 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 059 DE 27 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias de 20 (vinte) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, transformando-se 10 (dez) dias em Abono Pecuniário, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERÊNCIA	GOZO
Roseli Brandalise	Técnica em Enfermagem	02/03/2013 a 01/03/2014	11/05/2015 a 30/05/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 27 de abril de 2015
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 055 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº. 055 DE 22 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:
01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/05/2015 à 02/06/2015.

Nome Cargo Referência
Leila Jung Conselheira Tutelar 07/05/2014 à 06/05/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 056, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº. 056, DE 22 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor, Idacir Francisco Zanco, ocupante do Cargo de Motorista, por um período de 6 (seis) meses, a partir do dia 22 de abril, ou pelo prazo que perdurar o auxílio doença, se este for menor, após submissão a perícia pelo INSS, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Parágrafo único: pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, a remuneração do servidor corre por conta do Erário municipal e, posteriormente, pela Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 060 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº. 060 DE 27 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 20/05/2015 à 03/06/2015.

Nome Cargo Referência
Jefferson Pastorelo Assessor de imprensa 15/01/2013 à 14/01/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 27 de abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EDITAL 002/2015 FIA

EDITAL Nº 002/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto - SC, criado pela Lei Municipal nº 501/93 de 22 de junho de 1993, regulamentado pelo decreto municipal nº 0049/93 de 25 de outubro de 1993, alterada pela Lei promulgada nº 1632/2010 de novembro de 2010; com sede na Avenida Vitória Régia nº 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Federal n. 8.069/90, bem como as diretrizes e propostas priorizadas na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em julho/2011, torna pública a abertura do processo de seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA do Município de Correia Pinto - SC.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Os projetos aprovados serão firmados mediante Convênio, auxílio ou subvenção com recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, devendo a entidade proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme o presente edital.

1.2. Fazem parte deste edital:

1.2.1. Anexo I - Ficha Cadastral;

1.2.2. Anexo II - Documentos exigidos para assinatura do convênio/subvenção;

1.2.3. Anexo III - Declarações;

1.2.4. Anexo IV - Termo de Referência (para entidades governamentais);

1.2.5. Anexo V - Formato/Roteiro do projeto;

1.2.6. Anexo VI - Plano de Trabalho;

1.2.7. Anexo VII - Relação de Políticas Públicas.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento visa regulamentar e tornar público o procedimento de inscrição e seleção de projetos por entidades governamentais e não governamentais voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), conforme o disposto nas deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto, Resolução n. 01 do CMDCA emitida em 8.8.2012.

3. DO OBJETIVO

3.1. Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e implementação dos serviços e estruturas, previstas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, visando o cumprimento da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente; sendo que os projetos selecionados serão de cunho social, novos, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

4. DO PÚBLICO ALVO

4.1. Crianças e adolescentes, e se necessário suas respectivas famílias, que estejam em situação de: vulnerabilidade, risco social e pessoal, violência, abandono, deficiência física e/ou mental, atraso no desenvolvimento, uso de substâncias psicoativas, cumprimento

de Medidas Socioeducativas, adolescentes gestantes.

5. DO RECURSO FINANCEIRO

5.1. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do FIA, baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias do CMDCA 2014/2015; sendo que a dotação Orçamentária disponível no FIA para os projetos de 2015 é de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais).

5.2. Cada projeto deverá ter valor de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais). Até o limite deste valor, a entidade poderá apresentar mais de um projeto e em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade, ficando os demais projetos, se necessário, em banco de projetos para financiamento futuro.

5.3. O apoio financeiro será formalizado por Convênio entre a Prefeitura e as entidades proponentes selecionadas; sendo os recursos financeiros repassados do FIA diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização.

5.4. O financiamento não cobrirá despesas com:

5.4.1. Cerimonial (Exemplos: coffee-break, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia, etc.);

5.4.2. Custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (Exemplos: luz, água, telefone, aluguel de imóvel, etc.);

5.4.3. Realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

5.4.4. Gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos estaduais e/ou municipais integrantes da administração direta ou indireta;

5.4.5. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo.

5.5. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda; pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010 do Conanda.

5.6. O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho, e que atendam ao objetivo proposto no projeto, devidamente justificadas.

5.7. Não serão financiados projetos com prazo de execução superior a seis meses.

6. DOS EIXOS

6.1. O presente processo de seleção pública será regido, no que couber, pelos princípios: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público; posto que será observado o procedimento formal, a publicidade dos atos, a isonomia entre os proponentes participantes, o sigilo na apresentação das propostas, a vinculação ao edital, e um julgamento objetivo.

6.2. Os projetos a serem apresentados para este Edital devem estar pautados nos Direitos Fundamentais da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, conforme a Lei n. 8.069/90, devendo contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das políticas públicas, dispostas no Anexo VII.

6.3. Todos os projetos devem estar direcionados para o Município de Correia Pinto.

7. DO TERMO DE COMPROMISSO

7.1. A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a

comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

7.2. A entidade deverá utilizar placa fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA.

7.3. A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de cinco (5) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

8. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

8.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

9.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições governamentais e não governamentais, desde que estejam com sua regularidade administrativa vigente;

9.1.1. Para comprovar a sua regularidade administrativa as organizações devem apresentar os seguintes documentos:

9.1.1.1. Ficha cadastral devidamente preenchida (ANEXO I);

9.1.1.2. Cópia da ata do mandato da diretoria em exercício;

9.1.1.3. Cópia do estatuto social da entidade, devidamente registrado em Cartório;

9.1.1.4. Declaração de funcionamento regular da instituição atestado pelo Município;

9.1.1.5. Cópia do CNPJ atualizado, impresso (internet) www.receita.fazenda.gov.br ;

9.1.1.6. Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;

9.1.1.7. Comprovante de residência do presidente da entidade;

9.1.1.8. Cópia da lei municipal que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, quando for o caso;

9.1.1.9. Certidão Negativa de Débito Municipal, Estadual, Federal, INSS e trabalhistas;

9.1.1.10. Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS;

9.1.1.11. Cópia do Certificado de Inscrição do CMDCA;

9.1.1.12. Declaração de funcionamento regular da entidade há 2 (dois) anos, expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município;

9.1.1.13. Se já houver projeto aprovado deve estar com a prestação de contas aprovada.

10. DA INSCRIÇÃO

10.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Avenida Vitória Régia, 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h, no período de 04 de maio a 18 de junho de 2015, devendo atender:

10.1.1. Enviar o Projeto no formato estabelecido no Anexo V em uma (01) via impressa, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última assinada; e em meio digital através do e-mail smas.cp@hotmail.com;

10.1.2. Apresentar três (03) orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física;

10.1.3. Para as entidades governamentais: deverão ainda apresentar Termo de Referência estabelecido no Anexo IV e prever custos de publicação da licitação, caso contrário será arcado pela secretaria/fundação proponente.

10.2. Não serão aceitos documentos e projetos enviados por fax ou somente correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos, e projetos elaborados em formulários diferentes daqueles divulgados para esta seleção.

10.3. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II - "Documentos exigidos para assinatura do convenio/subvenção".

10.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

10.5. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

10.6. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

10.7. CABERÁ AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE fornecer a declaração de responsabilidade pelo recebimento da documentação e da prestação de contas dos recursos financeiros do responsável pelo projeto.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

11.1. Os projetos serão avaliados pelo CMDCA, através da Comissão de Avaliação e Planejamento de Projetos, composta de três (03) conselheiros governamentais e três (03) conselheiros não governamentais.

11.2. A Comissão Especial do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

11.2.1. Habilitação com abertura das propostas e seleção dos projetos entre os dias 19 de junho de 2015 a 10 de julho de 2015, de modo a verificar os requisitos deste edital;

11.2.2. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso;

11.2.3. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, até 14/07/2015, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital.

11.3. Em havendo projeto de alguma entidade que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido de votar sobre o seu projeto.

11.4. Os projetos aprovados pelo CMDCA serão encaminhados a SMAS que procederá a tramitação burocrática do termo de convênio/subvenção.

11.5. Os critérios de avaliação são:

11.5.1. Cumprimento dos objetivos: adequação ao tema; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada - clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados - 30 pontos;

11.5.2. Impacto social da iniciativa: benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade - 45 pontos;

11.5.3. Caráter econômico: benefícios econômicos gerados para a comunidade - 10 pontos;

11.5.4. Inovação Criatividade: práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos - 15 pontos;

11.6. A pontuação total será de 0 a 100 (zero a cem) e serão escolhidos os projetos com maior pontuação.

11.7. O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, será vencedora a instituição mais antiga.

12. DO ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO

12.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo V denominado "Formato/Roteiro do Projeto", deste Edital.

13. DO ACOMPANHAMENTO

13.1. O CMDCA, se necessário, realizará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas organizações conveniadas, através

do monitoramento e avaliação de relatórios, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as organizações.

14. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

14.1. O resultado da seleção estará disponível na página da Prefeitura www.correiapinto.sc.gov.br, e no mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Assistência Social após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

14.2. A entidade também será notificada por e-mail sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o e-mail informado no projeto).

14.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinada de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

15. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVÊNIO/SUBVENÇÃO

15.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a entidade terá até cinco dias úteis, para protocolar a seguinte documentação por ofício, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h;

15.1.1. Documentação completa discriminada no Anexo II;

15.2. As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Conselho Municipal.

15.3. Se houver necessidade nova documentação poderá ser requerida a entidade.

16. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas, com toda a documentação comprobatória das alegações, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMAS) sito a Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h, até trinta dias após a conclusão de cada etapa, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionada a aprovação da penúltima parcela.

16.2. A prestação de contas será analisada em conjunto com o CMDCA.

16.3. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de materiais de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

16.4. No caso de cursos e palestras deverá ser apresentada lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF, fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

16.5. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer a instrução normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei 8.666/1993 e outras da Controladoria do Município.

17. DAS PENALIDADES

17.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do Plenário do CMDCA, das seguintes sanções, individuais e/ou cumulativas, independentemente da rescisão do Convênio, assegurando-se a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de ciência:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Suspensão do convênio;

17.1.3. Suspensão temporária do direito de apresentar projetos

junto ao CMDCA;

17.1.4. Nos casos apurados de má utilização dos recursos e/ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas pertinentes;

17.1.5. Demais penalidades previstas em lei.

18. DO CRONOGRAMA

18.1. Lançamento do Edital: 04/05/2015.

18.2. Apresentação dos projetos: até o dia 18/06/2015.

18.3. Análise pela Comissão Especial: até o dia 10/07/2015.

18.4. Aprovação em reunião plenária do CMDCA: até 14/07/2015.

18.5. Divulgação dos resultados/projetos escolhidos: Até 17/07/2015.

18.6. Entrega da documentação do convênio/subvenção: 05 (cinco) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Para os projetos aprovados neste edital, suas respectivas organizações terão prazo de 10 (dez) dias úteis para efetuarem a solicitação e assinatura dos convênios junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando sujeito ao não recebimento do convênio.

19.2. A liberação da primeira parcela do recurso deverá acontecer até 15 (quinze) dias após a assinatura do convênio.

19.3. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação da entidade.

19.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, bem como as decisões sobre seleção dos projetos serão irreversíveis.

19.5. A qualquer momento durante a execução do projeto, este poderá ser fiscalizado pelos Conselheiros do CMDCA.

19.6. A publicidade dos atos decorrentes do presente edital se dará por meio da internet, no site www.correiapinto.sc.gov.br, e nos murais da Prefeitura Municipal de Correia Pinto e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Correia Pinto/SC, 04 de maio de 2015.

ELEANE MARIA FOGAÇA CORREA PINHEIRO

Gestora do Fundo da Infância e Adolescência

Secretária Municipal de Assistência Social

NELCI CAMARGO DOS SANTOS BRANCO

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I

FICHA CADASTRAL DAS ENTIDADES PROPONENTES

Entidade Receptora:

CNPJ n.

Endereço:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone para contato:

Endereço eletrônico (email):

Dirigente da Entidade:

Cargo que ocupa na Entidade:

CPF n.

Identidade(n./data/Órgão expedidor):

Endereço Residencial:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone para contato:

Endereço eletrônico (email):

Endereço Profissional:

CEP:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Telefone para contato:

Assinatura do Coordenador Proponente

Correia Pinto,

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONVÊNIO OU SUBVENÇÃO:

1. Ofício de entrega da documentação, em papel timbrado da Entidade, à Secretaria Municipal de Assistência Social;

2. Plano de Trabalho preenchido, a ser enviado de forma digital, constante no Anexo VI (enviar também para o e-mail: smas.cp@hotmail.com). Este plano posteriormente deverá ser assinado pela entidade, quando solicitado pelo setor responsável.

3. Declarações estabelecidas no Anexo III, devidamente assinadas (Declaração de Responsabilidade, Adimplência, Contrapartida).

4. Cópia rubricada, do balancete financeiro do exercício anterior devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da Instituição;

5. Relatório de atividades a serem realizadas no período do convênio (plano de ação) com assinatura do presidente;

6. Certidão Negativa de Débito Municipal, Estadual, Federal, INSS e trabalhistas, se estiverem vencidas, após a aprovação do projeto;

7. Certificado de Regularidade do FGTS - original impresso (internet) www.caixa.gov.br, se estiver vencida, após a aprovação do projeto;

8. Declaração de responsabilidade pelo recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos;

9. Cópia atualizada do Alvará Sanitário da unidade executora;

10. Cópia atualizada do Alvará de localização da unidade executora;

11. Certidão Negativa de Débito de Prestação de Contas a ser solicitado no órgão responsável pelo recebimento e análise das prestações de contas (Secretaria Municipal de Finanças);

12. Comprovante de abertura de Conta Corrente (específica p/ convênio/Subvenção), (Banco do Brasil).

ANEXO III

DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de representante legal do(a) _____, estabelecido(a) _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Governo Municipal/Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma de Convênio/Subvenções.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Correia Pinto (SC), _____ de _____ de 2015.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

(PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

O _____ (nome e cargo do responsável), inscrito no CPF n.º _____, declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Correia Pinto (SC), _____ de _____ de 2015.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

(PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

_____ (nome e cargo do responsável pela Entidade), declara, que a _____ (entidade), dispõe de recursos próprios, no valor de R\$ _____, relativos à contrapartida no convênio a ser celebrado com o Município/SMAS/FIA, visando atender o _____ (projeto/programa), neste Município.

Correia Pinto (SC), _____ de _____ de 2015.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA - SOMENTE PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (deve conter os seguintes Elementos):	
1. Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;	
2. Critério de aceitação do objeto;	
3. Justificativa da necessidade da contratação;	
4. Estimativa do custo, diante de orçamento detalhado juntados aos autos, considerando os preços praticados no mercado;	
5. Definição dos métodos e estratégia de suprimento;	
6. Prazo de execução do objeto da licitação. Cronograma físico-financeiro, se for o caso;	
7. Deveres do contratado e do contratante;	
8. Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;	
9. Sanções por inadimplemento.	

ANEXO V

FORMATO/ROTEIRO DO PROJETO

Redação: Conforme norma da ABNT.

1. RESUMO DO PROJETO (deve estar sozinho na primeira pagina)

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, bairro
Telefone	Número
Responsável pelo projeto/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo

Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	Desenvolver a criatividade das crianças. (exemplo)
Objeto a ser financiado	Material pedagógico e lúdico (exemplo)
Público alvo/faixa etária	Crianças de 7 a 14 anos (exemplo)
Quantidade de atendimento	55 crianças (exemplo)
Horário de funcionamento do projeto	Matutino, vespertino ou noturno
Valor solicitado ao CMDCA	R\$1206,50 (exemplo)
Valor Total do Projeto	R\$2.000,00 (exemplo)

1.1. DADOS INSTITUCIONAIS

1. Nome do projeto / Título
2. Instituição responsável e logotipo - se houver.
3. Endereço
4. Telefone
5. Ano de fundação da organização.
6. Missão da organização.
7. Diretoria.
8. Pessoas responsáveis pelo projeto.

Nome	Função	Telefone/ e-mail
Fulana de tal	Coordenação (exemplo)	3243 0000 - fulana@ig.com
Fulano	Orientadora	3243.0000 - sicrana@entidade.org.br

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico.

3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo. O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.

3.1. OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Atenção objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto. Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso). De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos. Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

	Nº de atendimentos diretos	Nº de atendimentos indiretos	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos pagamento integral
População					
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					

Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/ profissionais					
Total					

5. OBJETIVOS

5.1. GERAL

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

5.2. ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

6. ATIVIDADES EXECUTADAS:

Objetivo	Resultados Esperados		Atividades Principais	Período
	Quantitativos	Qualitativos		

7. METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

8. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aquisição de violão	X											
Contratar professor	X											
Aulas	X	X	X	X	X							

10. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo em-pregatício

11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto.

11.1 Contrapartida

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso...

11.2 Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento - caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo	
Nome completo	

12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favorecem a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

13. FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deve constar os nomes.

13.1 TÉCNICO

Recursos humanos.

13.2 COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Correia Pinto.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner",...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

Tipo de Mídia	Quantidade
1. Folders, panfletos e outros impressos	XXXX
2. Mala direta	XXXX
3. Página na internet	XXXX

15. ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas. Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do

fornecedor.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex.1:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 um	30,00	1.200,00
Total			2.700,00

Ex.2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 29"	1un	599,00	599,00
DVD	1un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricitista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

16. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Exemplo :

NATUREZA DA DESPESA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$
TOTAL GERAL R\$							

17. VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$

Valor da contrapartida: R\$ _____

Valor total do projeto: R\$ _____

Correia Pinto, _____, _____ de 20__

Assinatura do responsável / Cargo

18. ANEXOS

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto incluindo quantidades e as marcas orçadas, fotos, etc...

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia

ANEXO VI

PLANO DE TRABALHO

Entregar em via digital.

Plano de Trabalho / Atendimento

1 - Dados Cadastrais

Órgão Entidade Concedente NÃO PREENCHER				CNPJ	
Endereço					
Cidade	UF	CEP	DDD	Telefone	
Nome do Responsável				Função	CPF
Endereço				CEP	

Órgão / Entidade Proponente - NOME DA ENTIDADE				CNPJ 00.000.000/000-00	
Endereço					
Rua xxxxx, Nº 000 – Bairro xxxxx					
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone	Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos	
Conta corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento Correia Pinto		
Nome do Responsável NOME DO PRESIDENTE				CPF 000.000.000-00	
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor 000.000 -SSP-SC				Função Presidente	
Endereço				CEP 89201-835	
Do representante legal Rua xxxxx, Nº 000 – Bairro xxxxx					

2 - Descrição

Título: do Projeto	Período de Execução	
	Início – APE	Término – 8M APE
Objeto:		
Justificativa:		

APE - após a publicação do Extrato

3 - Metas

N.º	Descrição por tipo de atendimento	Quantidade
01	Crianças e Adolescentes entre 7 e 14 anos (Exemplo)	20

4 - Cronograma de Execução

Etapa	Especificação	Qtde	1º mês R\$	2º, 3º, 4º, 5º e 6º meses R\$	Total R\$	Início	Término
	TOTAL						

5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa		Concedente	Proponente	Valor Total
Código	Especificação	R\$	R\$	R\$
	NÃO PREEN- CHER			

6 - Cronograma de Desembolso

Concedente

Meta	1o Mês	2o Mês	3o Mês	4o Mês	5o Mês	6o Mês
Meta	7o Mês	8o Mês	9o Mês	10o Mês	11o Mês	12o Mês
	---	---	---	---	---	---

7 - Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Correia Pinto, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou quaisquer órgãos ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data: Correia Pinto, de de 2015.

Proponente:

FULANO DE TAL,
Presidente do XXXXX.

8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data: Correia Pinto, de de 2015.

Concedente:

Nome do Prefeito,
Prefeito Municipal.
Nome do Secretário,
Secretária Municipal de Assistência Social e Gestora do FIA.

ANEXO VII
RELAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUADRO SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

EIXO 1 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Diretriz 01 – Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Objetivo 1 - Planejar e desenvolver cursos técnicos profissionalizantes, e atividades integradas (com cunho educativo, cultural, esportivo e recreativo) envolvendo a comunidade, aos finais de semana, no mínimo uma vez ao mês;
Objetivo 2 - Divulgar os programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, voltado às crianças e adolescentes e famílias. Fomentar a implantação de transporte coletivo público voltado, com acessibilidade.

Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

Objetivo 1 - Ampliar as políticas de segurança alimentar e nutricional para erradicar a fome e assegurar a alimentação adequada de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes.
Objetivo 2 - Maior atuação dos Conselheiros Tutelar na orientação/prevenção familiar e não somente após a violação dos direitos da criança e do adolescente.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar todos os segmentos da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO: Através de palestras, encontros educativos, cursos de orientação, material de divulgação.

MONITORAMENTO: Montar uma comissão envolvendo pais, adolescentes, conselheiros e gestores.

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Diretriz 03 – Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Objetivo 1 - Implementar mais programas voltados para a criança e o adolescente com o intuito de não deixá-los desassistidos, nem ociosos.
Objetivo 2 - Maior atuação das Políticas Públicas voltadas para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Diretriz 04 - Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

Objetivo 1 - Informatizar o Conselho Tutelar e CMDCA, instalando o SIPIA WEB e divulgando-o para acesso dos atendimentos realizados, interligando as políticas públicas.
Objetivo 2 - Treinar conselheiros na ética profissional e prepará-los para a função, através de cursos de capacitação.

MOBILIZAÇÃO: Rádios, panfletos, mobilizando todos os segmentos da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO: Promover cursos, participação em capacitações, orientações através de palestras e debates.

MONITORAMENTO: Acompanhamento e cobrança das ações, dos programas, e dos recursos por parte de uma Comissão e do próprio Conselho de Direitos.

EIXO 3 - Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

Objetivo 1 - Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Objetivo 2 - Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões.

Diretriz 05 - Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.

Objetivo 1 - Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a programas de esporte e lazer, levando em consideração as capacidades e limitações de cada um.

Objetivo 2 - Ampliar a divulgação das competências do Conselho Tutelar dentro da escola e demais instituições envolvidas com a criança e o adolescente. Parcerias com o Ministério Público e Instituto Paternidade Responsável.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar as Secretarias de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, também os Poderes Legislativo e Judiciário.

IMPLEMENTAÇÃO: Promover a participação de crianças e adolescentes em competições esportivas, apresentações culturais, festivais e também em seções do Legislativo.

MONITORAMENTO: Participação de adolescentes nos Conselhos municipais e órgãos de fiscalização, para que cobrem as ações supracitadas das Secretarias envolvidas.

EIXO 4 - Controle Social da Efetivação dos Direitos

Diretriz 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.

Objetivo 1 - Universalizar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.

Objetivo 2 - Apoiar a participação da sociedade civil organizada em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional para a incidência e controle social das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos compromissos multilaterais assumidos.

Diretriz 11 - Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos e Crianças e Adolescentes, facilitado pela articulação de sistemas de informação.

Objetivo 1 - Desenvolver metodologias e criar mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação da política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

Objetivo 2 - Universalizar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA, mediante a corresponsabilidade do poder público, em articulação com outras bases de dados nacionais sobre crianças e adolescentes.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar os meios de comunicação para esclarecer a comunidade o real papel do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

IMPLEMENTAÇÃO: Através das Escolas, implantar projetos para pais e filhos, que os conscientize e os incentive na participação para construção da cidadania.

MONITORAMENTO: Montar uma comissão que tenha representantes de todas as áreas envolvidas, que cobre a implantação e continuidade dos projetos.

EIXO 5 - Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Diretriz 08 – Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentais nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo.

Objetivo 1 - Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Objetivo 2 - Formular e implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

Diretriz 10 - Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Objetivo 1 - Identificar, apoiar e difundir práticas inovadoras no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, visando o intercâmbio de experiências para o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Objetivo 2 - Formular e implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

MOBILIZAÇÃO: Universalizar o sistema de informação para crianças e adolescentes e demais cidadãos.

IMPLEMENTAÇÃO: Os governantes devem tomar medidas que introduzam a tecnologia na Educação, promover programas de incentivo ao estudo, levando em conta a diversidade de cada região.

MONITORAMENTO: Acompanhar constantemente as decisões tomadas no município com relação à criança e ao adolescente e também as formas de gerenciamento dos Projetos destinados a esse público.

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 20/2015 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

TOMADA DE PREÇOS 20/2015

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital da Tomada de Preços - Processo n.º 20/2015 PMCP, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO

Nº 2014TR003690, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 5081/2014. Alterando-se o item 2.1 do edital, onde se lê: "2.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas que atendam a todas as exigências constantes neste Edital, e que pertençam ao ramo do objeto ora licitado, cadastradas no Município de Correia Pinto, com todas as negativas exigidas válidas na data da licitação, e que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro ou atualização do mesmo até o terceiro dia útil anterior ao fixado para recebimento dos envelopes de habilitação e proposta", passa a ser lido: "2.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas que atendam a todas as exigências constantes neste Edital, e que pertençam ao ramo do objeto ora licitado, cadastradas no Município de Correia Pinto ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas", mantendo-se o mesmo dia e horário para a abertura dos envelopes, dia 05 de maio de 2015, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 04 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 21/2015 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
TOMADA DE PREÇOS 21/2015

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital da Tomada de Preços - Processo n.º 21/2015 PMCP, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Alterando-se o item 2.1 do edital, onde se lê: "2.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas que atendam a todas as exigências constantes neste Edital, e que pertençam ao ramo do objeto ora licitado, cadastradas no Município de Correia Pinto, com todas as negativas exigidas válidas na data da licitação, e que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro ou atualização do mesmo até o terceiro dia útil anterior ao fixado para recebimento dos envelopes de habilitação e proposta", passa a ser lido: "2.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas que atendam a todas as exigências constantes neste Edital, e que pertençam ao ramo do objeto ora licitado, cadastradas no Município de Correia Pinto ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas", mantendo-se o mesmo dia e horário para a abertura dos envelopes, dia 12 de maio de 2015, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 04 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 01/2015 FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E PARA OS PROGRAMAS (CRAS) CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E (CREAS) CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 07.814.016/0001-87

Instrumento: Contrato nº 0237/2015 FMAS

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
15	1.500	Açúcar refinado branco especial	1,70	2.550,00
16	1.500	Farinha de trigo especial tipo I	1,75	2.625,00
17	1.500	Arroz parbolizado tipo I	1,95	2.925,00
18	500	Leite em pó 400 gr	6,50	3.250,00
19	500	Macarrão	2,65	1.325,00
20	500	Óleo de soja refinado 900 ml	3,15	1.575,00
21	500	Farinha de milho (fubá)	1,20	600,00
22	500	Sal	0,85	425,00
23	500	Café 500gr	5,20	2.600,00
24	1500	Feijão preto	3,00	4.500,00
25	500	Sabonete 90gr	0,70	350,00
26	500	Sabão em barra	1,00	500,00
27	500	Papel higiênico c/4 unidades	1,20	600,00
28	500	Sabão em pó 1kg	3,00	1.500,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

CNPJ: 05.919.156/0001-94

Instrumento: Contrato nº 0236/2015 FMAS

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	500	Açúcar 5kg	8,8656	4.432,80
2	500	Farinha de trigo 5kg	7,5673	3.783,65
3	500	Arroz parbolizado polido tipo I 5kg	9,50	4.750,00
4	500	Leite em pó 400gr	6,7212	3.360,60
5	500	Macarrão	2,50	1.250,00
6	500	Óleo de soja refinado 900ml	3,2115	1.605,75
7	500	Farinha de milho (fubá)	1,1923	596,15
8	500	Sal	0,875	437,50
9	500	Café 500gr	5,1346	2.567,30
10	1.500	Feijão preto (03 unidades)	3,1538	4.730,70
11	500	Sabonete 90gr	0,8269	413,45
12	500	Sabão em barra	0,75	375,00
13	500	Papel higiênico c/ 4 unidades	1,25	625,00
14	500	Sabão em pó - 1kg	2,6442	1.322,10

Vigência: 13/04/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 04 de maio de 2015

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 24/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2015
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE PSICOPEDAGOGIA, PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÕES PSICOPEDAGÓGICAS COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORREIA PINTO. TIPO: Menor preço por GLOBAL. Abertura dos envelopes: 14.05.2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br, sem custo.

Correia Pinto/SC, 13 de abril de 2015
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 01/2015 FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO**Processo Nº.: 1/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015**

No dia 10 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.105/0001-06, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2015, Processo Licitatório nº. 1/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E PARA OS PROGRAMAS (CRAS) CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E (CREAS) CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6702	ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	
6576	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
6701	C.A. FURTADO SENEM	
6700	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28
6011	SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	21.593.746/0001-26	MICHEL BERNARDINO DA SILVA	078.382.949-32
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	MARLON EISING	072.031.589-18
C.A. FURTADO SENEM	19.791.650/0001-20	ALEXANDRE SENEM	039.311.869-03
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	07.814.016/0001-87	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	81.839.425/0001-90	ADRYEL AGLIARDI SENEM	034.473.139-19

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E PARA OS PROGRAMAS (CRAS) CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E (CREAS) CENTRO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6576 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACUCAR 5 KG	KG	ALTO ALEGRI	500,000	8,8656	4.432,80
2	FARINHA DE TRIGO (Pct de 5 KG)	KG	MARX	500,000	7,5673	3.783,65
3	ARROZ PARBOLIZADO POLIDO TIPO I - 5KG	UN	MINUTINHO	500,000	9,5000	4.750,00
4	LEITE EM PÓ 400 GR	UN	AURORA	500,000	6,7212	3.360,60
5	MACARRÃO	KG	MAJU	500,000	2,5000	1.250,00
6	OLEO DE SOJA REFINADO - 900 ML	UN	COAMO	500,000	3,2115	1.605,75
7	FARINHA DE MILHO - (FUBÁ)	KG	ZANIN	500,000	1,1923	596,15
8	SAL	KG	ZIZO	500,000	0,8750	437,50
9	CAFÉ 500 GR.	KG	CREMOSO	500,000	5,1346	2.567,30
10	FEIJAO PRETO (03 unidades)	KG	BRIGUENTI	1.500,000	3,1538	4.730,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 6576 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	SABONETE 90gr	UN	SENSUS	500,000	0,8269	413,45
12	SABÃO EM BARRA	UN	ZAVASKI	500,000	0,7500	375,00
13	PAPEL HIGIÊNICO C/ 4 UNIDADES	UN	GUIPEL	500,000	1,2500	625,00
14	SABÃO EM PÓ - 1KG	UN	ARCO IRIS	500,000	2,6442	1.322,10

Fornecedor: 6700 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	ACUCAR REFINADO BRANCO ESPECIAL - (03 unidades de 1kg)	KG	STA ISABEL	1.500,000	1,7000	2.550,00
16	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO I - (03 unidades de 1kg)	KG	FIDALGA	1.500,000	1,7500	2.625,00
17	ARROZ PARBOLIZADO TIPO I - (03 unidades de 1kg)	KG	MINUTINHO	1.500,000	1,9500	2.925,00
18	LEITE EM PÓ 400 GR	UN	AURORA	500,000	6,5000	3.250,00
19	MACARRÃO	KG	BORTOLINE	500,000	2,6500	1.325,00
20	OLEO DE SOJA REFINADO - 900 ML	UN	COAMO	500,000	3,1500	1.575,00
21	FARINHA DE MILHO - (FUBÁ)	KG	DAJU	500,000	1,2000	600,00
22	SAL	KG	AMAZONAS	500,000	0,8500	425,00
23	CAFÉ 500 GR.	KG	VILA RICA	500,000	5,2000	2.600,00
24	FEIJAO PRETO (03 unidades)	KG	GRÃOS DO S	1.500,000	3,0000	4.500,00
25	SABONETE 90gr	UN	MUTIVOS	500,000	0,7000	350,00
26	SABÃO EM BARRA	UN	ZAVASKI	500,000	1,0000	500,00
27	PAPEL HIGIÊNICO C/ 4 UNIDADES	UN	QUALILUX	500,000	1,2000	600,00
28	SABÃO EM PÓ - 1KG	UN	CLASS	500,000	3,0000	1.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou corana".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensinará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensinará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/7
Processo N°.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL N°: 1/2015

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 10 de Abril de 2015.

Vânio Forster
Prefeito municipal

Empresas Participantes:

ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	CNPJ: 21.593.746/0001-26	_____
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
C.A. FURTADO SENEM	CNPJ: 19.791.650/0001-20	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP	CNPJ: 81.839.425/0001-90	_____

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 880/15

DECRETO Nº 880/15

AUTORIZA A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, nos dias 02 e 09 de maio de 2015, das 09 às 13 horas, para a realização de ações gratuitas voltadas à comunidade, tais como distribuição de pipoca, pintura facial, entre outras, tendo como responsável a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 881/15

DECRETO Nº 881/15

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 09 de maio de 2015, das 08 às 17 horas, para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 882/15

DECRETO Nº 882/15

AUTORIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, A FAZER USO SEM FINS LUCRATIVO, DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009, CONSIDERANDO, tratar-se de ação beneficente sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que, não haverá venda de bebidas e produtos de gêneros alimentícios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 16 de maio de 2015, das 07 às 13 horas para a realização do evento "CRAS valorizando a mulher", tendo como responsável a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Toda a limpeza, segurança e integridade do patrimônio público, relativamente ao local de realização do evento, ficam sob inteira responsabilidade da Secretaria Municipal Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI COMPLEMENTAR N.º 057/15

LEI COMPLEMENTAR N.º 057/15

ALTERA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE INÚMERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 007/09 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA DE ESTRADAS, RUAS E AVENIDAS, REGULAMENTA O LANÇAMENTO DO PREÇO PÚBLICO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Cria o Parágrafo Único ao artigo 2º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - O Valor a título de preço público será apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAP = \frac{TU \times L \times VR}{2}$$

Onde:

VAP= Valor Apurado

TU = Testada Útil do Imóvel

L = Leito da Via

VR = Valor de Referência fixado em Decreto Regulamentador

Art. 2º - Da nova redação ao caput do artigo 3º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º- Os proprietários de imóveis que não aderirem ao programa de pavimentação comunitária pagarão o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) o m² de pavimentação.

Art. 3º - Cria o Parágrafo Único ao artigo 3º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

Parágrafo Único: O valor apurado a título de preço público será aplicado através da seguinte fórmula:

$$PP = \frac{TU \times L \times VR}{2}$$

Onde:

PP = Preço Público

TU = Testada Útil do Imóvel

L = Leito da Via

VR = Valor de Referência fixado em Decreto Regulamentador

Art. 4º - Da nova redação ao caput do artigo 6º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - Em todas as hipóteses, o cálculo do preço público levará em consideração os valores mencionados no Art. 3º, o Leito da Via pavimentada ou a ser pavimentada e a testada do imóvel beneficiado.

Art. 4º - Da nova redação ao caput do artigo 7º da Lei Complementar n.º 07/09 de 17 de setembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Ficarão isentos do pagamento dos custos da pavimentação e/ou do preço público.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
27 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI COMPLEMENTAR NO 055/15

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br**LEI COMPLEMENTAR Nº 055/15**

ALTERA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ENUMERA, REESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E ALTERA OS ANEXOS I E XI, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 014/09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Altera o CAPÍTULO III e o caput de seu artigo 280 da Lei Complementar 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, que passará a ter a seguinte redação:

CAPITULO III – Da Chefia de Comunicação Social

Art. 280 – A Chefia de Comunicação Social compete:

Art. 2º Cria o Art. 288-A, 288-B e 288-C que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 288-A Compete ao Chefe de Contabilidade, Finanças e Arquivo:

I- Planejar, coordenar, executar controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação, a atualização dos dados e a correta informação da aplicação dos recursos públicos;

II- Planeja o sistema de registros e operações às necessidades administrativas orçamentárias;

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

III - Supervisionar os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os e orientando seu procedimento, para assegurar a observância do plano de contas adotado;

IV - Inspeccionar regularmente a escrituração dos livros comerciais e fiscais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas;

V - Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;

VI - Proceder e orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços;

VII - Supervisionar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, ou participar desses trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;

VIII - Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura;

IX - Coordenar a Preparação da declaração de imposto de renda da Prefeitura, segundo as exigências legais, para possibilitar controle contábil e legislação que rege a matéria, para apurar o valor do tributo devido;

X - Elaborar relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura, apresentando dados necessários ao relatório da diretoria de administração e fazenda;

XI - Assessorar a Direção de Administração e Fazenda em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz das ciências e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores;

XII - Supervisionar os trabalhos de contabilização de documentos, analisando-os e orientando seu processamento;

XIII - Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e emendando possíveis erros;

XIV - Orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços;

XV - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

Art. 288-B - Compete ao Chefe de Convênios e Controles de e-Sfinge:

I. Coordenar as atividades inerentes a elaboração dos processos administrativos visando a celebração de convênios e formalização de parcerias, com base em regimento específico à área;

II. Elaborar editais de seleção pública para celebração de termos de parceria;

III. Encaminhar os editais de Seleção Pública para aprovação jurídica;

IV. Remeter o processo à Procuradoria para análise quanto à possibilidade de formalização do convênio;

V. Elaborar os termos de convênios com base no regulamento vigente;

VI. Encaminhar os termos de convênios para aprovação jurídica;

VII. Encaminhar os termos de convênio e de parceria para assinatura;

VIII. Publicar o extrato do convênio e dos termos de parceria na imprensa oficial;

IX. Encaminhar o convênio à Secretaria solicitante para monitoramento e acompanhamento através do setor ao qual se relaciona o serviço;

X. Proceder à gestão dos Termos de Parceria, aplicando, no que couber as normas vigentes, bem como executar a prestação de contas destes junto aos entes governamentais ou não envolvidos;

XI. Planejar, coordenar os diversos setores da administração na alimentação, atualização e correção dos dados do sistema e-Sfinge;

XII - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Art. 288-C - Compete ao Supervisor de Contratos:

I. Emitir ordem de serviços e efetuar distribuição de cópias dos contratos e anexos;

II. Definir, quando for o caso e em conjunto com o preposto da empresa, as estratégias de execução, bem como traçar as metas de controle e acompanhamento do contrato;

III. Monitorar a relação empresa/empregado dos contratos, quanto ao pagamento de salários e demais despesas pertinentes à área trabalhista, quando o Município responder subsidiariamente;

IV. Contatar as unidades usuárias dos contratos, visando ao cumprimento pelas partes de todas as cláusulas do contrato;

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

V. Avaliar as vantagens e desvantagens das prorrogações contratuais;

VI. Controlar os prazos de vigências e execução dos contratos, notificando todas as unidades sobre a instrução de novo processo licitatório, quando houver, com antecedência de 04 meses do seu termo final;

VII. Propor alterações nos contratos, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

VIII. Instruir todos os processos de sanções, advindos do descumprimento de cláusulas contratuais;

IX. Notificar os contratados dos processos de sanções, garantindo o devido processo legal;

X. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, ou pelo atraso injustificado, bem como rescindi-los, quando for o caso;

XI. Solicitar a inscrição, na dívida ativa do Município, das multas não recolhidas pelas empresas inadimplentes;

XII. Controlar, através de registros específicos, todas as etapas pertinentes às atividades executadas;

XIII. Alimentar o sistema de informações do Município com todas as informações pertinentes à contratos;

XIV. Lavar os aditamentos contratuais, encaminhando-os para aprovação da Procuradoria, assinatura e publicação do seu extrato;

XV. Verificar a regularidade fiscal dos contratados, e no caso de não comprovada, notificá-lo e reter seu pagamento até efetiva regularização;

XVI. Elaborar as minutas de contrato, com base no Termo de Referência ou processo administrativo, sugerindo modificações, inclusões ou exclusões de informações;

XVII. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes de preços ou repactuações;

XVIII. Avaliar os preços praticados no mercado, visando a repactuação de preços, sempre que houver a possibilidade da prorrogação contratual;

XIX. Comunicar, em tempo hábil, seus superiores quando as decisões e providências ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes;

XX. Receber definitivamente o objeto contratado, exceto no caso de obras;

XXI. Encaminhar Nota Fiscal/Fatura/recibo à Chefia de Contabilidade, Finanças e Arquivo para pagamento, após a conferência dos valores e a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho; e

XXII. Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

Art. 3º – Altera o CAPÍTULO VII – SEÇÃO II e o caput do Art. 299-A da Lei Complementar 014/09 de 15 de Dezembro de 2009 que passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II – Da Chefia de Meio Ambiente

Art. 299-A – À Chefia de Meio Ambiente compete:

I - Planejar, Coordenar, Promover e Executar, em parceria com as concessionárias públicas, os investimentos em infra-estrutura necessários na área rural para implementar o abastecimento de água potável e o saneamento residencial e das instalações agropecuárias;

II – Auxiliar na elaboração do Plano Municipal do Meio Ambiente, articulado com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema) e com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

III – Auxiliar no desenvolvimento de uma política ambiental que inclua a pesquisa, projetos, programas e atividades de caráter comum e essencial à qualidade e a sustentabilidade de vida no meio rural;

IV – Identificar as áreas degradadas e incentivar a sua recuperação em parceria com outras entidades públicas e privadas, além de cobrar a mitigação dos danos ao meio ambiente promovidos por empresas exploradoras de recursos minerais ou aquelas que empreguem técnicas ou métodos que comportem risco para a vida e a qualidade do meio ambiente;

V – Executar o controle, a fiscalização ambiental, o gerenciamento do licenciamento ambiental, a avaliação dos impactos ambientais através de convenio com os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental no Estado de Santa Catarina;

VI – Assessorar o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente nos assuntos inerentes a Pasta;

VII – Assumir como órgão responsável pela execução da política municipal do meio ambiente e dos recursos hídricos, preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, competindo-lhe, além de outras atribuições regulamentares;

VIII – Realizar o gerenciamento e o licenciamento ambiental, a fiscalização e a avaliação de instalação e operação de empreendimentos, quanto ao impacto ambiental, e a implantação e gestão das unidades de conservação da natureza;

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

IX – Promover a coordenação e monitoramento da operacionalização das políticas de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável;

X – Promover o monitoramento e avaliação da qualidade ambiental do Município e o gerenciamento do plano municipal de licenciamento e controle ambiental;

XI – Realizar programas voltados para a melhoria da qualidade ambiental e defesa dos recursos naturais, mediante permanente fiscalização e controle de fontes poluentes;

XII – Promover o relacionamento com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, de acordo com a legislação específica que o instituiu.

XIII – Participar como coordenador no Colegiado;

XIV – Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas, em suas respectivas competências, e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições por ela delegadas.

Parágrafo Único: Para o exercício da função de titular da Chefia de Meio Ambiente, o nomeado deverá satisfazer além de notório conhecimento da área Ambiental, possuir qualificação profissional ou técnica compatível com a pasta, para a qual foi indicado.

Art. 4º – Altera a SEÇÃO I do CAPÍTULO VIII e seu artigo 301 da Lei 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, que passará a ter a seguinte redação:

SEÇÃO I – Da Assessoria de Educação e Cultura

Art. 301 - À Assessoria Municipal de Educação e Cultura compete:

I – Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução da política educacional do Município, mediante oferecimento prioritário do ensino fundamental;

II - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução das atividades de desenvolvimento da proposta pedagógica, organização curricular e gestão do sistema municipal de ensino;

III - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução de atividades relacionadas à alimentação escolar, transporte escolar, suprimento de material didático e de consumo, e assistência ao educando;

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

IV - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução de programas de treinamento, capacitação e reciclagem do pessoal do magistério;

V - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução na gestão o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério;

VI - Assessorar a Secretaria nas atividades de suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar, e outros que venham a ser criados e subordinados a esta Secretaria;

VII - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução das direções escolares, e orientar pela execução e zelo do Plano Político e Pedagógico da Unidade Educacional do Município;

VIII - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução das políticas públicas de cultura do Município, incentivando e apoiando a criação, produção e divulgação de bens culturais e manifestações artísticas e culturais populares;

IX - Assessorar a Secretaria nas atividades de Planejamento, coordenação, controle e execução das atividades relacionadas à proteção, preservação e ampliação do patrimônio artístico, histórico e cultural do Município;

X - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

XI - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Art. 5º - Da nova redação a CAPÍTULO X - SEÇÃO I e seu artigo 312-A, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO I – Das Coordenadorias de Equipe de Saúde da Família

Art. 312-A - Compete às Coordenadorias de Equipe de Saúde da Família:

I - Coordenar atividades, programas e projetos de Saúde, cooperando com o corpo técnico e administrativo, em atividade relacionada ao planejamento, execução e avaliação do processo ao qual foi designado;

II - Coordenar as ações da Equipe de Saúde da Família no atendimento ao público alvo quanto a necessidades de higiene e saúde, desenvolvendo atividades que estimulem a atingir as mesmas;

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

III - Participar e coordenar atividades desenvolvidas pelos responsáveis técnicos e administrativos;

IV - Participar e coordenar reuniões e grupos de estudo para desenvolvimento e qualificação de atividades, programas e projetos de Saúde que venham a ser aplicados;

V - Promover e coordenar um ambiente de respeito mútuo e cooperação, entre o público alvo e demais profissionais da Equipe de Saúde da Família;

VI - Recepcionar os usuários que buscam a unidade de Saúde da Família;

VII – Proceder a alimentação de informações nos sistemas informatizados de saúde, de forma a manter um histórico de atendimento bem como os encaminhamentos de ações de promoção da saúde o usuário;

VIII – Prestar o retorno de informações sobre atos relacionados a promoção da saúde do usuário, bem como promover a entrega de resultados de consultas, exames e afins;

IX - Prestar contas a Gestão de Saúde relacionados as ações da Equipe de Saúde da Família, encaminhar solicitações de exames, consultas, agendamento de veículos e afins, bem como informar quando do cancelamento de agendamentos;

X – Coordenar a organização de prontuários de forma a agilizar o atendimento da Equipe de Saúde da Família.

XI - Efetuar outras atividades afins, no âmbito de sua competência.

Art. 6º - Extingue um cargo de Chefe de Divisão de Frotas pertencente à Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 7º - Cria um segundo cargo de Gerente de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único: O cargo que trata o caput do presente artigo estará vinculado a Secretaria de Obras e Infra Estrutura subordinado a Diretoria de Obras e Infra Estrutura.

Art. 8º - Cria um segundo cargo de Assessoria Jurídica.

Parágrafo único: O cargo que trata o caput do presente artigo estará vinculado ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo e subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

Art. 9º – Revoga os artigos 280-A, 314-D da Lei 014/09 de 15 de Dezembro de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

Art. 10º – Fica alterado o Anexo I – Tabela de Vagas, Cargos, Funções, Jornada e Escolaridade Mínima passando a vigorar com a redação constante do Anexo I da presente Lei.

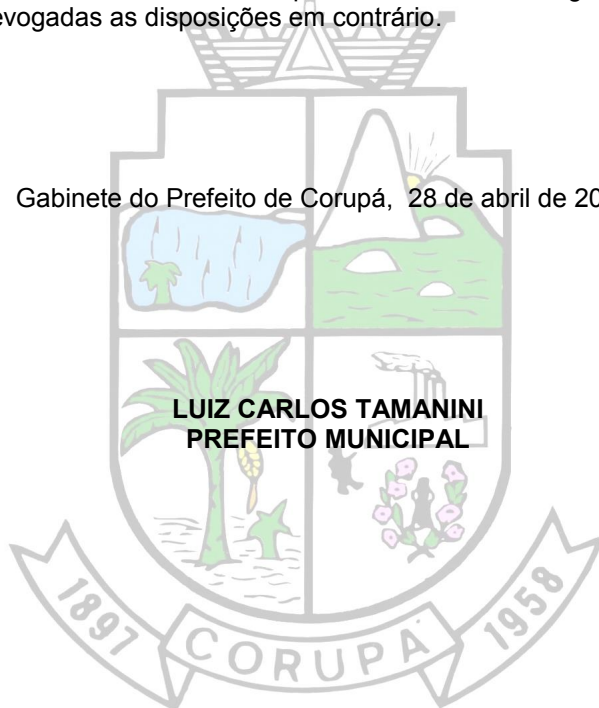
Art. 11 - Para dar cumprimento ao disposto nos artigos 1º ao 9º o Anexo III - Organograma da Estrutura Organizacional da Administração Municipal da Lei Complementar nº 014/09, passa a vigorar com a redação constante do Anexo II da presente Lei.

Art. 12 – Fica concedido, a partir de 01 de Maio de 2015, a revisão geral anual salarial de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois pontos percentuais) aos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo, relativo ao INPC acumulado de abril 2014 a março de 2015.

Art. 13 - Incorporado o reajuste previsto no artigo 12 desta Lei, o Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009 que trata da Tabela de Valores Remuneratórios por Padrão Salarial, passará a vigorar com a redação constante do Anexo III da presente Lei.

Art. 14 – Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 28 de abril de 2015.



Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

Anexo I da Lei Complementar 055/15
Alteração de Carga Horária, Atribuição e Fator das Funções que elenca.

ANEXO I

TABELA DE VAGAS, CARGOS, FUNÇÕES, JORNADA E ESCOLARIDADE MÍNIMA

FATOR	Nº DE VAGAS	NOMENCLATURA DA FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO	CARGA HORA	GRAU DE ESCOLARIDADE
2	2	AGENTE EPIDEMIOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver ações de vigilância em saúde;• Orientar a comunidade quanto aos meios de controle e prevenção de doenças;• Encaminhar às Unidades de Referência os casos de suspeita de doenças e situações, objeto de vigilância;• Realizar ações de saneamento e melhoria do meio ambiente, através de visitas domiciliares periódicas;• Realizar controle químico de vetores, roedores e outros agentes de doenças e agravos em imóveis no Município;• Auxiliar na realização de inquérito epidemiológico e demais pesquisas de vigilância;• Realizar atividades de mutirão de limpeza;• Realizar pesquisa de triatomeos em domicílios localizados nas áreas endêmicas;• Realizar identificação e eliminação de focos e/ou criadouros do Aedes aegypti e Aedes albopictus;• Realizar borrfiação em domicílios para controle de triatomeos;	40	SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E CNH "AB"

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

			<ul style="list-style-type: none"> • Realizar tratamento de imóveis com focos do Aedes aegypti; • Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária; • Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; • Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação; • Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo; • Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido; • Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas. 		
27	3	FISIOTERAPEUTA	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, organizar e administrar serviços gerais e específicos de fisioterapia, bem como assessorar autoridades em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos e pareceres; • Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, operatório ou de pacientes com dificuldade motora, fazendo demonstrações e orientando o paciente, visando sua recuperação; • Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou liberação da agressividade estimular a sociabilidade; • Supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples; • Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares; • Realizar diagnóstico com levantamento dos problemas; • Redução de incapacidades e deficiências; 	30	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE E CNH "B"

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

48	1	MÉDICO GINECOLOGISTA	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de vida; • Inclusão social; • Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade; • Ação de promoção e proteção da saúde em conjunto com as ESF; • Acompanhamento de crianças com riscos em todas as fases do ciclo de vida; • priorizar ações coletivas; • Realizar orientações; • Realizar acompanhamentos; • capacitar RH; • Acolher e apoiar as famílias; • Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade • Prestar assistência médica integral à saúde da mulher, na área de ginecologia; • Realizar anamnese (Histórico Clínico); • Efetuar exame físico; • Efetuar exame ginecológico; • Determinar o diagnóstico ou hipótese diagnóstica; • Solicitar exames laboratoriais e/ou ultra-sonografia quando julgar necessário; • Prescrever medicação, quando necessário; • Orientar mulheres e/ou gestantes quanto ao planejamento familiar, uso de métodos contraceptivos, controle de pré-natal, parto hospitalar, aleitamento materno entre outros aspectos; • Realizar acompanhamento pré-natal da gestante, com encaminhamento quando se fizer necessário; • Coletar material para exames de preventivo de CA de mama e colo uterino, quando julgar necessário; • E demais atribuições pertinentes à profissão, segundo a classe, ordem 	20	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE, ESPECIALIZAÇÃO
----	---	----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----------------------------------------------------

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

			ou conselho profissional específico;		
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim; Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições; Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas. 		
39	1	MÉDICO PEDIATRA	<ul style="list-style-type: none"> Prestar atendimento médico hospitalar e ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento; Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, na especialidade de Pediatria e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença; Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral; Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção prevenção e recuperação da saúde da coletividade; Coordenar atividades médicas institucionais a nível local; Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando ações desenvolvidas, participando do estudo de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando dar assistência integral ao munícipe; Delegar funções à equipe auxiliar, participando da capacitação de pessoal, bem como de supervisão dos demais recursos envolvidos na prestação de cuidados de saúde; 	10	SUPERIOR, REGISTRO DE ÓRGÃO DE CLASSE, ESPECIALIZA- ÇÃO

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

48	1	MÉDICO PEDIATRA	<ul style="list-style-type: none"> • Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função; • Efetuar outras tarefas correlatas, mediante determinação superior; • Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas. • Prestar atendimento médico hospitalar e ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento; • Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, na especialidade de Pediatria e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; • Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral; • Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença; • Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral; • Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínico, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção prevenção e recuperação da saúde da coletividade; • Coordenar atividades médicas institucionais a nível local; • Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando ações desenvolvidas, participando do estudo de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando dar assistência integral ao município; • Delegar funções à equipe auxiliar, participando da capacitação de pessoal, bem como de supervisão dos demais recursos envolvidos na prestação de cuidados de saúde; • Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função; • Efetuar outras tarefas correlatas, mediante determinação superior; • Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas. 	20	SUPERIOR, REGISTRO DE ÓRGÃO DE CLASSE, ESPECIALIZA- ÇÃO
19	30	MOTORISTA	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigir automóveis leves e utilitários de pequeno e médio porte, utilizados no transporte municipal, intermunicipal e interestadual, 	44	SÉRIES INICIAIS DO

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

			<p>transportando funcionários, equipamentos, produtos químicos, objetos e outros, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, assim também, caminhões munch, caminhão guincho e carretas, caminhão basculante, caminhão carroceria, microônibus, ônibus urbano e ônibus rodoviário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operar o equipamento do caminhão munch carregando e descarregando peças e equipamentos. • Operar o caminhão guincho efetuando a fixação dos veículos para remoção; • Operar o caminhão basculante carregando e descarregando sua carga; • Operar o caminhão carroceria supervisionando e ajudando a descarregar sua carga; • Operar o microônibus, ônibus urbano e rodoviário, no transporte de passageiros; • Auxiliar nas atividades de carga e descarga de materiais e/ou equipamentos no veículo sob sua responsabilidade; • Controlar o consumo de combustível, quilometragem, nível do óleo, água, freios, calibragem dos pneus, cargas dos extintores, elétrica, documentos de trânsito e outros, visando a manutenção do veículo; • Apresentar o veículo para manutenção nos períodos previstos ou em casos emergenciais; • Comunicar de imediato a seu superior hierárquico no caso de constatação de ruídos ou defeitos; • Zelar pela manutenção e conservação do veículo sob sua responsabilidade, procedendo com a limpeza do mesmo no que se refere a limpeza interna e externa, inclusive lavação; • Elaborar planilha mensal da quilometragem dos veículos da municipalidade, com os locais percorridos e as devidas anotações de 	ENSINO FUNDAMENT AL, CNH C OU D
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

27	1	TÉCNICO DE ATIVIDADE DE ENGENHARIA	<p>horários de saída e retorno;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com a manutenção do veículo; Realizar viagens a serviço da Município; • Executar outras atividades afins, determinadas pelo superior imediato. • Desenhar plantas cadastrais de todas as obras e serviços que necessitem ser arquivadas pelos meios digitais ou em papel; • Redesenhar o material que esteja em mau estado de conservação; • Manter sempre atualizada a mapoteca com todos os projetos, quer seja por meio de papel ou digital; • Conhecer cálculos de áreas, escalas métricas, uso irrestrito de material de desenho, bem como do aplicativo Autocad, para desenhos em duas dimensões; • Desenhar os projetos elaborados pelos Arquitetos e/ou Engenheiros, quando determinados por sua chefia; • Desenhar perfis longitudinais e transversais das ruas para cadastro, projeto de galerias pluviais e outros fins; • Desenhar levantamentos planialtimétricos de áreas, quando solicitado; • Executar demais atividades correlatas, determinadas pelo superior imediato. • Conduzir veículos automotores do Município para consecução das atividades principais descritas acima, recolhendo-o ao local destinado após concluída a jornada diária; • Comunicar qualquer defeito que eventualmente ocorra nos veículos; • Manter os veículos utilizados em perfeitas condições de funcionamento e zelar pela sua conservação; • Promover o abastecimento de combustível e verificar água e óleo; • Verificar o funcionamento do sistema elétrico e informar qualquer defeito percebido; • Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas 	35	TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO E OU SIMILAR, INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO DE CLASSE E CNH - B
----	---	------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----------------------------------------------------------------------------

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

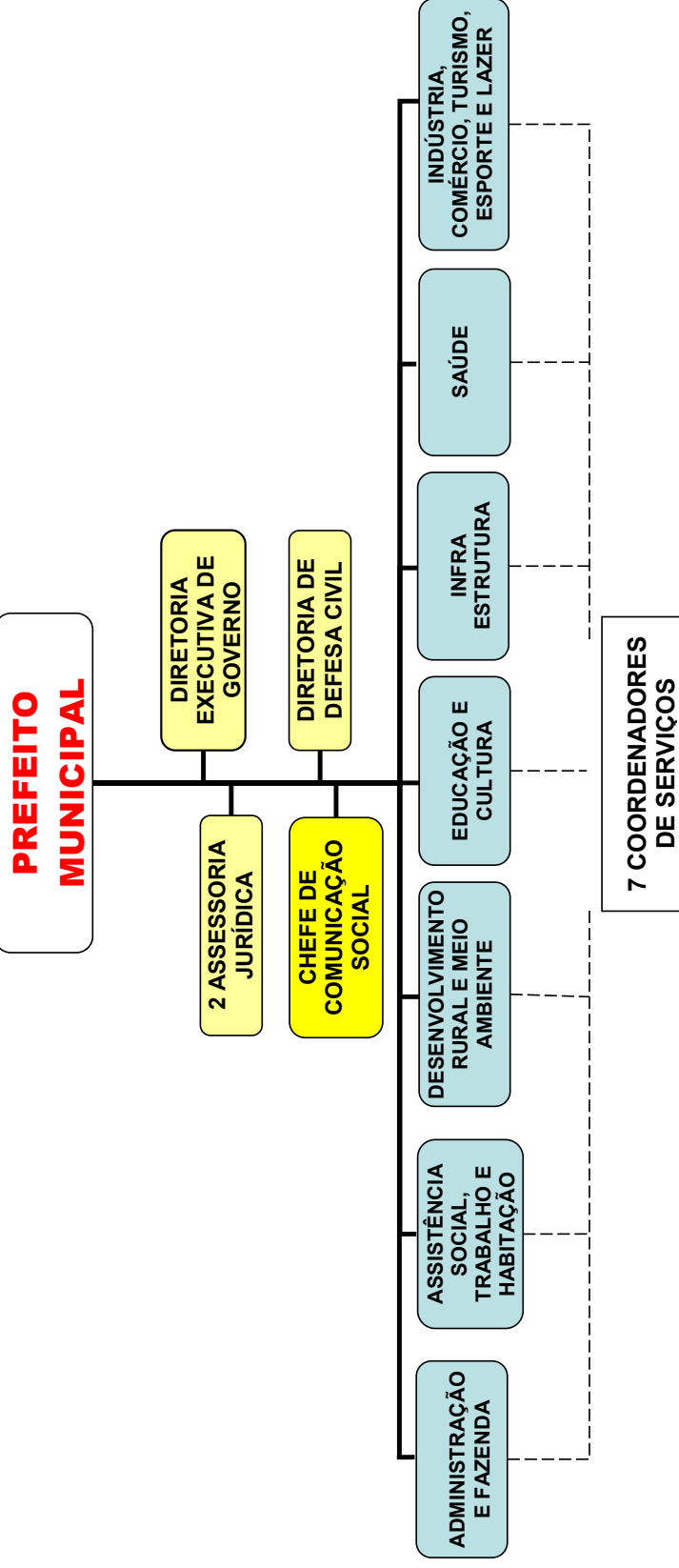
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 055/15

ANEXO III - ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



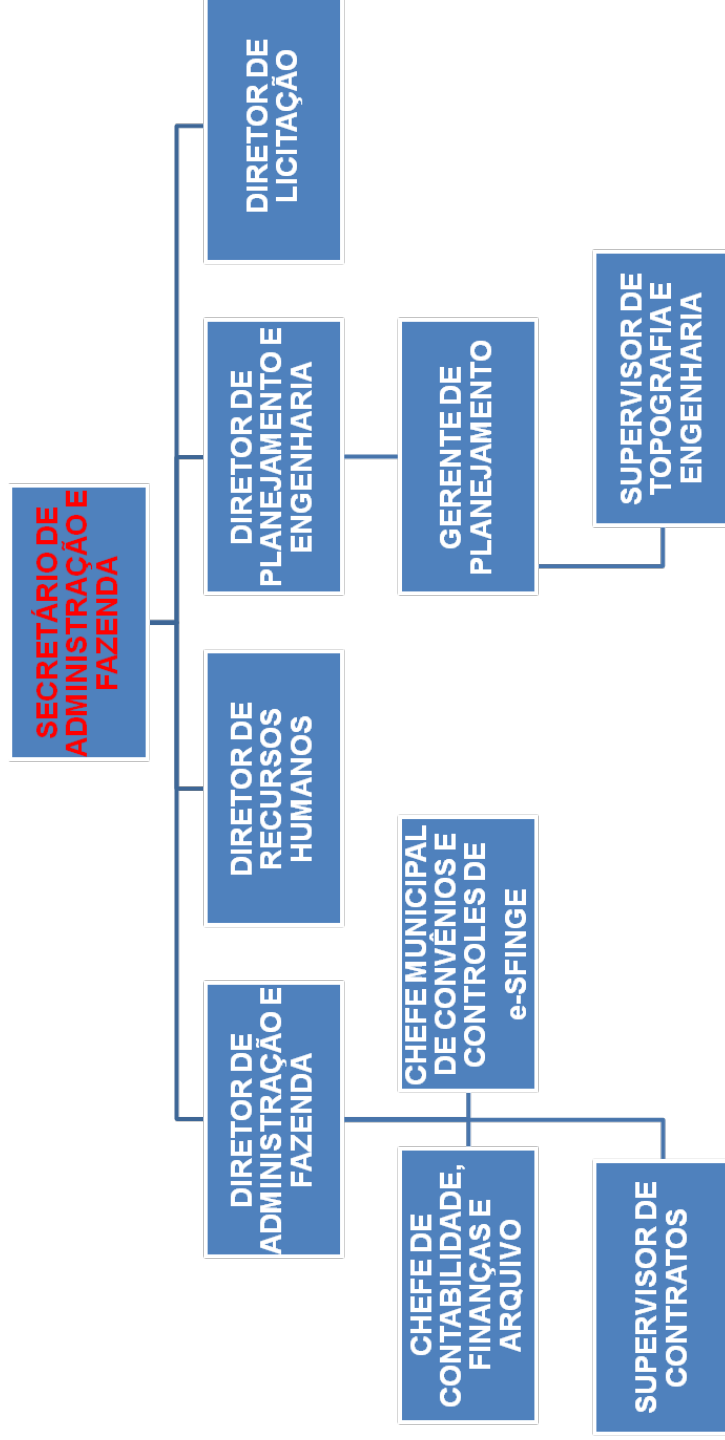
"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br**ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

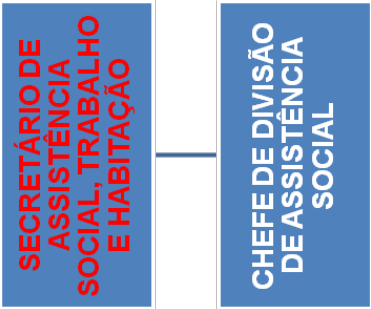


Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



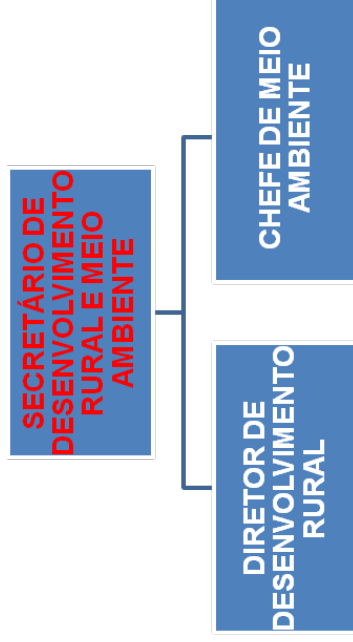
Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



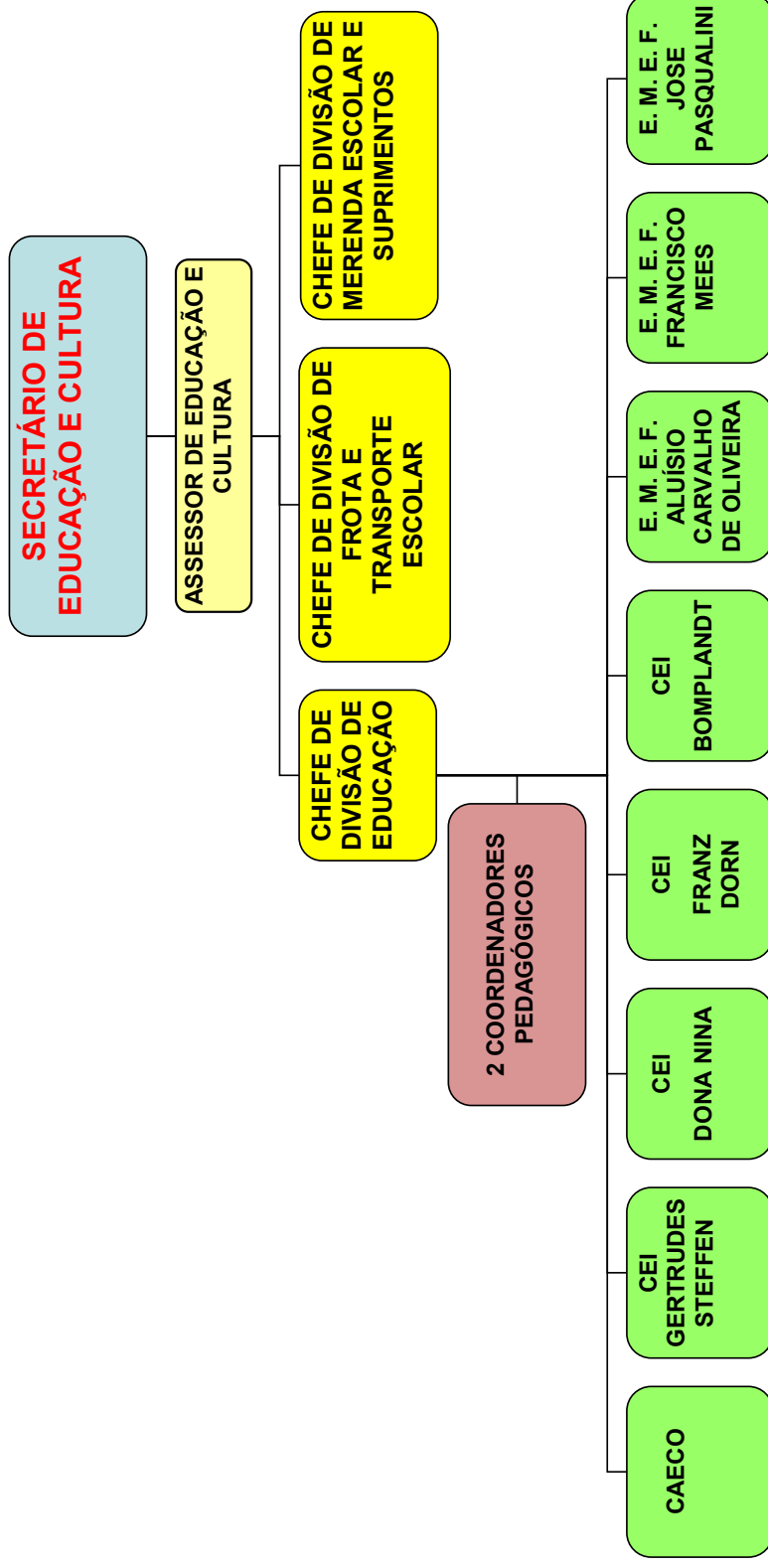
“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa.sc.gov.br**ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

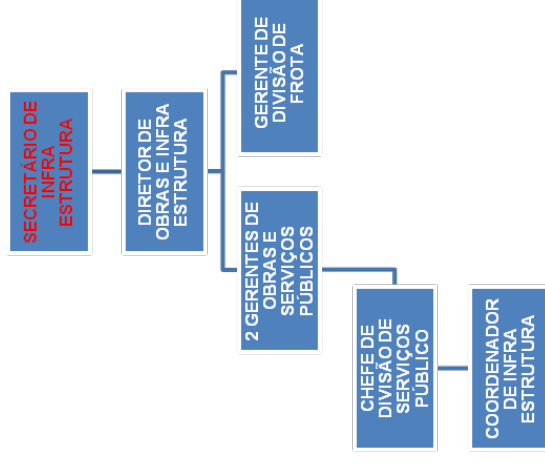
"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br**ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

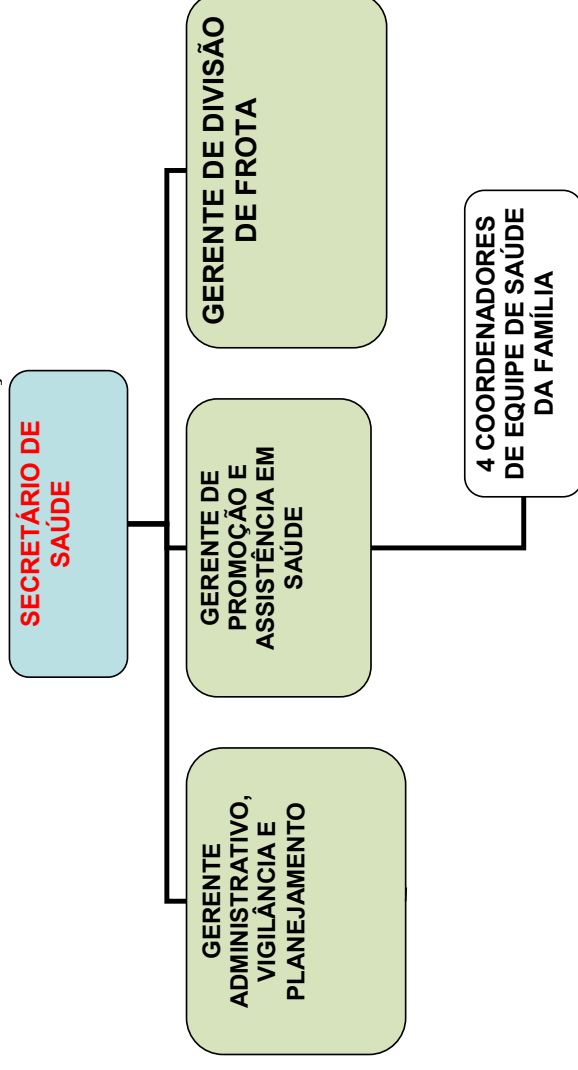
“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br**ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



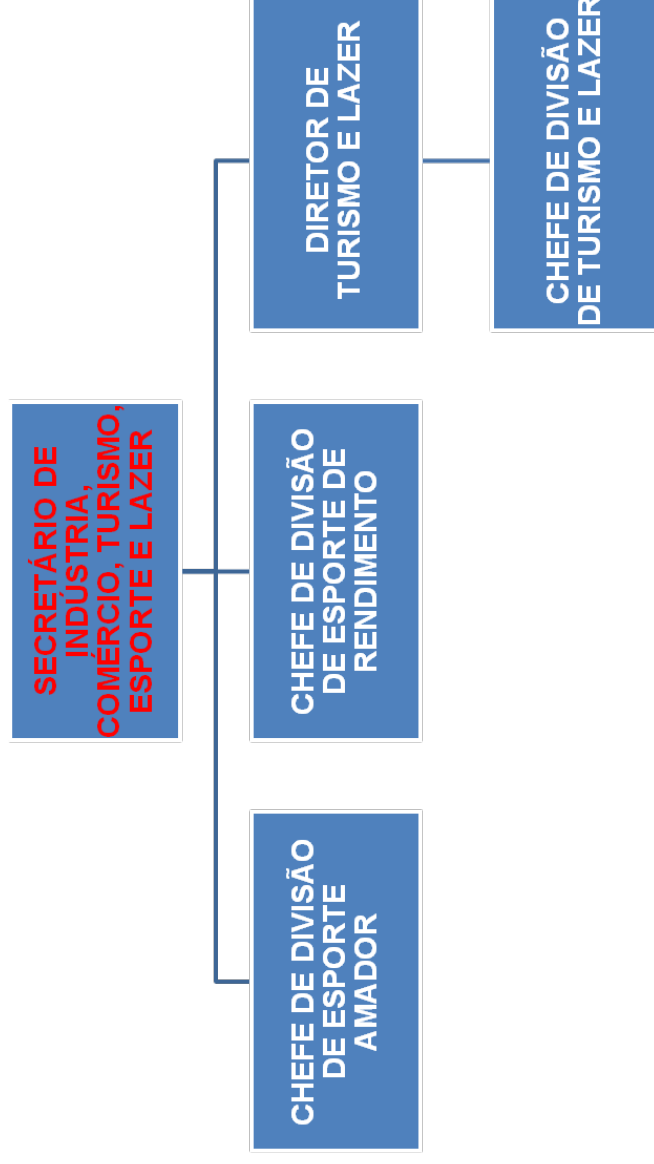
Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”












Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC




www.corupa.sc.gov.br**LEGENDAS E CLASSIFICAÇÕES DE FUNÇÕES:**

CARGOS		CATEGORIA DE VÍNCULO		ATIVIDADE	JORNADA TRABALHO	FATOR DE VENCIMENTO
	SECRETARIA MUNICIPAL	—	DIRETA	Gestão	Dedicação Integral	43
	AUTARQUIA/ÓRGÃO FISCAL.	—	DIRETA	Gestão	Dedicação Integral	43
	ASSESSORIA JURÍDICA	—	DIRETA	Gestão	40 Hs (*)	42
	DIREÇÃO EXECUTIVA DE GOVERNO / DEFESA CIVIL	—	DIRETA	Gestão	40 Hs (*)	38
	ASSESSOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Direção	20 Hs (*)	53
	ASSESSOR DE OPERAÇÃO (AUTARQUIA)	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Direção	40 Hs (*)	40
	COORDENAÇÃO GERAL	— — —	ALTERNATIVO	Execução	40 Hs (*)	18
	COORDENADOR DE EQUIPE DA SAÚDE DA FAMÍLIA	—	ALTERNATIVO	Execução	40 Hs (*)	18
	DIREÇÃO	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Direção	40 Hs (*)	38
	GERÊNCIA	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Gerência	40 Hs (*)	34
	CHEFIA DE DIVISÃO	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Execução	40 Hs (*)	28

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

	DIREÇÃO ESCOLAR	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Direção	Dedicação Integral	32
	SUPERVISÃO	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Gerência	40 Hs (*)	32
	COORDENAÇÃO ESPECÍFICA (PEDAGÓGICA E INFRAESTRUTURA)	—	SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	Execução	40 Hs (*)	26

(*) A jornada de trabalho dos cargos em confiança poderão ser reduzidas ao limite de atendimento ao público.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br**ANEXO III da Lei Complementar 055/15****ANEXO XI - TABELA DE VALORES REMUNERATÓRIOS POR FATOR SALARIAL**

FATOR	SALÁRIO MENSAL	FATOR	SALÁRIO MENSAL
1	R\$ 1.099,38	28	R\$ 2.346,31
2	R\$ 884,72	29	R\$ 2.550,96
3	R\$ 899,47	30	R\$ 2.565,71
4	R\$ 948,12	31	R\$ 2.698,41
5	R\$ 1.013,01	32	R\$ 2.824,27
6	R\$ 1.032,19	33	R\$ 3.030,19
7	R\$ 1.046,94	34	R\$ 3.186,33
8	R\$ 1.095,58	35	R\$ 3.656,89
9	R\$ 1.105,92	36	R\$ 3.881,54
10	R\$ 1.144,25	37	R\$ 4.128,74
11	R\$ 1.223,87	38	R\$ 4.221,92
12	R\$ 1.275,47	39	R\$ 4.453,15
13	R\$ 1.291,71	40	R\$ 5.069,19
14	R\$ 1.312,35	41	R\$ 5.603,29
15	R\$ 1.327,09	42	R\$ 5.690,58
16	R\$ 1.341,83	43	R\$ 5.777,12
17	R\$ 1.474,54	44	R\$ 6.967,25
18	R\$ 1.518,77	45	R\$ 12.386,23
19	R\$ 1.570,40	46	R\$ 11.381,14
20	R\$ 1.577,77	47	R\$ 5.503,68
21	R\$ 1.784,20	48	R\$ 6.193,11
22	R\$ 1.857,93	49	R\$ 331,78
23	R\$ 1.924,29	50	R\$ 490,29
24	R\$ 1.897,33	51	R\$ 663,54
25	R\$ 1.961,14	52	R\$ 995,32
26	R\$ 2.056,64	53	R\$ 3.201,79
27	R\$ 2.211,81	54	R\$ 1.542,03

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 056/15

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA AUTARQUIA - ÁGUAS DE CORUPÁ E ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 031/11 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido, a partir de 01 de Maio de 2015, a revisão geral anual salarial de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois pontos percentuais) aos servidores públicos vinculados a Autarquia - Águas de Corupá, relativo ao INPC acumulado de abril 2014 a março de 2015.

Art. 2º - Incorporado o reajuste previsto nos artigo anterior desta Lei, o Anexo I da Lei Complementar nº 031/11 de 08 de Dezembro de 2011 que trata da Tabela de Valores Remuneratórios por Padrão Salarial, passa a vigorar com arrecadação constante do Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - Altera o Art. 6º, da Lei Complementar nº 031/11, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - São atribuições do Assessor de Operações, dentre outras:

I - assessorar no planejamento, direção, orientação e fiscalização de planos, programas e atividades de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos sanitários, bem como, dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais;

II - assessorar no planejamento, direção, orientação e fiscalização de execução das obras necessárias à prestação dos serviços afetos a Águas de Corupá;

III - assessorar na administração e supervisão das atividades técnico-operacionais da Águas de Corupá;

IV - propor a contratação de serviços de manutenção, quando for o caso, e fiscalizar sua execução;

V - fixar padrões de operação e de manutenção preventiva dos sistemas;

VI - propor aperfeiçoamento nos sistemas de operação e manutenção das estruturas utilizadas na prestação dos serviços;

VII - exercer demais atribuições que lhe inerentes ou que lhe forem conferidas pelo Presidente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 28 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 056/15

ANEXO ÚNICO

TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Fator	Vencimento	Vagas
Presidente	43	Subsidio fixado em Lei para Secretário Municipal	01
Assessor de Operação	40	R\$ R\$ 5.069,19	01

LEI Nº 2181/15

LEI Nº 2181/15

ALTERA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ENUMERA, REESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CONTROLADORIA GERAL NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, INSTITUIDA PELA LEI 2.097/13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Revoga a SEÇÃO ÚNICA do CAPÍTULO IV e seu artigo 12 Lei 2.097/13.

Art. 2º - Fica alterado o ANEXO ÚNICO - Tabela de Cargos Comissionados passando a vigorar com a redação constante do Anexo I da presente Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 28 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I DA LEI Nº 2181/15

ANEXO ÚNICO

TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Fator	Vencimento	Vagas
Controlador Geral do Município	43	Subsidio fixado em Lei para Secretário Municipal	01

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2179/15

LEI Nº 2179/15

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Ficam revistas as remunerações dos agentes políticos municipais, aplicando as atuais remunerações o percentual de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois pontos percentuais) equivalente a revisão geral anual do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, relativo ao INPC acumulado de abril 2014 a março de 2015.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá/SC, 28 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2180/15

LEI Nº 2180/15

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO MAGISTÉRIO DE CORUPÁ E ALTERA O ANEXO IV DA LEI Nº 1193/99 DE 05 DE MARÇO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido, a partir de 01 de Maio de 2015, a revisão geral anual salarial de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois pontos percentuais) aos servidores públicos vinculados ao magistério do município de Corupá, relativos ao INPC acumulado de abril 2014 a março de 2015.

Art. 2º - Incorporado o reajuste previsto nos artigo anterior desta Lei, o Anexo IV da Lei nº 1193/99 de 05 de Março de 1999 que trata da Tabela de Valores Remuneratórios do Magistério, passa a vigorar com a redação do anexo I da presente Lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, 28 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I da Lei 2180/15

TABELA DE VALORES REMUNERATÓRIOS DO MAGISTÉRIO

Anexo IV da Lei Municipal n.1.193/1999			
Piso Referencial (Carga Horária - 40 Horas)			
Habilitação Profissional	Nível		
2º Grau Magistério	I	R\$	1.776,65
Licenciatura Plena	II	R\$	2.150,22
Pós-Graduação	III	R\$	2.364,74
Mestrado	IV	R\$	2.834,07
Doutorado	V	R\$	3.683,68
Leigo	2º grau	1,00	R\$ 1.267,22
Leigo	1º grau	2,00	R\$ 1.201,40

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e sete oito do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2182/15

LEI Nº 2182/15

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO, NA FORMA DO INCISO X DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Ficam revistas as remunerações dos Senhores Vereadores, aplicando as atuais remunerações o percentual de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois pontos percentuais) equivalente a revisão geral anual do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, relativo ao INPC acumulado de abril de 2014 a março de 2015.

Art. 2º - Fica concedido, a partir de 01 de Abril de 2015, a revisão geral anual salarial de 8,42 (oito vírgula quarenta e dois pontos percentuais), aos servidores públicos vinculados ao Poder Legislativo, relativo ao INPC acumulado de abril 2014 a março de 2015.

Art.3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária existente.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá/SC, 30 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta

Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de abril de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 015/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 04/05/2015 às 16 horas do dia 14/05/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16h30min do dia 14/05/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 04 de Maio de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

5387 2015 DESMEMBRAMENTO DE DANEILI VANESSA LOPES

DECRETO Nº 5387/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 14 - C DA QUADRA Nº 13, COM ÁREA DE 778,50M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 14 - C da Quadra nº. 13, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 12.912, de propriedade de Danieli Vanessa Lopes.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 14 - C da Quadra nº. 13, nesta cidade, com área de 778,50m² (setecentos e setenta e oito metros e cinquenta centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 14 - C (quatorze - C) da Quadra nº. 13, com área de 389,25m² (trezentos e oitenta e nove metros e vinte e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 17,82 metros;

SUL: com a Rua Presidente Vargas, medindo 18,29 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 13, medindo 21,71 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 14 - D, medindo 21,57 metros.

b) Lote Urbano nº. 14 - D (quatorze - D) da Quadra nº. 13, com área de 389,25m² (trezentos e oitenta e nove metros e vinte e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 23,94 metros e 0,18 metros;

SUL: com a Rua Presidente Vargas, medindo 16,21 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 14 - C, medindo 21,57 metros e com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 1,26 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 16,96 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, e o Decreto Municipal nº 5372/2015 de 14 de Abril de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/04/2015.

ARIEL DA SILVA

Secretario Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL 001/2015 - CONSELHO TUTELAR

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

EDITAL Nº 001/2015

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

Gerson Luiz Cardoso da Rocha, Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Erval Velho, conforme determina a Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e Lei Complementar Municipal nº 046/2013, no uso de suas atribuições legais e regimentais após aprovação do CMDCA conforme consta na Ata da Assembléia Ordinária realizada no dia 02 de abril de 2015.

RESOLVE: Expedir o presente Edital destinado a orientar e estabelecer normas para a realização da eleição de 5 (cinco) Conselheiros Tutelares e Suplentes, para o próximo mandato conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 046, de 08 de novembro de 2013, tendo como início do mandato a data de 10 de janeiro de 2016.

DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DE CANDIDATOS

Art. 1º - A inscrição do candidato a Conselheiro Tutelar é considerado de caráter individual, sem vinculação político partidária, crença religiosa ou qualquer outra organização.

Art. 2º - Poderão concorrer à eleição os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município há mais de 01 (um) ano;

IV - Ensino médio completo;

V - Não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar nos últimos 8 (oito) anos;

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - Não exercer mandato político;

VIII - Não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;

IX - Não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

X - Estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, a ser aferido por exame próprio precedente a posse;

XI - Obter no mínimo a nota 6 (seis) na prova de conhecimento específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) e sobre as Leis número: 12.010/09, 12.696/12 e 12.955/14;

XII - Ter certificado de participação da Capacitação para Conselheiros Tutelares a qual será providenciada pela Prefeitura Municipal.

Art. 3º - O registro dos candidatos será feito do dia 06 ao dia 30 de abril de 2015 das 7h e 30min às 11h e 30min e das 13h às 17h nas dependências do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), sito à Rua João André Dadalt, s/n, centro, Erval Velho.

Art. 4º - Para registro das candidaturas serão exigidos os seguintes

documentos:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF;
- b) Cópia autenticada de comprovante de conclusão 2º grau;
- c) Comprovante de residência no município (cópia da conta de água, energia ou telefone e declaração da própria pessoa de que a mesma reside no município);
- d) Negativa de antecedentes criminais, fornecido pela Vara Única da Comarca de Herval D'Oeste;
- e) Declaração do candidato de disponibilidade de horário integral para cumprir em nome da comunidade, as atribuições que a função de Conselheiro Tutelar exige, na forma da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta declaração estará disponível para assinatura no ato da inscrição;
- f) 1 foto 3X4.

DO CALENDÁRIO DA ELEIÇÃO

Art. 5º - O calendário para eleição de 5 (cinco) membros e suplentes ao Conselho Tutelar do Município de Erval Velho, seguirá o seguinte cronograma:

- a) De 06 a 30/04/2015 - Inscrições de Candidatos das 7h e 30 min às 11h e 30min e das 13h às 17h no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), sito à Rua João André Dadalt, s/n, centro, Erval Velho;
- b) 04/05/2015 - Análise dos documentos entregues no ato da inscrição pela Comissão Especial Eleitoral;
- c) 05/05/2015 - Publicação das inscrições impugnadas;
- d) 06/05/2015 - Prazo dos recursos das inscrições impugnadas;
- e) 07/05/2015 - Julgamento dos recursos dos processos de impugnação;
- f) 08/05/2015 - Publicação definitiva dos candidatos aptos a participarem da prova de conhecimento específico;
- g) 22/05/2015 - Capacitação para os inscritos;
- h) 29/05/2015 - Aplicação da Prova de Conhecimento Específico às 14h, no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), sito à Rua João André Dadalt, s/n, bairro centro;
- i) 08/06/2015 - Publicação dos aprovados na prova de conhecimento específico no mural da Prefeitura Municipal;
- j) 09/06/2015 - Prazo de recurso da prova de conhecimento específico na sede do CMDCA;
- k) 10/06/2015 - Publicação dos resultados dos recursos no mural da Prefeitura Municipal;
- l) 16/06/2015 - Homologação e publicação dos candidatos aptos a serem votados;
- m) 04/10/2015 - ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS;
- n) 05/10/2015 - Publicação dos eleitos no mural da Prefeitura Municipal.

Art. 6º - Durante o processo de impugnação será assegurado ao candidato o direito de ampla defesa.

Art. 7º - O processo de impugnação de candidatura deverá ser instituído com elementos comprobatórios que justifiquem o procedimento devendo o mesmo ser dirigido ao presidente da Comissão Especial Eleitoral.

Art. 8º - Havendo processo de impugnação de candidatura, a Comissão Especial Eleitoral julgará o processo, dando ciência ao acusado do resultado do julgamento, cuja decisão no caso de confirmada impugnação, será irreversível.

LOCAIS DE VOTAÇÃO, HORÁRIOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- a) A votação será realizada nas dependências da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo, sito a Rua Cel Honborato Vieira, 1073, dia 04 de outubro de 2015, das 9h às 16h;
- b) Apuração dos votos será no local da votação;
- c) O resultado será divulgado no dia 05/10/2015 no Mural Público da Prefeitura Municipal, no site www.ervalvelho.sc.gov.br e no

DOM - Diário Oficial dos Municípios - FECAM.

DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Art. 9º - A prova de conhecimento específico será feita com questões de múltipla escolha, baseadas na Lei 8069/90 e suas atribuições, e pelas Leis número: 12.010/09, 12.696/12 e 12.955/14.

DA ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 10 - Considerada a elevada responsabilidade dos Conselheiros Tutelares e Suplentes a serem eleitos para o preenchimento das vagas do atual mandato do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e a Comissão Especial Eleitoral deverão examinar a idoneidade moral dos candidatos, podendo realizar diligências, ouvir testemunhas, efetuar perícias e colher informações para o esclarecimento e possíveis dúvidas e questionamentos sobre qualquer candidato.

Art. 11 - No presente processo eleitoral deverão ser eleitos 5 (cinco) Conselheiros e Suplentes, obedecendo a ordem decrescente de votos.

Art. 12 - Terminada a eleição será imediatamente providenciada a apuração do resultado do pleito, sendo considerados eleitos, pela ordem do número de votos válidos obtidos, os 5 (cinco) Conselheiros pela ordem de votação.

§ 1º - Apurado o resultado da eleição será em seguida publicado por ordem de votação os 5 (cinco) Suplentes eleitos, abrindo-se prazo para impugnação do resultado, conforme calendário eleitoral, cabendo ao impugnante o ônus da prova material para justificar o recurso a ser interposto por escrito, junto à comissão eleitoral.

§ 2º - Em caso de empate entre os candidatos, será considerado eleito em posição precedente aquele que tiver idade superior ao outro candidato, ficando este classificado na sequência, como titular ou suplente conforme a ordem de classificação.

DO EXPEDIENTE E REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 13 - O expediente dos Conselheiros Tutelares é de 40 horas semanais como previstos na Lei Federal 8069/90 ECA e na Lei Complementar Municipal nº 046, de 08 de novembro de 2013.

Art. 14 - A remuneração do Conselheiro Tutelar Municipal será de acordo com o que consta na Lei Complementar Municipal nº 046/2013. Tendo como vencimento inicial o valor de R\$ 1.024,32.

Art. 15 - São atribuições e competências dos Conselheiros Tutelares aquelas elencadas nos artigos 98 e 136 do ECA - Lei Federal 8069/90.

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 16 - Conforme o art. 140 da Lei Federal 8069/90, ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, tios, sobrinhos, padrasto e madrasta e enteados.

Parágrafo Único - Entende-se o impedimento do Conselheiro na forma desse artigo em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca de Herval D'Oeste.

Art. 17 - Os impedimentos contidos no artigo 16, não impedem a candidatura dos interessados, sendo que, em sendo eleitos, apenas será empossado o mais votado, salvo se este desistir previamente.

Art. 18 - No caso do candidato ser funcionário municipal efetivo,

fica-lhe facultado, em caso de remuneração optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos, retornando a seu cargo efetivo de servidor público, logo ao término da conclusão do atual mandato do Conselho Tutelar.

Art. 19 - O cargo de conselheiro tutelar, como agente público de serviço relevante, é para todos os efeitos legais considerado como cargo eletivo de duração fixa, NÃO GERANDO VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 20 - Nos termos do artigo 135 do ECA, o exercício efetivo do cargo de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá prevenção de idoneidade moral, em caso de crime comum, até o julgamento.

Art. 21 - A realização do processo eleitoral será fiscalizada pelo Ministério Público da Comarca de Herval D'Oeste.

Art. 22 - Os casos omissos nesse Edital, bem como os demais atos normativos necessários à complementação e o bom andamento eleitoral, será objeto de apreciação e decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA mediante aprovação e publicação de resolução do Conselho.

Art. 23 - O presente Edital entrará em vigor na data da respectiva Resolução do CMDCA, que aprovou em Assembleia Geral Ordinária do dia 02 de abril de 2015.

Eral Velho, 02 de abril de 2015.

Gerson Luiz Cardoso da Rocha

Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Eral Velho

Forquilha

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015

Recorrente: DIMASA - DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS AUTOMOTORAS, SERVIÇOS E AUTOPEÇAS LTDA.

RELATÓRIO

DIMASA - DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS AUTOMOTORAS, SERVIÇOS E AUTOPEÇAS LTDA apresentou questionamento sobre as especificações do Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 72/PMF/2015.

Alega que as especificações contidas no anexo V limita ao fornecimento de apenas uma empresa, diminuindo assim a concorrência do certame licitatório, solicitando a alteração da potência do motor das pick-ups de 1.0 para 1.4.

DO MÉRITO

Inicialmente, cabe ressaltar, que o processamento desta licitação vem sendo conduzido com a máxima observância dos preceitos legais, da doutrina, da jurisprudência e principalmente dos princípios gerais que norteiam sua atuação.

O Conceito de licitação traz em si, de forma intrínseca, a busca sempre pela proposta mais vantajosa para a Administração. Esse, sem dúvida, é o sentido largamente esposado pela doutrina e jurisprudência pátrias.

No caso em tela, em consulta, verificou-se que não apenas uma empresa, conforme alega a impetrante, fornece veículos utilitários conforme as especificações contidas no anexo V do Edital, mas outras 03 (três) empresas que também produzem veículos similares e outras mais com especificações até superiores das exigidas feitas no Edital. Ressalta-se ainda que, o referido anexo trata das mínimas exigências de especificação do produto.

Desta forma, caso o pedido de retificação do presente edital fosse aceito, alterando a potência mínima do motor das pick-ups de 1.0, descrito no edital, para 1.4, solicitado pelo impugnante, o ente municipal estaria infringindo a legislação, restringindo então a participação de licitantes com veículos que também atendem as exigências desta Administração Municipal.

Conforme trata nossa Carta Magna em seu artigo 37 inciso XXI, deve ser garantido o direito a todos os concorrentes, inviabilizando, assim, a solicitação da empresa.

Também referindo-se a legislação infraconstitucional, o Decreto 3.555/2000, art. 4º, Parágrafo Único, afirma que as normas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, o pedido se torna incoerente, tendo em vista que ao modificar-se a potência estaria o ente municipal excluindo empresas, diminuindo a disputa, infringindo a legislação citada.

No mesmo norte a Lei 8.666/93 veda o impedimento do caráter competitivo da licitação pelo agente público, sendo que a alteração solicitada pela empresa, veda a participação de outras empresas, impedindo o caráter competitivo.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, manifestamo-nos pelo recebimento do questionamento formulado por DIMASA - DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS AUTOMOTORAS, SERVIÇOS E AUTOPEÇAS LTDA, no processo de Pregão Presencial nº. 72/PMF/2015, negando porém provimento a solicitação realizada, ratificando, desta forma, a descrição contida no anexo V do referido edital

Forquilha, 29 de abril de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira Municipal

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2015
Recorrente: UNITÁ VEÍCULOS LTDA.

RELATÓRIO

UNITÁ VEÍCULOS LTDA. apresentou impugnação sobre as especificações do Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 72/PMF/2015.

Alega que as especificações contidas no anexo V impede a participação da empresa ora impugnante sendo solicitada a alteração da especificação quanto ao compartimento de carga de no mínimo 790 quilos passando para 700 quilos.

DO MÉRITO

Inicialmente, cabe ressaltar, que o processamento desta licitação vem sendo conduzido com a máxima observância dos preceitos legais, da doutrina, da jurisprudência e principalmente dos princípios gerais que norteiam sua atuação.

O Conceito de licitação traz em si, de forma intrínseca, a busca sempre pela proposta mais vantajosa para a Administração. Esse, sem dúvida, é o sentido largamente esposado pela doutrina e jurisprudência pátrias.

No caso em tela, a comissão de Pregão voltou-se à secretaria solicitante a fim de analisar a alteração da capacidade de carga mínima exigida para o objeto desta licitação. Ocorre que, a Secretaria de Infraestrutura informou que os veículos serão utilizados especificamente para transporte de cargas pesadas, como matérias de construção, sendo inviável para o município reduzia a capacidade de carga pretendida.

Em consulta anterior, verificou-se que diversas empresas produzem veículos similares e com especificações até superiores as exigidas feitas no Edital. Sendo assim, tal exigência não frustra o caráter competitivo.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, manifestamo-nos pelo recebimento do questionamento formulado por UNITÁ VEÍCULOS LTDA., no processo de Pregão Presencial nº. 72/PMF/2015, negando porém provimento a solicitação realizada, ratificando, desta forma, a descrição contida no anexo V do referido edital

Forquilha, 30 de abril de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira Municipal

LEI Nº 2.085, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.085, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO PARA CESSÃO DE USO, COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, mediante Termo de Convênio para Cessão de Uso, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para utilização exclusiva no 02º Pelotão da 04ª Companhia do 09º Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Forquilha, 02 (dois) veículos tipo Motocicletas, marca Honda, modelo XRE 300, cor branca, capacidade 02 (duas) pessoas, combustível gasolina, ano de fabricação 2015, modelo 2015, com todos os equipamentos obrigatórios, uma com código de Renavam nº. 1043866199, Chassi nº. 9C2ND-1110FR014413, placa QHF-4682 e a outra código de Renavam nº. 10438870757, Chassi nº. 9C2ND1110FR014385, placa QHF-4732. Parágrafo único. Os veículos objeto deste Termo de Cessão de Uso destinar-se-ão a execução do serviço de policiamento de trânsito motorizado, ficando o Cessionário responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização, correm à conta do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado Segurança Pública e Defesa do Cidadão e da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo determinado no Termo de Convênio e poderá ser rescindido em qualquer tempo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.086, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.086, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.054, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (DEMUTRAN), DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do art. 9º da Lei nº 2.054, de 30 de dezembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

III - 1 (um) representante da Federação dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros no Estado de Santa Catarina - FECTROESC.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.087, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.087, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DENOMINA COMPLEXO ESPORTIVO ANTÔNIO ALÉSSIO O PRÓPRIO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se COMPLEXO ESPORTIVO ANTÔNIO ALÉSSIO o próprio público localizado na Rua Irmã Apolinária Kammer, n. 380, Bairro Clarissa, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 314, de 12 de dezembro de 1994.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.088, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.088, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA COM A ASSOCIAÇÃO RECICLANIP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênios de cooperação mútua com a ASSOCIAÇÃO RECICLANIP, com sede na Rua Flórida, 1737, 4º andar, Cj. 41, Sala A, CEP: 04565-001, Bairro Brooklin Novo, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob n.º 08.892.627/0001-06, tendo por objeto desenvolver ações conjuntas e integradas, visando a proteger o meio ambiente através da destinação ambientalmente adequada dos pneumáticos inservíveis.

Art. 2º As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2015

DECRETO Nº 073, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e - NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo parágrafo único do artigo 466 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das obrigações tributárias acessórias no âmbito do Município;

CONSIDERANDO o previsto na legislação tributária municipal, Lei Complementar Municipal nº 053/2003, relativa à sujeição passiva do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) a terceiros vinculados ao fato gerador da obrigação tributária, introduzindo as figuras da substituição tributária e da responsabilidade por retenção na fonte do imposto;

CONSIDERANDO o regime diferenciado de tratamento tributário dispensado às ME e EPP instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas atualizações (Lei do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 23, do Anexo 11, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre as Obrigações Fiscais Acessórias em Meio Eletrônico, entre os quais a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e (NF-e), modelo 55, emitida em substituição da Nota Fiscal modelo 1 ou 1A, por contribuinte previamente credenciado pela Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º, da Portaria SEF Nº 48/2010, que estabelece que "Nas operações que envolvam serviços de competência municipal, o emitente da NF-e deverá obter prévia autorização da Secretaria de Finanças do Município de localização, para uso da NF-e Conjugada";

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Prestação de Serviço Eletrônica - NFS-e no Município de Fraiburgo, nos termos do regulamento em anexo, parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 30 DE ABRIL DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

ANEXO I

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema disponibilizado pelo Município de Fraiburgo, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II

Da Obrigação de Emissão da NFS-e

Art. 2º - Ficam obrigados a emitirem Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica - NFS-e, todos os contribuintes prestadores de serviços devidamente inscritos e licenciados no município, optantes ou não do Simples Nacional.

§ 1º. O contribuinte terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação deste Decreto, para aderir ao sistema de emissão de nota fiscal eletrônica disponibilizado pelo Município.

§ 2º. Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, somente poderão serem emitidas notas fiscais por meio eletrônico.

§ 3º. Aos contribuintes inscritos no cadastro de prestadores de serviços do Município, a contar da publicação deste Decreto, somente será autorizada a emissão de notas fiscais por meio eletrônico.

Seção III

Da Dispensa de Emissão da NFS-e

Art. 3º - Estão dispensados da emissão da NFS-e os seguintes contribuintes devidamente inscritos e licenciados no município:

I - Os profissionais autônomos;

II - As sociedades de Profissionais Liberais na forma do Código Tributário Municipal;

III - As Instituições Financeiras, autorizadas pelo BACEN, estabelecidas no município;

IV - O microempresário individual optante do SIMEI;

V - Os cartórios e tabelionatos devidamente inscritos e licenciados como prestadores de serviços no município;

VI - As empresas, os templos religiosos, os partidos políticos e a suas fundações, as instituições filantrópicas e demais relacionadas no Art. 150, VI da Constituição Federal.

Parágrafo único. Outros casos de dispensa poderão ser avaliados pelo fisco municipal devido a rudimentar organização operacional e fiscal do contribuinte, mediante requerimento de solicitação e parecer do Setor de Fiscalização e Tributos.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 4º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 5º - As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata esse Decreto, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.fraiburgo.sc.gov.br.

Art. 6º - Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 5º deste Decreto e comprovação, pela Secretaria Municipal de Finanças, da regularidade das informações, a mesma encaminhará,

via correio eletrônico (e-mail), para o endereço devidamente autorizado, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

§ 3º - Em qualquer hipótese, somente será deferido o acesso ao sistema, mediante a entrega dos blocos de notas fiscais de prestação de serviços impressos nos termos das AIDFs emitidas pelo Município de Fraiburgo.

Art. 7º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º - Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 9º - A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e.

Seção II

Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10 - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 - A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Tributos ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

I - Gerenciar usuários e perfis;

II - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12 - Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS PARA A EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da internet, no endereço eletrônico "http://www.fraiburgo.sc.gov.br".

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 14 - As NFS-e emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria Municipal de Finanças, mediante a utilização do código de verificação de autenticidade

constante na NFS-e.

Seção I

Das informações necessárias para emissão da NFS-e

Art. 15 - A NFS-e conterá as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, quando este anteceder a nota.

V - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) número da inscrição junto ao Cadastro Municipal;

VI - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VII - discriminação do serviço;

VIII - valor total da NFS-e;

IX - valor da dedução na base de cálculo se houver e na forma prevista na legislação municipal;

X - valor da base de cálculo;

XI - código do serviço - conforme enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 256 da Lei Complementar Municipal nº 53/2003;

XII - alíquota e valor do ISS;

XIII - Situação tributária, quando for o caso, indicação de:

a) Isenção, imunidade ou redução de alíquota por incentivo fiscal, relativas ao ISSQN;

b) Retenção de ISSQN na fonte ou por substituição;

c) Serviço não tributável pelo Município de Fraiburgo, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN.

§ 1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Município de Fraiburgo", "Secretaria Municipal de Finanças", "Departamento de Tributos e Fiscalização" e "Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e".

§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento prestador de serviços.

Art. 16 - Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção II

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa física

Art. 17 - É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria Municipal de Finanças, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público.

Parágrafo único. O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria Municipal de Finanças, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e. nota avulsa.

Art. 18 - A NFS-e, na forma dos artigos anteriores, será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Parágrafo único. A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

Seção III

Da Substituição e do Cancelamento da NFS-e

Art. 19 - A NFS-e poderá ser substituída pelo emitente na própria ferramenta até a data limite de fechamento da competência em que foi emitida.

Parágrafo único. A nota substituída é cancelada automaticamente pelo sistema.

Art. 20 - O cancelamento sem substituição poderá ser efetivado pelo emitente na própria ferramenta antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.
§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 21 - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 116/2003.

Seção IV

Da integração com outros sistemas

Art. 22 - A NFS-e poderá ser emitida por outras ferramentas gerenciais ou fiscais usadas pelas empresas contábeis ou pelo próprio contribuinte e exportada/importada para a ferramenta disponibilizada pelo Município, em arquivo no formato "xml" através do Integrador da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo único. Caso o contribuinte opte em efetuar as emissões da NFS-e em seu próprio sistema de informação, deve baixar o manual de integração no próprio aplicativo.

Art. 23 - O desenvolvimento das rotinas de emissão da NFS-e no padrão do aplicativo fornecido pelo Município é de total responsabilidade do contribuinte, que deverá seguir estritamente as regras contidas no manual do integrador.

Art. 24 - A NFS-e emitida pelo aplicativo a que se refere este regulamento também pode ser exportada para outras ferramentas gerenciais e fiscais em opção própria no menu da ferramenta de emissão da NFS-e.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Seção I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 25 - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, na forma e modelo livre desde que contenha no mínimo as mesmas informações da NFS-e descritas neste regulamento, exceto do inciso IV do artigo 15.

§ 1º - É obrigatória a inserção das expressões:

I - "Recibo Provisório de Serviços - RPS", no Cabeçalho do documento;

II - "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - NFS-E, ATÉ O VENCIMENTO DESTA COMPETÊNCIA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.", no corpo do documento.

§ 2º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 3º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 4º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 5º - Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 6º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, o contribuinte poderá se utilizar de "layout" a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Finanças no portal eletrônico www.fraiburgo.sc.gov.br.

Seção II

Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 26 - Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 27 - Fica o prestador de serviço obrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Finanças ("on-line").

Seção III

Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 28 - A partir da vigência deste regulamento, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 29 - É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único. Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 30. - No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

CAPÍTULO V

Seção I

Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido

"Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC".

Art. 31 - Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 32 - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 26 e 30 deste regulamento.

Art. 33 - A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista na legislação tributária municipal.

Art. 34 - A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

- I - CPF/CNPJ do prestador;
- II - endereço do prestador e do tomador;
- III - CPF/CNPJ do tomador;
- IV - e-mail do tomador;
- V - o valor dos serviços prestados;
- VI - o enquadramento na lista de serviços; e
- VII - número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Seção II

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 35 - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES Art. 546 CTM

Art. 36 - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-ão as penalidades previstas na Lei Complementar nº 053/2003 (Código Tributário Municipal).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria Municipal de Finanças pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados na NFS-e.

Parágrafo único - O processo administrativo referido neste artigo somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 38 - A partir da vigência deste Decreto se tornam sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 39. A emissão das NFS-e pela ferramenta eletrônica disponibilizada pelo Município de Fraiburgo terá vigência a partir da competência 05/2015.

Art. 40. As situações que ocasionem o impedimento do cumprimento deste regulamento, em virtude de quaisquer problemas relativos ao envio de arquivos, serão objeto de análise e despacho da autoridade administrativa para afastamento da punibilidade por infração à legislação tributária.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 30 DE ABRIL DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1085/2015

PORTARIA Nº 1085, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0047/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.618.209-60, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de maio de 2015 até 03 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1086/2015

PORTARIA Nº 1086, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 032/2015, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a carga horária do servidor JORGE LUIZ RIVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.704.679-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - DANÇA, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1087/2015

PORTARIA Nº 1087, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 86/2015, da Secretaria de Infra-estrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear HILÁRIO GATTI, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o n.º 141.840.529-91, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1088/2015

PORTARIA Nº 1088, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 87/2015, da Secretaria de Infra-estrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear OSNI MARINO TENUTTI CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 100.126.039-29, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

PRAZO DE VALIDADE DA ATA 20/2014

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 20/2014, proveniente do processo licitatório nº 021/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 014/2014, Registro de Preços nº 06/2014, do Município de Frei Rogério, cujo objetivo é a contratação de serviços de internet, firmada no dia 31/07/2014, com o seguinte prestador de serviços: MAURICIO DE TOFFOL BLOCH & CIA LTDA- ME, encontra-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 30 de abril de 2015

Cópia da ata em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 14/2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR ATRAVÉS DO PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO, NO DIA 18 DE MAIO DE 2015 AS 14H00MIN NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA RUA ADOLFO SOLETTI, Nº 750, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB A ÉGIDE DAS LEIS 10520 N.º 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, SENDO O OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E OU FÍSICA QUE SEJAM HABILITADOS E CREDENCIADOS, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE 2015, EM SUAS DIVERSAS CATEGORIAS. INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000. E-MAIL COMPRAS@FREIROGERIO.SC.GOV.BR

FREI ROGÉRIO (SC), 30 DE ABRIL DE 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL.

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 078/2015

DECRETO N.º 078, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando as escolinhas de esportes um meio de democratizar o acesso ao esporte, estimulando crianças e adolescentes, a integrar socialmente.

Considerando que com a prática esportiva, busca-se desenvolver valores sociais e melhoria da auto-estima, convívio, interação social e saúde.

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando que a Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Desenvolvimento para a implementação de programas e projetos que envolvem profissionais com formações específicas, ainda não contempladas em Concurso Público;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 263/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 263/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: IVONÉZIA DE AMORIM DE SOUZA
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 01/04/2015 até 01/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 264/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 264/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ILMA CRISPIM
Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 01/04/2015 até 01/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 265/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 265/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RAFAEL RIBEIRO DE ROYA
Objetivo: ODONTÓLOGO - ESF
Valor: R\$ 3.539,19 (três mil quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos) mensais
Vigência: De 01/04/2015 até 01/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 266/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 266/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: OSNALDO AIRTON LEITE DE OLIVEIRA
Objetivo: MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA - CAPS
Valor: R\$ 580,55 (quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) mensais
Vigência: De 01/04/2015 até 01/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 267/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 267/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JANAINA TAIS DA ROCHA
Objetivo: MÉDICO VETERINÁRIO
Valor: R\$ 1.788,57 (um mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) mensais
Vigência: De 02/04/2015 até 02/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 268/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 268/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARCELO COSTA GONÇALVES
Objetivo: OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA
Valor: R\$ 995,03 (novecentos e noventa e cinco reais e tres centavos) mensais
Vigência: De 02/04/2015 até 02/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 269/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 269/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MANOEL CONSTANTE
Objetivo: MESTRE DE OBRAS
Valor: R\$ 894,26 (oitocento e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) mensais
Vigência: De 02/04/2015 até 02/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 270/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 270/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: TELMA DA SILVA GONÇALVES
Objetivo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF
Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 06/04/2015 até 06/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 271/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 271/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: ELIZANDRA CELINA DA SILVA
Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS
Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais
Vigência: De 06/04/2015 até 29/07/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 272/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 272/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLEMIR ZANELATO

Objetivo: VIGILANTE

Valor: R\$ 907,10 (novecentos e sete reais e dez centavos) mensais

Vigência: De 07/04/2015 até 07/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 273/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 273/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLAUDIA MARQUES

Objetivo: PROFESSOR - 20 HORAS

Valor: R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais

Vigência: De 08/04/2015 até 08/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 274/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 274/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIANE DOS SANTOS

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 01/04/2015 até 01/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 275/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 275/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LENI SANTOS DE LIMA

Objetivo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 08/04/2015 até 06/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 276/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 276/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABRICIO URNAU

Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.621,99 (um mil seiscentos e vinte um reais e noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 20/04/2015 até 20/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 277/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 277/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADÃO DE SOUZA

Objetivo: VIGILANTE

Valor: R\$ 907,10 (novecentos e sete reais e dez centavos) mensais

Vigência: De 23/04/2015 até 23/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 278/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 278/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RODRIGO GOMES DE VARGAS

Objetivo: TÉCNICO EM RÁIO-X

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 23/04/2015 até 23/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 279/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 279/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JUCI GONÇALVES SOARES

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 24/04/2015 até 24/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 280/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 280/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA PAULA RODRIGUES PEDRO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 27/04/2015 até 27/04/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 281/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 281/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SOLANGE NASCIMENTO ANTONIO

Objetivo: MERENDEIRA

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 27/04/2015 até 27/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 282/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 281/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SOLANGE NASCIMENTO ANTONIO

Objetivo: MERENDEIRA

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 27/04/2015 até 27/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 283/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 283/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIANO RAYMUNDO HUBER

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 11.316,12 (onze mil trezentos e dezesseis reais e doze centavos) mensais

Vigência: De 27/04/2015 até 27/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 284/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 284/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDEMIR TORQUATO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 28/04/2015 até 28/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 285/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 285/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RENE MACHADO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (Um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 28/04/2015 até 28/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

LEI Nº 1.877, DE 29 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1.877, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Garopaba, CNPJ n.º 79.679.940/0001-09.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 04/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 243/2015

PORTARIA N.º 243, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PATERNIDADE, nos termos do art. 134, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor ALESSANDRO PREDEBON FRANCO, Motorista Socorrista SAMU, matrícula funcional n.º 5693, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de 25/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 25/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 244/2015

PORTARIA N.º 244, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora CAROLINA ROSA DE ABREU MACHADO, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 5073, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 28 (vinte e oito) dias, a partir de 24/02/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/02/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 248/2015

PORTARIA N.º 248, DE 08 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JADNA DOS SANTOS, CPF n.º 032.313.799-70, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 249/2015

PORTARIA N.º 249, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 354/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora BIANCA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 4735, no período de 22/04/2015 a 01/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 250/2015

PORTARIA N.º 250, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora INÁCIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5180, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 01/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 251/2015

PORTARIA N.º 251, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ANA APARECIDA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0743, referente a 2006-2011, no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 252/2015

PORTARIA N.º 252, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora GIOVANA MATIAS DANIEL, Matrícula Funcional n.º 0737, referente a 2006-2011, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 253/2015

PORTARIA N.º 253, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ALEXANDRE DA ROSA, Assistente de Suporte de Tecnologia da Informação, matrícula funcional n.º 5037, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 61 (sessenta e um) dias, a partir de 01/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 255/2015

PORTARIA N.º 255, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 23/03/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 256/2015

PORTARIA N.º 256, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/04/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor CRISTIANO VIEIRA ABREU, Matrícula Funcional n.º 3702, concedidas através da Portaria n.º 194/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 257/2015

PORTARIA N.º 257, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora CRISTIANI PACHECO FREITAS DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 5916, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 258/2015

PORTARIA N.º 258, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RICHARD MACIEL HABERLEHNER, Matrícula Funcional n.º 4953, referente a 2014/2015, no período de 10/04/2015 a 09/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 259/2015

PORTARIA N.º 259, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ANDRÉIA BARRIDA MEIRA, CPF n.º 021.246.911-80, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 260/2015

PORTARIA N.º 260, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/04/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor FÁBIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, concedidas através da Portaria n.º 202/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 261/2015

PORTARIA N.º 261, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, concedida através da Portaria 112/2015, da servidora ELI BOTZAN MARIA, Matrícula Funcional n.º 0760, até 04/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 262/2015

PORTARIA N.º 262, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora NÉSIA DE OLIVEIRA ANDRIOTTI, Matrícula Funcional n.º 3649, referente a 2013/2014, no período de 06/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 263/2015

PORTARIA N.º 263, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 07/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 266/2015

PORTARIA N.º 266, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, Professora, matrícula funcional n.º 4652, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de

03/03/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 267/2015

PORTARIA N.º 267, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARCIA SILVANIA JARDIM DUARTE, Contrato n.º 167/2015, em 15/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 268/2015

PORTARIA N.º 268, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) EDINETE CARDOSO, Contrato n.º 353/2013, em 13/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 269/2015

PORTARIA N.º 269, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 09 (nove) dias, referente a 2012/2013, concedidas através da Portaria n.º 122/2013 e suspensas através da Portaria n.º 211/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor FÁBIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, no período de 09/04/2015 a 17/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 270/2015

PORTARIA N.º 270, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA APARECIDA LOPES, Contrato n.º 402/2014, em 17/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 271/2015

PORTARIA N.º 271, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos

termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Matrícula Funcional n.º 3571, referente a 2013/2014, no período de 16/04/2015 a 29/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 272/2015

PORTARIA N.º 272, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 5146, referente a 2013/2014, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 273/2015

PORTARIA N.º 273, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ELIANE DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 5577, referente a 2014/2015, no período de 13/04/2015 a 12/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 274/2015

PORTARIA N.º 274, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora JOSIMERE MARIA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 5068, referente a 2014/2015, no período de 13/04/2015 a 27/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 275/2015

PORTARIA N.º 275, DE 15 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, em 13/04/2015, nos termos do art. 123, Parágrafo Único, da Lei n.º 1000/2005, da servidora FABIANE MARIA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0748, concedidas através da Portaria n.º 677/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 276/2015

PORTARIA N.º 276, DE 16 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 13/04/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora JULIANA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5315, concedidas através da Portaria n.º 197/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 277/2015

PORTARIA N.º 277, DE 16 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 09 (nove) dias, concedidas através da Portaria n.º 155/2015 e suspensas através da Portaria n.º 222/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora PATRÍCIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, no período de 22/04/2015 a 30/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 280/2015

PORTARIA N.º 280, DE 20 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 11/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 281/2015

PORTARIA N.º 281, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, à conselheira tutelar NADIR DA SILVA, CPF n.º 657.243.069-68, referente a 2014, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 282/2015

PORTARIA N.º 282, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 16/04/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, concedidas através da Portaria n.º 200/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 283/2015

PORTARIA N.º 283, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JAQUELINE DA SILVA SILVEIRA, matrícula funcional n.º 3858, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 23 de março de 2015, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/03/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 284/2015

PORTARIA N.º 284, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora JOELMA DE BONA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 5877, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 09/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 09/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015 .

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 285/2015

PORTARIA N.º 285, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 0746, referente a 2014, no período de 23/04/2015 a 22/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 286/2015

PORTARIA N.º 286, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora JULIANA GUIMARÃES DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 5984, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (18) dezoito dias, a partir de 27/03/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 287/2015

PORTARIA N.º 287, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula Funcional n.º 0428, referente a 2014/2015, no período de 15/05/2015 a 13/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 288/2015

PORTARIA N.º 288, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora SANDRA ELISA DA CUNHA, Matrícula Funcional n.º 5590, referente a 2014/2015, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 289/2015

PORTARIA N.º 289, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIA EUGÊNIA ALVES, Matrícula Funcional n.º 3274, referente a 2014/2015, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 290/2015

PORTARIA N.º 290, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSILENE RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 0029, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 07/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 291/2015

PORTARIA N.º 291, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 292/2015

PORTARIA N.º 292, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDNA FERREIRA TEIXEIRA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 3835, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 18/03/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/03/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 293/2015

PORTARIA N.º 293, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SUELI TEREZINHA DOS SANTOS, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 3595, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 24/03/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/03/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 295/2015

PORTARIA N.º 295, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de Abril de 2015:

MATRICULA	Nome
5717	Adriana Bessa da Silva
5779	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5679	Carlos Eduardo de Abreu
5800	Danúbia Cascaes Lopes
5830	Fabíula Rodrigues Garcia
5784	Giselle de Souza Silva
5839	Gizele Aparecida dos Santos Feijó
6102	Luciane dos Santos
5831	Maria Raimunda Miranda
0794	Mariana da Silva
5752	Priscila Gonçalves Bernardi
5808	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
6075	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Terezinha dos Santos
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos
5829	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 296/2015

PORTARIA N.º 296, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora IVONETE DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 0172, referente a 2014/2015, no período de 17/04/2015 a 16/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 297/2015

PORTARIA N.º 297, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 23/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 298/2015

PORTARIA N.º 298, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTÔNIO DAMAZIO, Professora, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 299/2015

PORTARIA N.º 299, DE 22 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, da Lei Municipal n.º 1000/2005, PATRÍCIA SCHOTT, matrícula 3705, das funções comissionadas do cargo de COORDENADOR DE TRIBUTOS, da Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 30/04/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 300/2015

PORTARIA N.º 300, DE 22 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SIMONE VERA WOLFF, matrícula 4248, das funções comissionadas do cargo de ASSISTENTE DE DIREÇÃO, do Gabinete do Prefeito, a partir de 30/04/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 302/2015

PORTARIA N.º 302, DE 23 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MIRIAN MORAES ESPÍNDOLA DA SILVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 5943, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 07/04/2015, sendo encaminhado(o) após o trigésimo dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento da servidora, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 303/2015

PORTARIA N.º 303, DE 23 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSILENE RODRIGUES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0029, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 20/03/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 304/2015

PORTARIA N.º 304, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 305/2015

PORTARIA N.º 305, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LORIVALDO DA SILVEIRA PACHECO, Professor, matrícula funcional n.º 0056, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 14/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 306/2015

PORTARIA N.º 306, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 22/04/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora ELIETE GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 5272, concedidas através da Portaria n.º 195/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 307/2015

PORTARIA N.º 307, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DIEGO SOARES GASPAS, Contrato n.º 343/2014, em 23/04/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 308/2015

PORTARIA N.º 308, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos

termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 0723, referente a 2014/2015, no período de 01/05/2015 a 30/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 309/2015

PORTARIA N.º 309, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) EDNA FERREIRA TEXEIRA DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 3835, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 310/2015

PORTARIA N.º 310, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 691/2014 e suspensas através da Portaria n.º 801/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, no período de 28/04/2015 A 07/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 311/2015

PORTARIA N.º 311, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, à servidora PATRÍCIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 01/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 312/2015

PORTARIA N.º 312, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor AURINO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0076, referente a 2014/2015, no período de 02/05/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 314/2015

PORTARIA N.º 314, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora NEREIDA MONTEIRO, Topógrafo, Matrícula n.º 3727, o valor de R\$ 381,91 (trezentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 135/2014, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 315/2015

PORTARIA N.º 315, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor SÉLIO DE-FREYN, Motorista de Caminhão/Auto/Ônibus, Matrícula n.º 0027, os valores de R\$ 205,69 (duzentos e cinco reais e sessenta e nove centavos) e de R\$ 210,48 (duzentos e dez reais e quarenta e oito centavos) correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 026/2012, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 316/2015

PORTARIA N.º 316, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor SÉLIO DE-FREYN, Motorista de Caminhão/Auto/Ônibus, Matrícula n.º 0027, o valor de R\$ 898,17 (oitocentos e noventa e oito reais e dezesseite centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 193/2014, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 317/2015

PORTARIA N.º 317, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ZÉLIA LIMA CHAVES, Matrícula Funcional n.º 3596, referente a 2011/2012, no período de 29/04/2015 a 13/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 318/2015

PORTARIA N.º 318, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ROSILENE GONÇALVES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0763, referente a 2014/2015, no período de 02/05/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 319/2015

PORTARIA N.º 319, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor MAURÍLIO MACHADO, Motorista Caminhão/Auto/Ônibus, Matrícula n.º 0089, os valores de R\$ 31,40 (trinta e um reais e quarenta centavos), R\$ 29,85 (vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), R\$ 35,41 (trinta e cinco reais e quarenta e um centavos) e de R\$ 37,75 (trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 803/2010, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 320/2015

PORTARIA N.º 320, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00015/13-9 E A CERTIDÃO EXPEDIDA PELO IPREV SOB O Nº 1428/2011, nos assentos funcionais da servidora NELSA SIRINO MARIA, detentora da matrícula funcional nº. 0032 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) NELSA SIRINO MARIA, detentora da matrícula nº. 0032, e do cargo de provimento efetivo de Professor, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº.

20001050.1.00015/13-9 e pela Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 1428/201, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMG Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo PMG Nº 013/2015

Objeto: Aquisição de bomba hidráulica, pistões axiais, pinos e buchas, incluindo a mão de obra para a devida instalação, necessária para a manutenção da Escavadeira Hidráulica Hyundai 140E, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo.

Contratada: BMC Hyundai S/A
CNPJ: 14.168.536/0017-92
Valor: R\$ 37.102,80 (trinta e sete mil cento e dois reais e oitenta centavos).

Garuva, 29 de abril de 2015.
José Chaves
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 002/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos e leites especiais, solicitados por ordem judicial, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do município.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 22/05/2015 às 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 29 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 012/2015
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução dos Projetos Padrão de Entrada 112,5kVA, na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves e Creche Municipal Maria Correa Saad, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o Memorial descritivo anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 26/05/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 29 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 019/2015
Modalidade: Tomada de Preço p/ Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de Projetos de Pavimentação Asfáltica, em diversas localidades do município, em extensão estimada de 5,0 Km, conforme termo de referência.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 25/05/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 29 de abril de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 021/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de móveis e eletrodomésticos para equipar creches, com entrega de forma única, conforme memorial descritivo para aquisição de mobiliários do FNDE. Termo de Compromisso PAR nº 15240 - Pró Infância do Governo Federal e Município de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 20/05/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 29 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 022/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de armários para as unidades escolares municipais e mobiliários para as bibliotecas das Escolas Municipais Vicente Vieira e Tancredo de Almeida Neves.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/05/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 29 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. PMG Nº 023/2015

Modalidade: Concurso

Objeto: CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA COM ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP, PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TICS - TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Entrega dos Envelopes: 18/06/2015 das 07:30 às 13:30h e 19/06/2015 das 07:30 às 08:25 horas.

Abertura: 19/06/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 29 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

CLASSIFICADOS EDITAL 004/2015

LISTA DE CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO 004/2015

Nº Inscrição	Nome Candidato	Tempo de Serviço	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Média Final
	SEGUNDO PROFESSOR				
	NÃO HABILITADO - NÍVEL I				
14	MARLI DE FATIMA BATISTA HIRT	1,60	3,00	10,00	4,87
1	JULIANA FRANCINE UMLAUF	0,20	3,00	9,00	4,07
12	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	0,40	2,00	9,00	3,80
2	THAYNA DAYANE REZINI	0,00	3,00	8,00	3,67
3	MARIA MARGARIDA DE SOUZA	0,00	3,00	7,00	3,33
17	DAVID ALEXANDRE GELLATTI BUENO	0,00	0,50	9,00	3,17
13	MARI ESTELLA JARECKI	0,00	3,00	6,00	3,00
4	HIULE DANIELLE DE LIZ NETO	0,00	2,50	6,00	2,83
7	LUCIANA DA SILVA KULKAMP	0,00	0,00	5,00	1,67
8	GABRIELA CRISTOFOLINI	0,00	0,00	5,00	1,67
10	MARIA JULIA DE OLIVEIRA MARCIANO ESTEVAM	0,00	0,00	4,00	1,33
15	ALINE LURDES SALVADOR DA ROCHA	0,00	0,00	4,00	1,33
	DESCCLASSIFICADOS				
11	LISANDRA LACERDA DA SILVA	2,40	2,00	3,00	2,47
9	ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE	0,20	3,00	3,00	2,07
5	MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO	0,40	0,25	0,00	0,22
16	SONIA MARIA SALOMÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
	GEOGRAFIA				
6	DEUSILEI PLANTES DE MEIRA	0,00	0,00	6,00	2,00

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO

Presidente da Comissão

Portaria 050/2015

DECRETO Nº 68/2015

DECRETO Nº 68 DE 29 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1878, de 29/04/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 208.021,38 (duzentos e oito mil e vinte e um reais e trinta e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.06.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq.do Bombeiros	3390	03.00.00	R\$	60.000,00
19.001.06.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq.do Bombeiros	4490	03.00.00	R\$	148.021,38

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 69/2015

DECRETO Nº 69 DE 29 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1879, de 29/04/2015,

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

05.003.13.392.1029.1006 Constr. e aquisição de imóveis para a cultura	4490	01.00.00	R\$	85.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3390	01.00.00	R\$	11.500,00
05.001.27.812.1031.1005 Constr. e ampl. de parques, estádios e ginásios	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
05.003.13.392.1029.2021 Man. do Setor de Cultura	3390	01.00.00	R\$	11.000,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
05.004.23.695.1035.2024 Promoção de eventos do setor turístico	3390	01.00.00	R\$	42.500,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no orçamento da Câmara de Vereadores, na seguinte dotação orçamentária:

001.001.01.031.1002.2001 Man. da Câmara de Vereadores	3390	01.00.00	R\$	80.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

001.001.01.031.1002.2001 Man. da Câmara de Vereadores	4490	01.00.00	R\$	80.000,00
-------------------------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 5o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 03/2015

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº003/2015

EDITAL DE ABERTURA

Considerando a necessidade de contratação de Agente Comunitária de Saúde;
Considerando, que não há teste seletivo vigente para o cargo citado;
Considerando, a Lei Complementar nº. 018/2002 que dispõe sobre o contrato por tempo determinado;

O Prefeito Municipal de Garuva, José Chaves, no uso de suas atribuições e a vista do contido no art.37 da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 46/2009, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público Simplificado 003/2015 destinado ao provimento de emprego público municipal para o cargo de Agente Comunitário de Saúde para atuar na Estratégia Saúde da Família (ESF), pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Lei Complementar nº 49/2009, cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Quadro de Emprego Público Municipal objeto do Processo Seletivo:

Nomenclatura	Localidades de atuação	Nº Vagas	Escolaridade Mínima e demais requisitos	Carga Horária	Salário Base Mensal
Agente Comunitário de Saúde	ESF URUBUQUARA	CADASTRO DE RESERVA	Idade mínima 18 (dezoito) anos; Conclusão do Ensino Fundamental e residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste edital de acordo com o anexo II.	220 h	R\$ 923,74 *R\$ 488,00
	Área (Anexo II)				
Agente Comunitário de Saúde	ESF BARAHARAS	CADASTRO DE RESERVA	Idade mínima 18 (dezoito) anos; Conclusão do Ensino Fundamental e residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste edital de acordo com o anexo II.	220 h	R\$ 923,74 *R\$ 488,00
	Área (Anexo II)				

Agente Comunitário de Saúde	ESF GEÓRGIA PAULA Área (Anexo II)	02 VAGAS	Idade mínima 18 (dezoito) anos; Conclusão do Ensino Fundamental e residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste edital de acordo com o anexo II.	220 h	R\$ 923,74 *R\$ 488,00
Agente Comunitário de Saúde	ESF CENTRO II Área 2 (Anexo II)	CADASTRO DE RESERVA	Idade mínima 18 (dezoito) anos; Conclusão do Ensino Fundamental e residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste edital de acordo com o anexo II.	220 h	R\$ 923,74 *R\$ 488,00
Agente Comunitário de Saúde	ESF CENTRO I Área 1 (Anexo II)	01 VAGA CADASTRO DE RESERVA	Idade mínima 18 (dezoito) anos; Conclusão do Ensino Fundamental e residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação deste edital de acordo com o anexo II.	220 h	R\$ 923,74 *R\$ 488,00

*auxílio alimentação

1.2. Do Cronograma de Execução

PROCEDIMENTOS - CRONOGRAMA	DATAS
Publicação do Edital do Processo Seletivo Público	30/04/2015
Período de Inscrições	04/05/2015 a 22/05/2015
Lista Preliminar de Inscritos	25/05/2015
Período de Recursos	26/05/2015
Resultado da Homologação das Inscrições e datas e locais de provas	28/05/2015
Aplicação das Provas (Data provável)	A DEFINIR
Divulgação do Gabarito	A DEFINIR
Divulgação das Notas	A DEFINIR
Recursos	A DEFINIR
Classificação Final	A DEFINIR

Todas as publicações serão divulgadas a partir das 15hs da data estipulada neste cronograma, no site da PREFEITURA: www.garuva.sc.gov.br e nos murais da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. O cronograma de execução do Processo Seletivo poderá ser alterado pela Prefeitura de Garuva, a qualquer momento, havendo

justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou algo reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso venha ocorrer.

1.4. Síntese de Atribuições

1.4.1. Agente Comunitário de Saúde

I - trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a micro-área;
 II - cadastrar todas as pessoas de sua micro-área e manter os cadastros atualizados;
 III - orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
 IV - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
 V - acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de 1 (uma) visita/família/mês;
 VI - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à ESF, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
 VII - desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à Dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e
 VIII - estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças, e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das premissas do Programa Bolsa Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo Governo Federal, estadual e municipal de acordo com o planejamento da equipe.

2. SÃO REQUISITOS BÁSICOS PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO:

- 2.1.1. Idade Mínima de 18 anos;
- 2.1.2. Nacionalidade brasileira;
- 2.1.3. Quitação com as obrigações eleitorais e militares;
- 2.1.4. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

2.2. Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde

- 2.2.1.1. Ser portador de diploma (certificado) de conclusão do Ensino Fundamental;
- 2.2.1.2. Comprovação, por meio documental (comprovante de residência atualizado), de que é residente no bairro em que irá atuar.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas no período de 04 de maio de 2015 a 22 de maio de 2015, das 13:30h às 16:30h, na Secretaria Municipal de Saúde, sito à rua Papa João XIII, 363, Centro, Garuva/SC.

3.2. Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Fotocópia do certificado de conclusão (diploma) que comprove o atendimento aos requisitos mínimos de escolaridade definidos no item 2.1.4 e 2.2.2 supracitados;
- d) Fotocópia do comprovante de residência atualizado;
- e) Fotocópia do título de eleitor;
- f) 01 (uma) foto 3x4.

3.3. No caso das fotocópias, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original respectivo, para que possa ser

confrontada com a fotocópia e evidenciada a autenticidade da mesma. Também poderão ser apresentadas fotocópias autênticas em Cartório.

3.4. As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato.

3.5. O candidato que apresentar para sua inscrição declarações e documentos falsos será eliminado do processo seletivo.

3.6. O candidato deverá preencher e entregar o Requerimento de Inscrição juntamente com a documentação relacionada no item 3.2;

3.7. No ato da inscrição o candidato receberá a segunda via do seu comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente/conferidor, e deverá apresentá-lo juntamente com o documento de Identidade no dia da prova teórica.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. A Lista Preliminar das Inscrições será divulgada no site: www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura e também na Secretaria Municipal de Saúde, no dia 25/05/2015.

4.2. Da não homologação da inscrição, cabe recurso, que deverá ser dirigido à Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº003/2015, formulado e protocolado junto a Secretaria Municipal de Saúde, no dia 26/05/2015 no horário das 8:00h às 12:00h, das 13:30h às 16:30h.

4.3. A Lista definitiva da homologação das inscrições será divulgada no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 28/05/2015.

5. DAS PROVAS

5.1. A prova será teórico-objetiva, constituída de 20 (vinte) questões, elaboradas com base nos programas contidos no Anexo I. O candidato terá 03:00h (três horas) para a resolução da prova.

5.2. As questões da prova teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) e 01 (uma) ÚNICA resposta CORRETA.

5.3. Será responsabilizado criminalmente aquele que fraudar o presente Processo Seletivo Público Simplificado.

5.4. A prova será realizada no auditório do CRAAS com início às 18horas e término às 21horas, em data a ser definida e devidamente divulgada.

5.5. O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identidade e segunda via do comprovante de inscrição.

5.6. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

5.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas o documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

5.8. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 minutos, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica com tinta azul ou preta.

5.9. Ao entrar na sala de realização de prova o candidato não poderá manusear e/ou consultar nenhum tipo de material.

5.10. O tempo de permanência na sala de prova é de, no máximo, 3:00h (três horas). Os dois últimos candidatos deverão se retirar da sala de prova ao mesmo tempo, assinando a ata de sala.

5.11. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita (objetiva), nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.12. Será atribuída nota 0 (zero) as respostas de questões que contenha(m):

5.12.1. Emenda(s) e/ou rasuras, ainda que legível(eis);

5.12.2. Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão resposta;

5.13. O gabarito preliminar da prova será divulgado no "site" www.garuva.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos,

a partir das 16 horas, em data a ser definida.

5.14. Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

5.15. Os prazos dos recursos das diferentes etapas deste processo seletivo estão discriminados no Cronograma de execução do Processo Seletivo no item 1.3.

5.16. Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, na ordem de classificação, o candidato que:

5.16.1. Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (Art. 27, parágrafo único do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/2003);

5.16.2. Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

5.16.3. Possuir maior idade.

6. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE REVISÃO DO GABARITO E DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

6.1. Os pedidos de revisão do gabarito e da prova teórico-objetiva deverão ser encaminhados a Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2015 e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, Rua Papa João XXIII, 363, Centro, no horário das 8:00h às 12:00h, das 13:30h às 16:30h em data a ser divulgada no mural da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Saúde e no site www.garuva.sc.gov.br.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. A data que será publicada a Classificação final será divulgada em data a ser definida site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde. 7.2. A Prefeitura Municipal de Garuva não fornecerá aos candidatos aprovados atestado ou certificado de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado.

8. PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

8.1. A lista classificatória resultante do Processo Seletivo para Emprego Público terá validade de 01 (um) ano, a partir de sua homologação, prorrogável por igual período, por conveniência da Administração, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

8.2. O Processo Seletivo para Emprego Público destina-se ao provimento das vagas descritas no Edital e para a formação de reserva de aprovados para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital;

9.2. O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Garuva, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo;

9.3. A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

9.4. Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

9.5. A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por emprego ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Garuva;

9.6. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada

em Edital ou aviso a ser publicado;

9.7 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará

na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Garuva o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

9.8. A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretária Municipal de Saúde;

9.9. As chamadas dos candidatos selecionados as vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato;

9.10. Os candidatos classificados serão primeiramente contatados via telefone, caso não sendo possível, será enviado ofício em duas vias, para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer na Secretaria Municipal de Garuva;

9.11. O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinados para o preenchimento da vaga, será desclassificado;

9.12. No ato da contratação, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos abaixo discriminados pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Garuva:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia de CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Fotocópia do título de eleitor;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (MAS);
- PIS/PASEP;
- 01 foto 3x4;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Declaração de Conta Corrente (BESC ou Banco do Brasil);
- Declaração de bens
- Declaração de Acumulação de Cargo Público
- Cópia autenticada do comprovante de habilitação exigida para o cargo.

9.13. A avaliação dos candidatos deste Processo Seletivo Público Simplificado nº003/2015 ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

9.14. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº. 040/2015.

7 - DA RESERVA

7.1 - Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - Caberá recurso, através de requerimento escrito devidamente fundamentado, em qualquer ato do processo seletivo publicado, diretamente ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Garuva, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

9.2 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria n. 040/2015.

Garuva, 28 de abril de 2015

Vanessa M. Backes Nagel

Presidente da Comissão

ANEXO I

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de textos.

1.1. Leitura e compreensão de informações.

1.2. Identificação de idéias principais e secundárias.

1.3. Intenção comunicativa.

2. Vocabulário.

2.1. Sentido de palavras e expressões no texto.

2.2. Substituição de palavras e de expressões no texto.

2.3. Sinônimos e antônimos.

3. Aspectos lingüísticos.

3.1. Grafia correta de palavras.

3.2. Separação silábica.

3.3. Localização da sílaba tônica.

3.4. Acentuação gráfica.

3.5. Relação entre letras e fonemas.

3.6. Família de palavras.

3.7. Flexão dos substantivos, artigos, adjetivos e pronomes.

3.8. Emprego de verbos regulares e irregulares nos tempos simples do modo indicativo e do modo subjuntivo.

3.9. Noções básicas de concordância nominal e verbal.

3.10. Regras gerais de regência nominal e verbal.

3.11. Sinais de pontuação:

3.11.1. Emprego do ponto final, ponto de exclamação e ponto de interrogação.

3.11.2. Uso da vírgula para separar os itens de uma série, as frases, os vocativos o aposto e o adjunto adverbial.

3.11.3. Emprego dos dois pontos.

3.11.4. Uso do travessão.

BIBLIOGRAFIA

1. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 43ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

3. NICOLA, José De; INFANTE, Ulisses. Gramática contemporânea da língua portuguesa. São Paulo: 1997.

LEGISLAÇÃO PARA P AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

1. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

2. Lei Federal nº 11.350/2006, de 05 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11350.htm

3. Portaria do Ministério da Saúde nº.648 de 28 de Março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Estratégia Saúde da Família (ESF) Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/legislacao/portaria_648_28_03_2006.pdf.

INFORMÁTICA BÁSICA

1. Conceitos básicos

1.1. Conceitos básicos de informática: Conceitos de hardware e software; Conceitos de periféricos; Conceitos de unidade de medida de informação digital (byte, kilobyte, megabyte,...);

2. Sistemas Operacionais

2.1. Sistema operacional MS/Windows: Conceitos de janela, ícone, menu, opções de menu, documento, pasta, caixa de diálogo, seta de rolagem, guia e botão. Utilização do Windows Explorer para manutenção de pastas e arquivos; Copiar/mover/apagar pastas e arquivos; Criar atalhos, localizar arquivos, formatar pendrive. Alternar janelas de aplicativos, copiar disco e opção ajuda; Utilização de teclas de atalho;

3. Editores de eText

3.1. Processador de texto: criar novo documento, abrir documento, negrito, itálico, sublinhado, salvar documento, copiar/colar texto, tabulação, imprimir documento, correção ortográfica, desfazer digitação, configuração de páginas, numeração de páginas, modos de impressão, configuração de parágrafos, inserção de figuras, importação de gráficos, criação de tabelas, configuração de fontes, bordas, sombreamento, inserção de cabeçalho e rodapé; Utilização de teclas de atalho;

4. Planilhas de Cálculos

4.1. Planilha eletrônica: introdução a planilhas eletrônicas, conceitos, linhas, colunas, células, pasta de trabalho, telas e menus, técnicas de movimentação e seleção, formatação de células, trabalho com linhas e colunas, fórmulas, alinhamento de informações, eliminação/inserção de células/linhas/colunas, recortar/copiar/colar, formatação da planilha, trabalhando com gráficos, configuração e impressão de planilhas, inserindo cabeçalho e rodapé.

5. Programas para Apresentações

5.1. Preparação de apresentações: seleção de tipo de slide, inserção de slide, aplicar estrutura, inserir figuras, criar gráficos, recursos de animação, importar gráficos, alterar campos de texto, recursos de desenho, configurar animação, excluir slides, visualizar slides, possibilidades de impressão e setas de rolagem; Utilização de teclas de atalho;

6. Conceitos de Internet

6.1. Internet e Correio Eletrônico (Webmail UPF): funcionamento básico dos navegadores; Acesso a páginas de internet. Utilização de sites de busca e sites de pesquisa - bibliotecas, copiar/colar textos da web, salvar imagem da web, configurar envio e recebimento de e-mail, responder e-mail, anexar arquivos em mensagem de email e abertura de arquivos anexados na mensagem;

ANEXO II - ESTRATÉGIA DE SAÚDE

Estratégia de Saúde da Família Urubuquara

Área de abrangência:

Área 01- Urubuquara

Rua Barão do Rio Branco (em toda sua extensão), Estrada Palmital (do entroncamento com a Avenida Celso Ramos até o início da Estrada Três Barras), Rua Fritz Krause (em toda sua extensão), Rua Adolfo Schmidt (em toda sua extensão), Avenida Celso Ramos (do entroncamento com a Estrada Palmital até o morro da Brejaúva), Rua Alfredo Schultz (em toda sua extensão), BR 101 (da Rua Alfredo Schultz até a Estrada Tupi).

Área 02 - Três Barras

Estrada Geral Três Barras (em toda sua extensão), Rua Francisco C. Tomasoni (em toda sua extensão), Rua Mario Nunes (em toda sua extensão), Rua Erica Jacques (em toda sua extensão), Rua Evandro Lopes (em toda sua extensão), Estrada Palmeira (do entroncamento com a Estrada Três Barras até o terreno dos Venturi), Estrada Cavalinhos (em toda sua extensão), Estrada Ernesto Hattenhauer (em toda sua extensão), Rua Ricardo Kuster (em toda sua extensão), Estrada Monte Crista (em toda sua extensão), Estrada Tupi (em toda sua extensão), Estrada Rio Turvo (em toda sua extensão).

Estratégia de Saúde da Família Geórgia Paula

Área de abrangência:

Área - Todo o Geórgia Paula

Rua Carlos Bornhausen (do Ginásio Evandro Nagel até a Rua Marcelha), Rua Padre José Novack (do Ginásio Evandro Nagel até o Pronto Atendimento 24 horas - lado esquerdo da rua), Rua Carijós (toda sua extensão), Rua Deodoro de Carvalho (da esquina com a Rua Padre José Novack até a Rua Marcelha), Rua Antônio Ladislau de Araújo (da esquina com a Rua Padre José Novack até a Rua Marcelha), Rua Afonso Pena (da esquina com a Rua Padre José Novack até a Rua Honório José Duarte), Rua Dom Pedro II (da esquina com a Rua Padre José Novack até a Rua Elias Nicolau Saad), Rua Henrique Kuster (da esquina com a Rua Padre José Novack até a Rua Honório José Duarte), Rua Annes Gualberto (da esquina

com a Rua Padre José Novack até a Rua Honório José Duarte), Rua Afonso Pereira da Rocha (da esquina com a Rua Carlos Bornhausen até a Rua Annes Gualberto), Rua Tiradentes (da esquina com a Rua Carlos Bornhausen até a Rua Annes Gualberto), Rua Casemiro de Abreu (da esquina com a Rua Carlos Bornhausen até a Rua Annes Gualberto), Rua José do Patrocínio (da esquina com a Rua Carlos Bornhausen até a Rua Annes Gualberto), Rua Elias Nicolau Saad (da Rua Eugênio Avanci até a Rua Annes Gualberto), Rua Marcelha (da Rua Eugênio Avanci até a Rua Annes Gualberto), Rua Honorário José Duarte (toda sua extensão), Rua Eugênio Avanci (da Cohab da Vila Geórgia Paula até a Rua Marcelha).

Estratégia de Saúde da Família Baraharas

Área de abrangência:

Área 01 - Baraharas

Estrada Palmital (do entroncamento da SC 415 com a Estrada Palmital até a Engelflora), Estrada Geral Baraharas (toda sua extensão).

Área 02 - Barrancos

Estrada Baraharinhas (em toda sua extensão), Estrada Geral Barrancos (em toda sua extensão e bifurcações).

Área 03 - Bom Futuro

Estrada Geral Sol Nascente (toda sua extensão), Estrada Geral Bom Futuro (toda sua extensão), Estrada Minas Velhas (do domicílio da Sra. Inês Koentopp até a Igreja Católica Sol Nascente).

Estratégia Saúde da Família Centro 1

Área de abrangência:

Área ESF 1

Jardim Garuva

Rua Padre José Novack (da esquina com a Avenida Paraná até a esquina com a Estrada São João Abaixo lado direito da rua), Avenida Paraná (da esquina com a Av. Celso Ramos lado da lanchonete Botiquim até a esquina com a Rua Padre José Novack), Avenida Celso Ramos (da esquina da Avenida Paraná até a esquina da estrada São João Abaixo), Rua João Reni de Lima Meirelles (da Rua Padre José Novack até o fim da Rua), Rua São Paulo (da Rua Padre José Novack até o fim da Rua), Rua João Francisco de Araújo (da esquina da Rua Padre José Novack até a esquina da Rua Tiradentes), Rua Marechal Deodoro (da Rua Padre José Novack até o final da Rua), Rua Afonso Pereira da Rocha (da esquina com a Av. Paraná até a esquina da Estrada São João Abaixo), Rua Tiradentes (da esquina com a Av. Paraná até a esquina da Estrada São João Abaixo), Rua Casemiro de Abreu (da esquina da Rua Marechal Deodoro até a esquina da Rua São Paulo), Rua Rui Barbosa (da esquina da Av. Paraná até a esquina da Estrada São João Abaixo), Rua Marechal Deodoro (da esquina da Rua Rui Barbosa até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua João Francisco de Araújo (da esquina da Rua Rui Barbosa até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua João Reni de Lima (da esquina da Avenida Celso Ramos até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua São Paulo (da esquina da Rua Rui Barbosa até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua Santa Catarina (da esquina da Avenida Celso Ramos até a esquina da Rua Padre José Novack).

Vila Trevo

Vila das Pedras, BR 101 (do trevo até o Km 7), Rua Joaquim Mone (em toda sua extensão), Rua Serra do Mar (em toda sua extensão), Rua Serafim Paese (em toda sua extensão), Rua Lebon Luiz Duvoisin (em toda sua extensão), Marechal Floriano (em toda sua extensão), São Francisco (em toda sua extensão).

Caovi

Rua Alfredo Helmer (em toda sua extensão), Rua Uirapuru (em toda sua extensão), Rua Reginaldo Mews (do trevo do Caovi até a Ponte do Rio São João), Estrada Caovi (até o Km 05).

São João Abaixo

Estrada São João Abaixo (em toda sua extensão).

Vila Verde

Avenida Paraná (do trevo da Br 101 até a Delegacia - lado esquerdo

da rua), BR 101 (do Km 3,5 ao Km 6), Rua José da Costa Cidral (da esquina da Av. Celso Ramos até o final) Rua José Bonifácio (em toda sua extensão), Rua Julia da Costa (em toda sua extensão), Rua Duque de Caxias (em toda sua extensão), Avenida Kennedy (em toda sua extensão), Estrada Otto Roeder.

Vila Margarida

Rua Santa Catarina (em toda sua extensão), Rua Carlos Borges (em toda sua extensão), Rua Nereu Ramos (em toda sua extensão), Rua Margarida Cidral (em toda sua extensão), Rua Nicolau Costa (em toda sua extensão), Rua Elaine Benkendorf (em toda sua extensão), Rua José Romão Filho (em toda sua extensão), Rua José da Costa Cidral (da esquina da Avenida Celso Ramos até o final), Rua XV de Novembro (da esquina da Av Celso Ramos até o final), Avenida Celso Ramos (da Fábrica de bala de banana Bahamas até o antigo Hospital), Estrada Otto Roeder (da Beira Rio até a Chácara Carambola).

Divisa

Rua Alfredo Elmer, Rua Otto Roeder, Br 101 (do Km 0 ao Km 3)

Estratégia Saúde da Família Centro 2

Área de abrangência:

Área ESF 2

Centro I

Avenida Paraná (do Restaurante Teodoro até o Banco do Brasil - lado direito da rua), Rua Rui Barbosa (da esquina com a Av. Paraná até esquina com Carlos Bornhausen, lado direito), Rua Carlos Bornhausen (início esquina com a Rua Rui Barbosa até a BR 101 Fim da Rua), Rua Maria Clara Floerich (da Av. Paraná até esquina com a Rua Carlos Bornhausen), Rua XV de Novembro (da esquina da Rua Papa João XXIII até esquina da rua Carlos Bornhausen), Rua Eugenio Avanci (do início da Rua próximo a Br 101 até a esquina com a Rua Rui Barbosa), Rua Ladislau Ostrowski (da esquina da Av. Celso Ramos até a esquina da Rua Rui Barbosa), Rua Papa João XXIII (da esquina da Rua Maria Clara Frohlich até esquina com a Rua Rui Barbosa), Rua Castro Alves (da esquina da Av. Celso Ramos até a esquina com a Rua Rui Barbosa), Rua Travessa Brasília (da esquina da Rua Maria Clara Frohlich até a esquina com a Av. Celso Ramos), Rua Franklim Roolsvelt (da esquina da Rua Maria Clara Frelich até a esquina com a Av. Celso Ramos), Avenida Celso Ramos (da esquina da Avenida Paraná até esquina com a Rua Carlos Bornhausen), Rua Juarez Távora (da esquina com a Rua Papa João XXIII até a esquina com a Rua Carlos Borgenhausen).

Centro II

Avenida Paraná (da esquina da Rua Rui Barbosa até a Rua Getulio Vargas), Rua Padre José Novack (Esquina da Rua Carlos Borgenhausen até a Avenida Paraná), Rua Raulino Foster (Esquina com a Rua Tiradentes até o fim da Rua), Rua Papa João XXIII (esquina com a Rua Rui Barbosa até o fim da Rua), Rua Eugenio Avanci (da esquina da Rua Rui Barbosa até a Rua Afonso Pereira da Rocha), Rua Carlos Bornhausen (esquina com a Rua Afonso Pereira da Rocha até a Rua Rui Barbosa), Coab Nova, Rua Tiradentes (esquina com a Av. Paraná até o fim da Rua), Rua Rui Barbosa (esquina com a Rua Carlos Borgenhausen até a Av. Paraná), Rua Afonso Pereira da Rocha (esquina com a Rua Carlos Borgenhausen até a Av. Paraná), Rua Castro Alves (Esquina com a Rua Rui Barbosa até a Rua Casemiro se Abreu).

Vila Weber

Rua Ladislau Ostrowski (do Quartel da Polícia Militar até o final da rua), Rua Getúlio Vargas (em toda sua extensão), Rua Papa João XXIII (em toda sua extensão), Rua Castro Alves (em toda sua extensão), Rua Casemiro de Abreu (da esquina da Av. Paraná até a esquina da Rua Carlos Bornhausen), Avenida Paraná (do Corpo de Bombeiros até o Km 415), Rua Arthur Germano Reinert (em toda sua extensão), Rua Marcelha (da esquina da Rua Ladislau Ostrowski até a ponte), Rua Elias Nicolau (em toda sua extensão), Rua Alberto Pasqualine (em toda sua extensão), Rua Ester Girardi (em toda sua extensão).

Vila Zaniollo

Rua Henrique Kuster (da Av. Celso Ramos até a BR 101), Rua Antonio Ladislau de Araujo (da Av. Celso Ramos até a BR 101), Rua Maria Clara Frenich (Esquina da Rua Carlos Bornhausen até a o fim da Rua), Rua XV de Novembro (Esquina da Rua Antonio Ladislau de Araujo até o fim da Rua), Rua Silvio Alves (Esquina da Rua Antonio Ladislau de Araujo até o fim da Rua), Rua 1º de maio (da Av. Celso Ramos até a BR 101), Rua 07 de Setembro (da Av. Celso Ramos até a BR 101), Av. Celso Ramos (esquina da Rua Antonio Ladislau de Araujo até o Cemitério Municipal, lado direito). Rio da Onça

Avenida Celso Ramos (da ACIG até o Cemitério), Estrada Rio da Onça (em toda sua extensão), Rua José de Anchieta (em toda sua extensão), Rua São Sebastião (em toda sua extensão), Rua Olavo Bilau (em toda sua extensão), Rua Emilio Kropp (em toda sua extensão), Rua Adélia Zwan Grum (em toda sua extensão).

Jardim Itamarati

Avenida Celso Ramos (do Hotel Everest até a ACIG - lado esquerdo da Avenida Celso Ramos), Rua Carlos Bornhausen (do Hotel Everest até o Ginásio Evandro Nagel), Rua Deodoro de Carvalho (da esquina da Av. Celso Ramos até o fim da rua campo de futebol), Rua Servidão Edite Paese (em toda sua extensão), Rua Antônio Ladislau de Araújo (da Agropecuária Garuva a Escola Municipal Vicente Vieira), Rua Antônio B. Duarte (em toda sua extensão), Rua Dom Pedro II (da Avenida Celso Ramos até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua Henrique Kuster (da Avenida Celso Ramos até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua Annes Gualberto (da Avenida Celso Ramos até a esquina da Rua Padre José Novack), Rua Juarez Távora (em toda sua extensão), Rua Rui Barbosa (em toda sua extensão), Rua Padre José Novack (do Ginásio Evandro Nagel até o Pronto Atendimento 24 horas - lado direito da rua).

Palmital

Estrada Geral Palmital (do entroncamento com a Estrada Geral Três Barras até a Igreja Assembléia de Deus), Rua Joinville (em toda sua extensão), Rua da Pousada do Rivaldo (em toda sua extensão), Rua da Pousada do Nereu (em toda sua extensão), Rua do Rancho Oliveira (em toda sua extensão).

Minas Velhas

Br 415 (do Km 8 ao Km 16), Rua Dona Isabel (em toda sua extensão), Localidade do XV, KM 11.

LEI Nº 1878/2015

LEI Nº 1878, DE 29 DE ABRIL DE 2015

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 208.021,38 (duzentos e oito mil e vinte e um reais e trinta e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.06.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq.do Bombeiros	3390	03.00.00	R\$	60.000,00
19.001.06.182.1033.2088 Man. do Fundo Mun. de Reeq.do Bombeiros	4490	03.00.00	R\$	148.021,38

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do Superávit

Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1879/2015

LEI Nº 1879, DE 29 DE ABRIL DE 2015

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

05.003.13.392.1029.1006 Constr. e aquisição de imóveis para a cultura	4490	01.00.00	R\$	85.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.001.27.812.1031.2019 Man. do Setor de Esportes	3390	01.00.00	R\$	11.500,00
05.001.27.812.1031.1005 Constr. e ampl. de parques, estádios e ginásios	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
05.003.13.392.1029.2021 Man. do Setor de Cultura	3390	01.00.00	R\$	11.000,00
05.004.23.695.1035.2023 Man. do Setor de Turismo	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
05.004.23.695.1035.2024 Promoção de eventos do setor turístico	3390	01.00.00	R\$	42.500,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no orçamento da Câmara de Vereadores, na seguinte dotação orçamentária:

001.001.01.031.1002.2001 Man. da Câmara de Vereadores	3390	01.00.00	R\$	80.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

001.001.01.031.1002.2001 Man. da Câmara de Vereadores	4490	01.00.00	R\$	80.000,00
-------------------------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 5o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

OBJETO: Aquisição de Parque Infantil e Balanços para os Cdi's Da Rede Municipal de Ensino. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital e Anexos no Edital de Pregão Presencial supramencionado. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento, dos envelopes, dia 14/05/2015 às 9h, e abertura às 9h30min. Íntegra do ADITIVO no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, ou no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 04 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.352, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.352, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrar o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria de Desenvolvimento Social	Titular: Rosane Zuchi Adão	Titular: Maiara Polla dos Santos
Secretaria de Desenvolvimento Social	Suplente: Sandra Gerusa dos Santos da Silva	Suplente: Thaise de Quadros

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 09 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.384, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.384, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados,

para integrar o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

ENTIDADE/SECRETARIA	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria de Desenvolvimento Social	Titular: Cinthia Larissa Casagrande	Titular: Rosane Zuchi Adão
Secretaria de Desenvolvimento Social	Suplente: Ana Janaina Medeiros	Suplente: Rosangela Walter Till
Secretaria de Desenvolvimento Social	Suplente: Sandra Gerusa dos Santos da Silva	Suplente: Maiara Polla dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 23 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.388, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.388, DE 23 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os membros abaixo indicados, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, conforme segue:

ENTIDADE/SECRETARIA	CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE
Representante dos Diretores da Educação Básica Pública	Raquel Bernardes Corrêa, CPF nº 895327599-72.	Fabiane Beiler Schneider, CPF nº 0294086390-03.
Representante dos Professores das Escolas Básicas Públicas.	Luiz João Firmo, CPF nº 181642269-04.	Fabiane Cristina Melato Zimmermann, CPF nº 005669299-45.
Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo das Escolas Básicas Públicas.	Cláudia Leni Jovinski Harada, CPF nº 005578829-74.	Josiane Elena França de Oliveira, CPF nº 020999709-55.
Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública.	1º Kleber Moura, CPF nº 009602109-89.	1º Orlando Pereira Vaz, CPF nº 035570009-31.
	2º Meire Teresinha Pereira Maia, CPF nº 963682769-91.	2º Roseli Diel da Conceição, CPF nº 048608959-24.
Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública.	1º Jaqueline da Silva Paz, CPF nº 094739749-30.	1º Luciara Mês, CPF nº 051876869-4.
	2º Solange de Souza Marcelino, CPF nº 032334759-26.	2º Sabrina Prebianca Zoschke, CPF nº 044018709-56.

Representantes do Poder Executivo, dos quais um da Secretaria Municipal de Educação.	1º Neivaldo da Silva (Secretaria da Educação), CPF nº 575333839-34.	1º Lurdes Maria Carresia da Silva, CPF nº 632410059-68.
	2º Simara Emilia Dalcagné Capistrano, CPF nº 041737519-07.	2º Mario Sérgio Crespi, CPF nº 81728559-72.
Representante do Conselho Municipal de Educação – COMED	Clodoaldo de Oliveira Breda, CPF nº 576451089-91.	Luiz Otávio Rebouças Bastiani, CPF nº 842618549-53.
Representante do Conselho Tutelar	Zulma T. Deschamps Tridapalli, CPF nº 437946299-49.	Elaine C. S. Guimarães, CPF nº 017756989-12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 23 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.390, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.390, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
EXONERA A SERVIDORA LEIDIANE APARECIDA DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora LEIDIANE APARECIDA DE SOUZA, CPF nº 004.931.409-21, do cargo em comissão de Secretária Escolar, a partir de 24/04/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.199/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 24/04/2015.

Gaspar, 27 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.391, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.391, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
EDUARDO FERNANDES DA ROCHA SANTOS	ESCRITURÁRIO	40	7º	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
TAINAH CENSI	ESCRITURÁRIO	40	8º	SECRETARIA DE SAÚDE
VALQUIRIA BERNARDETE RUNCKUS	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	40	1º	SECRETARIA DE SAÚDE
DALVA TEREZINHA FRIOLIN DA SILVA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	40	2º	SECRETARIA DE SAÚDE
JANETE APARECIDA LANGER DE MOURA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	40	3º	SECRETARIA DE SAÚDE
DAIANE ZEFERINO	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	40	4º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.395, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.395, DE 28 DE ABRIL DE 2015.
ALTERA O DECRETO Nº 5.544 DE 23 DE JULHO DE 2013, NOMEANDO, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CARÁTER TEMPORÁRIO PARA PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DEPARTAMENTO DE CULTURA PARA O ANO LETIVO DE 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrar a comissão referida no decreto nº 5.544 de 23 de julho de 2013, para o ano letivo de 2014, conforme segue:

MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Lucimara Furlam	Diogo Jeferson dos Santos
Sanira Cristina Dias	Josiane Chiminelli
Débora Regina Darós	José Gabriel Corrêa

§ 1º Fica a servidora Kátia Vargas Soares nomeada para exercer a função de presidente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 28 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.398, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 6.398, DE 30 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE ALUGUÉIS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro, para compor a comissão de avaliação de imóveis para fins de aluguéis conforme segue:

- I. Adriano Ribeiro de Castilhos;
- II. Otocar Albanaes;
- III. Teodoro Deschamps.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO ADITIVO 2 DO CONTRATO Nº SAF-90/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO 2 DO CONTRATO Nº SAF-90/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/04/2015. VENCTO.: 15/06/2015. Tomada de Preços nº.: 187/2013. OBJETO: acréscimo ao contrato para prestação de serviços de consultoria para elaboração/atualização do código tributário municipal. CONTRATADA: SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA. (05.039.594/0001-68). Valor: R\$ 12.967,49.

Gaspar/SC, 13 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-43/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-43/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/04/2015. VENCTO.: 19/10/2015. Tomada de Preços nº.: 89/2014. OBJETO: prorrogação do prazo do contrato para a cobertura da quadra escolar da E.E.B. Belchior. CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA. (03.087.273/0001-03). VALOR TOTAL: Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 06 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 7 DO CONTRATO Nº SAF-28/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 7 DO CONTRATO Nº SAF-28/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/04/2015. VENCTO.: 13/08/2015. Concorrência nº.: 63/2012. OBJETO: prorrogação do prazo para implantação da praça do esporte e da cultura. CONTRATADA: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (01.408.643/0001-31). VALOR TOTAL: Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 13 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº PMG-22/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº PMG-22/2015
Início da vigência: 16/04/2015. Vencto: 16/04/2016. Pregão nº: 51/2015. Objeto: Fornecimento de Colchões Infantis Para os Centros de Desenvolvimento Infantil - CDI's da Rede Municipal. Contratado: MRG PASCUALINI E CIA LTDA (10.612.480/0001-03). Valor total: R\$ 28.420,00 (vinte e oito mil e quatrocentos e vinte reais).

Gaspar/SC, 16 de abril de 2015.
MARLENE ALMEIDA
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-144/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-144/2014
Início da vigência: 01/01/2015. Vencto.: 31/12/2015. Pregão nº: 236/2014. Objeto: prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para o período do ano de 2015, na Prefeitura Municipal de Gaspar e a Secretaria de Transportes e Obras. Contratado: SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELLI EPP (14.576.552/0001-57). Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Valor: R\$ 2.870,14 (dois mil, oitocentos e setenta reais e quatorze centavos).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-145/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-145/2014
Início da vigência: 01/01/2015. Vencto.: 31/12/2015. Pregão nº: 236/2014. Objeto: prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para o período do ano de 2015, na Fundação Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Valor: R\$ 11.439,90 (onze mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-35/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-35/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/05/2015. VENCTO.: 02/05/2016. Dispensa nº.: 84/2013. OBJETO: Locação de bem imóvel, contendo área construída de 100m² e duas vagas de garagem, de propriedade de Lenita Roncálio, representada por Tomio Imóveis Ltda., para as instalações da EPAGRI e CIDASC, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1.598, bairro Santa Teresinha, Gaspar/SC. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: TOMIO IMÓVEIS LTDA (07.326.475/0001-11). VALOR TOTAL: R\$ 12.514,80 (doze mil, quinhentos e quatorze reais e oitenta centavos).

Gaspar/SC, 24 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-4/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-4/2012
Pregão nº.: 169/2011. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e vigilância patrimonial do Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schossland - aplicação de repactuação, conforme Convensão Coletiva do Trabalho/2015. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME (10.364.152/0001-27). VALOR TOTAL: R\$ 8.362,95 (oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA 52/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 52/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) EDILA ROSANE SILVA TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2010 a 22/03/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 04/05/2015 a 02/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 50/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 50/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) OTILIA HEINZ FELAÇO, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 18/06/2008 a 05/10/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 04/05/2015 a 02/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 51/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 51/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) JOEL ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 08/03/2014, devendo folgar 02 meses a partir de 04/05/2015 a 02/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE SESSÃO PÚBLICA: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão Especial de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 07/2015 se reunirá em Sessão Pública no dia 7/5/2015, às 15h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar os requerimentos de credenciamento e os documentos apresentados pelas empresas Rádio Sentinela do Vale Ltda. - ME, CNPJ nº 83.747.949/0001-87, e Rádio Ativa FM Ltda, requerentes nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO AM E FM para contratação de serviços contínuos de divulgação dos atos e ações do Legislativo. Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Gaspar/SC, 30 de abril 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 41 DE 30 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA N. 41 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO SERVIDOR ANTONIO DA CONCEIÇÃO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1o - Fica declarada a partir do dia 04 de maio de 2015, a vacância do cargo de provimento efetivo de Motorista, do servidor ANTONIO DA CONCEIÇÃO, portador do CPF nº. 548.023.429-34 e da CI nº. 3/R 1487.927, pertencente ao quadro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, em decorrência de sua Aposentadoria por Invalidez.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 30 de abril de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DE LICITAÇÃO CP 01/2015

ERRATA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS A ERRATA DA LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO: Concorrência Pública 001/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E OUTROS DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

No Edital item 7.2.1.6, onde se lê:

“7.2.1.6 - Os licitantes deverão efetuar visita para conhecimento do local em que será executada a obra, não se admitindo, posteriormente, alegação de desconhecimento de particularidades do local, sob qualquer pretexto. A visita deverá ser acompanhada de profissional técnico habilitado pertencente ao quadro da Prefeitura de Governador Celso Ramos e agendada no Setor de Planejamento. Apresentar declaração formal através do(s) profissional (is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) no subitem 7.2.1.3, conforme modelo do Anexo V que deverá ter uma cópia juntada no envelope da Habilitação.”

Leia-se:

“7.2.1.6 - Os licitantes deverão efetuar visita para conhecimento do local em que será executada a obra até o terceiro dia útil anterior ao da apresentação das propostas, não se admitindo, posteriormente, alegação de desconhecimento de particularidades do local, sob qualquer pretexto. A visita deverá ser acompanhada de profissional técnico habilitado pertencente ao quadro da Prefeitura de Governador Celso Ramos e agendada no Setor de Planejamento através do telefone (48) 3262-0569 com a Srta. Helena ou Sr. Ismar. Apresentar declaração formal através do(s) profissional (is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) no subitem 7.2.1.3, conforme modelo do Anexo V que deverá ter uma cópia juntada no envelope da Habilitação.”

No Edital item 7.2.2.6, onde se lê:

“7.2.2.6 - Comprovação de possuir capital mínimo ou patrimônio líquido de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita através do Balanço Patrimonial.”

Leia-se:

“7.2.2.6 - Comprovação de possuir capital social mínimo de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita através do Balanço Patrimonial.”

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoamos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 30 de Abril de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº044/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2015

Ata de Registro de Preços nº 44/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015

PROCESSO nº 042/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - DISTRIBUIDORA DE GAS VALE DO RIO TIJUCAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
	DISTRIBUIDORA DE GAS VALE DO RIO TIJUCAS LTDA			TOTAL
01	Gás de cozinha P13	300,00	R\$ 52,00	R\$ 15.600,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 28 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº045/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

Ata de Registro de Preços nº 45/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015

PROCESSO nº 042/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - DISTRIBUIDORA DE GAS VALE DO RIO TIJUCAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
	DISTRIBUIDORA DE GAS VALE DO RIO TIJUCAS LTDA			TOTAL
01	Gás de cozinha P13	890,00	R\$ 52,00	R\$ 46.280,00
02	Gás de cozinha P45	20,00	R\$ 259,00	R\$ 5.180,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 28 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº046/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015
Ata de Registro de Preços nº 46/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015
PROCESSO nº 042/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - DISTRIBUIDORA DE GAS VALE DO RIO TIJUCAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME Água sem Gás Bombona de 20 litros. Características: Água mineral, fluoretada, sem gás, acondicionada em bombona retornável em policarbonato transparente, aprovada pela Vigilância Sanitária, com capacidade de 20 (vinte) litros, PH entre 6 e 8, prazo de validade impresso no lacre da bombona de, no mínimo 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	1000,00	R\$ 8,90	R\$ 8.900,00
04	Água sem Gás garrafa de 500ml. Característica: Água mineral sem gás, em embalagem transparente de 500ml (meio litro), PH entre 6 e 8, com lacre inviolável, prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	1200,00	R\$ 19,20	R\$ 23.040,00
05	Água sem Gás copo de 200ml. Característica: Água mineral sem gás, em copo de 200ml, PH entre 6 e 8, com lacre inviolável, prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	600,00	R\$ 28,80	R\$ 17.280,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 28 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº047/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015
Ata de Registro de Preços nº 47/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015
PROCESSO nº 042/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
CONTRATADO: - DISTRIBUIDORA DE GAS VALE DO RIO TIJUCAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS P13, P45, ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM BOMBONA DE 20 LITROS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS EM GARRAFAS DE 500ML PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME Água sem Gás Bombona de 20 litros. Características: Água mineral, fluoretada, sem gás, acondicionada em bombona retornável em policarbonato transparente, aprovada pela Vigilância Sanitária, com capacidade de 20 (vinte) litros, PH entre 6 e 8, prazo de validade impresso no lacre da bombona de, no mínimo 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	2000,00	R\$ 8,90	R\$ 17.800,00
04	Água sem Gás garrafa de 500ml. Característica: Água mineral sem gás, em embalagem transparente de 500ml (meio litro), PH entre 6 e 8, com lacre inviolável, prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	250,00	R\$ 19,20	R\$ 4.800,00
05	Água sem Gás copo de 200ml. Característica: Água mineral sem gás, em copo de 200ml, PH entre 6 e 8, com lacre inviolável, prazo de validade de, no mínimo, 04 (quatro) meses a contar da data de entrega do produto.	300,00	R\$ 28,80	R\$ 8.640,00

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 28 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015**

Aviso de Dispensa de Licitação 03/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

Processo Licitatório nº 003/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de Empresa para segurar veículo FIAT/Siena Essence 1.6 Placas: OKH-9583 desta Câmara Municipal pelo período de um ano.

Valor: R\$ 3.459,60 (Três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)

Governador Celso Ramos, 28 de Abril de 2015

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente da Comissão de Licitação

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 42.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 42/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada....: AUTO PECAS ITABERABA LTDA
Valor : 4.090,00 (quatro mil e noventa reais)
Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (ENGRENAGEM, LUVA, EIXO, ROLAMENTO E OUTROS), MÃO DE OBRA E SERVIÇOS PARA CONserto DA CAIXA DE CAMBIO DA TRACÇÃO DO CAMINHÃO MB 1513 LZJ3966 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 59, 60.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015
PROCESSO Nº 59/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO (TROFÉUS E MEDALHAS) PARA CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA, 48 E FUTEBOL DE CAMPO DOS VETERANOS.

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.134,00 (um mil cento e trinta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015
PROCESSO Nº 60/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (ENGRENAGEM, LUVA, EIXO, ROLAMENTO E OUTROS), MÃO DE OBRA E SERVIÇOS PARA CONserto DA CAIXA DE CAMBIO DA TRACÇÃO DO CAMINHÃO MB 1513 LZJ3966 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO.

CONTRATADO: AUTO PECAS ITABERABA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 25.15 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL (MÓVEIS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 36/15, Edital de Pregão Nº 25/15, Objeto: Aquisição de mobiliário em geral (móveis), para Secretaria de Saúde; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 14/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 14/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 30 de abril de 2015.
Sirlei Maria Scalco Ceretta
Ordenadora do FMS

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 017/2015/SMECE

EDITAL Nº 017/2015/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 001/2013/SMECE/HO, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 001/2013/SMECE/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Prefeitura de Herval d'Oeste, Secretaria de Educação, Sala do Setor Pedagógico, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 04 de maio de 2015, às 13h30min.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II - DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Período
01	EBM Cruz e Sousa	Professor de Anos Iniciais	Vespertino	20h	Até término do ano letivo

III - DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse

em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Anos Iniciais	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente; c) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, somente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase;

3.2. Para a comprovação de habilitação os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

V - DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado	Não-Habilitado
40h	Salário Base: R\$ 1.935,26 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 387,05 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	Salário Base: R\$ 1.598,69 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 319,74 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 30 de abril de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 574/2015

PORTARIA Nº 574/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ROSELI TERE-SINHA DALAPRIA (Matr. 3711), a partir de 30 de abril de 2015, a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Abril de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 575/2015

PORTARIA Nº 575/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora CLARICE DUDAS (Matr. 3896), a contar de 30 de abril de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Abril de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 576/2015

PORTARIA Nº 576/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 533/2015, que Contratou em Caráter Temporário, a Senhora PRISCILA DE QUADROS (Matr. 4126), para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Cruz e Sousa, reclassificada em 29º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014.

E, Contratar em Caráter Temporário, a Servidora supracitada, para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno vespertino, Educação Infantil, junto a ERM Alcino Fernandes, em substituição à Servidora Silvana Gab, a partir de 30 de abril de 2015, até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, aprovada em 6º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Abril de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota**PREFEITURA****DECRETO 64 2015**

Decreto nº 64, de 07 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 83.850,00(Oitenta e três mil oitocentos e cinquenta reais), por conta do excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER

Atividade: 1.005 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS, REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Elemento:() 4.4.90.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 83.850,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 1º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I - Recurso de Transferência de Convênio SICONV nº 740154 Ministério das Cidades/Caixa R\$ 83.850,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 07 de abril de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso de Transferência de Convênio SICONV nº 740154 Ministério das Cidades/Caixa:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal Fonte: 34 – Transferências de Convênios – Ministério das Cidades/Caixa.	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	83.850,00
Total	83.850,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	83.850,00

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS
Contador CRC SC 030821-02

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO COMPRA SEAST 2015/13 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/13 A00

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

C.N.P.J: 78.867.769/0002-80

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS, POR MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Valor: R\$53.623,34 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 29 de Abril de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante Legal

Contratada

CONTRATO DE COMPRA PMI SEAPI 2015/88 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/88 A00

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

C.N.P.J: 78.867.769/0002-80

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS, POR MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Valor: R\$727.102,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 29 de abril de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi

Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante Legal

Contratada

EDITAL SEAGP Nº 055/2015

EDITAL SEAGP Nº 055/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao

final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 04 de Maio a 03 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 04 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 055/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Claudete Eley Albino Souza

EDITAL SEAGP Nº 056/2015

EDITAL SEAGP Nº 056/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 04 de Maio a 03 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no

período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 04 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 056/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Assistente Social
Libele Vogt Volkmer

PORTARIA PMI/GGP Nº 266/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 266, de 29 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério em função gratificada de Gestora de Unidade do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira do magistério abaixo descrita, na função gratificada de Gestora de Unidade, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GESTORES DE UNIDADES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Unidade Gestora de Projetos Culturais	SEDUC	Marli Garcia	520.790.159-15	04/05/2015

Art. 2º A servidora de carreira do magistério, nomeada para a função gratificada de Gestora de Unidade, perceberá gratificação correspondente, nos termos da LC nº 4.514/2015, em seu anexo III.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 267/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 267, de 29 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Balseiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 11 de abril de 2014, através do Concurso Público Edital - 01/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 184/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ramon da Silveira Calônico	Balseiro – 40h	076.534.209-07	30/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de abril de 2015.

Imbituba SC, 29 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 268/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 268, de 30 de abril de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. ROBERTO FRANCISCO PIRES JÚNIOR, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 983.844.909-10, do cargo/função de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 118, de 24 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 04 de maio de

2015.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 269/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 269, de 30 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. RAFAEL FREITAS PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 104.693.309-45, para exercer o cargo de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 04 de maio de 2015.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 28/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba, comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 14 de maio de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de material instrumental odontológico para o uso da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, nº. 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira e no site www.imbituba.sc.gov.br, através do Link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de maio de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 018/15**

Ato da Presidência nº 018/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 13ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 04 de maio de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discus- são	Votação
078	PL nº 4.405/2015	15/08/2013	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público com a Associação dos Moradores de Araçatuba - AMAR.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	Moção nº 004/2015	27/04/2015	Legislativo Municipal	Roberto Luiz Rodrigues	Moção de Congratulação ao Professor Antônio João Tavares pelos relevantes trabalhos prestados ao município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 30 de abril de 2015.

PORTARIA CMI Nº 038/2015

PORTARIA CMI Nº 038/2015

"Concede Férias à Servidora Cristiane da Silva"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, à Senhora Cristiane da Silva, Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09/01/2014 a 08/01/2015, a ser usufruída no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 03/06/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/04/2015.

PORTARIA CMI Nº 039/2015

PORTARIA CMI Nº 039/2015

"Concede Férias à Servidora Anna Claudia Speck de Souza"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, à Senhora Anna Claudia Speck de Souza, Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 05/02/2014 a 04/02/2015, a ser usufruída no período de 04/05/2015 a 02/06/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 03/06/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/04/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 090/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 090/2015

CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da CONTRATADA para prestação de serviços de assessoria técnica, para a revisão e atualização do plano de cargos e salários, incluindo a revisão do quadro de cargos e implantação de processo de plano de carreira baseado em desempenho.

PRAZO: 27 de abril de 2015 até 27 de abril de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2015.

CONTRATO Nº 091/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 091/2015

CONTRATADA: IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação dos serviços de restauração de uma motocicleta marca Honda, modelo CB450, Placas MBF-8100, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 28 de abril de 2015 até 26 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.

DECRETO Nº 1380/15

. DECRETO Nº 1380/15

. De 29 de abril de 2015

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR - BEATRIZ PADILHA.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei 4.174/2010, considerando Resultado final homologado pela Resolução 034/2010 CMDCA e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a licença para tratamento de saúde da titular Nadia Luana Reetz Voigt,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 05 de maio de 2015, para exercer o cargo de Conselheira Tutelar - Gestão 2011/2013, BEATRIZ PADILHA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 29 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 29 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1381/15

. DECRETO Nº 1381/15

. De 30 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2111.333900000000	03360000	230.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 30 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº1382/15

. DECRETO Nº 1382/15

. De 30 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 221.818,91 (duzentos e vinte e um mil e oitocentos e dezoito reais e noventa e um centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.1105.344900000000	01325403	221.818,91

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 30 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 149/2012

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 149/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e , IMOBILIÁRIA HOJE EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.323.838/0001-20, estabelecida à Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 120 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. FERNANDA CAMPOS DO ROSÁRIO, brasileira, solteira, corretora de imóveis, inscrito no CPF sob nº 029.392.527-50, e RG nº 099596140, residente à Rua Rio de Janeiro, nº 646 - Bairro dos Estados, na cidade de Indaial/SC, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 110/2012 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 013/2012-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, IMOBILIÁRIA HOJE EIRELI ME.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 29 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA HOJE LTDA Fernanda Campos do Rosário Locador
SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 270/2013

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 270/2013

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.408.643/0001-31, com sede na rua Almirante Tamandaré, nº 1.459, bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Roberto Carlos Imme, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 652.500.449/7 e Cédula de Identidade nº 2.614.887 SESP/SC, residente na Rua Bahia, nº 5.800, Apto 302, bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1. e sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de uma unidade escolar, em alvenaria, 01 (um) pavimento, com área total à construir de 854,24m². passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Fica acrescido da planilha do contrato original a quantidade nos itens: II; II.I; II.I.I; II.I.II; II.I.III; II.I.IV; II.I.V; II.I.VI; II.I.VII; II.I.VIII; II.I.IX; II.I.X; II.I.XI; II.II; II.II.I; II.II.II; II.II.III; II.II.IV; II.III; II.III.I; II.III.II; II.III.III; II.IV; II.IV.I e II; II.IV.III; II.IV.IV; II.IV.V; II.V; II.V.I; II.V.II; II.V.III; II.V.IV; II.V.V; II.V.VI; II.V.VII; II.V.VIII; II.V.IX; II.V.X; II.V.XI; II.V.XII e II.V.XIII, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 1.108.536,12 (um milhão, cento e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais e doze centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente Termo Aditivo de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original

permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA Roberto Carlos Imme Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicollelli Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL CREDENCIAMENTO 001/2014 - HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Recebidos os autos do procedimento de inexigibilidade de licitação autorizado pelo Decreto nº 06/2014, de 15/12/2014, registre-se que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, transcorre segundo a legislação em vigor e as regras do Edital.

O procedimento foi amplamente divulgado, com publicação do Edital no Mural deste Poder, no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (fls. 297) e no site da Câmara Municipal de Indaial. Além disso, foi encaminhado o Aviso de Credenciamento às empresas jornalísticas que sabidamente possuem jornais com circulação no Município de Indaial.

Acudiu ao procedimento a empresa J.A. Jornais e Revistas Ltda-ME, CNPJ nº 12.098.591/0001-60, proprietária do Jornal Alternativo, a qual fez juntar aos autos toda a documentação exigida, culminando com a decisão da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 39/2014, que julgou a referida empresa habilitada e qualificada a firmar o contrato de credenciamento. Publicada a decisão da Comissão de Licitação vieram os autos para deliberação. Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, e declinado do prazo de recurso da decisão da Comissão de Licitação, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação, conforme ata do dia 28/04/2015, e o procedimento que se cogita até esta fase.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor da empresa J.A. Jornais e Revistas Ltda- ME, CNPJ nº 12.098.591/0001-60, proprietária do Jornal Alternativo, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por ½ página, ou R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por 1 página, de publicação, eis que o citado Jornal enquadra-se nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2014, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014.

Sigam-se os ulteriores termos.

Publique-se.

Câmara Municipal de Indaial, em 29 de abril de 2015.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 10/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015, Processo de Licitação nº 4/2015, homologado em 17 de abril de 2015.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço, (material + mão de obra,) para reforma prédio da Unidade Básica de Saúde.

Valor: R\$ 7.700,00 (Sete Mil e Setecentos Reais)

Assinatura: 22/04/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ABREU E ABREU SERVIÇOS EIRELI-ME, situada na LINDA LAGEADO QUIRINO S/N, Bairro: INTERIOR, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.100.924/0001-74.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015,TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 22/05/2015 para os interessados com certificado cadastral vigente e às 17:00 horas do dia 19/05/2015 ou dia útil imediatamente anterior para os interessados que não possuírem cadastro ou estiverem com o cadastro de fornecedor vencido. A abertura dos envelopes contendo a documentação é prevista para às 09:00:00 do dia 22/05/2015. Objeto da licitação: contratação de empresa (material + mão de obra) para edificação de uma quadra coberta na Comunidade de Linha Serrinha- Ipumirim-SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 30/04/2015

Valdir Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2015,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de tintas para pintura (piso), do antigo Ginásio Municipal de Esportes do Município. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 30/04/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 35, DL 16-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 16/2015 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2015 Data do Processo: 30/04/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 35/2015
b) Licitação Nr.: 16/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 30/04/2015
e) Objeto da Licitação Aquisição de tintas para pintura (piso), do antigo Ginásio Municipal de Esportes do Município.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)

2 Aquisição de tintas para pintura (piso), do antigo Ginásio Municipal de Esportes do Município.	UN	90,00	0,0000	85,00	7.650,00
--------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 7.650,00

Total Geral: 7.650,00

Ipumirim, 30 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 44/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Positivo Informática S/A.

Objeto: Adesão a ata de registro de preços do pregão eletrônico 65/2013/FNDE/MEC, para aquisição de 475 tablet educacional tipo 1 (entre 7 e 8 polegadas com conexão wi-fi).

Valor total: R\$ 120.175,00 (cento e vinte mil cento e setenta e cinco reais).

Vigência: 17.04.2015 a 16.05.2016

Base Legal - Processo Licitatório 17/2015 - Inexigibilidade nº. 01/2015

8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 17/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2015

INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Positivo Informática S.A.

Irineópolis, 17 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015 - FMS

CONTRATO Nº 12/2015

CONTRATO Nº 12/2015

PROCESSO Nº 11/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento que entre si celebraram o Fundo Municipal de Saúde e a empresa Clínica Odontológica Cingano Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Francisco Eraldo Konkol, brasileiro, no exercício do cargo de Responsável Interino pelo Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado na BR 280, localidade de Poço Preto, neste município, inscrito no CPF nº 437.438.709-91, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e a empresa Clínica Odontológica Cingano Ltda, estabelecida na rua Avenida 22 de Julho, nº 1186, centro, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, CNPJ 19.398.198/0001-31, pelo seu representante, Srª Dinara de Souza Cingano, inscrita' no CPF sob o nº 948.234.309-30 e RG nº 2.966.909 SESP/SC, infra-assinado, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A), têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços na área da

saúde, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 018/2013, modalidade Credenciamento, pelo Processo Licitatório 11/2014 - Inexigibilidade nº 02/2014, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 04/2014, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 29/04/2016.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 29 de abril de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Giseli Kempinski Contratante	CLÍNICA ODONTOLÓGICA CINGANO LTDA Dinara de Souza Cingano Contratada
Testemunhas	
Nome: Ana Paula Reichardt CPF: 088.007.359-40	Nome: Sintia Bendlin Franz CPF: 733.064.959-72

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2015 - 3º TERMO ADITIVO BETHA

CONTRATO Nº 39/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 62/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 62/2013 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Segunda do Contrato n.º 62/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 10.04.2016.

Clausula Segunda - Alteração

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima do Contrato nº. 62/2013, fica de comum acordo alterado a quantidade e valor descrita na Cláusula Terceira do Contrato nº. 62/2013.

Item	Qtde	Um	Descrição	Valor unitário	Valor re-ajusta-do 3,1450% IGP-M	Valor Aditado após aplicação do reajuste	Valor total anual R\$
1.1	12	Mês	Sistema de Contabilidade Pública com até 05 usuários	1.180,40	37,12	1.217,52	14.610,24
1.2	12	Mês	Sistema de Planejamento com até 02 usuários	579,47 -289,74	9,11	298,84	3.586,08
1.3	12	Mês	Sistema de Compras e Licitações com até 05 usuários	724,34	22,78	747,12	8.965,44
1.4	12	Mês	Sistema de Patrimônio com até 02 usuários	246,81	7,76	254,57	3.054,84
1.5	12	Mês	Sistema de Folha de Pagamento com até 02 usuários	429,03	13,50	442,53	5.310,36
1.6	12	Mês	Sistema de Tributos com até 06 usuários	1.818,90	57,20	1.876,10	22.513,20
1.7	12	Mês	Sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet sem limitação de usuários	1.341,36	42,18	1.383,54	16.602,48
1.8	12	Mês	Sistema de Controle de Frotas com até 02 usuários	246,81	7,76	254,57	3.054,84
1.9	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos com até 02 usuários	348,76	10,97	359,73	4.316,76
1.10	12	Mês	Portal da Transparência	203,89	6,41	210,30	2.523,60
1.11	12	Mês	Almoxarifado com até 02 usuários	244,13	7,68	251,81	3.021,72
1.12	12	Mês	Ponto Eletrônico com 01 usuário	496,84	15,62	512,46	6.149,52
1.13	12	Mês	Protocolo via Internet com até 03 usuários simultâneos	214,62 -53,65	5,06	166,01	1.992,12
1.14	12	Mês	Tesouraria com até 01 usuário	217,84 -108,92	3,42	112,34	1.348,08
1.15	12	Mês	Relógio de Ponto Virtual	236,08	7,42	243,50	2.922,00
1.16	12	Mês	Contabilidade Publica para FM Saúde com 03 usuários	281,69	8,86	290,55	3.486,60
1.17	12	Mês	Compras e Licitações para FM Saúde com 03 usuários	136,83	4,30	141,13	1.693,56
1.18	12	Mês	Tesouraria para FM Saúde com 02 usuários	128,77	4,05	132,82	1.593,84
1.19	12	Mês	Contabilidade Publica para FM Assistência Social com 03 usuários	281,69	8,86	290,55	3.486,60
1.20	12	Mês	Compras e Licitações para FM Assistência Social com 03 usuários	136,83	4,30	141,13	1.693,56
1.21	12	Mês	Tesouraria para FM Assistência Social com 01 usuário	128,77 -64,38	2,02	66,41	796,92
Valor Total R\$							112.722,36

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Irineópolis, 10 de abril de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Contratante	Betha Sistemas Ltda. Ernesto Muniz de Souza Junior Contratada
Testemunhas	
Nome: Ivete Cardoso Fronczak CPF: 383.533.939-72	Nome: Sidnei Wagner CPF: 302.634.259-91

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2015 - ADITIVO DE SUPRESSÃO

ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 40/2015

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO ao 3º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 62/2013, de EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e

domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Betha Sistemas Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua João Pessoa nº 134, centro, cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.456.865/0001-67, neste ato representada pelo senhor Ernesto Muniz de Souza Junior, portador do CPF nº 004.770.259-19 e RG nº 4.109.423, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 18/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 09/2013, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, celebrar o presente Termo Aditivo ao instrumento supracitado, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a supressão de Programas Locação/ licenciamento de sistemas para gestão pública para a Prefeitura Municipal, locados descritos na Cláusula Primeira - Objeto do termo original.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Ficam suprimidos do termo original os seguintes Programas, a partir do mês de maio de 2015:

Item	Qtde	Um	Descrição	Valor unitário	Valor total
1.11	11	Mês	Almoxarifado com até 04 usuários	251,81	2.769,91
1.15	11	Mês	Relógio de Ponto Virtual	243,50	2.678,50
TOTAL					5.448,41

CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea "b", do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei n.º 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Irineópolis - SC, 10 de abril de 2015.

Município de Irineópolis	Betha Sistemas Ltda.
Juliano Pozzi Pereira	Ernesto Muniz de Souza Junior
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Ivete Cardoso Fronczak	Nome: Sidnei Wagner
CPF: 383.533.939-72	CPF: 302.634.259-91

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2015 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 41/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 71/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 15/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2014, prestação de serviços para reforma e ampliação, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Rocha Empreendimentos Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.279.711/0001-60, com sede a Rodovia BR 280, nº 4517, Bairro Boa Vista, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina neste ato representada pelo senhor Aristeu Tibes da Rocha, portador do CPF nº 893.936.949-15, e RG nº 2.312.961 SESP/SC de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 71/2014, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 15/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações

e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima do Contrato nº. 83/2014, e deferido em 10 de abril de 2015, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 09/06/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 10 de abril de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Contratante	Rocha Empreendimentos Ltda Aristeu Tibes da Rocha Contratado
Testemunhas:	
Nome: Gilsen Merschner Neppel CPF: 302.634.259-91	Nome: Rodrigo Antonio Jurk CPF: 089.370.669-47

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2015 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 45/2015
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 16/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 85/2014, prestação de serviços para reforma e ampliação, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.365.450/0001-92, com sede a Rodovia BR 280, nº 4517, Bairro Boa Vista, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela senhora Ione Aparecida Machado Rocha, portadora do CPF nº 749.691.539-49 e RG nº 2.247.313 SESP/SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 73/2014, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 16/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada

e Clausula Décima do Contrato nº. 85/2014, e deferido em 22 de abril de 2015, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 21/08/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 22 de abril de 2015.

Município de Irineópolis	Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP.
Juliano Pozzi Pereira	Ione Aparecida Machado Rocha
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Gilsen Merschner Neppel CPF: 582.112.689-49	Nome: Juliana Nogara do Carmo CPF: 027.770.959-81

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de maio de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de moveis e equipamentos para o Centro De Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida e para a Escola Isolada Vila Nova Do Timbó, com entrega e instalação. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 29 de abril de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 010/2015

RESOLUÇÃO N.º. 010/2015.

"REFORMULA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

RESOLVE:

Art 1º - Fica reformulada a Comissão Permanente de Licitação

do Hospital Municipal Bom Jesus, a qual passa a ter a seguinte composição:

Presidente: Cleci Moreira;
Secretária: Silvana Rodrigues da Silva;
Membro: Cristiane Krüger.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/04/2015.

Art. 3º - Fica revogada a Resolução nº 008/2015 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 27 de Abril de 2015.
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 011/2015

RESOLUÇÃO Nº 011/2015.

"REFORMULA A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

RESOLVE:

Art 1º - Fica reformulada a Equipe de Pregão Presencial do Hospital Municipal Bom Jesus, a qual passa a ter a seguinte composição: Pregoeiro:

Silvana Rodrigues da Silva.
Membros da Equipe de Apoio:
Cristiane Krüger;
Cleci Moreira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/04/2015.

Art. 3º - Fica revogada a Resolução nº 007/2015 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 27 de Abril de 2015.
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 012/2015

RESOLUÇÃO Nº 012/2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Período de Férias
1 Maria	Luciane Cardozo	Técnica de Enfermagem 01/05 a 30/05/2015

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis (SC), em 27 de Abril de 2015.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 009 - PROCESSO SELETIVO 001/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL009 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 001/2015 - 5º CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2015, homologado pelo Decreto 024/2015 de 09 de abril de 2015, para comparecerem no dia 04 de MAIO de 2015, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Auxiliar de Classe

31	262	KELIN REGINA BRUSAMARELLO
32	207	DIONEI TERESINHA DOS SANTOS DINNEBIE
33	217	DIANA CARLA DE ARAUJO
34	295	ELIANE SALETE SCHAPARINI BRAND
35	242	ROSELI FATIMA GOLO DALLASTE

Itá, 30 de abril de 2015
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

EDITAL 010 - PROCESSO SELETIVO 001/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL010 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 001/2015 - 6º CHAMADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2015, homologado pelo Decreto 024/2015 de 09 de abril de 2015, para comparecerem no dia 04 de MAIO de 2015, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Auxiliar de Classe

36	243	GUIOMARA GOMES MARCANZONI
----	-----	---------------------------

Itá, 30 de abril de 2015
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal de Itá

EDITAL 035 - PROCESSO SELETIVO 017/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL 035 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 017/2014 - 25º CHAMADA 13/04/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 04 de MAIO de 2015, às 8h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Pós Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome
12º	030	Dionei Teresinha dos S Dinnebie

Graduado

Colocação	Nº da Inscrição	Nome
78º	176	Giovane Barpi
79º	041	Cleir Padilha
80º	040	Gizelle Battistella
81º	197	Juliana Maria G Ticz

Itá - 30 de abril de 2015
Leide Mara Bender
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 03/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CHAMAMENTO Nº 03/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE SELEÇÃO DE PSICÓLOGO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Itapiranga SC, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar 39/2011, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo de Títulos para contrato temporário, objetivando o preenchimento de vagas de psicólogos para atuarem no Município, tendo em vista o atendimento de necessidade temporária de interesse público, em especial em substituição das profissionais efetivas que estão afastadas por motivo de doença ou em licença maternidade, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1 DA JUSTIFICATIVA

O presente processo seletivo simplificado justifica-se em razão da urgente necessidade de reposição de Psicólogos no quadro de servidores do Município de Itapiranga, em virtude do afastamento concomitante das servidoras efetivas do Município. Trata-se de procedimento simplificado, atendendo os critérios de legalidade, impessoalidade e publicidade, em razão da impossibilidade de dilação de prazo para inscrições, aplicação de provas e contratação dos profissionais.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição no processo se dará através de preenchimento de ficha de inscrição em local, data e horário conforme especificado:

Data: de 05 e 11 de maio de 2015

Local: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, sito a Praça das Bandeiras, 200 Centro, Município de Itapiranga SC.

Horário: Manhã, das 08 horas às 11 horas. Tarde, das 13:30 horas às 16 horas e 30 minutos.

- a) Serão aceitas inscrições de candidatos maiores de 18 (dezoito) anos, brasileiros natos ou naturalizados, que possuam a formação exigida para o cargo.
- b) As Inscrições serão apenas de forma pessoal, sendo aceitas inscrições realizadas por terceiros, mediante apresentação de procuração com reconhecimento de firma em cartório.
- c) As inscrições são gratuitas.

3 DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA e OUTRAS DISPOSIÇÕES

3.1 O processo de seleção de que trata este edital tem por objetivo o preenchimento de eventuais vagas de Psicólogo, mediante contrato por prazo determinado.

3.2 A chamada dos candidatos será feita conforme necessidade do Município, podendo ser dez, vinte, trinta ou quarenta horas semanais, percebendo vencimentos proporcionais às horas efetivamente trabalhadas, tendo como parâmetro a remuneração de

R\$ 3.910,42 (três mil e novecentos e dez reais e 44 centavos), para aqueles que atuarem 40 horas semanais.

3.3 A participação e a classificação do candidato não lhe garante o direito a contratação por prazo determinado, estando sua designação condicionada a existência de vaga de acordo com as necessidades a Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 O candidato, para efetuar sua inscrição, deverá apresentar e entregar os seguintes documentos:

- a) Original e Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF;
- b) Original e Fotocópia do Diploma ou comprovante de conclusão do Ensino Superior no Curso de Psicologia;
- c) Original e cópia dos documentos relativos à prova de títulos, se houver.

5 DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1 A análise da capacidade profissional, mediante prova de títulos, analisará a formação acadêmica, experiência profissional e participação em cursos de aperfeiçoamento e terá pontuação máxima de 5,00 (cinco) pontos.

5.2 Para comprovação dos títulos, o candidato deverá apresentar, exclusivamente no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas do original para verificação.

5.3 Não serão considerados, na pontuação, protocolos de documentos posterior a inscrição, documentos ilegíveis ou incompletos.

5.4 A comprovação da experiência de trabalho deverá ser fornecida através de declarações com firma reconhecida de seus signatários e/ou cópia da carteira profissional onde conste o início e o término da experiência.

5.5 Os certificados dos cursos exigidos para avaliação dos títulos que não mencionarem a carga horária e que não forem expedidos por Instituição Autorizada, não serão considerados.

5.6 Para pontuação da formação acadêmica, participação em cursos, congressos, conferências, seminários, simpósios e experiência profissional comprovada na área de atuação serão considerados os critérios descritos abaixo:

- a) mestrado 1,50 ponto por certificado - máximo de 1,50 pontos;
- b) especialização na área 0,50 ponto por certificado, desde que o curso e a entidade que o ministrou atendam aos critérios legais - máximo de 1,00 ponto;
- c) cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios em áreas afins de psicologia, acima de 10 horas 0,01 ponto por certificado - máximo de 1,00
- d) exercício profissional na área a qual concorre 0,50 ponto por cada 6 (seis) meses completos - máximo de 1,50 pontos.

5.7 Todos os candidatos que atendam as condições mínimas para inscrição serão classificados, sendo os títulos critério classificatório.

5.8 Ocorrendo empate na pontuação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) O candidato com maior pontuação nos títulos de Mestrado;
- b) O candidato com maior pontuação nos títulos de Especialização;
- c) O candidato com maior pontuação nos títulos de cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios em áreas afins de psicologia;
- d) O candidato com maior pontuação nos títulos de exercício profissional;
- e) Maior idade;

6 DO RESULTADO E DA CONVOCAÇÃO

6.1 A divulgação da lista de classificação preliminar será publicada no dia 13 de maio de 2015, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Diário Oficial dos Municípios e na página www.itapiranga.sc.gov.br.

6.2 O candidato poderá solicitar revisão de sua classificação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, protocolado na Prefeitura e entregue até às 17 horas do dia 15 de maio de 2015.

6.3 A divulgação da lista de classificação final será publicada no dia 19 de maio de 2015, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Diário Oficial dos Municípios e na página www.itapiranga.sc.gov.br.

6.4 Além da publicação no Diário Oficial do Município, todos os atos referentes ao presente Processo Seletivos, terão ampla divulgação local, através de Rádio, jornais e páginas institucionais do Município.

7 DA CONTRATAÇÃO

7.1 O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado, quando convocado, observado a ordem de classificação, será contratado mediante instrumento contratual próprio.

7.2 A aprovação neste processo seletivo não assegura ao candidato o direito de ser contratado, mas apenas a expectativa de ser convocado, de acordo com a ordem de classificação.

7.3 No ato de contratação o candidato convocado deve apresentar todos os documentos previstos pela legislação municipal.

7.4 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 ano a partir da data de divulgação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

7.5 Os recursos e impugnações serão resolvidos de acordo com as previsões do Edital e da Legislação em vigor, sendo analisados pela Secretaria Executiva, Departamento de Recursos Humanos e Procuradoria Jurídica do Município de Itapiranga/SC.

Itapiranga - SC, 30 de abril de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Enivaldo Barros
Procurador Jurídico do Município de Itapiranga
OAB/SC 40253

PORTARIA Nº 134/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 134/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 124/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 065/2015, para contratação de empresa para prestação de serviços de solda, preenchimento, recuperação de peças de máquinas pesadas e caminhões desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 135/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Adriano Karal, matrícula nº 14103/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 125/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 049/2015, para contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toners para atender as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 136/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 136/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete F. Baumann, matrícula nº 11824/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de registro de preços nº 129/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 162/2014, para aquisição de botas táticas destinadas para uso da Polícia Militar de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 137/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 137/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Nelson Arenhardt, matrícula nº 7557/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 130/2015 e 131/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 077/2015, para aquisição, de forma parcelada, de placas destinadas para sinalização da cidade e interior, deste município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 138/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 138/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 132/2015 e 133/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 078/2015, para contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 139/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Jadir Wildner, matrícula 14628/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de registro de preços nº 134/2015 a 136/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 079/2015, para aquisição, de forma parcelada, de materiais destinados para manutenção da iluminação pública do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 140/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 140/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 073/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação nº 074/2015, para contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para conserto da bomba hidráulica do rolo compactador Caterpillar, a disposição da secretaria de transportes desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 141/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 141/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Artemio A. Scalon, matrícula nº 9979/04, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 075/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 070/2015, para aquisição de veículo novo, 0 km, destinado uso do corpo de bombeiros de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 142/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ênio J. Pauli, matrícula nº 6723/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 077/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 073/2015, para contratação de empresa para prestação de serviços para treinamento de equipes de competição do departamento de esportes do município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 143/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flávio Santos, matrícula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 078/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Convite nº 092/2013, para contratação de seguros para equipamentos desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 144/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Cheila Dall'Agnol, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 048/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2015 - FMS, para aquisição, de forma parcelada, de leite em pó especial, destinado para uso na alimentação de crianças recém nascidas.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2015 – CONTRATOS

PORTARIA Nº 145/2015 - CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Clair M. H. Heinen, matrícula nº 7709/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 011/2015 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 009/2015 - FMS, para aquisição de 01 veículo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância sanitária.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 97/2015

Portaria nº 97 de 29 de abril de 2015.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Cintia Pauli matrícula nº 14578/02, no período de 29/4/2015 até 25/10/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 29 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 98/2015

Portaria nº 98 de 29 de abril de 2015.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Marilusa Bitencourt Bertol matrícula nº 14962/03, no período de 27/4/2015 até 23/10/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 27/4/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 29 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO Nº 90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 90/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 90/2015, cujo objeto é a contratação de empresas para realização de Transporte de atletas e outros, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 15 de maio de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 30 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 92/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 92/2015, cujo objeto é a aquisição de uniformes destinados para os servidores das Secretarias Municipais desta municipalidade, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.340/90 e camisetas para campanhas sócio educativas da Assistência Social. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 19 de maio de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 30 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 93/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 93/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 93/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos destinados para construção do sistema de recalque de esgoto na SC 163 (parte) e Avenida Beira Rio (parte). Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 18 de maio de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 30 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 91/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2015, cujo objeto é a contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas em estradas, ruas, pedreiras e em outros locais de interesse público do município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 19 de maio de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br.](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC., 30 de abril de 2015
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá**PREFEITURA****ATA DE SESSÃO PÚBLICA - INEXIGIBILIDADE Nº 05/15**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	30/04/2015	Horário início: 11h00min
Licitação /Modalidade	INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO	Nº 005/2014 Nº 004/2014 Nº 131/2014

OBJETO:

Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para realização de exames laboratoriais para prestação de serviços especializados na área de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) segundo especificações constantes na tabela de exames laboratoriais, Anexo III deste Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015. Observando que a Licitação foi publicada em jornal diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site da Prefeitura e Mural Público Municipal, no dia 17/11/2014 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a seguinte empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
16/04/2015	904	MOB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	05.465.560/0001-35

Iniciada a sessão foi observado que a referida empresa apresentou a documentação dividida em dois envelopes: ENVELOPE I - HABILITAÇÃO DA PROPOSTA e ENVELOPE II - HABILITAÇÃO JURÍDICA, enquanto o edital de credenciamento determinava a apresentação de apenas um envelope: ENVELOPE I - HABILITAÇÃO E PROPOSTA (item 4.2 do edital). Não verificando motivos para desclassificação os membros da CPL rubricaram os envelopes apresentados, os quais estavam devidamente lacrados. Abertos os envelopes iniciou-se a análise dos documentos apresentados em razão da habilitação. Nesta fase verificou-se de imediato que a referida empresa apresentou diversos documentos referentes à sua sede em Joinville, contudo o edital prevê a execução dos serviços em laboratório ou posto de coleta legalmente constituído no município de Itapoá (item 10.1 do edital), assim sendo, a Declaração de Horário de Funcionamento (item 7.1.6), a Declaração de Capacidade (item 7.2.1.5), o Alvará Sanitário (item 7.2.1.7) e a Relação de Equipe Mínima (item 7.2.2.4) devem fazer referência ao posto de coleta localizado no município de Itapoá. Além disso, verificou-se que a documentação apresentada em razão de exigência do item 7.2.2.3 (diploma de curso compatível com a atividade) foi apresentada por meio de cópia simples, descumprindo o item 6.1.1 do edital e os documentos exigidos nos itens 7.3.1 (certidão de falência e concordata) e 7.4.7 (certidão de regularidade junto ao FGTS) foram apresentados com a data de validade expirada. Por todas essas razões a CPL considerou a empresa MOB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS INABILITADA para o presente certame. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo

esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA CONVITE Nº 04-2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	30/04/2015	Horário início: 09h:30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 04/2015 Nº 40/2015

OBJETO:

Aquisição de 900 m3 de oxigênio a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no anexo I do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 17/04/2015 a fim de ampla divulgação. As empresas convidadas foram: GASOLDA COMÉRCIO DE OXIGÊNIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 13.266.290/0001-61, OXIGÊNIO JOINVILLE TRANSPORTES LTDA, CNPJ/MF: 01.831.697/0001-05 e WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ/MF: 35.820.448/0107-94. Exatamente às 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelope a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
30/04/2015	915	08h:55m	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	35.820.448/0107-94

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, os qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 36.000,00

Portanto a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). O representante da respectiva empresa declina do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO	SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA MEMBRO
Licitantes presentes: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA CLAUDIOMAR NASCIMENTO CNPJ/MF: 018.820.889-56 Presente na sessão: ANTONIO PAULO TERCZIANY CNPJ/MF: 721.685.280-04 CI.RG: 1042352409	

DECRETO MUNICIPAL Nº2442/2015 ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ - CDUI.

DECRETO MUNICIPAL NO 2442/2015

Data: 28 de abril de 2015

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ - CDUI.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº 500/2013,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o inciso X do Art. 1º do Decreto Municipal nº 2356/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

X Um representante da OAB/SC - Ordem dos Advogados do Brasil.

Titular: Simone Herrmann Azevedo Souza Brümmer.

Suplente: Carlos Eduardo Menezes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2356/2015.

Itapoá (SC), 28 de abril de 2015

Sergio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMS Nº 010/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

RESOLUÇÃO CMS Nº 010/2015, de 10 de Abril de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Centésima quinquagésima sétima Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de Abril de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

1) Aprovar a Programação Anual da Saúde do ano de 2015.

2) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 10 de Abril de 2015

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Cristian Angelo Grassi

Secretario Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 010, de 10 de Abril de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 390, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 390, de 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.606, de 29 de abril de 2015, que "Altera incisos e parágrafos da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária Anual e dá outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Ficam alterados o parágrafo 1º e incisos I,II,III,IV,V do parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA 2015 - Lei Orçamentária Anual, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º. A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.203.750,00
09.00 - SECRETARIA DE SAUDE	8.037.325,45
12.00 - FEXPONACE	2.405.931,25
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE	1.034.312,53
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	2.545.426,88
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA	4.320.555,12
05.00 - SECRETARIA DA EDUCACAO E CULTURA	18.995.942,64
06.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	199.625,00
07.00 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	3.533.437,50
08.00 - SECRETARIA DE URBANISMO	5.263.572,36
10.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.234.125,00
11.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	540.687,50
13.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.163.706,19
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	519.983,81
Total:	51.998.381,23

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

01 – Legislativa	2.203.750,00
03 – Essencial à Justiça	148.625,00
04 – Administração	4.957.073,41
06 – Segurança Pública	1.273.522,37
08 – Assistência Social	1.081.831,19
10 – Saúde	8.037.325,45
12 – Educação	18.860.317,64
13 – Cultura	135.625,00
15 – Urbanismo	5.578.146,11
16 – Habitação	81.875,00
17 – Saneamento	120.000,00
18 – Gestão Ambiental	41.000,00
20 – Agricultura	1.193.125,00
23 – Comércio e Serviços	2.170.899,53
26 – Transporte	3.533.437,50
27 – Desporto e Lazer	434.656,72
28 – Encargos Especiais	1.627.187,50

99 – Reserva de Contingência	519.983,81
Total:	51.998.381,23

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO:

31 – Ação Legislativa	2.203.750,00
91 – Defesa da Ordem Jurídica	193.212,50
122 – Administração Geral	4.331.515,66
123 – Administração Financeira	1.152.407,75
181 – Policiamento	1.130.959,87
182 – Defesa Civil	142.562,50
241 – Assistência ao Idoso	60.500,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	90.750,00
244 – Assistência Comunitária	930.581,19
125 – Normatização e Fiscalização	12.000,00
301 – Atenção Básica	7.315.225,45
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	270.100,00
304 – Vigilância Sanitária	40.000,00
306 – Alimentação e Nutrição	119.977,50
361 – Ensino Fundamental	9.637.454,26
392 – Difusão Cultural	110.000,00
364 – Ensino Superior	102.500,00
365 – Educação Infantil	9.026.010,88
452 – Serviços Urbanos	5.578.146,11
482 – Habitação Urbana	81.875,00
512 – Saneamento Básico Urbano	120.000,00
542 – Gestão Ambiental	41.000,00
606 – Extensão Rural	1.193.125,00
691 – Promoção Comercial	1.000.000,00
695 – Turismo	1.170.899,53
782 – Transporte Rodoviário	3.533.437,50
812 – Desporto Comunitário	434.656,72
843 – Serviço da Dívida Interna	768.750,00
845 – Outras Transferências	687.000,00
999 – Reserva de Contingência	519.983,81
Total:	51.998.381,23

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

0 – OPERAÇÕES ESPECIAIS	2.037.187,00
1 – PROCESSO LEGISLATIVO	2.203.750,00
10 – URBANISMO	5.263.572,36
11 – INFRA ESTRUTURA	3.533.437,50
12 – DEMUTRAN	434.573,75
13 – AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.234.125,00
14 – UNIVERSIDADE PARA TODOS	102.500,00
15 – SEGURANÇA PÚBLICA	1.130.959,87
16 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	81.875,00
19 – DEFESA DO CONSUMIDOR	44.587,50
2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXECUTIVA	1.034.312,53
20 – FEXPONACE	1.971.274,53
21 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇOS	199.625,00
22 – Reserva de Contingência	519.983,81
3 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.606.953,13
4 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.152.407,75

5 – EDUCAÇÃO E CULTURA	18.893.442,64
6 – ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	434.656,72
7 – SAÚDE COM QUALIDADE E RESPEITO ÀS PESSOAS	8.037.325,45
9 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA	1.081.831,19
Total:	51.998.381,23

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

DESPESA	51.998.381,23
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	43.857.340,32
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	7.621.057,10
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	519.983,91
Total:	51.998.381,23

Art. 2. Fica alterado o inciso I do parágrafo 1º e incisos I e II do parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA 2015 - Lei Orçamentária Anual, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

4.RECEITAS	47.167.864,35
4.1.RECEITAS CORRENTE	42.514.446,34
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	4.653.418,01
Total:	47.167.864,35

§ 2º. A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

03 - Essencial à Justiça	148.625,00
04 – Administração	4.957.073,41
06 - Segurança Pública	1.273.522,37
08 - Assistência Social	1.081.831,19
12 – Educação	18.860.317,64
13 – Cultura	135.625,00
15 – Urbanismo	5.578.146,11
16 – Habitação	81.875,00
17 – Saneamento	120.000,00
18 - Gestão Ambiental	41.000,00
20 – Agricultura	1.193.125,00
23 - Comércio e Serviços	199.625,00
26 – Transporte	3.533.437,50
28 - Encargos Especiais	1.627.187,50
99 - Reserva de Contingência	519.983,81
Total:	39.351.374,53

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

DESPESA	39.351.374,53
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	32.421.484,75
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	6.409.905,97
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	519.983,81
Total:	39.351.374,53

Art. 3º. Fica alterado os incisos I e II do parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária Anual, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. (...)

§ 3º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

10 – Saúde	8.037.325,45
Total:	8.037.325,45

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

DESPESA	8.037.325,45
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	7.002.289,27
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	1.035.036,18
Total:	8.037.325,45

Art.4º. Fica alterado o anexo I do art.11 da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor o ANEXO I da presente Lei, o qual passará a fazer parte integrante.

Art.5. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Revogam-se o inciso as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 391, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 391, de 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.607, de 29 de abril de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/1964.

Art.4. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Revogam-se o inciso as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 392, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 392, de 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.608, de 29 de abril de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/1964.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 393 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 393, de 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.609, de 29 de abril de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos

adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/1964.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 394, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 394, de 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.610, de 29 de abril de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 629.100,00 (seiscentos e vinte e nove mil e cem reais), nas dotações orçamentárias

Art. 2º. Fica alterada as planilhas da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação") ficará por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 395, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 395, de 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.611, de 29 de abril de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder remanejamento no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar remanejamento no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) do Departamento de Cultura, nas seguintes dotações orçamentárias:

Art. 2º. Fica alterada a estrutura orçamentária que passará a vigorar conforme segue tabela abaixo:

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

Joaçaba**PREFEITURA****DECRETO Nº 4.760 DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4.760 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

CRIA COMISSÃO PERMANENTE PARA VISTORIA E LIBERAÇÃO DE NOVOS LOTEAMENTOS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão para vistoria e liberação de novos loteamentos no Município de Joaçaba, que será constituída pelos seguintes membros:

KENIA XAVIER
JAISON STRAPASSOLA
JESSICA DIAS DE MARAL RINALDI
RICARDO MASIGNANI
SANDRA ASCARI
GRACIELA GLASENAPP
IVO LAMB

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba (SC), 29 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 241/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 241/2015/PMJ

PL 45/2015/PMJ - DL 5/2015/PMJ

LOCADOR: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

LOCATÁRIO: AIDE MARIA FABRIN DE CARLI

OBJETO: a locação do imóvel compreendendo o apartamento nº 402, 4º andar, incluindo 01 (uma) vaga de garagem, no Edifício Ilha Bela, localizado na Rua Roberto Trompowsky, nº 390, centro, Joaçaba, SC, de propriedade da LOCADORA, destinado à instalação da residência do instrutor do Tiro de Guerra 05-008.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor total desta contratação é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) pelo período inicial de 12 meses, considerando o valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: 12 meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.044 - MANUTENÇÃO DA 2.032 - MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR E DO TIRO DE GUERRA

37 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas

239 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PL 33/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015/PMJ

O Secretario de Infraestrutura de Joaçaba, Venilton Rogerio Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 33/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 23/2015/PMJ.

Objeto: a aquisição de fossas sépticas destinadas à complementação das obras de construção de 74 (setenta e quatro) unidades habitacionais no Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

Ghiggi Materiais de Construção Ltda- EPP

VALOR R\$ 54.020,00

Fiscal: Antenor Fernandes

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogerio Teles - Sec. De Infraestrutura

HOMOLOGAÇÃO PL 34/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015/PMJ

O Secretario de Infraestrutura de Joaçaba, Venilton Rogerio Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 34/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 24/2015/PMJ.

Objeto: a aquisição de esquadrias metálicas (janelas de ferro) destinadas à complementação das obras de construção de 74 (setenta e quatro) unidades habitacionais no Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

Ghiggi Materiais de Construção Ltda- EPP

VALOR R\$ 33.411,00

Fiscal: Antenor Fernandes

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 30 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogerio Teles - Sec. De Infraestrutura

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2015-PMJ, DE 22 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2015-PMJ, DE 22 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2014 QUE TRATA DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E AS CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC".

Art. 1º. Ficam alterados o art. 1º, caput e art. 5º, § 1º, ambos da Instrução Normativa 08/2014-PMJ, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam normatizadas no âmbito da Administração Pública Direta as atribuições dos Secretários Municipais, Coordenadores, Procurador Geral do Município e Diretor de Esportes, em atendimento às atribuições conferidas pelo artigo 29 da Lei Complementar 173/2009 e alterações, atendidas as diretrizes do art. 60, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Joaçaba e observada a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo as seguintes: (...)

(...)

Art. 5º. (...)

§ 1º Os Termos de Aditamento, Prorrogação e Rescisão Contratual serão firmados pela mesma autoridade subscritora do instrumento original, sendo que quaisquer termos referentes a contratos firmados antes da publicação da IN 08/2014-PMJ, se houver, serão firmados pelo respectivo Secretário da pasta afim. (...)

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 22 de abril de 2015.

ROBERTO MINATI RAFAEL LASKE

Coordenador do Controle Interno Prefeito

PAUTA DA SESSÃO Nº 074/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 074/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.565 de de maio de 2014, alterado pelo Decreto nº 4.629 de 05 de setembro de 2014 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 11 de maio de 2015, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 90 de 06 de abril de 2015;
2. Leitura do Acórdão nº 076/2015 relativo ao Processo nº 136.852/2015 em nome de DANIEL ASSIS CARDOSO DE CASTRO, pelo Conselheiro RICARDO ALTEMBURGER;
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 28 de abril de 2015.

Graciela Glasenapp

Secretária do CMC

RETOMADA DE OBRA Nº 01/2015

ORDEM DE RETOMADA DE OBRA Nº 01/2015

Determino a empresa JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA a retomada dos serviços relativos à pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. da TRAVESSA SEBASTIÃO POLETO, bairro Nossa Senhora de Lourdes, oriundo do Processo de Licitação nº 44/2014- PMJ - Edital TP nº 3/2014/PMJ Item 3, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 24/11/2014.

A retomada dos trabalhos aconteceu a contar de 28/04/2015.

Joaçaba, SC, 28 de abril de 2015

MUNICIPIO DE JOAÇABA JND CONSTRUÇÕES E

Venilton Rogerio Teles

TECNOLOGIA LTDA

Secretario de Infraestrutura

Fabiano Tarcisio Bello

BALANCETE FINANCEIRO 03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	29.140,49	ORÇAMENTÁRIAS	272.442,19
RECEITA PATRIMONIAL	3.835,96	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	248.622,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.304,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	175.384,90
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.237,76
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.819,53
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.719,57
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.099,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	230.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	230.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	316.332,90	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	319.689,54
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	42.575,73	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.091,35
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	273.757,17	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	273.931,51
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	6.666,68
SALDOS ANTERIORES	664.144,90	SALDOS ATUAIS	647.486,56
BANCO C/ MOVIMENTO	416.410,77	BANCO C/ MOVIMENTO	409.854,92
BANCOS C/ VINCULADAS	247.734,13	BANCOS C/ VINCULADAS	237.631,64
TOTAL	1.239.618,29	TOTAL	1.239.618,29

JOACABA, 27/04/2015

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

MARIO WOLFART
Ordenador de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Março
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	679.710,44	ORÇAMENTÁRIAS	1.383.662,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	44.215,98	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.308.922,29
RECEITA PATRIMONIAL	27.235,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	735.462,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	607.248,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	566.036,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.011,00	INVESTIMENTOS	7.422,84
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	74.740,04
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.665,70
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.074,34
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	824.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	824.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.564.921,17	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.715.799,52
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	176.107,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	152.131,37
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.388.813,67	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.408.204,30
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	155.463,85
SALDOS ANTERIORES	4.337.199,99	SALDOS ATUAIS	4.306.369,75
BANCO C/ MOVIMENTO	240.076,31	BANCO C/ MOVIMENTO	264.596,25
BANCOS C/ VINCULADAS	4.097.123,68	BANCOS C/ VINCULADAS	4.041.773,50
TOTAL	7.405.831,60	TOTAL	7.405.831,60

JOACABA, 27/04/2015

ADEMIR LUIZ RIGHI
 Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE AP CERON VIER
 Contadora CRC/SC021520/0-0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Março
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	6.020,17		
RECEITA PATRIMONIAL	520,17		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.500,00		
SALDOS ANTERIORES	76.350,14	SALDOS ATUAIS	82.370,31
BANCO C/ MOVIMENTO	76.350,14	BANCO C/ MOVIMENTO	82.370,31
TOTAL	82.370,31	TOTAL	82.370,31

JOACABA, 27/04/2015

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA

ADONES MARCIANO
Contador CRCSC 028953/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	53.479,09	ORÇAMENTÁRIAS	23.465,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	44.403,23	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.429,50
RECEITA PATRIMONIAL	5.373,56	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.869,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.702,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.789,78
		INVESTIMENTOS	770,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	36,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	69.570,55		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	69.570,55		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	24.679,90	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	234.119,90
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	24.679,90	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	24.679,90
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	209.440,00
SALDOS ANTERIORES	608.182,85	SALDOS ATUAIS	498.326,59
BANCO C/ MOVIMENTO	581.444,10	BANCO C/ MOVIMENTO	496.251,83
BANCOS C/ VINCULADAS	26.738,75	BANCOS C/ VINCULADAS	2.074,76
TOTAL	755.912,39	TOTAL	755.912,39

JOACABA, 27/04/2015

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 ADONES MARCIANO
 Contador CRC.028953/0-4

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária de Gestão Financeira

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	5.175.323,52	ORÇAMENTÁRIAS	4.479.902,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.358.417,83	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.053.301,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.046,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.100.895,19
RECEITA PATRIMONIAL	79.240,68	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	97.259,52
RECEITA DE SERVIÇOS	17.679,90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.679.902,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.372.418,74	INVESTIMENTOS	2.907,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	184.939,12	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	172.337,28
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.219,09	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	426.600,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.361,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	293.737,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	132.862,83
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.405.236,55
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.405.236,55
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.014.847,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.959.485,88
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	531.160,89	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	489.796,21
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	4.483.686,95	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	4.446.641,06
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	23.048,61
SALDOS ANTERIORES	8.017.314,70	SALDOS ATUAIS	7.362.861,44
BANCO C/ MOVIMENTO	3.732.733,86	BANCO C/ MOVIMENTO	3.667.745,47
BANCOS C/ VINCULADAS	3.983.316,27	BANCOS C/ VINCULADAS	3.385.097,01
POUPANÇA	301.264,57	POUPANÇA	310.018,96
TOTAL	18.207.486,06	TOTAL	18.207.486,06

JOACABA, 30/04/2015

 CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO DE JOACABA

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
 SECRETARIA DE FINANÇAS

 FERNANDA BRAGA
 Contadora CRC SC 038262/0-9

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DL 5/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 31/2015 - DL Processo Administrativo: 46/2015 Processo de Licitação: 45/2015 Data do Processo: 16/04/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2015
b) Licitação Nr.: 31/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 30/04/2015
e) Data da Adjudicação: 30/04/2015 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: Locação de imóvel de propriedade de AIDE MARIA FABRIN DE CARLI, compreendendo o apartamento nº 402, 4º andar, incluindo 01 (uma) vaga de garagem, no Edifício Ilha Bela, localizado na Rua Roberto Trompowski, nº 390, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da residência do instrutor do Tiro de Guerra 05-008.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtdade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	--------	------------	----------------	---------------

AYDE MARIA FABRIN CARLI (11489)

1	Locação do imóvel compreendendo o apartamento nº 402, 4º andar, incluindo 01 (uma) vaga de garagem, no Edifício Ilha Bela, localizado na Rua Roberto Trompowski, nº 390, centro, Joaçaba, SC, de propriedade da LOCADORA, destinado à instalação da residência do instrutor do Tiro de Guerra 05-008.	VM	12	-	1.000,00	12.000,00
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----	---	----------	-----------

Total do Fornecedor: 12.000,00

Total Geral: 12.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (239)

Joaçaba, 30 de Abril de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - JOAÇABA**PORTARIA JHL 094/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 094/2015 DE 30/04/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helison Carvalho Ferreira, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1, Ref.A, sob nº da CNH 06167226979, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY-8031 no período de 01 de maio de 2015 à 31 de maio de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de abril de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 095/2015

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 095/2015 DE 30.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Destituir o servidor Romalcir Schuck, Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref. J-10, da função de Condutor da motocicleta Placa MAY - 8031 conforme Portaria JHL 90/2014 de 30.05.2014.

Esta Portaria entra em vigor à partir de 01 de Maio de 2015.

Joaçaba-SC, 30 de Abril de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 096/2015

PORTARIA n.º JHL 096/2015, de 04/05/2015.
Institui Comissão para Concurso Público.

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1)- Designar os Srs. Paulo César Lamin, Aluir Flemming, João Carlos Ungericht e Giane Maria Marquezze Lecher, ambos servidores do SIMAE, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial do Concurso Público responsável por auxiliar a Empresa GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM em questões relacionados ao Concurso Público no que diz respeito às competências do SIMAE e o estabelecido no Edital SIMAE/JHL/002/2015.

Joaçaba, 04 de maio de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PREGÃO 0015/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0022/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2015
PROTOCOLO JHL 01207/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0015/2015 - Licitação 0022/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de bobinas térmicas pré-impresas (fatura mensal de serviços e água e esgoto), para impressora térmica direta portátil modelo Zebra RW-420 a ser utilizado pelo SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 14/05/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/05/2015 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 04/05/2015 a 14/05/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 30 de Abril de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO 18/2015 SEGURO**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 18/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 20/05/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro para os veículos da frota do Município de José Boiteux, cujas especificações detalhadas encontram-se na relação dos lotes da licitação, que fazem parte integrante deste Edital. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 30 de Abril de 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****PE 11-2015 SMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 11/2015 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais de Enfermagem para unidades de Saúde e pronto atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 14/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 9.653.189,16

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 28-2015 SMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 28/2015 SMS

Objeto: Aquisição de materiais de Expediente

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 26/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 395.502,60

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 3028/15

Aviso de dispensa da licitação

A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Laguna torna público que será adquirido da Empresa Malvo Comércio Atacadista Ltda. EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.327.107/0001-62, por meio de dispensa de licitação, a teor do art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93, os itens "carne bovina em cubos e carne bovina moída", na quantidade de 400 kg cada, ao preço de R\$ 17,90 (dezesete reais e noventa centavos) por quilo. O processo administrativo que tratou da referida dispensa tem o número de 3028/15 e possui o devido e necessário parecer jurídico. Laguna, 30 de abril de 2015. Paula Guedes Fretta.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 3028/15

Aviso de dispensa da licitação

A Presidente da Comissão de Licitação do Município de Laguna torna público que será adquirido da Empresa Super Líder Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.605.075/0001-45, por meio de dispensa de licitação, a teor do art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93, o item "carne de frango - coxa e sobrecoxa", na quantidade de 400 kg, ao preço de R\$ 6,83 (seis reais e oitenta e três centavos) por quilo. O processo administrativo que tratou da referida dispensa tem o número de 3028/15 e possui o devido e necessário parecer jurídico. Laguna, 30 de abril de 2015. Paula Guedes Fretta.

LEI Nº 1.802/15

LEI Nº 1.802 DE 29 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A FINALIDADE, A COMPETÊNCIA, A COMPOSIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DOS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde, identificado pela sigla CMS -Laguna, criado pela Lei 206, de 22 de novembro de 1991, passa a ser regulado pela presente Lei.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde do Município de Laguna/SC, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado do Sistema Único de Saúde, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde de Laguna, composto por representantes de entidade, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativa de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativa de prestadores de serviço de saúde, atua na formulação e proposição de estratégias, no acompanhamento, avaliação, controle e fiscalização do cumprimento da Constituição Federal, das leis e das normas relativas ao setor da saúde, inclusive os dispositivos e atos dos conselhos de saúde aplicáveis ao Município de Laguna, e no controle da execução da política de saúde do município, inclusive nos aspectos

econômicos e financeiros, e cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Saúde:

I - promover e coordenar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, a cada (04) quatro anos, ou em caráter extraordinário, quando necessário, Conferência Municipal de Saúde, bem como, das demais conferências da área da saúde;

II - promover e coordenar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde anualmente o Fórum dos Conselhos Locais de Saúde do município de Laguna.

III - promover a criação e acompanhar o funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde, de caráter consultivo, decorrentes do processo de descentralização no âmbito do município de Lagunas.

IV - representar através de seus membros em eventos locais, estaduais, nacionais ou internacionais a efetiva participação da comunidade através da sociedade organizada na proposição e controle social da saúde do município, no âmbito de suas competências, por indicação da mesa diretora ou pelo plenário do conselho;

IV - participar na formulação e proposição, analisar, aprovar e fiscalizar o cumprimento e a execução:

a) do plano municipal de saúde;

b) das peças orçamentárias municipais que tenham repercussão na área da saúde;

c) dos planos operacionais e os instrumentos de gestão de saúde do município;

d) dos planos patrimoniais pertinentes à área da saúde;

V - Propor critérios, acompanhar, analisar, aprovar e fiscalizar:

a) os balancetes financeiros e contábeis e as prestações de contas relativas aos recursos do Fundo Municipal de Saúde;

b) a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;

c) a prestação complementar de serviços de saúde por instituições privadas;

d) quaisquer propostas de acordos celebrados pelo município, relativos à área da saúde;

VI - elaborar:

a) seu regimento interno, a ser homologado por ato do executivo municipal;

b) anualmente seu plano executivo e seu relatório de atividades e sua proposta orçamentária compatível com as ações, atividades e atribuições de sua competência;

Parágrafo único. Compete aos conselheiros municipais de saúde, individual ou coletivamente e no âmbito de suas competências, promover em estabelecimentos, serviços, atividades, ou eventos locais, estaduais, nacionais ou internacionais, públicos ou privados, a efetiva participação da comunidade através da sociedade organizada na formulação e proposição e controle social da saúde do município de Lagunas, em conformidade com a Constituição Federal, as leis e as normas relativas à área da saúde, bem como consoante aos atos dos conselhos de saúde aplicáveis ao município de Laguna;

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 20(vinte) entidades-membro, cada uma indicando os seus respectivos representantes titular e suplente, compreendendo 50% (cinquenta por cento) do segmento de usuários paritariamente com os demais segmentos, 25% (vinte e cinco por cento) de profissionais de saúde e 25% (vinte e cinco por cento) do governo e de prestadores de serviços de saúde.

§ 1º Das vagas antes mencionadas, 10 (dez) vagas serão

ocupadas por entidades pertencentes ao segmento dos usuários do Sistema Único de Saúde, e de acordo com a classificação do Conselho Nacional de Saúde, não pertencentes ao segmento dos profissionais de saúde e não pertencente ao segmento do governo e prestadores de serviços de saúde complementares ao Sistema Único de Saúde, a saber: associações de portadores de patologias; associações de portadores de deficiências; movimentos sociais e populares organizados; entidades de aposentados e pensionistas; entidades de trabalhadores: associações, sindicatos e conselhos das categorias profissionais; entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais; entidades de defesa do consumidor; organizações de moradores; entidades ambientalistas, de proteção aos animais e organizações religiosas.

§ 2º Ainda das vagas antes mencionadas, 05 (cinco) vagas serão ocupadas exclusivamente por entidades pertencentes ao segmento dos profissionais de saúde e serão distribuídas entre associações inclusive técnico-científicas, sindicatos e conselhos fiscalizadores da categoria de profissões regulamentadas da área da saúde, de acordo com a classificação do Conselho Nacional de Saúde, pela sua resolução nº 287/98.

§ 3º Finalmente, das vagas antes mencionadas, 05(cinco) vagas serão ocupadas exclusivamente por entidades pertencentes ao segmento de governo e prestadores de serviços de saúde para o Sistema Único de Saúde na esfera do município de Laguna, durante o período de convênio ou contrato e por entidades ou instituições da área da saúde, públicas ou privadas, com sede e atuação no município de Laguna, de pesquisa, de desenvolvimento ou formadoras de profissionais para a área de saúde, podendo estar representadas pelas respectivas entidades patronais representativas.

§ 4º No mínimo 50 % (cinquenta por cento) das vagas do segmento de governo e prestadores de serviços de saúde no Conselho de Saúde serão destinadas à Secretaria Municipal de Saúde de Laguna, incluindo a vaga do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 5º A escolha das entidades-membro do Conselho Municipal de Saúde se dará em pleito público e direto, em assembléia, especificamente convocado para esse fim, a realizar-se no mês de Março.

Parágrafo único. Os Conselhos Locais de Saúde, realizarão eleições regulares prévias às do CMS-Laguna, para as respectivas composições paritárias de até 8 (oito) membros, e observarão conformidade às normas eleitorais e à forma de composição dos segmentos do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º As entidades-membro dos conselhos de saúde deverão ter domicílio no Município de Laguna, e com exceção do governo, as demais deverão estar legalmente constituídas com sede e atuação no município há mais de 02 (dois) anos.

Art. 7º Cada entidade-membro dos conselhos de saúde se fará representar por um conselheiro titular e um suplente, a serem nomeados por ato do prefeito municipal para mandato de 3 (três) anos, a iniciar-se na sessão plenária ordinária do mês de abril.

Parágrafo único. As entidades-membro poderão, a qualquer momento, substituir seus representantes.

Art. 8º A entidade-membro, exceto o governo municipal que substituirá seus representantes, titular e suplente, perderá sua vaga no respectivo conselho de saúde, quando comunicada da falta injustificada de seu representante por 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) reuniões ordinárias intercaladas, anualmente, e não encaminhar substituto no prazo de 30 dias.

§ 1º Para efeito de justificativa às faltas, são válidos os atestados médicos, atestados odontológicos e os comprovantes oficiais de participação em cursos do calendário escolar oficial, cursos de formação, de capacitação e de treinamento profissionais, além de outras justificativas aceitas pelo plenário do Conselho.

§ 2º As programações e calendários das reuniões ordinárias e demais eventos dos Conselhos Locais de Saúde deverão ser previamente informados ao CMS-Laguna para registro e análise.

Art. 9º A entidade-membro que perder o mandato no conselho de saúde será substituída pela próxima, segundo a ordem decrescente do número de votos obtidos na eleição da gestão vigente, dentre as pertencentes ao mesmo segmento.

§ 1º Os representantes de entidades-membro nos conselhos de saúde não serão remunerados, pois sua função se traduz em relevante interesse público.

§ 2º Os conselheiros representantes das entidades-membro no Conselho Municipal de Saúde serão custeados integralmente de suas despesas autorizadas pela plenária do Conselho Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme legislação municipal em vigor.

§ 3º Os conselheiros representantes das entidades-membro no Conselho Local de Saúde serão custeados integralmente de suas despesas autorizadas pela plenária do Conselho Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme legislação municipal em vigor.

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 10 O conselho de saúde se reunirá em sessões plenárias ordinárias, uma vez por mês, ou extraordinárias, quando convocadas pelo presidente, pelo secretário municipal de saúde, ou requeridas por dois terços dos representantes das entidades-membro.

Parágrafo único. As entidades-membro e seus representantes deverão ser convocadas para as sessões ordinárias e extraordinárias, com antecedência mínima de 72 horas, por quaisquer meios usuais de comunicação que permitam comprovação de recebimento, através de termo que especifique a pauta e os motivos para a convocação.

Art. 11 As sessões plenárias se instalarão, em primeira chamada, com 2/3 (dois terços) de representantes das entidades-membro ou, em segunda chamada, trinta minutos após, com a presença de qualquer número de seus membros.

Art. 12 As sessões serão objeto de ata, onde serão consignados todos os atos e deliberações.

Art. 13 O Conselho Municipal de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/1990, instalará comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, e grupos de trabalho para ações transitórias, podendo os referidos grupos contar com integrantes não conselheiros.

§ 1º Os Conselhos Locais de Saúde exercem suas atribuições mediante o funcionamento do plenário, e poderão instalar comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, bem como grupos de trabalho para ações transitórias, podendo os aludidos grupos contar com integrantes não conselheiros.

§ 2º As decisões resultarão de votações abertas, e serão decididas

pela maioria simples dos votos das entidades-membros presentes, cabendo a cada uma um voto.

§ 3º Os empates serão decididos pelo voto minerva do presidente.

§ 4º A plenária do conselho municipal de saúde delibera através de resoluções, recomendações e outros atos.

§ 5º As deliberações do Conselho Municipal de Saúde consubstanciadas em resolução, serão homologadas pelo chefe do poder executivo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se-lhes publicidade oficial.

§ 6º Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução, nem enviada pelo gestor ao Conselho Municipal de Saúde justificativa com proposta de alteração ou de rejeição ou de prorrogação de prazo até 30 (trinta) dias, a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho Municipal de Saúde podem buscar a validação das resoluções.

Art. 14 As sessões dos conselhos de saúde serão públicas.

§ 1º A critério do plenário, pessoas ou entidades não-membros poderão ter voz durante as sessões plenárias, ou ser convidadas a participar das discussões sobre matérias específicas.

§ 2º A função de conselheiro de saúde é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho, em entidades e instituições públicas ou privadas, no município de Laguna, sem prejuízo para o conselheiro, durante a participação presencial em reuniões e demais atividades específicas constantes dos programas e calendários oficiais do respectivo conselho de saúde e serão comprovadas através de declaração específica de participação presencial, validada da mesma forma, também para as demais pessoas oficialmente participantes.

CAPÍTULO V DA MESA DIRETORA

Art. 15 A mesa diretora dos conselhos de saúde será composta paritariamente por um presidente, um vice-presidente, um 1º secretário e um 2º secretário, eleitos pelos representantes titulares das entidades-membro, na forma prevista em seu regimento interno.

Parágrafo único. O regimento interno especificará as atribuições de cada um dos componentes da mesa diretora.

Art. 16 O Conselho Municipal de Saúde terá uma secretaria executiva composta minimamente por:

- I - 01 (um) Secretário (a);
- II - 01 (um) Estagiário (a).

Parágrafo único. O Secretário (a) do Conselho Municipal de Saúde será nomeado pelo chefe do Poder Executivo e referendado pela plenária do Conselho de Saúde e o (a) Secretário (a) terá suas atribuições, bem como suas competências e habilidades funcionais definidas no regimento interno do CMS-Laguna.

CAPÍTULO VI DO REGIMENTO INTERNO

Art. 17 O regimento interno disporá sobre a administração e o funcionamento do respectivo Conselho de Saúde.

Parágrafo único. A aprovação ou a modificação do regimento interno se dará em sessão plenária cuja pauta especificamente o preveja, com os votos de pelo menos dois terços das entidades-membro.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 18 O Conselho Municipal de Saúde contará com dotação orçamentária específica no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, e a execução financeira, por deliberação da plenária, se fará através da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saúde, por deliberação da plenária, apresentará anualmente à Secretaria Municipal de Saúde proposta orçamentária referente ao exercício fiscal subsequente, obedecendo a legislação em vigor.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 A composição do Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde se ajustará ao que dispõe o artigo 3º (terceiro) desta lei, a partir de janeiro de 2015.

Art. 20 A nomeação dos Conselheiros para compor o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Locais de Saúde devem seguir as mesmas regras de vedação previstas no art. 1º da Lei Complementar nº 212, de 30 de novembro de 2010.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial, a Lei nº 206/91, a Lei nº 470/96, Lei 1063/04 e a Lei nº 1063/04.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

LEI Nº 1.858/2015

LEI Nº 1.858/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 01.746.893/0001-81, de 02/04/1997.

Art. 2º. - Em decorrência dos efeitos produzidos por esta Lei, a entidade aludida no artigo anterior gozará de todos os benefícios e prerrogativas previstas em Lei.

Art. 3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.859/2015

LEI Nº 1.859/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015

INSTITUI O TÍTULO "EMPRESA AMIGA DO JOVEM E DO ADOLESCENTE" NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER — SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituído o título Empresa Amiga do Jovem e do Adolescente, no âmbito do Município de Lauro Müller, destinado a pessoas jurídicas de qualquer área de atuação, que contribuam com programas sociais oriundos do poder público ou da iniciativa privada, oferecendo contratação profissional de jovens e adolescentes.

Parágrafo Único - Considerar-se-ão Empresa Amiga do Jovem e do Adolescentes as pessoas jurídicas, desde que não tenham a obrigação legal de contratação, que vierem a contratar jovens e adolescentes entre quatorze e vinte e quatro anos, de famílias de baixa renda, cadastradas em Programas Sociais do Governo Federal e/ou estudantes de escola pública e/ou de escola privada com bolsa integral, na condição de jovem aprendiz, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência.

Art. 2º - A empresa estará habilitada ao recebimento do título

através da emissão de relatório enviado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social comprovando a contratação de no mínimo, 1 (uma) vaga ocupada por aprendiz de acordo com o Artigo 428 da Lei Federal nº 10.097/2000 (CLT) e o Decreto Federal nº 5.598/2005.

Art. 3º - O título será concedido, após a análise da solicitação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tendo a validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovada a critério do Conselho.

Art. 4º - As empresas agraciadas com o título poderão promover a divulgação da homenagem oficial e utilizar a divulgação em suas peças publicitárias.

§ 1º - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Assistência Social, estabelecerá o modelo do Título de Empresa Amiga do Jovem e do Adolescente, por meio de concurso ou outra maneira de criação.

§ 2º - O Poder Executivo terá 60 dias para regulamentar a forma como se dará a entrega do título constante da presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 14 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 01/2015 QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

Retificação de edital 01/2015 que dispõe sobre o processo de escolha unificada para conselheiros tutelares no município de Lauro Muller.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante de deliberação do Conselho, realizado no dia 28 de abril de 2015, torna pública a retificação do Edital CMDCA nº 01/2015 de 14 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina 04 de maio de 2015, item 3.1.2, no item V acrescenta-se:

[...]

d) Carta referência de entidades ou pessoa física, comprovando experiência em geral na área com criança e adolescente.

[...]

Permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Suzamara Vieira

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAURO MÜLLER

Lebon Régis**PREFEITURA****DECRETO Nº 040/2015**

DECRETO Nº. 40/2015, de 29 abril de 2015.

Dispõe sobre a inclusão de mais dois membros representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Lebon Régis, para o período de 2 anos, e contém outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados mais dois membros representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do município de Lebon Régis - SC, para mandato de 2 anos compreendido entre o período de 11 de abril de 2015 a 11 de abril 2017, a saber:

Representante dos Pais dos alunos da Educação Básica Pública:
Titular - Jose Ademir Correa Subtil
Suplente - Maria da Luz Bueno

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 29 de abril de 2015
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****COMUNICADO REFERENTE A IMPUGNAÇÃO DO PP Nº 018/2015 - PMLL**
COMUNICADO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015
PROCESSO nº 026/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de tubos de concreto para serem utilizados em melhorias nas estradas municipais e no perímetro urbano do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 018/2015.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, designada pela Portaria nº 001, de 02 de janeiro de 2015, vem através deste, comunicar que na data de 29 de abril de 2015, recebeu da Empresa FRANCISCO CARLOS SEBOLD ME, a IMPUGNAÇÃO referente o item 6, subitem 6.1.2, letra B, VI e VII, do Edital de Pregão Presencial nº 018/2015. De acordo com art. 41, § 3º da Lei nº 8.666/93, a Comissão Permanente de Licitações irá fazer o julgamento da impugnação no dia 04/05/2015 às 14:00 horas, antes da abertura do certame.

Leoberto Leal/SC, 30 de abril de 2015.

JACQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN	ALINE KRAUS
Secretária	Membro
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES	KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA
Membro	Presidente

CONTRATO Nº 034/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 034/2015 - PMLL

Primeira Alteração ao Contrato nº 025/2015.

Por este instrumento particular de Alteração ao Contrato nº 025/2015 de Empreitada por Preço Unitário, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 014/2015, homologado em 18/03/2015:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Vidal Ramos, nº 579, Sala 05, Bairro Guanabara, Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.985.955/0001-52, neste ato representada pelo Senhor LINO ANTÔNIO DA SILVA NETO, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a Recomendação da Caixa Econômica Federal, a Contratante e a Contratada, Resolvem, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 014/2015, celebrar a Primeira Alteração ao Contrato nº 025/2015, mediante sujeição mutua

às normas constantes deste, a Tomada de Preços nº 001/2015, altera a redação da Cláusula Terceira:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - A obra, objeto do presente Contrato será realizada sob o regime de Empreitada por Menor Preço Unitário, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”:

A obra, objeto do presente Contrato será realizada sob o regime de Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

Assim acordadas e ajustadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 30 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA LINO ANTÔNIO DA SILVA NETO Contratada
-------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------

TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO N.º 002/2015

TERMO DE ADESÃO Nº 002/2015

Termo de Adesão, com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, centro, Leoberto Leal/SC, CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, neste ato representada pela digníssima Srª Prefeita Municipal Tatiane Dutra Alves da Cunha, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e outro lado Sr. Oni Scheidt, residente e domiciliado na Localidade de Alto Vargedo, s/n, Leoberto Leal/SC, portador do CPF nº 342.347.219-72, RG nº 706158-7, doravante denominado VOLUNTÁRIO, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O serviço prestado à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98 e com a Lei Municipal nº 945, de 10 de janeiro de 2013, com finalidades de Assistência na organização de competições esportivas com a 3ª idade e trabalhos sócio-assistenciais.

Cláusula Segunda: O serviço voluntário será prestado junto à Secretaria de Saúde e Assistência Social, visando sempre o crescimento, desenvolvimento e a melhoria do Município.

DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo Único: O serviço voluntário não tem sua atividade remunerada e não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdência ou afim.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de 01 ano, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a juízo das partes.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Quarta: Deverá o prestador VOLUNTÁRIO zelar pela conservação do patrimônio da instituição, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso pessoal ou recursos materiais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal em serviço ou atividades particulares.

Cláusula Quinta: O VOLUNTÁRIO responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues nas mesmas condições que os recebeu.

Cláusula Sexta: O VOLUNTÁRIO estará sujeito ao cumprimento de ordens superiores devendo obediência hierárquica. Deverá observar as normas legais e regulamentares que regem as atividades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

DO DESLIGAMENTO

Cláusula Sétima: Este Termo de Adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

FORO

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão.

E, por assim se acharem justas, as partes assinam este Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 1º de abril de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA ONI SCHEIDT
Prefeita Municipal Voluntário

TESTEMUNHAS
KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA MARCIO LOPES
CPF 948.384.109-72 CPF 715.711.679-00

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO FMS Nº 025.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 025/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 033/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na BR 480, nº 795, na cidade de Barão do Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu procurador Sr. EDIVAR SZYMANSKI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5051132966 e inscrito no CPF/MF sob o nº 670.481.290-34, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, nº 99, apto.33, Município de Barão do Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 033/2015, Pregão Presencial nº 019/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
5	Nitrofurantoina comp 100 mg	CP	5.000,00	0,147	735,00
8	Sertralina 500 mg	CP	20.000,00	0,138	2.760,00
12	Atenolol comp 50mg genérico	CP	120.000,00	0,032	3.840,00

O FORNECEDOR 1 - CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 7.335,00 (sete mil trezentos e trinta e cinco mil reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos

em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador

deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser comunicado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de

cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas

abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de abril de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	EDIVAR SZYMANSKI CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA FORNECEDOR 1
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 026.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 026/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 033/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vasco da Gama, 33, na cidade de Barão do Cotegipe/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada por seu procurador ALEXANDRE LUIS GUARNIERI, brasileiro, solteiro, maior, portador da cédula de identidade nº 7087942533-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.895.840-77, residente na Linha Duas - Seção Cravo, Município de Barão do Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 033/2015, Pregão Presencial nº 019/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	Metildopa comp 250 mg	CP	35.000,00	0,20	7.000,00

O FORNECEDOR 2 - DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços

registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor

devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha

comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de abril de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	ALEXANDRE LUIS GUARNIERI DIMASTER – COM. DE PROD. HOSPI. LTDA FORNECEDOR 2
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 027.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 027/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 033/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Argentina, nº 645, Jardim Primavera, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85.502-040, inscrita no CNPJ sob o nº 76.386.283/0001-13, neste ato representada por seu procurador FRANCEIL TIAGO IZYCKY, brasileiro, solteiro, maior, portador da cédula de identidade nº 6088774631 e inscrito no CPF/MF sob o nº 011.101.310-55, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 033/2015, Pregão Presencial nº 019/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Betaistina - dicloridrato - comprimidos 16 mg	CP	10.000,00	0,21	2.100,00
4	Ceftriaxona sodica intramuscular com anestésico frasco 500mg	AMP	500,00	5,35	2.675,00
9	Diclofenaco gel	TB	500,00	2,35	1.175,00

O FORNECEDOR 3 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 5.950,00,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda

atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará

a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo

máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro

classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de abril de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	FRANCEIL TIAGO IZYCKY DIMEVA DISTRIB. E IMPORTADO- RA LTDA EPP FORNECEDOR 3
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 028.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 028/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 033/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Samuel Kruschim, nº 200, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria /RS CEP 97020-670, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, neste ato representado por MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS, brasileiro, casado, maior, empresário portador da cédula de identidade nº 8022867959-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 374.624.900-72, residente Rua Samuel Kruschim, nº 200, apto 201, Vila Noal, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria/RS, doravante, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 033/2015, Pregão Presencial nº 019/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive

das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	Ceftriaxona sodica intramuscular com anestésico frasco 1g	AMP	500,00	7,60	3.800,00
7	Guaco - mikania glomerata - frasco 100 ml xarope	FR	7.000,00	1,77	12.390,00
11	Nimesulida	FR	600,00	0,739	443,40

O FORNECEDOR 4 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 16.633,40 (dezesesseis mil seiscentos e trinta e três reais e quarenta centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6.Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7 O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8.Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10.Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11.O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;
1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de abril de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS FORNECEDOR 4
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO FMS Nº 029.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 029/2015
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 033/2015
PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2015
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Regente Diogo A. Feijó, 451-D, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada por seu procurador FÁBIO FILIPETTO, brasileiro, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 8051133398

- SSP/PC-RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 687.509.270-000, residente e domiciliado a Rua Ângelo Caleffi, nº 186, Bairro Centro, na cidade de Barão do Cotegipe/RS, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 033/2015, Pregão Presencial nº 019/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	Castanha da índia - aesculus hippocastanum - comprimidos 100 mg	CP	15.000,00	0,144	2.160,00

O FORNECEDOR 5 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na

entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do

ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços

ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60

(sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93; 9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de abril de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	FÁBIO FILIPETTO S & R DISTRIBUIDORA LTDA FORNECEDOR 5
TESTEMUNHAS: 1.	2.

CONTRATO PML Nº 075.15

CONTRATO PML 075/15

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 034/2015/PML

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015/PML

TIPO: MENOR PREÇO MENSAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO, ABRANGENDO AS FUNÇÕES DE CADASTRAMENTO E GERENCIAMENTO DOS CUSTOS, SEJAM ELES COM ABASTECIMENTO, COM MANUTENÇÃO (PEÇAS E SERVIÇOS) E COM OBRIGAÇÕES LEGAIS; QUE CONTEMPLA TODAS AS DESPESAS EFETUADAS POR MEIO DE CONTRATOS, COMPRAS DIRETAS, PRONTO PAGAMENTO, SUPRIDAS POR ALMOXARIFADOS OU CUSTEADAS POR CONVÊNIOS COM ENTIDADES MANTENEDORAS EXTERNAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OU POR TERCEIROS NA FORMA DE DOAÇÃO E AMBIENTE OPERACIONAL, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS, CONSTANTES DO ANEXO I E NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.908.992/0001-85, com endereço a Rua dos Andradas, nº 1121 - sala 502, Centro Porto Alegre/RS CEP 900.20-015, representada por seu sócio administrador DANIEL DE OLIVEIRA PINTO, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 1004445746 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 295.161.450-00, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO, ABRANGENDO AS FUNÇÕES DE CADASTRAMENTO E GERENCIAMENTO DOS CUSTOS, SEJAM ELES COM ABASTECIMENTO, COM MANUTENÇÃO (PEÇAS E SERVIÇOS) E COM OBRIGAÇÕES LEGAIS; QUE CONTEMPLA TODAS AS DESPESAS EFETUADAS POR MEIO DE CONTRATOS, COMPRAS DIRETAS, PRONTO PAGAMENTO, SUPRIDAS POR ALMOXARIFADOS OU CUSTEADAS POR CONVÊNIOS COM ENTIDADES MANTENEDORAS EXTERNAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OU POR TERCEIROS NA FORMA DE DOAÇÃO E AMBIENTE OPERACIONAL, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS, CONSTANTES DO ANEXO I E NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 034/2015, Pregão Presencial nº 020/2015, é contratação de empresa especializada em serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades

mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do anexo I e nas condições previstas no edital, constituindo-se em:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	MÊS	SERVIÇO DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL PP Nº /2015/PML	1.556,80	18.681,60

1.2. A CONTRATADA deverá:

1.2.1. Implantar a solução, em conformidade com as características e especificações do Anexo I, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento;

1.2.2. Prestar garantia da solução mínima de 12 meses contados da data de homologação do sistema no Município, incluindo evolução tecnológica, legal e evolutiva.

1.2.3. Fornecer os códigos fontes do sistema para armazenamento do Município.

1.2.4. Garantir a implementação de novas funcionalidades ou módulos, evolução do sistema e aperfeiçoamento operacional, conforme solicitação do Município, desde que acompanhada pelo projeto específico da demanda solicitada, e com orçamento prévio apresentado. Disponibilizar suporte técnico e atendimento sob demanda em tempo real.

1.2.5. Fazer a emissão de um novo cartão magnético ou micro processado para o veículo ou equipamento, no caso de extravio ou danos da identificação eletrônica destinada ao mesmo.

1.2.6. Dar treinamento do sistema aos usuários definidos pelo Município.

1.2.7. Possibilitar o treinamento e implantação do sistema de captura de novos estabelecimentos comerciais credenciados, mediante solicitação do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do referido pedido.

1.2.8. Executar a integração com os sistemas legados do Município de Luzerna, respeitando as regras definidas pelo mesmo.

1.2.9. A integração (inclusa no preço ofertado) com os sistemas legados do DETRAN, Recursos Humanos, deverá ser executada pela CONTRATADA obedecendo a regras, padrões e layouts definidos e sob a supervisão do Município.

1.2.10. Integração com o sistema do DETRAN para permitir a gestão das informações patrimoniais da frota;

1.2.11. Integração com o sistema de Recursos Humanos do Município. Permitir manter atualizados os dados dos servidores e motoristas a partir da integração com o sistema de Recursos Humanos do Município;

1.2.12. Integração com o sistema de almoxarifado do município. As manutenções internas, abastecimentos, lavagens executadas nas dependências dos órgãos municipais devem ser apropriados com retirada de material do estoque. Os combustíveis, peças e outros materiais apropriados a um veículo deverão possuir registro no almoxarifado do Órgão, atualizando custos, quantidades mínimas e médias e preço médio do estoque.

1.2.13. A integração deverá ter módulo estabelecendo o nível de permissão do acesso ao sistema de frota, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

1.3. Os trabalhos de implantação pela CONTRATADA deverão compreender:

1.3.1. Implantação e treinamento de aplicativo em estabelecimentos comerciais credenciados;

1.3.2. Migração e integração dos dados dos veículos e servidores;

1.3.3. Integração do sistema com os sistemas legados do Município;

1.3.4. Estudo da logística da rede de atendimento;

1.3.5. Estrutura de gestão;

1.3.6. Implantação dos sistemas;

1.3.7. Treinamento de usuários e Manutenção.

1.4. Na execução do contrato, caberá ao Município:

1.4.1. Disponibilizar o cadastro completo dos veículos, servidores e condutores, contendo todos os dados necessários ao seu registro;

1.4.2. Respeitar o direito de propriedade intelectual do fornecedor do sistema, não sendo permitida a comercialização nem doação do sistema a terceiros;

1.4.3. Promover o cadastramento dos servidores, definindo o nível de acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos.

1.4.4. Dar conhecimento do teor do Termo de Referência (Anexo I) aos servidores dos referidos instrumentos periféricos do sistema destinados aos veículos ou equipamentos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada.

1.4.5. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços, objeto do contrato.

1.4.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município de Luzerna, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

1.4.7. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.4.8. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.4.9. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente instrumento e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 18.681,60 (dezoito mil e seiscentos e oitenta e um reais e sessenta centavos);

2.2. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA será celebrado contrato deverá celebrar contrato que deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

2.3. O contrato proveniente do processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

2.4. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades aodesistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

2.5. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

2.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada

por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observado.

2.7. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade – 0601.04.122.0007.2006 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no item Forma de Execução.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da CONTRATADA e as

circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de mora na assinatura do Contrato ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto lícitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.1.4. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao Município o direito

de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.1.5. Fica reservado ao Município o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8.1. O Contrato proveniente do presente processo terá vigência de 12 (doze) meses, com início imediato a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, observadas as disposições legais.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

DANIEL DE OLIVEIRA PINTO
EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.	2.
----	----

CONTRATO PML Nº 076.15

Contrato PML nº 076/2015

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVOS LTDA, PARA FORNECIMENTO DO VALE TRANSPORTE MUNICIPAL, DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE, DESTINADO AO SERVIDOR PARA UTILIZAÇÃO EFETIVA NAS DESPESAS DE DESLOCAMENTO RESIDÊNCIA-TRABALHO E VICE-VERSA ATRAVÉS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO, COM TARIFAS FIXADAS PELO PODER COMPETENTE.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONTRATANTE e EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dário Fontana, nº 216, em Luzerna(SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.411.843/0001-08, representada por seu sócio EITOR HOPPEN, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado na Rua Frei João, nº 223, em Luzerna(SC), portador da cédula de identidade nº 11/R 229.375 e inscrito no CPF/MF

sob nº 250.844.459-68, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVOS LTDA, PARA FORNECIMENTO DO VALE TRANSPORTE MUNICIPAL, DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE, DESTINADO AO SERVIDOR PARA UTILIZAÇÃO EFETIVA NAS DESPESAS DE DESLOCAMENTO RESIDÊNCIA-TRABALHO E VICE-VERSA ATRAVÉS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO, COM TARIFAS FIXADAS PELO PODER COMPETENTE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório nº pml.038/2015, Inexigibilidade de Licitação nº pml.004/2014, contratação da Empresa Joaçabense de Transporte Coletivos Ltda, para fornecimento do vale transporte municipal, de forma parcelada, conforme a necessidade, destinado ao servidor para utilização efetiva nas despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa através do sistema de transporte coletivo urbano, com tarifas fixadas pelo poder competente, constituindo-se em:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	Carteirinha perímetro urbano Luzerna	48,50
02	Carteirinha Vila Kenedy e Roça Grande	176,00
03	Carteirinha Luzerna x Caetano Branco	151,00
04	Carteirinha Luzerna x Água Doce	211,00
05	Carteirinha Luzerna x Joaçaba	176,00

1.2.A execução do objeto do presente contrato se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor solicitante;
1.3.As passagens deverão ser entregues pela CONTRATADA ao setor solicitante, de forma parcelada, conforme a necessidade;
1.4.A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1.Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 762,50 (setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
2.2.O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento das passagens, importando os valores conforme os registrados no processo licitatório, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue bem como mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por servidor competente;
2.3.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
2.4.A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (49) 3551-4700);
2.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA;
2.6. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;
2.7. Os preços não serão reajustados;

2.8. Os preços serão revisados, para mais ou para menos, quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações;
2.9. Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste, à exceção do previsto no art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES

3.1.As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
Modalidade de Aplicação: Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes

Elemento – 3.3.90.39.72 – Vale transporte
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do Prefeito

04. ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade: 0401.04.122.0004.2004 – manutenção da assessoria jurídica

05. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Atividade: 0501.04.122.004.2005 – manutenção da assessoria de planejamento

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração

Atividade: 0602.04.123.0013.2015 – manutenção do departamento de fazenda

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – manutenção da Educação básica infantil

Atividade: 0801.10.306.0043.2029 – manutenção do programa da merenda escolar da Educação básica infantil

Atividade: 0801.10.306.0043.2036 – manutenção do programa da merenda escolar da Educação básica fundamental

Atividade: 0801.12.361.0031.2030 – manutenção da Educação básica fundamental

Atividade: 0801.12.361.0031.2031 – manutenção do transporte escolar

Atividade: 0802.13.392.0046.2038 – apoio para difusão cultural

Atividade: 0803.27.812.0049.2040 – funcionamento e manutenção do setor de esportes

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 1101.15.452.0061.2052– manutenção dos serviços urbanos

Atividade: 1101.26.782.0067.2060– manutenção e conservação das estradas vicinais do município

13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS

Atividade: 1301.10.304.0016.2018 – manutenção dos serviços de vigilância sanitária

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar os serviços de forma parcelada, de acordo com as especificações do Anexo do Edital, conforme a necessidade dos setores solicitantes;

4.2. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula

Primeira deste contrato;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua execução.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o FORNECEDOR, convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8.1.O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI.

**CLÁUSULA NONA
DO FORO**

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	EITOR HOPPEN EMP. JOAÇABENSE TRANSP.COLE- TIVOS LTDA CONTRATADA
-------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECRETO 2029

DECRETO Nº 2029 de 28 de abril de 2015

"SUBSTITUI MEMBRO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada JULIANA CORBANI para substituir PEDRO LUCIANO SORGATO na COMISSÃO ESPECIAL DE VALORES, CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL e EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

Art.2º- As demais disposições dos Decretos nº 1708 de 19/11/2013, 1835 de 18/07/2014 e 1873 de 29/08/2014, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 28 de abril de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2030

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Desdob

Decreto nº 2030 de 30 de abril de 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1311, de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcialmente, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) nas unidades, atividades abaixo e nas modalidades de aplicação da despesa, abaixo discriminados:

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

UNIDADE GESTORA: 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte - 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Detalhamento dos Recursos 000 - Recursos Ordinários

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) nas unidades, atividades abaixo e nas modalidades de aplicação da despesa, abaixo discriminados

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

UNIDADE GESTORA: 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte - 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Detalhamento dos Recursos 000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de abril de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2015

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0006/2015 para a aquisição de doses de vacina para IBR, BVD e leptospirose, destinados ao gado leiteiro, baseada na Lei nº 546 de 25 de outubro de 2011 e Decreto nº 1482, de 26 de março de 2015, através da empresa MULTIRURAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0024/2015.

Prazo de entrega: Em até 15 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

Vigência do Contrato: 60 dias.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais).

Pagamento: Em até 30 dias após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 27 de abril de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2015

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0022/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0014/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM que até 09h00min, do dia 14 de maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal, conforme especificações do Edital e seus anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 14/05/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão

Presencial nº 0014/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 29 de abril de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº. 4114

Lei MUNICIPAL nº. 4114

DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Seção I Da Criação e Natureza do Conselho Tutelar

Art. 1º O Conselho Tutelar do Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e complementados por esta Lei.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar em funcionamento, assim como aqueles a serem criados, são administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II Das Atribuições, da Competência e dos Deveres dos Conselheiros Tutelares

Art. 2º Incumbe ao Conselho Tutelar o exercício das atribuições previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Federal nº. 12.594/2012 - Lei do SINASE, e demais normas correlatas, devendo, em qualquer caso zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente previstos em lei.

Parágrafo único. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente;

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou da omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º O acompanhamento da execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar do local da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade em que a criança ou adolescente estiver acolhido.

Art. 3º São deveres do Conselheiro na sua condição de agente público, e conforme o previsto na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº. 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa, e outras normas aplicáveis:

I - desempenhar as atribuições inerentes à função, previstas no art. 136, da Lei Federal nº. 8.069/1990;

II - realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;

III - agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade,

decoro e respeito;

IV - prestar contas apresentando relatório trimestral extraído do SIPIA CT WEB até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contendo síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

V - manter conduta pública e particular ilibada;

VI - zelar pelo prestígio da instituição;

VII - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - identificar-se em suas manifestações funcionais;

IX - atuar exclusivamente e ilimitadamente à defesa e proteção integral dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, sendo exigida em sua função dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade remunerada pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas, sob pena de perda do mandato de Conselheiro Tutelar.

Art. 4º No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº. 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes;

IV - municipalização da política de atendimento a crianças e adolescentes;

V - respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;

VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;

X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e

XII - oitiva obrigatória e participação da criança e do adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 5º É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza em razão do exercício da função;

II - exercer outra atividade remunerada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas;

III - exercer atividade de fiscalização e/ou atuar em procedimentos instaurados no âmbito do Conselho Tutelar relativos a entidades nas quais exerça atividade voluntária, no âmbito da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda

e/ou atividade político-partidária;
V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando no exercício da sua função;
VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
IX - proceder de forma desidiosa;
X - desempenhar quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função;
XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas nos termos da Lei Federal nº. 4.898/1965 - Lei do Abuso de Autoridade;
XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas, a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis, previstas na Lei Federal nº. 8.069/90;
XIII - descumprir as atribuições e os deveres funcionais mencionados nos artigos desta Lei e noutras normas pertinentes.

Seção III

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 6º Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo a remuneração e a formação continuada de seus membros.

§ 1º O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso à população, no respectivo território de abrangência, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e contarão com instalações físicas adequadas, com acessibilidade arquitetônica e urbanística e que garanta o atendimento individualizado e sigiloso de crianças, adolescentes e famílias.

§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social disponibilizar equipamentos, materiais, veículos, servidores municipais do quadro efetivo, prevendo inclusive ajuda técnica interdisciplinar para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias, em quantidade e qualidade suficientes para a garantia da prestação do serviço público.

§ 3º Compete ao Poder Público Municipal garantir atendimento e acompanhamento psicológico continuado a todos os Conselheiros Tutelares em exercício.

Art. 7º Os Conselhos Tutelares deverão elaborar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, seu novo Regimento Interno, observado os parâmetros e as normas definidas na Lei Federal nº. 8.069/90, por esta Lei Municipal e demais legislações pertinentes.

I - o Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município será único e deverá estabelecer as normas de trabalho, de forma a atender às exigências da função.

II - o Regimento Interno do Conselho Tutelar será encaminhado, logo após sua elaboração, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a fim de oportunizar a estes órgãos a apreciação e o envio de propostas de alteração, para posterior publicação no Órgão Oficial do Município.

III - publicado o Regimento Interno do Conselho Tutelar no Órgão Oficial do Município, deverá uma cópia do mesmo permanecer afixado em local visível na sede do órgão.

Art. 8º O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta feira, no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h, sendo que todos os membros deverão registrar suas entradas e saídas ao trabalho no relógio ponto e, na falta deste, de maneira manual em cartão/livro ponto, ambos vistados pelo Presidente do Conselho Tutelar.

I - haverá escala de sobreaviso no horário de almoço e noturno, a ser estabelecida pelo Presidente do Conselho Tutelar e aprovada pelo seu Colegiado, devendo o Conselheiro Tutelar ser acionado através do telefone de emergência.

II - haverá escala de sobreaviso para atendimento especial nos finais de semana e feriados, sob a responsabilidade do Presidente do Conselho Tutelar e aprovada por seu Colegiado.

III - o Conselheiro Tutelar estará sujeito a regime de dedicação integral, vedados quaisquer pagamentos a título de horas extras ou assemelhados.

§ 1º O Presidente do Conselho Tutelar encaminhará mensalmente a escala de sobreaviso para ciência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Departamento de Recursos Humanos do Município.

§ 2º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos os períodos de sobreaviso, que deverão ser distribuídos equitativamente entre seus membros, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 3º Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA fiscalizar o horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 9º O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os conselheiros para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas discussões lavradas em ata, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, se necessário, o voto de desempate.

Art. 10. O Conselho Tutelar deverá participar, por meio de representantes, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, devendo para tanto ser prévia e oficialmente comunicados das datas e locais onde estas serão realizadas, bem como de suas respectivas pautas.

Art. 11. O Conselho Tutelar deverá ser também, consultado quando da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à população infanto-juvenil, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto na Lei Federal nº. 8.069/90 e na Constituição Federal.

Art. 12. Ao procurar o Conselho Tutelar, a pessoa será atendida pelo Conselheiro que estiver disponível, mesmo que o atendimento anterior não tenha sido feito por ele.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito a pessoa atendida no Conselho Tutelar à solicitação de substituição de Conselheiro de referência, cabendo a decisão ao Colegiado do Conselho Tutelar.

Art. 13. Cabe a Secretaria Municipal de Administração oferecer condições aos Conselhos Tutelares para o uso do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB.

§ 1º Compete aos Conselheiros Tutelares fazerem os registros dos atendimentos no SIPIA CT WEB e a versão local apenas deverá ser utilizada para encerramento dos registros já existentes, e quando necessário, para consultas de histórico de atendimentos.

§ 2º Cabe ao Conselho Tutelar manter dados estatísticos acerca das maiores demandas de atendimento, que deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de modo a permitir a definição, por parte deste, de políticas e programas específicos que permitam o encaminhamento e eficaz solução dos casos respectivos.

§ 3º A não observância do contido nos parágrafos anteriores, poderá ensejar a abertura de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Seção IV**Do Processo de Eleição dos Membros dos Conselhos Tutelares**

Art. 14. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA iniciará o processo de eleição dos membros dos Conselhos Tutelares com antecedência mínima de 06 (seis) meses da data de eleição, mediante publicação do Edital de Convocação específico.

§ 1º O Edital de Convocação para Eleição dos Membros dos Conselhos Tutelares disporá sobre:

I - a composição da Comissão do Processo Eleitoral;

II - as condições e requisitos necessários à inscrição dos candidatos a conselheiro tutelar, indicando os prazos e os documentos a serem apresentados pelos candidatos, inclusive registros de impugnações;

III - as normas relativas ao processo eleitoral, indicando as regras de campanha, as condutas permitidas e vedadas aos candidatos com as respectivas sanções;

IV - o mandato e posse dos Conselheiros Tutelares;

V - o calendário oficial, constando a síntese de todos os prazos;

VI - informações quanto a formação dos candidatos escolhidos como titulares e suplentes.

§ 2º No calendário oficial deverá constar as datas e os prazos de todo o processo eleitoral, desde a publicação do Edital de Convocação até a posse dos Conselheiros Tutelares eleitos.

Seção V**Da Composição da Comissão do Processo Eleitoral**

Art. 15. A Comissão do Processo Eleitoral deverá ser eleita em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo composta de forma paritária por conselheiros titulares e/ou suplentes.

§ 1º A Comissão do Processo Eleitoral será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, sob a fiscalização do Ministério Público.

§ 2º Fica sob a responsabilidade da Comissão do Processo Eleitoral a elaboração do Edital de Convocação para Eleição dos Conselheiros Tutelares, a ser publicada no Órgão Oficial do Município.

§ 3º No Edital de Convocação para Eleição dos Membros dos Conselhos Tutelares deverá constar o nome completo dos integrantes da Comissão do Processo Eleitoral, bem como sua representação.

Seção VI**Da Inscrição**

Art. 16. Para se inscrever ao cargo de membro do Conselho Tutelar o candidato deverá:

I - ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;

II - ter reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidão negativa criminal das Justiças Estadual de Santa Catarina e Federal;

III - residir e ter domicílio eleitoral no município, no mínimo há 02 (dois) anos;

IV - estar no gozo de seus direitos políticos;

V - apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio, no mínimo;

VI - não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação ao mínimo na categoria 'B';

VIII - possuir conhecimento básico de informática;

IX - ter aprovação prévia em prova escrita, aplicada e julgada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sobre conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente, com aproveitamento mínimo de sessenta por cento (60%) das questões.

Parágrafo único. O membro do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente - CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento no ato da inscrição.

Art. 17. O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolizado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou local indicado no respectivo edital de convocação, até a data limite prevista no mesmo edital; devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos.

Art. 18. Cada candidato poderá registrar, além do nome, um codinome.

Parágrafo único. Não poderá haver registro de codinomes iguais, prevalecendo o codinome do primeiro candidato a efetuar a sua inscrição.

Art. 19. A Comissão do Processo Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias contados do término do período de inscrição de candidaturas, homologará as inscrições que observarem todos os requisitos desta Lei, publicando edital com a relação dos nomes dos candidatos considerados habilitados e dando ciência ao Ministério Público.

Art. 20. Com a publicação do edital de homologação das inscrições será aberto prazo de 05 (cinco) dias para a impugnação dos candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, a qual poderá ser realizada por qualquer cidadão, indicando os elementos probatórios.

§ 1º Caso o candidato sofra impugnação, este será intimado para que, em 05 (cinco) dias contados da data da intimação, apresente sua defesa.

§ 2º Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a Comissão do Processo Eleitoral decidirá em 03 (três) dias, dando ciência pessoal da decisão ao impugnante, ao candidato impugnado e ao Ministério Público, e também a publicando no mural de editais da sede da Prefeitura.

§ 3º Da decisão da Comissão do Processo Eleitoral caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composta por no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seus membros, no prazo de 03 (três) dias, que designará reunião extraordinária e decidirá, em 05 (cinco) dias, em última instância, dando ciência pessoal da decisão ao impugnante, ao candidato impugnado e ao Ministério Público.

Art. 21. Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no menor prazo possível, publicará em Edital no Órgão Oficial do Município, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

Seção VII**Do Processo eleitoral**

Art. 22. Os membros dos Conselhos Tutelares serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos com domicílio eleitoral no Município, em eleição realizada sob a coordenação da Comissão do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação, zelando para que eventual agrupamento de seções eleitorais não contenha excesso de eleitores, que deverão ser informados com antecedência devida sobre onde irão votar.

Art. 23. A eleição ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 24. A propaganda eleitoral será objeto de regulamentação específica por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, disposta no respectivo edital de convocação.

§ 1º Serão previstas regras e restrições destinadas a evitar o abuso de poder econômico e político por parte dos candidatos ou seus prepostos.

§ 2º A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 3º É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

§ 4º No dia da eleição é terminantemente proibido o transporte de eleitores e a "boca de urna" pelos candidatos e/ou seus prepostos.

§ 5º É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 6º Em reunião própria, a Comissão do Processo Eleitoral dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo.

Art. 25. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura do candidato responsável, observado, no que couber, procedimento administrativo similar ao previsto nesta Lei.

Art. 26. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará, com a antecedência devida, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, assim como de urnas destinadas à votação manual, como medida de segurança.

§ 2º As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Processo Eleitoral.

§ 3º Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio da Secretaria Municipal de Administração e da Assistência Social, e outros órgãos públicos:

a) a seleção e treinamento de mesários, escrutinadores e seus respectivos suplentes;

b) a obtenção, junto à Polícia Militar, de efetivos suficientes para garantia da segurança nos locais de votação e apuração.

§ 4º Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a Conselheiro Tutelar.

§ 5º As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão do Processo Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas.

Art. 27. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Parágrafo único. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição.

Art. 28. Encerrada a votação, se procederá a contagem dos votos e a apuração sob a responsabilidade da Comissão do Processo Eleitoral, que acompanhará todo o pleito, que será também fiscalizado pelo Ministério Público.

§ 1º Poderão ser apresentados pedidos de impugnação de votos à medida em que estes forem sendo apurados, cabendo a decisão à Comissão do Processo Eleitoral, pelo voto majoritário de seus

componentes, com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que decidirá em 03 (três) dias, com ciência ao Ministério Público.

§ 2º Os candidatos poderão fiscalizar pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, a recepção e apuração dos votos;

§ 3º Em cada local de votação será permitida a presença de 01 (um) único representante por candidato ou dele próprio;

§ 4º No local da apuração dos votos será permitida a presença do representante do candidato apenas quando este tiver de se ausentar.

§ 5º A Comissão do Processo Eleitoral manterá registro de todas as intercorrências do processo eleitoral, lavrando ata própria, da qual será dada ciência pessoal ao Ministério Público.

§ 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA manterá em arquivo permanente todas as resoluções, editais, atas e demais atos referentes ao processo de escolha do Conselho Tutelar.

Art. 29. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com o número de votos que cada um recebeu.

Parágrafo único. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

Art. 30. O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) conselheiros titulares, e tantos suplentes quantos forem os votados na eleição respectiva, observado sempre a ordem de maior votação.

§ 1º Os candidatos eleitos como suplentes serão convocados pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para assumir no caso de férias e vacância, licenças para tratamento de saúde, maternidade ou paternidade.

§ 2º Os conselheiros tutelares suplentes serão remunerados proporcionalmente ao período de efetivo exercício da função.

Seção VIII

Do Mandato e Posse dos Conselheiros Tutelares

Art. 31. Os Conselheiros Tutelares serão eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, e tomarão posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

§ 1º Os membros efetivos que assumirem o cargo, independentemente do período de tempo, terão o seu mandato considerado para fins de reeleição.

§ 2º No caso dos membros suplentes que assumirem o cargo durante o mandato dos membros efetivos, por período superior a 01 (um) ano, interrupto ou não, terão o seu mandato considerado para fins de reeleição.

§ 3º Para fins de cumprimento da presente Lei, no caso de criação de novos Conselhos Tutelares Regionais será adequado o mandato para coincidir o período de mandato com o dos atuais Conselheiros Tutelares.

Art. 32. Os conselheiros tutelares eleitos como titulares e suplentes, deverão participar do processo de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA antes da posse, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).

§ 1º O conselheiro que não atingir a frequência mínima ou não participar do processo de capacitação, não poderá tomar posse, devendo ser substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação/formação continuada, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

§ 2º O conselheiro reeleito ou que já tenha exercido a função de

Conselheiro Tutelar em outros mandatos, também fica obrigado a participar do processo de capacitação/formação continuada, considerando a importância do aprimoramento continuado e da atualização da legislação e dos processos de trabalho.

§ 3º O Poder Público estimulará a participação dos membros dos Conselhos Tutelares em outros cursos e programas de capacitação/formação continuada, custeando-lhes as despesas necessárias.

Art. 33. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar cônjuges, conviventes em união estável, inclusive quando decorrente de união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento ao Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Art. 34. Os Conselheiros Tutelares eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no Órgão Oficial do Município.

Seção IX

Do Exercício da Função e da Remuneração dos Conselheiros

Art. 35. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 36. Se o eleito para o Conselho Tutelar for servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, poderá optar entre a remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar ou o valor de sua remuneração, ficando-lhe garantidos:

- I - retorno ao cargo para o qual foi aprovado em concurso, quando findado o seu mandato de Conselheiro Tutelar;
- II - a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 37. Sem prejuízo de sua remuneração, o Conselheiro Tutelar fará jus a percepção das seguintes vantagens:

- I - cobertura previdenciária junto ao regime geral de previdência social;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina;
- VI - licença por luto/gala, conforme legislação municipal aplicada aos servidores públicos;
- VII - auxílio alimentação, conforme legislação municipal aplicada aos servidores públicos;

§ 1º A remuneração do Conselheiro Tutelar será de R\$ 1.489,62 (um mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), sendo reajustada nas mesmas datas e nos mesmos índices de reajuste aplicado na remuneração dos servidores públicos municipais efetivos e ativos;

§ 2º A remuneração durante o período do exercício efetivo do mandato eletivo não configura vínculo empregatício.

§ 3º As férias deverão ser programadas pelos Conselhos Tutelares, podendo gozá-las apenas um Conselheiro em cada período, devendo ser informado por escrito ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, para que seja providenciada a convocação do suplente.

Seção X

Das Licenças

Art. 38. O Conselheiro Tutelar terá direito a licenças remuneradas

para tratamento de saúde; licença maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias e licença paternidade pelo período de 05 (cinco) dias a contar do nascimento de seu filho.

§ 1º O Conselheiro Tutelar licenciado será imediatamente substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação, conforme previsto nesta Lei, respeitando a ordem de votação.

§ 2º Não será permitida licença para tratar de assuntos de interesse particular.

Art. 39. Será concedida licença sem remuneração ao Conselheiro Tutelar que pretender se candidatar a cargo eletivo.

Parágrafo único. No caso do caput deste artigo, a licença será concedida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da convocação do suplente.

Seção XI

Da Vacância do Cargo

Art. 40. A vacância do cargo de Conselheiro Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, ressalvado o disposto no art. 3º, inciso IX, desta Lei;
- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - falecimento; ou
- V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa ou outro que comprometa a sua idoneidade moral.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância o Conselheiro Tutelar será substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação, conforme previsão desta Lei, respeitando a ordem de votação.

Seção XII

Do Regime Disciplinar

Art. 41. Considera-se infração disciplinar, para efeito desta Lei, o ato praticado pelo Conselheiro Tutelar com omissão dos deveres ou violação das proibições decorrentes da função que exerce elencadas nesta Legislação Municipal e demais legislações pertinentes.

Art. 42. São sanções disciplinares aplicáveis pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na ordem crescente de gravidade:

- I - advertência por escrito, aplicada em casos de não observância das atribuições e deveres previstos nos artigos 3º e 4º e proibições previstas no artigo 5º desta Lei, que não tipifiquem infração sujeita à sanção de perda de mandato;
- II - suspensão disciplinar não remunerada, nos casos de reincidência da infração sujeita à sanção de advertência, com prazo não excedente a 90 (noventa dias);
- III - perda de mandato.

§ 1º A pena de suspensão disciplinar poderá ser convertida em pena de multa, desde que haja conveniência para o Conselho Tutelar, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração na mesma proporção de dias de suspensão, com desconto em folha de pagamento.

§ 2º Ocorrendo a conversão da pena de suspensão disciplinar em pena de multa, o Conselheiro Tutelar fica obrigado a comparecer em serviço.

Art. 43. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

- I - for condenado por sentença transitada em julgado, pela prática de crime culposo e doloso ou contravenção penal;
- II - tenha sido comprovadamente negligente, omissivo, não assíduo ou incapaz de cumprir suas funções;
- III - praticar ato contrário à ética, à moralidade e aos bons costumes, ou que seja incompatível com o cargo;
- IV - não cumprir com as atribuições conferidas pelo Estatuto da

Criança e do Adolescente;

V - contribuir, de qualquer modo, para a exposição de crianças e adolescentes, em situação de risco, em prejuízo de sua imagem, intimidade e privacidade;

VI - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza, em razão de suas atribuições, para si ou para outrem;

VII - transferir residência ou domicílio para outro município;

VIII - não cumprir, reiteradamente, com os deveres relacionados no art. 3º desta Lei.

IX - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

X - exercer outra atividade pública ou privada remunerada, ainda que haja compatibilidade de horário, ressalvado o disposto no art. 3º, inciso IX, desta Lei;

§ 1º Verificada a sentença condenatória e transitada em julgado do Conselheiro Tutelar na esfera do Poder Judiciário pela prática de crime ou contravenção penal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA em Reunião Ordinária declarará vago o mandato de Conselheiro Tutelar, dando posse imediata ao suplente.

§ 2º Mediante provocação do Ministério Público ou por denúncia fundamentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a depender da gravidade da conduta, poderá promover o afastamento temporário do Conselheiro Tutelar acusado da prática de alguma das condutas relacionadas no caput deste artigo, até que se apurem os fatos, convocando imediatamente o suplente.

§ 3º Durante o período do afastamento, o conselheiro fará jus a 50% (cinquenta por cento) da remuneração.

§ 4º Para apuração dos fatos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA designará uma Comissão Especial, de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade, assegurado o contraditório e ampla defesa ao acusado, conforme previsto na Seção XIII, desta Lei.

Seção XIII

Do Processo Administrativo Disciplinar e sua Revisão

Art. 44. As denúncias sobre irregularidades praticadas por Conselheiros Tutelares serão encaminhadas e apreciadas por uma Comissão Especial, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º A Comissão Especial terá composição paritária entre representantes do governo e da sociedade, sendo constituída por 04 (quatro) integrantes.

§ 2º Se necessário, a Comissão Especial receberá assessoria jurídica do advogado/procurador do Município, designado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. A Comissão Especial, ao tomar ciência da possível irregularidade praticada pelo Conselheiro Tutelar promoverá sua apuração mediante Sindicância.

§ 1º Recebida a denúncia, a Comissão Especial fará a análise preliminar da irregularidade, dando ciência por escrito da acusação ao Conselheiro investigado de apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias de sua notificação, sendo facultada a indicação de testemunhas e juntada de documentos.

§ 2º Decorrido o prazo de defesa, a Comissão Especial poderá ouvir testemunhas e realizar outras diligências que entender pertinentes, dando ciência pessoal ao Conselheiro investigado, para que possa acompanhar os trabalhos por si ou por intermédio de procurador habilitado.

§ 3º Concluída a apuração preliminar, a Comissão Especial deverá elaborar relatório circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pela necessidade ou não da aplicação de sanção disciplinar.

§ 4º O relatório será encaminhado à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, dando

ciência pessoal ao Conselheiro acusado e ao Ministério Público.

§ 5º O prazo máximo para conclusão da Sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa.

Art. 46. Caso fique comprovado pela Comissão Especial a prática de conduta que justifique a aplicação de sanção disciplinar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dará início ao processo administrativo destinado ao julgamento do membro do Conselho Tutelar, intimando pessoalmente o acusado para que apresente sua defesa, no prazo de 10 (dez) e dando ciência pessoal ao Ministério Público.

§ 1º Não sendo localizado o acusado, o mesmo será intimado por Edital com prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação para sua apresentação, nomeando-se-lhe defensor dativo, em caso de revelia.

§ 2º Em sendo o fato passível de aplicação da sanção de perda do mandato, e dependendo das circunstâncias do caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá determinar o afastamento do Conselheiro acusado de suas funções, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), tempo em que haverá a imediata convocação do suplente.

§ 3º Por ocasião do julgamento, que poderá ocorrer em uma ou mais reuniões extraordinárias convocadas especialmente para tal finalidade, será lido o relatório da Comissão Especial e facultada a apresentação de defesa oral e/ou escrita pelo acusado, que poderá ser representado, no ato, por procurador habilitado, arrolar testemunhas, juntar documentos e requerer a realização de diligências.

§ 4º A condução dos trabalhos nas sessões de instrução e julgamento administrativo disciplinar ficará a cargo do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou, na falta ou impedimento deste, de seu substituto imediato.

§ 5º As sessões de julgamento serão públicas, devendo ser tomadas as cautelas necessárias a evitar a exposição da intimidade, privacidade, honra e dignidade de crianças e adolescentes eventualmente envolvidos com os fatos, que deverão ter suas identidades preservadas.

§ 6º A oitiva das testemunhas eventualmente arroladas e a produção de outras provas requeridas observará o direito ao contraditório.

§ 7º Serão indeferidas, fundamentadamente, diligências consideradas abusivas ou meramente protelatórias.

§ 8º Os atos, diligências, depoimentos e as informações técnicas ou perícias serão reduzidas a termo, passando a constar dos autos do Processo Administrativo Disciplinar.

§ 9º Concluída a instrução, o Conselheiro acusado poderá deduzir, oralmente ou por escrito, alegações finais em sua defesa, passando-se a seguir à fase decisória pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 10. A votação será realizada de forma nominal e aberta, sendo a decisão tomada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 11. É facultado aos Conselheiros de Direitos a fundamentação de seus votos, podendo suas razões ser deduzidas de maneira oral ou por escrito.

§ 12. Não participarão do julgamento os Conselheiros de Direitos que integraram a Comissão Especial de Sindicância.

§ 13. Na hipótese do Conselheiro Tutelar acusado ser declarado inocente, ser-lhe-á garantido o restante do salário devido.

§ 14. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta), a depender da complexidade do caso e das provas a serem produzidas.

§ 15. Da decisão tomada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA serão pessoalmente intimados o acusado, seu defensor, se houver, e o Ministério Público, sem prejuízo de sua publicação no órgão oficial do município.

Art. 47. É assegurado ao investigado a ampla defesa e o

contraditório, sendo facultada a produção de todas as provas em direito admitidas e o acesso irrestrito aos autos da sindicância e do processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. A consulta e a obtenção de cópias dos autos serão feitas sempre na presença de um membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente autorizadas e observadas às devidas cautelas, em especial quanto à preservação da identidade das crianças e adolescentes eventualmente envolvidas no fato.

Art. 48. Se a irregularidade, objeto do Processo Administrativo Disciplinar, constituir infração penal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará cópia das peças necessárias ao Ministério Público e à autoridade policial competente, para a instauração de inquérito policial.

Art. 49. Nos casos omissos nesta Lei no tocante ao Processo Administrativo Disciplinar, aplicar-se-á subsidiariamente e no que couber, as disposições pertinentes contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Mafra.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Ficam revogadas as Leis nº. 2.980, de 05 de outubro de 2005, nº. 3003, de 15 de dezembro de 2005, nº. 3269, de 19 de dezembro de 2007, nº. 4.028, de 24 de junho de 2014, e demais disposições em contrário.

Mafra, 28 de abril de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1021/2015

LEI Nº 1021 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA REPASSE AO CLUBE DE MÃES CANTINHO DA AMIZADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira no município de Maracajá/SC com o Clube de Mães Cantinho da Amizade, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.783.320/0001-71, estabelecida na Avenida Nossa Senhora da Conceição, número 589, Centro de Maracajá(SC).

Art. 2º A Cooperação Financeira a subvencionar será de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) a ser pago em parcelas mensais e iguais até o dia 31/12/2015.

Art. 3º O repasse será feito mensalmente até o dia 30 de cada mês.

Art. 4º O Clube de Mães Cantinho da Amizade, prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela, nos termos da legislação vigente e normas estabelecidas pela Administração Municipal de Maracajá.

Parágrafo Único - Não haverá nova liberação de recursos à entidade beneficiada, se esta não realizar a prestação de contas, dentro do prazo estabelecido no referido Termo de Convênio.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fiscalizar e a celebrar com a entidade subvencionada, o respectivo convênio, disciplinando o recebimento, a aplicação dos recursos e a prestação de contas dos recursos concedidos por esta Lei.

Art. 6º A celebração do termo de convênio será firmado desde que o Clube de Mães Cantinho da Amizade atenda aos seguintes pré-requisitos:

I - Não estar em débito com o município referente a prestação de contas no exercício de 2014;

II - Apresentar todos os documentos solicitados pelo Decreto nº 12/2014 ;

III - Não possuir débitos com a União, Estado e Município.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do ano de 2015.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 29 de abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretaria de Administração

LEI 1022/2015

LEI Nº 1022 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E SULCATEL COMÉRCIO DE TELEFONIA LTDA-ME.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Maracajá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Homologado o Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Maracajá e Sulcatel Comércio de Telefonia LTDA-ME.

Parágrafo único - O Termo de Convênio de que trata o caput deste artigo, tem como objeto o fornecimento de forma gratuita pela Sulcatel Comércio de Telefonia LTDA-ME, de três pontos de conexão com a internet a serem disponibilizados nos seguintes locais:

- Escola de Ensino Básico Encruzo: localizada na rua Rod. José Jovelino Costa, s/n, bairro Encruzo, cidade de Maracajá/SC;
- Escola de Ensino Básico Eulália Oliveira de Bem: localizada na Estrada Geral, s/n, bairro Espigão Grande, cidade de Maracajá/SC;
- PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: localizado na Estrada Geral, s/n, bairro Garajuva, cidade de Maracajá/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 29 de abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretaria de Administração

LEI 1023/2015

LEI Nº 1023 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas legais atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no município de Maracajá e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Lei Nº 12.696/2012; Resoluções do CONANDA Nº 139 e 152 e Lei Orgânica Municipal de Maracajá.

**TÍTULO II
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 2º É assegurada, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente, a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade

e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da sociedade e do Poder Público Municipal, articulado ao Poder Público Estadual e Federal.

**TÍTULO III
DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

Art. 3º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente compreende todo um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais do Município, integradas às ações governamentais e não governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, quando for o caso.

Art. 4º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I. políticas sociais básicas de educação, saúde, habitação, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, bem como à convivência familiar e comunitária;

II. políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitarem;

III. serviços especiais, nos termos desta Lei.

§ 1º - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

§ 2º - O Município poderá firmar consórcio e convênios com entidades públicas de outras esferas governamentais, para atendimento regionalizado, desde que haja prévia aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e autorização legislativa, quando necessária.

Art. 5º São órgãos e instrumentos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- II. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;
- III. Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Art. 7º Os programas a que se refere o artigo anterior serão classificados como de proteção ou sócio-educativo e destinar-se-ão a:

- a) apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

Art. 8º Os serviços especiais referidos no inciso III do artigo segundo visam a:

- a) proteção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

- b) identificação e localização de pais, crianças e de adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

TÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, vinculado ao Departamento Municipal de Assistência e Bem Estar Social, como órgão normativo, consultivo, deliberativo, conscientizador e fiscalizador da política de atendimento a criança e ao adolescente das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.

Parágrafo Único - Os atos normativos ou decisórios emanados do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão formalizados sob a denominação de Resolução.

Art. 10 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de dez membros, sendo:

I. cinco conselheiros titulares, com respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais do Município:

- a) Departamento Municipal de Educação;
- b) Departamento de Assistência e Bem Estar Social;
- c) Secretaria de Administração do Município;
- d) Departamento Municipal de Saúde;
- e) Poder Legislativo Municipal.

II. cinco conselheiros titulares com respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais, sediadas no Município, sendo:

- a) Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- b) Associação Municipal do Bem Estar Social - AMBES;
- c) Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Margarethi Maria Tomazi Rocha;
- d) Associação de Moradores Nilda Rizzi;
- e) Igreja Católica de Maracajá;

§ 1º Ao representante do Poder Legislativo Municipal é vedada a indicação de vereadores.

§ 2º Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e tem por função sugerir as políticas a serem adotadas pelo Conselho, auxiliar na implementação das mesmas e eleger as entidades da sociedade civil que participarão do Conselho.

§ 4º Cada órgão público e entidade civil deverá indicar seu representante e seu respectivo suplente.

§ 5º A ausência injustificada de três reuniões consecutivas ou seis alternadas, salvo justificativa por escrito aprovada por a maioria simples do Conselho, acarretará perda de mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

§ 6º Sendo o faltante representante de órgão público, o Executivo Municipal indicará o substituto.

Art. 11 São requisitos para exercer a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I. reconhecida idoneidade moral;
- II. idade superior a 18 (dezoito) anos;
- III. residir no município de Maracajá.

Art. 12 Os membros titulares e suplentes dos órgãos governamentais e não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo seu exercício considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 13 Os membros do Conselho serão homologados pelo Executivo Municipal e empossados pelo Presidente do exercício anterior até cinco dias úteis após a homologação.

Art. 14 O Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído, a qualquer tempo, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou por vontade do Conselheiro, devendo o seu afastamento ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - A autoridade competente deverá designar o novo Conselheiro governamental no prazo máximo da realização da Assembléia Ordinária subsequente ao afastamento.

§ 1º Na primeira sessão plenária ordinária de cada biênio, o Conselho elegerá a sua diretoria, composta por um presidente, um vice-presidente e dois secretários.

§ 2º A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes ao exercício de seu cargo.

§ 3º Caberá ao Município oferecer suporte técnico e administrativo, bem como pessoas para o funcionamento do Conselho, devendo constar na Lei Orçamentária previsão de recursos para este fim.

§ 4º O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho, disporá de local para o funcionamento do mesmo.

Art. 15 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I. formular e coordenar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com garantia de sua promoção, da sua defesa, da sua orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II. fixar os critérios para gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e utilização dos recursos nos termos do Art. 260 da Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990 e alterada pela Lei nº 8242, de 12 de outubro de 1991;

III. cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente Lei e toda a legislação atinente a direitos da criança e do adolescente;

IV. dar apoio aos órgãos não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos na Lei Federal nº8069, de 13 de julho de 1990;

V. zelar pela execução da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente atendidas as suas peculiaridades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, dos bairros e da zona rural ou urbana em que se localizam;

VI. requisitar do Departamento Municipal de Assistência e Bem Estar Social, apoio técnico especializado no assessoramento, procurado efetivar os princípios ou diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII. participar do planejamento integrado do orçamento do município formulado as prioridades a serem incluídas no mesmo, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e

dos adolescentes;

VIII. receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

IX. promover o registro e a avaliação das entidades ligadas ao atendimento e a defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X. elaborar e alterar o seu regimento interno, com a aprovação de dois terços do total de seus membros;

XI. reunir-se ordinária e extraordinariamente conforme dispuser o Regimento Interno;

XII. conduzir o processo de escolha dos Conselhos Tutelares;

XIII. homologar o regimento interno do Conselho Tutelar;

XIV. encaminhar o seu regimento interno e do Conselho Tutelar para homologação do Poder Executivo.

Art. 16 A estrutura do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composta de:

- I. plenário;
- II. diretoria;
- III. comissões.

Art. 17 As sessões plenárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão da seguinte forma:

- I. ordinárias mensais, em dia, local e horário fixados conforme o calendário definido na primeira reunião ordinária de cada ano;
- II. extraordinárias, sempre que necessário, convocadas pelo Presidente, pelo Chefe do Poder Executivo ou por iniciativa de um terço de seus membros, mediante ofício protocolado junto à secretaria executiva com antecedência mínima de setenda e duas horas.

Parágrafo Único - As sessões plenárias ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente obedecerão à seguinte ordem do dia:

- I. instalação dos trabalhos pelo Presidente;
- II. leitura da ata dos assuntos tratados na reunião anterior;
- III. apreciação e assinatura da ata;
- IV. leitura, discussão e apresentação da agenda da reunião ou edital;
- V. ordem do dia;
- VI. avisos, comunicações, registro de fatos, apresentação de propostas e proposições, correspondências e documentos de interesse do Conselho;
- VII. encerramento dos trabalhos pelo presidente.

Seção V DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS

Art.18 Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados no Quadro Mural de Publicações e/ou Jornal do Município, podendo utilizar-se, ainda, dos meios de comunicação necessários a divulgação dos atos legais e institucionais.

Seção VI DO REGIMENTO INTERNO

Art. 19 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborar o Regimento Interno, submetendo-o à

homologação por Decreto ou por resolução do CMDCA.

Art. 20 O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá conter, dentre outros, os seguintes itens:

- I. a estrutura funcional mínima composta por Plenário, Diretoria e Comissões, definindo suas atribuições;
- II. a forma de escolha dos membros da Diretoria do Conselho;
- III. a forma de substituição dos membros da Diretoria na falta ou impedimento dos mesmos;
- IV. a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que seja garantida a presença de todos os seus membros e a
- V. participação da população em geral;
- VI. a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a prévia comunicação aos Conselheiros;
- VII. a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;
- VIII. o quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IX. as Comissões que deverão ser compostas de forma paritária;
- X. a forma como ocorrerá a discussão das matérias da pauta;
- XI. a forma como se dará a participação dos presentes na Plenária Ordinária;
- XII. a garantia da publicidade das Plenárias Ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;
- XIII. os procedimentos básicos que normatizam a inscrição e cadastramento das entidades não governamentais e governamentais ao CMDCA;

TÍTULO V DO REGISTRO E INSCRIÇÕES DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 21 Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas no Município de Maracajá, que prestem atendimento à criança, adolescente e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, caput, e, no que couberem, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei Federal Nº 8.069/90.

Art. 22 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá realizar:

- I. periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente traçada;
- II. expedir Resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no artigo 91, da Lei Federal Nº 8.069/90.

Parágrafo Único - Os documentos a serem exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

TÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

Art. 23 Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24 Os recursos do Fundo serão constituídos de:

- I. doações de contribuintes do imposto de renda e outros incentivos governamentais;
- II. dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;
- III. doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;
- IV. remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V. produto de aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;
- VI. receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;
- VII. receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenham destinação específica e transferidas do Estado e da União;
- VIII. outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 25 Cabe ao gestor do FIA:

- I. registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou União;
- II. registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;
- III. manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV. liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V. praticar os demais atos necessários à eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 26 Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA na esfera da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único - São gestores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, o Chefe do Poder Executivo Municipal e o Diretor Municipal de Assistência e Bem Estar Social.

TÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CAPÍTULO I DA MANUTENÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 27 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 28 O Conselho Tutelar será vinculado administrativamente ao Departamento de Assistência e Bem estar Social e receberá suporte técnico, humano, administrativo e financeiro do Município.

Parágrafo Único - Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

Art. 29 O Conselho Tutelar será composto de cinco (05) membros.

CAPÍTULO III DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 30 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será definido por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente e realizado sob sua supervisão e fiscalização do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 31 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo direto e secreto de cidadãos maracajaenses, mediante apresentação de Título de Eleitor deste município e documento de identificação com foto.

Art. 32 Seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar na imprensa local, por três vezes sucessivas, Edital de Convocação da Eleição, fixando sua data e abrindo prazo para inscrição de candidatos.

Art. 33 O processo de eleição ocorrerá no primeiro (1º) domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, a partir de quatro (04) de outubro de 2015.

Art. 34 A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos ocorrerá no dia dez (10) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 35 No processo de escolha do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

SEÇÃO I DOS REQUISITOS, DOS REGISTROS E DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 36 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

- I. reconhecida idoneidade moral;
- II. idade superior a 21 anos;
- III. residir no município há no mínimo 2(dois) anos;
- IV. possuir Ensino Médio Completo;
- V. possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH Categoria B.
- VI. possuir noções básicas de informática.
- VII. aprovação em prova escrita, de acordo com critérios estabelecidos em edital específico.
- VIII. participar com frequência integral em curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre política de atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 37 Os candidatos a membros do Conselho Tutelar deverão efetuar o registro de suas candidaturas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do Edital de convocação.

Art. 38 Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar o Edital com a relação dos inscritos, abrindo prazo de dez dias para impugnações a partir da publicação.

§ 1º A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção dos direitos da criança ou adolescente.

§ 2º Simultaneamente à publicação e pelo prazo de dez dias abrir-se-á vista ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, podendo apresentar impugnações.

Art. 39 Havendo impugnação o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em cinco dias úteis.

Art. 40 Encerrados os prazos de inscrição e impugnação, uma comissão especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente analisará, no prazo máximo de dez dias os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas, se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

Art. 41 Ao apreciar finalmente os pedidos, a comissão especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mencionará as razões no caso de indeferimento de inscrição, mandando publicar Edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

Parágrafo Único - Das decisões de candidaturas indeferidas, caberá recurso administrativo ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de cinco dias úteis, contados da notificação, devendo o Conselho apreciá-lo no prazo de cinco dias a contar do seu recebimento.

Art. 42 Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá examinar a idoneidade moral do candidato em declarações, atestados ou certidões formais, mas também em quaisquer outros meios de prova em direito admitidos como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspectos relevantes.

SEÇÃO II ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 43 A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos será presidida por autoridade judicial local, preferencialmente o Juiz de Direito da Infância e Juventude da Comarca.

Art. 44 O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar Edital com os nomes dos Conselheiros e suplentes eleitos, com respectiva quantidade de votos.

Art. 45 Os eleitos serão diplomados e tomarão posse perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia dez (10) de janeiro do ano subsequente a eleição.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 46 Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo das atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. zelar pelos direitos da criança e do adolescente;
- II. manter conduta pública e particular ilibada;
- III. zelar pelo prestígio da instituição;
- IV. indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- V. obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- VI. comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII. desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VIII. adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidades no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- IX. tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- X. identificar-se em suas manifestações funcionais;
- XI. atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XII. assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;
- XIII. exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência

de ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente da legislação municipal;

XIV. inserir dados on line das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar no Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT/WEB;

XV. acompanhar os casos atendidos no Conselho Tutelar inserindo as informações referentes ao acompanhamento no SIPIA/CT/WEB.

XVI. apresentar trimestralmente relatório do SIPIA/CT/WEB dos atendimentos prestados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XVII. prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

XVIII. ter conhecimentos básicos em informática nos programas: excel, powerpoint, word e internet.

XIX. dar devolutiva ao denunciante, quando este for parte da rede socioassistencial, das requisições feitas pelo Conselho Tutelar.

SEÇÃO I DAS GARANTIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 47 O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração.

Parágrafo Único - O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

Art. 48 Ao Conselheiro Tutelar será assegurada a percepção das seguintes vantagens:

- I. gratificação natalina;
- II. férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;
- III. contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;
- IV. licença-maternidade;
- V. licença-paternidade;
- VI. licença para tratamento de saúde.

Art. 49 A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação integral e exclusiva ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse tutelado por esta lei.

§ 2º O regimento interno do Conselho Tutelar, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, determinará as diretrizes e os critérios de procedimentos de plantão e das atividades funcionais da jornada semanal de trabalho.

Art. 50 O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige carga horária semanal de trabalho com o expediente diário e plantão na sede do Conselho Tutelar, além de sua participação em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho e eventual presença em atos públicos, sempre que for solicitado.

§ 1º A divulgação de escala de serviço será fixada no Quadro de Publicações Oficiais do Município de Maracajá ou outro espaço destinado para tal fim e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes, devendo ser oficiado o Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude.

§ 2º O desenvolvimento de carga horária, plantão noturno e finais

de semana constituem atividades inerentes à função, não se admitindo o pagamento de horas extraordinárias ou qualquer outra vantagem, a qualquer título.

Art. 51 Os Conselheiros Tutelares receberão o subsídio mensal fixado em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie de remuneração, salvo as vantagens previstas no Art. 48 desta Lei.

Parágrafo Único - O valor do subsídio mensal passa a valer a partir da próxima gestão dos conselheiros tutelares a tomar posse no dia 10/01/2016.

Art. 52 Os Conselheiros Tutelares receberão diárias ou ajuda de custo quando da participação em eventos de capacitação e nas situações de representação do Conselhos realizadas fora do município, mediante aprovação prévia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 53 O mandato do Conselheiro Tutelar será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 54 As férias anuais dos Conselheiros somente poderão ser gozadas por um de cada vez, mediante autorização do CMDCA.

SEÇÃO II DOS SUPLENTES

Art. 55 Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado serão considerados suplentes.

Art. 56 Na hipótese de vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença do titular, será convocado a assumir o suplente, segundo a ordem de classificação.

Art. 57 Sempre que necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo seletivo para preenchimento do cargo vago e definição de novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 58 Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

- I. férias anuais dos conselheiros titulares;
- II. licenças a que fazem jus os titulares, desde que excedam há 30 dias;
- III. vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 59 Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído e aplicam-se as normas da Administração Pública Municipal.

SEÇÃO III DOS SEUS IMPEDIMENTOS E DA SUA COMPETÊNCIA

Art. 60 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto e madrastra e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

SEÇÃO IV DAS FALTAS FUNCIONAIS

Art. 61 Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

- I. exercer outra atividade profissional no exercício do mandato;
- II. acumular outra atividade, mesmo que de forma voluntária, simultaneamente às atividades exercidas como conselheiro tutelar;
- III. exercer a função abusivamente em benefício próprio;
- IV. receber, em função do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligências;
- V. ter faltas injustificadas;
- VI. proceder de forma desidiosa;
- VII. não cumprir a carga horária e plantões;
- VIII. ter inidoneidade moral;
- IX. romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;
- X. fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;
- XI. abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;
- XII. recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão;
- XIII. aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável;

CAPÍTULO V DO PROCESSO DISCIPLINAR E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 62 O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão de avaliação de processo disciplinar especialmente designada, formada por 01 (um) representante do Executivo Municipal, 01 (um) representante de entidade não-governamental, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 01 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 63 Os representantes supracitados serão indicados, respectivamente:

- I. o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;
- II. o representante governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não-governamental pela maioria dos conselheiros não-governamentais do referido Conselho;
- III. o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

Art. 64 Conforme a gravidade do fato e das suas consequências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. suspensão não remunerada de 01 (um) a 90 (noventa) dias;
- III. perda do mandato.

§ 1º No caso de ausência nas convocações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselheiros poderão ser penalizados conforme Capítulo V do processo disciplinar e das sanções disciplinares.

§ 2º A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção da remuneração do Conselheiro penalizado e dos dias afastados. Sendo esta revertida ao

Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Art. 65 O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

§ 1º Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

§ 2º Se o indiciado não constituir advogado, ser-lhe-á designado defensor gratuito.

Art. 66 Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado pela Comissão de Avaliação de Processo Disciplinar.

§ 1º Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se o citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá. Em ambos os casos ser-lhe-á nomeado defensor gratuito.

§ 2º Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 67 Após o interrogatório, o indiciado será intimado do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 68 Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão de avaliação de processo disciplinar, sendo por último as arroladas pela defesa.

Parágrafo Único - O indiciado e seu defensor serão intimados das datas e horários das audiências, podendo se fazer presentes e participar.

Art. 69 Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado e seu defensor serão intimados do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.

Parágrafo Único - Encerrado o prazo, a Comissão de avaliação do processo disciplinar emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a penalidade a ser aplicada.

Art. 70 A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com quórum mínimo de 2/3 de membros, decidirá o caso, aplicando quaisquer das penalidades previstas nesta Lei em seu art. 64.

§ 1º Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 2º Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

Art. 71 Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I. receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

II. deixar de residir no município;

III. for condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 72 Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 74 Revogam-se todas as disposições em contrário, especificamente a Lei Municipal nº 920 de 10 de abril de 2013.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 29 de abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretaria de Administração

LEI 1024/2015

LEI Nº 1024 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJÁ - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, entre o Município de Maracajá/SC e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá - APAE, inscrita no CNPJ sob o número 08.154.626/0001-64, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, 480, centro de Maracajá/SC, representada pelo seu presidente.

Art. 2º A cooperação técnica do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende: 01 (um) professor de 20 h (vinte horas).

Art. 3º A cooperação financeira a subvencionar será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a ser pago em parcelas mensais e iguais até o dia 31/12/2015, conforme termo de convênio a ser firmado.

§1º O repasse será feito mensalmente até o dia 30 de cada mês.

§2º A cooperação financeira é para fazer face ao auxílio de custeio de despesa com pessoal, alimentação, material didático, material de expediente, impostos, consumo de energia e água, assim como manutenção de máquinas, equipamentos e dependências físicas.

Art. 4º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá - APAE, prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse de

cada parcela, nos termos da legislação vigente e normas estabelecidas pela administração municipal de Maracajá.

Parágrafo Único - Não haverá nova liberação de recursos à entidade beneficiada, se esta não fizer a prestação de contas, dentro do prazo estabelecido no referido Termo de Convênio.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fiscalizar e a celebrar com a entidade subvencionada, o respectivo convênio, disciplinando o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por esta Lei.

Art. 6º A celebração do termo de convênio será firmado desde que a APAE atenda aos seguinte pré-requisitos:

I - Não estar em débito com o município referente a prestação de contas no exercício de 2014;

II - Apresentar todos os documentos solicitados pelo Decreto nº 12/2014 ;

III - Não possuir débitos com a União, Estado e Município.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do ano de 2015.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 29 de abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretaria de Administração

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 18/2015_CV

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 18/2015 - Carta Convite

Objeto: Aquisição parcelada de tubos de concreto para implantação de esgotos pluviais e para bueiros em estradas vicinais do Município de Maracajá, para o exercício de 2015

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 18/2015 - Carta Convite, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, para a empresa Pre Moldados Pagani Ltda no valor total de 77.534,00 (setenta e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

Maracajá, 29 de abril de 2015.
Itaionara Tramantin Recco
Presidente da Comissão de Licitação

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 19/2015_CV

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 19/2015 - Carta Convite

Objeto: contratação de serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica na área financeira, orçamentária e administrativa da Prefeitura Municipal de Maracajá, compreendendo: planejamento e execução orçamentária; registros e demonstrações contábeis; elaboração de relatórios gerenciais; registros e controle de tesouraria; acompanhamento mensal do cumprimento dos índices e limites constitucionais e legais; processo de compras, contratos e licitações; recursos humanos; atos administrativos diversos; controles internos; aplicação da legislação vigente, para o exercício de 2015.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 19/2015 - Carta Convite, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO no item: 1, para a empresa Fabio de Souza Machado ME, no valor total de 51.360,00 (cinquenta e um mil trezentos e sessenta reais).

Maracajá, 29 de abril de 2015.
Itaionara Tramantin Recco
Presidente da Comissão de Licitação

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 44/2015

DECRETO Nº 44, DE 4 DE MAIO DE 2015

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro do Lote Urbano nº (94), da Quadra nº (81), com a área de "Cinco mil e trinta e quatro metros quadrados" (5.034,00 m²), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua São José, esquina formada pela Rua Prefeito Baldissera; com edificação sendo: uma casa residencial, de alvenaria, com a área construída de 69,92 m², que recebeu o nº 1.006, coberta de telhas de barro; Confrontando: ao Norte, com a Rua Prefeito Baldissera, na extensão de 94,50 metros;- ao Sul, com os lotes urbanos nºs: (95-D), de Jorge Moreira Serrano e Moises Lima da Cruz, M. 12.137; e, (95-F), de Pedro Bertolo, M. 14.212, na extensão de 103,00 metros;- ao Leste, com o Lajeado Natal, por linha sinuosa;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 52,00 metros. Imóvel objeto da Matrícula 9.093, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Luiz Gnoatto, portador da CI RG nº 5.069.844-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 280.406.510-34 e sua esposa dona Elsa Gnoatto, portadora da CI RG nº 5.069.843-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 027.873.949-06, ambos brasileiros, agricultores aposentados, domiciliados e residentes na Rua Prefeito Baldissera nº 1006, Maravilha-SC, formando 09 (NOVE) novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo e planta, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Rudimar Norton Begrow, CREA/SC nº 18.993-3, nas dimensões, denominações e confrontações a seguir discriminadas:

LOTE URBANO Nº (94-A), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 39,00 metros da esquina formada pela Rua Prefeito Baldissera, com a área de "Trezentos e sete metros e trinta e quatro centímetros quadrados" (307,34 m²), sem edificações;- Confrontando: ao Norte, com o lote urbano nº (94-B), na extensão de 24,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (95-F), na extensão de 24,00 metros, de Pedro Bertolo, M. 14.212;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (94-E), na extensão de 12,60 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 13,00 metros.

LOTE URBANO Nº (94-B), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 26,00 metros da esquina formada pela Rua Prefeito Baldissera, com a área de "Trezentos e doze metros quadrados" (312,00 m²), sem edificações;- Confrontando: ao Norte, com o lote urbano nº (94-C), na extensão de 24,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Sul, com o lote urbano nº (94-A), na extensão de 24,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (94-E), na extensão de 13,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 13,00 metros.

LOTE URBANO Nº (94-C), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e,

localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 13,00 metros da esquina formada pela Rua Prefeito Baldissera, com a área de "Trezentos e doze metros quadrados" (312,00 m²), sem edificações;- Confrontando: ao Norte, com o lote urbano nº (94-D), na extensão de 24,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Sul, com o lote urbano nº (94-B), na extensão de 24,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (94-E), na extensão de 13,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 13,00 metros.

LOTE URBANO Nº (94-D), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua São José, esquina formada pela Rua Prefeito Baldissera, com a área de "Trezentos e doze metros quadrados" (312,00 m²), sem edificações;- Confrontando: ao Norte, com a Rua Prefeito Baldissera, na extensão de 24,00 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (94-C), na extensão de 24,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (94-E), na extensão de 13,00 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 13,00 metros.

LOTE URBANO Nº (94-E), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Prefeito Baldissera, distando 24,00 metros da esquina formada pela Rua São José, com a área de "Setecentos e noventa e sete metros e noventa centímetros quadrados" (797,90 m²); Confrontando: ao Norte, com a Rua Prefeito Baldissera, na extensão de 15,50 metros;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (95-F), na extensão de 15,50 metros, de Pedro Bertolo, M. 14.212;- ao Leste, com o lote urbano nº (94-F), na extensão de 51,35 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com os lotes urbanos nºs: (94-A, 94-B, 94-C e 94-D), na extensão de 51,60 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093; com edificação, sendo: uma casa residencial, de alvenaria, com a área construída de 69,92 m², que recebeu o nº 1.006, coberta de telhas de barro.

LOTE URBANO Nº (94-F), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Prefeito Baldissera, distando 39,50 metros da esquina formada pela Rua São José, com a área de "Quinhentos e doze metros e sessenta e seis centímetros quadrados" (512,66 m²); sem edificações; Confrontando: ao Norte, com a Rua Prefeito Baldissera, na extensão de 10,00 metros;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (95-F), na extensão de 10,00 metros, de Pedro Bertolo, M. 14.212;- ao Leste, com o lote urbano nº (94-G), na extensão de 51,18 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com o lote urbano nº (94-E), na extensão de 51,35 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093.

LOTE URBANO Nº (94-G), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Prefeito Baldissera, distando 49,50 metros da esquina formada pela Rua São José, com a área de "Quinhentos e onze metros quadrados" (511,00 m²); sem edificações; Confrontando: ao Norte, com a Rua Prefeito Baldissera, na extensão de 10,00 metros;- ao Sul, com parte dos lotes urbanos nºs: (95-D), de Jorge Moreira Serrano e Moises Lima da Cruz, M. 12.137; e, (95-F), de Pedro Bertolo, M. 14.212, na extensão de 10,00 metros;- ao Leste, com o lote urbano nº (94-H), na extensão de 51,02 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com o lote urbano nº (94-F), na extensão de 51,18 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093.

LOTE URBANO Nº (94-H), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Prefeito Baldissera, distando 59,50 metros da esquina formada pela Rua São José, com a área de "Quinhentos e nove metros e trinta e três centímetros quadrados" (509,33 m²); sem edificações; Confrontando: ao Norte, com a Rua

Prefeito Baldissera, na extensão de 10,00 metros;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (95-D), na extensão de 10,00 metros, de Jorge Moreira Serrano e Moises Lima da Cruz, M. 12.137;- ao Leste, com o lote urbano nº (94-I), na extensão de 50,85 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093;- ao Oeste, com o lote urbano nº (94-G), na extensão de 51,02 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093.

LOTE URBANO Nº (94-I), da Quadra nº (81), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Prefeito Baldissera, distando 69,50 metros da esquina formada pela Rua São José, com a área de "Um mil, quatrocentos e cinquenta e nove metros e setenta e sete centímetros quadrados" (1.459,77 m²); sem edificações; Confrontando: ao Norte, com a Rua Prefeito Baldissera, na extensão de 25,00 metros;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (95-D), na extensão de 33,50 metros, de Jorge Moreira Serrano e Moises Lima da Cruz, M. 12.137;- ao Leste, com o Lajeado Natal, por linha sinuosa;- ao Oeste, com o lote urbano nº (94-H), na extensão de 50,85 metros, de Luiz Gnoatto, M. 9.093.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de maio de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÃO ACEMA

ACEMA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE MARAVILHA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria e o Conselho Fiscal da ACEMA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE MARAVILHA, no uso de suas atribuições legais, a fim de tratar de assuntos de interesse da Associação, CONVOCA a todos os associados para uma "Assembléia Geral Extraordinária" com eleição da nova diretoria no dia 14 de maio de 2015, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Maravilha, com início às 08 horas em primeira convocação - com no mínimo metade mais um dos sócios presentes; ou em segunda convocação, às 08h30m, com qualquer número de associados, a fim de deliberarem sobre a prestação de contas e votação da nova diretoria. A apresentação de chapas poderá ocorrer até o início da primeira convocação. Contando com o comparecimento e participação de todos, desde já agradecemos. Membros da Diretoria e Conselho Fiscal da ACEMA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA DE MARAVILHA.

Maravilha-SC, 30 de abril de 2015
Edinar Luiz Zardo
Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3090 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 3090 DE 28 DE ABRIL DE 2015
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1108 - Implantação da Rede de Esgoto Sani-
tário
0601 - 44900000 - Aplicações Diretas
0601 - 30000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 16.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 28 de Abril de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1670 DE 28 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº. 1670 DE 28 DE ABRIL DE 2015
Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual - 2014/2017
E da Lei das Diretrizes Orçamentárias - 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Os anexos de Metas do PPA 2014/2017, aprovado pela Lei nº 1525/2013, ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0030 - GESTÃO ADMINISTRATIVA GERAL
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ação: 1115- Construção da Sede da Câmara de Vereadores
Produto: Prédio
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários
.. R\$ 1.400.000,00

Art. 2º. Para atender ao disposto no Art. 1º desta Lei, fica reduzido no Anexo II - Metas e prioridades da Lei nº 1.525/2013, a seguinte ação:

Programa: 0010 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Ação: 1002- Construção da Sede da Câmara de Vereadores
Produto: Prédio
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.400.000,00

Art. 3º. Os anexos de Metas da LDO 2015, aprovado pela Lei nº 1611/2014, ficam acrescidos da seguinte ação:

Programa: 0030 - GESTÃO ADMINISTRATIVA GERAL
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub-função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ação: 1115- Construção da Sede da Câmara de Vereadores
Produto: Prédio
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 400.000,00

Art. 4º Para atender ao disposto no Art. 3º desta Lei, fica reduzido no Anexo II - Metas e prioridades da Lei nº 1611/2014, a seguinte ação:

Programa: 0010 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO
Função: 01 - LEGISLATIVA
Sub-função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Ação: 1002- Construção da Sede da Câmara de Vereadores
Produto: Prédio
Unidade: Unidade
Meta: 01
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 400.000,00

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE ABRIL DE 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 7.2015 - PP 6.2015 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - FMS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7 / 2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6 / 2015

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público, de acordo com Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de 01 veículo, zero km, movido a gasolina e etanol.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 do dia 18/05/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 18/05/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 28 de Abril de 2015.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

SUZANE E. F. REINKE
Gestora

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 046/2015

DECRETO nº. 046/2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BENS IMÓVEIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 5º, XXIII e art. 170 da CF e art. 40 do Dec. 3.365/41, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. É declarado de utilidade pública para fins de aquisição por doação, compra ou desapropriação, amigável ou judicial, para fins de ampliação do complexo esportivo João Francisco Ostetto e do espaço educacional da E.E.B.M Inês Toneli Napoli, às seguintes áreas:

Aérea 01: " Um terreno urbano com 1.052,00m² (um mil e cinquenta e dois metros quadrados) sito loteamento Canella, na cidade de Meleiro-SC, desta comarca, lote 29 da quadra 20, distando (64,00) metros da esquina da Rua Vidal Ramos, com formato irregular, confrontando frente ao norte com (16,00) metros com a Rua Luiza Napoli Canella e fundos ao sul com (23,71) metros, com terras do Município: oeste com (74,50) metros com o lote 28 e leste com (57,00) metros com o lote 30, parte do imóvel da matrícula sob nº 16.170, Cadastro no Cartório de Imóveis da Comarca de Turvo-SC. Proprietário ARISTIDES CANELLA, para fins de indenização."

Aérea 02: " Um terreno com aérea de 1.332,00 m² (um mil, trezentos e trinta e dois metros quadrados) sito no loteamento Canella, em Meleiro-SC, nesta comarca, lote 28 da quadra 20, distando (80,00) metros da esquina da Rua Vidal Ramos, com formato irregular, confrontando frente norte com (16,00) metros com a Rua Luiza Napoli Canella e fundos ao sul com (23,71) metros com terras do Município; ao oeste com (92,00) metros com o lote 27 e a leste com (74.50) metros com o lote 29, parte do imóvel da matrícula sob nº 16.171, Cadastro no Cartório de Imóveis da Comarca de Turvo-SC. Proprietário ARISTIDES NACELLA, para fins de indenização."

Aérea 03: "Um terreno urbano com área de 2.028,00m² (dois mil e vinte oito metros quadrados) sito no loteamento Canella, na cidade de Meleiro-SC, desta Comarca, lote 27 da quadra 20, com formato irregular, distando (96,00) metros da esquina da Rua Vidal Ramos, confrontando: frente ao norte, com a Rua Luiza Napoli Canella, com (17.50) metros; fundos ao sul com (18,00) metros com terras do Município e com (14,30) metros com terras da Mitra Diocesana; ao oeste com João Pelegrini, com (98,00) metros e leste com o lote 28, com (92,00) metros, parte do imóvel da matrícula sob nº 16.172, Cadastro no Cartório de Imóveis da Comarca de Turvo-SC. Proprietária LUCIANA CANELLA, para fins de indenização."

Art. 2º. Fica o Município Expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão de posse do imóvel a que se refere este Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.9.00. 00.00.00.00.0080 - Aplicação

Direta do Orçamento Vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

EXTRATO ADITIVO Nº 003/2015 - CONTRATO Nº 060/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2015 (Prorrogação de prazo)

Contrato nº. 060/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CEDRO INFRAESTRUTURA VIÁRIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, sinalização e pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), na Avenida Silvio Jorge Zanette, com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo.

Vigência Início: 06/01/2015 Término: 04/06/2015

Data da assinatura: 02 de janeiro de 2015.

PORTARIA N.º 190/2015

PORTARIA n.º 190/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SANTINA MANOEL FERNANDES, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Sonia Elzi Sartori Manfredini, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 191/2015

PORTARIA n.º 191/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita CLARISSE GIANIZZELLA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Vanessa Delair Toreti Scarabelot, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 178/2015

PORTARIA n.º 178/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ELIANE ALEXANDRE COSTA PIROLA, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 13 de Fevereiro de 2010 a 11 de Fevereiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIA n.º 179/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita ESTELA MEZZARI SIMONI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Eliane Alexandre Costa Pirola, em virtude de Licença Prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 187/2015

PORTARIA n.º 187/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ADILTON PESSETI CONTI, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aposentadoria, junto ao INSS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/05/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 039/2000.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIA nº 192/2015
TRATA DA EXONERAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, o Senhor PEDRO COSTA DE SOUZA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/05/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 017/2004.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 193/2015

PORTARIA n.º 193/2015
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita MAIRA CONSENSO POLLI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 002/2015

PORTARIA nº 002/2015
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 1,3% (UM VÍRGULA TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO SAMAE QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º Aos servidores públicos municipais do Samae relacionados no Anexo Único, desta Portaria, o adicional de 1,3% (um vírgula três por cento) referente ao triênio previsto no artigo 23 da Lei Complementar n.º 037/2013, de 03 de dezembro de 2013. Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

A N E X O Ú N I C O

Nº MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR (A)	ADICIONAL %
14	CARLOS ALBERTO DA SILVA	1,3 %
13	MÔNICA GRAZIELE BÚRIGO	1,3%

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA nº 003/2015
DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO SAMAE QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao servidores públicos municipais do Samae com cargos de Nível Médio, relacionados no Anexo Único, desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento /

Atualização, prevista no artigo 21, §1º, da Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
CARLOS ALBERTO DA SILVA	4D	4E
JULIANO FERNANDES	4F	4G
MÔNICA GRAZIELI BÚRIGO	4F	4G

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 180/2015

PORTARIA nº 180/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 1,3% (UM VÍRGULA TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º Aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, desta Portaria, o adicional de 1,3% (um vírgula três por cento) referente ao triênio previsto no artigo 23 da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

Nº MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR (A)	ADICIONAL %
554	ADAIR PASINI	1,3 %
315	ADAIR ZANELATTO	1,3%
326	ADILTON PESSETI CONTI	1,3%
118	AGDA F. SCHNEIDER SCARSANELA	1,3 %
1228	ALBINA GOMES DE CARVALHO	1,3 %
341	ALESSANDRA PETERLE CONTI	1,3 %
157	ALMIR PEDRO PEREIRA	1,3 %
1186	ANABELLE DE PELEGRINI THOME DA SILVA	1,3 %
1185	ANDERSON SCARDUELI	1,3%
911	ANDRÉIA BORTOLOTTI ANTUNES	1,3%
575	ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO	1,3%
1224	ANNE MARY DESTRO	1,3 %
351	ANTONIO JOSÉ MACARINI	1,3%
151	ANTONIO SIMONI DE OLIVEIRA	1,3%
905	CLARI SOUSA MARCELINO	1,3%
1029	CLEIMAR MOTA	1,3%
1148	CRISTIANE DOS SANTOS BUZZELLO	1,3%
1150	CRISTIANI FELISBERTO SCARPARI	1,3%
1258	DAIANI MACARINI	1,3%
1	DANILO FLORES DA SILVA	1,3 %
89	DIÓGENES PAZINI MANFREDINI	1,3 %
314	ÉDNA VIERO TORETI	1,3 %
714	ÉDSON DE OLIVEIRA CLARO	1,3 %
10014	ELIEGE GONÇALVES CAVALER DELA VECHIA	1,3 %
19	ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO	1,3 %
494	ERLEIARUTE CORRENTE PETERLE	1,3%
863	FERNANDA FERREIRA	1,3%
1179	FERNANDA SCHUVARTZ CARBONI	1,3%
503	FRANCISCO PAULO KRUGER	1,3%
1239	GEISE RECCHIA	1,3%
1033	GEOVANI SCARABELOTTI HUBBE	1,3%
47	GRACIA VANILDA M. SCHIMITIS	1,3%
10002	IVONETE MOREIRA	1,3%
1160	JACIRA PETERLE	1,3%
327	JADIR TRENTO	1,3%
1222	JANAINA FABRIS DAL PONT	1,3%
935	JANETE DAL MOLIN MICHELS MARTINS	1,3%
452	JANIA CLEIDE ZANELATTO LODETE	1,3%
1037	JAQUELINE MARTINS WALNIER	1,3 %
710	JARDEL XAVIER DE MOURA	1,3%
472	JOÃO ANDRÉ AZEVEDO DOS SANTOS	1,3%
332	JOÃO BATISTA SALVALAIO	1,3%
155	JOÃO DILNEI CARMINATI	1,3%
1009	JOELCIO FERNANDES	1,3%
711	JOELMA TORETTI DORDETE	1,3%

66	JOSÉ ÊNIO DAL TOÉ	1,3%
144	JOSÉ FRANCISCO MERÊNCIO	1,3%
177	JOSUÉ DA SILVA	1,3%
1133	JULIANO XAVIER DE MOURA	1,3%
1349	KATRINE CASAGRANDE	1,3%
1183	LEONI ALBANO	1,3%
1182	LINDOMAR FRANCISCO DAMÁSIO	1,3%
161	MARGARIDA ZEFERINO GOMES	1,3%
549	MARIA CLAIR ROSSO NETO	1,3 %
727	MARIA DE FÁTIMA MERÊNCIO PAGNAN	1,3 %
712	MARIA TEREZA ALBANO	1,3 %
74	MARISA DA C. BÚRIGO FASCIM	1,3%
1223	MELISSA BOEIRA ZAPALA	1,3%
323	OSÉIAS CORRENTE	1,3%
340	PATRÍCIA MATHEOS MIGUEL	1,3%
1161	PATRÍCIA SATOR BAESSO	1,3%
316	PAULINA SCARABELOT MACARINI	1,3%
604	PEDRO ALÉSSIO ZANELATTO	1,3%
1301	REMIO MORAES DE SOUZA	1,3%
171	ROSINHA DE SOUZA ALEXANDRE	1,3%
708	SANDRA SIMON PEREIRA	1,3%
1147	SANDRO EFFTING	1,3%
10010	SÍLVIO ROGÉRIO CALDAS	1,3 %
56	SOLANGE SIMONI DORDETE	1,3 %
992	SOLANGE TEREZINHA DE FIGUEIREDO JANUÁRIO	1,3%
709	TADEU ROGÉRIO BONFANTE	1,3 %
1152	TÂNIA ALEXANDRE MOTA	1,3%
1164	THIAGO MANFREDINI ZANETTE	1,3%
896	VALDEMAR LANGER	1,3%
804	VALMIR ALÉSSIO ZANELATTO	1,3%
1360	VALMIR MANENTI	
111	VANDERLEI DOS SANTOS AMÉRICO	1,3 %
1181	VANOIR MACHADO BERTI	1,3%
558	VILMAR MOTTA TRISTÃO	1,3 %
1003	VOLNEI ANTUNES CARDOSO	1,3%

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 181/2015

PORTARIA nº 181/2015

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao servidores públicos municipais com cargos de Nível Superior, relacionados no Anexo Único, desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 21, §1º, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
ADAIR PASINI	5A	5B
AGDA F. SCHNEIDER SCARSANELA	5F	5G
ANABELLE DE PELEGRINI T. DA SILVA	4D	4E
ANNE MARY DESTRO	4D	4E
ANTONIO SIMONI DE OLIVEIRA	5G	5H
CRISTIANE DOS SANTOS BUZZELLO	4H	4I
FERNANDA FERREIRA	1G	1H
GEISE RECCHIA	4D	4E
GIOVANNA DANIEL DAL TOÉ	4C	4D
JOÃO ANDRÉ AZEVEDO DOS SANTOS	4L	4M
JOSÉ ÊNIO DAL TOÉ	6F	6G
MELISSA BOEIRA ZAPALA	4D	4E
REMIO MORAES DE SOUZA	1C	1D
SANDRA SIMON PEREIRA	5B	5C
SANDRO EFFTING	1H	1I
SÍLVIO ROGÉRIO CALDAS	5G	5H
TADEU ROGÉRIO BONFANTE	5I	5J
TANIA ALEXANDRE MOTA	4L	4M
TATIANA AMBONI	4D	4E

THIAGO MANFREDINI ZANETTE	4D	4E
VIVIANI MARTINS DOS SANTOS	1H	1I

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 182/2015

PORTARIA nº 182/2015

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao servidores públicos municipais com cargos de Nível Médio, relacionados no Anexo Único, desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 21, §1º, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
ALESSANDRA PETERLE CONTI	2B	2C
ALMIR PEDRO PEREIRA	2G	2H
ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO	4L	4M
CRISTIANI FELISBER- TO SCARPARI	1H	1I
DAIANI MACARINI	4D	4E
DIÓGENES PAZINI MANFREDINI	5L	5M
EDNA VIEIRO TORETI	2C	2D
ELIEGE G. CAVALER DELA VECCHIA	5E	5F
ERLEIARUTE CORREN- TE PETERLE	1M	2A

GRACIA V. MACARINI SCHIMITIS	6E	6F
IVONETE MOREIRA	3A	3B
JACIRA PETERLE	1D	1E
JANAINA FABRIS DAL PONT	4E	4F
JAQUELINE MARTINS VALNIER	4E	4F
JOELMA TORETTI DORDETE	1L	1M
KATRINE CASAGRANDE	1M	2A
MARIA CLAIR ROSSO NETO	1L	1M
MARISA DA C. BÚRIGO FASCIM	6J	6L
MIRIAN BIZ SASSO MINATTO	6G	6H
PATRICIA SARTOR BAESSO	1E	1F
SOLANGE SIMONI DORDETE	6E	6F
VILMAR MOTTA TRIS- TÃO	4L	4M

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIA nº 183/2015

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art 1º Aos servidores públicos municipais com cargos de Nível Fundamental, relacionados no Anexo Único, desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 21, §1º, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
ADAIR ZANELATTO	2C	2D
ALBINA GOMES DE CARVALHO	4I	4J
AMARFELINA MOTA DA BOIT	4J	4L
ANDERSON SCARDUELI	1J	1L
ANDRÉIA BORTOLOTO ANTUNES	4H	4I
ANDRÉIA DUARTE DE OLIVEIRA	1J	1L
ANTONIO JOSÉ MACARINI	2B	2C
ARCÂNGELO BROVEDAN VIEIRA	4E	4F
CLARI SOUSA MARCELINO	1I	1J
CLEIMAR MOTA	4F	4G
DANILO FLORES DA SILVA	3C	3D
EDSON DE OLIVEIRA CLARO	1I	1J
FERNANDA SCHUVARTZ CARBONI	4G	4H
FRANCISCO PAULO KRUGER	2M	3A
GEOVANI SCARABELLOTT HUBBE	4E	4F
IVONETE MINATO	5H	5I
JADIR TRENTA	5B	5C
JANETE DAL MOLIN M. MARTINS	5B	5C
JANIA CLEIDE ZANELATTO LODETE	1M	2A
JOÃO DILNEI CARMINATI	5F	5G
JOELCIO FERNANDES	4E	4F
JOSÉ FRANCISCO MERÊNCIO	5H	5I
JOSUÉ DA SILVA	5F	5G
LENIR BORDIGNON FERNANDES	1H	1I
LEONI ALBANO	1E	1F
LINDOMAR FRANCISCO DAMÁSIO	1D	1E
LUCEMAR CORAL DE SOUZA	4I	4J
MARGARIDA ZEFERINO GOMES	5G	5H
MÁRCIA APARECIDA D. DA ROCHA	2I	2J
MARIA DE FÁTIMA DA BOIT	5B	5C
MARIA DE FÁTIMA MERÊNCIO PAGNAN	1J	1L
MARIA LUIZA ZANELATTO Córneo	1G	1H
MARIA TEREZA ALBANO	1I	1J
MARLENE ALÉSSIO ZANELATTO	5B	5C
MARLI DA SILVA MAFIOLETTI	1I	1J

OSÉIAS CORRENTE	5B	5C
PATRÍCIA MATHEOS MIGUEL	5B	5C
PAULINA SCARABELLOTT MACARINI	5C	5D
PEDRO ALÉSSIO ZANELATTO	1J	1L
PEDRO COSTA DE SOUZA	1L	1M
ROSINÉIA DA SILVA TOMAZI	4F	4G
ROSINHA DE SOUZA ALEXANDRE	2F	2G
SOLANGE TEREZINHA DE F. JANUÁRIO	4G	4H
VALDEMAR LANGER	1G	1H
VANDERLEI DOS SANTOS AMÉRICO	2I	2J
VALMIR MANENTI	1D	1E
VANOIR MACHADO BERTI	4D	4E
VOLNEI ANTUNES CARDOSO	1E	1F

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 184/2015

PORTARIA nº 184/2015

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao servidores públicos municipais do magistério - Professores com carga horária de 30 horas semanais - relacionados no anexo Único, desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 42, §1º, da Lei nº 1409/2009, e em conformidade com o anexo II da Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
IVONIR DE OLIVEIRA BRISTOT	8D	8E
PAULA MARAGNO	8B	8C

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 185/2015

PORTARIA nº 185/2015

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao servidores públicos municipais do magistério - Professores com carga horária de 20 horas semanais - relacionados no anexo Único desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 42, §1º, da Lei nº 1409/2009, e em conformidade com o anexo II da Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
ANDREIA ROCHA GONÇALVES	8H	8I
ANDREIA DE CEZARO C. PASINI	8G	8H
ANGELA Mª VALNIER DE LUCA	8J	9A
CLEONICE G. PASINI PIAZZA	9E	9F
DANIELA BENEDET PASINI	8D	8E

DULCINEIA MARTINS B. MACHADO	9C	9D
EDNA APARECIDA STRADIOTO SILVERIO	8F	8G
ELIANE ALEXANDRE COSTA PIROLA	8J	9A
JORGE LUIZ CARVALHO	8B	8C
LEA SONIA P. BERKENBROCH	9E	9F
LUCIA MOTA DE OLIVEIRA	8I	8J
LUCILENA ZAVARIZ	7I	7J
MARIA PAULINO SIPINSKI	8B	8C
MARISA ARLETE MILANEZ	8D	8E
MARISA DE LUCA PIAZZA	8I	8J
MICHELIA FABRIS FERNANDES	8B	8C
NAIR LOURDES DA SILVA BAESSO	7I	7J
PAULA BEATRIZ CONTI RÉUS	8A	8B
ROSANE BRISTOT PIAZZA	8H	8I
ROZANE PIROLA MOTTA	8I	8J
SCHEILA SERAFIM F. FREITAS	7I	7J
SIDENEI SCHUWARTZ	2D	2E
SONIR MAFFIOLETTI BORDIGNON	8I	8J
TANIA REGINA PIAZZA ROSSI	9B	9C

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 186/2015

PORTARIA nº 186/2015

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art 1º Ao servidores públicos municipais do magistério - Professores com carga horária de 40 horas semanais - relacionados no anexo Único, desta Portaria, a Progressão Funcional referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 42, §1º, da Lei nº 1409/2009, e em conformidade com o anexo II da Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
ANA LUCIA PEREIRA CAR- RADORE	8I	8J
ANA PAULA DE LUCA VIEIRA	9B	9C
ELEIZA PRESA MOTTA DORDETE	8B	8C
FABIA ROBERTA P. ME- DONÇA	9A	9B
IVANIR ANTUNES CAR- DOSO	8F	8G
JADNA PASINI MARTI- NELLO	9B	9C
JANE ZANETTE FERNANDES	8J	9A
LENIR ANTUNES CARDOSO NOLA	9E	9F
LILIAN ISANA G. R. OEN- NING	7H	7I
LUCIANA DESPACIA AM- BONI	9B	9C
MARIA ADRIANA DUARTE TRENTO	8F	8G
MARIA DE LOURDES DAL PONT COLOMBO	9D	9E
MARIA ELIANE T. TRAMON- TIN	9G	9H
MARIA ROSANGELA B. DAL PONT	8E	8F
ROSANGELA RAMOS PEREIRA	8C	8D
SONIA ELZI S. MANFRE- DINI	9A	9B
VANDERLEIA DE LUCA ANTUNES	9F	9G
VANDERLEIA PIROLA ISE	8J	9A
VANESSA DELAIR TORETI SCARABELOT	9A	9B
ZENIR LODETE STRADIOTO	8G	8H
ZULEIDE POLLA	9A	9B

Meleiro, 30 de Abril de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 188/2015

PORTARIA nº 188/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JOÃO BATISTA SALVALAIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 189/2015

PORTARIA nº 189/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA O CRAS

.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei n.º 1637/2014, de 26 de março de 2014, e Lei nº 1640/2014, de 03 de Abril de 2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita VANESSA FERNANDES XAVIER, para ocupar o cargo de Assistente Social, para exercer suas atividades no Cras, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0122/2015

Decreto nº 122/2015 de 27/04/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 105/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 105/2015, Modalidade Leilão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS DO MUNICIPIO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2196/2015 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, adjudicado a favor dos seguintes arrematantes:

Comprador	Valor Total Homologado
EDUARDO FERRONATO	4.000,00
MAURO LUCIANO REMOR	30.500,00
MARY MANAMI IKE	10.250,00
HYGOR ZORAK DE MACEDO	2.050,00
VANDERLEI JORGE MIKULSKI	30.000,00
SILVIO DONIZETE DE OLIVEIRA JUNIOR	109.500,00
PAULO REGIO DELFIM MACHADO	71.500,00
RICARDO HENRIQUE GOMES MARTINS	2.400,00
INGRID MARIA MULLER	19.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 27 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0124/2015

DECRETO Nº 124/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº198/2015 PREGÃO Nº021/2015 CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal 8.666/93, com alterações subsequentes,

CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública, que pode rever os atos, tudo em consonância com o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 49 da Lei nº. 8.666/93, A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO as disposições do item 17.2 do Edital do Processo Licitatório nº 198/2015 Modalidade Pregão Presencial nº 021/2015, prevendo que, a licitação poderá ser revogada em qualquer fase, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CONSIDERANDO que reavaliando a publicidade dada ao Processo Licitatório Nº 198/2015, verificou-se que devido ao feriado do dia 21 de abril de 2015, a publicidade legal não atingiu os 08 (oito) dias úteis, de conformidade com o art. 4 da Lei nº 10.520/02;

DECRETA:

Art. 1º- Fica ANULADO o Processo licitatório nº 198/2015, Pregão Nº 021/2015, com fundamento no caput, do artigo 49, da Lei nº. 8.666/93, nas demais disposições legais, em especial objetivando o atendimento do interesse publico, e o princípio da legalidade e da publicidade.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 28 de Abril de 2015.
RICARDO LUIZ MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADONA DATA SUPRA:

ADILSON CESAR BRAUN
DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO 48/2015

Extrato de Contrato nº 48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 108/2015

Contrato n. 48/2015

Contratada: GB VEÍCULOS LTDA ME

Valor: R\$ 16.500,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS REALIZAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 49/2015

Extrato de Contrato nº 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 108/2015

Contrato n. 49/2015

Contratada: AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA - ME

Valor: R\$ 12.770,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS REALIZAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 51/2015

Extrato de Contrato nº 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 107/2015

Contrato n. 51/2015

Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA E MECANICA LTDA - ME

Valor: R\$ 46.592,90

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato tendo por objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISICAO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 52/2015

Extrato de Contrato nº 52/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 107/2015

Contrato n. 52/2015

Contratada: AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA - ME

Valor: R\$ 7.832,90

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato tendo por objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISICAO DE OLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 54/2015

Extrato de Contrato nº 54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 202/2015

Contrato n. 54/2015

Contratada: RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA - EPP

Valor: R\$ 21.200,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA - EPP (RÁDIO NOVA FM), OBJETIVANDO SERVIÇOS RADIOFÔNICOS (FM) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COM PROGRAMA SEMANAL DE 08 (OITO) MINUTOS CADA, LEVADO AO AR AOS SÁBADOS, ELABORADO E APRESENTADO PELA PREFEITURA DE MODELO, E MAIS TRÊS INSERÇÕES DIÁRIAS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS CADA LEVADOS AO AR DE SEGUNDAS À SEXTAS-FEIRAS, EM HORARIOS QUE SERÃO ESTABELECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A CONTRATADA, ATENDENDO O INTERESSE PÚBLICO EM ESPECIAL O DE GARANTIR A AMPLA PUBLICIDADE, NO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2015.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM 02/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Adm. n. 02/2015

Contratado: POSTO MODELO LTDA

Valor: R\$ 2.108,25

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou ADITAMENTO DO CONTRATO 02/2015 REALIZADO COM O POSTO MODELO LTDA, SENDO O VALOR DO PRESENTE ADITIVO NO VALOR DE R\$ 2.108,25 (DOIS MIL CENTO E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), QUE CORRESPONDEM À 750 LITROS DE ÓLE DIESEL S-10 OBJETO DO CONTRATO PRINCIPAL.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM 22/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato n. 22/2015

Contratada: VOLNEI BALDIN

Valor: R\$ 5.106,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VOLNEI BALDIN, OBJETIVANDO SERVIÇOS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE TODO O GINÁSIO DE ESPORTES ESPIRIDÃO AMIM, COMPREENDENDO OS BANHEIROS, VESTIÁRIOS, QUADRA, ARQUIBANCADAS, SALA ANEXA DOS FUNDOS, ENTRADA DA FRENTE E FUNDOS, E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO DE ESPORTES. DEVENDO MANTER O GINÁSIO ABERTO QUANDO VENDIDOS OS HORÁRIOS, BEM COMO FAZENDO A FISCALIZAÇÃO DO TEMPO DE JOGO DOS HORÁRIOS. O CONTRATADO DEVERÁ EXPLORAR A

COPA E COZINHA EXISTENTE NO GINÁSIO.

Modelo (SC), 29 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2015

Extrato de Contrato Nº 050/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 153/2015
Contrato n. 050/2015
Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA
Valor: R\$ 772.647,13

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade concorrência nº 001/2015, para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE - ETAPA II (PARTE DA OBRA) COMPREENDENDO OS SERVIÇOS: PLACA, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO (SENDOS: REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO, BASE PARA PAVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE), DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO (SENDOS: PLACAS E POSTE), DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.921-44/2013/MTUR/CAIXA, EMPREITADA GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS.

Modelo (SC), 30 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2205/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2205/2015 DE 29 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER,
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MODELO, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de:

- I. Empreendimentos Comunitários;
- II. Equipamentos Comunitários;
- III. Saneamento Básico - Água;
- IV. Sistema Viário;
- V. Apoio ao Turismo.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 29 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

PORTARIA Nº 037/2015

PORTARIA Nº 037/2015 de 20.04.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora JACINTA NELI DILL RAUBER, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Saúde Pública, lotada no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho de função gratificada, a partir de abril de 2015, conforme abaixo especificado:

Código - FG/Denominação:

Função Gratificada: FG - 02 - 50 % sobre o vencimento base do

Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação de atividades das campanhas de vacinas, no Setor de Vacinação vinculado à Vigilância Epidemiológica, no Departamento de Saúde do Município de Modelo - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 20 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

PORTARIA Nº 038/2015

PORTARIA Nº 038/2015 de 20.04.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora JULIANA PAVALICINI CESCO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo da Saúde, lotada no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho de função gratificada, a partir de abril de 2015, conforme abaixo especificado:

Código - FG/Denominação:

Função Gratificada: FG - 02 - 50 % sobre o vencimento base do Município.

Atribuição: Designação para desempenho da coordenação das atividades de cadastramento e atualização dos dados do cartão SUS das famílias dos ESFs 1 e 2 do município de Modelo, no Departamento de Saúde no Município de Modelo - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 20 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

PORTARIA Nº 048/2015

PORTARIA Nº 048/2015 de 28.04.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do respectivo departamento e requerimentos da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Alidiane Zamprogna	24.08.2012 a 23.08.2013	04.05.2015 a 02.06.2015 (30 dias)
Alidiane Zamprogna	24.08.2013 a 23.08.2014	03.07.2015 a 01.08.2015 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 28 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 049/2015

PORTARIA Nº 049/2015 de 28.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALIDIANE ZAMPROGNA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal ALIDIANE ZAMPROGNA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, conforme Decreto de nomeação nº 154/2004 de 24.08.2004, 30 (trinta) dias de PRÊMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 08/2004 a 08/2009, a ser usufruído no período de 03.06.2015 a 02.07.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 28 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Monte Carlo**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS. PNEUS, PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES E DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender as necessidades da Administração Municipal de Monte Carlo - SC através dos órgãos participantes.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DA "PROPOSTA DE PREÇOS": das 00:01 horas do dia 04/maio/2015 até às 08:00 horas do dia 14/maio/2015

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:15 horas do dia 14/maio/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08:15 horas do dia 14/maio/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: www.cidadecompras.com.br

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:30 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 30 de Abril de 2015

DELCIR BARZOTTO

Diretor de Departamento Compras

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI Nº 1693/2015

LEI Nº 1693/2015

"DENOMINA RUA NELSON MENDES DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Nelson Mendes, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua 01, situada no Bairro Munheca, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Abril de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI Nº 1694/2015

LEI Nº 1694/2015

"DENOMINA RUA ARGENTILO NIERO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Argentilo Niero, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua 02, situada no Bairro Munheca, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Abril de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI Nº 1695/2015

LEI Nº 1695/2015

"DENOMINA RUA GILIO SILVEIRA NIERO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Gilio Silveira Niero, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua 03, situada no Bairro Munheca, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Abril de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI Nº 1696/2015

LEI Nº 1696/2015

"DENOMINA RUA JOLVINO HENCHER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Jolvino Hencher, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua 04, situada no Bairro Munheca, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Abril de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI Nº 1697/2015

LEI Nº 1697/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO RECICLANIP, VISANDO DESENVOLVER AÇÕES CONJUNTAS E INTEGRADAS PARA PROTEGER O MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DA DESTINAÇÃO, AMBIENTALMENTE ADEQUADA, DOS PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação RECICLANIP, estabelecida à Rua Flórida, Bairro Brooklin Novo, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.892.627/0001-06, visando desenvolver ações conjuntas e integradas para proteger o meio ambiente, através da destinação, ambientalmente adequada, dos pneumáticos inservíveis.

Art. 2.º A execução do Convênio, de que trata o Art. 1.º, dar-se-á através das seguintes competências:

I - Por parte da RECICLANIP:

a) efetuar o carregamento dos veículos de transporte dos pneus, certificando-se e garantindo que o local atenda as exigências legais a que se destina;

b) retirar os pneus inservíveis, quando solicitado, com frequência a ser estabelecida entre as partes convenientes, após o início das operações, dando-lhes destinação ambientalmente adequada, nos termos da legislação vigente, em particular da Resolução 258/99 do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente;

c) informar ao Município de Morro da Fumaça, mensalmente, a quantidade de pneus retirados;

d) informar ao Município de Morro da Fumaça, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, as comunicações recebidas de órgãos ambientais ou do Ministério Público, que possam acarretar prejuízo na realização do Convênio.

Art. 3.º O convênio, autorizado pela presente Lei, terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Abril de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI Nº. 1699/2015

LEI nº. 1699/2015

“FICA ALTERADA A REDAÇÃO DO §1º DO ARTIGO 20 DA LEI MUNICIPAL N. 1.176, DE 10 DE OUTUBRO DE 2005, CONSIDERANDO O QUE DISPÕE A LEI FEDERAL DE Nº 12.696 DE 25 DE JULHO DE 2012, ART. 132 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais regimentais,
Faz saber que a câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica alterada a redação do §1º do Art. 20 da Lei Municipal nº 1.176, de 10 de Outubro de 2005, que passa a vigor:

Art. 20

§ 1º - Os conselheiros tutelares serão escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha. O pleito será organizado e coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e fiscalizado pelo Ministério Público, que deverá ser previamente comunicado antes de iniciar-se o procedimento para que o acompanhe em sua inteireza.

[...]

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 30 de Abril de 2015

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

PORTARIA Nº 02/2015

PORTARIA Nº 02/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015

O senhor FELIPE PEDROSO, presidente da comissão referente ao processo seletivo público Nº008/2015, designado pelo decreto Nº041/2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, DANDARA BERTAN GUOLO, Diretora Departamento III, inscrita sob a matrícula nº 2692, RENATA DAGOSTIM, Enfermeira, inscrita sob a matrícula nº 3315, DARIANE PAGNAN PALADINI, Psicóloga, inscrita sob a matrícula nº 3858, LARISSA CONTI MACCARI, Assistente Social, inscrita sob a matrícula nº 4663, EDIVAR MARTINS, Vigilante Sanitário, inscrito sob a matrícula nº 1086, CRISTINA MACCARI, Enfermeira, inscrita sob a matrícula nº 4374, EVELIZE ZANATTA DA ROSA, Assistente Social, inscrita sob a matrícula nº 3850, JESSICA SAVIATO SALVAN, Farmacêutica, inscrita sob a matrícula nº 4597, MARLI MARTINS TAUFEMBACK, Educadora Física, inscrita sob a matrícula nº 4297,

FLAVIA MARIA JUNG FOGAÇA, Diretora de Departamento III, inscrita sob a matrícula nº 2426 e VIVIANE INÁCIO DA SILVA, Diretora de Departamento II, inscrita sob a matrícula nº 4734, para exercerem a função de fiscal durante a prova escrita relativa ao processo seletivo público Nº008/2015.

Art. 2º. Esta Portaria passa a ter seus efeitos a partir de 30 de Abril de 2015.

Comissão referente ao processo seletivo público Nº008/2015, em 30 de Abril de 2015.

Felipe Pedroso

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Nº088/2015

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

PROCESSO SELETIVO Nº. 009/2015

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA - SC. PROCESSO SELETIVO Nº. 009/2015. A Comissão do Processo Seletivo Nº 009/2015, nomeada pelo Decreto Nº 045/2015, torna público que se encontram abertas as inscrições no período de 18 de Maio de 2015 a 19 de Maio de 2015, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, relativos a admissão dos profissionais para os cargos de: 1 - Zelador; 2 - Cozinheiro; 3 - Motorista; 4 - Agente Comunitário de Saúde; e 5 - Musico, para preenchimento de cargos constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, para admissão em caráter temporário e cadastro de reserva, através de aplicação de prova escrita de acordo com as instruções constantes no Edital disponível na Secretaria de Saúde, Rua Deputado Antônio Guglielmi Sobrinho, 367, Centro, Morro da fumaça - SC. Morro da fumaça em 29 de Abril de 2015. FELIPE PEDROSO - Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

Navegantes

PREFEITURA

AMOSTRAS PP 19/2015

29 de abril de 2015

Avaliação do Processo Licitatório

A Comissão de Licitação composta por Jeferson Belotto e outros, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 19/2015 - PR.

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES		
Item	Avaliação	Descritivo/
27	Reprovado	Luva de Latex limpeza/ não apresentou amostra.
47	Reprovado	Saco de lixo/ não apresentou amostra.

JP DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
15	Reprovado	Escova p/limpeza/Descritivo pede com pegador em cima, amostra apresentada não possui pegador.
19	Aprovado	Esponja p/limpeza/ Atende o descritivo/edital
20	Aprovado	Fósforo/ Atende o descritivo/edital
21	Reprovado	Guardanapo/Medida no descritivo 23,5x22CM, amostra apresentada medida 20x22,5CM.
25	Aprovado	Luva de látex/limpeza /Atende o descritivo/edital
26	Aprovado	Luva de látex/limpeza /Atende o descritivo/edital
30	Aprovado	Pano de preato/ Atende o descritivo/edital
31	Reprovado	Papel higiênico/Não atende o descritivo/edital, amostra não é picotado.
33	Aprovado	Pasta limpeza pesada/ Atende o descritivo/edital
35	Aprovado	Papel toalha/ Atende o descritivo/edital
37	Reprovado	Prato descartável redondo, não apresentou amostra.
38	Aprovado	Rodo de alumínio/ Atende o descritivo/edital
39	Aprovado	Saco de tecido/ Atende o descritivo/edital
50	Aprovado	Vassoura de nylon/ Atende o descritivo/edital
51	Aprovado	Vassoura de milho/ Atende o descritivo/edital

COINTER Material Medico Hospitalar LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
14	Aprovado	Detergente Multienzimatico/Atende o descritivo.

PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI-ME		
Item	Avaliação	Descritivo
09	Aprovado	Copo descartável/ Aprovada
18	Aprovado	Esponja de aço/ Atende o descritivo/edital

40	Reprovado	Saco p/lixo/Não atende o descritivo/edital/ tamanho menor que o especificado.Contem 10 unidades, no descritivo pede 100. Embalagem não lacrada, não rotulada. Sem registro no MS.
41	Reprovado	Saco p/lixo/Não atende o descritivo/edital/ tamanho menor que o especificado.Contem 10 unidades, no descritivo pede 100. Embalagem não lacrada, não rotulada. Sem registro no MS.
42	Reprovado	Saco p/lixo/Não atende o descritivo/edital/ tamanho menor que o especificado.Contem 10 unidades, no descritivo pede 100. Embalagem não lacrada, não rotulada. Sem registro no MS.

AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

Item	Avaliação	Descritivo
01	Reprovado	Agua Sanitaria/Não atende as especificações do descritivo no rotulo. Avalidade da amostraé de 12 meses, no descritivo é 36 meses.
06	Reprovado	Bacia/não apresentou a amostra.
10	Reprovado	Colher/não apresentou a amostra
13	Aprovado	Detergente/atende o descritivo, edital
16	Aprovado	Escova vaso sanitário/ atende o descritivo, edital
17	Aprovado	Escova para limpeza estrumeto/ atende o descritivo, edital
24	Aprovado	Limpador Multi Uso/ Atende o descritivo/ edital
29	Aprovado	Pa metali ca/ Atende o descritivo/edital
34	Aprovado	Pedra sanitária/ Atende o descritivo/edital
36	Aprovado	Prato descartável/ Atende o descritivo/edital
43	Reprovado	Não apresentou amostra
44	Aprovado	Sabão em barra/ Atende o descritivo/edital
45	Aprovado	Sabão em po/ Atende o descritivo/edital
46	Aprovado	Saponacio/ Atende o descritivo/edital
48	Aprovado	Sabonete/ Atende o descritivo/edital

PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP

Item	Avaliação	Descritivo
02	Reprovado	Alcool 92,8% / Não atende o descritivo/Amostra apresentada Alcool 92,6%.
03	Aprovado	Alcool 70% / Atende o descritivo/edital
11	Aprovado	Desinfetante de uso Geral/ Atende o descritivo/edital
23	Aprovado	Limpo vidro/ Atende o descritivo/edital
49	Aprovado	Sabonete Refil 800ML/ Atende o descritivo/edital

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME

Item	Avaliação	Descritivo
04	Aprovado	Balde Plastico/19L/ Atende o descritivo/edital
05	Aprovado	Balde Plastico/30L /Atende o descritivo/edital
07	Aprovado	Bacia pequena/ Atende o descritivo/edital

08	Aprovado	Copo descartável 50ML /Atende o descritivo/edital
22	Aprovado	Garfo de Plastico/ Atende o descritivo/edital
28	Aprovado	MOP úmido para limpeza de chão/ Atende o descritivo/edital

DEIVID REINERT - ME

Item	Avaliação	Descritivo
82	Aprovado	Papel higiênico rolo/ Atende o descritivo/edital

Jeferson Belotto

AVALIAÇÃO AMOSTRAS PP 19/2015**AVALIAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

A EQUIPE DE APOIO DE APOIO DE LICITAÇÃO, INFORMA AVALIAÇÃO DOS PROPONENTES HABILITADOS PARA FORNECIMENTO DE ITENS DESCRITIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 - F.M.S.

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP ITENS: 1, 27, 47, 40, 41 E 42

PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA-ME ITENS: 15, 37 E 43.

AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA: 21 E 31

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. ITENS: 06 E 10

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES ITEM 02

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELE JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 30 DE ABRIL DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO 03/2015 FMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCURSO Nº 3/2015 FMC

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCURSO VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE NAVEGANTES, REALIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/06/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/06/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 30 de Abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCURSO Nº 3/2015 FMC

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCURSO VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE NAVEGANTES, REALIZADO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/06/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/06/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 30 de Abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS ÀS AULAS PRÁTICAS DO CURSO PROFISSIONALIZANTE DE PANIFICAÇÃO OFERECIDO À COMUNIDADE, REALIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CIDADANIA PROFª ESTER SEDREZ RÉGIS, DURANTE O ANO DE 2015, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/05/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 14/05/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 30 de Abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECISÃO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO

Decisão Pedido de Reequilíbrio -001/2015 - Promefarma Representações Comerciais Ltda.

A empresa, Promefarma Representações Comerciais Ltda, CNPJ 81.706.251/0001-98, restou vencedora do item 182 - SINVASTATINA 40 MG CPR - SANDOZ no processo licitatório Pregão Presencial - Registro de Preços nº 60/2014 FMS, em data de 25/02/2015 a empresa protocolou no departamento de Compras e Licitações solicitação de equilíbrio financeiro junto com cópia de notas fiscais 104215 serie 01 de 16/09/2014 e 112321 serie 01 de 13/12/2015 cotação da Sandoz do Brasil, comunicando que por motivos de aumento de preços pelo fabricante não poderia entregar o item sem que fossem feitos novos reajustes no valor do mesmo, solicitando o realinhamento para 13,0 % (treze virgula zero) sobre o valor unitário do item.

Decisão

Com base no item 14.1 do processo licitatório 60/2014 salvo situações excepcionais os preços registrados serão irrecorríveis; 14.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrecorríveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Complementando verifica-se no art. 65 da Lei 8.666/93;

Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II - por acordo das partes.

Por fim, a revisão ocorrerá quando a equação econômico-financeira do contrato é afetada por posteriores e imprevisíveis eventos que alteram substancialmente o conteúdo ou a extensão das

prestações impostas ao contratante. Uma vez comprovado que houve o aumento valorativo na aquisição da marca cotada, acolho o pedido de Revisão de Preços aumentando o valor do item 182 - SINVASTATINA 40 MG, em 13,0%, (treze virgula zero) não havendo alteração na marca inicialmente licitada:

O Item que era no valor de R\$ 0,109 (zero virgula cento e nove centavos de reais) o comprimido passa a ser 0,123 (zero virgula cento e vinte e três centavos de reais) o comprimido.

Valor este que vigorará retroativamente a partir do pedido em 25/02/2015.

Navegantes, 25 de março de 2015.

Benilde Perão.

Secretária de Administração e Logística

Comissão

Pregoeiro : Douglas Lemos
.....

Pregoeiro Substituta : Maria Benedita Correa
.....

Equipe de Apoio : Carla Claudino
.....

Pedro Paulo da Costa
.....

Franciele Justino
.....

Josezite dos Santos

DECRETO 269 CRIA GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO

DECRETO N º 269 DE 29 DE ABRIL DE 2015

REGULAMENTA O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL - GEMAT - E DISPÕE SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º O Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT- tem como finalidade coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I. Antônio Carlos Romão Carmona, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita;

II. Benilde Perão, Secretária de Administração e Logística;

III. Cassiano Ricardo Weiss, Secretário de Governo;

IV. Jefferson Amaral, Auditor Fiscal;

V. Joel Vieira, Contador Geral;

VI. Leonardo Silva Vianna, Gerente de Elaboração de Projetos;

VII. Márcio Capella, Secretário de Finanças.

Art. 2 º O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de administração tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I. Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

a) Organização e gestão;

b) Legislação tributária;

- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;
- f) Acompanhar, autorizar e fiscalizar a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico-tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II. Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se, na íntegra, os Decretos nº 639, de 22/07/2010 e nº 576, de 16 de novembro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS DE NOMEAÇÕES 146-1383/2015

"PORTARIA Nº. 301 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ANDREIA RODRIGUES DOS SANTOS BATISTA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 343 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ARIE-LE VIEGAS LUIZA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 342 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ANDREA APARECIDA GRITTENS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de março de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 344 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ALINE MARCHAND, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 319 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ANA CAROLINA ROSA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 350 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ARIANE SOARES ALVES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga

horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 210 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ANA PAULA DE OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 332 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 273 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ALEXANDRA ARLINDA DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 299 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ANGELA DOS SANTOS DIAS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 300 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. ANDRE FELIPE DA COSTA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 610 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CHARLENE OLIVEIRA BRAZ, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA TEREZA LEAL no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 321 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CINTIA RENATA CABRAL, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 197 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CRISTINA PAULO MONTEIRO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 336 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E.M. Profª. GIOVANA SOARES DA CUNHA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 302 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. CLEITON ROBERTO DA SILVA QUEIROZ, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 337 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores

Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 320 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA DE LIMA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 1198 DE 01 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CARINA KAMMER DOS SANTOS, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 01 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 01 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 346 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CINTHIA RAEDER MORFIM, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 560 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CAROLINE CHAGAS SANTOS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E.M. Profª. CLARINDA MARIA GAYA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 196 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. DEBORAH REMIRO GANZERT, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 589 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. DEVANIR MARIA ZAMARIOLA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 588 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 194 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. DEBORA SCHUELTER, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 566 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. DAMARIS BEUTER DO PRADO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA HOSTIM DA COSTA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 345 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. DENIELE PATRICIO DOS ANJOS, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 306 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ELISANDRA PAULINA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos

Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 190 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. EDINA DE MIRANDA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 304 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ELKE MARIA KELLERMANN, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 305 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ELAINE ANCINI DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 509 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. EDELZIA VILELA GUIMARAES SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 303 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. EMANUELA GERMANO DA SILVA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 616 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. IDILIA MACHADO FERREIRA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 192 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes. RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ELISANE ANGIOLETT ALTINI, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. BADIA DE FARIA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 274 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 307 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCELINA MARIA PEREIRA, para exercer a função de Agente de

Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 352 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FERNANDA CRISTINA MACHADO GOMES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 341 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCISCA SORAIA BRUNO DOS SANTOS SOUSA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 275 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FABIANA LORENÇO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 188 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCIELI DIAS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 146 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. FABIANE PEDRONI VESHOSKI DA LUZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA TEREZA LEAL no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de fevereiro de 2015.

"PORTARIA Nº. 557 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. GRAZIELA DA SILVA FLORES, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 562 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JULIANA REIS FAVARO ALBANO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 558 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOSILENE YANSAN DE JESUS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 351 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA HOSTIM DA COSTA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 585 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JULIANA APARECIDA MICHALACK, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 289 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JUSSARA MARIA THEISS, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA TEREZA LEAL no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 186 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JUCELEI PEDROZO DOS SANTOS DE SIQUEIRA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 556 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JULIANA HOFFMANN KRIEGER, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 286 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 o SR. JUSCELI-NO OLIVEIRA, para exercer a função de Professor de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na E.M. Profª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 187 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JULIANA DA SILVA COELHO MUSSO COSTA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 454 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JULIANA CRISTINA BESEL, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 335 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JOSIANE RITA CELISTA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 285 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JANETE LUSIA SCHNEIDER BODELON, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 288 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JULIANA ARDIGO GAIDARJI, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 291 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. KARIN CRISTINE WESTERKAMP DE CARVALHO SALVINI, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 396 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. KATIA DA SILVA FIGUEIREDO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 290 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. KAROLINA LUIZA CORDEIRO DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo

Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 506 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUCILE PATRICIA FONSECA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 563 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 363 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LAURA CRISTINA DE SOUZA RODRIGUES, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado no C.E.M. Profª. BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 353 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LORENA MASCARENHAS MACHADO DE LIMA PIRES, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na E.M. Profª. MARIA HOSTIMDA COSTA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 292 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. LETICIA ALVES JURADO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 293 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. LUCIANA DESCHAMPS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 294 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. LEANDRA REGEAN RIBEIRO SOUTO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 185 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. LAIZ CRISTINA BEBER, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 586 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARCIA BARBARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 354 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARIANA FERREIRA ARAUJO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA HOSTIM DA COSTA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 297 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA NEUCIOLI BORBA MEDEIROS, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Artes, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10

(dez) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA TEREZA LEAL no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 298 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MICHELI ADRIANE RAUE VEREDIANO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 211 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MIRIAN RODRIGUES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 295 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARCIA PAOLA SEVERINO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 296 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARILIN MOREIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 340 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA GORETTI DUPLAA SOARES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 587 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA NAZARE DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 362 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARCELA CRISTINA DE ARAGÃO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 604 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO, para exercer a função de Interprete de Libras, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 325 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 o SR. OSVALDO OSMUNDO ISENSEE FILHO, para exercer a função de Professor de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 308 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PATRICIA RODRIGUES TAVARES, para exercer a função de Interprete de Libras, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 339 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 o SR. PABLO GONZALEZ LIMA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado no C.E.M.. Profª. GIOVANA SOARES DA CUNHA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar

007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 453 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PATRICIA ZILDA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 324 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PATRICIA DE SOUZA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 309 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PATRICIA COLIM DA SILVA GONÇALVES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 355 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 331 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 452 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. RUBIA CRISTINA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 213 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ROSE-MEIRE BARANDÃO MACHADO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 310 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. RAQUEL WOSNIAK NAUMANN, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. ILKA MULLER DE MELLO no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 330 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. REGIANE DA SILVA ROMÃO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da

municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E.M. Profª. GIOVANA SOARES DA CUNHA no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 322 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROSE LEDI GOETZ, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Matutino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 561 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROSANGELA APARECIDA ROTERS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 317 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SYLVANA ELIZABETH BECKER, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 316 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 171 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SUZAN CRISTINA LEAL, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 215 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SIMONE DOMICIANO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 318 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SORAIA APARECIDA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 565 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SANDRA REGINA CAZARIN RODRIGUES, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na E.M.. Profª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 315 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SILVANA LETICIA DUMKE, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 329 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SUZELE BENTA DO NASCIMENTO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E.M. Profª. GIOVANA SOARES DA CUNHA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 608 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. TATIANA

RIBEIRO VILELA CAMARGO para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 313 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VALERIA INEZ DE LIMA E SILVA para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

"PORTARIA Nº. 327 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VANESSA BERGOLD para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 314 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VANIA MARIA DE ALMEIDA para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 357 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VANESSA CAMARGO RODRIGUES DE LIMA DE OLIVEIRA para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 311 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VANESSA ROBERTA FLOR, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M Profª. ILKA MULLER DE MELLO no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 312 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VALDELIRIA MIOTTO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M Profª. ILKA MULLER DE MELLO no período Matutino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 212 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PRISCILA MELCHERT VIEIRA para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 326 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ELISA DE BORBA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 191 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. EDILENE NEUSA DE SOUZA para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 559 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARIANA ALCANTARA DO NASCIMENTO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. ROSA MARIA XAVIER ARAUJO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 287 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOCIMARA PEREIRA MEZZON, para exercer a função de Professora de

Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 193 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 195 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. DANIELA RAMOS URBANETTI, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 189 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. EDILEIA BENTO ADRIANO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 328 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VALESKA PRESTES FORTES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 584 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E.M. Profª. MARIA DE LOURDES ANTUNES no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 356 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. TICIANA DA SILVA ALVES para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 364 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SARA JANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. Profª. CLARINDA MARIA GAYA no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 276 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. FABIANE DALLAGO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E. Profª. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL - CAIC no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 323 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.C. CIDADE DA CRIANÇA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 277 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. IVANIZA PINTO DOS SANTOS BRUNO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA TEREZA LEAL no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 338 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. PAULA PRICILA DA SILVA KORB, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. Profª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de março de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 334 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUCIANE GILDA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. Profª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de março de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 464 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA, para exercer a função de Professora de

Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. Profª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 214 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. Profª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 333 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ANDREIA FERREIRA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Prof. JOSÉ DOS PASSOS LEMOS no período Matutino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 603 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. AMANDA FELICIO DOS SANTOS, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I Profª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 507 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ANA LUCIA FREIBERGER, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 508 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. DEYSE TEREZINHA ZAMARIOLA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 510 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCINE SIMAS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 511 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ANGELA RAMOS LIMA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. BRUCE CRANSTON KAY, no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 512 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. BRUCE CRANSTON KAY, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 564 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 20 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 590 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:
I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. IVONETE IRACEMA DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2015.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de fevereiro de 2015.
REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de fevereiro de 2015
"PORTARIA Nº. 591 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"
ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. DANIELLI BONIN, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 592 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADRIANA CRISTINI DE SOUZA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. PROFª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 620 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. TANIA REGINA GALVES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de

Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 642 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. GISELI DO NASCIMENTO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de fevereiro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015

"PORTARIA Nº. 674 DE 02 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ARIANA ZIMMERMANN REGIS PROPODOSKI, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 03/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 692 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VANESCA FERREIRA DE LIMA, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.E.M. Profª. CLARINDA MARIA GAYA, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 693 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JOSIANE DA CUNHA MARTINS FELICIO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 694 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. GABRIELA CRISTINA PALMEIRA, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. ALCIREIA CONCEIÇÃO COUTO no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 695 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCIELI CAROLINE CABRAL, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada no C.E.M. Profª. CLARINDA MARIA GAYA, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 696 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JULIANA HARUMI NAKUI, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.E.M. Profª. CLARINDA MARIA GAYA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 697 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. MARCELO DE BORBA PAULO, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na C.M.E.I Profª. ROSANA GAYA BARRETO no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 698 DE 03 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARINE ROGERIA DOS PASSOS REISER, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.E.M. Profª. BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 730 DE 04 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. ALESSANDRO MAFRA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na C.M.E.I Profª. MARIA DE LOUDES COUTO CABRAL - CRECHE CAIC, no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 771 DE 06 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. ANDREA MACHADO GARCIA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 779 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARIA GISELI DA SILVEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 780 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CINTIA CARDOSO, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG - II, na disciplina de Educação Física, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I Profª. NATALINA SABEL DO AMARAL E C.M.E.I. PEDACINHO DO CÉU, conforme o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, número 0002/2015/01PJ/NAV, no período Vespertino, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 787 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 o SR. WILLIAMS CORREA, para exercer a função de Professor de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na E.M. Profª. MARIA HOSTIM DA COSTA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 791 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. CARLOS JOSE SILVA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 792 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SABRINA COSTA DOMICIANO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 793 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JANICE FRANZOSI, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 794 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SONIA QUINONES ABASTO, para exercer a função de Interpret de Libras, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 795 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SUELEN CRISTINE CAMACHO, para exercer a função de Interpret de Libras, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 796 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADRIANA CONRADO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 797 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUZIA MARCELO DE SOUZA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 798 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. NATALI COSTA DE SOUZA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na

Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 800 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADILIA ANTUNES HILDEFONSO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 837 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADELAIR CECHINEL SALAI, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE

2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 838 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOICY JANUARIO GUEDES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 843 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 860 DE 09 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROBERTA ALINE DA LUZ PATRICIO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 914 DE 10 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VALERIA ELIS FRITZ, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 927 DE 11 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes. RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOSIANE CRISTINE FERREIRA SCHERMACK RIBEIRO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 930 DE 11 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 941 DE 12 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA, para exercer a função de Agente

de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 976 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FABIANE PAULINO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 977 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CAROLINE SOUZA SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 978 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 979 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PAMELA OHANA RAMOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 991 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 992 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOCILENE NASCIMENTO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 993 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ANA PAULA BERKENBROCK, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 994 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CARULINI ALEXANDRINA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 995 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SOLANGE KOLLN, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 996 DE 16 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. PATRICIA LILIAN BOZZANO SOARES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1020 DE 17 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. IVANI DE BORBA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de

16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1021 DE 17 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. GILMARA FATIMA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1022 DE 17 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SONIA REGINA GASPAR PROGETTI DE OLIVEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1023 DE 17 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1024 DE 17 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA GISELE DA SILVEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1064 DE 19 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCIMARA PINHEIRO DA SILVA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1069 DE 20 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. EVELIN APARECIDA CARDONIS MULLER, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1070 DE 20 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SUELI DA APARECIDA SOUZA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1090 DE 20 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. RENATA CARINE PICKERT DOS SANTOS DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1098 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. TERESINHA RODRIGUES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1099 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. VALDIR ANTONIO DA COSTA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1100 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. NATALIA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1101 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. FRANCIANE REGINA DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 19/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 19 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1103 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. TAISE DE AUGUSTINHO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1104 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CLEUZA APARECIDA GOMES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1106 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VILMARA ALVELINA DE SOUZA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1107 DE 23 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARILENA FATIMA GOMES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1129 DE 24 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JESSICA LIMA DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1130 DE 24 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JANAINA MUNIZ, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1131 DE 24 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. SOLANGE RAMOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1132 DE 24 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. KAREN SUZANE RODRIGUES JERONIMO, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 24/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1134 DE 24 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. THAYSE CRISTINE VIEIRA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 24/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1169 DE 31 DE MARÇO DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA CECILIA PIOLLA SEARA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2015

"PORTARIA Nº. 1212 DE 06 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. CAMILA FRANCISCO, para exercer a função de Interprete de Libras, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 01/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1230 DE 07 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1231 DE 07 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ELIDIANE TAMAGNO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA no período Matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1236 DE 07 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JESSICA PATRICIO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 01/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1254 DE 09 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ISABELA MONTE CRISTO LOPES, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais MAG - II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS, no período Vespertino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 26/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 26 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1259 DE 09 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA DA GLORIA PEREIRA MAASS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 08/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 08 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 09 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 09 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1333 DE 13 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 13/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1342 DE 14 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. KARLA CRISTIANE BRANDAO BRUNO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1343 DE 14 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JOSIANE ALVES DE MIRANDA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1353 DE 15 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. RAQUEL DIOMAR ALVES, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1378 DE 17 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. NAIR MARIA MANCE, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 17/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1379 DE 17 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 o SR. DOUGLAS VITORINO CABRAL, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 17/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1382 DE 17 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARIA DAS NEVES DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 17/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 17 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015

"PORTARIA Nº. 1383 DE 17 DE ABRIL DE 2015."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. MARICELIA SOUZA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal

de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 16/04/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de abril de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 432/2015

PORTARIA Nº 432/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal SIMONI COELHO DE OLIVEIRA GIRARDI, matrícula nº 6604, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na Escola de Ensino Fundamental Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 433/2015

Portaria nº 433/2015

Nomeia o Conselho Municipal de Defesa Civil e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 2.186, de 16/05/2007, Art. 8º, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Defesa Civil, do Município de Nova Trento, conforme segue:

Presidente: Prefeito Municipal: Gian Francesco Voltolini

Vice-Presidente: Diretor: Eduardo Fabris da Silva

I - Representantes do Governo Municipal

1. Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação:

Titular: Adauton Raulino

Suplente: Alini DallaBrida

2. Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Luiz Carlos Orsi

Suplente: Lilian Cristina Fontanelli

3. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário:

Titular: Maxiliano de Oliveira

Suplente: Vilson Dalbosco

4. Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Valdemir Luiz Quaiatto

Suplente: Aprígio José Botameli

5. Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Saulo Roberto Voltolini

Suplente: Marinho Luiz Tomasi

6. Secretaria de Cultura e Turismo:

Titular: Eluisio Antonio Voltolini

Suplente: Ivana Regina Cadore

7. Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

Titular: Pedro Oreni Tomasi

Suplente: Virgilio Tamanini

Fls. 02 - Portaria nº 433/2015

8. Secretaria Municipal de Esportes:

Titular: Alexandre Feller

Suplente: Heron do Nascimento Linhares

II - Representantes do SAMAE:

Titular: Carlos Tarcisio Battisti

Suplente: Maria de Lourdes Rover

III - Representantes do IPREVENT:

Titular: Moisés Cipriani

Suplente: Miliani Piffer Mazzola

IV - Representantes da Segurança Pública:

Titular: Giovani Tridapalli

Suplente: Terezinha Cristofolini

V - Representantes da EPAGRI, Local:

Titular: Neuza Boso Zanluca

Suplente: João Luiz Simão Filho

VI- Representante do Poder Legislativo:

Titular: Genésio Luiz Piazza

Suplente: Antenor Cirilo Cattani

VII - Representantes de Organizações Não Governamentais:

- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Titular: Marçal Aurélio Valle

Suplente: André Felipe Bottamedi

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento:

Titular: Maria Goretti Minatti

Suplente: Bernadete Meyer Wilvert

- Escritório Local da CELESC:

Titular: Rogério Marcos Mazzola

VIII - Representantes do Clero:

Titular: Pe. Roberto Jeronimo Gottardo (Pároco)

Suplente: Pe. Benno Brod

Fls. 03 - Portaria nº 433/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2015

Decreto Legislativo Nº. 001/2015

DISPÕE SOBRE O PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REFERENTE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC.

JOSÉ IVANIR DALLANORA, Presidente de Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC,

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica aprovado o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que recomenda a aprovação das contas do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, constante no Processo nº. PCP-14/00108907

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 22 de abril de 2015.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara de Vereadores

Orleans**PREFEITURA****AVISO Nº 78/2015 BRASIL CARINHOSO 3**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.

Recebimento das Propostas: até o dia 14/05/2015 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 14/05/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 30 de Abril de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

Ouro**PREFEITURA****PREGÃO Nº 13/2015**

Processo Licitatório n 0025/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0013/2015

CONTRATO Nº 025/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ALOX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA S/A

Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos para Biblioteca Digital.

Vigência: A partir da assinatura do contrato até o final da garantia.

Valor total: R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Data de assinatura: 30/04/2015

Ouro Verde**PREFEITURA****EXTRATO 0044**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0027/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DEMARCHI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

Objeto Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de ferragem para as secretarias de Administração, serviços urbanos, agricultura, Assistência Social, setor rodoviário, Educação Cultura e esportes do município de Ouro Verde Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de ferragem para as secretarias de Administração, serviços urbanos, agricultura, Assistência Social, setor rodoviário, Educação Cultura e esportes do município de Ouro Verde. Valor total registrado R\$:624.379,28.Data da assinatura:23/04/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 23 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE RENOVACÃO AO CONTRATO Nº. 0044/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA - ME

Objeto: contratação temporária, de caráter excepcional e não continuada de serviços técnicos especializados de empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC para prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e patrimonial objetivando orientar os técnicos municipais que atuam nos setores de contabilidade, compras, patrimônio, tributação e controle interno para promover a implantação das novas normas da contabilidade pública brasileira de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis (DCASP), aprovados pela Portaria nº 751/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Segundo a Portaria STN nº 634/2013 o PCASP e a DCASP deverão ser adotados por todos os entes da Federação até o final de 2014, para consolidação das contas nacionais no exercício de 2015 e subsequentes. orientação na elaboração e acompanhamento das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA). Assessoramento na elaboração das prestações de contas para Tribunal de Contas (e-Sfinge), SIOPS, SIOPE e SISTN Valor certo e ajustado de R\$:80.449,20 (oitenta mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 27 de abril de 2015 Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Paial**PREFEITURA****EDITAL CONSELHO 01/2015 PRORROGAÇÃO**

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA INSCRIÇÃO DE CANDIDATO PARA O PROCESSO ELEITORAL DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PAIAL, ESTADO DE SANTA CATARINA - Nº. 03/2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PAIAL-SC, no uso de suas atribuições, torna público que, foram PRORROGADAS as inscrições de candidatos para o processo eleitoral dos membros do conselho tutelar de Paial, Estado de Santa Catarina, cujo artigo 1º, inciso I, letra "a" passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. O Conselho Tutelar será eleito mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Paial/SC, maiores de dezesseis anos, com título eleitoral, sob responsabilidade da Comissão Especial nomeada pelo CMDCA, e fiscalização do Ministério Público, conforme termos deste edital:

I - Data, local da eleição, número de vagas, validade do mandato, expediente de trabalho e vencimentos, assim estabelecidos:

a) Data das inscrições dos candidatos: de 06 de abril a 02 de junho de 2015;

..."

Ficam mantidas as demais disposições estabelecidas no Edital anteriormente publicado.

O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Paial/SC, 30 de abril de 2015

.....
Presidente do CMDCA

.....
Primeira Secretária o CMDCA.

Registra-se e Publica-se
Em 30 de abril de 2015

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATUAL 03-04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

EXTRATO CONTRATUAL

.....
"Contrato Nº.: 16/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: CONXAP CONSTRUTORA LTDA - EPP

Valor : 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais)

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 29/09/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica em parte da Av Julio Bender e construção de passeios em partes da: Av Julio Bender, Rua Ceará e Rua Sta Catarina."

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 17/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: ASSOCIAÇÃO MM EVENTOS ESPORTIVOS

Valor : 18.785,00 (dezoito mil setecentos e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de serviços de arbitragem para competições municipais de futebol sete, futsal e bocha"

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 18/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LOURDES LAGO (ADELL)

Valor : 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de serviços de arbitragem para competições municipais de futebol sete, futsal e bocha"

Paial, 30 de Abril de 2015

"Aditivo Nº : 3ª TA ao 50/2014 - Contrato Nº.: 50/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 23/03/2015 Término: 09/05/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de quadra esportiva coberta conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste Edital."

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 12/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP

Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : Pela despesa empenhada na contratação de empresa especializada para os serviços de orientação e elaboração do Plano Municipal de Educação a ser elaborado em conformidade com a Lei 13.005/2014, conforme etapas e procedimentos elencados no Contrato n. 12/2015."

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 19/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: L. A. SUPER ALEGRIA DO ESPORTE LTDA-ME

Valor : 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação:

Objeto : Pela despesa empenhada na contratação de empresa para divulgação diária das atividades esportivas e dos campeonatos municipais que se darão nos horários: 07:45hs; 12:45hs

e 18:30hs nos programas: Jogo rápido, Esportes ao Meio dia e Hoje nos esportes respectivamente, de acordo com o Contrato Administrativo n.19/2015."

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 20/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: MECANICA AUTO POSTO CHAPECO LTDA.

Valor : 101.370,00 (cento e um mil trezentos e setenta reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de gasolina comum para manutenção das atividades administrativas.."

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 21/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: EPAGRI EMP.PESQUISA AGROP.EXT.RURAL - SC

Valor : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Vigência : Início: 26/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri no Município de Paial "

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 22/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: COPERDIA - COOP DE PROD. E CONSUMO CONCORDIA LTDA

Valor : 56.853,75 (cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de sementes e inoculantes para o programa de desenvolvimento agropecuario da Diretoria de Agricultura."

Paial, 30 de Abril de 2015

"Aditivo Nº : 3ª TA ao 43/2014 - Contrato Nº.: 43/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 14/04/2015 Término: 18/07/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica e construção de passeios públicos em partes das Ruas Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Ceará"

Paial, 30 de Abril de 2015

"Contrato Nº.: 23/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada...: CONDÁ AGENCIA DE TURISMO LTDA

Valor : 7.997,00 (sete mil novecentos e noventa e sete reais)
Vigência : Início: 16/04/2015 Término: 30/05/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de transporte destinados a viagem a Foz do Iguaçu PR pelos alunos do Pronatec”
Paial, 30 de Abril de 2015

“Contrato Nº.: 24/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: COMERCIO DE LIVROS E JOGOS KLEIN LTDA.
Valor : 2.410,50 (dois mil quatrocentos e dez reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 20/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material didático-escolar destinados a manutenção das atividades da Secretaria de Educação.

“
Paial, 30 de Abril de 2015

“Contrato Nº.: 25/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: MB CATARINENSE LTDA ME
Valor : 2.255,00 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 20/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material didático-escolar destinados a manutenção das atividades da Secretaria de Educação.

“
Paial, 30 de Abril de 2015

“Contrato Nº.: 26/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME
Valor : 2.191,30 (dois mil cento e noventa e um reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 20/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material didático-escolar destinados a manutenção das atividades da Secretaria de Educação.

“
Paial, 30 de Abril de 2015

“Contrato Nº.: 27/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: MOTIVA TREINAMENTO LTDA-ME
Valor : 3.700,00 (três mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 30/06/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : Pela despesa empenhada na contratação de empresa para proferimento de palestra sob o tema: ““Familia: o alicerce da vida””, com duração de 1h30min no dia 08 maio para mães do educandos a ser realizada no Centro de Educação Municipal, Conforme contrato administrativo 27/2015”

Paial, 30 de Abril de 2015

“Contrato Nº.: 28/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: JULIETA DE CASTRO TOMAZELLI
Valor : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 28/04/2015 Término: 30/11/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : Pela despesa empenhada na contratação de profissional para prestação de serviços de capacitação em artesanato com duração de 224 horas, a realizar-se nas terças feiras junto ao Centro de Referencia em Assistencia Social para crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos. Conf. Contrato Administrativo 28/2015”
Paial, 30 de Abril de 2015

“Contrato Nº.: 29/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME
Valor : 103.898,13 (cento e três mil oitocentos e noventa e oito reais e treze centavos)
Vigência : Início: 29/04/2015 Término: 26/09/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de ampliação das salas de aulas no Centro Educacional Municipal de Paial - CEMPA conforme projeto básico constante no Anexo ““E”” deste Edital.

“
Paial, 30 de Abril de 2015

“Aditivo Nº : 1ªTA ao CT08/201 - Contrato Nº.: 08/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME
Valor : 530,50 (quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/04/2015 Término: 03/09/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de melhoria na praça central Avelino Auler, no centro de Paial.

“
Paial, 30 de Abril de 2015

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de maio de 2015, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática para o Centro Administrativo Municipal. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 29 de abril de 2015. A PREGOEIRA.

TOMADA DE PREÇOS Nº 44/2015 - ATA DE HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 44/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução do sistema de drenagem e pavimentação da Rua Candido Isidoro da Silva, bairro Guarda do Cubatão (LOTE 01); drenagem da Rua Laura Eliza da Silva, bairro Guarda do Cubatão (LOTE 02); e drenagem e pavimentação da Rua José Caetano Silveira, bairro Aririú (LOTE 03), neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:

AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP
ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP
EMPREITEIRA PAVICON LTDA
JL CONSTRUTORA LTDA ME
SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP
STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME

Palhoça, 30 de Abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE RECURSO DE LICITAÇÃO TP Nº 02/2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RECURSO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços nº 02/2015
Processo nº. 003/2015
Modalidade: Tomada de Preços
Tipo: Menor Preço
Regime: Preço Global

A Câmara Municipal de Palhoça, através de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), torna público aos interessados, a interposição de recursos pelas empresas licitantes UNIVERSAL FILMES LTDA, DMS - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET LTDA e G.B.C PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA-EPP, contra a decisão referente a fase de habilitação, no certame supracitado, ficando em aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação se querendo, das impugnações na forma da legislação vigente (artigo 109, § 3º da Lei nº 8.666/93). O procedimento licitatório encontra-se à disposição dos licitantes, no Setor de Compras e Licitação/ Comissão Permanente de Licitações da CMP/SC, situado à Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, no período de 13h00min as 18h00min, ou através do site www.cmp.sc.gov.br.

Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas pelo telefone (48) 3242-1501 - ramal 1212 ou pelo correio eletrônico licitacao@cmp.sc.gov.br.

Palhoça, 29 de abril de 2015.
Cristiane Aparecida da Silva
Presidente da CPL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

ALTERAÇÃO 01 - PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

ALTERAÇÃO Nº 01/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que houve alteração no ANEXO I do edital convocatório Pregão Presencial nº 15/2015, que tem como objeto aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. Em virtude das alterações efetuadas, de acordo com o artigo 21, § 4º da lei 8666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 14 de maio de 2015 às 13:30 horas, a nova data para recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentações e abertura dos envelopes contendo as propostas e dia 19 de maio de 2015, às 13:30 horas, efetuação de lances verbais e abertura dos envelopes contendo as documentações. Demais itens permanecem inalterados. A alteração encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoça.atende.net e www.saudepalhoça.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 30 de abril de 2015.
Eronete Gilda Gomes Oliveira
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 16/2015 - Registro de Preços, objeto: aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI CEAP, no dia 13 de maio de 2015, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas e no dia 18 de maio de 2015, às 13:30h lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 - Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 30 de abril de 2015.
Eronete Gilda Gomes Oliveira
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palmitos**PREFEITURA****DECRETO 025/15**

DECRETO Nº 025/2015. De 05 de março de 2015.	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA REGULARIZAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
-------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designados e homologados os representantes das Entidades a comporem a Comissão para regularização do Cemitério Público Municipal abaixo nominados:

Representantes da Secretaria Municipal da Administração Finanças e Planejamento
- Paulino Parisotto

Representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
- Luiz Antônio Cavalleri

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Andreza Slomski

Representante da Secretaria Municipal da Saúde
- Natalia Berlú Maihack

Representante da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
- Arno Pöttker

Representante do Poder Legislativo Municipal
Moacir Delazere, Rodemar Kussler

Representante de Entidades Religiosas
Pedro Provensi
Valdir Ertel
Gilmar Zeloso de Linhares
Olando Jacó Brandt
Bruno Kappel

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

DECRETO Nº 025/2015.
De 05 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 05 de março de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 046/15

<p>DECRETO Nº 046/2015. De 22 de abril de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.843/2015, de 17 de abril de 2015.</p>
---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, no valor de R\$ 178.124,19 (cento e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.047 - Manutenção das Atividades CRAS/PAIF
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0007(xx) R\$ 23.509,33
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CRAS/PAIF
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0023(xx) R\$ 8.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos SCFV
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0031 (xx) R\$ 6.640,90
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CRAS Estado
TOTAL GERAL R\$ 38.150,23

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.049 - Manutenção das Atividades do CREAS
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0024 (xx) R\$ 4.897,25
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CREAS
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0031 (xx) R\$ 29.336,99
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CREAS Estado
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0031(xx) R\$ 5.751,76
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CREAS Estado
TOTAL GERAL R\$ 39.986,00

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.045 - Manutenção do SCFV - 6 A 15 ANOS.
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0023- Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos SCFV R\$ 30.814,25
TOTAL GERAL R\$ 30.814,25

DECRETO Nº 046/2015.
De 22 de abril de 2015.

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 1.028 - Aquisição de Veículo para Assistência Social
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 8.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Bolsa Família
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 10.000,00

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Suas
TOTAL GERAL R\$ 18.000,00

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 1.708,80
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Bolsa Família
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 2.318,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Suas
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0081 (xx) R\$ 17.215,33
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0031 (xx) R\$ 645,77
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
TOTAL GERAL R\$ 21.887,90

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal Da Criança e Adolescente
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000(xx) R\$ 2.218,51
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. FIA
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0081 (xx) R\$ 23.755,10
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
TOTAL GERAL R\$ 25.973,61

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2051 - Manutenção do Programa Abrigo Domiciliar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0031(xx) R\$ 2.849,52
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0031(xx) R\$ 462,68
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
TOTAL GERAL R\$ 3.312,20

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de R\$ 178.124,19 (cento e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos - Vinculados a Assistência Social, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

DECRETO Nº 046/2015.
De 22 de abril de 2015.

R\$ 23.509,33 (vinte e três mil, quinhentos e nove reais e trinta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0007 - Recursos Vinculados ao CRAS/PAIF.

R\$ 38.814,25 (trinta e oito mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0023 - Recursos Vinculados ao SCFV.

R\$ 4.897,25 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0024 - Recursos Vinculados ao CREAS.

R\$ 45.687,62 (quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0031 - Recursos

Vinculados ao Governo Estadual.

R\$ 9.708,80 (nove mil, setecentos e oito reais e oitenta centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0025 - Recursos Vinculados a IGD Bolsa Família.

R\$ 12.318,00 (doze mil, trezentos e dezoito reais) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0025 - Recursos Vinculados a IGD Suas.

R\$ 2.218,51 (dois mil, duzentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0000 - Recursos Vinculados ao Fia.

R\$ 40.970,43 (quarenta mil, novecentos e setenta reais e quarenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0081 - Recursos Vinculados ao Social - Governo Federal.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2013, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

DECRETO Nº 046/2015.
De 22 de abril de 2015.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 22 de abril de 2015.

JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito em Exercício de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 047/15

<p>DECRETO Nº 047/2015. De 22 de abril de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.844/2015, de 17 de abril de 2015.</p>
---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 312.432,12 (trezentos e doze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos) nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente da Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 1025 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0013 (xx) R\$ 5.871,60
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0002 (xx) R\$ 1.957,20
TOTA GERAL R\$ 7.828,80

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV:10.301.0009.2.036 - Manut. das Ativ. da Saúde Pública Municipal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 30.779,67
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. MAC
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 213,65
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. TFD
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 2.687,19
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Saúde na Escola
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 3.507,58
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Rede Cegonha
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 2.134,53
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Proc. Oftalmológico
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0017 (xx) R\$ 2.528,51
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. PAB
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0040 R\$ 2.148,68
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. PMAQ
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0039 (xx) R\$ 2.614,61
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Prótese Dentária
MODALIDADE:3.3.50.00.00.00.00.00.03.0041 (xx) R\$ 1.221,41
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. APAE

DECRETO Nº 047/2015.
De 22 de abril de 2015.

MODALIDADE:3.3.90.00.00.00.00.00.03.0013 (xx) R\$ 231,32
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Governo Estadual
MODALIDADE:3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071 (xx) R\$ 951,37
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FNS
MODALIDADE:3.3.90.00.00.00.00.00.03.0012 (xx) R\$ 178.331,91
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Governo Federal
TOTAL GERAL R\$ 227.350,43

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV:10.301.0009.2.039 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0019 (xx) R\$ 6.067,03
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Farmácia Básica Estadual
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0033 (xx) R\$ 4.720,28
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Farmácia Básica União
TOTAL GERAL R\$ 10.787,31

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV:10.301.0009.2.037 - Manut. Programas ESF/ACS/Saúde Bucal
MODALIDADE:3.1.90.00.00.00.00.00.03.0016 (xx) R\$ 1.741,08
FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. ACS
MO MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0016 (xx) R\$ 839,86
FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. SF
DALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0016 (xx) R\$ 1.845,92
FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. SAÚDE BUCAL
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0018 (xx) R\$ 10.884,20
FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. Co-Financiamento
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0037 (xx) R\$ 77,37
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do NASF -SC
TOTAL GERAL R\$ 15.388,43

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV: 10.301.0009.2.038 - Manutenção do CAPS
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0036 (xx) R\$ 9.112,25
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do CAPS
TOTAL GERAL R\$ 9.112,25

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV: 10.304.0009.2.040 - Manutenção das Ativ. da Vigilância Sanitária

DECRETO Nº 047/2015.
De 22 de abril de 2015.

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0098 - (xx) R\$ 15.481,49
FONTE DE RECURSO: Superávit Taxa Vigilância Sanitária
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0032 (xx) R\$ 229,87
FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. Vigilância Sanitária
TOTAL GERAL R\$ 15.711,36

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV: 10.305.0009.2.041- Manut. Programa da Vigilância Epidemiológica
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0032 (xx) R\$ 10.332,18
FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. Vig. Epidemiológica
TOTAL GERAL R\$ 10.332,18

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV: 10.302.0009.2.035 - Manutenção das Atividades do SAMU
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.003 (xx) R\$ 6.864,84
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do SAMU União
TOTAL GERAL R\$ 6.864,84

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV: 10.302.0009.2.034 - Manutenção das Atividades do CEO
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0035 (xx) R\$ 6.321,49
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do CEO Estadual
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0034 (xx) R\$ 2.735,03
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do CEO Federal
TOTAL GERAL R\$ 9.056,52

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 312.432,12 (trezentos e doze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Fundo Municipal de Saúde, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 5.871,60 (cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0013 - Recursos do Governo Estadual.

R\$ 1.957,20 (um mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0002 - Recursos vinculados a saúde.

DECRETO Nº 047/2015.
De 22 de abril de 2015.

R\$ 30.779,67 (Trinta mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC.
R\$ 213,65 (Duzentos e treze reais e sessenta e cinco centavos), provenientes do Superávit

Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC-TFD.

R\$ 2.687,19 (Dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezenove centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC- Saúde na Escola.

R\$ 3.507,58 (Três mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC- Rede Cegonha.

R\$ 2.134,53 (Dois mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - Proc. Oftalmológico.

R\$ 2.528,51 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na Fonte de Recurso 0017 - PAB.

R\$ 2.148,68 (Dois mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0040 - PMAQ.

R\$ 2.614,61 (Dois mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0039 - Prótese Dentária.

R\$ 1.221,41 (Um mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0041 - MAC-APAE.

R\$ 231,32 (duzentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0013 - rend. Recursos Governo Estadual.
R\$ 951,37 (novecentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0071 - rend. Recursos FNS.

R\$ 178.331,91 (cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0012 - Recursos vinculados ao Governo Federal.

DECRETO Nº 047/2015.
De 22 de abril de 2015.

R\$ 6.067,03 (Seis mil, sessenta e sete reais e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0019 - Farmácia Básica Estadual.

R\$ 4.720,28 (Quatro mil, setecentos e vinte reais e vinte e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0033 - Farmácia Básica Federal.

R\$ 1.741,08 (Um mil, setecentos e quarenta e um reais e oito centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0016 - ACS.

R\$ 839,86 (oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0016 - SF.

R\$ 1.845,92 (Um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0016 - Saúde Bucal.

R\$ 10.884,20 (Dez mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0018 - Co-financiamento de Atenção

Básica.

R\$ 9.112,25 (Nove mil, cento e doze reais e vinte e cinco centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0036 CAPS.

R\$ 77,37 (setenta e sete reais e trinta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0037 - NASF-SC.

R\$ 15.481,49 (Quinze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0098 - Taxa de Vigilância Sanitária.

R\$ 229,87 (Duzentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0032 - Vigilância Sanitária.

R\$ 10.332,10 (Dez mil, trezentos e trinta e dois reais e dez centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0032 - Vigilância Epidemiológica.

R\$ 6.864,84 (Seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0030 - SAMU União.

R\$ 6.321,49 (Seis mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 da fonte de recurso 0035 - CEO Estadual.

DECRETO Nº 047/2015.
De 22 de abril de 2015.

R\$ 2.735,03 (Dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e três centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 da fonte de recurso 0034 - CEO União.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 22 de abril de 2015.
JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito em Exercício de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 048/15

DECRETO Nº 048/2015.
De 23 de abril de 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.845/2015, de 23 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 194.071,69 (cento e noventa e quatro mil, setenta e um reais e sessenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 2.027 - Manutenção das Atividades do Funrebom

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0010 (xx) R\$ 34.074,05

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Funrebom.

TOTAL GERAL R\$ 34.074,05

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 2.028 - Manutenção de Convênio de Trânsito

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 (xx) R\$ 5.216,78

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Rádio Patrulha

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0008 (xx) R\$ 8.918,27

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos SSP Multas Pref.

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0029 R\$ 9.771,53

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Polícia Militar

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0029 R\$ 14.000,00

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Polícia Militar

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0028(xx) R\$ 12.810,46

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Polícia Civil.

TOTAL GERAL R\$ 50.717,04

DECRETO Nº 048/2015.

De 23 de abril de 2015.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS

PROJ/ATIV: 2.029- Manutenção das Ativ. Depart. De Obras e Serv. Urb.

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0103 (xx) R\$ 6.555,73

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Conv. Casan

TOTAL GERAL R\$ 6.555,73

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS

PROJ/ATIV: 2.031 - Manutenção e Melhoria Iluminação Pública
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0011 - Aplicações Diretas (xx)

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Cosip R\$ 65.101,87
TOTAL GERAL R\$ 65.101,87

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS

PROJ/ATIV: 2.032 - Manutenção do Departamento de Transportes
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0044 - Aplicações Diretas (xx)

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FEP R\$ 27.994,10
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0014 - Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CIDE R\$ 238,98
TOTAL GERAL R\$ 28.233,08

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.03 - FUNDO DE DEFESA CIVIL

PROJ/ATIV: 2.033 - Defesa Civil

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas (xx)

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Defesa Civil R\$ 9.389,92
TOTAL GERAL R\$ 9.389,92

DECRETO Nº 048/2015.

De 23 de abril de 2015.

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 194.071,69 (cento e noventa e quatro mil, setenta e um reais e sessenta e nove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 34.074,05 (trinta e quatro mil, setenta e quatro reais e cinco centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0010 - Recursos Vinculados ao Funre-bom.

R\$ 5.216,78 (cinco mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0000 - Recursos Vinculados a Rádio Patrulha.

R\$ 8.918,27 (oito mil, novecentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0008 - Recursos Vinculados a SSP multas Pref.

R\$ 23.771,53 (vinte e três mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0028 - Recursos Vinculados a Polícia Militar.

R\$ 12.810,46 (doze mil, oitocentos e dez reais e quarenta e seis centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0029 - Recursos Vinculados a Polícia Civil.

R\$ 6.555,73 (seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0103 - Recursos Vinculados a Convênio Casan.

R\$ 65.101,87 (sessenta e cinco mil, cento e um reais e oitenta e

sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0011 - Recursos Vinculados a Convênio Cosip.

R\$ 27.994,10 (vinte e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e dez centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0044 - Recursos Vinculados FEP.

R\$ 238,98 (duzentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0014 - Recursos Vinculados CIDE.

R\$ 9.389,92 (nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0000 - Recursos Vinculados Defesa Civil.

DECRETO Nº 048/2015.

De 23 de abril de 2015.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 23 de abril de 2015.

JOSÉ ROBERTO GOMES

Prefeito em Exercício de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 049/15

<p>DECRETO Nº 049/2015. De 23 de abril de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito Municipal em exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 60, inciso V e VI, da Lei Orgânica Municipal e Decreto-Lei nº 3.365/41, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 150/2014, de 14 de novembro de 2014:</p>
---------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável, pelo preço fixo e irrevogável de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), o imóvel de propriedade da ASSOCIAÇÃO MOTORISTA, CENTRO CULTURAL 25 DE JULHO E RECREATIVO PÁLMITOS, abaixo caracterizado, destinado à construção DE GINÁSIO POLIESPORTIVO

E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DA CIDADE DE PALMITOS - SC., conforme mapa, memorial descritivo e ata de avaliação, que passam a fazer parte integrante do presente decreto, a saber:

“Parte das Chácaras nºs. 169 e 170, com área de 13.500,00 m² (treze mil e quinhentos metros quadrados), confrontando ao NORDESTE: em conjunto com os Lotes Urbanos nº 04 e 12, da Prefeitura Municipal de Palmitos ou quem de direito (Matrícula nº 12.002); e, com a Fração nº 01, de Cazemiro Zanatta e Outro ou quem de direito (Matrícula nº 5.219), por uma linha de 158,00 metros; ao SUDOESTE: com a Avenida Brasil, por uma linha de 91,00 metros; e, com Parte das Chácaras nºs. 169 e 170, do Instituto Nacional do Seguro Social ou quem de direito (Matrícula nº 12.176), por uma linha de 25,00 metros; ao SUDESTE: com a Rua Lauro Muller, por uma linha de 68,50 metros; e, ao NOROESTE: com Parte das Chácaras nºs. 169 e 170, do Instituto Nacional do Seguro Social ou quem de direito (Matrícula nº 12.176), por uma linha de 60,00 metros; e com a Rua Percio Lucca, por uma linha de 105,00 metros, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina, sob Transcrição nº 1.804.”

DECRETO Nº 049/2015.
De 23 de abril de 2015.

Art. 2º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos/SC, em 23 de abril de 2015.
JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito de Palmitos e.e.

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.843/2015

<p>LEI Nº. 3.843/2015. De 22 de abril de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, no valor de R\$ 178.124,19 (cento e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.047 - Manutenção das Atividades CRAS/PAIF
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0007(xx) R\$ 23.509,33
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CRAS/PAIF
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0023(xx) R\$ 8.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos SCFV
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0031 (xx) R\$ 6.640,90
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CRAS Estado
TOTAL GERAL R\$ 38.150,23

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.049 - Manutenção das Atividades do CREAS
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0024 (xx) R\$ 4.897,25
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CREAS
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0031 (xx) R\$ 29.336,99
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CREAS Estado
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0031(xx) R\$ 5.751,76
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CREAS Estado
TOTAL GERAL R\$ 39.986,00

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.045 - Manutenção do SCFV - 6 A 15 ANOS.
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0023- Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos SCFV R\$ 30.814,25
TOTAL GERAL R\$ 30.814,25

LEI Nº. 3.843/2015.
De 22 de abril de 2015.

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 1.028 - Aquisição de Veículo para Assistência Social
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 8.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Bolsa Família
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 10.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Suas
TOTAL GERAL R\$ 18.000,00

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 1.708,80
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Bolsa Família
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0025 (xx) R\$ 2.318,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. IGD Suas
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0081 (xx) R\$ 17.215,33
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0031 (xx) R\$ 645,77
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
TOTAL GERAL R\$ 21.887,90

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV: 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal Da Criança e Adolescente
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0000(xx) R\$ 2.218,51
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. FIA
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0081 (xx) R\$ 23.755,10
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
TOTAL GERAL R\$ 25.973,61

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJ/ATIV: 2051 - Manutenção do Programa Abrigo Domiciliar
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0031(xx) R\$ 2.849,52
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
 MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0031(xx) R\$ 462,68
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Ao Social - Gov. Federal
 TOTAL GERAL R\$ 3.312,20

LEI Nº. 3.843/2015.
 De 22 de abril de 2015.

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de R\$ 178.124,19 (cento e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos - Vinculados a Assistência Social, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 23.509,33 (vinte e três mil, quinhentos e nove reais e trinta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0007 - Recursos Vinculados ao CRAS/PAIF.

R\$ 38.814,25 (trinta e oito mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0023 - Recursos Vinculados ao SCFV.

R\$ 4.897,25 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0024 - Recursos Vinculados ao CREAS.

R\$ 45.687,62 (quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0031 - Recursos Vinculados ao Governo Estadual.

R\$ 9.708,80 (nove mil, setecentos e oito reais e oitenta centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0025 - Recursos Vinculados a IGD Bolsa Família.

R\$ 12.318,00 (doze mil, trezentos e dezoito reais) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0025 - Recursos Vinculados a IGD Suas.

R\$ 2.218,51 (dois mil, duzentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0000 - Recursos Vinculados ao Fia.

R\$ 40.970,43 (quarenta mil, novecentos e setenta reais e quarenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0081 - Recursos Vinculados ao Social - Governo Federal.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2013, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

LEI Nº. 3.843/2015.
 De 22 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 22 de abril de 2015.

JOSÉ ROBERTO GOMES
 Prefeito em Exercício de Palmitos

LEI 3.844/2015

LEI Nº. 3.844/2015.
 De 22 de abril de 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 312.432,12 (trezentos e doze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos) nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente da Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV: 1025 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente
 MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0013 (xx) R\$ 5.871,60
 MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0002 (xx) R\$ 1.957,20
 TOTAL GERAL [R\$ 7.828,80

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV: 10.301.0009.2.036 - Manut. das Ativ. da Saúde Pública Municipal
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 30.779,67
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. MAC
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 213,65
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. TFD
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 2.687,19
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Saúde na Escola
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 3.507,58
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Rede Cegonha
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0065 (xx) R\$ 2.134,53
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Proc. Oftalmológico
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0017 (xx) R\$ 2.528,51
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. PAB
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0040 R\$ 2.148,68
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. PMAQ
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0039 (xx) R\$ 2.614,61
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. Prótese Dentária
 MODALIDADE: 3.3.50.00.00.00.00.03.0041 (xx) R\$ 1.221,41
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Vinc. APAE

LEI Nº. 3.844/2015.
 De 22 de abril de 2015.

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0013 (xx) R\$ 231,32
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Governo Estadual

MODALIDADE:3.3.90.00.00.00.00.03.0071 (xx) R\$ 951,37
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FNS
 MODALIDADE:3.3.90.00.00.00.00.03.0012 (xx) R\$ 178.331,91
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Governo Federal
 TOTAL GERAL R\$ 227.350,43

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV:10.301.0009.2.039 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0019 (xx) R\$ 6.067,03
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Farmácia Básica Estadual
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0033 (xx) R\$ 4.720,28
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Farmácia Básica União
 TOTAL GERAL R\$ 10.787,31

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV:10.301.0009.2.037 - Manut. Programas ESF/ACS/Saúde Bucal
 MODALIDADE:3.1.90.00.00.00.00.03.0016 (xx) R\$ 1.741,08
 FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. ACS
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0016 (xx) R\$ 839,86
 FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. SF
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0016 (xx) R\$ 1.845,92
 FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. SAÚDE BUCAL
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0018 (xx) R\$ 10.884,20
 FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. Co-Financiamento
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0037 (xx) R\$ 77,37
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do NASF -SC
 TOTAL GERAL R\$ 15.388,43

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV: 10.301.0009.2.038 - Manutenção do CAPS
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0036 (xx) R\$ 9.112,25
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do CAPS
 TOTAL GERAL R\$ 9.112,25

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV: 10.304.0009.2.040 - Manutenção das Ativ. da Vigilância Sanitária
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0098 - (xx) R\$ 15.481,49
 FONTE DE RECURSO: Superávit Taxa Vigilância Sanitária
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0032 (xx) R\$ 229,87
 FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. Vigilância Sanitária
 TOTAL GERAL R\$ 15.711,36
 LEI Nº. 3.844/2015.
 De 22 de abril de 2015.

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV: 10.305.0009.2.041- Manut. Programa da Vigilância Epidemiológica
 MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0032 (xx) R\$ 10.332,18
 FONTE DE RECURSO: Superávit Rec. Vig. Epidemiológica
 TOTAL GERAL R\$ 10.332,18

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV: 10.302.0009.2.035 - Manutenção das Atividades do SAMU
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0030 (xx) R\$ 6.864,84
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do SAMU União
 TOTAL GERAL R\$ 6.864,84

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJ/ATIV:10.302.0009.2.034 - Manutenção das Atividades do CEO
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0035 (xx) R\$ 6.321,49
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do CEO Estadual
 MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0034 (xx) R\$ 2.735,03
 FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos do CEO Federal
 TOTAL GERAL R\$ 9.056,52

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 312.432,12 (trezentos e doze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Fundo Municipal de Saúde, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 5.871,60 (cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0013 - Recursos do Governo Estadual.

R\$ 1.957,20 (um mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0002 - Recursos vinculados a saúde.

R\$ 30.779,67 (Trinta mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC.
 R\$ 213,65 (Duzentos e treze reais e sessenta e cinco centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC-TFD.

R\$ 2.687,19 (Dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezenove centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC- Saúde na Escola.

LEI Nº. 3.844/2015.
 De 22 de abril de 2015.

R\$ 3.507,58 (Três mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - MAC- Rede Cegonha.

R\$ 2.134,53 (Dois mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0065 - Proc. Oftalmológico.

R\$ 2.528,51 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na Fonte de Recurso 0017 - PAB.

R\$ 2.148,68 (Dois mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0040 - PMAQ.

R\$ 2.614,61 (Dois mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0039 - Prótese Dentária.

R\$ 1.221,41 (Um mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0041 - MAC-APAE.

R\$ 231,32 (duzentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0013 - rend. Recursos Governo Estadual.
 R\$ 951,37 (novecentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0071 - rend. Recursos FNS.

R\$ 178.331,91 (cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0012 - Recursos vinculados ao Governo Federal.

R\$ 6.067,03 (Seis mil, sessenta e sete reais e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0019 - Farmácia Básica Estadual.

R\$ 4.720,28 (Quatro mil, setecentos e vinte reais e vinte e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0033 - Farmácia Básica Federal.

R\$ 1.741,08 (Um mil, setecentos e quarenta e um reais e oito centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0016 - ACS.

R\$ 839,86 (oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0016 - SF.

LEI Nº. 3.844/2015.
De 22 de abril de 2015.

R\$ 1.845,92 (Um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0016 - Saúde Bucal.

R\$ 10.884,20 (Dez mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de Recursos 0018 - Co-financiamento de Atenção Básica.

R\$ 9.112,25 (Nove mil, cento e doze reais e vinte e cinco centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0036 CAPS.

R\$ 77,37 (setenta e sete reais e trinta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0037 - NASF-SC.

R\$ 15.481,49 (Quinze mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0098 - Taxa de Vigilância Sanitária.

R\$ 229,87 (Duzentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0032 - Vigilância Sanitária.

R\$ 10.332,10 (Dez mil, trezentos e trinta e dois reais e dez centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0032 - Vigilância Epidemiológica.

R\$ 6.864,84 (Seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recurso 0030 - SAMU União.

R\$ 6.321,49 (Seis mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 da fonte de recurso 0035 - CEO Estadual.

R\$ 2.735,03 (Dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e três centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 da fonte de recurso 0034 - CEO União.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

LEI Nº. 3.844/2015.
De 22 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 22 de abril de 2015.
JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito em Exercício de Palmitos

LEI 3.845/2015

<p>LEI Nº. 3.845/2015. De 23 de abril de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 194.071,69 (cento e noventa e quatro mil, setenta e um reais e sessenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 2.027 - Manutenção das Atividades do Funrebom
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0010 (xx) R\$ 34.074,05
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Funrebom.
TOTAL GERAL R\$ 34.074,05

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 2.028 - Manutenção de Convênio de Trânsito
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 (xx) R\$ 5.216,78
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Rádio Patrulha
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0008 (xx) R\$ 8.918,27
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos SSP Multas Pref.
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0029 R\$ 9.771,53
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Polícia Militar
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0029 R\$ 14.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Polícia Militar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0028(xx) R\$ 12.810,46
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Polícia Civil.
TOTAL GERAL R\$ 50.717,04

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS
PROJ/ATIV: 2.029- Manutenção das Ativ. Depart. De Obras e Serv.

Urb.

LEI Nº. 3.845/2015.
De 23 de abril de 2015.

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0103 (xx) R\$ 6.555,73
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Conv. Casan
TOTAL GERAL R\$ 6.555,73

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS
PROJ/ATIV: 2.031 - Manutenção e Melhoria Iluminação Pública
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0011 - Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Cosip R\$ 65.101,87
TOTAL GERAL R\$ 65.101,87

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS
PROJ/ATIV: 2.032 - Manutenção do Departamento de Transportes
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0044 - Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FEP R\$ 27.994,10
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0014 - Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CIDE R\$ 238,98
TOTAL GERAL R\$ 28.233,08

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.03 - FUNDO DE DEFESA CIVIL
PROJ/ATIV: 2.033 - Defesa Civil
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas (xx)
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Defesa Civil R\$ 9.389,92
TOTAL GERAL R\$ 9.389,92

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 194.071,69 (cento e noventa e quatro mil, setenta e um reais e sessenta e nove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 34.074,05 (trinta e quatro mil, setenta e quatro reais e cinco centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0010 - Recursos Vinculados ao Funrebon.

R\$ 5.216,78 (cinco mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0000 - Recursos Vinculados a Rádio Patrulha.

LEI Nº. 3.845/2015.
De 23 de abril de 2015.

R\$ 8.918,27 (oito mil, novecentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0008 - Recursos Vinculados a SSP multas Pref.

R\$ 23.771,53 (vinte e três mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0028 - Recursos

Vinculados a Polícia Militar.

R\$ 12.810,46 (doze mil, oitocentos e dez reais e quarenta e seis centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0029 - Recursos Vinculados a Polícia Civil.

R\$ 6.555,73 (seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e três centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0103 - Recursos Vinculados a Convênio Casan.

R\$ 65.101,87 (sessenta e cinco mil, cento e um reais e oitenta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0011 - Recursos Vinculados a Convênio Cosip.

R\$ 27.994,10 (vinte e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e dez centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0044 - Recursos Vinculados FEP.

R\$ 238,98 (duzentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0014 - Recursos Vinculados CIDE.

R\$ 9.389,92 (nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0000 - Recursos Vinculados Defesa Civil.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

LEI Nº. 3.845/2015.
De 23 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 23 de abril de 2015.
JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito em Exercício de Palmitos

LEI 3.846/2015

<p>LEI Nº. 3.846/2015. De 23 de abril de 2015.</p>	<p>INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - PMSB; COMPREENDENDO OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Palmitos, o qual tem por objetivo promover a universalização dos serviços públicos municipais de saneamento básico no município, mediante o estabelecimento de metas e ações programadas que deverão ser executadas em um horizonte de 20 (vinte) anos.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

- I - abastecimento de água potável;
- II - esgotamento sanitário;
- III - drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e
- IV - limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Art. 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento, tem como diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer elementos ao poder público e a coletividade para defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 4º Constitui objetivo geral do Plano Municipal de Saneamento Básico o estabelecimento de ações para universalização do saneamento básico, através da ampliação progressiva do acesso a todos os usuários do Município de Palmitos.

Parágrafo único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do Plano de Saneamento:

I - garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação;

LEI Nº. 3.846/2015.
De 23 de abril de 2015.

- II - implementar os serviços ora existentes, em prazos factíveis;
- III - criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- IV - estimular a conscientização ambiental da população; e
- V - atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico

Art. 5º A Administração Municipal, assim como os prestadores dos serviços públicos compreendidos nessa Lei, deverão observar o disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico de Palmitos, notadamente no que diz respeito ao cumprimento das metas nele previstas, devendo prestar informações periódicas sobre a sua operacionalização à agência reguladora designada, às instituições fiscalizadoras e aos responsáveis pelo exercício do controle social do PMSB.

Art. 6º Fica a Secretaria Municipal de Saúde encarregada da operacionalização e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo suas atribuições:

- I - ter acesso aos documentos e informações dos prestadores dos serviços de que trata o PMSB;
- II - promover a inserção e a compatibilização das informações referentes aos serviços municipais de saneamento básico com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA e com sistemas informatizados equivalentes de âmbito estadual e municipal;
- III - receber as reclamações de usuários relativas à prestação dos serviços, devendo, quando for o caso, encaminhá-las a Agência Reguladora competente.

Art. 7º Compete à Agência Reguladora designada pelo Município, verificar junto aos prestadores dos serviços de que trata essa Lei, o atendimento das metas estabelecidas no PMSB devendo, no caso de seu descumprimento, exigir e impor as sanções cabíveis na forma das disposições regulamentares e contratuais pertinentes.

Art. 8º Através de legislação específica, o Município já institui Órgão Colegiado responsável pelo controle social dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. É assegurado ao Órgão Colegiado de controle social o acesso a quaisquer documentos e informações produzidos por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, excluindo-se àqueles documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

Art. 9º O PMSB de Palmitos deverá ser revisado, obrigatoriamente, a cada 4 (quatro) anos ou em prazo inferior a este, quando necessário for.

LEI Nº. 3.846/2015.
De 23 de abril de 2015

§ 1º A proposta de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

- I - das Políticas Municipais, Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde e de Meio Ambiente;
- II - do Plano Municipal e Estadual de Saneamento e de Recursos Hídricos.

§ 2º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município estiver inserido.

§ 3º A revisão de que trata o caput deste artigo, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Palmitos.

§ 4º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

Art. 10 Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados.

Art. 11 Constitui o Plano de Saneamento Básico do Município de Palmitos documento inserido no Anexo I desta Lei.

Art. 12º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 23 de abril de 2015.
JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito em Exercício de Palmitos

PROCESSO 53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 53/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 11/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA NOS SETORES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA EXECUTAR UM CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIACÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A VENDA DE BENS OU SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DIFUNDIR IDEIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL. COMO ATIVIDADES COMPLEMENTARES, OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PERTINENTES AO PLANEJAMENTO E À EXECUÇÃO DE PESQUISAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DE GERAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MERCADO, O PÚBLICO-ALVO, OS MEIOS DE DIVULGAÇÃO NOS QUAIS SERÃO DIFUNDIDAS AS PEÇAS E AÇÕES PUBLICITÁRIAS OU SOBRE OS RESULTADOS DAS CAMPANHAS REALIZADAS; À PRODUÇÃO E À EXECUÇÃO TÉCNICA DAS PEÇAS E PROJETOS PUBLICITÁRIOS CRIADOS; À CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAS INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, EM CONSONÂNCIA COM NOVAS TECNOLOGIAS, VISANDO À EXPANSÃO DOS EFEITOS DAS MENSAGENS E DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS NO ASSESSORAMENTO E APOIO NO DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO EM AÇÕES DE COMUNICAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 05/04/2015 até as 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 30 de abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 54/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 24/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR OM 356 6 CIL. DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55-C, ANO 1989, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM EDITAL. Data da entrega dos envelopes: 18/05/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 18/05/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 30 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 55/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 25/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CIMENTO ASFALTICO FRIO (ESTOCAVEL). Data da entrega dos envelopes: 19/05/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 19/05/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 30 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Papanduva**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAPANDUVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015. Objeto: Aquisição de computadores para as salas de vacinas, visando atender as disposições contidas na Portaria GM/Ministério da Saúde nº 2363/2012 - Programa SI-PNI. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: 14 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 14/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de abril de 2015

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N. 0003/2015 AO CONTRATO N. 0078/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0003/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0078/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0033/2014, TOMADA DE PREÇO n. 0003/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OZAIDE ANTONIO ALVES DA ROCHA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, localizada na linha Indumel, interior deste Município.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0078/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 31 de julho de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de abril de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N. 0003/2015 AO CONTRATO N. 0097/2013

TERMO ADITIVO 0003/2015 AO CONTRATO 0097/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de ginecologia e obstetrícia e consultas médicas para avaliação de cirurgias gerais; (estando inclusos nestes serviços a realização de exames de ultrassonografia, radiografia e colposcopia que forem necessários), realizar todos os procedimentos cirúrgicos e clínicos de pequeno porte como: partos/cesárias, laqueaduras, histerectomia, hérnias, vasectomia, apendicectomia, fimose entre outras cirurgias afins pelo Sistema Único de Saúde - SUS, deverá atender toda demanda do Município de Passos Maia/SC, mediante cronograma de atendimento estabelecido entre as partes.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe para o período de 8 meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2015, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 30 de abril de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N. 0005/2015 AO CONTRATO N. 0049/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0005/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0049/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0017/2014

TOMADA DE PREÇO n. 0002/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliédrica e macadame seco, drenagem pluvial, sinalização viária e passeios em diversas ruas e avenidas do Município de Passos Maia - SC.

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução da obra objeto do Contrato Administrativo n. 0049/2014, cuja execução deverá ser concluída até a data de 28 de agosto de 2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de abril de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 08/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o contrato 08/2014 - FMAS de locação de imóvel para funcionamento da Colmeia na Santa Lídia, firmado entre o S.r.(a). ELISANGELA DILMA FERREIRA, portadora do CNPJ/CPF nº 076.704.099-67, residente na Estrada Geral de Santa Lídia, 5786 fundos, Santa Lídia, Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, aos 30 (Trinta) dias do mês de Abri de 2015, conforme memorando nº 1412015, solicitado da secretária da Assistência Social e por interesse público, a contar desta data:

Penha, 30 de Abril de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

ELISANGELA DILMA FERREIRA
Contratado

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 30/2011 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato 30/2011 - FMAS, firmado entre o S.r.(a). Nereu Ramos Caldeira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 876.592-8 SSP/SC e CPF nº 291.426.019-91, residente e domiciliado na cidade de Penha/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, aos 30 (Trinta) dias do mês de Abri de 2015, conforme memorando nº 142/2015, solicitado da secretária da Assistência Social e por interesse público, a contar desta data:

Penha, 30 de Abril de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTE NEREU RAMOS CALDEIRA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 48/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o contrato 48/2014 - FMAS de locação de imóvel para funcionamento da Colmeia na Armação entre o S.r.(a). SANTA LÍDIA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, localizada na Avenida Konder Reis, 578, Armação, Penha/SC. CEP: 88385-000, telefone: 47-9989-2300 (Marcos) e de outro lado a, Prefeitura Municipal de Penha, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, aos 30 (Trinta) dias do mês de Abri de 2015, conforme memorando nº 143/2015, solicitado da secretária da Assistência Social e por interesse público, a contar desta data:

Penha, 30 de Abril de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
PREFEITO MUNICIPAL

SANTA LÍDIA ADMINISTRADORA DE BENS
CONTRATADO

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

Peritiba**PREFEITURA****RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO 25/2015 –
PREGÃO PRESENCIAL 14/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação 25/2015 e Pregão Presencial 14/2015.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, elaboração de regulamento, tabela, súmulas, controle de artilheiros, goleiros, disciplina, classificação e divulgação no site e julgamentos dos campeonatos municipais de futebol de salão e futebol de campo no decorrer do ano de 2015.

No anexo I do edital - Relação dos itens da licitação

Onde se lê: Preço Max.

Leia-se: Preço de Referência.

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº
029/2015**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 029/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que o edital de licitação nº 029/2015, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com as seguintes alterações:

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de engenharia, consistente na elaboração de Projeto e locação do Loteamento Urbano, de área medindo 76.000 m² (setenta e seis mil metros quadrados), localizado na Vila Bressan, às margens da Rodovia Estadual, sendo que o projeto deverá conter os seguintes dados, levantamentos técnicos e serviços a serem executados:

[....]

5. IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO

5.1 Locação dos lotes (+/- 50 lotes);

5.2 Locação e nivelamento do sistema viário;

5.3 Relocação dos lotes após a abertura das ruas;

5.4 Fiscalização das etapas de implantação do loteamento (abertura de ruas).

[....]

§ 5º Após a abertura das ruas, a empresa deverá relocar os lotes, fixando novamente os piquetes.

[....]

10 - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

[....]

10.2 O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento somente quando o contrato for inteiramente concluído, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital, atestado o recebimento definitivo do objeto.

§ 1º O pagamento pela execução dos serviços dar-se-á na seguinte forma:

a) 85% (oitenta e cinco por cento) com a entrega da LAI.

b) 15% (quinze por cento) após a empresa concluir a relocação dos lotes, trabalho este que deverá ser executado após a abertura das ruas.

Em razão das alterações, foi prorrogada a data de abertura e recebimento das propostas, sendo que o credenciamento ocorrerá das 14:00 às 14:15 horas, do dia 20 de maio de 2015, com abertura da sessão às 14:15 do mesmo dia. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 029/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que o edital de licitação nº 029/2015, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com as seguintes alterações:

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de engenharia, consistente na elaboração de Projeto e locação do Loteamento Urbano, de área medindo 76.000 m² (setenta e seis mil metros quadrados), localizado na Vila Bressan, às margens da Rodovia Estadual, sendo que o projeto deverá conter os seguintes dados, levantamentos técnicos e serviços a serem executados:

5. IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO

- 5.1 Locação dos lotes (+/- 50 lotes);
- 5.2 Locação e nivelamento do sistema viário;
- 5.3 Relocação dos lotes após a abertura das ruas;
- 5.4 Fiscalização das etapas de implantação do loteamento (abertura de ruas).

§ 5º Após a abertura das ruas, a empresa deverá relocar os lotes, fixando novamente os piquetes.

10 - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

10.2 O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento somente quando o contrato for inteiramente concluído, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital, atestado o recebimento definitivo do objeto.

§ 1º O pagamento pela execução dos serviços dar-se-á na seguinte forma:

- a) 85% (oitenta e cinco por cento) com a entrega da LAI.
- b) 15% (quinze por cento) após a empresa concluir a relocação dos lotes, trabalho este que deverá ser executado após a abertura das ruas.

Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 30 de abril de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º141/2015

(Ementa)

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º141/2015

Chamada Pública nº 001/2015

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados no centro Educacional Pe. Trudo Plessers.

CONTRATADA: ELIO MIGUEL CONCI

VALOR: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

DATA DO CONTRATO: 27 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º142/2015

(Ementa)

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º142/2015

Chamada Pública nº 001/2015

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados no centro Educacional Pe. Trudo Plessers.

CONTRATADA: CLAUDETE ANDRETTA PERAZZOLI

VALOR: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

DATA DO CONTRATO: 27 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º143/2015

(Ementa)

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º143/2015

Chamada Pública nº 001/2015

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados no centro Educacional Pe. Trudo Plessers.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE ARTEZÃOS DE ARROIO TRINTA

VALOR: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

DATA DO CONTRATO: 27 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º121/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º121/2015

Processo Seletivo n. 001/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL função de NUTRICIONISTA - NASF, em caráter temporário e sob regime administrativo especial.

CONTRATADA: CAMILA MARCON OURIQUES

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.183,28 (Dois mil, cento e oitenta e três reais e vinte e oito centavos)

DATA DO CONTRATO: 31 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º144/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º144/2015

Processo Seletivo n. 002/2015

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE Transporte e Obras função de Operário Braçal, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 002/2015.

CONTRATADA: NELSON ANTONIO DOS SANTOS

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.047,34 (hum mil, quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 28 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

PORTARIA Nº 174, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 174, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA NELSON ANTONIO DOS SANTOS PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE OPERÁRIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 002/2015, homologado através da Portaria nº 167, de 24 de abril de 2015;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para exercer a função,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante processo seletivo, NELSON ANTONIO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF nº786.026.619-91, para exercer a função em caráter temporário de operário braçal, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 12 (doze) meses ou em prazo menor caso seja realizado concurso público.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de maio de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 28 de abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2015

Processo Administrativo n.º 036/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM LÍNGUA ALEMÃ, PARA ATENDER ESPECIFICAMENTE O CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 15/05/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 15/05/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 30 de Abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 047/2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 047/Dispensa de Licitação nº 09/2015.

OBJETO: Dispensa de licitação referente a Chamada Pública nº 01/2015 que consiste no cadastramento de grupos formais e informais para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS FAMILIARES DE PONTE SERRADA - COPERFAPS.

Endereço: Ponte Serrada - Santa Catarina CEP: 89.683-000

CPF: 08.694.285/0001-10

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: CAPUT, do artigo 14, da Lei n. 8666/93
Valor: R\$ 44.552,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e dois reais)

VIGÊNCIA: de 29 de abril á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 29 de dezembro de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 048/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria na área de engenharia, meio ambiente, agricultura e infraestrutura, para prestar serviços requisitados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme solicitação.

Recebimento de Envelopes: até as 08h20min do dia 15/05/2015.
Abertura: às 08h30min horas do dia 15/05/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 30 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO 045/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público aos interessados, a revogação da licitação supracitada, OBJETO: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria na área de engenharia, meio ambiente, agricultura e infraestrutura, para prestar serviços requisitados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme solicitação.

Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 30 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 007/15

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DOS AQUICULTORES DO VALE DO IGUAÇU - ECOPEIXE

CONVÊNIO Nº 007/15

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE, com sede no Município de Porto União.

Por este instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, brasileiro, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2548, portador do RG nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado MUNICÍPIO e a Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE, com sede na Comunidade Nova Galícia, interior de Porto União - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 04.352.224/0001-13, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Renato Bonfleur, brasileiro, portador do RG nº 235.544-2 - SSP/SC e do CPF nº 218.718.849-34, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.319, de 28 de abril de 2015, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ENTIDADE CONVENIADA, a título de subvenção, com o objetivo de promover a piscicultura do Município de Porto União, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais), a ser desembolsado em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais), em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE, em c/c específica sob o nº 180611-4, Ag. 2490-2, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município, na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

ATIVIDADE 2022 Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados visam auxiliar nas despesas de capacitação e assistência técnica, objetivando a promoção da piscicultura do Município de Porto União, conforme Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I - Do MUNICÍPIO:

O MUNICÍPIO obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ENTIDADE CONVENIADA o valor correspondente à parcela, conforme mencionado na Cláusula Segunda.

II - Da ENTIDADE CONVENIADA:

A ENTIDADE CONVENIADA obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadiplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

I- quando da não execução do objeto do convênio;

II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas

administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 28 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Presidente da Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

DECRETO Nº 706/2015

DECRETO Nº 706, de 23 de abril de 2015.

Dispõe sobre nomeação de membro em Comissão Especial, em substituição ao Senhor Roberto Cendron, em razão do seu falecimento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ALCEMIR TEIXEIRA Presidente da Comissão Especial, constituída através do Decreto nº 640, de 26 de janeiro de 2015, em razão do falecimento do Senhor Roberto Cendron, na data de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Os demais membros da Comissão Especial nomeada coletivamente através do Decreto nº 640, de 26 de janeiro de 2015, permanecem inalterados.

Art. 3º Revogam-se o Decreto nº 703, de 23 de abril de 2015, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Porto União (SC), 23 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 017/2015 EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 017/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI - EPP.

Objeto: Aquisição de produtos para a alimentação escolar.
Valor Total: R\$ 81.851,50 (oitenta e um mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

Vigência: Até 31 de agosto de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 002/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 018/2015 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 018/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Integra Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos para a alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 25.200,50 (vinte e cinco mil e duzentos reais e cinquenta centavos).

Vigência: Até 31 de agosto de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 002/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Integra Comercial Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 019/2015 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 019/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos para a alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 80.558,00 (oitenta mil quinhentos e cinquenta e oito reais).

Vigência: Até 31 de agosto de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 002/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 020/2015 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 020/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Liciul Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos para a alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 41.115,90 (quarenta e um mil cento e quinze reais e noventa centavos).

Vigência: Até 31 de agosto de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 002/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Liciul Comercial Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 021/2015 EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 021/2015 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de produtos para a alimentação escolar.
Valor Total: R\$ 99.787,95 (noventa e nove mil setecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos).
Vigência: Até 31 de agosto de 2015.
Base legal: Pregão Presencial 002/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 013/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 013/2015 - FAS
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 023/2014 - FAS.
Partes: Município de Porto União e Reunidas S.A Transportes Coletivos.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 6,50 % (seis vírgula cinquenta por cento) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 014/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 014/2015 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 003/2014 - EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Reunidas S.A Transportes Coletivos.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 6,50 % (seis vírgula cinquenta por cento) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 050/2015- CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 027/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de informática diversos, para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União e da Secretaria Municipal de Educação. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 15 de maio de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 051/2015- PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 028/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção do Terminal Rodoviário Municipal e da Limpeza Pública nas vias do Município. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 18 de maio de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 029/2015 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 052/2015- CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 029/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de caixas de mudas de flores. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 19 de maio de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de abril de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.316/2015

LEI Nº 4.316, de 28 de abril de 2015.

Altera a Lei Municipal nº 4.100, de 13 de março de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera os §§ 3º e 4º do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.100, de 13 de março de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º O valor do Aluguel Social será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais por família, podendo ser reajustado anualmente através de Decreto, com base no IGPM ou, na ausência deste, outro índice oficial em vigor, que venha a substituí-lo.

§ 4º A concessão do Aluguel Social fica limitada à quantidade máxima de 40 (quarenta) famílias, simultaneamente, que atendam aos requisitos e condições exigidas nesta Lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.”

Art. 2º Altera o artigo 9º da Lei Municipal nº 4.100, de 13 de março de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O benefício será concedido por prazo indeterminado, o qual passará por avaliação social anualmente ou sempre que se fizer necessário.”

Art. 3º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 4.100, de 13 de março de 2013, permanecem inalterados.

Art. 4º Revogam-se a Lei Municipal nº 4.244, de 28 de maio de 2014, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.317/2015

LEI Nº 4.317, de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2076 – CISAMURC		
MODALIDADE	3393 – 103 – Aplicações Diretas decorrente de Operações entre Órgãos	novo	60.000,00
MODALIDADE	3171 – 103 – Transferência a Consórcio	novo	125.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		185.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	4	185.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		185.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI Secretário Municipal de Finanças
Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

LEI Nº 4.318/2015

LEI Nº 4.318, de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre o “Reajuste Salarial”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder Reajuste Salarial, que constitui um aumento real da remuneração, num percentual de 1,48% (um vírgula quarenta e oito por cento).

Art. 2º O “Reajuste Salarial” será concedido a todos os servidores ativos do quadro de funcionários deste Município, excetuando-se os Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais).

Art. 3º Os servidores efetivos e comissionados que fazem parte de quadro de pessoal do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IMPRESS, bem como os aposentados e pensionistas, amparados pela paridade constitucional, terão direito ao “Reajuste Salarial” num percentual de 1,48% (um vírgula quarenta e oito por cento), aplicados em uma única vez, considerando como base o mês de abril do ano corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União (SC), 28 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.319/2015

LEI Nº 4.319, de 28 de abril de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado firmar Convênio com a Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE, inscrita no CNPJ sob o nº 04.352.224/0001-13, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.686, de 11 de outubro de 2001, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE, recursos financeiros no valor total de R\$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais), desembolsáveis em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais), para auxiliar nas despesas, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ATIVIDADE 2022 Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura
MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação dos Aquicultores do Vale do Iguaçu - ECOPEIXE obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 28 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 002/2015- EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 002/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI - EPP,

Integra Comercial Ltda,

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP,

Licisul Comercial Ltda e

Supermercado Dukelli Ltda.

Porto União SC, 23 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 20/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 20/2015, de 23 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal do Município de Presidente Nereu - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal 1354/2012 de 18 de Setembro de 2012, baixa o seguinte:

DECRETO

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para composição do CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, conforme relacionado abaixo:

a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Valdemiro Cadilhac- Titular
Marlene Kraus- Suplente
Elisandra Delabeneta Knihs- Titular
Leusa Maria Maté Vieira- Suplente

b) REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Andreza Hang Vanderlinde- Titular
Lenara Popenga Lyra- Suplente

c) REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Simone Rech- Titular
Vanderléia Schwartz Kochanski- Suplente

d) REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS.

Marli Raitz Back- Titular
Guilherme Feuser- Suplente

e) REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.

Cátia Maria Rech Cardoso- Titular
Elzenir Capistrano- Suplente
Jaqueline Pereira de Andrade- Titular
Léia Aparecida da Silva- Suplente

f) REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Gilmar José Elias- Titular
Carlinhos Franzen- Suplente
Maria Gorete Plotegcker Goedert- Titular
Jenifer Pires da Silva- Suplente

g) REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Isonete da Silva Ferreira- Titular
Rosilene Mainchain de Souza Brand- Suplente

h) REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Ana Paula Prim da Silva- Titular
Márcia Aparecida Pedroso - Suplente

Art. 2º - O período de mandato dos Conselheiros acima relacionados, de acordo com o artigo 4.º da Lei 1354/2012, será de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução por igual período, tendo como vigência o período compreendido entre 23 de abril de 2015 à 23 de abril de 2017.

Art. 3º - De acordo com o que determina o Artigo 6º da Lei nº 1354/2012, o conselho do FUNDEB terá um Presidente, Vice-presidente e um secretário que serão eleitos pelos conselheiros, ficando assim nomeado a diretoria do conselho:

I- Presidente: Isonete da Silva Ferreira

II- Vice-presidente: Andreza Hang Vanderlinde

III- Secretária: Ana Paula Prim da Silva

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 23 de abril de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL VALORES LANÇADOS IPTU 2015



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 1 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:40 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
98.1 Ano 2015	01.01.022.0194.001.01.02 C.Venc. 01-R\$	737.4 ADELINO FAUSTINO MACHADO 3.413,61-VVP	RUA ANDREILINO NUNES 6.851,08-VVT Vlr.Total:	120 203,19	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
46.9 Ano 2015	01.01.027.0220.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	86.8 ADEMIRO NICOLAU HAMM 1.043,17-VVP	RUA JACO KALBUSCH 13.820,72-VVT Vlr.Total:	60 204,94	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
9.4 Ano 2015	01.01.012.0457.001.01.03 C.Venc. 01-R\$	1704.3 ADRIANA FERREIRA 3.222,36-VVP	RUA JOHNN KENNEDY 14.858,43-VVT Vlr.Total:	442 231,90	Pago Cond.: Unica\06 parc.
604.1 Ano 2015	01.02.002.0008.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	3257.3 AGENOR MANOEL FRANCISCO 0,00-VVP	RUA JOSE EIFLER 5.382,03-VVT Vlr.Total:	142,05	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
550.9 Ano 2015	01.01.012.1189.001.01.02 C.Venc. 01-R\$	764.1 AGOSTINHO BATISTA REZINI 9.148,38-VVP	RUA JOHNN KENNEDY 20.815,68-VVT Vlr.Total:	1054 66,43	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
633.5 Ano 2015	01.02.002.2192.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	764.1 AGOSTINHO BATISTA REZINI 0,00-VVP	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N 109.097,28-VVT Vlr.Total:	61,32	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
169.4 Ano 2015	01.01.015.0255.001.01.02 C.Venc. 01-R\$	2762.6 AGUSTINHO VITORINO 1.926,67-VVP	AVN JOAO XXIII 4.502,39-VVT Vlr.Total:	419 162,85	Pago Cond.: Unica\06 parc.
589.4 Ano 2015	01.02.001.0003.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	3126.7 ALAIRTO JORGE 0,00-VVP	RUA JOSE EIFLER 7.347,85-VVT Vlr.Total:	171,53	Pago Cond.: Unica\06 parc.
233.0 Ano 2015	01.01.009.0287.001.01.04 C.Venc. 01-R\$	837.0 ALDO ERN 6.461,51-VVP	AVN DESEMB ERICO TORRES 14.284,50-VVT Vlr.Total:	285 268,77	Pago Cond.: Unica\06 parc.
234.8 Ano 2015	01.01.009.0287.001.02.04 C.Venc. 01-R\$	837.0 ALDO ERN 11.597,97-VVP	AVN DESEMB ERICO TORRES 14.284,50-VVT Vlr.Total:	285 320,13	Pago Cond.: Unica\06 parc.
235.6 Ano 2015	01.01.009.0287.001.03.04 C.Venc. 01-R\$	837.0 ALDO ERN 1.575,60-VVP	AVN DESEMB ERICO TORRES 6.903,22-VVT Vlr.Total:	SN 135,88	Pago Cond.: Unica\06 parc.
236.4 Ano 2015	01.01.009.0287.001.04.04 C.Venc. 01-R\$	837.0 ALDO ERN 1.255,94-VVP	AVN DESEMB ERICO TORRES 6.563,21-VVT Vlr.Total:	SN 139,50	Pago Cond.: Unica\06 parc.
158.9 Ano 2015	01.01.018.0230.001.01.02 C.Venc. 01-R\$	518.5 ALDO GILI 1.895,65-VVP	TVA FLORIANO KRIEGER 7.099,13-VVT Vlr.Total:	33 165,84	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
644.0 Ano 2015	01.02.002.1357.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	3388.0 ALEXANDRE COMANDOLLI 638,33-VVP	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N 22.547,63-VVT Vlr.Total:	51,10	Pago Cond.: Unica\06 parc.
761.7 Ano 2015	01.01.017.0258.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	2814.2 ALEXANDRE FERREIRA 2.402,92-VVP	TVA FLORIANO KRIEGER 11.170,25-VVT Vlr.Total:	198,84	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
50.7 Ano 2015	01.01.027.0370.001.01.02 C.Venc. 01-R\$	708.0 ALEXANDRE TOMIO 1.484,61-VVP	RUA BARRINHA 13.669,66-VVT Vlr.Total:	352 225,38	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
181.3 Ano 2015	01.01.015.0646.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	805.2 ALICIO E OU IRACI VANDERLINDE 2.250,74-VVP	RUA JOSE COSTA MIRANDA 14.111,47-VVT Vlr.Total:	92 225,97	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
86.8 Ano 2015	01.01.024.0284.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	888.5 ALINE LESKE TILLMANN 2.229,54-VVP	RUA ANTONIO F. JONK 3.935,17-VVT Vlr.Total:	SN 143,56	Pago Cond.: Unica\06 parc.
93.0 Ano 2015	01.01.023.0209.001.01.04 C.Venc. 01-R\$	53.1 ALOISIO BECKAUSER 3.766,36-VVP	RUA JOAO SCHAEFER 36.008,19-VVT Vlr.Total:	136 494,79	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
587.8 Ano 2015	01.01.023.0141.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	53.1 ALOISIO BECKAUSER 3.517,08-VVP	RUA JOAO SCHAEFER 8.263,27-VVT Vlr.Total:	S/N 168,90	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
791.9 Ano 2015	01.01.021.0468.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	4602.7 ALOISIO BOHRINGER 0,00-VVP	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO 25.596,19-VVT Vlr.Total:	445,26	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
792.7 Ano 2015	01.01.021.0467.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	4602.7 ALOISIO BOHRINGER 0,00-VVP	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO 25.823,97-VVT Vlr.Total:	448,67	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
410.3 Ano 2015	01.01.015.0893.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	743.9 ALOISIO FRANCISCO EIFLER 2.692,16-VVP	RUA JOSE COSTA MIRANDA 54.061,16-VVT Vlr.Total:	304 632,09	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
37.0 Ano 2015	01.01.014.0649.001.01.02 C.Venc. 01-R\$	914.8 ALOISIO ORLANDO PETRY 1.416,54-VVP	AVN JOAO XXIII 14.105,56-VVT Vlr.Total:	325 299,24	Pago Cond.: Unica\06 parc.
182.1 Ano 2015	01.01.015.0675.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	39.6 ALOÍISIO PETRI 3.844,68-VVP	RUA JOSE COSTA MIRANDA 20.299,80-VVT Vlr.Total:	SN 292,53	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
594.0 Ano 2015	01.02.001.0008.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	39.6 ALOÍISIO PETRI 0,00-VVP	RUA JOSE EIFLER 7.206,50-VVT Vlr.Total:	169,41	Aberto Cond.: Unica\06 parc.
797.8 Ano 2015	01.01.027.0300.001.01.01 C.Venc. 01-R\$	39.6 ALOÍISIO PETRI 0,00-VVP	RUA BARRINHA 19.767,96-VVT Vlr.Total:	357,83	Aberto Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 2 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:40 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
168.6	01.01.015.0275.001.01.01	1323.4 ALTAIR MOREIRA	AVN JOAO XXIII	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	744,53-VVP 6.043,64-VVT	Vlr.Total: 197,08	Cond.: Unica\06	parc.
341.7	01.01.018.0153.001.01.01	1323.4 ALTAIR MOREIRA	AVN JOAO XXIII	426	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.916,13-VVP 2.321,14-VVT	Vlr.Total: 135,84	Cond.: Unica\06	parc.
75.2	01.01.024.0028.001.01.01	780.3 ALVIRA DE MOLINER BECKER	RUA EUGENIA TORRES	172	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.692,47-VVP 7.508,03-VVT	Vlr.Total: 180,02	Cond.: Unica\06	parc.
516.9	01.01.029.0720.001.01.01	589.4 AMARILDO FEUSER	RUA PADRE DONATO	52	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.807,02-VVP 9.063,20-VVT	Vlr.Total: 168,83	Cond.: Unica\06	parc.
180.5	01.01.015.0626.001.01.01	531.2 AMBROSIO BELEGANTE	RUA JOSE COSTA MIRANDA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 13.914,64-VVT	Vlr.Total: 270,03	Cond.: Unica\06	parc.
348.4	01.01.013.0090.001.01.02	531.2 AMBROSIO BELEGANTE	RUA JOSE COSTA MIRANDA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.645,88-VVP 64.575,64-VVT	Vlr.Total: 66,43	Cond.: Unica\06	parc.
409.0	01.01.015.0606.001.01.01	531.2 AMBROSIO BELEGANTE	RUA JOSE COSTA MIRANDA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 13.907,68-VVT	Vlr.Total: 269,93	Cond.: Unica\06	parc.
577.0	01.01.023.0126.001.01.01	2712.0 ANA CLAUDIA KONS	RUA JOAO SCHAEFER	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.849,28-VVT	Vlr.Total: 207,55	Cond.: Unica\06	parc.
777.3	01.01.011.0141.001.01.01	3420.7 ANA LUCIA FERREIRA DA SILVA - RUA PADRE DONATO	SN	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.256,55-VVP 5.483,57-VVT	Vlr.Total: 131,06	Cond.: Unica\06	parc.
194.5	01.01.013.0589.001.01.01	160.0 ANDOLINA RAITZ	AVN DESEMB ERICO TORRES	452	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	921,00-VVP 31.824,46-VVT	Vlr.Total: 378,55	Cond.: Unica\06	parc.
630.0	01.02.003.0240.001.01.01	3365.0 ANDRE GILI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3702	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.062,14-VVP 33.465,67-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
190.2	01.01.013.0483.001.01.01	962.8 ANDREIA RACHADEL	RUA MATILDE SCHAEFER	47	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.404,14-VVP 5.893,01-VVT	Vlr.Total: 190,55	Cond.: Unica\06	parc.
765.0	01.01.026.0385.001.01.01	3697.8 ANDREZ PEREIRA	RUA JACO KALBUSCH	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 7.105,63-VVT	Vlr.Total: 167,90	Cond.: Unica\06	parc.
195.3	01.01.017.0208.001.01.03	2740.5 ANELIO HANG	AVN JOAO XXIII	478	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	996,57-VVP 2.641,19-VVT	Vlr.Total: 105,65	Cond.: Unica\06	parc.
282.8	01.01.017.0208.001.02.03	2740.5 ANELIO HANG	TVA FLORIANO KRIEGER	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 7.149,12-VVT	Vlr.Total: 204,30	Cond.: Unica\06	parc.
419.7	01.01.017.0208.001.03.03	2740.5 ANELIO HANG	TVA FLORIANO KRIEGER	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.686,67-VVT	Vlr.Total: 146,62	Cond.: Unica\06	parc.
294.1	01.01.011.0139.001.01.01	199.6 ANTENOR KEMPER	RUA PADRE DONATO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.340,03-VVP 25.237,72-VVT	Vlr.Total: 61,32	Cond.: Unica\06	parc.
163.5	01.01.015.0140.001.01.01	2820.7 ANTENOR MANOEL FRANCISCO	AVN JOAO XXIII	491	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.699,74-VVP 13.359,73-VVT	Vlr.Total: 276,98	Cond.: Unica\06	parc.
18.3	01.01.002.0175.001.01.01	3169.0 ANTONIO DE SOUZA	RUA MONICA JONCK	92	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	387,82-VVP 5.186,14-VVT	Vlr.Total: 110,71	Cond.: Unica\06	parc.
638.6	01.02.002.1759.003.01.01	2266.7 ANTONIO FERREIRA	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1683	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.438,19-VVP 15.770,06-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
70.1	01.01.025.0198.001.01.02	60.4 ANTONIO GARCIA	RUA ANTONIO F. JONK	85	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.450,38-VVP 11.486,13-VVT	Vlr.Total: 305,46	Cond.: Unica\06	parc.
81.7	01.01.024.0164.001.01.01	3186.0 ANTONIO MEDEIROS	RUA DONA PERPETUA	64	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.252,62-VVP 6.084,33-VVT	Vlr.Total: 130,72	Cond.: Unica\06	parc.
499.5	01.01.006.0307.001.01.01	4310.9 ANTÔNIO VENTURA	RUA VIDAL RAMOS	173	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.899,68-VVP 13.082,32-VVT	Vlr.Total: 240,41	Cond.: Unica\06	parc.
238.0	01.01.008.0025.001.01.01	3828.8 ARCIDIO VENCESLAU LORENTINO	RUA MONICA JONCK	113	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	882,43-VVP 11.983,39-VVT	Vlr.Total: 184,16	Cond.: Unica\06	parc.
59.0	01.01.026.0353.001.01.01	2768.5 ARIDES REZINI	RUA EUGENIA TORRES	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 11.480,98-VVT	Vlr.Total: 218,20	Cond.: Unica\06	parc.
109.0	01.01.021.0367.001.01.01	92.2 ARI MACHADO	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	186	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.714,07-VVP 7.478,57-VVT	Vlr.Total: 200,16	Cond.: Unica\06	parc.
105.8	01.01.021.0080.001.01.01	90.6 ARLINDO DE SOUZA	RUA ANDRELINO NUNES	119	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.560,48-VVP 18.177,72-VVT	Vlr.Total: 256,27	Cond.: Unica\06	parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 3 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:41 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
655.6	01.02.002.0262.001.01.02	417.0	ARLINDO RECH	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3517		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.204,53-VVP	47.927,24-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
15.9	01.01.010.0148.001.01.02	742.0	ARNITO BOING	RUA ROBERTO JUNGKLAUS	68	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.236,53-VVP	9.144,22-VVT	Vlr.Total:	180,22	Cond.: Unica\06 parc.
253.4	01.01.008.1004.001.01.02	759.5	ARNO GIELOW	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.442,79-VVP	4.358,17-VVT	Vlr.Total:	202,42	Cond.: Unica\06 parc.
310.7	01.01.028.0156.001.01.02	35.3	ARNOLDO MANOEL ELEOTERIO	RUA BARRINHA	273	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.238,06-VVP	23.835,95-VVT	Vlr.Total:	323,34	Cond.: Unica\06 parc.
179.1	01.01.015.0585.001.01.02	146.5	ARNOLDO PORTO	RUA JOSE COSTA MIRANDA	60	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	788,05-VVP	14.002,84-VVT	Vlr.Total:	218,26	Cond.: Unica\06 parc.
187.2	01.01.013.0387.001.01.02	830.3	ASTA TILLMANN VIEIRA	RUA JOSE COSTA MIRANDA	31	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.105,69-VVP	13.600,19-VVT	Vlr.Total:	219,00	Cond.: Unica\06 parc.
42.6	01.01.027.0020.001.01.02	3688.9	AUREA LUCIA SEZERINO	RUA JOAO SCHAEFER	107	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.982,27-VVP	8.665,59-VVT	Vlr.Total:	226,14	Cond.: Unica\06 parc.
645.9	01.02.002.1357.002.01.03	278.0	AUREO COMANDOLI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1953		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.467,52-VVP	79.338,11-VVT	Vlr.Total:	81,76	Cond.: Unica\06 parc.
66.3	01.01.026.0586.001.01.01	56.6	AURINO GERMANO DE MELO	RUA JACO KALBUSCH	28	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	930,78-VVP	35.788,13-VVT	Vlr.Total:	422,94	Cond.: Unica\06 parc.
351.4	01.01.013.0219.001.01.02	688.2	AURINO MAINCHAIN	RUA JOSE COSTA MIRANDA	187	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.486,60-VVP	16.935,06-VVT	Vlr.Total:	258,06	Cond.: Unica\06 parc.
149.0	01.01.003.0194.001.01.04	880.0	AURINO PIU VENTURA	AVN DESEMB ERICO TORRES	180	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	16.296,75-VVP	12.476,05-VVT	Vlr.Total:	384,79	Cond.: Unica\06 parc.
533.9	01.01.012.0421.001.01.02	699.8	AUTO POSTO BOA ESPERANCA LTDA	RUA JOHNN KENNEDY	410	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	15.756,41-VVP	30.311,20-VVT	Vlr.Total:	997,97	Cond.: Unica\06 parc.
301.8	01.01.011.0846.001.01.01	4012.6	AVELINO CADILHAC	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	128.675,45-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
312.3	01.01.008.0970.001.01.03	4012.6	AVELINO CADILHAC	RUA JOHNN KENNEDY	63	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.947,00-VVP	54.742,71-VVT	Vlr.Total:	81,76	Cond.: Unica\06 parc.
583.5	01.01.026.0334.001.01.01	2794.4	BATURITE ROCHA LYRA	RUA EUGENIA TORRES	s/n	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.626,80-VVP	6.553,21-VVT	Vlr.Total:	145,81	Cond.: Unica\06 parc.
774.9	01.01.022.0550.001.01.01	2794.4	BATURITE ROCHA LYRA	RUA MAXIMILIANO CADILHAC		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	11.378,76-VVT	Vlr.Total:	232,00	Cond.: Unica\06 parc.
92.2	01.01.023.0106.001.01.02	466.9	BELMIRO MOREIRA	RUA JOAO SCHAEFER	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.006,94-VVP	5.570,73-VVT	Vlr.Total:	180,08	Cond.: Unica\06 parc.
539.8	01.01.012.0497.001.01.01	779.0	BENTA DE SOUZA PRANGE	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	12.290,46-VVT	Vlr.Total:	307,12	Cond.: Unica\06 parc.
540.1	01.01.012.0516.001.01.01	779.0	BENTA DE SOUZA PRANGE	RUA JOHNN KENNEDY	480	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.868,98-VVP	9.556,46-VVT	Vlr.Total:	237,47	Cond.: Unica\06 parc.
344.1	01.01.018.0210.001.02.02	777.3	BENVINDO STICKEL	AVN JOAO XXIII	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	964,48-VVP	15.527,39-VVT	Vlr.Total:	391,14	Cond.: Unica\06 parc.
611.4	01.02.006.0202.001.01.01	2998.0	BERENICE GILI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3720		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.977,47-VVP	54.543,47-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
371.9	01.01.022.0369.002.01.01	669.6	CARINE MARIA DELLA BENETA	RUA JOAO SCHAEFER	129	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.026,65-VVP	3.368,41-VVT	Vlr.Total:	135,04	Cond.: Unica\06 parc.
140.6	01.01.004.0064.001.01.01	120.1	CARLOS FEUSER NETO	AVN JOAO XXIII	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	15.062,21-VVT	Vlr.Total:	362,56	Cond.: Unica\06 parc.
146.5	01.01.003.0133.001.01.07	120.1	CARLOS FEUSER NETO	AVN DESEMB ERICO TORRES	132	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	33.907,69-VVP	15.394,37-VVT	Vlr.Total:	892,76	Cond.: Unica\06 parc.
147.3	01.01.003.0154.001.01.02	120.1	CARLOS FEUSER NETO	AVN DESEMB ERICO TORRES	152	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.971,19-VVP	13.854,99-VVT	Vlr.Total:	244,67	Cond.: Unica\06 parc.
254.2	01.01.003.0020.001.01.01	120.1	CARLOS FEUSER NETO	AVN DESEMB ERICO TORRES	16	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.137,01-VVP	13.206,18-VVT	Vlr.Total:	281,24	Cond.: Unica\06 parc.
53.1	01.01.026.0080.001.01.01	48.5	CATARINA MOLVERSTET DA CUNHA	SRV SERVIDAO 02	205	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	630,62-VVP	2.335,02-VVT	Vlr.Total:	83,90	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 4 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:41 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
193.7	01.01.013.0567.001.01.02	204.6 CIDNEI TARSO BUNN	AVN DESEMB ERICO TORRES	438	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.846,10-VVP 14.217,95-VVT	Vlr.Total: 237,05	Cond.: Unica\06	parc.
306.9	01.01.011.1225.001.01.01	204.6 CIDNEI TARSO BUNN	RUA PADRE AUGUSTO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 18.028,78-VVT	Vlr.Total: 331,75	Cond.: Unica\06	parc.
307.7	01.01.011.1292.001.01.02	204.6 CIDNEI TARSO BUNN	RUA PADRE JORGE	258	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.500,23-VVP 20.992,57-VVT	Vlr.Total: 313,84	Cond.: Unica\06	parc.
136.8	01.01.004.0156.001.01.02	116.3 CID PETRI	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	39	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.301,80-VVP 2.210,49-VVT	Vlr.Total: 119,10	Cond.: Unica\06	parc.
115.5	01.01.019.0139.001.01.01	98.1 CIRO BECKHAUSER	AVN JOAO XXIII	12	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.315,18-VVP 15.022,91-VVT	Vlr.Total: 234,47	Cond.: Unica\06	parc.
150.3	01.01.003.0244.001.01.02	98.1 CIRO BECKHAUSER	AVN DESEMB ERICO TORRES	210	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	21.151,27-VVP 7.331,01-VVT	Vlr.Total: 361,45	Cond.: Unica\06	parc.
145.7	01.01.003.0113.001.01.02	121.0 CLARA AUGUSTA DANKER	AVN DESEMB ERICO TORRES	108	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.094,40-VVP 11.990,35-VVT	Vlr.Total: 191,94	Cond.: Unica\06	parc.
452.9	01.01.003.0113.001.02.02	121.0 CLARA AUGUSTA DANKER	AVN DESEMB ERICO TORRES	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	229,93-VVP 1.291,27-VVT	Vlr.Total: 66,30	Cond.: Unica\06	parc.
295.0	01.01.029.0426.001.01.01	394.8 CLAUDELICE BELEGANTE	RUA JOHNN KENNEDY	699	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.182,46-VVP 6.963,43-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
541.0	01.01.012.0563.001.01.02	394.8 CLAUDELICE BELEGANTE	RUA JOHNN KENNEDY	500	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	10.178,07-VVP 32.915,53-VVT	Vlr.Total: 712,82	Cond.: Unica\06	parc.
5.1	01.01.012.0128.001.01.02	431.6 CLAUDELINO BELEGANTE	RUA JOHNN KENNEDY	22	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.313,92-VVP 13.348,42-VVT	Vlr.Total: 301,34	Cond.: Unica\06	parc.
713.7	01.01.011.0180.001.01.01	1000.6 CLAUDIO CAPRARI	RUA PADRE DONATO	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.423,95-VVP 9.748,58-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
79.5	01.01.024.0135.001.02.02	3261.1 CLAUDIOMAR FRANZEN	RUA DONA PERPETUA	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	744,59-VVP 3.431,51-VVT	Vlr.Total: 100,30	Cond.: Unica\06	parc.
175.9	01.01.015.0499.001.01.01	143.0 CLAUDIRENE ZEITZ	RUA JOSE COSTA MIRANDA	22	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	369,46-VVP 4.526,23-VVT	Vlr.Total: 101,90	Cond.: Unica\06	parc.
151.1	01.01.003.0256.001.01.02	318.2 CLEMENTINO RACHADEL	RUA 22 DE JULHO	34	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.802,68-VVP 5.552,48-VVT	Vlr.Total: 139,97	Cond.: Unica\06	parc.
725.0	01.01.012.0118.001.01.01	3184.4 CLEUMAR DA SILVA	RUA JOHNN KENNEDY	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	23.554,33-VVP 15.319,55-VVT	Vlr.Total: 644,42	Cond.: Unica\06	parc.
511.8	01.01.029.0410.001.01.01	3349.9 COHAB -CIA DE HABITAÇÃO DE	SANRUA JOHNN KENNEDY	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 77.482,91-VVT	Vlr.Total: 1.998,39	Cond.: Unica\06	parc.
89.2	01.01.024.0399.001.01.01	4590.0 DANIEL KRUGER	RUA ANTONIO F. JONK	123	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	531,46-VVP 4.061,90-VVT	Vlr.Total: 119,99	Cond.: Unica\06	parc.
729.3	01.01.017.0208.002.01.01	543.6 DANILO DANKER	AVN JOAO XXIII	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.154,50-VVP 3.532,71-VVT	Vlr.Total: 151,40	Cond.: Unica\06	parc.
738.2	01.01.015.0913.001.01.01	3448.7 DANILO EIFLER	RUA JOSE COSTA MIRANDA	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.714,41-VVP 16.793,27-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
61.2	01.01.026.0393.001.01.01	3248.4 DANILO KNISS	RUA EUGENIA TORRES	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.361,72-VVT	Vlr.Total: 126,41	Cond.: Unica\06	parc.
597.5	01.02.002.0001.001.01.01	3087.2 DAVI FERNANDES	RUA JOSE EIFLER		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 7.878,33-VVT	Vlr.Total: 258,27	Cond.: Unica\06	parc.
20.5	01.01.014.0071.001.01.01	19.1 DESIDERIO KEMPER	AVN JOAO XXIII	235	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.380,41-VVP 14.953,89-VVT	Vlr.Total: 244,43	Cond.: Unica\06	parc.
298.4	01.01.011.0321.001.01.02	655.6 DINORA PETRI	RUA JOHNN KENNEDY	385	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.876,24-VVP 8.232,78-VVT	Vlr.Total: 288,59	Cond.: Unica\06	parc.
339.5	01.01.014.0484.001.01.01	526.6 DIOGO/MARIZA BACK	AVN DESEMB ERICO TORRES	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 25.086,46-VVT	Vlr.Total: 688,48	Cond.: Unica\06	parc.
231.3	01.01.009.0085.001.01.01	3401.0 DIONE ISAIAS BERTOLINO	RUA ROBERTO JUNGKLAUS	51	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.709,44-VVP 9.939,64-VVT	Vlr.Total: 167,58	Cond.: Unica\06	parc.
599.1	01.02.002.0003.001.01.01	4374.5 DIONE STAROSCKY BURG	RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.348,85-VVP 5.364,02-VVT	Vlr.Total: 151,71	Cond.: Unica\06	parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 5 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:41 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
660.2	01.02.001.0989.001.01.02	1918.6 DOMINGOS JOSE ELEOTERIO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1750	Pago	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.425,84-VVP 53.719,63-VVT	Vlr.Total: 66,43	Cond.: Unica\06 parc.	
11.6	01.01.010.0019.001.01.02	248.8 DORALICE PINHO SANTIAGO	AVN DESEMB ERICO TORRES	463	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.355,29-VVP 9.782,81-VVT	Vlr.Total: 233,48	Cond.: Unica\06 parc.	
639.4	01.02.002.1579.001.01.03	2778.2 EDEGAR FRANCISCO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1857	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.345,47-VVP 104.507,30-VVT	Vlr.Total: 81,76	Cond.: Unica\06 parc.	
760.9	01.01.030.0001.001.01.01	2778.2 EDEGAR FRANCISCO	RUA JOSE EIFLER	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	318,13-VVP 3.916,85-VVT	Vlr.Total: 96,62	Cond.: Unica\06 parc.	
776.5	01.02.001.0989.005.01.01	2778.2 EDEGAR FRANCISCO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 7.365,76-VVT	Vlr.Total: 61,32	Cond.: Unica\06 parc.	
173.2	01.01.015.0446.001.01.03	141.4 EDEMAR FRANZEN	RUA MATILDE SCHAEFER	109	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	8.006,22-VVP 13.193,99-VVT	Vlr.Total: 409,96	Cond.: Unica\06 parc.	
679.3	01.02.001.2215.001.01.02	2373.6 EDEMAR LESKE	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3418	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.356,63-VVP 22.484,08-VVT	Vlr.Total: 66,43	Cond.: Unica\06 parc.	
685.8	01.02.001.2215.003.01.01	2373.6 EDEMAR LESKE	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPSN	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.874,90-VVP 38.899,59-VVT	Vlr.Total: 61,32	Cond.: Unica\06 parc.	
433.2	01.01.030.0172.001.01.03	706.4 EDENILSON FRANZEN	RUA ANTONIO F. JONK	13	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.510,95-VVP 5.246,43-VVT	Vlr.Total: 198,09	Cond.: Unica\06 parc.	
19.1	01.01.014.0046.001.01.02	771.4 EDERSON ZEITZ	AVN JOAO XXIII	255	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.948,44-VVP 14.323,16-VVT	Vlr.Total: 229,12	Cond.: Unica\06 parc.	
117.1	01.01.019.0200.001.01.04	771.4 EDERSON ZEITZ	AVN JOAO XXIII	254	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	9.472,78-VVP 16.138,44-VVT	Vlr.Total: 353,17	Cond.: Unica\06 parc.	
96.5	01.01.022.0084.001.01.02	82.5 EGIDIO RODRIGUES	RUA MAXIMILIANO CADILHAC	93	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.736,63-VVP 22.403,73-VVT	Vlr.Total: 345,18	Cond.: Unica\06 parc.	
504.5	01.01.008.0435.001.01.01	756.0 ELIANE HEINZ	RUA PADRE AUGUSTO	138	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	326,09-VVP 3.952,42-VVT	Vlr.Total: 95,51	Cond.: Unica\06 parc.	
428.6	01.01.002.0175.001.02.02	871.0 ELIZETE DE SOUZA BENTO	RUA MONICA JONCK	108	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.895,80-VVP 7.447,83-VVT	Vlr.Total: 163,48	Cond.: Unica\06 parc.	
267.4	01.01.020.0281.001.01.02	97.3 ELIZETE GILI	AVN JOAO XXIII	60	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	956,22-VVP 5.759,38-VVT	Vlr.Total: 185,40	Cond.: Unica\06 parc.	
394.8	01.01.015.0221.001.01.02	402.2 ELVIRA TEREZINHA KRAUS	AVN JOAO XXIII	471	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.321,53-VVP 26.703,67-VVT	Vlr.Total: 626,91	Cond.: Unica\06 parc.	
338.7	01.01.026.0116.001.01.01	504.5 EMILIO FRANCISCO VOLSTEIN	RUA DONA PERPETUA	185	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.437,05-VVP 6.018,12-VVT	Vlr.Total: 122,61	Cond.: Unica\06 parc.	
512.6	01.01.029.0400.001.01.02	3933.0 EMPREENDIMENTOS ISAIAS HORT	LTRUA JOHNN KENNEDY	715	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.520,62-VVP 17.050,80-VVT	Vlr.Total: 151,00	Cond.: Unica\06 parc.	
706.4	01.01.029.0426.002.01.01	3933.0 EMPREENDIMENTOS ISAIAS HORT	LTRUA JOHNN KENNEDY	699	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	332,38-VVP 66.735,56-VVT	Vlr.Total: 1.402,67	Cond.: Unica\06 parc.	
669.6	01.02.001.0989.003.01.01	3393.6 ERONI FRANCISCO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1840	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.560,09-VVP 30.229,18-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06 parc.	
56.6	01.01.026.0241.001.01.01	50.7 ERVINO POBENGA	RUA DONA PERPETUA	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 47.625,08-VVT	Vlr.Total: 760,36	Cond.: Unica\06 parc.	
100.7	01.01.022.0277.001.01.02	50.7 ERVINO POBENGA	RUA JOAO SCHAEFER	157	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.468,65-VVP 12.787,06-VVT	Vlr.Total: 280,25	Cond.: Unica\06 parc.	
252.6	01.01.008.0920.001.01.02	186.4 EUCLIDES JUNGKLAUS	RUA JOHNN KENNEDY	83	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	504,41-VVP 13.506,56-VVT	Vlr.Total: 276,57	Cond.: Unica\06 parc.	
649.1	01.02.002.1152.001.01.03	2467.8 EUDEGAR JOSE BACK	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP2197	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	6.809,48-VVP 252.325,88-VVT	Vlr.Total: 81,76	Cond.: Unica\06 parc.	
598.3	01.02.002.0002.001.01.01	3088.0 EVALDO EIFLER	RUA JOSE EIFLER	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.434,97-VVT	Vlr.Total: 142,84	Cond.: Unica\06 parc.	
764.1	01.01.031.0001.001.01.01	3088.0 EVALDO EIFLER	RUA JOSE EIFLER	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 2.088,99-VVT	Vlr.Total: 92,65	Cond.: Unica\06 parc.	
148.1	01.01.003.0173.001.01.04	702.1 EVELAZIO VANDERLINDE	AVN DESEMB ERICO TORRES	168	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	6.303,58-VVP 13.215,04-VVT	Vlr.Total: 292,22	Cond.: Unica\06 parc.	



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 6 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:41 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
198.8	01.01.016.0145.001.01.02	702.1 EVELAZIO VANDERLINDE	AVN JOAO XXIII	488	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.331,63-VVP 18.801,26-VVT	Vlr.Total:	368,40	Cond.: Unica\06 parc.
325.5	01.01.024.0357.002.01.01	3052.0 EVERALDO KRIGER	RUA ANTONIO F. JONK	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.957,46-VVT	Vlr.Total:	150,68	Cond.: Unica\06 parc.
766.8	01.01.023.0127.001.01.01	4196.3 FABIO HENRIQUE SANTIAGO	RUA JOAO SCHAEFER		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 8.907,00-VVT	Vlr.Total:	283,99	Cond.: Unica\06 parc.
154.6	01.01.018.0020.001.01.02	124.4 FELICITAS PETRY	RUA MATILDE SCHAEFER	307	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	861,10-VVP 10.964,98-VVT	Vlr.Total:	188,98	Cond.: Unica\06 parc.
63.9	01.01.026.0485.001.01.01	54.0 FRANCISCO DE MELO	RUA JACO KALBUSCH	32	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.952,16-VVP 12.127,91-VVT	Vlr.Total:	201,65	Cond.: Unica\06 parc.
609.2	01.01.026.0475.001.01.01	54.0 FRANCISCO DE MELO	RUA JACO KALBUSCH	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 6.317,08-VVT	Vlr.Total:	156,07	Cond.: Unica\06 parc.
711.0	01.01.011.0177.001.01.02	472.3 FRANCISCO DE SOUZA	RUA PADRE DONATO	53	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.029,83-VVP 19.497,16-VVT	Vlr.Total:	76,65	Cond.: Unica\06 parc.
313.1	01.01.008.0214.001.01.01	208.9 FRANCISCO JOAO FERREIRA	RUA PADRE JORGE	178	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.170,60-VVP 10.064,86-VVT	Vlr.Total:	169,29	Cond.: Unica\06 parc.
484.7	01.01.028.0085.001.01.01	3151.8 FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	RUA BARRINHA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	83,62-VVP 10.831,75-VVT	Vlr.Total:	170,88	Cond.: Unica\06 parc.
601.7	01.02.002.0005.001.01.01	3151.8 FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.345,74-VVT	Vlr.Total:	141,50	Cond.: Unica\06 parc.
602.5	01.02.002.0006.001.01.01	3151.8 FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.346,15-VVT	Vlr.Total:	141,51	Cond.: Unica\06 parc.
709.9	01.01.027.0092.001.01.01	3151.8 FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	RUA JACO KALBUSCH	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 8.665,40-VVT	Vlr.Total:	191,30	Cond.: Unica\06 parc.
623.8	01.02.004.0262.001.01.01	1051.0 FRANCISCO MANOEL DA SILVA	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.128,18-VVP 6.453,08-VVT	Vlr.Total:	168,41	Cond.: Unica\06 parc.
629.7	01.02.003.0107.001.01.01	1051.0 FRANCISCO MANOEL DA SILVA	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.150,50-VVP 9.605,57-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
127.9	01.01.006.0215.001.01.01	109.0 GASPAR CUZIK	RUA VIDAL RAMOS	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 4.685,81-VVT	Vlr.Total:	131,60	Cond.: Unica\06 parc.
520.7	01.01.029.0685.001.01.01	781.1 GENESIO DORVAL CORREIA	RUA JOHNN KENNEDY	455	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.819,08-VVP 11.856,82-VVT	Vlr.Total:	316,23	Cond.: Unica\06 parc.
241.0	01.01.008.0085.001.01.01	178.3 GERCINA FAUSTINO DE SOUZA	RUA MONICA JONCK	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 12.870,29-VVT	Vlr.Total:	254,37	Cond.: Unica\06 parc.
684.0	01.02.001.2353.002.01.01	3398.7 GEREMI LESKE	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.292,00-VVP 28.550,24-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
130.9	01.01.006.0421.001.01.01	108.2 GERTRUDE ARANTES	RUA VIDAL RAMOS	103	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	711,16-VVP 73.545,34-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
304.2	01.01.011.1150.001.01.02	205.4 GILMAR FEUZER	RUA WAGNER LUIZ	319	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.065,02-VVP 70.594,19-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
781.1	01.01.011.0145.001.01.01	3201.8 GILMAR KNIHS	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.483,57-VVT	Vlr.Total:	143,57	Cond.: Unica\06 parc.
783.8	01.01.011.0147.001.01.01	3840.7 GILSON DOMINGOS KNIHS	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.186,66-VVP 8.645,77-VVT	Vlr.Total:	181,28	Cond.: Unica\06 parc.
784.6	01.01.011.0148.001.01.01	3840.7 GILSON DOMINGOS KNIHS	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.483,57-VVT	Vlr.Total:	143,57	Cond.: Unica\06 parc.
785.4	01.01.011.0149.001.01.01	3840.7 GILSON DOMINGOS KNIHS	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.483,57-VVT	Vlr.Total:	143,57	Cond.: Unica\06 parc.
786.2	01.01.011.0150.001.01.01	3840.7 GILSON DOMINGOS KNIHS	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 33.765,43-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
667.0	01.02.002.0132.001.01.01	3391.0 GUILHERME BUNN	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3561		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.255,50-VVP 80.144,98-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
603.3	01.02.002.0007.001.01.01	3152.6 HEBERT STICKEL	RUA JOSE EIFLER		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.382,03-VVT	Vlr.Total:	142,05	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 7 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:42 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
30.2	01.01.014.0399.001.01.01	368.9	HELIO BACK	AVN DESEMB ERICO TORRES	342	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	15.359,17-VVP	13.450,24-VVT	Vlr.Total: 637,50	Cond.: Unica\06	parc.
674.2	01.02.001.1737.001.01.01	368.9	HELIO BACK	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP2560	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.910,28-VVP	11.299,95-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
64.7	01.01.026.0504.001.01.01	55.8	HELIO DEMORI	RUA JACO KALBUSCH	42	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	393,06-VVP	11.758,41-VVT	Vlr.Total: 174,57	Cond.: Unica\06	parc.
103.1	01.01.022.0470.001.01.02	88.4	HERMINIO BUZZI	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	40	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.180,40-VVP	13.096,35-VVT	Vlr.Total: 219,17	Cond.: Unica\06	parc.
612.2	01.02.005.0325.001.01.01	3366.9	HILDA PETRIS STAROSKY	RUA ESTRADA GERAL DA ANTINHA 158	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	394,94-VVP	9.380,51-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
1.9	01.01.007.0047.001.01.01	1.9	HILDA RACHADEL VIEIRA	RUA PADRE JORGE	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	20.308,53-VVT	Vlr.Total: 365,94	Cond.: Unica\06	parc.
161.9	01.01.005.0092.001.01.03	1.9	HILDA RACHADEL VIEIRA	RUA VIDAL RAMOS	45	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	6.591,12-VVP	16.581,30-VVT	Vlr.Total: 313,46	Cond.: Unica\06	parc.
329.8	01.01.011.1333.001.01.02	211.9	HUMBERTO SPLITTER	RUA PADRE JORGE	288	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.492,04-VVP	9.757,66-VVT	Vlr.Total: 186,36	Cond.: Unica\06	parc.
411.1	01.01.015.0903.001.01.01	2842.8	IDALECIO EIFLER	RUA JOSE COSTA MIRANDA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.771,12-VVP	62.114,47-VVT	Vlr.Total: 61,32	Cond.: Unica\06	parc.
6.0	01.01.012.0218.001.01.02	762.5	IDA RECH PAVESI	RUA JOHNN KENNEDY	145	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.210,81-VVP	49.845,96-VVT	Vlr.Total: 832,27	Cond.: Unica\06	parc.
350.6	01.01.013.0197.001.01.01	619.0	IDARIO MANNRICH	RUA JOSE COSTA MIRANDA	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	11.946,15-VVT	Vlr.Total: 240,51	Cond.: Unica\06	parc.
582.7	01.01.013.0159.001.01.01	619.0	IDARIO MANNRICH	RUA JOSE COSTA MIRANDA	205	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.388,35-VVP	30.294,96-VVT	Vlr.Total: 367,92	Cond.: Unica\06	parc.
162.7	01.01.015.0095.001.01.01	132.5	ILBERTO BEPLER KRAUS	AVN JOAO XXIII	543	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.845,70-VVP	16.150,21-VVT	Vlr.Total: 321,03	Cond.: Unica\06	parc.
392.1	01.01.015.0120.001.01.01	132.5	ILBERTO BEPLER KRAUS	AVN JOAO XXIII	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	304,97-VVP	6.963,43-VVT	Vlr.Total: 160,12	Cond.: Unica\06	parc.
734.0	01.01.015.0105.001.01.01	132.5	ILBERTO BEPLER KRAUS	AVN JOAO XXIII	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	400,48-VVP	6.963,43-VVT	Vlr.Total: 161,55	Cond.: Unica\06	parc.
172.4	01.01.015.0421.001.01.01	140.6	ILZA RECH	RUA MATILDE SCHAEFER	149	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.253,51-VVP	25.305,74-VVT	Vlr.Total: 479,48	Cond.: Unica\06	parc.
698.0	01.01.008.0374.001.01.02	838.9	INACIO DE MELO	RUA PADRE AUGUSTO	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.884,72-VVP	16.555,38-VVT	Vlr.Total: 305,23	Cond.: Unica\06	parc.
470.7	01.01.003.0298.001.01.04	123.6	INACIO PETRY	RUA 22 DE JULHO	46	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	14.359,04-VVP	15.644,48-VVT	Vlr.Total: 547,11	Cond.: Unica\06	parc.
517.7	01.01.029.0828.001.01.03	783.8	IRMA VANDERLINDE	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.886,62-VVP	62.704,83-VVT	Vlr.Total: 81,76	Cond.: Unica\06	parc.
586.0	01.01.026.0379.001.01.01	249.6	ISAMAR DE MELO	RUA JOSE TEODORO DE MELO	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.144,00-VVP	6.336,57-VVT	Vlr.Total: 146,62	Cond.: Unica\06	parc.
80.9	01.01.024.0150.001.01.01	70.1	IVAN LUIS DE MELO	RUA DONA PERPETUA	50	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.236,24-VVP	6.092,86-VVT	Vlr.Total: 190,56	Cond.: Unica\06	parc.
445.6	01.01.009.0095.001.01.01	70.1	IVAN LUIS DE MELO	RUA ROBERTO JUNGKLAUS	73	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.358,90-VVP	4.874,40-VVT	Vlr.Total: 154,81	Cond.: Unica\06	parc.
446.4	01.01.009.0100.001.01.01	70.1	IVAN LUIS DE MELO	RUA ROBERTO JUNGKLAUS	73	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.322,30-VVP	4.874,40-VVT	Vlr.Total: 133,28	Cond.: Unica\06	parc.
128.7	01.01.006.0216.001.01.02	110.4	IVETE ZAITZ ROCHA	RUA VIDAL RAMOS	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	784,37-VVP	1.593,56-VVT	Vlr.Total: 94,12	Cond.: Unica\06	parc.
695.5	01.01.006.0217.001.01.01	110.4	IVETE ZAITZ ROCHA	RUA VIDAL RAMOS	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.256,55-VVP	3.112,47-VVT	Vlr.Total: 101,06	Cond.: Unica\06	parc.
437.5	01.01.030.0230.001.01.01	725.0	IVONE MARTINS ELIAS	RUA DONA PERPETUA	148	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	716,70-VVP	8.436,04-VVT	Vlr.Total: 146,21	Cond.: Unica\06	parc.
328.0	01.01.024.0313.001.01.01	373.5	IVONE TILLMANN	RUA ANTONIO F. JONK	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	698,92-VVP	3.709,87-VVT	Vlr.Total: 140,92	Cond.: Unica\06	parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 8 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:42 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
131.7	01.01.006.0433.001.01.01	500.2	IZABEL TOMIO DE SOUZA	RUA VIDAL RAMOS	23	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.544,11-VVP	7.258,90-VVT	Vlr.Total:	146,84	Cond.: Unica\06 parc.
189.9	01.01.013.0459.001.01.01	327.1	JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS	RUA MATILDE SCHAEFER	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.298,56-VVP	8.851,16-VVT	Vlr.Total:	248,33	Cond.: Unica\06 parc.
357.3	01.01.013.0472.001.01.01	327.1	JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS	RUA MATILDE SCHAEFER	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	9.034,45-VVT	Vlr.Total:	242,00	Cond.: Unica\06 parc.
626.2	01.02.003.0090.001.01.03	3156.9	JACIR GILI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3684		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.618,01-VVP	22.862,95-VVT	Vlr.Total:	81,76	Cond.: Unica\06 parc.
659.9	01.02.001.0771.001.01.01	1422.2	JAIME GERMANO PETRY	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPSN		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	80.589,26-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
69.8	01.01.025.0140.001.01.01	3.5	JAIME JOSE BUNN	RUA ANTONIO F. JONK	97	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	717,51-VVP	4.962,56-VVT	Vlr.Total:	136,29	Cond.: Unica\06 parc.
281.0	01.01.015.0560.001.01.06	3.5	JAIME JOSE BUNN	RUA JOSE COSTA MIRANDA	54	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	8.583,87-VVP	28.446,52-VVT	Vlr.Total:	540,92	Cond.: Unica\06 parc.
771.4	01.01.025.0141.001.01.01	3.5	JAIME JOSE BUNN	RUA ANTONIO F. JONK		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	4.962,57-VVT	Vlr.Total:	185,38	Cond.: Unica\06 parc.
773.0	01.01.025.0143.001.01.01	3.5	JAIME JOSE BUNN	RUA ANTONIO F. JONK		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	18.478,98-VVT	Vlr.Total:	523,29	Cond.: Unica\06 parc.
772.2	01.01.025.0142.001.01.01	3153.4	JAIR FORMENTIN	RUA ANTONIO F. JONK		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	4.968,52-VVT	Vlr.Total:	185,53	Cond.: Unica\06 parc.
204.6	01.01.001.0285.001.01.01	3308.1	JAIRON KRIEGER	AVN DESEMB ERICO TORRES	179	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	977,55-VVP	2.275,10-VVT	Vlr.Total:	89,66	Cond.: Unica\06 parc.
648.3	01.02.002.1357.003.01.01	2669.7	JAISON JOSE COMANDOLI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1987		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.501,38-VVP	28.323,04-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
673.4	01.02.001.1200.002.01.01	2669.7	JAISON JOSE COMANDOLI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPSN		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	821,44-VVP	14.248,61-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
782.0	01.01.011.0146.001.01.01	3467.3	JANETE KNISS	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	870,47-VVP	5.483,57-VVT	Vlr.Total:	123,33	Cond.: Unica\06 parc.
606.8	01.02.002.0010.001.01.01	3108.9	JEANE PAVESI	RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.675,36-VVP	16.769,63-VVT	Vlr.Total:	255,54	Cond.: Unica\06 parc.
174.0	01.01.015.0463.001.01.01	3162.3	JIMMI LESKE	RUA MATILDE SCHAEFER	97	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	817,30-VVP	10.224,27-VVT	Vlr.Total:	216,71	Cond.: Unica\06 parc.
422.7	01.01.001.0274.002.01.02	3162.3	JIMMI LESKE	AVN DESEMB ERICO TORRES	189	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.950,11-VVP	2.925,19-VVT	Vlr.Total:	110,05	Cond.: Unica\06 parc.
508.8	01.01.008.0983.001.01.01	757.9	JOAO AUGUSTO DA SILVA FILHO	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	3.651,78-VVT	Vlr.Total:	152,61	Cond.: Unica\06 parc.
55.8	01.01.026.0161.001.01.01	2850.9	JOAO BATISTA DALPRA	SRV SERVIDAO 02	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.217,60-VVT	Vlr.Total:	139,58	Cond.: Unica\06 parc.
74.4	01.01.030.0210.001.01.02	2850.9	JOAO BATISTA DALPRA	RUA DONA PERPETUA	124	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	643,36-VVP	15.592,04-VVT	Vlr.Total:	231,98	Cond.: Unica\06 parc.
617.3	01.02.005.0192.001.01.02	948.2	JOAO DA SILVA	RUA ESTRADA GERAL DA ANTINHA S/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.152,93-VVP	5.299,51-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
670.0	01.02.001.0989.004.01.01	3394.4	JOAO FRANCISCO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1858		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.469,12-VVP	28.466,51-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
33.7	01.01.014.0570.001.01.01	4294.3	JOÃO REINERT TEXTIL LTDA	RUA MATILDE SCHAEFER	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	14.268,54-VVT	Vlr.Total:	418,03	Cond.: Unica\06 parc.
124.4	01.01.006.0069.001.01.01	3157.7	JOAO THILL NETO	RUA VIDAL RAMOS	259	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	937,95-VVP	24.975,73-VVT	Vlr.Total:	314,91	Cond.: Unica\06 parc.
614.9	01.01.007.0783.001.01.01	3157.7	JOAO THILL NETO	RUA VIDAL RAMOS	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	21.934,31-VVT	Vlr.Total:	390,33	Cond.: Unica\06 parc.
26.4	01.01.014.0329.001.01.01	741.2	JOSE ALTAIR VANDERLINE	AVN DESEMB ERICO TORRES	264	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.692,49-VVP	7.046,39-VVT	Vlr.Total:	138,48	Cond.: Unica\06 parc.
579.7	01.01.011.0299.001.01.01	741.2	JOSE ALTAIR VANDERLINE	RUA JOHNN KENNEDY	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	7.941,72-VVT	Vlr.Total:	259,86	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 9 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:42 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
48.5	01.01.027.0317.001.01.02	419.7 JOSE ARNO BALDO	RUA BARRINHA	328	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.651,46-VVP 12.053,44-VVT	Vlr.Total: 239,98	Cond.: Unica\06	parc.
336.0	01.01.016.0160.001.01.02	856.7 JOSE CARLOS WEISS	AVN JOAO XXIII	532	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.962,31-VVP 7.863,53-VVT	Vlr.Total: 243,79	Cond.: Unica\06	parc.
183.0	01.01.013.0245.001.01.01	150.3 JOSE JUNGKLAUS	RUA JOSE COSTA MIRANDA	223	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.580,50-VVP 19.284,06-VVT	Vlr.Total: 267,64	Cond.: Unica\06	parc.
205.4	01.01.001.0297.001.01.01	166.0 JOSE LINO DE MELO	AVN DESEMB ERICO TORRES	169	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.647,19-VVP 3.136,99-VVT	Vlr.Total: 112,63	Cond.: Unica\06	parc.
122.8	01.01.007.0322.001.01.03	104.0 JOSE LINO JOAO DA SILVA	RUA PADRE JORGE	178	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.152,85-VVP 49.307,44-VVT	Vlr.Total: 717,86	Cond.: Unica\06	parc.
215.1	01.01.001.0130.001.01.03	104.0 JOSE LINO JOAO DA SILVA	AVN DESEMB ERICO TORRES	223	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	26.056,48-VVP 23.414,52-VVT	Vlr.Total: 818,69	Cond.: Unica\06	parc.
45.0	01.01.027.0110.001.01.02	42.6 JOSELINO MARTINS	RUA JACO KALBUSCH	35	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	830,04-VVP 7.215,27-VVT	Vlr.Total: 151,02	Cond.: Unica\06	parc.
494.4	01.01.027.0110.001.03.03	42.6 JOSELINO MARTINS	RUA JACO KALBUSCH	256	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	372,18-VVP 4.171,22-VVT	Vlr.Total: 98,39	Cond.: Unica\06	parc.
29.9	01.01.014.0380.001.01.02	3965.9 JOSÉ LIRIO MATE	AVN DESEMB ERICO TORRES	328	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.743,37-VVP 8.355,50-VVT	Vlr.Total: 167,41	Cond.: Unica\06	parc.
635.1	01.02.002.1759.001.01.01	2775.8 JOSE MAURINO ELEOTERIO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1621	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.267,08-VVP 28.659,35-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
636.0	01.02.002.1759.002.01.02	2775.8 JOSE MAURINO ELEOTERIO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1627	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.849,55-VVP 77.579,72-VVT	Vlr.Total: 66,43	Cond.: Unica\06	parc.
107.4	01.01.021.0161.001.01.02	733.1 JOSE MAURO ANDRADE	RUA MAXIMILIANO CADILHAC	90	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.182,40-VVP 13.124,02-VVT	Vlr.Total: 245,39	Cond.: Unica\06	parc.
588.6	01.02.001.0002.001.01.01	292.5 JOSE ODIR DELABENETA	RUA JOSE EIFLER	Pago	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.816,84-VVP 5.091,87-VVT	Vlr.Total: 129,26	Cond.: Unica\06	parc.
607.6	01.02.001.0001.001.01.01	292.5 JOSE ODIR DELABENETA	AVN JOAO XXIII	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.815,54-VVP 7.149,12-VVT	Vlr.Total: 230,39	Cond.: Unica\06	parc.
779.0	01.01.011.0143.001.01.01	292.5 JOSE ODIR DELABENETA	RUA PADRE DONATO	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.904,10-VVP 5.483,57-VVT	Vlr.Total: 134,49	Cond.: Unica\06	parc.
240.2	01.01.008.0065.001.01.01	3572.6 JOSE PRANGE	RUA MONICA JONCK	61	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	213,68-VVP 12.871,51-VVT	Vlr.Total: 183,01	Cond.: Unica\06	parc.
95.7	01.01.023.0370.001.01.02	916.4 JOSE SCHWARTZ	RUA EUGENIA TORRES	104	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.025,12-VVP 29.942,62-VVT	Vlr.Total: 441,54	Cond.: Unica\06	parc.
297.6	01.01.011.0298.001.01.01	202.0 JOSE STEINHAUSER	RUA JOHNN KENNEDY	407	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.413,23-VVP 14.600,30-VVT	Vlr.Total: 371,36	Cond.: Unica\06	parc.
323.9	01.01.015.0478.001.01.02	919.9 JOSE TILLMANN	RUA JOSE COSTA MIRANDA	26	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.252,69-VVP 5.239,90-VVT	Vlr.Total: 167,61	Cond.: Unica\06	parc.
209.7	01.01.001.0371.001.01.01	168.6 JOSE VALDINO BACK	AVN DESEMB ERICO TORRES	113	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.414,71-VVP 12.683,00-VVT	Vlr.Total: 191,85	Cond.: Unica\06	parc.
226.7	01.01.001.0371.002.01.02	168.6 JOSE VALDINO BACK	AVN DESEMB ERICO TORRES	127	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.504,41-VVP 9.563,35-VVT	Vlr.Total: 166,87	Cond.: Unica\06	parc.
138.4	01.01.004.0136.001.01.01	4325.7 JOSIMARA DA CUNHA	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	57	Parcelado
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.828,32-VVP 4.776,75-VVT	Vlr.Total: 165,17	Cond.: Unica\06	parc.
192.9	01.01.013.0548.001.01.01	903.2 JULASCA GORGES JUNGKLAUS	RUA MATILDE SCHAEFER	426	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	6.562,65-VVP 12.014,12-VVT	Vlr.Total: 236,86	Cond.: Unica\06	parc.
36.1	01.01.014.0611.001.01.01	31.0 JUVENAL ARNOLDO ELEOTERIO	RUA MATILDE SCHAEFER	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	404,71-VVP 14.291,75-VVT	Vlr.Total: 345,02	Cond.: Unica\06	parc.
625.4	01.02.004.0234.001.01.01	31.0 JUVENAL ARNOLDO ELEOTERIO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3697	Pago	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.793,95-VVP 32.592,93-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
798.6	01.01.021.0473.001.01.01	4614.0 KAIANE FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	Aberto	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 20.797,45-VVT	Vlr.Total: 373,28	Cond.: Unica\06	parc.
326.3	01.01.024.0299.001.01.02	378.6 LAERCIO JONCK	RUA ANTONIO F. JONK	66	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.394,52-VVP 4.609,04-VVT	Vlr.Total: 201,47	Cond.: Unica\06	parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 10 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:43 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
293.3	01.01.029.0518.001.01.02	588.6	LAUDELINO JOSE COMANDOLI	RUA JOHNN KENNEDY	587	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.452,28-VVP	9.162,47-VVT	Vlr.Total:	225,63	Cond.: Unica\06 parc.
616.5	01.02.005.0219.001.01.01	2397.3	LAURECI BUNN KRIGER	RUA ESTRADA GERAL DA ANTINHA S/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	574,17-VVP	9.541,14-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
176.7	01.01.015.0539.001.01.03	828.1	LAURO MACHADO	RUA JOSE COSTA MIRANDA	32	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.311,43-VVP	13.726,15-VVT	Vlr.Total:	238,68	Cond.: Unica\06 parc.
60.4	01.01.026.0373.001.01.01	3154.2	LEANDRO SILVA DE MATOS	RUA EUGENIA TORRES	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	6.273,21-VVT	Vlr.Total:	140,08	Cond.: Unica\06 parc.
584.3	01.01.026.0313.001.01.01	2892.4	LENOIR CUZIK	RUA DONA PERPETUA	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.281,53-VVP	8.123,81-VVT	Vlr.Total:	156,33	Cond.: Unica\06 parc.
498.7	01.01.006.0287.001.01.01	778.1	LEO DE SOUZA	RUA VIDAL RAMOS	157	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.318,67-VVP	12.858,38-VVT	Vlr.Total:	229,46	Cond.: Unica\06 parc.
788.9	01.01.021.0471.001.01.01	814.1	LIDIA HEINZ FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	24.992,07-VVT	Vlr.Total:	436,20	Cond.: Unica\06 parc.
789.7	01.01.021.0470.001.01.01	814.1	LIDIA HEINZ FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	25.180,24-VVT	Vlr.Total:	439,02	Cond.: Unica\06 parc.
790.0	01.01.021.0469.001.01.01	814.1	LIDIA HEINZ FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	25.383,26-VVT	Vlr.Total:	442,06	Cond.: Unica\06 parc.
793.5	01.01.021.0466.001.01.01	814.1	LIDIA HEINZ FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	26.071,56-VVT	Vlr.Total:	452,39	Cond.: Unica\06 parc.
794.3	01.01.021.0465.001.01.01	814.1	LIDIA HEINZ FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	26.334,00-VVT	Vlr.Total:	456,33	Cond.: Unica\06 parc.
795.1	01.01.021.0464.001.01.01	814.1	LIDIA HEINZ FEUZER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	242	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.125,18-VVP	26.621,21-VVT	Vlr.Total:	334,18	Cond.: Unica\06 parc.
243.7	01.01.008.0250.001.01.01	380.8	LOURDES DIOGO	RUA PADRE JORGE	12	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.365,75-VVP	4.404,63-VVT	Vlr.Total:	122,45	Cond.: Unica\06 parc.
35.3	01.01.014.0590.001.01.02	782.0	LOURIVALDO HINCHEL	RUA MATILDE SCHAEFER	152	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	519,81-VVP	6.051,37-VVT	Vlr.Total:	164,97	Cond.: Unica\06 parc.
97.3	01.01.022.0297.001.01.01	628.9	LUCAS EIFLER	RUA JOAO SCHAEFER	139	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.889,04-VVP	23.150,74-VVT	Vlr.Total:	426,69	Cond.: Unica\06 parc.
778.1	01.01.011.0142.001.01.01	4584.5	LUCIANA PEREIRA	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.483,57-VVT	Vlr.Total:	143,57	Cond.: Unica\06 parc.
780.3	01.01.011.0144.001.01.01	4584.5	LUCIANA PEREIRA	RUA PADRE DONATO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.483,57-VVT	Vlr.Total:	143,57	Cond.: Unica\06 parc.
73.6	01.01.030.0118.001.01.03	63.9	LUIZ BENTO	RUA ANTONIO F. JONK	43	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.206,69-VVP	13.126,86-VVT	Vlr.Total:	296,73	Cond.: Unica\06 parc.
94.9	01.01.023.0295.001.01.04	80.9	LUIZ CARLOS FRANZEN	RUA EUGENIA TORRES	64	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	9.025,11-VVP	40.605,26-VVT	Vlr.Total:	648,69	Cond.: Unica\06 parc.
796.0	01.01.021.0463.001.01.01	80.9	LUIZ CARLOS FRANZEN	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	488,51-VVP	42.595,63-VVT	Vlr.Total:	484,37	Cond.: Unica\06 parc.
303.4	01.01.011.0951.001.01.01	2687.5	LUIZ CARLOS JONCK	RUA PADRE AUGUSTO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	25.168,65-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
13.2	01.01.010.0099.001.01.03	201.1	LUIZ KIRCHNER	AVN DESEMB ERICO TORRES	12	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	28.623,35-VVP	14.674,81-VVT	Vlr.Total:	524,94	Cond.: Unica\06 parc.
543.6	01.01.012.0841.001.01.01	201.1	LUIZ KIRCHNER	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	102.476,41-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
571.1	01.01.029.0370.001.01.02	201.1	LUIZ KIRCHNER	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	6.295,33-VVP	66.537,00-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
654.8	01.02.002.0618.001.01.01	201.1	LUIZ KIRCHNER	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	876,90-VVP	226.989,65-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
39.6	01.01.028.0118.001.01.01	34.5	LURDES DELABENETA A/C VICENTE	RUA BARRINHA	303	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	469,24-VVP	26.731,02-VVT	Vlr.Total:	325,44	Cond.: Unica\06 parc.
309.3	01.01.011.1375.001.01.01	560.6	LURDES MATIAS	RUA PADRE JORGE	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	795,09-VVP	15.263,83-VVT	Vlr.Total:	215,65	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 11 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:43 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
524.0	01.01.024.0042.001.01.01	791.9	LUZIA RECH TOMIO	RUA EUGENIA TORRES	163	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.346,79-VVP	8.018,34-VVT	Vlr.Total:	181,48	Cond.: Unica\06 parc.
139.2	01.01.004.0122.001.01.01	457.0	LUZIA ZEITZ	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	75	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.845,60-VVP	14.644,98-VVT	Vlr.Total:	215,99	Cond.: Unica\06 parc.
106.6	01.01.021.0139.001.01.02	91.4	MARCELI FARIAS	RUA MAXIMILIANO CADILHAC	40	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.759,05-VVP	35.471,56-VVT	Vlr.Total:	448,72	Cond.: Unica\06 parc.
62.0	01.01.026.0433.001.01.01	3155.0	MARCOS SCHULZ	RUA JACO KALBUSCH	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.004,87-VVP	5.361,71-VVT	Vlr.Total:	184,80	Cond.: Unica\06 parc.
544.4	01.01.012.1103.001.01.06	4.3	MARCOS VANDERLINDE	RUA JOHNN KENNEDY	902	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	8.151,25-VVP	102.410,27-VVT	Vlr.Total:	127,75	Cond.: Unica\06 parc.
642.4	01.02.002.1579.002.01.01	3058.9	MARIA GORETE ELEOTÉRIO	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.246,85-VVP	12.563,04-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
16.7	01.01.002.0089.001.01.02	336.0	MARIA HELENA VIEIRA	RUA MONICA JONCK	84	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.166,66-VVP	25.957,12-VVT	Vlr.Total:	347,65	Cond.: Unica\06 parc.
129.5	01.01.006.0244.001.01.01	111.2	MARIA LURDES MARTINS	RUA VIDAL RAMOS	205	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	750,55-VVP	9.453,12-VVT	Vlr.Total:	160,64	Cond.: Unica\06 parc.
270.4	01.01.006.0244.001.02.02	111.2	MARIA LURDES MARTINS	RUA VIDAL RAMOS	155	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	571,74-VVP	8.101,09-VVT	Vlr.Total:	143,54	Cond.: Unica\06 parc.
675.0	01.02.001.1737.002.01.01	3435.5	MARIA MARTINS	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP2430		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	375,86-VVP	6.342,55-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
123.6	01.01.006.0023.001.01.01	1660.8	MARIA SANTILHA DA SILVA	RUA VIDAL RAMOS	269	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.009,23-VVP	12.356,86-VVT	Vlr.Total:	189,79	Cond.: Unica\06 parc.
24.8	01.01.014.0253.001.01.01	23.0	MARIA SCHMITZ MAY	RUA 22 DE JULHO	47	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.123,48-VVP	12.690,78-VVT	Vlr.Total:	199,23	Cond.: Unica\06 parc.
208.9	01.01.001.0330.001.01.02	117.1	MARIA VOLTOLINI	AVN DESEMB ERICO TORRES	135	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.775,40-VVP	4.224,48-VVT	Vlr.Total:	146,19	Cond.: Unica\06 parc.
118.0	01.01.019.0174.001.01.02	3950.0	MARLENE ANDRADE	AVN JOAO XXIII	232	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.853,96-VVP	11.442,62-VVT	Vlr.Total:	199,38	Cond.: Unica\06 parc.
78.7	01.01.024.0120.001.01.02	951.2	MARLENE FRANCISCO RACHADEL	RUA EUGENIA TORRES	15	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.794,13-VVP	9.255,96-VVT	Vlr.Total:	185,88	Cond.: Unica\06 parc.
269.0	01.01.004.0142.001.01.01	812.5	MARLETE PETRY	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	43	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.312,52-VVP	1.213,02-VVT	Vlr.Total:	104,29	Cond.: Unica\06 parc.
125.2	01.01.006.0145.001.01.01	2664.6	MARLI MOTA DE MACEDO DA SILVA	RUA VIDAL RAMOS	239	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	954,07-VVP	22.746,69-VVT	Vlr.Total:	292,87	Cond.: Unica\06 parc.
114.7	01.01.020.0281.001.02.02	716.1	MARLI SANTIAGO	AVN JOAO XXIII	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	448,23-VVP	4.068,84-VVT	Vlr.Total:	141,43	Cond.: Unica\06 parc.
580.0	01.01.013.0307.001.01.02	974.1	MARZIO ROGERIO VIEIRA	RUA JOSE COSTA MIRANDA	97	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	6.335,69-VVP	15.012,97-VVT	Vlr.Total:	311,58	Cond.: Unica\06 parc.
65.5	01.01.026.0525.001.01.01	4253.6	MAURICIO DE SOUZA	RUA JACO KALBUSCH	58	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.270,68-VVP	12.897,23-VVT	Vlr.Total:	285,48	Cond.: Unica\06 parc.
32.9	01.01.014.0550.001.01.01	3209.3	MAURICIO KNISS	RUA MATILDE SCHAEFER	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	44.795,77-VVT	Vlr.Total:	957,23	Cond.: Unica\06 parc.
634.3	01.02.002.2020.001.01.01	902.4	MAURI FARIAS	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPS/N		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	161.677,34-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
656.4	01.02.001.0590.001.01.03	902.4	MAURI FARIAS	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1206		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.047,34-VVP	176.259,19-VVT	Vlr.Total:	81,76	Cond.: Unica\06 parc.
542.8	01.01.012.0583.001.01.01	769.2	MAURILDO JOSE HANK	RUA JOHNN KENNEDY	548	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	325,86-VVP	5.145,20-VVT	Vlr.Total:	133,15	Cond.: Unica\06 parc.
296.8	01.01.011.0247.001.01.01	807.9	MAURILIO BATISTA	RUA JOHNN KENNEDY	249	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.550,97-VVP	18.057,26-VVT	Vlr.Total:	375,21	Cond.: Unica\06 parc.
113.9	01.01.020.0236.001.01.01	96.5	MAURO RECH	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	44.249,17-VVT	Vlr.Total:	946,30	Cond.: Unica\06 parc.
141.4	01.01.004.0041.001.01.01	96.5	MAURO RECH	AVN JOAO XXIII	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	18.662,93-VVT	Vlr.Total:	527,89	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 12 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:43 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
202.0	01.01.001.0252.002.01.03	96.5 MAURO RECH		AVN DESEMB ERICO TORRES	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.505,04-VVP	12.444,03-VVT	Vlr.Total: 236,12	Cond.: Unica\06	parc.
219.4	01.01.001.0252.001.01.02	96.5 MAURO RECH		AVN DESEMB ERICO TORRES	209	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.266,65-VVP	6.259,34-VVT	Vlr.Total: 131,46	Cond.: Unica\06	parc.
767.6	01.01.025.0144.001.01.01	3747.8 MAYCON SEBASTIAN BUNN		RUA ANTONIO F. JONK		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.361,72-VVT	Vlr.Total: 195,36	Cond.: Unica\06	parc.
57.4	01.01.026.0272.001.01.02	2796.0 MIGUEL ELIAS		RUA DONA PERPETUA	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.431,82-VVP	8.123,80-VVT	Vlr.Total: 158,91	Cond.: Unica\06	parc.
120.1	01.01.007.0107.001.01.01	4132.7 MONIKA DANKER		RUA PADRE JORGE	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.180,46-VVP	18.809,84-VVT	Vlr.Total: 256,89	Cond.: Unica\06	parc.
178.3	01.01.015.0566.001.01.02	145.7 NAIR BELEGANTE		RUA JOSE COSTA MIRANDA	56	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	975,29-VVP	4.665,03-VVT	Vlr.Total: 127,69	Cond.: Unica\06	parc.
537.1	01.01.012.0477.001.01.02	3238.7 NATAL ELIAS		RUA JOHNN KENNEDY	456	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.249,98-VVP	13.330,01-VVT	Vlr.Total: 300,11	Cond.: Unica\06	parc.
72.8	01.01.030.0098.001.01.01	935.0 NELITO GARCIA		RUA ANTONIO F. JONK	63	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.088,03-VVP	10.422,88-VVT	Vlr.Total: 223,76	Cond.: Unica\06	parc.
21.3	01.01.014.0110.001.01.01	486.3 NELITO NASCIMENTO		AVN JOAO XXIII	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.916,04-VVP	28.299,39-VVT	Vlr.Total: 529,55	Cond.: Unica\06	parc.
159.7	01.01.018.0253.001.01.04	913.0 NELSON FLORIANO KRIGUER		TVA FLORIANO KRIEGER	43	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.369,84-VVP	7.781,25-VVT	Vlr.Total: 210,40	Cond.: Unica\06	parc.
191.0	01.01.013.0494.001.01.01	739.0 NELSON JOSE ZEITZ		RUA MATILDE SCHAEFER	33	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	510,66-VVP	5.061,54-VVT	Vlr.Total: 134,67	Cond.: Unica\06	parc.
523.1	01.01.024.0029.001.01.01	238.0 NELSON RAITZ		RUA EUGENIA TORRES	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	3.915,27-VVT	Vlr.Total: 120,04	Cond.: Unica\06	parc.
769.2	01.01.027.0388.001.01.01	238.0 NELSON RAITZ		RUA BARRINHA	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.849,15-VVT	Vlr.Total: 149,05	Cond.: Unica\06	parc.
591.6	01.02.001.0005.001.01.01	3093.7 NELSON REZINI		RUA JOSE EIFLER		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	7.299,38-VVT	Vlr.Total: 170,81	Cond.: Unica\06	parc.
555.0	01.01.007.0723.001.01.01	765.0 NICO ARANTE ESPOLIO		RUA VIDAL RAMOS	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	170.194,51-VVT	Vlr.Total: 61,32	Cond.: Unica\06	parc.
244.5	01.01.008.0282.001.01.01	507.0 NILBERTO MEYER		RUA PADRE AUGUSTO	32	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.440,87-VVP	16.969,71-VVT	Vlr.Total: 242,40	Cond.: Unica\06	parc.
203.8	01.01.001.0274.001.01.01	52.3 NILO DOMINGOS FUGAZZA		AVN DESEMB ERICO TORRES	199	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.455,59-VVP	2.564,19-VVT	Vlr.Total: 91,07	Cond.: Unica\06	parc.
595.9	01.02.001.0009.001.01.02	52.3 NILO DOMINGOS FUGAZZA		RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	4.994,11-VVT	Vlr.Total: 136,23	Cond.: Unica\06	parc.
596.7	01.02.001.0010.001.01.01	52.3 NILO DOMINGOS FUGAZZA		RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.983,05-VVP	7.724,97-VVT	Vlr.Total: 208,17	Cond.: Unica\06	parc.
688.2	01.01.003.0244.002.01.04	52.3 NILO DOMINGOS FUGAZZA		AVN DESEMB ERICO TORRES	210	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	12.464,22-VVP	7.276,68-VVT	Vlr.Total: 304,69	Cond.: Unica\06	parc.
682.3	01.02.001.2353.001.01.01	540.1 NILSON LESKE		ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3518		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.789,83-VVP	41.540,25-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
188.0	01.01.013.0407.001.01.02	859.1 ODILSON SCHAUFELBERGER		RUA JOSE COSTA MIRANDA	21	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.756,92-VVP	13.320,73-VVT	Vlr.Total: 274,76	Cond.: Unica\06	parc.
23.0	01.01.014.0199.001.01.01	732.3 OI S.A.		RUA 22 DE JULHO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.582,95-VVP	4.069,43-VVT	Vlr.Total: 117,83	Cond.: Unica\06	parc.
600.9	01.02.002.0042.001.01.01	3149.6 OLDEIR LUIZ FUGAZZA		RUA JOSE EIFLER		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.382,03-VVT	Vlr.Total: 142,05	Cond.: Unica\06	parc.
610.6	01.01.014.0220.001.01.01	2835.5 OLDEMAR SCHMIDT		RUA 22 DE JULHO	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.566,51-VVP	26.615,79-VVT	Vlr.Total: 634,74	Cond.: Unica\06	parc.
110.4	01.01.021.0472.001.01.01	2872.0 OLEGARIO KONS		RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	209	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	101.895,17-VVT	Vlr.Total: 2.099,22	Cond.: Unica\06	parc.
186.4	01.01.013.0347.001.01.02	3553.0 ORLANDO JOSE ANTUNES		RUA JOSE COSTA MIRANDA	53	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.243,05-VVP	14.441,22-VVT	Vlr.Total: 235,69	Cond.: Unica\06	parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 13 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:43 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
621.1	01.02.004.0308.001.01.02	1393.5	ORLI GILLI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3639	Pago	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.022,10-VVP	28.354,63-VVT	Vlr.Total: 66,43	Cond.: Unica\06	parc.
652.1	01.02.002.1152.002.01.02	470.7	OSMAR JUNCES	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP2163	Pago	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.954,53-VVP	84.778,37-VVT	Vlr.Total: 66,43	Cond.: Unica\06	parc.
83.3	01.01.024.0228.001.01.01	67.1	OSNI ALVIM MATIAS	RUA ANTONIO F. JONK	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	14.357,94-VVT	Vlr.Total: 348,47	Cond.: Unica\06	parc.
84.1	01.01.024.0248.001.01.02	67.1	OSNI ALVIM MATIAS	RUA ANTONIO F. JONK	64	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.837,31-VVP	8.059,49-VVT	Vlr.Total: 244,86	Cond.: Unica\06	parc.
432.4	01.01.030.0133.001.01.02	698.0	OSNI DE MELO	RUA ANTONIO F. JONK	23	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.787,12-VVP	4.661,44-VVT	Vlr.Total: 178,13	Cond.: Unica\06	parc.
14.0	01.01.010.0122.001.01.02	13.2	OSNI FRARE	RUA ROBERTO JUNGKLAUS	32	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.830,08-VVP	11.368,49-VVT	Vlr.Total: 238,40	Cond.: Unica\06	parc.
112.0	01.01.020.0104.001.01.01	95.7	OSVALDO KEMPER	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	222,39-VVP	19.610,73-VVT	Vlr.Total: 261,86	Cond.: Unica\06	parc.
608.4	01.01.018.0130.001.01.01	95.7	OSVALDO KEMPER	RUA MATILDE SCHAEFER	400	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	9.356,56-VVP	37.447,80-VVT	Vlr.Total: 753,15	Cond.: Unica\06	parc.
678.5	01.02.001.2088.001.01.01	95.7	OSVALDO KEMPER	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3364	Pago	
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	599,24-VVP	162.224,33-VVT	Vlr.Total: 51,10	Cond.: Unica\06	parc.
480.4	01.01.025.0239.001.01.02	820.6	PATRICIA RESINE	SRV SERVIDAO 01	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.383,50-VVP	9.158,12-VVT	Vlr.Total: 223,74	Cond.: Unica\06	parc.
134.1	01.01.006.0510.001.01.01	754.4	PAULA ZUCATELLI FEUZER	RUA PADRE JORGE	83	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.043,33-VVP	3.515,65-VVT	Vlr.Total: 116,90	Cond.: Unica\06	parc.
330.1	01.01.016.0022.001.01.01	137.6	PAULINHO MOREIRA SCHAUFELBERGETVA NORTE 2		SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	5.891,88-VVT	Vlr.Total: 149,69	Cond.: Unica\06	parc.
44.2	01.01.027.0080.001.01.01	738.2	PAULINO MARTENDAL FILHO	RUA JACO KALBUSCH	59	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.402,92-VVP	9.477,79-VVT	Vlr.Total: 181,91	Cond.: Unica\06	parc.
101.5	01.01.022.0317.001.01.01	738.2	PAULINO MARTENDAL FILHO	RUA JOAO SCHAEFER	129	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.496,88-VVP	12.709,34-VVT	Vlr.Total: 228,47	Cond.: Unica\06	parc.
156.2	01.01.018.0150.001.01.02	774.9	PAULO CESAR JONCK	AVN JOAO XXIII	412	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	873,83-VVP	9.121,27-VVT	Vlr.Total: 266,31	Cond.: Unica\06	parc.
119.8	01.01.019.0307.001.01.04	3412.6	PEDRO ANTONIO COMANDOLI MAY	AVN JOAO XXIII	336	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	9.812,40-VVP	28.459,30-VVT	Vlr.Total: 479,77	Cond.: Unica\06	parc.
116.3	01.01.019.0159.001.01.02	3562.9	PEDRO ANTONIO GARCIA	AVN JOAO XXIII	222	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.114,17-VVP	15.031,26-VVT	Vlr.Total: 237,86	Cond.: Unica\06	parc.
108.2	01.01.021.0262.001.01.01	41.8	PEDRO CAETANO DA SILVA	RUA MAXIMILIANO CADILHAC	50	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.534,06-VVP	48.125,10-VVT	Vlr.Total: 615,36	Cond.: Unica\06	parc.
535.5	01.01.012.0457.001.01.01	41.8	PEDRO CAETANO DA SILVA	RUA JOHNN KENNEDY	439	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.067,99-VVP	24.733,96-VVT	Vlr.Total: 329,10	Cond.: Unica\06	parc.
239.9	01.01.008.0045.001.01.01	3226.3	PEDRO GELSLEICHTER	RUA MONICA JONCK	99	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.084,24-VVP	12.547,64-VVT	Vlr.Total: 207,83	Cond.: Unica\06	parc.
17.5	01.01.002.0129.001.01.03	36.1	PEDRO JOAO DA SILVA	RUA MONICA JONCK	58	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.104,29-VVP	23.194,70-VVT	Vlr.Total: 355,77	Cond.: Unica\06	parc.
41.8	01.01.028.0363.001.01.02	36.1	PEDRO JOAO DA SILVA	RUA BARRINHA	241	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.254,72-VVP	49.967,06-VVT	Vlr.Total: 614,90	Cond.: Unica\06	parc.
245.3	01.01.008.0318.001.01.02	36.1	PEDRO JOAO DA SILVA	RUA PADRE AUGUSTO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	915,25-VVP	8.664,45-VVT	Vlr.Total: 171,37	Cond.: Unica\06	parc.
487.1	01.01.028.0366.001.01.01	36.1	PEDRO JOAO DA SILVA	RUA ANDRELINO NUNES	371	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	306,76-VVP	2.924,84-VVT	Vlr.Total: 84,94	Cond.: Unica\06	parc.
247.0	01.01.008.0396.001.01.02	183.0	PEDRO PAULO ALVES	RUA PADRE AUGUSTO	120	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.219,40-VVP	6.308,94-VVT	Vlr.Total: 192,79	Cond.: Unica\06	parc.
160.0	01.01.005.0422.001.01.01	443.0	PEDRO SCHWARTZ	RUA VIDAL RAMOS	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.274,07-VVP	13.212,44-VVT	Vlr.Total: 202,33	Cond.: Unica\06	parc.
335.2	01.01.006.0202.001.01.01	443.0	PEDRO SCHWARTZ	RUA VIDAL RAMOS	195	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.228,51-VVP	23.502,26-VVT	Vlr.Total: 319,54	Cond.: Unica\06	parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 14 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:44 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
67.1	01.01.025.0020.001.01.03	210.0	PEDRO STEINHAUSER	RUA ANTONIO F. JONK	237	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.015,25-VVP	24.207,88-VVT	Vlr.Total:	81,76	Cond.: Unica\06 parc.
68.0	01.01.025.0060.001.01.02	210.0	PEDRO STEINHAUSER	RUA ANTONIO F. JONK	209	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.591,35-VVP	13.014,35-VVT	Vlr.Total:	285,49	Cond.: Unica\06 parc.
322.0	01.01.025.0040.001.01.01	210.0	PEDRO STEINHAUSER	RUA ANTONIO F. JONK	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	13.068,11-VVT	Vlr.Total:	322,68	Cond.: Unica\06 parc.
12.4	01.01.010.0043.001.01.03	11.6	QUIRINO FEUSER	AVN DESEMB ERICO TORRES	453	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.159,73-VVP	22.435,75-VVT	Vlr.Total:	357,68	Cond.: Unica\06 parc.
532.0	01.01.012.0376.001.01.01	11.6	QUIRINO FEUSER	RUA JOHNN KENNEDY	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.029,29-VVP	17.496,93-VVT	Vlr.Total:	491,83	Cond.: Unica\06 parc.
768.4	01.01.012.0361.001.01.01	11.6	QUIRINO FEUSER	RUA JOHNN KENNEDY		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	18.971,49-VVT	Vlr.Total:	535,60	Cond.: Unica\06 parc.
164.3	01.01.015.0160.001.01.01	167.8	QUIRINO KRAUS	AVN JOAO XXIII	489	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.684,48-VVP	13.543,57-VVT	Vlr.Total:	223,37	Cond.: Unica\06 parc.
206.2	01.01.001.0310.001.01.03	167.8	QUIRINO KRAUS	AVN DESEMB ERICO TORRES	155	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.760,47-VVP	4.256,67-VVT	Vlr.Total:	211,88	Cond.: Unica\06 parc.
211.9	01.01.001.0439.001.01.02	4061.4	RAFAEL TIAGO VANDERLINDE	AVN DESEMB ERICO TORRES	67	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.845,70-VVP	14.514,66-VVT	Vlr.Total:	316,59	Cond.: Unica\06 parc.
311.5	01.01.013.0267.001.01.02	4620.5	RAINILDES MARTENDAL MICH	RUA JOSE COSTA MIRANDA	211	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.370,67-VVP	14.166,71-VVT	Vlr.Total:	243,64	Cond.: Unica\06 parc.
349.2	01.01.013.0178.001.01.01	740.4	RENATO MICH	RUA JOSE COSTA MIRANDA	195	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.012,34-VVP	9.284,57-VVT	Vlr.Total:	159,12	Cond.: Unica\06 parc.
593.2	01.02.001.0007.001.01.01	740.4	RENATO MICH	RUA JOSE EIFLER		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	7.215,03-VVT	Vlr.Total:	169,54	Cond.: Unica\06 parc.
615.7	01.02.005.0293.001.01.01	4604.3	RODRIGO BUNN	RUA ESTRADA GERAL DA ANTINHA S/N		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	846,55-VVP	3.949,03-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
232.1	01.01.009.0187.001.01.01	746.3	RODRIGO VOLTOLINI	AVN DESEMB ERICO TORRES	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	38.298,48-VVT	Vlr.Total:	1.018,78	Cond.: Unica\06 parc.
88.4	01.01.024.0357.001.01.02	4048.7	ROSA KRUGUER	RUA ANTONIO F. JONK	156	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.398,50-VVP	10.019,37-VVT	Vlr.Total:	175,27	Cond.: Unica\06 parc.
279.8	01.01.015.0242.001.01.02	797.8	ROSE IRENE E MARLIZE	AVN JOAO XXIII	431	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	5.737,27-VVP	5.367,25-VVT	Vlr.Total:	298,73	Cond.: Unica\06 parc.
613.0	01.02.005.0292.001.01.01	3631.5	ROSELI BUNN	RUA ESTRADA GERAL DA ANTINHA 184		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	433,26-VVP	3.949,03-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
643.2	01.02.002.1579.003.01.01	3617.0	ROSEMELI DA SILVA SCHWARTZ	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1709		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.824,87-VVP	18.614,10-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
665.3	01.02.002.0262.003.01.02	4115.7	ROSI MERI KRETZSCHMAR	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3425		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	375,28-VVP	21.685,93-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
681.5	01.02.001.2215.002.01.02	806.0	ROZE CLER LESKE	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPSN		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.834,26-VVP	19.791,14-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
2.7	01.01.007.0067.001.01.01	2.7	ROZELIO ANTONIO BONOMINI	RUA PADRE JORGE	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.769,07-VVP	8.440,33-VVT	Vlr.Total:	162,03	Cond.: Unica\06 parc.
167.8	01.01.015.0236.001.01.01	135.0	RUBENS KRETZSCHMAR	AVN JOAO XXIII	445	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.642,37-VVP	6.952,44-VVT	Vlr.Total:	210,01	Cond.: Unica\06 parc.
671.8	01.02.001.1200.001.01.02	3395.2	SALVADOR COMANDOLI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1876		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.277,66-VVP	35.026,99-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
242.9	01.01.008.0193.001.01.01	179.1	SEBASTIAO SCHWARTZ	RUA MONICA JONCK	45	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.860,81-VVP	22.353,90-VVT	Vlr.Total:	331,84	Cond.: Unica\06 parc.
58.2	01.01.026.0333.001.01.01	1033.2	SEBASTIAO VANDERLINDE	RUA EUGENIA TORRES	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.871,37-VVP	5.957,46-VVT	Vlr.Total:	177,87	Cond.: Unica\06 parc.
43.4	01.01.027.0060.001.01.04	38.8	SEDENI BRAND	RUA JACO KALBUSCH	75	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.069,70-VVP	11.114,99-VVT	Vlr.Total:	249,60	Cond.: Unica\06 parc.
143.0	01.01.003.0045.001.01.02	747.1	SERGIO DA SILVA	AVN DESEMB ERICO TORRES	36	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	678,34-VVP	15.478,84-VVT	Vlr.Total:	227,98	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 15 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:44 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte	Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
668.8	01.02.001.0989.002.01.01	3392.8	SIDNEI BURG	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1814		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.148,93-VVP	37.475,16-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
71.0	01.01.030.0040.001.01.03	263.1	SIDNEY VIEIRA	SRV SERVIDAO 01	69	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.624,52-VVP	8.044,92-VVT	Vlr.Total:	201,56	Cond.: Unica\06 parc.
132.5	01.01.006.0448.001.01.02	753.6	SILVIO BOBENGA	RUA VIDAL RAMOS	11	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.020,88-VVP	8.807,69-VVT	Vlr.Total:	169,79	Cond.: Unica\06 parc.
288.7	01.01.022.0470.002.01.01	673.4	SILVIO ERNESTO BUZZI	RUA MAXIMILIANO CADILHAC		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	15.343,32-VVT	Vlr.Total:	291,46	Cond.: Unica\06 parc.
52.3	01.01.026.0070.001.01.01	2828.2	SILVIO FERNANDES	RUA DONA PERPETUA	184	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.345,03-VVP	8.248,92-VVT	Vlr.Total:	153,75	Cond.: Unica\06 parc.
3.5	01.01.012.0042.001.01.02	724.2	SILVIO SCHAUFELBERGER	RUA JOHNN KENNEDY	20	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.506,00-VVP	14.926,81-VVT	Vlr.Total:	250,73	Cond.: Unica\06 parc.
28.0	01.01.014.0369.001.01.01	724.2	SILVIO SCHAUFELBERGER	AVN DESEMB ERICO TORRES	306	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.057,52-VVP	14.497,36-VVT	Vlr.Total:	206,64	Cond.: Unica\06 parc.
676.9	01.02.001.1737.003.01.01	597.5	SIMONE RECH	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAPSN		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.955,38-VVP	80.818,66-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
677.7	01.02.001.1737.004.01.01	597.5	SIMONE RECH	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP2478		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.001,40-VVP	71.234,63-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
8.6	01.01.012.0351.001.01.02	933.4	SONIA CORREIA	RUA JOHNN KENNEDY	348	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.581,61-VVP	13.292,26-VVT	Vlr.Total:	289,52	Cond.: Unica\06 parc.
248.8	01.01.008.0410.001.01.01	629.7	SONIA DA SILVA	RUA PADRE AUGUSTO	128	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	4.601,33-VVT	Vlr.Total:	61,32	Cond.: Unica\06 parc.
663.7	01.02.002.0262.002.01.02	799.4	SUELI RECH GILI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3467		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	859,75-VVP	16.634,46-VVT	Vlr.Total:	76,65	Cond.: Unica\06 parc.
770.6	01.01.030.9999.001.01.01	2881.9	TESTE 2	RUA ANTONIO F. JONK		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.423,95-VVP	5.415,88-VVT	Vlr.Total:	119,48	Cond.: Unica\06 parc.
275.5	01.01.013.0367.001.01.02	2902.5	THIAGO JOEL RUSSI	RUA JOSE COSTA MIRANDA	43	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.538,52-VVP	13.704,80-VVT	Vlr.Total:	226,53	Cond.: Unica\06 parc.
51.5	01.01.026.0040.001.01.01	4362.1	TIAGO PRANGE	RUA DONA PERPETUA	SN	Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	895,87-VVP	6.180,72-VVT	Vlr.Total:	116,11	Cond.: Unica\06 parc.
522.3	01.01.029.0853.001.01.02	538.0	VALDECI JOSE COMANDOLI	RUA PADRE DONATO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.577,26-VVP	10.192,53-VVT	Vlr.Total:	219,88	Cond.: Unica\06 parc.
585.1	01.01.027.0040.001.01.02	2761.8	VALDECIR ELEUTERIO	RUA JOAO SCHAEFER		Pago
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.049,78-VVP	15.598,09-VVT	Vlr.Total:	399,36	Cond.: Unica\06 parc.
482.0	01.01.004.0167.001.01.01	751.0	VALDEMAR PETRI	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	2.351,54-VVT	Vlr.Total:	120,10	Cond.: Unica\06 parc.
102.3	01.01.022.0369.001.01.01	87.6	VALDEMIR VOLTOLINI	RUA JOAO SCHAEFER	67	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.357,17-VVP	17.748,47-VVT	Vlr.Total:	302,15	Cond.: Unica\06 parc.
121.0	01.01.007.0187.001.01.01	87.6	VALDEMIR VOLTOLINI	RUA PADRE JORGE	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	33.423,84-VVT	Vlr.Total:	562,67	Cond.: Unica\06 parc.
144.9	01.01.003.0083.001.01.05	87.6	VALDEMIR VOLTOLINI	AVN DESEMB ERICO TORRES	54	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	45.700,58-VVP	27.316,51-VVT	Vlr.Total:	1.582,94	Cond.: Unica\06 parc.
197.0	01.01.016.0105.001.01.01	87.6	VALDEMIR VOLTOLINI	AVN JOAO XXIII	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	15.183,38-VVT	Vlr.Total:	364,98	Cond.: Unica\06 parc.
7.8	01.01.012.0330.001.01.01	169.4	VALDIR ANTONIO ZEITZ	RUA JOHNN KENNEDY	342	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.881,33-VVP	67.739,67-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
184.8	01.01.013.0287.001.01.01	169.4	VALDIR ANTONIO ZEITZ	RUA JOSE COSTA MIRANDA	S/N	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP	14.456,71-VVT	Vlr.Total:	278,17	Cond.: Unica\06 parc.
210.0	01.01.001.0381.001.01.01	169.4	VALDIR ANTONIO ZEITZ	AVN DESEMB ERICO TORRES	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	608,83-VVP	2.781,33-VVT	Vlr.Total:	74,77	Cond.: Unica\06 parc.
299.2	01.01.011.0562.001.01.04	169.4	VALDIR ANTONIO ZEITZ	RUA JOHNN KENNEDY	323	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.146,06-VVP	82.940,90-VVT	Vlr.Total:	97,09	Cond.: Unica\06 parc.
509.6	01.01.008.0990.001.01.01	187.2	VALDIR BURG	RUA JOHNN KENNEDY	6	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	747,03-VVP	3.019,80-VVT	Vlr.Total:	126,43	Cond.: Unica\06 parc.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Relatório de Valores Lançados
Emissão Sintética Cadastro Imobil. 0000000000 Até 0999999999 - Exercício 2015 Até 2015
Ordem: Nome Proprietário

Página 16 de 16
Impresso em: 30/abr/2015
As 10:54:44 Horas

Cadastro	Insc.Imobiliária	Contribuinte Nome	Endereço do Imóvel	Numero	Situação
85.0	01.01.024.0266.001.01.02	3000.7 VALMIRA BELEGANTE	RUA ANTONIO F. JONK	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.044,77-VVP 7.908,52-VVT	Vlr.Total:	185,95	Cond.: Unica\06 parc.
38.8	01.01.028.0075.001.01.01	3262.0 VALMIR JOSÉ FERMINO	RUA BARRINHA	369	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	219,99-VVP 19.963,74-VVT	Vlr.Total:	254,02	Cond.: Unica\06 parc.
91.4	01.01.023.0086.001.01.02	79.5 VALMOR JOSE BASTOS	RUA JOAO SCHAEFER	22	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.857,50-VVP 47.981,15-VVT	Vlr.Total:	584,80	Cond.: Unica\06 parc.
40.0	01.01.028.0138.001.01.01	4283.8 VANDERLEI RACHADEL	RUA BARRINHA	291	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	839,68-VVP 3.249,52-VVT	Vlr.Total:	96,18	Cond.: Unica\06 parc.
286.0	01.01.022.0443.001.01.03	645.9 VANDERLEI VOLTOLINI	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	7.740,30-VVP 18.938,69-VVT	Vlr.Total:	348,52	Cond.: Unica\06 parc.
775.7	01.01.022.0440.001.01.01	645.9 VANDERLEI VOLTOLINI	RUA EXPEDICIONARIO VITORIO		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 5.592,10-VVT	Vlr.Total:	201,12	Cond.: Unica\06 parc.
631.9	01.02.001.0272.001.01.02	3438.0 VARLEI REZINI	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP1098		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	4.859,03-VVP 62.968,26-VVT	Vlr.Total:	66,43	Cond.: Unica\06 parc.
34.5	01.01.014.0579.001.01.01	632.7 VENCESLAU CUZIK	RUA MATILDE SCHAEFER	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 7.809,41-VVT	Vlr.Total:	256,55	Cond.: Unica\06 parc.
165.1	01.01.015.0181.001.01.02	133.3 VENDELINO PETRY	AVN JOAO XXIII	487	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.853,27-VVP 14.019,08-VVT	Vlr.Total:	334,49	Cond.: Unica\06 parc.
27.2	01.01.014.0349.001.01.02	379.4 VERONICA DE SOUZA ZEITZ	AVN DESEMB ERICO TORRES	286	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	13.939,45-VVP 14.468,45-VVT	Vlr.Total:	360,70	Cond.: Unica\06 parc.
207.0	01.01.001.0320.001.01.01	379.4 VERONICA DE SOUZA ZEITZ	AVN DESEMB ERICO TORRES	137	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	902,31-VVP 3.224,03-VVT	Vlr.Total:	102,77	Cond.: Unica\06 parc.
185.6	01.01.013.0327.001.01.01	151.1 VICENTE VADICO DELABENETA	RUA JOSE COSTA MIRANDA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	0,00-VVP 14.677,37-VVT	Vlr.Total:	281,48	Cond.: Unica\06 parc.
624.6	01.02.004.0252.001.01.01	3568.8 VILIANE PRANGE	ROD SC 429-ERICO RICARDO KNAP3687		Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.113,12-VVP 12.164,18-VVT	Vlr.Total:	51,10	Cond.: Unica\06 parc.
82.5	01.01.024.0208.001.01.01	72.8 VILMAR SANTIAGO	RUA DONA PERPETUA	SN	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	3.228,59-VVP 6.444,04-VVT	Vlr.Total:	147,82	Cond.: Unica\06 parc.
4.3	01.01.012.0108.001.01.01	3784.2 WALDEMAR LORENZETTI	RUA JOHNN KENNEDY	48	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	2.423,34-VVP 3.511,31-VVT	Vlr.Total:	140,11	Cond.: Unica\06 parc.
327.1	01.01.024.0135.001.01.01	375.1 ZENAIDE HAMES	RUA DONA PERPETUA	122	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	492,90-VVP 2.795,79-VVT	Vlr.Total:	88,90	Cond.: Unica\06 parc.
133.3	01.01.006.0488.001.01.01	944.0 ZENEIDE BOGO	RUA VIDAL RAMOS	93	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.402,86-VVP 5.390,16-VVT	Vlr.Total:	133,05	Cond.: Unica\06 parc.
171.6	01.01.015.0352.001.01.01	139.2 ZULMIRA MARIA VENTURA	RUA MATILDE SCHAEFER	175	Aberto
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	520,07-VVP 3.249,60-VVT	Vlr.Total:	126,49	Cond.: Unica\06 parc.
Distrito: 01, Setor: 01 355 impresso(s)					
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	941.733,19-VVP 5.884.929,36-VVT	Vlr.Total:	96.540,33	Cond.: Unica\06 parc.
Distrito: 01, Setor: 02 68 impresso(s)					
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	134.421,40-VVP 2.747.172,91-VVT	Vlr.Total:	6.045,29	Cond.: Unica\06 parc.
Total Geral 423 impresso(s)					
Ano 2015	C.Venc. 01-R\$	1.076.154,59-VVP 8.632.102,27-VVT	Vlr.Total:	102.585,62	Cond.:

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2015 - REPUBLICAÇÃO - SCHEILA MARA BRESSAN CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHEILA MARA BRESSAN, portador(a) do CPF nº 083.954.379-43, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Santa Cruz, nº 73, Bairro Progresso - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Especial, nível II 75%, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Roberto Machado, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (Dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/04/2015 e encerrando-se em 08/05/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº. 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E

por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	SCHEILA MARA BRESSAN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2015 - REPUBLICAÇÃO - ELIZA HELENA AREIAS GOMES CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZA HELENA AREIAS GOMES, portador(a) do CPF nº 042.801.589-16, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Angelo Pedroso, nº 379, Bairro Centro - Agrônômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Informática, nível II 90%, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Pedro dos Santos (10h) e Centro Educacional Sebastião Back (10h), em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.294,50 (Mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/04/2015 e encerrando-se em 12/05/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº. 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	ELIZA HELENA AREIAS GOMES
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANI LUCIA FINGER PATZLAFF, portador(a) do CPF nº 777.615.299-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Raulino Demarchi, nº 125 - Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Física, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ulrich Hubsch, em substituição a Afonso Carlo Neves, designado para assumir cargo comissionado e 10h no Centro Educacional Willy Schleumer, com fundamento no Art. 2º, inciso V, da mesma Lei referida, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (Dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/05/2015 e encerrando-se em 03/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	ELIANI LUCIA FINGER PATZLAFF
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE CRISTINA DE ÁVILA, portador(a) do CPF nº 057.953.049-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Trav. Leopoldo Alberto Vai, nº 34 - Bl. B - Apto. 41, Bairro Brehmer - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Física, nível II, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ricardo Marchi, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.438,34 (Mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/05/2015 e encerrando-se em 03/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	DAIANE CRISTINA DE ÁVILA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSALIA ZANIZ, portador(a) do CPF nº 851.037.489-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, nº 1680 - Bairro Valada São Paulo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/05/2015 e encerrando-se em 03/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e

desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	ROSALIA ZANIZ
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

EDIO SCHNEIDER - 1º TERMO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 264/2015, firmado em 30/03/2015, com término previsto para 30/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDIO SCHNEIDER, portador(a) do CPF nº 601.167.739-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 264/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 264/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2015 e encerrando-se em 28/08/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDIO SCHNEIDER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 5.580

LEI Nº 5.580, de 23 de abril de 2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO TABOÃO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com a Associação de Moradores do Bairro Taboão, dos bens abaixo relacionados:
----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

I - um imóvel situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Taboão, designado lote nº 01 da quadra „H“ do Loteamento Tucano, contendo área de 392,37 m2 (trezentos e noventa e dois metros quadrados e trinta e sete décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 02 linhas, sendo a 1ª com desenvolvimento de 5,50 metros e raio de 3,50 metros e a 2ª em 12,30 metros, ambas com a rua „C“; fundos em 15,80 metros, com o lote nº 02 da quadra „H“ do referido loteamento; extremado do lado direito em 25,00 metros, com o lote nº 03 da quadra „H“ do referido loteamento e, do lado esquerdo em 21,50 metros, com a rua „E“, matriculado sob o nº 38008, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul;

II - um imóvel situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Taboão, designado lote nº 02 da quadra „H“ do Loteamento Tucano, contendo a área de 392,37 m2 (trezentos e noventa e dois metros quadrados e trinta e sete décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 02 linhas, sendo a 1ª com desenvolvimento de 5,50 metros e raio de 3,50 metros e a 2ª em 12,30 metros, ambas com a rua „D“; fundos em 15,80 metros, com o lote nº 01 da quadra „H“ do referido loteamento; extremado do lado direito em 21,50 metros, com a rua „E“ e, do lado esquerdo em 25,00 metros, com o lote nº 04 da quadra „H“, matriculado sob o nº 38009, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul.

Art. 2º-	O prazo da cessão de uso dos bens imóveis pertencentes ao Município de Rio do Sul é de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser revogado por ato unilateral e/ou prorrogado o prazo mediante Termo Aditivo.
Art. 3º-	O Termo de Cessão de Uso destina-se a instalação de área de lazer para Associação de Moradores do Bairro Taboão, bem como a conservação e manutenção dos referidos imóveis.
Art. 4º-	As normas e condições que regerão o Termo de Cessão de Uso são aquelas constantes da minuta anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.
Art. 5º-	Este Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Ar. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de abril de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2015.

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO TABOÃO.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, em Rio do Sul - SC, representado neste ato pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, inscrito no CPF sob o nº 292.826.679-87, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO TABOÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.369.914/0001-84, estabelecida na Rua João Ledra, nº 2090, bairro Taboão, em Rio do Sul - SC, representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. MARCO AURÉLIO DEMARCH, inscrito no CPF sob o nº 705.784.519-72, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, que prometem cumprir na melhor forma de

direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente TERMO DE CESSÃO DE USO refere-se ao direito de utilização dos bens imóveis abaixo relacionados:

a) um imóvel situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Taboão, designado lote nº 01 da quadra „H“ do Loteamento Tucano, contendo área de 392,37 m2 (trezentos e noventa e dois metros quadrados e trinta e sete décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 02 linhas, sendo a 1ª com desenvolvimento de 5,50 metros e raio de 3,50 metros e a 2ª em 12,30 metros, ambas com a rua „C“; fundos em 15,80 metros, com o lote nº 02 da quadra „H“ do referido loteamento; extremado do lado direito em 25,00 metros, com o lote nº 03 da quadra „H“ do referido loteamento e, do lado esquerdo em 21,50 metros, com a rua „E“, matriculado sob o nº 38008, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul;

b) um imóvel situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Taboão, designado lote nº 02 da quadra „H“ do Loteamento Tucano, contendo a área de 392,37 m2 (trezentos e noventa e dois metros quadrados e trinta e sete décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 02 linhas, sendo a 1ª com desenvolvimento de 5,50 metros e raio de 3,50 metros e a 2ª em 12,30 metros, ambas com a rua „D“; fundos em 15,80 metros, com o lote nº 01 da quadra „H“ do referido loteamento; extremado do lado direito em 21,50 metros, com a rua „E“ e, do lado esquerdo em 25,00 metros, com o lote nº 04 da quadra „H“, matriculado sob o nº 38009, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O presente instrumento tem por finalidade a estruturação de uma área de lazer, bem como garantir a manutenção e conservação dos imóveis relacionados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CESSIONÁRIA E DO CEDENTE

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo de Cessão de Uso para a estruturação de uma área de lazer, além de realizar a manutenção e conservação dos imóveis relacionados.

Fica estabelecido que todas as despesas concernentes a utilização do imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste Termo de Cessão de Uso, e outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta da CESSIONÁRIA.

A CESSIONÁRIA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usá-lo exclusivamente para os fins estabelecidos na cláusula segunda deste Termo de Cessão de Uso, para que ao final do prazo de vigência do presente o mesmo seja entregue em boas condições.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Cessão de Uso, tem como fundamento legal a Lei Municipal nº23, de deabril de 2015 e o artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de sua assinatura e término após 05 (cinco)

anos, ou até eventual rescisão, ou mesmo por denúncia de qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE.

O presente Termo de Cessão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo final do Termo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar CEDENTE e CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, o bem cedido deverá ser devolvido ao CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Cessão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Cessão de Uso, juntamente com suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO DEMARCH Presidente da Associação de Moradores do Bairro Taboão

Testemunhas:

_____	_____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

MAURICIO MUTSCHLER - 1º TERMO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2015, firmado em 31/03/2015, com término previsto para 30/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAURICIO MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 003.373.099-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2015 e encerrando-se em 29/06/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 29/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MAURICIO MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 0281/RH

PORTARIA Nº. 0281/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 74578-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, a quarta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2012 a 2015, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2015, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0282/RH

PORTARIA Nº. 0282/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ROMULO AUGUSTO BORGES, matrícula n. 187194-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de novembro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0283/RH

PORTARIA Nº. 0283/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CEI Titio Karan, a partir de 27/04/2015, a servidora SILVIA CRISTINA ROSA NOGUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível "I", lotada no CEI Aquarela, em conformidade com o Art. 41, inciso II, Parágrafo 2º da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando nº 051/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0284/RH

PORTARIA Nº. 0284/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CEI Profª Belmarli da Silva, a partir de 29/04/2015, a servidora SERLEI SCHIQUET, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, nível "B", lotada no CEI Pinguinho de Gente, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, e Memorando nº 168/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0285/RH

PORTARIA Nº. 0285/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o CEI Cantinho do Amor, a partir de 29/04/2015, a servidora JOANA MARILIA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, nível "B", lotada no CEI Profª Belmarli da Silva, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, e Memorando nº 088/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0289/2015

PORTARIA Nº. 0289/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, à servidora pública municipal DENISE PERES FARIAS, matrícula nº 218871, portador do cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, no período de 27/04/2015 até 04/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0290/2015

PORTARIA Nº. 0290/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor ANE CAROLINE SOBOTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGO, conforme certidão de nascimento n.º 0044712 36 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ARTHUR SOBOTA FRANÇA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0292/2015

PORTARIA Nº. 0292/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor LEILA APARECIDA POSSAMAI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 0044760 91 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LAURA LUIZA DALCASTAGNE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0293/2015

PORTARIA Nº. 0293/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor ADRIELE

FOSTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 0044826 68 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de DAVI LUCCA FOSTER BRUENNING.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº0291/2015

PORTARIA Nº. 0291/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor LUCIANE ARAUJO MATTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, conforme certidão de nascimento n.º 0044747 37 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de BENJAMIN ARAUJO MATTANA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 837/2015

PORTARIA No 837, DE 30 DE ABRIL DE 2015

Confirma conclusão de Estágio Probatório e dispõe sobre a promoção do servidor Leonardo Simon Rutzen

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica confirmada a conclusão e aprovação do Estágio Probatório do servidor Leonardo Simon Rutzen, ocupante do cargo de Técnico Legislativa - Área Legislativa, matrícula nº 8460-1, tendo alcançado de acordo com o disposto no artigo 20, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 - Estatuto dos servidores Públicos Municipais e artigo 11, inciso III, da Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pela Resolução nº 647, de 03 de abril de 2012, a pontuação mínima exigida.

Art. 2º O servidor acima referido será considerado estável em seu cargo, a partir desta data.

Art. 3º Fica promovido o servidor Leonardo Simon rutzen, da classe "A" para a classe "B", da Categoria Funcional de Técnica Legislativa - Área Legislativa do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Rio do Sul, de conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Salto Veloso

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Dispõe sobre a aprovação do Edital 001/2015 sobre o Processo de Escolha Unificado dos conselheiros tutelares do município de Salto Veloso.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, sob ata nº 002 de 14 de abril de 2015, o Edital 001/2015 sobre o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Salto Veloso.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Andréia Vitti
Presidente do CMDCA

DECRETO Nº 022, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 022, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC no uso de suas atribuições e considerando as diretrizes do Plano de Trabalho que estabelece compromissos da administração do Regime Próprio do Servidor Público - SRPPS deste Município e o Ministério da Previdência Social por intermédio de sua Secretaria de Política de Previdência Social e determinação legal contida no artigo 3º da Lei 10.887, de, 18 de junho de 2004, resolvem celebrar o seguinte termo:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC, relativo aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, que implementará o carregamento e manutenção de Banco de Dados do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS, composto pelas aplicações Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão, registrado no INPI em segunda fase, a partir das novas ações implementadas sob o número 14194-2 Seção I - Nº 2257 de 08 de Abril de 2014; Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Próprios de Previdência Social - CNIS/RPPS a ser carregado por força do art. 3º da Lei 10.887/2004 e o INFORME/CNIS/RPPS que fornecerá a esta administração informações gerenciais decorrentes do tratamento dos dados deste RPPS e cruzamento destes com dados de outros sistemas, principalmente os administrados pelo Ministério da Previdência Social

Art. 2º Fica obrigatória a utilização do SIPREV/Gestão como banco de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores públicos do município de Salto Veloso/SC, podendo tal sistema ser utilizado simultaneamente com outros sistemas de gestão de pessoal.

Art. 3º O Programa será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

I - integração de sistemas e bases de dados;

II - melhoria substancial da qualidade dos dados dos servidores públicos objetivando a efetivação de avaliação atuarial fundamentada em base cadastral atualizada, completa e consistente e a garantia na agilidade da concessão de aposentadoria e pensão;

III - inclusão dos dados cadastrais, previdenciários, funcionais e financeiros no SIPREV/Gestão de forma progressiva;
IV - realização de censo previdenciário utilizando a aplicação SI-PREV/Gestão;
V - validação dos dados no SIPREV/Gestão e transmissão para o CNIS/RPPS;
VI - tratamento das informações retornadas em forma de relatórios gerenciais via INFORME/CNIS/RPPS; e
VII - ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art. 4º Fica constituída a Comissão Especial constante do Anexo I deste Decreto para a implementação do Programa, ao qual competirá:

I - Proceder à atualização, depuração e adequação dos dados cadastrais, funcionais, previdenciários e financeiros dos segurados do RPPS estadual, possibilitando, inclusive, o cruzamento das bases de dados entre os demais entes federativos e daquelas administradas pelo Ministério da Previdência Social viabilizando a identificação de óbitos, de vínculos e de benefícios recebidos no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, bem como o levantamento de todas as remunerações visando à observância dos limites remuneratórios previstos na legislação.

II - Utilizar como banco de dados de nível local o Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão, promovendo a validação dos dados, inclusive para possibilitar a manutenção do banco de dados de nível nacional que é o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Próprios de Previdência Social - CNIS/RPPS, que em breve passará a ser de alimentação obrigatória pelos entes federativos em cumprimento à Lei nº 10.887/2004.

Art. 5. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, 10 de abril de 2015.
CLAUDEMIR CESca
Prefeito Municipal

José Carlos Oneda
Secretário de Administração e Finanças

Tânia Giacomini De Bortoli
Diretora-Executiva do IPRESVEL

ANEXO I

COMISSÃO ESPECIAL PREVISTA NO ART 4.º DESTE DECRETO, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC.

Nome	Cargo	Função na Comissão	Lotação
Tânia Giacomini De Bortoli	Diretora Executiva do IPRESVEL	Presidente	Secretaria de Administração e Finanças
Álvaro Antônio Biscaro	Técnico em Contabilidade	Membro	Secretaria de Administração e Finanças
Débora Baronchello	Agente Administrativo	Membro	Secretaria de Administração e Finanças
Elaine Maria Conte Biscaro	Auxiliar Administrativo	Membro	Secretaria de Educação

José Carlos Oneda	Secretário de Administração e Finanças	Membro	Secretaria de Administração e Finanças
Rudinei Muller	Técnico em Informática e Responsável pelo RH	Membro	Secretaria de Administração e Finanças

EDITAL Nº 01/2015 - CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS - 2015.

EDITAL Nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no município de Salto Veloso/SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução Conanda nº 170/2014, e pela Lei Municipal nº 1524/14, abre as inscrições para a escolha dos conselheiros tutelares para atuarem no Conselho Tutelar de Salto Veloso/SC, para o quadriênio 2016/2019, e dá outras providências.

1. DO CARGO E DAS VAGAS

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 05 (cinco) vagas para conselheiros titulares e suplentes.

1.2. Os 05 (cinco) primeiros Conselheiros Tutelares eleitos assumirão efetivamente o cargo de Conselheiros Tutelares com o mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

2. DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, e a remuneração, conforme Lei Municipal, corresponde:

I - Vencimento de R\$ 1.320,68 (Um mil, trezentos e vinte reais e sessenta e oito centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - gratificação natalina;

III - adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do vencimento mensal;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - benefícios previdenciários, de acordo com o previsto no Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

VI - Vale-alimentação, no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais);

VII - Os Conselheiros Tutelares receberão diárias, obedecendo aos mesmos critérios e limites estabelecidos através do Poder Executivo aos servidores municipais e correrão por conta de dotação própria, tendo direito quando da realização de trabalhos e outras atividades fora do Município ou da Comarca, realizados em razão do seu ofício ou no sentido do aprimoramento das suas funções, como em cursos, encontros, seminários e assembleias.

Parágrafo Único. Parte das condições acima estabelecidas poderão ser comprovadas no ato da contratação.

2.2. A função de Conselheiro Tutelar não gera qualquer vínculo empregatício ou profissional com o Poder Público do Município de Salto Veloso, não adquirindo, ao término de seu mandato, qualquer direito a indenizações, a efetivação ou a estabilidade nos quadros da administração pública Municipal.

2.3. Elegendo-se algum servidor público Municipal, fica-lhe

facultado optar pelos vencimentos e vantagens do seu cargo efetivo, vedado, em qualquer hipótese, a acumulação da remuneração perdurar das duas funções.

2.4. A carga horária do Conselheiro Tutelar será de 40 (quarenta) horas semanais, em sistema de plantão, inclusive sábados, domingos e feriados, em regime de dedicação exclusiva, conforme regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso.

3 - DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1 Das Inscrições;

3.1.1 O registro das candidaturas à conselheiro tutelar será feito no período de 05/05/2015 a 05/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) situado à Rua Izidoro De Bortoli, s/n Centro, município de Salto Veloso/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - Reconhecida Idoneidade Moral, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais da esfera estadual e federal;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos, na data da inscrição;

III - Residir no Município, no mínimo há 2 (dois) anos, mediante apresentação de comprovante e declaração de residência;

IV - Ter escolaridade de, no mínimo, ensino médio completo;

V - Possuir carteira nacional de habilitação, no mínimo categoria B;

VI - Não ter sofrido penalidade de perda de mandato de Conselheiro Tutelar;

VII - Não estar sendo processado criminalmente;

VIII - Comprovação, mediante atestado médico, estar em pleno gozo das aptidões físicas e mentais para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar;

IX - Obrigatória aprovação em prova classificatória e eliminatória, de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e Adolescente;

X - Avaliação psicossocial, de caráter classificatório e eliminatório, por meio de equipe formada pelo CMDCA, assistente social e psicólogo, objetivando avaliar critérios de raciocínio lógico para as ações cotidianas, aptidão para a função desejada; equilíbrio emocional; relacionamento interpessoal, entre outros, ao final, formar prognóstico a respeito do desempenho, adaptação e adequação ao cargo proposto.

3.1.3 Parte das condições acima estabelecidas poderão ser comprovadas no ato da contratação.

3.1.4 O candidato no ato da inscrição, deverá trazer:

I - Ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada, com foto, conforme modelo do Anexo II, deste Edital;

II - Fotocópia do CPF e RG;

III - Comprovante de residência atualizado;

IV - Comprovante de nível de escolaridade;

V - Carteira Nacional de Habilitação, mínimo tipo B.

3.1.5 Além dos documentos comprobatórios das condições acima estabelecidas no item 3.1, serão exigidos outros documentos pelo Setor de Recursos Humanos para contratação que deverão ser entregues no ato da convocação.

3.1.6 Concluído o processo de inscrição, será publicada no mural e sítio eletrônico do Município de Salto Veloso, as inscrições deferidas e indeferidas, cabendo recurso, que poderá ser impetrado por qualquer pessoa ou jurídica, no prazo de 02 (dois) dias úteis, o qual será processado de acordo com as normas previstas neste Edital.

3.1.7 Impugnada a inscrição do candidato, o CMDCA, deverá se manifestar, de forma escrita e fundamentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3.1.8 Julgados os recursos pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Salto Veloso, será publicada no mural do e sítio eletrônico do Município de Salto Veloso.

3.1.9 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.1.10 No requerimento de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, relacionados acima, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.11 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, nos termos do art. 140 da Lei nº 8.069/1990.

3.1.12 O servidor público municipal que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.13 Não será aceita inscrição, em nenhuma hipótese, com ausência de algum documento exigido neste edital e que não atenda rigorosamente ao estabelecido no mesmo.

3.1.14 O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

3.1.15 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, terá como consequência a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como serão nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente

3.1.16 Nenhuma inscrição será admitida fora do período estabelecido no Anexo I.

3.2 - Da Prova Escrita de Conhecimentos Específicos;

3.2.1 Esta etapa consiste em aplicação de prova escrita, sobre os direitos da criança e do adolescente, ECA- (Lei Federal 8069/90), composta de 20 (vinte) questões objetivas, do tipo múltipla escolha, subdividida em quatro alternativas: A), B), C) e D). Dessas alternativas, tendo como correta, UMA única alternativa.

3.2.2 A prova objetiva será realizada no dia 12/07/2015, das 09:00 às 11:00 horas (horário oficial de Brasília), na Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro, localizada a Rua Papa João XXIII, Bairro Escolar, desta cidade.

3.2.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para seu início, munido, obrigatoriamente, com documento de identificação oficial original, cujo número foi informado no requerimento de inscrição, além de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, em material transparente.

3.2.4 Não poderá realizar a prova o candidato que não apresentar documento de identidade e estará automaticamente eliminado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Salto Veloso.

3.2.5 Será eliminado, igualmente, do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Salto Veloso, o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pendrive, MP3 ou similares, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, etc.

3.2.6 É permitida a utilização de garrafa d'água, desde que seja fabricada em material transparente e esteja sem rótulo.

3.2.7 O CMDCA não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

3.2.8 O candidato poderá ausentar-se temporariamente da sala das provas somente se acompanhado por um fiscal. Neste espaço temporal é vedado ao candidato fumar e se comunicar.

3.2.9 O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.

3.2.10 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala da prova até a conclusão da prova pelo último.

3.2.11 Durante a realização das provas, ao candidato não será permitido nenhum tipo de consulta a textos legais, livros, apostilas

ou anotações.

3.2.12 O candidato é inteiramente responsável pelo preenchimento do cartão resposta, sendo que as orientações serão dadas antes do início da prova escrita.

3.2.13 Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis, não havendo possibilidade de sua reposição;
- b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;
- c) não estiver assinalada no cartão-resposta;
- d) estiver preenchida fora das especificações.

3.2.14 As questões anuladas pela Comissão Especial para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Salto Veloso, serão computadas para todos os candidatos, como resposta correta.

3.2.15 Cada questão da prova valerá 0,50 (meio) ponto e serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos.

3.2.16 A Comissão Especial para Processo Eleitoral de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Salto Veloso, divulgará, no mural e sítio eletrônico do Município de Salto Veloso, o gabarito da prova objetiva, no prazo estabelecido no Anexo I, cabendo recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

3.2.17 Julgados os recursos pela Comissão Especial, serão divulgadas a relação definitiva dos candidatos classificados na prova objetiva, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, no sítio eletrônico do município (www.saltoveloso.sc.gov.br), e data estabelecida no Cronograma (Anexo I).

4.0 DO REGISTRO E CANDIDATURAS E DO PLEITO:

4.1 Cada candidato, após classificação na prova escrita, registrará sua candidatura, por meio de requerimento ao CMDCA, em 02 (cinco) dias úteis, após a publicação da relação dos aprovados na etapa de prova.

4.2 O CMDCA publicará no Mural da Prefeitura Municipal e no sítio eletrônico oficial as candidaturas registradas.

4.3 Cada candidato que não conseguir participar do processo de eleição e apuração, poderá credenciar junto ao CMDCA, por meio de requerimento escrito, 1 (um) fiscal para acompanhar processo no ato de registro de sua candidatura.

5. DA PROPAGANDA ELEITORAL

5.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.3 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.4. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio para candidaturas.

5.5 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

5.6 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

5.7 Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a eleição.

5.8 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.9 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

5.10 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

5.11 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

5.12 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.13 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso, no prazo de 03 (três) dias.

5.14 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso.

5.15 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.16 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

6. DA ELEIÇÃO

6.1 A eleição será realizada no dia 04/10/2015, no horário de 8:30 às 17:00 horas (horário de Brasília), na Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro, localizada a Rua Papa João XXIII, Bairro Escolar, desta cidade.

6.2 A eleição será divulgada pela Comissão Eleitoral.

6.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

6.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor documento com foto: a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta.

6.5 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

6.6 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

6.7 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados pelo mesmo, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

6.8 O eleitor votará uma única vez em até 05 (cinco) candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

6.9. O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

6.10 A eleição será presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão Eleitoral e fiscalizada por representante do Ministério Público.

7- DA SEÇÃO ELEITORAL

A seção será instalada na Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro, localizada a Rua Papa João XXIII, Bairro Escolar, desta cidade.

8 - DO VOTO

8.1 Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de

Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

§1º Podem votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até 03 (três) meses antes da eleição.

8.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.

8.3 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

9- DA CÉDULA OFICIAL

9.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso, com indicação do número e nome do (s) candidato (s).

9.2 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

9.3 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

9.4 Constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número, na cabine indevassável.

10- DAS MESAS RECEPTORAS

10.1 A seção eleitoral corresponde a uma mesa receptora de votos.

10.2 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral;

10.3 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

10.4 O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda assinar a ata da eleição.

10.5 O Presidente deve estar presente ao ato de abertura e de encerramento da Eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

10.6 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

10.7 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, juntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

10.8 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Proceder à apuração dos votos, através da contagem manual.

10.9 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

10.10 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

a) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

b) O cônjuge ou o (a) companheiro (a) do candidato;

c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

10.11 Após o término das votações o Presidente e o mesário da sessão elaborarão a Ata de votação.

11. DA APURAÇÃO

11.1 A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no próprio local de votação, através dos membros das Mesas Receptoras de Votos, com a presença do Ministério Público ou representante do mesmo e da Comissão Eleitoral.

11.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

11.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

11.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

11.5 Serão considerados eleitos os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados, ficando os seguintes como suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

11.6 Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que possuir maior idade.

11.7 Persistindo o empate realizar-se-á sorteio.

12- DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

12.1 O resultado preliminar eleição será publicado no dia 05/10/2015, através de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Salto Veloso e sítio eletrônico oficial do Município, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

12.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso.

12.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em data a ser definida pelo Município.

12.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

12.5 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

12.6 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso, sendo os suplentes também convidados a participar.

13- DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1. Ter cumprido integralmente todas as etapas e requisitos constantes neste edital e no processo de eleição dos membros dos Conselhos Tutelares.

13.2 Ter sido eleito Conselheiro Tutelar entre os cinco candidatos mais votados e em caso de vacância do cargo, os suplentes serão convocados na ordem decrescente de votação.

13.3 Assinar o termo de posse e exercício de cargo.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1524/14, sem prejuízo das demais leis afetas.

14.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

14.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

14.4 As datas e locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral constantes neste edital poderão sofrer alterações em casos especiais, o que será oportunamente publicado em novo edital.

14.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso, sob a fiscalização do Ministério Público.

14.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso.

14.7 É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

14.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

14.9 Os candidatos a conselheiros tutelares devem seguir os

prazos constantes do Anexo I - Cronograma Referente ao Edital CMDCA nº 001/2015.

14.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Videira-SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, 29 de abril de 2015.

ANDREIA VITTI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso-SC - CMDCA.

ANEXO I

CRONOGRAMA REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2015 do CMDCA

Inscrições	05/05 a 05/06/2015	No CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, das 08h30min às 11h00minhrs e 13h30min às 16h30min horas (em dias úteis)
Publicação da Relação dos Candidatos	08/06/2015	Fixado no Mural da Prefeitura Municipal e sítio eletrônico oficial do Município
Impugnação de Candidatura	08/06/2015 a 12/06/2015	Proposta de qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova (art.11,§ 2º, da Resolução CONANDA Nº170/2014)
Notificação dos Candidatos Impugnados para defesa	15/06/2015 a 16/06/2015	Fixado no Mural da Prefeitura Municipal e sítio eletrônico oficial do Município
Apresentação da Defesa pelo candidato impugnado	17/06/2015 a 19/06/2015	Interposto junto a Comissão Eleitoral do CMDCA, na sede do CRAS.
Análise e decisão das impugnações	22/06/2015 e 23/06/2015	Comissão Eleitoral do CMDCA
Interposição de recurso	24/06/2015 até 26/06/2015	Interposto junto a Comissão Eleitoral do CMDCA, na sede do CRAS.
Aplicação da prova	12/07/2015	Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro, localizada a Rua Papa João XXIII, Bairro Escolar.
Interposição de recursos referentes a prova aplicada	13/07/2015 a 14/07/2015	Interposto junto a Comissão Eleitoral do CMDCA, na sede do CRAS.
Decisão de recursos referentes a prova aplicada	15/07/2015 a 16/07/2015	Comissão Eleitoral do CMDCA
Publicação dos candidatos aprovados	20/07/2015	Fixado no Mural da Prefeitura Municipal e sítio eletrônico oficial do Município
Reunião para homologação de Candidatura e orientação de campanha	13/08/2015	Através de Edital de Convocação
Impugnação de Candidatura	14/08/2015 a 17/08/2015	Proposta de qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova (art.11,§ 2º, da Resolução CONANDA Nº170/2014)
Apresentação da Defesa pelo candidato impugnado	18/08/2015 a 19/08/2015	Interposto junto a Comissão Eleitoral do CMDCA, na sede do CRAS.
Decisão das impugnações	21/08/2015	Comissão Eleitoral do CMDCA

Homologação final de Candidatura e agrupamentos de sessões eleitorais	24/08/2015	Fixado no Mural da Prefeitura Municipal e sítio eletrônico oficial do Município
Campanha Eleitoral	24/08/2015 a 02/10/2015	Eleitores Municipais
Eleição	04/10/2015	Das 8h30min às 17h00min, na Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro, localizada a Rua Papa João XXIII, Bairro Escolar.
Homologação Resultado Final dos eleitos e suplentes	05/10/2015	Fixado no Mural da Prefeitura Municipal e sítio eletrônico oficial do Município
Posse dos Eleitos	10/01/2016	Local a ser definido.

ANEXO II FICHA DE INSCRIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO TUTELAR – SALTO VELOSO – SC

FICHA DE INSCRIÇÃO
CANDIDATOS PARA CONSELHEIROS TUTELARES – 2015

INSCRIÇÃO Nº _____

1. DADOS PESSOAIS

Nome:

Data de Nascimento: / /

Endereço – Rua:
Nº

Bairro:

Telefone:

Estado Civil:

Nº de filhos:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Tempo de Residência no Município:

Filiação
Pai:
Mãe:

2. DOCUMENTAÇÃO

Carteira de Identidade:

CPF:

Título de Eleitor:

Carteira de Habilitação:

Categoria:

3. FORMAÇÃO ESCOLAR

Curso de Graduação:

Nome da Instituição:

Início: Término:

Curso de Pós-Graduação:

Nome da Instituição:

Início:

Término:

4. SITUAÇÃO FUNCIONAL

No momento encontra-se trabalhando: ()SIM ()NÃO

Local de Trabalho:

Tempo:

Função:

Município:

5. EXPERIÊNCIAS ANTERIORES:

1º Local de Trabalho:

Tempo:

Função:

Motivo da Saída:

2º Local de trabalho:

Tempo:

Função:

Motivo da Saída:

6. TRABALHA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

() SIM

() NÃO

LOCAL:

TEMPO:

DESCREVA SUA EXPERIÊNCIA:

7. POSSUI CURSO OU TREINAMENTO NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE?

() SIM

() NÃO

Nome do curso:

Carga Horária:

Ano:

Local:

SALTO VELOSO, __/__/__

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO III CONTÉUDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA ESCRITA

Conteúdo integral da Lei Federal 8.069/90, definida como Estatuto da Criança e Adolescente.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 007/2015**

PORTARIA N. 007, DE 30 de abril de 2015.

Nomeia responsável pelo setor de compras e licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso e dá outras providências.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, nos uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a funcionária comissionada GABRIELA BIS-SANI, como responsável pelo setor de compras e licitações da Câmara Municipal de Salto Veloso -SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente da Mesa Diretora

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****CHAMADA PARA CREDENCIAMENTO 05/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

AVISO DE CREDENCIAMENTO

O Município de Santa Rosa do Sul (SC), torna público a Chamada para CREDENCIAMENTO nº 05/2015. Objeto: Credenciamento de leiloeiros públicos para realizarem, mediante contrato específico, leilão dos bens patrimoniais móveis e ou imóveis em desuso (veículos, equipamentos, mobiliário e outros) deste Município, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e demais disposições aplicáveis. O Edital na íntegra e todos seus anexos estão à disposição no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura ou através do E-mail licitação@santarosadosul.sc.gov.br. Maiores informações: Tel (48)3534-1113.

Cidade de Santa Rosa do Sul, 30 de abril de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

ERRATA 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edição nº 1726, página 315, Lei nº 981, de 15 de março de 2015, na epígrafe, onde se lia: Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Concessão de Uso de equipamentos pertencente ao Município para uso da Paróquia Santa Rosa de Lima e dá outras providências. Leia-se: Autoriza a alienação dos bens e sucatas que menciona e dá outras providências

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 46-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL - ANULAÇÃO DE CONTRATO	
Contrato Nº	046/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedor	AVELINO CARMELO FUSINATTO
Objeto	Torna nulo o contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento.
Valor	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Santiago do Sul-SC, 29 de abril de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 47-2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – RETIFICAÇÃO	
Contrato Nº	047/2015
Credor	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Devedor	RITA FÁTIMA GOLUB
Objeto	Fica retificado o devedor do contrato de Confissão de Dívida de Cadastro Municipal Imobiliário e Acordo para Parcelamento, passando a vigorar com o seguinte devedor Rita Fátima Golub.
Santiago do Sul-SC, 29 de abril de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal	

CONTRATO 60/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	60/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	GENTE SEGURADORA SA
Objeto	Prestação de serviço de seguro total dos veículos da frota do município de Santiago do Sul.
Valor	R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Vigência	01 de maio de 2015 à 30 de abril de 2016.
Processo Nº.	42/2015
Pregão Presencial	33/2015
Santiago do Sul-SC, 29 de abril de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 941/2015

DECRETO Nº 0941, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.600,00 (cento e sete mil e seiscentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 - Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto

(63) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 107.600,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 - Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto

(62) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 107.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 943/2015

DECRETO Nº 0943, DE 28 DE ABRIL DE 2015.
ALTERA O DECRETO Nº 142 DE 15 DE MAIO DE 2013 QUE CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os arts. 7º e 8º da Lei Municipal nº 3152/2013,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 142 de 15 de maio de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

" (...)

Representantes da Área Cultural:

JEANFRANCO GADOTTI - Música

LIGIA MORRIESEN - Artes Cênicas

RENATA PSCHIEDT BECKER - Literatura

MICHELINE VANESSA BRAND JURGENSEN - Artes Visuais
PAMELA MACHADO - Audiovisual
CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO - Patrimônio Histórico
SALETE ELINGEN - Cultura Popular
VERA ALICE ARNHOLDO - Acervos Culturais"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 944/2015

DECRETO Nº 0944, DE 28 DE ABRIL DE 2015.
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Mauro Siqueira Ramos, Jocemari Telma Teixeira, Anderson Hinke e Sérgio Miguel de Matos, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 90/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 07 de maio de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 945/2015

DECRETO Nº 0945, DE 28 DE ABRIL DE 2015
ALTERA O DECRETO Nº 401, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DO GRUPO GESTOR DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 401, de 16 de dezembro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Karin Lili Fechner - CPF 022.304.999-98

Rosangela Pscheidt Kruger - CPF 920.577.999-72

Bianca Felippi Cheilla - CPF 992.903.320-34

Luiz Neri Pereira - CPF 739.027.649-53

Robson Rodrigues da Silva - CPF 901.510.209-06

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE - BAIRRO SERRA ALTA

Antonio Alcioni Cardoso - CPF 827.723.479-15

Tarcisio Nunes da Silva - CPF 003.721.929-47

Solange Nunes da Silva - CPF 003.730.399-64

Márcio Vieira - CPF 821.098.509-49

Edison Soncini de Lima - CPF 004.224.679-28

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA BAIRRO SERRA ALTA

I - Associação de Moradores Vila Pilz - CNPJ 09.815.544/0001-86

Beatriz Alcântara dos Santos - CPF 026.256.646-9

II - APP EBM Dalmir Pedro Cubas - CNPJ 79.367.355/0001-73

Célia Sanocki Bassani - RG 2.924.366-1

III - CONSEG Serra Alta

Antenor Vidal - RG 5.311.897-9

IV - Rotary Club de São Bento do Sul - Serra Alta - CNPJ 00.204.129/0001-11

Eneias Nagel - CPF 936.987.049-00

V - Conselho Comunitário de Serra Alta - CNPJ 83.787.549/0001-03

Leosir Ferreira de Souza - CPF 436.714.899-87"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2015

OBJETO: Contratação de empresa para realização de palestras paradas pedagógicas para o ano letivo 2015 a 400 profissionais da rede municipal de ensino, nos dias 30/04/2015, 28/05/2015, 04/09/2015, 28/09/2015 e 10/11/2015, com carga horária de 04, horas, totalizando 20 horas.

CONTRATADO: Senac Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

VALOR: R\$ 44.000,00.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.

Edemilson Benedito de Assis - Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Alcione Teresinha Hinke - Secretária de Educação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 010/2015 EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 010/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2015, firmado entre a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB e a Empresa Impacto Engenharia Ltda., em 11 de fevereiro de 2015, conforme edital de tomada de preços nº 001/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 002/2015, que consiste na

contratação de empresa para realização de serviços de terraplenagem e drenagem pluvial no terreno onde será implantado o condomínio residencial Luan Fabrício Celeski, localizado à Rua João Kurowski, Bairro Serra Alta, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Orçamento Estimativo, Cronograma Físico-financeiro e Projetos anexos;

Considerando que houve a necessidade de acréscimo de quantidades de alguns serviços, em virtude de ajustes, adequações e compatibilização dos projetos com a execução da obra, observados durante a realização dos serviços, conforme Planilha -Orçamento Estimativo - Aditivo de Serviços-, apresentada e atestada pela fiscalização da EMHAB;

Considerando que, com o acréscimo nos serviços a serem executados, será necessária a prorrogação do prazo de execução da obra por mais 30 (trinta) dias, a fim de garantir a perfeita execução e conclusão dos serviços;

Considerando que todas as formalidades e trâmites burocráticos referentes à vistoria final da obra, medição final dos serviços, tramitação e liberação da respectiva fatura e seu pagamento possam ser obedecidos, será necessária a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 30 (trinta) dias;

Faz-se necessário prorrogar o prazo de execução a contar de 14/04/2015 e a terminar em 13/05/2015; prorrogar o prazo de vigência do contrato a contar de 13/05/2015 e a terminar em 11/06/2015 e aditivar o valor em R\$11.894,03 conforme Cláusula Terceira, Cláusula Sexta e Cláusula Sétima e Art. 65, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de fevereiro de 2015 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação - EMHAB

IMPACTO ENGENHARIA LTDA., como Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2015 EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 011/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Drenagem Pluvial de nº 003/2014 firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., em 16 de maio de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 002/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 003/2014, que consiste na contratação de empresa para realização de pavimentação asfáltica, sinalização e drenagem pluvial das ruas de acesso ao loteamento Jardim Boa Esperança, no Bairro Serra Alta, Rua Bertha Dobenck e Rua Pedro Kurowsky, com fornecimento de material, mão-de-obra e demais obrigações necessárias, conforme planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projetos, de acordo programa de regularização fundiária Serra Alta - FNHIS, termo de compromisso nº 301.579-56/2009/Ministério das Cidades/CAIXA. Considerando que a empresa contratada ainda não apresentou a Certidão Negativa de Débitos referente à matrícula CEI/INSS da obra, documento este exigido para a liberação do pagamento da última fatura referente à medição final da obra, e tal documento somente será emitido pela Receita Federal a partir de 28/04/15, conforme ofício da empresa contratada anexo, e, para que possam ser obedecidas todas as formalidades e trâmites legais previstos em Contrato e a posterior liberação do pagamento da fatura, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 30 (trinta) dias, a contar de 25/04/2015 e com término em 24/05/2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 16 de maio de 2014 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação - EMHAB
EMPREITEIRA DE-MÃO-DE-OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Contratação de empresa para realização de palestras paradas pedagógicas para o ano letivo de 2015 para 400 profissionais da rede municipal de ensino, sendo nos dias 30/04/2015, 28/05/2015, 04/09/2015, 28/09/2015 e 10/11/2015 com carga horária de 4 horas, totalizando 20 horas.

II - Contratado: SENAC SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica a continuidade ao Plano Municipal de Educação - decênio 2011/2021, aprovado pela Lei nº 2890 de 05 de outubro de 2011, principalmente no Eixo Temático - Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação e buscando a meta de garantir formações continuadas com padrão de qualidade através da Lei 802 do Ministério da Educação, criada em 19 de dezembro de 2003, justifica a contratação de palestrantes na área educacional para capacitação. A proposta das capacitações para os profissionais da educação da Rede Municipal de Educação nos dias de parada pedagógica, durante o ano letivo de 2015 em nosso município nos dias 30/04/2015, 28/05/2015, 04/09/2015, 28/09/2015 e 10/11/2015, tem como objetivo vivenciar ações que promovam capacitação e aperfeiçoamento de profissional educador, oferecendo constantemente a interação com profissionais renomados e experientes na área educacional, para ministrar temas e relatar trajetórias vividas dentro e fora de sala de aula em um ambiente educacional. Por este motivo, a Secretaria Municipal de Educação busca educadores respeitados e gabaritados.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é empresa incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93. O Senac é uma empresa direcionada a Educação Profissional que abrange desde a formação continuada até os cursos pós-graduação em todo território brasileiro. Neste sentido, o respaldo que temos de que o profissional que trabalhará o tema escolhido, é de qualidade e sem dúvida, será fator decisivo para validarmos a contratação dos serviços por eles propostos.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) com carga horária de 04 horas a realizar nos dias 30/04/2015, 28/05/2015, 04/09/2015, 28/09/2015 e 10/11/2015 são compatíveis com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária de Educação

LISTAGEM PORTARIAS Nº 05/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8897, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 27 de março de 2015. Tainá Braun. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8898, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de abril de 2015. Elizandro Damasio Franco. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 8899, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de abril de 2015. Silvana Maria dos Santos. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8900, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 02 de abril de 2015. Joni Marcos Lopes. Professor Anos Finais - Ciências. SEMED.

Portaria nº 8901, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 06 de abril de 2015. Rosinete Lima de Assunção. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8902, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 02 de abril de 2015. Dorotéia Anton Guedes. Professor Anos Finais - Artes. SEMED.

Portaria nº 8903, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 13 de abril de 2015. Rozeli Maria Ferreira. Professor Anos Finais - Ciências. SEMED.

Portaria nº 8904, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 07 de abril de 2015. Kenia Kraiewski Gaspar. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 8905, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 07 de abril de 2015. Bruna Vellozo do Amaral. Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

Portaria nº 8906, de 27 de abril de 2015. Demite Empregado Público, a pedido, a partir de 01 de abril de 2015. Gislaine Viana Padilha. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 8907, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 09 de abril de 2015. Sandra Maria do Rosário Noronha da Silva. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8908, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 13 de abril de 2015. Josiane Rudnik. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8909, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 13 de abril de 2015. Kaliane Tays de Lima. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8910, de 27 de abril de 2015. Demite Empregado Público, a pedido, a partir de 14 de abril de 2015. Geise Cristiane Iglivovski. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 8911, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 15 de abril de 2015. Professor Anos Finais - Oficina de Projetos e Aprendizagem. SEMED.

Portaria nº 8912, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 15 de abril de 2015. Rosangela Aparecida Moreira. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8913, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor

Temporário, a pedido, a partir de 22 de abril de 2015. Susan Mabel Weber. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8914, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 18 de abril de 2015. Luciana Koppes. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8915, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 27 de abril de 2015. Fernanda da Silva. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8916, de 27 de abril de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de abril de 2015. Anisia Rudnick Ribeiro. Atendente Educativo.

Portaria nº 8917, de 27 de abril de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de abril de 2015. Maria Luiza Michels Oliveira. Fiscal da Fazenda.

Portaria nº 8918, de 27 de abril de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de abril de 2015. Antonio Cieslinsky. Auxiliar de Serviços.

Portaria nº 8919, de 27 de abril de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 09 de abril de 2015. Lucia Maria Rocha. Auxiliar de Operações.

Portaria nº 8920, de 27 de abril de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 20 de abril de 2015. Roseli Rosenscheck Schlogl. Professor Anos Finais.

Portaria nº 8921, de 27 de abril de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 22 de abril de 2015. Marise Lang Stanchack. Professor Anos Iniciais.

Portaria nº 8922, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 06 de abril de 2015. Nazir Antunes Fraga. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 8923, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 09 de abril de 2015. Eliane Preisler Pires. Professor Anos Finais - Educação Física. SEMED.

Portaria nº 8924, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 15 de abril de 2015. Jackson Baia Lopes. Médico Veterinário. SEMAN.

Portaria nº 8925, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 16 de abril de 2015. Quitéria Veridiana John. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8926, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 16 de abril de 2015. Josefa Keretch Balak. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8927, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 16 de abril de 2015. Célia do Rozário de Souza. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 8928, de 27 de abril de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 22 de abril de 2015. Adriana Aparecida Ribeiro Levandoski. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8929, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 22 de abril de 2015. Denise Novak. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8930, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de abril de 2015. SIRLENE MAROS PINHEIRO. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Tico e Teco. SEMED.

Portaria nº 8931, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de abril de 2015. DOROTEIA ANTON GUEDES. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 30 horas semanais. CEIM Silvio Ivens Grossl. SEMED.

Portaria nº 8932, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de abril de 2015. DOROTEIA ANTON GUEDES. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 10 horas semanais. PEM Cantinho do Céu. SEMED.

Portaria nº 8933, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de abril de 2015. GEOVANA MOREIRA. PROFESSOR ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA. 40 horas semanais. EBM Dalmir Pedro Cubas. SEMED.

Portaria nº 8934, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de abril de 2015. BRUNA VELOZO DO AMARAL. AUXILIAR DE BIBLIOTECA. 40 horas semanais. EBM Cel Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 8935, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de abril de 2015. TAIANY VITACZIK. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. PEM Ernesto Venera dos Santos. SEMED.

Portaria nº 8936, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de abril de 2015. ELAINE PINHEIRO GEISSLER. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 8937, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de abril de 2015. FRANCIELE RUCINSKI KOHLBECK. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Profº Carlos Doetsch. SEMED.

Portaria nº 8938, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de abril de 2015. DENISE APARECIDA LEITE. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 8939, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de abril de 2015. SIMONE MACHADO MUHLBAUER. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Neide de Fátima Lobermeyer. SEMED.

Portaria nº 8940, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de abril de 2015. SHEYLA SUCHOMEL ALVES. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Ping de Gente. SEMED.

Portaria nº 8941, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de abril de 2015. ANA PAULA MICZEWSKY. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 40 horas semanais. EBM Dr Hercílio Malinowsky. SEMED.

Portaria nº 8942, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de abril de 2015. DAIANE DERENIEVICZ. PROFESSOR ANOS FINAIS - CIÊNCIAS. 20 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 8943, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. ALESSANDRA PEVLITZKY DE AMORIM. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 30 horas semanais. CEIM Silvio Ivens Grossl. SEMED.

Portaria nº 8944, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. ALESSANDRA PEVLITZKY DE AMORIM. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 10 horas semanais. PEM Cantinho do Céu. SEMED.

Portaria nº 8945, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. MARILEIA NOGUEIRA DA SILVA CALGATOTTO. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Maria Waltrudes de Vasconcellos Kruger. SEMED.

Portaria nº 8946, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. ALINE KOCH BRINIAK. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Profª Lucia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 8947, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. EDINA STOPA. PROFESSOR ANOS INICIAIS. 20 horas semanais. EBM Annelize Beckhauser Mallon. SEMED.

Portaria nº 8948, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. EDINA STOPA. PROFESSOR ANOS INICIAIS. 20 horas semanais. EBM Prof. Alfredo Diener. SEMED.

Portaria nº 8949, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. LUCIANE PIEKARSKI. PROFESSOR ANOS FINAIS - OFICINA DE APRENDIZAGEM E PROJETOS. 40 horas semanais. EBM Annelize Beckhauser Mallon. SEMED.

Portaria nº 8950, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de abril de 2015. ANA CARLA DA ROSA DE OLIVEIRA. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 8951, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de abril de 2015. SUSAN MABEL WEBER. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Trenzinho Maluco. SEMED.

Portaria nº 8952, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de abril de 2015. JOICE SCHEMCZAK. AUXILIAR DE BIBLIOTECA. 40 horas semanais. EBM Cel Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 8953, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de abril de 2015. ROSIMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Pres. Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 8954, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de abril de 2015. ALESSANDRA DE OLIVEIRA. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 8955, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de abril de 2015. DOUGLAS ALEXANDRE KONEFAL. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Cel Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 8956, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. JESSICA NOSSOL. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos. SEMED.

Portaria nº 8957, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM

Estrela Guia. SEMED.

Portaria nº 8958, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. EDNA VANESSA KRZEZINSKI. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8959, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. DAIANA ROSA GOULART. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Dalmir Pedro Cubas. SEMED.

Portaria nº 8960, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. FRANCIELE KRAYEVSKI. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 8961, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. PATRICIA RIBEIRO. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Henrique Schwartz. SEMED.

Portaria nº 8962, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. MIRIAM STANGUE. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Pequenos Passos. SEMED.

Portaria nº 8963, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. MARIA ISABEL DA SILVA CHAPIESKY. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Pingo de Gente. SEMED.

Portaria nº 8964, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. GISLAINE APARECIDA SCHIKOISKI. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Emilio Engel. SEMED.

Portaria nº 8965, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. EDILIANE RIBEIRO DOS ANJOS. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Profª Newton Mendes. SEMED.

Portaria nº 8966, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. MARIA FREIBERGER. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 8967, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. MARIA ISABEL GODOY. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 8968, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. ADRIANA SIMETTE WANTOWSKI. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Prof Antonio Tremel. SEMED.

Portaria nº 8969, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. NAZIRA BORGES. PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS. 40 horas semanais. EBM Profª Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8970, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. JULIANE COSTA MUNIZ NUNES. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Pequenos Passos. SEMED.

Portaria nº 8971, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. CURLAN ROGER DA SILVA. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Maria

Waltrudes de Vasconcellos Kruger. SEMED.

Portaria nº 8972, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. ALANA ALVES DE LIMA. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Denise Cristiane Harms. SEMED.

Portaria nº 8973, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. ROSELI MARTENDAL. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Raio de Sol. SEMED.

Portaria nº 8974, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. ALYNI DOS SANTOS. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Baselisse Virmond. SEMED.

Portaria nº 8975, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. INES STORACZ MASSANEIRO. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Dr Hercílio Malinowsky. SEMED.

Portaria nº 8976, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. FERNANDA DA SILVA. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Profª Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 8977, de 27 de abril de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 27 de abril de 2015. DARIANE DE LIMA DA SILVA. INSTRUTOR DE INFORMÁTICA. 40 horas semanais. EBM Denise Cristiane Harms. SEMED.

Portaria nº 8978, de 27 de abril de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 22 de abril de 2015. Ricardo Gomes Martins. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 8979, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Alexandre Vinicius Weiss. Advogado. PROCUR.

Portaria nº 8980, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2012/2015. José Adolar Maia. Motorista. SECAD.

Portaria nº 8981, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. José Otair Oliveira. Operador de Máquina I. SEMAN.

Portaria nº 8982, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2012/2015. Edemar Hau de França. Vigia. SECAD.

Portaria nº 8983, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Valdemiro Jantsch. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 8984, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Marcelo de Lima. Assistente Administrativo. SEMAN.

Portaria nº 8985, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Agnaldo Aparecido Domingos. Professor Anos Finais. SECAD.

Portaria nº 8986, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. João Orlando do Nascimento. Atendente Educativo. SECAD.

Portaria nº 8987, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Edemilson Benedito de Assis.

Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 8988, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Paulo Nicolau Theisges. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 8989, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Sebastião Pykosz. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 8990, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Vilmar Pereira de Almeida. Operador de Máquina. SEMOB.

Portaria nº 8991, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Vilson Junckes. Vigia. SECAD.

Portaria nº 8992, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2012/2015. Sidnei Schneider. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 8993, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2012/2015. Sidnei Carlos Silverio. Motorista. SEMUS.

Portaria nº 8994, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Ademar Rocha. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 8995, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Andreia Milbratz. Oficial Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 8996, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2012/2015. Claudia Moreira de Souza. Técnico em Contabilidade. FMD.

Portaria nº 8997, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Ariel Ferreira. Auxiliar de Escritório. SECAD.

Portaria nº 8998, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Carlos Gustavo da Silva Iager. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 8999, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Francisco Tambosi. Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 9000, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Antonio Miranda. Vigia. SECAD.

Portaria nº 9001, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Leonete Milczewsky. Auxiliar Administrativo. SECON.

Portaria nº 9002, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Joelma Streit. Auxiliar de Operações. SEMAS.

Portaria nº 9003, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Elenice Ines Weber. Professor Anos Iniciais. SECAD.

Portaria nº 9004, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Keli Regina Cezario. Professor Anos Iniciais. SEMUS.

Portaria nº 9005, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Ilizabete Correa França. Assistente

Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9006, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Lolita Maria Fumann. Professor Anos Iniciais. SEMAS.

Portaria nº 9007, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Adão Jair Calixtro. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9008, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Nelson Antonio Correa. Vigia. SECAD.

Portaria nº 9009, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. José Renato Nancias. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9010, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Antonio Marcos Pereira. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 9011, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Antonio Carlos Contezini. Professor Anos Iniciais. SECAD.

Portaria nº 9012, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Juraci Teckler Correa. Auxiliar de Operações. SECAD.

Portaria nº 9013, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Luciane Mary Koch Scatalon. Terapeuta Ocupacional. SEMUS.

Portaria nº 9014, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Ivone de Borba Lenczuk. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 9015, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Zenaide Wagner Kurzawski. Oficial Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9016, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Cleunice Alves Cavani. Telefonista. SEMUS.

Portaria nº 9017, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Luis Carlos Anton. Fiscal em Vigilância de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9018, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Juarez Hreisemmou de Oliveira. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9019, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Osvaldo Flabio da Silva. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9020, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. João Leal de Souza. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9021, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Mario do Monte. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9022, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Adolar Pedro Baum. Motorista. SEMAN.

Portaria nº 9023, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Miriam Regina Schwetler Filipp. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9024, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Sirlei Aparecida Dambroz. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9025, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Tanja Viviane Preissler. Professor de Música II. SECAD.

Portaria nº 9026, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Orli Tadeu Ramos. Operador de Máquina I. SEMAN.

Portaria nº 9027, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Cecilia Krull Machado. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9028, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Paulo Geraldo dos Santos Lima. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 9029, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio em Pecúnia, triênio 2011/2014. Carla Cristina Nicochelli. Professor Anos Iniciais. SEFIN.

Portaria nº 9030, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Sueli Teresinha Bello Duarte. Oficial Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9031, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Margareth Bayerl Keiser. Economista. GAPRE.

Portaria nº 9032, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Juliana Maria Chapiewsky. Professor Anos Iniciais. SEFIN.

Portaria nº 9033, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Marcesi Silene Ziebarth Maahs. Professor de Música I. SECAD.

Portaria nº 9034, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Fabia Alessandra Mengarda Belarmino. Assistente Administrativo. SECON.

Portaria nº 9035, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Sueli Marilu Gruber. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9036, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Juliane Maria Schmidt. Assistente Administrativo. GAPRE.

Portaria nº 9037, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Angeline Friedrich Novaski. Telefonista. SECAD.

Portaria nº 9038, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Maria Aparecida Rosa dos Santos. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 9039, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Regina Celia Fary Witt. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9040, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio,

em pecúnia, triênio 2011/2014. Marta Madalena Seidel. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9041, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Sandra Aparecida Lubawsky Lutke. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 9042, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Maria Hercília de Souza Meira. Fiscal em Vigilância em Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9043, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Leni Rodrigues Skonieczny. Atendente Educativo. SEMAS.

Portaria nº 9044, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Luzia Gorete Cordeiro da Cruz. Auxiliar de Operações. SEMUS.

Portaria nº 9045, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Roberto de Matos. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 9046, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Leila Morgana Kulpa Minicovski Dobrochinski. Professor de Música I. SECAD.

Portaria nº 9047, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Divanir Alves de Souza. Auxiliar de Operações. SEMAS.

Portaria nº 9048, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Marisa do Amaral. Assistente Administrativo. SEMAS.

Portaria nº 9049, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Rosane Baumgartner Kaminski. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9050, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Andrea Mara Machado Pedro. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 9051, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Simone Schroeder. Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9052, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Celina Cieslinsky Cordeiro. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 9053, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2012/2015. José Kaluzny Sobrinho. Fiscal da Fazenda. SECAD.

Portaria nº 9054, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Vera Lucia Fedalto. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9055, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Suely Derevetzkei. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9056, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Adriana Bombassaro Zanella. Nutricionista. SECAD.

Portaria nº 9057, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. José Ervino Zimmer. Administrador. SECAD.

Portaria nº 9058, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Marco Antonio Bork Roesler. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9059, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Everaldo Zoellner. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 9060, de 28 de abril de 2015. Revoga Portaria nº 5505/2011 que cedeu a servidora Lucia Maria Rocha, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, para prestar serviços ao 23º Batalhão de Polícia Militar.

Portaria nº 9061, de 28 de abril de 2015. Opera Remoção da servidora Adriana Rita dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, da Secretaria Municipal de Educação para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 9063, de 28 de abril de 2015. Revoga Portaria nº 8748/2015 que nomeou servidora pública Tatiane Denck Ribeiro da Maia, no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, por desistência espontânea em 27 de abril de 2015.

Portaria nº 9064, de 28 de abril de 2015. Revoga Portaria nº 8878/2015 que nomeou servidora pública Susan Katy Baron, no cargo de Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 28 de abril de 2015.

Portaria nº 9065, de 28 de abril de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 03/04/2015 a 07/07/2015. Dayane Mendes. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 9066, de 28 de abril de 2015. Prorroga Auxílio Doença INSS, período de 26/03/2015 a 25/05/2015. Danielle Anton. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9067, de 28 de abril de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 13/03/2015 a 26/04/2015. Edineia Muller. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9068, de 28 de abril de 2015. Prorroga Auxílio Doença INSS, período de 06/04/2015 a 19/04/2015. Marta Regina Schut-zler Hiller. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9069, de 28 de abril de 2015. Concede Férias, período de 08/04/2015 a 07/05/2015. Keila Cristina Grein Rosa. Chefe de Divisão de Processos. SEPLU.

Portaria nº 9070, de 28 de abril de 2015. Concede Férias, período de 22/04/2015 a 21/05/2015. Samara de Siqueira Maros. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 9071, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 19/03/2015 a 16/07/2015. Chiara Mariele Gurgacz Destro. Arquiteto e Urbanista. SEPLU.

Portaria nº 9072, de 28 de abril de 2015. Prorroga Licença Maternidade, período de 17/07/2015 a 14/09/2015. Chiara Mariele Gurgacz Destro. Arquiteto e Urbanista. SEPLU.

Portaria nº 9073, de 28 de abril de 2015. Revoga Portaria nº 8654/2015 que concedeu auxílio doença INSS à empregada pública Scheila Aparecida Vicente de Lima, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, em decorrência de concessão de licença maternidade.

Portaria nº 9074, de 28 de abril de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 04/04/2015 a 01/08/2015. Scheila Aparecida Vicente de Lima. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

São Bento do Sul, 04 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 8889/2015

PORTARIA Nº 8889, DE 27 DE ABRIL DE 2015
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 22 de abril de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARISE LANG STANCHACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe F, matrícula nº 12740, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1266/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8890/2015

PORTARIA Nº 8890, DE 27 DE ABRIL DE 2015
Concede Licença de Parte da Jornada de Trabalho

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSELI DE SOUZA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, licença de parte da jornada de trabalho - 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 04 de maio de 2015, consoante Processo Administrativo nº 8193/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8891/2015

PORTARIA Nº 8891, DE 27 DE ABRIL DE 2015
Corrige Portaria nº 6792/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR a Portaria nº 6792/2014, que promoveu por avaliação de desempenho a servidora KARIN MARLI ZSCHOERPER, no tocante ao nível, passando de "passando do nível I para o nível I" para "passando do nível I para o nível II".

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8892/2015

PORTARIA Nº 8892, DE 27 DE ABRIL DE 2015
Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 01 de agosto de 2013, a servidora MARLENE VAZ LUFT, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto à 25ª Gerencia Regional de Educação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8893/2015

PORTARIA Nº 8893, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 13 de agosto de 2014, a servidora MATILDE SUELI VIDAL DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto à Fundação Cidadania.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8894/2015

PORTARIA Nº 8894, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 02 de setembro de 2014, a servidora REJANE PATRICIA DRECHSLER REESE, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto ao Hospital e Maternidade Sagrada Família - Programa Criança Adoecida.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8895/2015

PORTARIA Nº 8895, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 14 de agosto de 2014, a servidora LUCIANE RAQUEL RANK, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto ao Instituto Geral de Perícias de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8896/2015

PORTARIA Nº 8896, DE 27 DE ABRIL DE 2015

Nomeia Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 27 de abril de 2015, LUIZ FERNANDO ROESLER, no cargo de Diretor do Departamento Histórico Cultural, na Fundação Cultural de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9062/2015

PORTARIA Nº 9062, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Cede Servidor Público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Ceder, para prestar serviços junto ao 23º Batalhão de Polícia Militar de São Bento do Sul, a partir de 28 de abril de 2015, a servidora ADRIANA RITA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9075/2015

PORTARIA Nº 9075, DE 29 DE ABRIL DE 2015

Corrige Portaria nº 4806/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CORRIGIR, a partir de 18 de março de 2014, a Portaria nº 4806/2014, que nomeou Coordenador de Serviços de Zeladoria

da Estrada dos Bugres JOSÉ LENOIR KERSCHER, no tocante ao cargo, passando de "Coordenador de Serviços de Zeladoria da Estrada dos Bugres" para "Coordenador de Serviços de Limpeza e Manutenção da Estrada dos Bugres".

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9076/2015

PORTARIA Nº 9076, DE 29 DE ABRIL DE 2015
Consolida Portaria nº 2565/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2565, de 17 de junho de 2013, que concedeu pensão por morte à WANEISSA KAMINSKI PIRES, na condição de filha maior inválida, da ex-servidora inativa LIZMARI KAMINSKI PIRES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00522132, através da Decisão COE/GSS - 019/2015, de 24 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria nº 8865, de 22 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9077/2015

PORTARIA Nº 9077, DE 29 DE ABRIL DE 2015
Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, AURIENE ROEPKE, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Finanças, para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo, no período de 29 de abril de 2015 a 10 de maio de 2015, período este de férias do titular da pasta.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 106/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 106/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 28/04/2015 a 26/06/2015, a servidora JOELMA TERE-SINHA MARTINS DILL ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/04/2015 a 27/04/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/04/2015.

São Bento do Sul, 23/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 107/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 107/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/04/2015 a 30/04/2015, ao servidor CIRO ALVES FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/04/2015 a 16/04/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/04/2015.

São Bento do Sul, 23/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 108/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 108/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/04/2015 a 15/05/2015, concedido a servidora DANIELE NOGUEIRA GONÇALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 033/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/04/2015.

São Bento do Sul, 30/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 109/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 109/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/04/2015 a 12/06/2015, concedido a servidora CAROLINA DOS SANTOS E SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 078/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/04/2015.

São Bento do Sul, 23/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 110/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 110/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/04/2015 a 15/05/2015, concedido a servidora DAIANA SPEZIA ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 091/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/04/2015.

São Bento do Sul, 24/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 111/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 111/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 14/04/2015 a 15/04/2015 e 22/04/2015 a 03/06/2015, a servidora ELIANE BENDLIN ROSSA CASTANHA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/03/2015 a 13/04/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/04/2015.

São Bento do Sul, 24/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 112/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 112/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 28/04/2015 a 12/05/2015, à servidora ANA REGINA PSCHIEDT VOIGT ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 13/04/2015 a 27/04/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/04/2015.

São Bento do Sul, 24/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 113/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 113/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 05/05/2015 a 18/06/2015, a servidora IVONETE MARIA DE MORAES DENKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/04/2015 a 04/05/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/05/2015.

São Bento do Sul, 24/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 114/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 114/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 20/04/2015 a 17/08/2015, concedido a servidora FRANCINE IZABELA MARES ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 058/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/04/2015.

São Bento do Sul, 24/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 115/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 115/2015

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, para realizar perícias médicas neste Instituto, devido a médica perita efetiva ausentar-se por gozo de licença prêmio,

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de realizar perícias médicas em seus segurados, atividade esta ininterrupta deste Instituto;

Considerando a obrigatoriedade da emissão de laudo médico pericial para a concessão de benefícios previdenciários a seus segurados;

Considerando que este Instituto possui em seus quadros de servidores estáveis apenas um médico perito;

Considerando que este médico perito estará em gozo de licença prêmio no período de 01/05/2015 a 30/05/2015;

Considerando o disposto nos artigos 28, 43, 48 e 95 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. JORGE RICARDO FLORES PAQUEIRA, médico perito, CRM/SC 11.899, CPF. 027.276.629-12, para atuar como perito ad hoc deste Instituto Previdenciário, para proceder perícias médicas durante o período de 01 a 30 de maio de 2015.

Art. 2º. As perícias serão realizadas na sede deste Instituto, sito à Rua Alfredo Klimmek, nº 439, Centro - São Bento do Sul/SC.

São Bento do Sul, 30 de abril de 2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 116/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 116/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/04/2015 a 04/05/2015, concedido a servidora ADRIANA PIEKARSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 089/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/04/2015.

São Bento do Sul, 30/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 117/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 117/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/05/2015 a 30/06/2015, concedido ao servidor CIRO ALVES FILHO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 107/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

São Bento do Sul, 30/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 118/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 118/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/04/2015 a 29/05/2015, concedido a servidora MARÍLIA SANOCKI BECKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 029/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/04/2015.

São Bento do Sul, 30/04/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO 010 LUNEDO GASOLINA 2015

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 010 DE 20/02/2015- Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n. 003/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 002/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: LUNEDO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

CNPJ n. 03.224.395/0001-02

DATA VENCIMENTO DA ATA: 04/02/2016

ADITIVO 027 RODRIGO MARÓSTICA VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 027 DE 26/03/2015- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 009 de 12/02/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 007/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 003/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto e da Cláusula Terceira - Do valor.

Valor do aditivo: R\$ 0,11

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: RODRIGO MARÓSTICA ME

CNPJ n. 20.292.040/0001-61

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO 028 MOVEIS BELO VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 028 DE 26/03/2015- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 008 de 12/02/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 007/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 003/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto e da Cláusula Terceira - Do valor.

Valor do aditivo: R\$ 1,51

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: MÓVEIS BELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ n. 75.243.220/0001-45

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO 029 PARALELAS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 029 DE 26/03/2015- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 018 de 16/03/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 020/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 008/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira - Do Objeto e da Cláusula Terceira - Do valor.

Valor do aditivo: R\$ 0,01

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: PARALELAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ n. 07.555.459/0001-09

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO 034 NELSON SPANHOL

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 034 de 08/04/2015 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO)

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 141/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO 068/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Da Vigência do contrato PREFE n. 083, de 10/12/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADOS: NELSON SPANHOL - CPF n. 665.353.289-53 - ANGELO SPANHOL - CPF n. 480.043.599-49

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 10/08/2015

ADITIVO 035 EXCLUSIVA SEGURANÇA

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 035 DE 09/04/2015- 1º Termo Aditivo ao Contrato n. 024 de 24/03/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/04/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 025/2015, Pregão Presencial n. 010/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

VALOR DO ADITIVO: 2.000,00

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Exclusiva Soluções em Segurança Ltda. ME

CPF/CNPJ: 11.842.550/0001-74

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO 036 MULTISOM

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 036 DE 09/04/2015- 1º Termo Aditivo ao Contrato n. 025 de 24/03/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/04/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 025/2015, Pregão Presencial n. 010/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na

alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
VALOR DO ADITIVO: 1.325,00
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: COMERCIAL MULTISOM LTDA ME
CNPJ n. 00.842.605/0001-20
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO FMS 001 LAB. POZZER E PREZOTTO

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO
MÊS/ANO: MARÇO/2015
NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 001 DE 23/03/2015 (QUARTO TERMO ADITIVO)
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/03/2015
LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA FMS N. 001/2012
DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Décima Terceira do Contrato FMS n. 005 de 01/03/2012
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: POZZER E PREZOTTO LTDA
CNPJ: 14.437.447/0001-37
DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO: 30/12/2015

ADITIVO FMS 002 LABORATÓRIO B & B

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO
MÊS/ANO: MARÇO/2015
NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 002 DE 23/03/2015 (QUARTO TERMO ADITIVO)
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/03/2015
LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA FMS N. 001/2012
DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Décima Terceira do Contrato FMS n. 004 de 01/03/2012
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: B & B LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME
CNPJ: 72.237.068/0001-08
DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO: 30/12/2015

CONT. FMS N. 002 LOCAÇÃO CPL DE SISTEMA VIGILANCIA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
MÊS/ANO: 02/2015
NÚMERO CONTRATO: FMS n. 002, de 27/02/2015
VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 6.138,00
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/02/2015
DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOFTWARE TRIBUTAÇÃO - VIGILANCIA SANITÁRIA MENSAL
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADO: CPL Assessoria e Desenvolvimento Ltda.
CPF/CNPJ: 00.462.389/0001-97
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. FMS N. 002 LOCAÇÃO CPL DE SISTEMA VIGILANCIA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
MÊS/ANO: 02/2015
NÚMERO CONTRATO: FMS n. 002, de 27/02/2015
VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 6.138,00
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/02/2015
DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOFTWARE TRIBUTAÇÃO - VIGILANCIA SANITÁRIA MENSAL
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADO: CPL Assessoria e Desenvolvimento Ltda.
CPF/CNPJ: 00.462.389/0001-97
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 019 NYLAND E PITON

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
MÊS/ANO: MARÇO/2015
NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 019 DE 20/03/2015
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 73.000,00
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2015
DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE EVENTOS E CONVENÇÕES MUNICIPAL
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: NYLAND E PITON CLIMATIZADORES LTDA. ME.
CNPJ n. 19.115.775/0001-30
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 020 ANDERSON SCHEFFER

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
MÊS/ANO: MARÇO/2015
NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 020 DE 20/03/2015
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 23.500,00
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2015
DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE EVENTOS E CONVENÇÕES MUNICIPAL
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: ANDERSON SCHEFFER ME.
CNPJ n. 19.779.937/0001-35
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 021 PARALELAS

DADOS E TEXTO DE CONTRATO
MÊS/ANO: MARÇO/2015
NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 021 DE 20/03/2015
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 13.530,00
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2015
DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE EVENTOS E CONVENÇÕES MUNICIPAL
RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: PARALELAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ n. 07.555.459/0001-09
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 029 RÁDIO CLUBE

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 029 DE 24/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VEICULAÇÃO DE VINHETAS RADIOFÔNICAS DESTINADAS À DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA.

CPF/CNPJ: 83.677.500/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 030 VIVER - ELEIÇÕES CONSELHO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 030/2015 de 30/03/2015.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 5.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 30/03/2015

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Viver - Desenvolvimento Profissional Ltda. ME

CPF/CNPJ: 02.677.640/0001-66

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015.

CONT. PREFE N. 031 ADRIANA ANTUNES DANÇA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 031 DE 31/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.920,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR (A)/PROFESSOR (A) DE DANÇA, PARA AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), COM CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS SEMANAIS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. OAB/SC 33076

CONTRATADA: Adriana Antunes MEI

CNPJ n. 21.824.584/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 037 TERRAMAX READEQUAÇÃO PRAÇA LOTE 2

DADOS E TEXTO DE CONTRATO:

MÊS/ANO: ABRIL/2015

CONTRATO: PREFE. N. 037 DE 23/04/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 118.831,31

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/04/2015

LICITAÇÃO: PROCESSO PREFE N. 035/2015 - TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 004/2015

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO E READEQUAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, objeto do Contrato de Repasse n. 1013934-13/2013/MTUR/CAIXA (Lote II).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ/MF: 04.406.660/0001-28

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço.

DECLARAÇÃO 2008**DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2008.

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:

Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Viane Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:

Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:

Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:

Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:

Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:

Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

DECLARAÇÃO 2009**DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2009.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Vianeí Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:
Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:
Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:
Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:
Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:
Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

DECLARAÇÃO 2010**DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2010.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Vianeí Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:
Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:
Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:
Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:
Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:
Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

DECLARAÇÃO 2011**DECLARAÇÃO**

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2011

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Vianeí Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:
Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:
Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:

Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:
Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:
Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

DECLARAÇÃO 2012

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2012.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Vianeí Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:
Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:
Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:
Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:
Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:
Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

DECLARAÇÃO 2013

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2013.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Vianeí Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica - CASAN e CELESC:
Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:
Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:
Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:
Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:
Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

DECLARAÇÃO 2014

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de São Domingos Estado de Santa Catarina, declaramos para os devidos fins que aprovamos o Relatório de Gestão referente ao ano de 2014.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Maria Fiorese (Presidente) _____

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz _____

Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos:
Ari Pertile _____

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Vianeí Ferrarini Meoti _____

Companhias Catarinense Distribuidoras de Água e Energia Elétrica
- CASAN e CELESC:

Elton Amauri dos Santos (CASAN) _____

Associação de Moradores do Loteamento Vida Nova:

Nicanor Rodrigues de Souza _____

Celoni Bandeira Rodrigues _____

Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:

Sebastiana Eronita Galvão _____

Movimentos Sindicais do Município:

Hercílio de Freitas (Sindicato dos Empregados Rurais) _____

Grupos de Mulheres Organizadas:

Dulce Fonseca _____

São Domingos - SC, 28 de Abril de 2015.

TERMO DE PERMISSÃO N. 001 PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO 52 ANOS

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERMO DE PERMISSÃO N. 001 DE 31/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 10.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PERMISSÃO, À TÍTULO ONEROSO, DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL (PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS) DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL (PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS) DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: S C PROJETOS E PROMOÇÕES LTDA ME

CPF/CNPJ: 10.607.178/0001-59

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2015.

São João do Oeste

PREFEITURA

AVISO PP12.15 FMAS

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

OBJETO: " Contratação de empresa para ministrar palestras com o tema "Pais Analógicos e filhos digitais" para os alunos da Rede Municipal, Estadual, pais de alunos e comunidade em geral do Município de São João do Oeste, as despesas serão suportadas pelo FIA".

São João do Oeste - 30 de abril de 2015.

Sérgio Luis Theisen

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

EDITAL N.º 003/2015 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

EDITAL N.º 003/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUATRIÊNIO 2016/2019, VISANDO AO PROVIMENTO DE 05 CARGOS EFETIVOS E SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São João do Sul-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Considerando o recebimento do Ofício Recomendação n.º 0167/2015/PJ/SRS, de 29 de abril de 2015, oriundo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, no sentido de modificar a previsão de que o eleitor poderá votar em 1 (um) único candidato para a previsão de que o eleitor votará no máximo, em 5 (cinco) candidatos;

Considerando as orientações a respeito do assunto, contido no Guia de Orientações para o Processo de Escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e;

Considerando a necessidade de promover a correção em alguns itens do Edital de Abertura do processo de escolha unificado para membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, torna públicas as seguintes retificações no Edital n.º 001/2015:

1. FICA RETIFICADO O ITEM 6.1., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

6.1. A candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas e, cada eleitor apto a participar do processo votará, no máximo, em 05 (cinco) candidatos.

2. FICA RETIFICADO O ITEM 8.8., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

8.8. O eleitor votará uma única vez em no máximo 05 (cinco) candidatos, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3. 2. FICA RETIFICADO O ITEM 10.3., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

10.3. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

4. PERMANECEREM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL N.º 001/2015, DO CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 30 de abril de 2015.

Edilene dos Santos

Presidente do CMDCA/SJS

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 180/2015

PORTARIANº 180/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - CLAUDIA REGINA FLORES, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, na área de Educação Infantil, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 136/2015, de 24/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 181/2015

PORTARIANº 181/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 17/04/2015 à 16/05/2015. - JOÃO CARLOS DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 17/04/2015 à 16/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 182/2015

PORTARIANº 182/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 14/04/2015. - CRISTIANE ANSELMO DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 14/04/2015. - MARTA GODOI DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 15/04/2015. - ALESSANDRA GOULART

ROSA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 02 (dois) dias, a contar do dia 15/04/2015. - MARIA BEATRIZ DA SILVA AMARAL MACIEL, ocupante da Função de Agente de Saúde, a contar do dia 15/04/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 16/04/2015. - SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 17/04/2015. - GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora, por 06 (seis) dias, a contar do dia 20/04/2015. - BENTA DE FATIMA FURTADO, ocupante do Cargo de Técnica Administrativa, no período vespertino do dia 20/04/2015. - BRUNA DAMASCENO DA SILVA, ocupante da Função de Odontóloga - PSF, por 01 (um) dia, no dia 20/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIANº 183/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - FRANCIÉLI MACHADO DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 162/2015, de 08/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 184/2015

PORTARIANº 184/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas EXONERAÇÕES a pedidos aos funcionários: - PATRICIA HESEIN DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, no Postinho do CAIC, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 196/2014, de 14/05/2014. A referida exoneração é a contar do dia 27/04/2015. - ROSA MARIA DAVOGLIO, ocupante da Função de Agente de Saúde, Bairro Jardim Bandeira, na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 468/2013, de 13/12/2013. A referida exoneração é a contar do dia 27/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 185/2015

PORTARIANº 185/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária BRIGIDA DE LIMA AMARAL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 27/04/2015 à 26/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 186/2015

PORTARIANº 186/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - JURACI DE Fª. DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, no dia 10/04/2015. - ADAIR LUCIANO DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Desenvolvimento Econômico, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 13/04/2015. - MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 13/04/2015. - MARIA TERESA MENDES, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 15/04/2015. - STELA CANDIDO CHIODELLI, ocupante da Função de Enfermeira, por 07 (sete) dias, a contar do dia 22/04/2015. - SAMY BETT, ocupante da Função de Odontóloga, por 01 (um) dia, no dia 22/04/2015. - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 22/04/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 22/04/2015. - MARIA APARECIDA BORGES NUNES LUCIANO, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a contar do dia 23/04/2015. - MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 23/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 187/2015

PORTARIANº 187/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 23/04/2015. - RICARTE COSTA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 23/04/2015. - ALESSANDRA GOULART ROSA, ocupante do Cargo de Assistente Técnica Pedagógica, a contar do dia 23/04/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 24/04/2015. - MIRNA PEREIRA MATOS, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 24/04/2015. - RISOLETE DE FÁTIMA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 24/04/2015. - MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 27/04/2015. - TERESINHA APARECIDA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 27/04/2015. - MARISA ANTUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 27/04/2015. - JANIRA SEBASTIANA VELHO LOPES, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 27/04/2015. - ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/04/2015. - LENITA APARECIDA SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 188/2015

PORTARIANº 188/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora CRISTINI MARTINS FERREIRA, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 399/2013, de 01/11/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 189/2015

PORTARIANº 189/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

CAMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015 - CMSJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015 - CMSJ
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 06/2015 para a Celebração de Contrato com a Empresa ALÍNEA CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA - CNPJ/MF: 17.306.003/0001-50 sito na Rua Osvaldo Aranha, nº 50, sala 02, Centro, Criciúma - SC, no valor de R\$ 7.650,00 (sete mil e seiscentos e cinquenta reais) para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria orçamentária, contábil, financeira e patrimonial aplicada ao setor público, a serem pagos mensalmente, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e com apresentação de nota fiscal, com vigência de 10 (dez) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

São Joaquim, 20 de março de 2015.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015 - Processo nº 163/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO DO CEM JOSÉ NITRO, EM SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 19 de maio de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 19 de maio de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015 - PR 131/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015 - PR 131/2014 - Processo 343/2014 - Fornecedores: I - AÇORES DISTRIBUIDORA LTDA; II - ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA; III - LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME; IV - BMI PROSPER EIRELI - ME e V - LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de itens de socorro e assistência, constituídos de produtos de higiene, limpeza, alimentação, acomodação e básico de proteção contra intempéries, destinada as ações de resposta quando decretados situações de emergência/estado de calamidade realizado pela defesa civil em atendimento a ocorrências no Município de São José/SC. Valor Por Fornecedor: I - R\$ 1.306.000,00 (um milhão, trezentos e seis mil reais); II - R\$14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais); III - R\$ 41.610,00 (quarenta e um mil e seiscentos e dez reais); IV - R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais) e V - R\$ 39.990,00 (trinta e nove mil e novecentos e noventa reais). Valor Total: R\$1.871.640,00 (um milhão, oitocentos e setenta e um mil, seiscentos e quarenta reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015 - PR 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015 - PR 105/2014 - Processo 274/2014 - Fornecedores: I - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; II - QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - EPP; III - CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME e IV - OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para

eventual aquisição de equipamentos e materiais médicos, odontológicos e de fisioterapia, para serem utilizados nas unidades de saúde de Potecas, Bela Vista e Policlínica de Barreiros do Município de São José/SC. Valor Por Fornecedor: I - R\$ 9.280,00 (nove mil e duzentos e oitenta reais); II - R\$ 113.966,00 (cento e treze mil e novecentos e sessenta e seis reais); III - R\$ 61.793,00 (sessenta e um mil e setecentos e noventa e três reais) e IV - R\$ 30.796,00 (trinta mil e setecentos e noventa e seis reais). Valor Total: R\$ 215.835,00 (duzentos e quinze mil e oitocentos e trinta e cinco reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 25 de fevereiro de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015 - PR 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015 - PR 108/2014 - Processo 278/2014 - Fornecedor: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionados, lavadoras e secadoras de roupas e bebedouros, pertencentes as unidades escolares de ensino fundamental, centros de educação infantil, escolas profissionais e Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor Total: R\$ 128.500,00 - cento e vinte e oito mil e quinhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 02 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015 - PR 065/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015 - PR 065/2014 - Processo 210/2014 - Fornecedores: I - CASA DOS TROFÉUS LTDA - EPP; II - TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME e III - ADBX - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais esportivos, troféus e medalhas para serem utilizados nos eventos esportivos e recreativos da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC. Valor Por Fornecedor: I - R\$ 134.100,00 - cento e trinta e quatro mil e cem reais; II - R\$ 320.000,00 - trezentos e vinte mil reais; e III - R\$ 174.000,00 - cento e setenta e quatro mil reais. Valor Total: R\$ 628.100,00 - seiscentos e vinte e oito mil e cem reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 03 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015 - PR 140/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015 - PR 140/2014

- Processo 356/2014 - Fornecedores: I - LUIZ FERNANDO SEBOLD; II - ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA - ME; e III - HP & E COMERCIAL LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais e utensílios de limpeza e conservação, destinados a 1ª CIA de Bombeiros Militar de São José/SC. Valor Por Fornecedor: I - R\$ 4.253,80 (quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos); II - R\$ 3.027,80 (três mil, vinte e sete reais e oitenta centavos); e III - R\$ 1.177,40 (um mil, cento e setenta e sete reais e quarenta centavos). Valor Total: R\$ 8.459,00 (oito mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 06 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015 – PR 167/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015 - PR 167/2014 - Processo 404/2014 - Fornecedor: MB CONFEITARIA LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de lanches destinados aos eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$ 87.000,00 - oitenta e sete mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2015 – PR 150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2015 - PR 150/2014 - Processo 372/2014 - Fornecedores: I - MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME; II - DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA LTDA - EPP; e III - SUPERPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresas especializadas para eventual execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para os veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Percentual de desconto: Lote I e II - 35% (trinta e cinco por cento); Lote III - 38,50% (trinta e oito vírgula cinquenta por cento); Lote IV - 39% (trinta e nove por cento); e Lote V - 43% (quarenta e três por cento). Valor Por Fornecedor (mão de obra/peças): I - Lote I - R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)/ R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) e Lote II - R\$20.000,00 (vinte mil reais)/ R\$30.000,00 (trinta mil reais); II - Lote III - R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais)/ R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais) e III - Lote IV - R\$15.000,00 (quinze mil reais)/ R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e Lote V - R\$20.000,00 (vinte mil reais)/ R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Valor Total: R\$ 550.000,00 - quinhentos e cinquenta mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 30 de março de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015 – PR 170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015 - PR 170/2014 - Processo 407/2014 - Fornecedor: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de roçada, destinados as unidades escolares da rede de Ensino Municipal da Secretaria de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$211.580,04 - duzentos e onze mil, quinhentos e oitenta reais e quatro centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 08 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015 – PR 178/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015 - PR 178/2014 - Processo 429/2014 - Fornecedor: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção destinados à manutenção predial, preventiva e corretiva, das unidades escolares da rede Municipal de Ensino de São José/SC. Valor Total: R\$ 561.600,00 - quinhentos e sessenta e um mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 08 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CONTRATO/CT: Nº 061/2015 – PR 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 061/2015 - PR 019/2015 - Processo 042/2015 - Contratado: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de concertos de penus, balancemanto e geometria com o fornecimento de peças para os veículos leves, pesados e equipamentos rodoviários pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 260.863,40 - duzentos e sessenta mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos. Data da Assinatura do Contrato: 14 de abril de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 067/2015 – TP 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 067/2015 - TP 001/2015 - Processo 018/2015 - Contratado: VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação, com bloco intertravado, no pátio da prefeitura municipal de São José, com fornecimento do material necessário a realização dos serviços. Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 60

(sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Autorização de Execução de Serviços e o prazo de vigência contratual é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 364.256,90 - trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos. Data da Assinatura do Contrato: 22 de abril de 2015.

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 015/2015/FMCT

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 015/2015/FMCT. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José - FMCT e o Conselho de Pastores de São José: apoio financeiro para organização e realização de passeata na Avenida Beira Mar de São José, no dia 28/03/2015, com saída às 13h do mesmo local. O evento irá percorrer a Avenida Beira Mar de São José seguindo para a Avenida Presidente Kennedy em São José, SC. O Conselho de Pastores de São José irá proceder com: Montagem de palco; Som; Atrações diversas; Um vídeo institucional; Mídia impressa do evento; Documentário; Trios elétricos; Camisetas; e Hotel. Dotação Orçamentária: 1339201132062.000.335042.00.00.00. VALOR: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais). VIGÊNCIA: Data da assinatura até 29/04/2015. LOCAL E DATA: São José (SC), 16 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Carlos Eduardo de Souza Martins pelo Município de São José, e Thiago de Andrade pela "Marcha Para Jesus".

DECRETO Nº 4304/2015

DECRETO Nº 4304/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado DUANE CARLOS CENCI para exercer o cargo de Chefe da Biblioteca Pública Municipal - CCM 3, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4315/2015

DECRETO Nº 4315/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada EDNA PEREIRA RODRIGUES para o cargo em comissão de Assessor VI Administrativo - CCM 06, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar N.º 059/2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4374/2015

DECRETO Nº 4374/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ALEXANDRA ROZAR para exercer o cargo de Assessor I Administrativo - CCM 01, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4375/2015

DECRETO Nº 4375/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada EUCLÉSIA SANTANA DA SILVA para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4382/2015

DECRETO Nº 4382/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor JOÃO BATISTA ANTÔNIO DE MELO, matrícula nº 21.392-6, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 065/2015 - PROCESSO Nº 196/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 065/2015 - PROCESSO Nº 196/2015: OBJETO: Contratação de empresa especializada para eventual fabricação, instalação e remoção de abrigos de passageiros, para atender os usuários do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/05/2015 às 13h10min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/05/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015 - Processo nº 032/2015. Fornecedor: MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de locação de containers sanitários destinados aos eventos realizados pela Fundação de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. Valor Total: R\$189.800,00 - cento e oitenta e nove mil e oitocentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014 - Processo nº 368/2014. Fornecedor: ESCRIMATE COM. DE MAT. DE ESC. E INF. LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de suprimentos de informática para atender as unidades de ensino Fundamental e a Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor Total: R\$ 29.461,96 - vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 2.215, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.215, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênios, concedendo auxílio financeiro a entidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e a conceder auxílio financeiro a entidades, para o exercício de 2015, nos seguintes valores:

I - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em benefício da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.376/0001-77, para manutenção das atividades;

II - R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), em favor da Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 86.223.864/0001-98, para manutenção das atividades;

III - R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a ONG Entre Amigos e Crianças, inscrita no CNPJ sob o nº 09.561.164/0001-62, para manutenção das atividades;

IV - R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), em favor de cada uma das seguintes Associações:

a) Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 03.151.088/0001-30;

b) Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Frederico Wastner, inscrita no CNPJ sob o nº 03.883.258/0001-71;

c) Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob o nº 04.142.272/0001-87;

d) Associação de Máquinas do Setor 2 de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob o nº 11.382.344/0001-29;

e) Associação de Máquinas das Comunidades de São João, São Caetano, Santa Clara, parte do Taquari e parte de São Miguel, inscrita no CNPJ sob o nº 14.749.056/0001-58; e

f) Associação de Agricultores de São Roque, Planalto e Santana da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº 04.997.606/0001-02.

Parágrafo único. O repasse de auxílio financeiro, de que trata o inciso IV e alíneas, do caput deste artigo, tem por finalidade a aquisição de óleo diesel.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.215, de 30 de abril de 2015)

DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.170, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

São Lourenço do Oeste, SC, 30 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal destinado ao tratamento de recuperação de pacientes atendidos pelo Programa de Urgência e Emergência e na Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer UPA 24 hs da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 18 de maio de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 30 de abril de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de levantamentos topográficos de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de maio de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 30 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 109/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 109/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 75/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 36/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL ROPAGI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.204.970/0001-09, estabelecida na Rua General Osório nº.1820, subsolo, Bairro Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.041-002.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material esportivo para os eventos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Bola de Futebol de Campo Brasil 70 Pró, costurada com 32 gomos, categoria adulta confeccionada com microfibra. Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Peso: 410 a 450 g. Circunferência: 68 a 70 cm.	20	Unid.	87,90	1.758,00
TOTAL R\$					1.758,00

Valor do contrato: R\$ 1.758,00 (um mil setecentos e cinquenta e oito reais)

Data da Assinatura: 30/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 110/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 110/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 75/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 36/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 79.912.788/0001-62, estabelecida na Rua Escoteiros, nº 30, Chico de Paula, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-730.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material esportivo para os eventos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bola de Futsal, Max 1000, categoria adulto, Termotec, confeccionada com o material PU Ultra 100%, com 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip Sytem removível e lubrificado. Matéria-prima NeoGel. Peso: 410 a 440 g. Circunferência: 61 a 64 cm. Em acordo com Resolução nº. 03/2009 da Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte e bola usada nas competições da Federação Catarinense de Futsal – FCFS, conforme Art. 58º do regulamento geral e técnico/ 2014. Selo de Aprovação da Fifa.	40	Unid.	111,90	4.476,00
TOTAL R\$					4.476,00

Valor do contrato: R\$ 4.476,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais)

Data da Assinatura: 30/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 111/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 111/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 72/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 35/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JARAGUÁ PNEUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.966.074/0002-07, estabelecida na Rua Helena Koplin nº.33, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE 01					
01	Filtro lubrificante: celta, corsa e prisma	60	Unid.	10,38	622,80
02	Filtro combustível: celta, corsa e prisma	60	Unid.	11,04	662,40
03	Filtro de ar: celta e prisma	30	Unid.	8,80	264,00
04	Filtro combustível: kombi	10	Unid.	12,94	129,40
05	Filtro lubrificante: kombi	10	Unid.	12,98	129,80
06	Filtro de ar: kombi	6	Unid.	30,72	184,32
07	Filtro combustível: fia vivace	15	Unid.	11,04	165,60
08	Filtro de ar: fiat vivace	12	Unid.	11,15	133,80
09	Filtro lubrificante: fiat uno e vivace	12	Unid.	12,80	153,60
10	Filtro combustível: doblô	10	Unid.	11,04	110,40
11	Filtro de ar: doblô	10	Unid.	37,74	377,40
12	Filtro lubrificante: doblô	10	Unid.	12,80	128,00
13	Filtro lubrificante: boxer	10	Unid.	53,84	538,40
14	Filtro de ar: boxer	10	Unid.	49,26	492,60
15	Filtro combustível: boxer	10	Unid.	55,10	551,00

16	Filtro lubrificante: courier	6	Unid.	12,32	73,92
17	Filtro combustível: courier	6	Unid.	16,80	100,80
18	Filtro de ar: courier	6	Unid.	14,80	88,80
19	Filtro lubrificante: logan	20	Unid.	19,20	384,00
20	Filtro de ar: logan	15	Unid.	35,78	536,70
21	Filtro combustível: logan	20	Unid.	16,00	320,00
22	Filtro combustível: master	15	Unid.	34,25	513,75
23	Filtro de ar: master	10	Unid.	42,49	424,90
24	Filtro lubrificante: master	15	Unid.	30,24	453,60
25	Filtro Combustível: pálio 1.8	15	Unid.	11,04	165,60
26	Filtro lubrificante: pálio 1.8	15	Unid.	20,32	304,80
27	Filtro de ar: pálio 1.8	12	Unid.	31,17	374,04
28	Filtro combustível : duster	12	Unid.	16,00	192,00
29	Filtro lubrificante: duster	12	Unid.	19,20	230,40
30	Filtro combustível: uno	12	Unid.	15,21	182,52
31	Filtro de ar: uno	10	Unid.	15,74	157,40
32	Filtro ar: corsa	10	Unid.	25,19	251,90
33	Filtro lubrificante: iveco	15	Unid.	54,93	823,95
34	Filtro de ar: iveco	12	Unid.	106,29	1.275,48
35	Filtro combustível: iveco	15	Unid.	22,02	330,30
36	Caixa tacógrafo 7 dias - 180 Km/h	35	Unid.	28,29	990,15
37	Caixa tacógrafo diário - 24 horas	35	Unid.	19,10	668,50
38	Extintor para veículo e caminhão - conforme normas vigentes	50	Unid.	79,99	3.999,50
39	Extintor para micro onibus e caminhão - conforme normas vigentes	10	Unid.	120,00	1.200,00
40	Filtro lubrificante: sprinterm	10	Unid.	18,21	182,10
41	Filtro separador de combustível: sprinterm	10	Unid.	57,12	571,20
42	Filtro de ar: sprinterm	6	Unid.	44,89	269,34
43	Tacógrafo diário 180 Km/h - caixa	30	Unid.	29,57	887,10
44	Óleo motor CG4 15W40 (balde 20 Lt)	50	Unid.	257,49	12.874,50
45	Óleo motor 10 W 40 API - SN (litro) - 10.000 Km	500	Unid.	22,22	11.110,00
46	Filtro de ar: duster	6	Unid.	35,78	214,68
TOTAL R\$					44.795,45

Valor do contrato: R\$ 44.795,45 (quarenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 30/04/2015 - Vigência: 30/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 112/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 112/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 72/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 35/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.488.882/0014-28, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco nº. 3490, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e

extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE 02					
47	Filtro combustível primário: esteira D130, moto niveladora RG140	30	Unid.	47,36	1.420,80
48	Filtro lubrificante: retroescavadeira LB 110, moto niveladora RG 140 e esteira D130	30	Unid.	36,00	1.080,00
49	Filtro combustível secundário: esteira D130 e moto niveladora RG 140	20	Unid.	16,26	325,20
50	Filtro combustível separador: cargo 2622E	10	Unid.	99,10	991,00
51	Filtro Lubrificante: cargo 2622E e escavadeira E215B	20	Unid.	110,95	2.219,00
52	Filtro combustível primário: cargo 2622e	12	Unid.	88,10	1.057,20
53	Filtro de ar interno: cargo 2622E	8	Unid.	60,36	482,88
54	Filtro de ar externo: cargo 2622E	8	Unid.	95,20	761,60
55	Filtro compressor: cargo 2622E	8	Unid.	125,30	1.002,40
56	Filtro de ar condicionado: moto niveladora RG 140	8	Unid.	30,56	244,48
57	Filtro lubrificante: D30, carregadeira 75 HD e caminhão mercedes 1113/1618	25	Unid.	27,04	676,00
58	Filtro combustível: D30, carregadeira 75 HD, e caminhão caçamba 1113/1618	25	Unid.	17,06	426,50
59	Filtro de ar primário: D30	4	Unid.	58,00	232,00
60	Filtro de ar secundário: D130	4	Unid.	89,30	357,20
61	Filtro hidráulico> carregadeira 75 HD	4	Unid.	60,55	242,20
62	Filtro combustível: retroescavadeira LB110	16	Unid.	41,99	671,84
63	Filtro separador de água: retroescavadeira LB 110 e caminhão mercedes 2318	15	Unid.	43,50	652,50
64	Filtro de ar primário: retroescavadeira LB 110	10	Unid.	60,89	608,90
65	Filtro de ar secundário: retroescavadeira LB 110	10	Unid.	58,70	587,00
66	Filtro de ar interno: TL 85 e 95	12	Unid.	62,20	746,40
67	Filtro de ar externo: TL 85 e 95	12	Unid.	78,20	938,40
68	Filtro combustível: TL 85 e 95	15	Unid.	20,46	306,90
69	Filtro lubrificante: TL85 e 95	15	Unid.	35,60	534,00
70	Arla 32 - composição 32,5 grau premium e 67,5 de água de alta pureza- (balde 20 Lt)	50	Unid.	55,90	2.795,00
71	Filtro de ar secundário: moto niveladora RG 140	5	Unid.	55,76	278,80
72	Filtro de ar primário: moto niveladora RG 140	5	Unid.	132,56	662,80
73	Filtro de ar condicionado: moto niveladora RG 140	6	Unid.	30,56	183,36
74	Filtro de ar interno: valtra	4	Unid.	58,70	234,80
75	Filtro de ar externo: valtra	4	Unid.	60,89	243,56
76	Filtro combustível: valtra	6	Unid.	15,21	91,26
77	Filtro lubrificante: valtra	6	Unid.	40,35	242,10
78	Filtro de ar: mercedes 1313/1816/2318	15	Unid.	62,30	934,50
79	Filtro hidráulico: 1313/1618/2318	12	Unid.	14,60	175,20
80	Óleo 10 W30 (balde 20 Lt)	12	Unid.	350,10	4.201,20
81	Óleo API - SL 4T - 20 W 50 - litro	15	Unid.	17,25	258,75
82	Óleo GL4 90 (balde 20 Lt)	15	Unid.	275,99	4.139,85
83	Óleo 10 W TAC 3 (balde 20 Lt)	15	Unid.	245,50	3.682,50
84	Óleo hidráulico ATF (balde 20 Lt)	6	Unid.	315,20	1.891,20
85	Óleo para diferencial 85W 140 - GL5	10	Unid.	258,49	2.584,90
86	Óleo para caixa SAE 50 (balde 20 Lt)	8	Unid.	203,25	1.626,00
87	Óleo SAE 30 (balde 20 Lt)	8	Unid.	215,20	1.721,60
88	Fluido de freio DOT4 - 500 ML	20	Unid.	22,99	459,80

89	Óleo 2T - 500 ML	20	Unid.	8,25	165,00
90	Graxa grafitada (balde 20 Lt)	10	Unid.	410,10	4.101,00
91	Óleo hidráulico 68 HD (balde 20 Lt)	30	Unid.	252,75	7.582,50
92	Querozene - 5 Litros	8	Unid.	41,30	330,40
93	Caixa tacógrafo - 7 dias 125 Km/h	30	Unid.	26,25	787,50
94	Fluido freio DOT3 - 500 ml	20	Unid.	11,00	220,00
95	Óleo 20W30 (balde 20 Lt)	13	Unid.	370,00	4.810,00
96	Óleo motor CG4 15 W 40 (balde 20 Lt)	150	Unid.	250,30	37.545,00
TOTAL R\$					96.512,98

Valor do contrato: R\$ 96.512,98 (noventa e seis mil quinhentos e doze reais e noventa e oito centavos)

Data da Assinatura: 30/04/2015 - Vigência: 30/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 113/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 113/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 35/2015-PMS

Processo nº. 86/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COFISO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 72.375.405/0001-15, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 4670, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializado para conserto de ar condicionado da viatura Renault/Duster, placa MLS-3435 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conserto de mangueira de baixa dos sistemas A/C	Unidade	01	150,00	150,00
02	Limpeza de sistema e carga de gás R134B	Unidade	01	150,00	150,00
03	Filtro Cabine	Unidade	01	30,00	30,00
TOTAL R\$					330,00

Valor do contrato: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Data da Assinatura: 30/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 35/2015-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2015 Data do Processo: 10/04/2015
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 61/2015 (Sequência: 3)

Ao(s) 30 de Abril de 2015, às 11:20 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 72/2015, Licitação nº 35/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se para recebimento do envelope de habilitação da empresa POSTO AGRICOPEL LTDA. conforme estabelecido na ata nº. 59/2015, sequência 01 de 29 de abril de 2015. Constatando que a empresa POSTO AGRICOPEL LTDA. apresentou a documentação conforme determinado no Edital, resultando assim habilitada. A empresa acima habilitada, está habilitada a todos os itens vencidos pela mesma, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata a participante.

LOTE: 1

Participante: 13072 - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Filtro lubrificante: celta, corsa e prisma	UN	60,00	TECFIL	0,0000	10,38	622,80
2	Filtro combustível: celta, corsa e prisma	UN	60,00	TECFIL	0,0000	11,04	662,40
3	Filtro de ar: celta e prisma	UN	30,00	WEGA	0,0000	8,80	264,00
4	Filtro combustível: kombi	UN	10,00	TECFIL	0,0000	12,94	129,40
5	Filtro lubrificante: kombi	UN	10,00	TECFIL	0,0000	12,98	129,80
6	Filtro de ar: kombi	UN	6,00	TECFIL	0,0000	30,72	184,32
7	Filtro combustível: fia vivace	UN	15,00	TECFIL	0,0000	11,04	165,60
8	Filtro de ar: fiat vivace	UN	12,00	TECFIL	0,0000	11,15	133,80
9	Filtro lubrificante: fiat uno e vivace	UN	12,00	WEGA	0,0000	12,80	153,60
10	Filtro combustível: dobrô	UN	10,00	TECFIL	0,0000	11,04	110,40
11	Filtro de ar: dobrô	UN	10,00	WEGA	0,0000	37,74	377,40
12	Filtro lubrificante: dobrô	UN	10,00	TECFIL	0,0000	12,80	128,00
13	Filtro lubrificante: boxer	UN	10,00	TECFIL	0,0000	53,84	538,40
14	Filtro de ar: boxer	UN	10,00	WEGA	0,0000	49,26	492,60
15	Filtro combustível: boxer	UN	10,00	WEGA	0,0000	55,10	551,00
16	Filtro lubrificante: courier	UN	6,00	TECFIL	0,0000	12,32	73,92
17	Filtro combustível: courier	UN	6,00	TECFIL	0,0000	16,80	100,80
18	Filtro de ar: courier	UN	6,00	WEGA	0,0000	14,80	88,80
19	Filtro lubrificante: logan	UN	20,00	TECFIL	0,0000	19,20	384,00
20	Filtro de ar: logan	UN	15,00	WEGA	0,0000	35,78	536,70
21	Filtro combustível: logan	UN	20,00	TECFIL	0,0000	16,00	320,00
22	Filtro combustível: master	UN	15,00	WEGA	0,0000	34,25	513,75
23	Filtro de ar: master	UN	10,00	WEGA	0,0000	42,49	424,90
24	Filtro lubrificante: master	UN	15,00	WEGA	0,0000	30,24	453,60
25	Filtro Combustível: pálio 1.8	UN	15,00	TECFIL	0,0000	11,04	165,60
26	Filtro lubrificante: pálio 1.8	UN	15,00	WEGA	0,0000	20,32	304,80
27	Filtro de ar: pálio 1.8	UN	12,00	TECFIL	0,0000	31,17	374,04
28	Filtro combustível : duster	UN	12,00	TECFIL	0,0000	16,00	192,00
29	Filtro lubrificante: duster	UN	12,00	TECFIL	0,0000	19,20	230,40
30	Filtro combustível: uno	UN	12,00	TECFIL	0,0000	15,21	182,52
31	Filtro de ar: uno	UN	10,00	TECFIL	0,0000	15,74	157,40
32	Filtro ar: corsa	UN	10,00	WEGA	0,0000	25,19	251,90
33	Filtro lubrificante: iveco	UN	15,00	WEGA	0,0000	54,93	823,95
34	Filtro de ar: iveco	UN	12,00	WEGA	0,0000	106,29	1.275,48
35	Filtro combustível: iveco	UN	15,00	WEGA	0,0000	22,02	330,30
36	Caixa tacógrafo 7 dias - 180 Km/h	UN	35,00	DML	0,0000	28,29	990,15

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 35/2015 - PR
Processo Administrativo:
Processo de Licitação:
Data do Processo:
72/2015
10/04/2015

Folha: 2/3

LOTE: 1
Participante: 13072 - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
37	Caixa tacógrafo diário - 24 horas	UN	35,00	DML	0,0000	19,10	668,50
38	Extintor para veículo e caminhão - conforme normas vigentes	UN	50,00	EXTIM POWER	0,0000	79,99	3.999,50
39	Extintor para micro onibus e caminhão - conforme normas vigentes	UN	10,00	EXTIM POWER	0,0000	120,00	1.200,00
40	Filtro lubrificante: sprinterm	UN	10,00	WEGA	0,0000	18,21	182,10
41	Filtro separador de combustível: sprinterm	UN	10,00	WEGA	0,0000	57,12	571,20
42	Filtro de ar: sprinterm	UN	6,00	WEGA	0,0000	44,89	269,34
43	Tacógrafo diário 180 KM/H - caixa	UN	30,00	DML	0,0000	29,57	887,10
44	Óleo motor CG4 15W40 (balde 20 Lt)	UN	50,00	SELENIA	0,0000	257,49	12.874,50
45	Óleo motor 10 W 40 API - SN (litro) - 10.000 Km	UN	500,00	VALVOLINE	0,0000	22,22	11.110,00
46	Filtro de ar: duster	UN	6,00	WEGA	0,0000	35,78	214,68

Total do Participante —>
44.795,45
LOTE: 2
Participante: 9634 - POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	Filtro combustível primário: esteira D130, moto niveladora RG140	UN	30,00		0,0000	47,36	1.420,80
48	Filtro lubrificante: retroescavadeira LB 110, moto niveladora RG 140 e esteira D130	UN	30,00		0,0000	36,00	1.080,00
49	Filtro combustível secundário: esteira D130 e moto niveladora RG 140	UN	20,00		0,0000	16,26	325,20
50	Filtro combustível separador: cargo 2622E	UN	10,00		0,0000	99,10	991,00
51	Filtro Lubrificante: cargo 2622E e escavadeira E215B	UN	20,00		0,0000	110,95	2.219,00
52	Filtro combustível primário: cargo 2622e	UN	12,00		0,0000	88,10	1.057,20
53	Filtro de ar interno: cargo 2622E	UN	8,00		0,0000	60,36	482,88
54	Filtro de ar externo: cargo 2622E	UN	8,00		0,0000	95,20	761,60
55	Filtro compressor: cargo 2622E	UN	8,00		0,0000	125,30	1.002,40
56	Filtro de ar condicionado: moto niveladora RG 140	UN	8,00		0,0000	30,56	244,48
57	Filtro lubrificante: D30, carregadeira 75 HD e caminhão mercedes 1113/1618	UN	25,00		0,0000	27,04	676,00
58	Filtro combustível: D30, carregadeira 75 HD, e caminhão caçamba 1113/1618	UN	25,00		0,0000	17,06	426,50
59	Filtro de ar primário: D30	UN	4,00		0,0000	58,00	232,00
60	Filtro de ar secundário: D130	UN	4,00		0,0000	89,30	357,20
61	Filtro hidráulico> carregadeira 75 HD	UN	4,00		0,0000	60,55	242,20
62	Filtro combustível: retroescavadeira LB110	UN	16,00		0,0000	41,99	671,84
63	Filtro separador de água: retroescavadeira LB 110 e caminhão mercedes 2318	UN	15,00		0,0000	43,50	652,50
64	Filtro de ar primário: retroescavadeira LB 110	UN	10,00		0,0000	60,89	608,90
65	Filtro de ar secundário: retroescavadeira LB 110	UN	10,00		0,0000	58,70	587,00
66	Filtro de ar interno: TL 85 e 95	UN	12,00		0,0000	62,20	746,40
67	Filtro de ar externo: TL 85 e 95	UN	12,00		0,0000	78,20	938,40
68	Filtro combustível: TL 85 e 95	UN	15,00		0,0000	20,46	306,90
69	Filtro lubrificante: TL85 e 95	UN	15,00		0,0000	35,60	534,00
70	Arla 32 - composição 32,5 grau premium e 67,5 de água de alta pureza- (balde 20 Lt)	UN	50,00		0,0000	55,90	2.795,00
71	Filtro de ar secundário: moto niveladora RG 140	UN	5,00		0,0000	55,76	278,80
72	Filtro de ar primário: moto niveladora RG 140	UN	5,00		0,0000	132,56	662,80
73	Filtro de ar condicionado: moto niveladora RG 140	UN	6,00		0,0000	30,56	183,36
74	Filtro de ar interno: valtra	UN	4,00		0,0000	58,70	234,80
75	Filtro de ar externo: valtra	UN	4,00		0,0000	60,89	243,56
76	Filtro combustível: valtra	UN	6,00		0,0000	15,21	91,26
77	Filtro lubrificante: valtra	UN	6,00		0,0000	40,35	242,10
78	Filtro de ar: mercedes 1313/1816/2318	UN	15,00		0,0000	62,30	934,50
79	Filtro hidráulico: 1313/1816/2318	UN	12,00		0,0000	14,60	175,20
80	Óleo 10 W30 (balde 20 Lt)	UN	12,00		0,0000	350,10	4.201,20
81	Óleo API - SL 4T - 20 W 50 - litro	UN	15,00		0,0000	17,25	258,75
82	Óleo GL4 90 (balde 20 Lt)	UN	15,00		0,0000	275,99	4.139,85

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2015 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2015 Data do Processo: 10/04/2015
	Folha: 3/3

LOTE: 2**Participante: 9634 - POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
83	Óleo 10 W TAC 3 (balde 20 Lt)	UN	15,00		0,0000	245,50	3.682,50
84	Óleo Hidráulico ATF (balde 20 Lt)	UN	6,00		0,0000	315,20	1.891,20
85	Óleo para diferencial 85W 140 - GL5	UN	10,00		0,0000	258,49	2.584,90
86	Óleo para caixa SAE 50 (balde 20 Lt)	UN	8,00		0,0000	203,25	1.626,00
87	Óleo SAE 30 (balde 20 Lt)	UN	8,00		0,0000	215,20	1.721,60
88	Fluido de freio DOT4 - 500 ML	UN	20,00		0,0000	22,99	459,80
89	Óleo 2T - 500 ML	UN	20,00		0,0000	8,25	165,00
90	Graxa grafitada (balde 20 Lt)	UN	10,00		0,0000	410,10	4.101,00
91	Óleo hidráulico 68 HD (balde 20 Lt)	UN	30,00		0,0000	252,75	7.582,50
92	Querosene - 5 Litros	UN	8,00		0,0000	41,30	330,40
93	Caixa tacógrafo - 7 dias 125 Km/h	UN	30,00		0,0000	26,25	787,50
94	Fluido freio DOT3 - 500 ml	UN	20,00		0,0000	11,00	220,00
95	Óleo 20W30 (balde 20 Lt)	UN	13,00		0,0000	370,00	4.810,00
96	Óleo motor CG4 15 W 40 (balde 20 Lt)	UN	150,00		0,0000	250,30	37.545,00

Total do Participante —————> 98.512,98

Total Geral —————> 143.308,43

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 30 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 35/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 1/10

Número do Registro de Preços: 25/2015 Data do Registro: 30/04/2015 Válido até: 30/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Filtro lubrificante: celta, corsa e prisma	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	10,3800
2	Filtro combustível: celta, corsa e prisma	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	11,0400
3	Filtro de ar: celta e prisma	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	8,8000
4	Filtro combustível: kombi	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	12,9400
5	Filtro lubrificante: kombi	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	12,9800
6	Filtro de ar: kombi	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	30,7200
7	Filtro combustível: fiat vivace	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	11,0400
8	Filtro de ar: fiat vivace	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	11,1500
9	Filtro lubrificante: fiat uno e vivace	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	12,8000
10	Filtro combustível: dobró	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	11,0400
11	Filtro de ar: dobró	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	37,7400
12	Filtro lubrificante: dobró	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	12,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 25/2015 Data do Registro: 30/04/2015 Válido até: 30/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	Filtro lubrificante: boxer	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	53,8400
14	Filtro de ar: boxer	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	49,2600
15	Filtro combustível: boxer	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	55,1000
16	Filtro lubrificante: courier	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	12,3200
17	Filtro combustível: courier	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	16,8000
18	Filtro de ar: courier	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	14,8000
19	Filtro lubrificante: logan	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	19,2000
20	Filtro de ar: logan	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	35,7800
21	Filtro combustível: logan	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	16,0000
22	Filtro combustível: master	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	34,2500
23	Filtro de ar: master	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	42,4900
24	Filtro lubrificante: master	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	30,2400

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 25/2015 Data do Registro: 30/04/2015 Válido até: 30/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
25	Filtro Combustível: pálio 1.8	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	11,0400
26	Filtro Lubrificante: pálio 1.8	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	20,3200
27	Filtro de ar: pálio 1.8	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	31,1700
28	Filtro combustível: duster	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	16,0000
29	Filtro Lubrificante: duster	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	19,2000
30	Filtro combustível: uno	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	15,2100
31	Filtro de ar: uno	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	15,7400
32	Filtro ar: corsa	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	25,1900
33	Filtro Lubrificante: iveco	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	54,9300
34	Filtro de ar: iveco	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	106,2900
35	Filtro combustível: iveco	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	22,0200
36	Caixa tacógrafo 7 dias - 180 Km/h	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	DML	0	28,2900

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 4/10

Número do Registro de Preços: 25/2015 Data do Registro: 30/04/2015 Válido até: 30/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacôgrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
37	Caixa tacôgrafo diário - 24 horas	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	DML	0	19,1000
38	Extintor para veículo e caminhão - conforme normas vigentes	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	EXTIM POWEI	0	79,9900
39	Extintor para micro onibus e caminhão - conforme normas vigentes	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	EXTIM POWEI	0	120,0000
40	Filtro lubrificante: sprinterm	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,2100
41	Filtro separador de combustível: sprinterm	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	57,1200
42	Filtro de ar: sprinterm	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	44,8900
43	Tacôgrafo diário 180 KMH - caixa	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	DML	0	29,5700
44	Óleo motor CG4 15W40 (balde 20 Lt)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	SELENIA	0	257,4900
45	Óleo motor 10 W 40 API - SN (litro) - 10.000 Km	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	VALVOLINE	0	22,2200
46	Filtro de ar: dustier	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	35,7800
47	Filtro combustível primário: esteira D130, moto niveladora RG140	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	47,3600
48	Filtro lubrificante: retroscavadeira LB 110, moto niveladora RG 140 e esteira D130	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	36,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 30/04/2015		Válido até: 30/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Filtro combustível secundário: esteira D130 e moto niveladora RG 140	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	16,2600	1
50	Filtro combustível separador: cargo 2622E	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	99,1000	1
51	Filtro Lubrificante: cargo 2622E e escavadeira E215B	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	110,9500	1
52	Filtro combustível primário: cargo 2622e	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	88,1000	1
53	Filtro de ar interno: cargo 2622E	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	60,3600	1
54	Filtro de ar externo: cargo 2622E	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	95,2000	1
55	Filtro compressor: cargo 2622E	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	125,3000	1
56	Filtro de ar condicionado: moto niveladora RG 140	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	30,5600	1
57	Filtro lubrificante: D30, carregadeira 75 HD e caminhão mercedes 1113/1618	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	27,0400	1
58	Filtro combustível: D30, carregadeira 75 HD, e caminhão caçamba 1113/1618	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	17,0600	1
59	Filtro de ar primário: D30	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	58,0000	1
60	Filtro de ar secundário: D130	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	89,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 30/04/2015		Válido até: 30/04/2016		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
61	Filtro hidráulico> carregadeira 75 HD	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	60,5500	1	
62	Filtro combustível: retroscavadeira LB110	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	41,9900	1	
63	Filtro separador de água: retroscavadeira LB 110 e caminhão mercedes 2318	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	43,5000	1	
64	Filtro de ar primário: retroscavadeira LB 110	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	60,8900	1	
65	Filtro de ar secundário: retroscavadeira LB 110	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	58,7000	1	
66	Filtro de ar interno: TL 85 e 95	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	62,2000	1	
67	Filtro de ar externo: TL 85 e 95	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	78,2000	1	
68	Filtro combustível: TL 85 e 95	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	20,4600	1	
69	Filtro lubrificante: TL85 e 95	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	35,6000	1	
70	Arta 32 - composição 32,5 grau premium e 67,5 de água de alta pureza- (balde 20 lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	55,9000	1	
71	Filtro de ar secundário: moto niveladora RG 140	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	55,7600	1	
72	Filtro de ar primário: moto niveladora RG 140	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	132,5600	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 30/04/2015		Válido até: 30/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Filtro de ar condicionado: moto niveladora RG 140	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	30,5600	1
74	Filtro de ar interno: valtra	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	58,7000	1
75	Filtro de ar externo: valtra	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	60,8900	1
76	Filtro combustível: valtra	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	15,2100	1
77	Filtro lubrificante: valtra	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	40,3500	1
78	Filtro de ar: mercedes 1313/1618/2318	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	62,3000	1
79	Filtro hidráulico: 1313/1618/2318	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	14,6000	1
80	Óleo 10 W30 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	350,1000	1
81	Óleo API - SL 4T - 20 W 50 - filtro	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	17,2500	1
82	Óleo GL4 90 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	275,9900	1
83	Óleo 10 W TAC 3 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	245,5000	1
84	Óleo Hidráulico ATF (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	315,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 25/2015 Data do Registro: 30/04/2015 Válido até: 30/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
85	Óleo para diferencial 85W/140 - GL5	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	258,4900
86	Óleo para caixa SAE 50 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	203,2500
87	Óleo SAE 30 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	215,2000
88	Fluido de freio DOT4 - 500 ML	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	22,9900
89	Óleo 2T - 500 ML	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	8,2500
90	Grava grafiada (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	410,1000
91	Óleo hidráulico 68 HD (balde 20 lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	252,7500
92	Querozene - 5 Litros	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	41,3000
93	Caixa tacógrafo - 7 dias 125 Km/h	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	26,2500
94	Fluido freio DOT3 - 500 ml	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	11,0000
95	Óleo 20W30 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	370,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 30/04/2015		Válido até: 30/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Óleo motor CG4 15 W 40 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	250,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 10/10

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 30/04/2015		Válido até: 30/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015
PROCESSO Nº 72/2015

(9634) - POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13
(13072) - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP

Schroeder, 30 de Abril de 2015.

DISPENSA Nº 35/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 35/2015 - DL**

Processo Nr.: 86/2015
Data: 30/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: COFISO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
Endereço: RUA MAL. CASTELO BRANCO, 4670
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 72.375.405/0001-15

Código: 7821

Inscrição Estadual: ISENTA

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializado para conserto de ar condicionado da viatura Renault/Duster, placa MLS-3435 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Conserto de mangueira de baixa dos sistemas A/C	UN	150,00	150,00
2	1,00	Limpeza de sistema e carga de gás R134B	UN	150,00	150,00
3	1,00	Filtro Cabine	UN	30,00	30,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade desse serviço/produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar, e tendo em vista o valor total da contratação.

Schroeder, 30 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 35/2015 - DL**

Processo Nr.: 86/2015
Data: 30/04/2015

Folha: 2/2

28/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 28 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 330,00 (trezentos e trinta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2015

A Câmara de Vereadores de Schroeder, torna público que dispensou de licitação a contratação de serviços de Publicações para a Câmara Municipal, através da empresa VIA ÚNICA EDITORA LTDA, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anuais, com fundamento o art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Schroeder, 29 de abril de 2015
Ver. Adriano Kath
Presidente

Serra Alta**PREFEITURA****DECRETO Nº 084/2015**

DECRETO Nº. 084/2015 DE 23 DE ABRIL DE 2015

"ALTERA O DECRETO 189/2014 DE 11/11/2014 QUE DISPÕE SOBRE ESCALA DE FÉRIAS PROPORCIONAIS AOS CONSELHEIROS TUTELARES MUNICIPAIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado no Decreto 189/2014 a escala de férias das servidoras abaixo mencionadas.

SERVIDOR(A) PERÍODO DE FÉRIAS DIAS

NEUSA GIRELLI GHI-DINI	22/06/2015 A 21/07/2015	30 DIAS
JUCIELI HANAUER	22/07/2015 A 20/08/2015	30 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 23 de Abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 086/2015

DECRETO Nº 086/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS, NOTA FINAL DA PROVA ESCRITA, PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E DA LISTA PRELIMINAR DE CLASSIFICADOS, DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL, DE ACORDO COM EDITAL Nº 001/2015".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, Publica os gabaritos definitivos, nota Final da Prova Escrita, Pontuação da Prova de Títulos e lista Preliminar dos classificados, do Processo Seletivo Público Municipal Nº001/2015, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Ficam assim publicados os gabaritos definitivos, nota final da prova escrita, pontuação da prova de títulos e da lista preliminar de classificados do Processo Seletivo Público Municipal nº001/2015, do Município de Serra Alta (SC).

Agente de Saúde	Agente Educativo	Auxiliar Administrativo	Auxiliar de Enfermagem	Professor de Educação Infantil	Engenheiro Civil	Professor de Inglês	Segundo Professor	Professor Séries Iniciais	Servente de Escola
1C	1C	1C	1C	1C	1C	1C	1C	1C	1C
2A	2A	2A	2A	2A	2A	2A	2A	2A	2A
3B	3B	3B	3B	3B	3B	3B	3B	3B	3B
4C	4C	4C	4C	4C	4C	4C	4C	4C	4C
5D	5D	5D	5D	5D	5D	5D	5D	5D	5D
6A	6A	6A	6A	6A	6A	6A	6A	6A	6A
7B	7B	7B	7B	7B	7B	7B	7B	7B	7B
8C	8C	8C	8C	8C	8C	8C	8C	8C	8C
9D	9D	9D	9D	9D	9D	9D	9D	9D	9D
10A	10A	10A	10A	10A	10A	10A	10A	10A	10A
11C	11C	11C	11C	11C	11C	11C	11C	11C	11C
12B	12B	12B	12B	12B	12B	12B	12B	12B	12B
13A	13A	13A	13A	13A	13A	13A	13A	13A	13A
14C	14C	14C	14C	14C	14C	14C	14C	14C	14C
15A	15A	15A	15A	15A	15A	15A	15A	15A	15A
16A	16B	16B	16D	16B	16C	16B	16B	16B	16C
17B	17A	17D	17C	17A	17D	17A	17A	17A	17A
18D	18B	18C	18A	18B	18A	18B	18B	18B	18B

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C.GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
31	KAUANA DE MORAIS DA SILVA	0,80	0,80	0,40	0,80	2,80	2,80	APROVADO(A)	1º

AGENTE EDUCATIVO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C.GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
39	RAFAELA PAULA STRAPAZZON	2,00	0,80	1,20	2,80	6,80	6,80	APROVADO(A)	1º
42	FERNANDA EBERTZ	1,60	1,20	1,20	1,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	2º
55	JUCIÉLI VANI	1,20	1,20	1,60	1,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	3º
33	ANA CLAUDIA SENHOR	0,80	0,80	1,20	1,60	4,40	4,40	APROVADO(A)	4º
43	DARLI TEREZINHA CERIZOLLI	0,80	1,20	0,80	0,00	2,80	2,80	APROVADO(A)	5º

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C.GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
57	RENAN JUNIOR DE ALMEIDA	1,60	1,60	1,60	2,80	7,60	7,60	APROVADO(A)	1º
56	LILIAN PAULA PACASSA	1,60	1,20	1,60	2,80	7,20	7,20	APROVADO(A)	2º
28	EDILVANE BARICHELO	0,80	2,00	1,20	1,60	5,60	5,60	APROVADO(A)	3º

20	MARIA CRISTINA GUMPLINGER OLIVERA	0,80	0,80	1,20	2,40	5,20	5,20	APROVADO(A)	4º
48	DOUGLAS ARTHUR SPEROTTO	1,20	0,40	1,20	2,00	4,80	4,80	APROVADO(A)	5º
13	BRUNA MARAFON	1,20	1,20	1,20	1,20	4,80	4,80	APROVADO(A)	6º
41	JUCIELI HANAUER	1,20	0,80	1,20	1,20	4,40	4,40	APROVADO(A)	7º
47	ROSA MARIA PRIOR	1,20	0,80	0,80	1,20	4,00	4,00	APROVADO(A)	8º
51	CLEIDIANE DA SILVA	0,80	0,40	0,80	1,60	3,60	3,60	APROVADO(A)	9º
35	AIMAR JOSE PALOSCHI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C.GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
4	CRISTIANA MARTELLO	1,20	1,60	1,60	3,20	7,60	7,60	APROVADO(A)	1º
8	PRISCILA WERNER	1,20	0,80	1,60	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	2º
38	SIMÉIA ZANON SUTIL	0,80	0,80	1,20	1,60	4,40	4,40	APROVADO(A)	3º
5	SANDRA PAULA BELOLLI	0,80	0,80	0,40	0,80	2,80	2,80	APROVADO(A)	4º
59	DIOGO FILIPPINI CHIELLA	1,20	0,00	0,80	0,40	2,40	2,40	APROVADO(A)	5º

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C.GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
61	REGINA FRIEDRICH	1,20	2,00	2,00	3,20	8,40	0,00	0,00	8,40
54	LAURA SABRINA BRUM	1,20	1,60	1,20	3,20	7,20	0,00	0,00	7,20
24	FABIANA GRANDO	1,60	2,00	0,80	2,80	7,20	0,00	0,00	7,20
6	DANIEL GALERA	1,60	2,00	1,20	2,40	7,20	0,00	0,00	7,20
34	VALDEMAR MARTINS	0,80	1,60	1,20	2,80	6,40	0,00	0,00	6,40
11	EDUARDO DE BOM	0,40	2,00	1,20	2,40	6,00	0,00	0,00	6,00
58	GUSTAVO BOCHI BARBIERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	EDUARDO BRUDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	MAIARA ALESSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C. GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
-----------	-----------	-------	----------------	------------	--------	--------	---------	-------	-----------	--------

22	ELIZANDRA KO-MINKIEWICZ WRZESINSKI	0,80	2,00	2,00	4,00	8,80	0,25	8,17	APROVADO(A)	1º
52	MARINÊS ROJAHN	0,80	0,40	1,60	1,60	4,40	0,00	3,96	APROVADO(A)	2º
14	CAMILA ANTUNES	0,40	0,40	1,20	2,00	4,00	0,00	3,60	APROVADO(A)	3º
45	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
46	IVONETE PIRES DE LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--

PROFESSOR III – INGLÊS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C. GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
50	JORDY LUIZ WERLANG DE SOUZA	0,80	1,20	0,80	2,80	5,60	0,00	5,04	APROVADO(A)	1º

SEGUNDO PROFESSOR

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C. GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.
12	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	1,20	0,00	1,60	2,80	5,60	0,25	5,29	APROVADO(A)	1º
25	FRANCINE PACASSA	0,80	0,40	1,60	2,80	5,60	0,00	5,04	APROVADO(A)	2º
16	SALETE TEREZINHA WOLSKI BRUGNERA	0,80	1,60	0,80	2,00	5,20	0,25	4,93	APROVADO(A)	3º
44	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	0,80	0,40	0,80	2,00	4,00	0,25	3,85	APROVADO(A)	4º
23	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	0,25	REPROVADO(A)	--

SERVENTE DE ESCOLA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT. RAC. LOG.	C. GE-RAIS	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
32	NEIVA PRO-VENSI	1,20	0,40	0,80	1,60	4,00	4,00	APROVADO(A)	1º
30	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	0,80	0,00	0,80	2,00	3,60	3,60	APROVADO(A)	2º
36	OLIVA PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
19	JUSSARA APARECIDA SIEPMANN PRIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--
15	DIVA PRIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	--

Art. 2º. - O resultado final se dará após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 30 de Abril de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS 04-2015- PMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA EI	TUBO DE CONCRETO CLASSE PB NBR 8890/2007 DN 600 MM P/ ÁGUAS PLUVIAIS.		500,000	73,9000	36.950,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 100 MM (UND. 6 METROS)		300,000	145,9000	43.770,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 25 MM (UND.6 METROS).		300,000	8,1000	2.430,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 32 MM (UND.6 METROS).		500,000	16,0000	8.000,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 40 MM (UND.6 METROS).		500,000	25,5000	12.750,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 50 MM (UND.6 METROS)		400,000	32,4500	12.980,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 75 MM (UND.6 METROS)		300,000	69,9800	20.994,00
DSL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	TUBO PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 85 MM (UND. 6 METROS).		300,000	85,5000	25.650,00
GLOBAL IND. & COM. DE ARTEFATOS DE CIMENT	TUBO DE CONCRETO CLASSE PB NBR 8890/2007 DN 400 MM P/ ÁGUAS PLUVIAIS.		500,000	44,0000	22.000,00
MÁRCIO JOSÉ STORCK ME	SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS DE NOME COMUM: AZEVEIM; NOME CIENTÍFICO: LILIUM MULTIFLORUM; FAMÍLIA: GRAMÍNEA; CICLO DE VIDA: ANUAL; ÉPOCA: INVERNO; É UMA GRAMÍNEA ANUAL QUE APRESENTA ALTA PRODUÇÃO E QUALIDADE DE FORRAGEM, RESISTE AO PASTEJO E A EXCESSOS DE UMIDADE, SUPORTANDO ALTAS LOTACÕES. PODE SER MANEJADA PARA PERMITIR A RESEMEADURA NATURAL, OU SEJA, A PRODUÇÃO E A QUEDA DAS SEMENTES NA TERRA, NÃO SENDO NECESSÁRIO SEMEAR TODOS OS ANOS, PESO DA EMBALAGEM 25KG.		50.000,000	5,3700	268.500,00
MÁRCIO JOSÉ STORCK ME	SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS DE NOME COMUM: ERVILHACA NOME CIENTÍFICO: (VICIA SATIVA); FAMÍLIA: LEGUMINOSA. CICLO DE VIDA: ANUAL; ÉPOCA: INVERNO. A ERVILHACA É UMA PLANTA COM GRANDE UTILIDADE NA AGRICULTURA DE CLIMA TEMPERADO, SENDO UTILIZADA NA ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS E COMO COBERTURA DO SOLO, UM DE SEUS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS ADVÉM DE SUA HABILIDADE EM FORNECER NITROGÊNIO AS CULTURAS SUBSEQUENTES, PESO DA EMBALAGEM 25KG.		10.000,000	5,8000	58.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASALTO IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL, NO TRECHO DA EMISA 016 - LINHA BIANCHETTO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL A SER PAVIMENTADA DE 1.700,18M². OS ITENS RELACIONADOS NO PROJETO DE ENGENHARIA REFERENTE AOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS SÃO OS SEGUINTES:		0,379	54.700,0000	20.727,00
	1.0TERRAPLANAGEM - (Sub itens 1.1 e 1.2)				
	2.0PAVIMENTAÇÃO - (Sub itens 2.1 a 2.6)				
	3.0DRENAGEM PLUVIAL - (Sub itens 3.1 a 3.3)				
	4.0 SINALIZAÇÃO VERTICAL - (Sub itens 4.1 a 4.4)				
MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	5.0 DIVERSOS (Sub itens 5.1) OBS: OS ITENS ESPECIFICADOS ACIMA CONSTAM NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO E ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA QUE É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE PROCESSO LICITATORIO.		0,621	54.700,0000	33.973,00
	EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASALTO IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL, NO TRECHO DA EMISA 016 - LINHA BIANCHETTO, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL A SER PAVIMENTADA DE 1.700,18M². OS ITENS RELACIONADOS NO PROJETO DE ENGENHARIA REFERENTE AOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS SÃO OS SEGUINTES:				
	1.0TERRAPLANAGEM - (Sub itens 1.1 e 1.2)				
	2.0PAVIMENTAÇÃO - (Sub itens 2.1 a 2.6)				
	3.0DRENAGEM PLUVIAL - (Sub itens 3.1 a 3.3)				
MILLENIUN COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTI	4.0 SINALIZAÇÃO VERTICAL - (Sub itens 4.1 a 4.4)				
	5.0 DIVERSOS (Sub itens 5.1) OBS: OS ITENS ESPECIFICADOS ACIMA CONSTAM NO MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO E ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO DE ENGENHARIA QUE É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE PROCESSO LICITATORIO.		150,000	18,3500	2.752,50
	BAINHAS FRANCESAS CORTADAS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BOVINA, PACOTE COM 50 UNIDADES.		300,000	9,4800	2.844,00
	LUVAS DE POLIETILENO COM CINCO DEDOS CANO LONGO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BOVINA, PACOTE COM 25 UNIDADES CADA.				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 37

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRO	MEDALHAS DE PARTICIPAÇÃO- redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com a figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura de 3mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 1,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria e modalidade.		150,000	3,1900	478,50
MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRO	MEDALHAS PARA O 1º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade.		350,000	5,6900	1.991,50
MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRO	MEDALHAS PARA O 2º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade.		350,000	5,6900	1.991,50
MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRO	MEDALHAS PARA O 3º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura de 3mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. Na parte da frente da Medalha deverá ser colocado adesivo com brasão do Município de Serra Alta. No verso deverá ser feito a gravação em baixo relevo no metal da medalha, com a descrição da categoria, classificação e modalidade.		350,000	5,6900	1.991,50
MONUMENTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRO	PLACA EM METAL PARA PREMIAÇÕES DIVERSAS, sendo em formato de "L" nas cores dourado, verde e preto em efeito marmorizado, desenho de ramo de louro, espaço para adesivo redondo de 50 mm. Tamanho de 12 cm X 8,5cm.		150,000	22,9900	3.448,50
PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	TUBO DE CONCRETO ARMADO CLASSE PA-3 PB NBR 8890/2007 DN 800 MM P/ ÁGUAS PLUVIAIS.		100,000	212,5000	21.250,00
PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	TUBO DE CONCRETO CLASSE PB NBR 8890/2007 DN 300 MM P/ ÁGUAS PLUVIAIS.		300,000	33,9000	10.170,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA EPP	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA-3 PB NBR 8890/2007 DN 1000 IMI PARA AGUAS PLUVIAIS.		100,000	313,5000	31.350,00
RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS DE DIVULGAÇÃO EM EMISSORA DE RÁDIO DE FREQUENCIA MODULADA (FM) DOS ATOS OFICIAIS E ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES; COMO AVISOS, SERVIÇOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS, BOLETINS INFORMATIVOS DIÁRIOS, COMUNICADOS E CONVITES DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, COM 03(TRÊS) INSERÇÕES DIÁRIAS DE 30 SEGUNDOS DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA E DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO AOS SABADOS ESPACO COM DURAÇÃO DE ATÉ 10 (DEZ) MINUTOS EM HORÁRIO NOBRE ENTRE AS 11:20 ÀS 12:00 HORAS.		9,000	2.850,0000	25.650,00
RÁDIO MODELO LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS DE DIVULGAÇÃO EM EMISSORA DE RÁDIO DE AMPLITUDE MODULADA (AM) DOS ATOS OFICIAIS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, COMO AVISOS, BOLETINS INFORMATIVOS DIÁRIOS, COMUNICADOS E CONVITES DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, COM PEQUENAS INSERÇÕES DIÁRIAS APROXIMADAMENTE 30 SEGUNDOS E NAS SEGUNDAS-FEIRA, QUARTAS-FEIRA E SEXTA-FEIRA DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO ESPACO DE ATÉ 5(CINCO) MINUTOS ENTRE O HORÁRIO DAS 12:00 HORAS ÀS 13:00 HORAS.		9,000	940,0000	8.460,00
RONEI DALL AGNOL - ME	TROFEU DE PREMIAÇÃO PARA GOLEIRO MENOS VASADO, TROFEU PARA ARTILHEIRO, DISCIPLINA E GOLEADOR E PARA JOGOS DE BARALHO - Troféu com 31 cm de altura, com base quadrada com 7,6 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes metálicos na cor dourada, com a largura de 5,5 cm. Estatueta superior intercambiável, característica conforme a modalidade. Demais componentes metálicos na cor dourada Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal.		50,000	28,5000	1.425,00
RONEI DALL AGNOL - ME	TROFEU PARA PREMIAÇÃO DO 1º LUGAR com 48 cm de altura, com base quadrada com 11,7 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma taça metálica na cor dourada, com efeito, texturizado e 12 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma bola metálica na cor dourada com um anel metálico na cor prata. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metálicos na cor dourada.		60,000	52,9500	3.177,00
RONEI DALL AGNOL - ME	TROFEU PARA PREMIAÇÃO DO 2º LUGAR - com 40 cm de altura, com base quadrada com 10,9 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base uma taça metálica na cor dourada, com efeito, texturizado e 12 cm de largura a partir das alças. Sobre esta taça uma bola metálica na cor dourada com um anel metálico na cor prata. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação em baixo relevo no metal, com a descrição da categoria, classificação e modalidade. Demais componentes metálicos na cor dourada.		60,000	47,9900	2.879,40
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME	CAMISETA GOLA CARECA MANGA CURTA COM RECORTES, COMPOSIÇÃO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE, COR PREDOMINANTE BRANCA COM DETALHES NAS CORES DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO (AZUL, VERMELHA E VERDE); COM ESTAMPARIA EM SILK, ESTAMPARIA EM SILK; SENDO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. TAMANHO ESPECÍFICO DE P AO GG.		20,000	18,3000	366,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 57

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME	CAMISETA GOLA CARECA MANGA CURTA COM RECORTES. COMPOSIÇÃO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE; COR PREDOMINANTE BRANCA COM DETALHES NAS CORES DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO (AZUL, VERMELHA E VERDE). COM ESTAMPARIA EM SILK. ESTAMPARIA EM SILK, SENDO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. TAMANHO ESPECÍFICO PARA IDADE DE 10 A 16 ANOS.		200,000	15,4500	3.090,00
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME	CAMISETA GOLA CARECA MANGA CURTA COM RECORTES. COMPOSIÇÃO 67% POLIESTER E 33% VISCOSE. COR PREDOMINANTE BRANCA COM DETALHES NAS CORES DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO (AZUL, VERMELHA E VERDE). COM ESTAMPARIA EM SILK. SENDO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. TAMANHO ESPECÍFICO PARA IDADE DE 02 A 08 ANOS		80,000	12,5500	1.004,00
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME	CONJUNTO AGASALHO (JACUETA E CALÇA), COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER COM FORRO 100% POLIESTER MATELADO EM FIBRA DE 80 GRAMAS E PUNHOS COM ELÁSTICO. COR PREDOMINANTE PRETA COM DETALHES NAS CORES DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO (AZUL, VERMELHA E VERDE), COM ESTAMPARIA EM SILK. ESTAMPARIA EM SILK, SENDO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. TAMANHO ESPECÍFICO PARA IDADE DE 02 A 08 ANOS.		80,000	97,9000	7.832,00
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME	CONJUNTO AGASALHO (JACUETA E CALÇA), COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER COM FORRO 100% POLIESTER MATELADO EM FIBRA DE 80 GRAMAS E PUNHOS COM ELÁSTICO. COR PREDOMINANTE PRETA COM DETALHES NAS CORES DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO (AZUL, VERMELHA E VERDE), COM ESTAMPARIA EM SILK. SENDO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. TAMANHO ESPECÍFICO PARA IDADE DE 10 A 16 ANOS		200,000	98,7500	19.750,00
SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA ME	CONJUNTO AGASALHO (JACUETA E CALÇA), COMPOSIÇÃO 100% POLIESTER COM FORRO 100% POLIESTER MATELADO EM FIBRA DE 80 GRAMAS E PUNHOS COM ELÁSTICO. COR PREDOMINANTE PRETA COM DETALHES NAS CORES DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO (AZUL, VERMELHA E VERDE), COM ESTAMPARIA EM SILK. SENDO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC. TAMANHO ESPECÍFICO PARA IDADE DE 10 A 16 ANOS		20,000	109,2500	2.185,00
TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EI	SEMENTES SELECIONADAS E CERTIFICADAS DE NOME COMUM: AVEIA PRETA. NOME CIENTÍFICO: AVENA STRIGOSA. FAMÍLIA: GRAMINEA. CICLO DE VIDA: ANUAL. ÉPOCA: INVERNO. A AVEIA PRETA ANTES DESTINADA SOMENTE A COBERTURA VERDE DO SOLO É ATUALMENTE UTILIZADA PARA FINS FORRAGEIROS DEVIDO AO AUMENTO DA IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO LAVOURA PECUÁRIA. EM VÁRIAS REGIÕES NA PRODUÇÃO DE LEITE OU TERMINAÇÃO DE BOVINOS ELE PROPICIA O AUMENTO NA RENTABILIDADE DA PROPRIEDADE. QUANDO BEM MANEJADA ESSE SISTEMA É PERFEITAMENTE COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE SEMEADURA DIRETA. PESO DA EMBALAGEM 40KG.		90.000,000	1,2300	110.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 67

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA	SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS, PROVADO PELA ASSOCIAÇÃO DE ANGUS DE 2014.				
	FACILIDADE DE PARTO DEP PN: Igual ou inferior a - 5,1 (negativo). PN 27 Kg TOP 10%. PD 320 Igual ou superior P. adulto 900 KG. FRAMIE 5,8 FDP TOP 5%. PD TOP 25%. PA TOP 25%.		1.000,000	13,5500	13.550,00
VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA	ACONDICIONADAS EM PALHETAS MÉDIAS DE 0,50ML SÊMEN BOVINO DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA COR PRETO E BRANCO QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, SEGUNDO PROVAS NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO NA INTERBULL E NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2014. TPI: Igual ou superior a 2000. PTA LIBRAS DE LEITE: Igual ou superior a 450 (positivo). PTA TIPO: Igual ou superior a + 1,00 (positivo). COMPOSTO DE UBERE: Igual ou superior a + 0,60 (positivo). COMPOSTO DE PERNAS E PES: Igual ou superior a + 0,90 (positivo). DIFÍCULDADE DE PARTO: Igual ou inferior a 8%. PERCENTUAL DE PROTEÍNA E GORDURA: + Positivo. DPR: + Positivo.		1.100,000	14,6000	16.060,00
	CONTAGEM DE CÉLULAS SOMÁTICAS: Igual ou inferior a 3,00 pontos. CONFIABILIDADE DE PRODUÇÃO: Igual ou superior a 94%. ALTURA DE UBERE: Igual ou superior a + 0,90 (positivo). UBERE ANTERIOR: Igual ou superior a + 0,60 (positivo). LARGURA DE UBERE: Igual ou superior a + 0,80 (positivo). SUPORTE CENTRAL: Igual ou superior a + 1,80(positivo). VIDA PRODUTIVA: Igual ou superior a 2,70. ÂNGULO DE PES: Igual ou superior a + 1,45 (positivo). ACONDICIONADAS EM PALHETAS MÉDIAS DE 0,50ML				
VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA	SÊMEN BOVINO DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA COR PRETO E BRANCO QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, SEGUNDO PROVAS NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO NA INTERBULL E NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2014. TPI: Igual ou superior a 2100. PTA LIBRAS DE LEITE: Igual ou superior a 650 (positivo). PTA TIPO: Igual ou superior a + 0,40 (positivo). PERCENTUAL DE GORDURA: Igual ou superior a 0,07. PERCENTUAL DE PROTEÍNA: Igual ou superior a 0,02. CONTAGEM DE CÉLULAS SOMÁTICAS: Igual ou inferior a 2,85 pontos. CONFIABILIDADE DE PRODUÇÃO: Igual ou superior a 97%. PROFUNDIDADE DE UBERE: + Positivo. ALTURA DE UBERE: Igual ou superior a + 0,80 (positivo). LARGURA DE UBERE: Igual ou superior a + 0,80 (positivo). SUPORTE CENTRAL: Igual ou superior a + 0,60 (positivo). VIDA PRODUTIVA: Igual ou superior a 1,5. DIFÍCULDADE DE PARTO: Igual ou inferior a 5,5%.		700,000	15,8000	11.060,00
	ACONDICIONADAS EM PALHETAS MÉDIAS DE 0,50ML				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA	SÊMEN BOVINO DE TOURO DA RAÇA HOLANDESACOR PRETO E BRANCO QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, SEGUNDO PROVAS NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO NA INTERBULL E NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2014. TPH: Igual ou superior a 2100. PTA LIBRAS DE LEITE: Igual ou superior a 1200 (positivo). PTA TIPO: Igual ou superior a + 0.80 (positivo). COMPOSTO DE UBERÊ: Igual ou superior a + 1.15 (positivo). COMPOSTO DE PERNAS E PÊS: Igual ou superior a + 0.30 (positivo). DIFICULDADE DE PARTO: Igual ou inferior a 7.5%. PROTEÍNA E GORDURA: + Positivo em %. DPR: + Positivo. CONTAGEM DE CÉLULAS SOMÁTICAS: Igual ou inferior a 3.00 pontos. CONFIABILIDADE DE PRODUÇÃO: Igual ou superior a 97%. ALTURA DE UBERÊ: Igual ou superior a + 0.92 (positivo). PROFUNDIDADE DE UBERÊ: Igual ou superior a + 1.92 (positivo). UBERÊ ANTERIOR: Igual ou superior a + 0.60 (positivo). VIDA PRODUTIVA: Igual ou superior a 3.00. ESTATURA: Igual ou superior a + 3.00 (positivo). ÂNGULO DE PÊS: Igual ou superior a + 0.90 (positivo). ACONDITIONADAS EM PALHETAS MÉDIAS DE 0.50ML.		1.200,000	14,7000	17.640,00
	SÊMEN BOVINO DE TOURO DA RAÇA JERSEY QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, SEGUNDO PROVAS NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO NA INTERBULL E NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2014. PTA LEITE: Igual ou superior a 1700 libras (positivo). PTA TIPO: Igual ou superior a + 0.30 (positivo). JPH: Igual ou superior a + 150(positivo). CONTAGEM DE CÉLULAS SOMÁTICAS: Igual ou inferior a 3.00. VIDA PRODUTIVA: Igual ou superior a + 4.30 (positivo). ESTATURA: Igual ou maior a + 0.50 (positivo). ÂNGULOSIDADE, FORÇA E LARGURA GARUPA: + (positivo). ALTURA DE UBERÊ: Igual ou superior a + 1.00 (positivo). LARGURA DE UBERÊ: Igual ou superior a + 0.80 (positivo). SUPORTE CENTRAL UBERÊ: Igual ou superior a + 1.40 (positivo). CONFIABILIDADE DE PRODUÇÃO: Igual ou superior a 93%. ACONDITIONADAS EM PALHETAS MÉDIAS DE 0.50ML.		1.100,000	14,5000	15.950,00
Total Geral do Mês -->					905.770,40

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS 04-2015-FMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE CURITIBA (PR) A PINHALZINHO	265	30,000	86,3000	2.589,00
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE FLORIANOPOLIS A PINHALZINHO (VIA LAGES)	265	50,000	140,2400	7.012,00
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE JOINVILLE A PINHALZINHO	265	10,000	179,5300	1.795,30
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A CURITIBA (PR)	265	30,000	82,2400	2.467,20
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A FLORIANOPOLIS (VIA LAGES)	265	50,000	138,8400	6.942,00
REUNIDAS TURISMO S.A	PASSAGEM DE PINHALZINHO A JOINVILLE	265	10,000	177,5300	1.775,30
ROBERTO RUSCHEL ME	CONFECÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR E MANDIBULAR: ESTRUTURA METÁLICA COM GRAMPOS CONFORME PREPAROS REALIZADOS NOS ELEMENTOS DENTAIS PARA RETENÇÃO DA PPR: BASE DE ACRÍLICO ROSA CONVENCIONAL TERMOPLIMERIZÁVEL EM ÁREA EDENTULAS DE GRANDE EXTENSÃO (CLASSE I, CLASSE II, CLASSE III, CLASSE IV DE KENNEDY) COM DENTES DE ACRÍLICO EM TRÊS CAMADAS.		120,000	250,0000	30.000,00
ROBERTO RUSCHEL ME	CONFECÇÃO DE PRÓTESE TOTAL MAXILAR E MANDIBULAR: BASE DE ACRÍLICO ROSA TERMOPLIMERIZÁVEL (GENGIVAL CONVENCIONAL) COM DENTES DE ACRÍLICO EM TRÊS CAMADAS.		300,000	200,0000	60.000,00
Total Geral do Mês →					112.580,80

Siderópolis

PREFEITURA

EDITAL Nº 02/2015 - PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

EDITAL Nº 02/2015 - PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Município de Siderópolis por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no uso de suas atribuições, torna público aos profissionais de carreira da Rede Municipal de Ensino, que estão abertas as inscrições para Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento e/ou atualização.

1 - Os interessados devem entregar na sua Unidade Escolar ou na Secretaria de Educação, sito ao Paço Municipal - Rua Presidente Dutra - nº 01 - Centro - Siderópolis - SC, ambos mediante protocolo, a comprovação de participação em no mínimo 80 horas de Cursos do período de Maio/2013 a Maio/2015, em conformidade com art.17, alínea a, da Lei 1.479/2003, até o dia 21/05/2015, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.

2 - O resultado dos requerimentos, avaliados pela Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 64/2015, serão afixadas no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", no dia 25/05/2015.

3 - O profissional que se julgar prejudicado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação do resultado, para pedido de reconsideração endereçado à Comissão e protocolado na Secretaria da Educação, sito ao Paço Municipal - Rua Presidente Dutra - nº 01 - Centro - Siderópolis - SC, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.

4 - Caso haja pedido de reconsideração, a Comissão Especial avaliará cada situação, divulgando dia 29/05/2015, no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin" o deferimento ou não do pedido.

Siderópolis (SC), 30 de abril de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 006/2015 - CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 006/2015

"EFETIVA SERVIDOR DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DE VEREADORES"

TIAGO ALBONICO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições regimentais na forma do artigo 144 do Regimento Interno c/c artigo 7º da Resolução 008/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetivar o servidor MAURO ROBERTO BETTIOL, para o cargo de Analista Legislativo, no quadro de servidores da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Siderópolis, em 17 de abril de 2015

TIAGO ALBONICO

Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria Administrativa em 17 de abril de 2015

RENATA PAGANI RAMOS

Diretora

RESOLUÇÃO Nº 007/2015 - CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 007/2015

"EFETIVA SERVIDOR DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DE VEREADORES"

TIAGO ALBONICO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições regimentais na forma do artigo 144 do Regimento Interno c/c artigo 7º da Resolução 008/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetivar o servidor MARTINHO ROBERGE JUNIOR, para o cargo de Técnico Legislativo, no quadro de servidores da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Siderópolis, em 17 de abril de 2015

TIAGO ALBONICO

Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria Administrativa em 17 de abril de 2015

RENATA PAGANI RAMOS

Diretora

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 - CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 008/2015

"EFETIVA SERVIDOR DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DE VEREADORES"

TIAGO ALBONICO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições regimentais na forma do artigo 144 do Regimento Interno c/c artigo 7º da Resolução 008/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetivar a servidora ANDRÉIA JOÃO FIRME MORETTO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no quadro de servidores da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Siderópolis, em 17 de abril de 2015

TIAGO ALBONICO

Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria Administrativa em 17 de abril de 2015

RENATA PAGANI RAMOS

Diretora

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 - CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 009/2015

"EFETIVA SERVIDOR DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA DE VEREADORES"

TIAGO ALBONICO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições regimentais na forma do artigo 144 do Regimento Interno c/c artigo 7º da Resolução 008/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetivar a servidora GABRIELA BAESSO NOLA, para o cargo de Recepcionista, no quadro de servidores da Câmara de Vereadores do Município de Siderópolis.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Siderópolis, em 17 de abril de 2015
TIAGO ALBONICO
Presidente

Registrado e publicado nesta Secretaria Administrativa em 17 de abril de 2015

RENATA PAGANI RAMOS
Diretora

Tigrinhos**PREFEITURA****DECRETO 041/2015**

DECRETO Nº. 041/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as diretrizes municipais da Educação Infantil constantes no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

DECRETO 042/2015

DECRETO Nº. 042/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
PROJ./ATIV.: 13.392.1006.2.147 - Manutenção do Departamento de Cultura
MODALIDADE: 3.3.90.03.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 3.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0183 - Superávit Financeiro Recurso Ordinário

PROJ./ATIV.: 27.812.1006.2.043 - Manutenção do Departamento de Esportes
MODALIDADE: 3.3.90.03.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 14.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0183 - Superávit Financeiro Recurso Ordinário
TOTAL R\$ 17.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do superávit financeiro verificado no

Balanco Patrimonial do exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0000 - Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE ABRIL DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 027/2015

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 027/2015 no com a empresa BETHA SISTEMAS LTDA - CNPJ: 00.456.865/0001-67, no valor de R\$ 69.655,00, para Fornecimento de Licença de Uso de Sistemas/Aplicativos de Gestão Pública, durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Maio de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 094/2015

PORTARIA Nº. 094/2015.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. FRANCISCO FERRARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para o Servidor Público Municipal efetivo Sr. FRANCISCO FERRARI, engenheiro agrônomo, cadastrado sob matrícula nº. 87/01, referente ao período de Agosto de 2006/2011, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 04 de Maio de 2015, conforme Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tigrinhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE ABRIL DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda

PORTARIA 095/2015

PORTARIA Nº. 095/2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. ODETE TEREZINHA MIORANDO CYBULSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para a Servidora Pública Municipal Sra. ODETE TEREZINHA MIORANDO CYBULSKI, efetiva, Auxiliar de Serviços Gerais, com matrícula nº. 266/01, referente ao período de Janeiro 2009/2015, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de Maio de 2015, conforme Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tigrinhos, alterado pela Lei Municipal nº 779/2014, que assim dispõe:

Art. 126. Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE ABRIL DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda

PORTARIA 096/2015

PORTARIA Nº. 096/2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal Sra. RACHEL SIMONE FARIAS, Assessora em Planejamento Educacional, inscrita sob matrícula nº 476/01, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de Abril de 2015, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 014 de 13 de Dezembro de 2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 82 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

I - Para Tratamento de saúde;
[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE ABRIL DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda

PORTARIA 097/2015

PORTARIA Nº. 097/2015.
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera o Servidor Municipal Sr. GERALDINO FEDRIZZI, da função comissionada de DIRETOR GERAL, responsável pelo DMER - Departamento Municipal de Estradas e Rodagem, cadastrado sob matrícula nº. 485/01, com carga horária de 40 (vinte) horas semanais, conforme legislação municipal:

Lei Municipal 12/1997:

“Art. 56. A exoneração do cargo em comissão ou função de confiança dá-se:

I - A juízo da autoridade competente.
(...)”

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE MAIO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO - 137.2014 PMT RADIAL ENGENHARIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 137/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Radial Engenharia, Construções e Drenagens Ltda
OBJETO: Acréscimo percentual equivalente a 25% ao Lote 01 (subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8), que corresponde ao valor de R\$ 40.495,65 (quarenta mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16/04/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 28 2014 SAMAE - PRODUTOS QUÍMICOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de produtos químicos destinados ao tratamento de água, em conformidade com a Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESA FORNECEDORA: Buschle & Lepper S/A; Avanex Indústria e Comércio Ltda; Projesan Saneamento Ambiental Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 532.400,00 (quinhentos e trinta e dois mil e quatrocentos reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/02/2016

Timbó, 09/02/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA
DE REGISTRO DE PREÇO N.º 21 2014 FMS -
SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Medigram Distr. Medicamentos Ltda - ME; Nutriport Comercial Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.279,60 (trinta e seis mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/08/2015

Timbó, 04/08/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 35/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 35/2015 - Edital Pregão nº. 31/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 14 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS de TUBOS DE CONCRETO, BLOCOS DE CONCRETO, PAVER VIBRO PRENSADOS, LAJOTAS VIBRO PRENSADAS, MEIO FIOS E PALANQUES DE CONCRETO, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 14 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 27 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 36/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 36/2015 - Edital Pregão nº. 32/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 14 de maio de 2015, Propostas para "Registro de Preço de Material Gráfico (Impressos)", destinados a manutenção dos serviços administrativos de diversos setores da Prefeitura e seus Fundos.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 14 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 27 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 37/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 37/2015 - Edital Pregão nº. 33/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 15 de maio de 2015, Propostas para "aquisição de uma porta metálica 5 x 6 metros automatizada" destinados ao Corpo de Bombeiro Militar de Três Barras, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 15 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 27 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE - PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO.

Treze Tílias**PREFEITURA****DECRETO 2002**

DECRETO Nº 2.002/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 48.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 48000,00 (quarenta e oito mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Suplementa:

04 - Secretaria de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2104

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.02
..... R\$ 48.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do superávit financeiro do exercício anterior.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 22/04/2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2003

DECRETO Nº 2.003/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 39.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Suplementa:

05 - Secretaria de Transportes e Obras

01 - Serviços Públicos Urbanos

Atividade: 2.214

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.24
..... R\$ 39.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do superávit financeiro do exercício anterior.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 23/04/2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2004

DECRETO Nº 2.004/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 250.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

09- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

01 - Extensão Rural

Atividade: 2.017

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00
..... R\$ 250.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do superávit financeiro do exercício anterior.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 24/04/2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 031/15

DECRETO 031/15 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, com base no Artigo 3º da Lei 1417 de 25 de Fevereiro de 2005 e Lei 1464 de 23 de Março de 2006...

DECRETA:

Art. 1º - CONCEDE a título de Revisão Geral Anual, reposição salarial de 8,12% (oito vírgula doze por cento), incidentes sobre o vencimento base de todos os servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Municipal, a partir do mês de Abril do corrente ano.

Art. 2º - O percentual de que trata o artigo Primeiro tem como base o "Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo" - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período compreendido entre Abril de 2014 e Março de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária de Administração e Finanças

LEI 1873

LEI 1873 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXAS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder baixas de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, bens relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço público municipal.

Art. 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Lei 1873 de 28 de Abril de 2015

DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA PATRIMÔNIO
Ar Condicionado Prosdócimo, 8.000 btus	3455
Notebook Acer aspire, Intel Core i3, 2.20 ghz, 6.00 gb mb	2640
Microcomputador Positivo Intel Celeron	2120
Microcomputador Intel Core i5	2602
Monitor Samsung 15"	3199
Teclado com USB KMEX	5511
Ventilador Britânia	1193
Ventilador Britânia de mesa	1205
Ventilador Tron de parede	1216
Armário em MDF 2 portas	1234
Armário em MDF 2 portas	1233
Mesa Professor em fórmica, cor Azul/Branca	1808
Mesa Escritório em fórmica, cor Marron, 6 gavetas, em L	3179
Banco em madeira com encosto	1175
Mesa pré escolar em madeira com 6 gavetas	1723
Mesa pré escolar em madeira com 6 gavetas	1724
Mesa pré escolar em madeira com 6 gavetas	1725
Cadeira pré escolar em madeira	1025
Cadeira pré escolar em madeira	1027
Cadeira pré escolar em madeira	1032
Cadeira pré escolar em madeira	1711
Cadeira escolar em fórmica	0994
Cadeira escolar em fórmica	1102
Cadeira pré escolar em fórmica colorida	2074
Cadeira pré escolar em fórmica colorida	2077
Cadeira giratória estofada em tecido, cor preta	3184
Cadeira giratória estofada em tecido, cor preta	2774
Cadeira giratória estofada em tecido, cor preta	3308
Cadeira fixa estofada em tecido, cor preta	1209

Trombudo Central, 28 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

LEI 1874

LEI 1874 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Concede revisão geral anual aos servidores públicos municipais, ativos e inativos, do Poder Legislativo, inclusive Agentes Políticos, conforme estabelece o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Trombudo Central e dá outras providências.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a revisão geral anual aos servidores públicos municipais, ativos e inativos, do Poder Legislativo, atualizando-se o salário base (referência), atual, fixado em Lei, pelo índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado do mês de abril de 2014 até o mês de março de 2015, que foi de 8,12% (oito vírgula doze por cento), nos termos do inciso X, do artigo 37, da constituição Federal.

§ 1º As disposições do caput do artigo 1º aplicar-se-ão aos Agentes Políticos do Poder Legislativo, a ser calculado sobre os seus respectivos subsídios.

Art. 2º Os recursos para atendimento das despesas desta Lei, serão cobertos com dotações próprias do orçamento em vigor, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo efeitos a partir do dia 1º de abril de 2015.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 219/15

PORTARIA 219/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ADEMIR DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Transporte Escolar, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07/03/2010 a 07/03/2015, para o mês de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 220/15

PORTARIA 220/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora público municipal Sra. NELZIR SCHWAMBACH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26/01/2009 a 26/01/2014, para o mês de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 221/15

PORTARIA 221/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Art. 60, § 3º da Medida Provisória nº 664 de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Sr. DANIEL AUGUSTO PISETTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Programador, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme atestado médico emitido em 16 de Abril de 2015 apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 16 de Abril de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 222/15

PORTARIA 222/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Artigo 1º - FIXAR em R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) referente a 01/½ (uma diária e meia), para custeio de estadia e alimentação a servidora pública municipal Sra. CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS, que estará participando do 15º FÓRUM ESTADUAL ORDINÁRIO DA UNDIME/SC, nos dias 28 e 29 de Abril do corrente ano, no Município de Florianópolis - SC.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 223/15

PORTARIA 223/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal Sra. ELIANE ELLA KRUGER, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, face o retorno da servidora pública municipal titular Sra. MARLI MARIA DA SILVA, a partir de 22 de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 224/15

PORTARIA 224/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 94, Parágrafo V da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990;

CONSIDERANDO o Art. 40, Parágrafo II da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública Municipal Sra. DILMA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a conversão de 02 (dois) meses de licença prêmio por assiduidade a que faz jus em abono pecuniário, referente aos períodos aquisitivos compreendidos entre 09/02/2009 a 09/02/2014.

Art. 2º - A concessão de que trata o Artigo primeiro, dá-se pela aposentadoria por tempo de contribuição concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ao servidor público municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 225/15

PORTARIA 225/15 DE 30 DE ABRIL DE 2015.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a comunicação da concessão de aposentadoria, enviada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do quadro funcional da Prefeitura em função de aposentadoria, a servidora pública municipal Sra. DILMA CORREA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, a partir de 30 de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 226/15

PORTARIA 226/15 DE 30 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável o servidor público municipal Sr. CLEVERTON HOFFMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor - ACT, cadastro 2481, a partir de 30 de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 227/15

PORTARIA 227/15 DE 30 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. TAINA KÜSTER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Turismo, a partir de 30 de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LUIZ CARLOS FACHINI
Secretário da Cultura e do Turismo

Tunápolis

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 01.2015 AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS
CHAMADA PÚBLICA

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, durante o primeiro período de 2015. A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 25/05/2015 às 9h no setor de compras e licitações. Maiores informações pelo telefone (0xx49) 36321122. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras, na Rua João Castilho nº111, Tunápolis, SC, nos horários : 7:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 de segunda a sexta feira.

Tunápolis, 30 de abril de 2015
Enoi Scherer
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO 07.15

RESOLUÇÃO 007/2015

AUTORIZA A VIAGEM DE REPRESENTANTE À BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Vereador SÉRGIO LUÍS EIDT para, a convite do Digníssimo Prefeito Municipal, acompanhar o mesmo em viagem à Brasília, entre os dias 25 a 28 de Maio de 2015, com a finalidade de participar da XVIII Marcha de Prefeitos e Vereadores à Brasília.

Art.2º As despesas de inscrição, transporte e diárias, correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.
23 de Abril de 2015
GILBERTO LUNKES
Presidente

RESOLUÇÃO 08/15

RESOLUÇÃO Nº008/2015

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art.1º Fica homologada a concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares para a Vereadora CLENI DIAS WIGGERS, pelo período compreendido entre 01 e 31 de maio do corrente ano, conforme deliberação unânime favorável do Plenário na sessão do dia 27/04/2015.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis - SC.
Em 28 de Abril de 2015
GILBERTO LUNKES
Presidente

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 19/2015

DECRETO Nº 019/15, de 29 de Abril de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

13.392.0040.2.016 - REALIZAÇÃO DO RODEIO CRIOULO NACIONAL

3.3.50.00.00.00.00.0080 (069) - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos...R\$ 3.700,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 3.700,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 29 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 20/2015

DECRETO Nº 020/15, de 29 de Abril de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), assim classificados:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005-MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADM E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.0080.0 (011) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 29 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2239/2015

LEI Nº 2.239/15, de 29 de Abril de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O LAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Lar Beneficente São Vicente de Paulo de Ararangua - SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.871.178/0001-35, com a finalidade de abrigar idosos do Município de Turvo perante o Lar Beneficente São Vicente de Paulo.

Art. 2º. Para atingir os objetivos pretendidos no convênio a ser firmado, o Município repassará a importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), pagos em 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), compreendendo os meses de maio a dezembro de 2015.

Art. 3º. Fica a entidade acima obrigada a prestar contas dos recursos recebidos mensalmente, obedecida à legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 29 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2015

EXTRATO DE CONTRATO nº 103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DIEGO GONÇALVES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aulas de dança para crianças e adolescentes do Município de Vargeão/SC, nas modalidades de Jazz, Contemporânea e dança livre, com carga horaria de 03 (três) horas semanais em dias e horários a combinar.

VALOR: R\$ 9.600,00 (nove mil seiscentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 25/2015 e Contrato nº 103/2015.

Vargeão, SC, 04 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 02/2015

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO
Nº 02/2015

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015

Credenciamento para Serviços de Hospedagem

O Prefeito Municipal de Vargeão, SC, Sr. Amarildo Paglia, comunica aos interessados que está procedendo CREDENCIAMENTO PÚBLICO para contratação de hotel(éis) localizado(os) nas cidades de Florianópolis ou São José, estado de Santa Catarina, localizados à, no máximo, 10 km do centro de Florianópolis, para hospedagem dos pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde de Vargeão - SC para tratamento e/ou procedimentos médicos. Outras informações sobre o presente credenciamento serão prestadas pelo fone fax(49) 3434-0148 ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 104/2015 A Nº 106/2015

EXTRATOS DE CONTRATOS nº 104/2015 a nº 106/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais para artesanato e materiais de expediente destinados aos grupos da terceira idade do centro e do interior do Município de Vargeão/SC.

VALOR: R\$ 39,25 (trinta e nove reais e vinte e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 24/2015 e Contrato nº 104/2015.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais para artesanato e materiais de expediente destinados aos grupos da terceira idade do centro e do interior do Município de Vargeão/SC.

VALOR: R\$ 5.460,40 (Cinco mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 24/2015 e Contrato nº 105/2015.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais para artesanato e materiais de expediente destinados aos grupos da terceira idade do centro e do interior do Município de Vargeão/SC.

VALOR: R\$ 10.965,51 (Dez mil novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 24/2015 e Contrato nº 106/2015.

Vargeão, SC, 30 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.959/15

DECRETO Nº 11.959/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SUELLEN FABRICNEI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.960/15

DECRETO Nº 11.960/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.716/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7153/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.716/15, que nomeou JOELMA VICENTINA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.962/15

DECRETO Nº 11.962/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.673/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7057/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.673/15, que nomeou LIANE REGINA VIVAN GROLLI, para exercer o cargo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.963/15

DECRETO Nº 11.963/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Especialista em Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADILSO BENELLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.964/15

DECRETO Nº 11.964/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.583/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7148/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.583/15, que nomeou MARCIA CASSIA SAVIAN, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.965/15**

DECRETO Nº 11.965/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.617/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7151/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.617/15, que nomeou ADRIANI DA SILVA LIMA, para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.966/15**

DECRETO Nº 11.966/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.605/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais, com base no Processo Administrativo nº 7152/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.605/15, que nomeou LA-ERCIO KUEHLKAMP, para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.967/15**

DECRETO Nº 11.967/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.601/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7150/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.601/15, que nomeou PATRICIA FERNANDES FRANÇA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**DECRETO Nº 11.968/15**

DECRETO Nº 11.968/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.558/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7149/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.558/15, que nomeou GESSICA DAROLD, para exercer o cargo de Agente Administrativo

II, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.969/15

DECRETO Nº 11.969/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI JUNIOR, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.970/15

DECRETO Nº 11.970/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RICELE MARIA DUARTE SARTOREL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais,

criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.971/15

DECRETO Nº 11.971/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 048/2007 e, ainda, à vista do contido no Processo Administrativo nº 5802/15,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o incluso Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, constante no anexo único deste Decreto, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 048/2007.

Art. 2º Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.971/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIDEIRA - CME

TÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Videira (CME) - (SC), criado pela Lei nº 048 de 08 de agosto de 2007, é órgão colegiado integrado ao Sistema Municipal de Educação (SME), com atribuições normativa, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora, consultiva, propositiva, e de acompanhamento e controle social do financiamento da educação de forma a assegurar a participação da sociedade civil na fiscalização da aplicação legal e efetiva dos

recursos públicos, na construção de diretrizes educacionais e na discussão para definição de políticas educacionais.

§1º O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) integra o Conselho Municipal de Educação, constituindo uma de suas Câmaras.

§2º O Conselho Municipal de Educação estabelece seus parâmetros de atuação, conforme os preceitos previstos na Lei nº 9.394/96, que dispõem sobre as Diretrizes de Bases da Educação Nacional e na Medida Provisória nº 339/2006 que dispõem sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.

§3º O Conselho Municipal de Educação de Videira será composto por duas Câmaras:

- I - Câmara de Educação Básica;
- II - Câmara do FUNDEB.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação de Videira tem por finalidades:

I - Finalidades comuns as duas Câmaras:

- a) Promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;
- b) Realizar estudos e pesquisas, necessários ao embasamento técnico-pedagógico e normativo das decisões do Conselho;
- c) Participar da elaboração e acompanhar a execução e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Videira;
- d) Assessorar os demais órgãos e instituições do Sistema Municipal de Educação;
- e) Emitir pareceres, indicações, instruções e recomendações sobre o convênio, assistência e subvenção a entidades públicas e privadas filantrópicas, confessionais e comunitárias, bem como o seu cancelamento;
- f) Solicitar, analisar, e dar parecer quanto a avaliação da ação pedagógica nas instituições do Sistema Municipal de Educação;
- g) Manter intercâmbio com os demais Sistemas de Educação dos municípios e do Estado de Santa Catarina;
- h) Analisar as estatísticas da educação municipal anualmente, oferecendo subsídios aos demais órgãos e instituições do Sistema Municipal de Educação;
- i) Acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil e ensino fundamental, em todos os seus níveis e modalidades;
- j) Mobilizar a sociedade civil e o Estado para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, no sistema regular de ensino;
- k) Dar publicidade quanto aos atos do Conselho Municipal de Educação;
- l) Mobilizar a sociedade civil e o Estado para a garantia da gestão democrática nos órgãos e instituições públicas do SME;

II - Finalidades específicas da Câmara da Educação Básica (CEB):

- a) Estudar as leis e demais normativas que regulam o ensino;
- b) Zelar pela qualidade pedagógica e social da educação no SME;
- c) Zelar pelo cumprimento da legislação vigente, no SME
- d) Emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre assuntos do Sistema Municipal de Educação de Videira, em especial, sobre autorização de funcionamento, credenciamento e supervisão de estabelecimentos de ensino públicos e privados de seu sistema, bem como a respeito da política educacional nacional;
- e) Acompanhar a elaboração, execução e avaliação da política educacional do município de Videira, no âmbito público e privado, pronunciando sobre a ampliação da rede pública e a localização de seus prédios escolares;

III - Finalidades específicas da Câmara do FUNDEB

- a) Estudar as leis que regulamentam o financiamento da educação;
- b) Acompanhar, controlar e fiscalizar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- c) Conferir e emitir pareceres quanto as prestações de contas referentes ao Fundo;
- d) Averiguar o censo escolar anual e elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito do município, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo (em tempo próprio) tratamento e encaminhamento dos estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDO;
- e) Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;
- f) Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;
- g) Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;
- h) Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB;
- i) Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;
- j) Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente;
- k) Observar à correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;
- l) Exigir o fiel cumprimento do plano de cargos, carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;
- m) Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado (câmara do FUNDEB);
- n) Apresentar a Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual/Municipal, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente;
- o) Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infra-estrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do conselho com base no disposto no art.17 parágrafo único da Lei 048/07
- p) Exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal;

§1º As matérias comuns a uma Câmara serão estudadas e deliberadas no conselho pleno sendo assinadas pelos presidentes das respectivas câmaras do conselho e pelos conselheiros presentes;

§2º As matérias específicas a uma câmara serão estudadas e debatidas no conselho pleno, mas só deliberadas em seção exclusiva da câmara responsável pela matéria;

§3º Os pareceres aprovados pelo Conselho Pleno serão assinados pelos presidentes da respectiva câmara e do Conselho, pelos conselheiros presentes, e quando normativo, será homologado pelo secretário;

§4º As decisões tomadas pelo conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade;

§5º As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes em sessões com quórum;

§6º Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação;

§7º Cada Câmara fará registro das atas, registrando também as decisões do conselho pleno;

§8º O conselho Pleno consiste em seção (reunião) das duas câmaras juntas.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Capítulo I DA COMPOSIÇÃO E POSSE

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação será composto por 16 (dezesseis) membros titulares representantes da sociedade civil e do Poder Público, eleitos por seus pares e indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados, por ato do Prefeito Municipal.

I - Câmara de Educação Básica:

§1º A Câmara da Educação Básica a que se refere o art. 3º é constituída por 6 (seis) membros titulares, acompanhado de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

- I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;
- II - 1 (um) representante do magistério público municipal efetivo que ministre aulas na educação básica;
- III - 1 (um) representante do magistério público estadual efetivo que ministre aulas na educação básica;
- IV - 1 (um) representante dos Diretores de Unidades de Educação Básica da rede pública municipal;
- V - 1 (um) representante dos Conselhos Escolares Municipais (APPs) da Educação Básica ou equivalente, que não seja servidor público municipal;
- VI - 1 (um) representante das Escolas de Educação Básica Privada.

§2º Os membros de que tratam os incisos IV e V deste artigo serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados pelos respectivos pares.

§3º Os membros de que tratam os incisos II III e VI, serão indicados pelas entidades sindicais da respectiva categoria.

II - Câmara do FUNDEB

§4º A composição da Câmara do FUNDEB, a que se refere o art. 1º, é constituída de 10 (dez) membros titulares, acompanhados dos seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

- I - 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo;
- II - 1 (um) representante dos professores das escolas públicas municipais;
- III - 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;
- IV - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos

das escolas públicas municipais;

V - 2 (dois) representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

VI - 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

- Os membros de que tratam os incisos III,V e VI deste artigo serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados pelos respectivos pares.

- Os membros de que tratam os incisos II e IV, serão indicados pelas entidades sindicais da respectiva categoria.

§5º Os representantes da Secretaria Municipal de Educação serão indicados pelo Secretário;

§6º Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres, obedecidos aos impedimentos previstos no artigo 5º deste regimento;

§7º A concessão de afastamento temporário a conselheiro far-se-á pelo período máximo de 60 dias, desde que requerido à Presidência do CME com antecedência, examinado em sessão plenária e aprovado por maioria simples.

§8º O Presidente do Conselho Municipal de Educação será indicado pelo plenário, por eleição aberta, com a maioria absoluta, para um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução;

§9º Após a eleição do Presidente do CME as Câmaras elegerão por seus pares respectivos Presidentes a cada ano, permitida uma recondução;

§10º É impedido de ocupar a função de Presidente da Câmara do FUNDEB o representante do governo municipal gestor de recursos do Fundo (secretário, tesoureiro, servidor que trabalha no setor financeiro).

§11º A reunião para a eleição do presidente será presidida pelo membro do conselho ou câmara que tiver maior idade.

Art. 4º O termo de posse de membros do conselho será lavrado em livro único e próprio, contendo assinatura dos presentes;

§1º Os conselheiros serão empossados pelo Prefeito ou pelo Secretário Municipal de educação, antes das eleições presidenciais,

§2º No caso de posse de novos conselheiros, durante o mandato do CME a posse será concedida pelo presidente do CME.

Art. 5º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

- I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau do Prefeito e do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
- II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau desses profissionais;
- III - estudantes que não sejam emancipados; e
- IV - pais de alunos que:
 - a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo; ou
 - b) prestem serviço terceirizado ao Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Quando os conselheiros forem representantes de

professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato, fica vedada:

I - Sua exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

II - A atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

III - O afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para qual tenha sido designado.

Art. 7º O mandato de cada membro do conselho municipal de educação terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§1º O conselheiro pode ser substituído a qualquer tempo por interesse do segmento, órgão ou entidade representada ou, ainda, por afastamento definitivo conforme critérios estabelecidos nesse regimento, ressalvados os casos previstos no artigo 6º;

§2º Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeado novo membro que completará o mandato do anterior.

Art. 8º Ao final do mandato, no máximo 40% (quarenta por cento) dos conselheiros de cada câmara, poderão ser reconduzidos aos cargos.

§1º A recondução se dará através de eleição secreta realizada pelo próprio conselho ratificada pelo segmento, órgão ou entidade representada, em conformidade com esse regimento;

§2º Caso segmento ou instituição representada pelo conselheiro escolhido para a recondução deseje indicar outro representante, o segmento procederá a escolha de outro membro a ser reconduzido.

Art. 9º Cabe ao presidente do Conselho Municipal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato dos conselheiros, mobilizarem as instituições para convocação das assembleias que escolherão os novos representantes para a composição das câmaras.

Parágrafo Único. No caso do presidente não cumprir o disposto no caput deste artigo competirá ao Secretário Municipal de Educação executar a ação.

Capítulo II DO FUNCIONAMENTO

Seção I Das reuniões

Art. 10 As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas, no mínimo, mensalmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único. O conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 11 As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do conselho (quorum).

§1º A reunião não será realizada se o quorum não se completar até 30 minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificaram por escrito o motivo pelo qual não compareceram;

§2º Quando não obtida a composição de quorum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se

dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quorum.

Art.12 As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido por cada câmara, a quem competirá a lavratura das atas, salvo quando o conselho contar com servidor disponibilizado para esse fim.

Art. 13 As atas serão subscritas pelo secretário da reunião, pelo Presidente do Conselho ou da Câmara e pelos membros presentes à reunião.

Seção II Da ordem dos trabalhos e das discussões

Art. 14 As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

I - Momento espiritual;

II - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior, quando não aprovada no final da reunião anterior;

III - Comunicação da Presidência;

IV - Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;

V - Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;

VI - Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Art.15 A convocação para reunião ordinária e extraordinária do CME será destinada a todos os membros titulares e suplentes.

Art.16 Participam das sessões e demais atividades do Conselho e das Câmaras os seus membros titulares e suplentes, tendo direito a voto os titulares, os quais poderão ser substituídos por seus respectivos suplentes nos seguintes casos:

I - Afastamento temporário;

II - Impedimentos eventuais e legais.

§ 1º - As sessões plenárias do CME e das Câmaras são abertas à participação de qualquer cidadão, sem direito a voto, mas com direito a voz quando autorizado, previamente, pelo presidente.

§ 2º - A função de Conselheiro, dado o seu caráter representativo e fiscalizador, dispensa qualquer forma de remuneração.

Art. 17 O suplente substituirá o titular nas Câmaras nos casos de afastamentos temporários ou eventuais, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I - Desligamento por motivos particulares;

II - Rompimento do vínculo de que trata os art. 3º I, II, com os segmentos que representam;

III - Procedimento incompatível com a dignidade da função, o qual deve ser julgado pelo plenário do CME;

IV - Exercício de mandato político-partidário.

§1º Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrito neste artigo, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente;

§2º Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita neste artigo, à instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para as câmaras.

Art. 18 A renúncia implícita que extingue o mandato tanto do conselheiro titular quanto do suplente é caracterizada pela ausência concomitante de titular e suplente por mais de quatro reuniões consecutivas sem justificativa ou 2/3 das reuniões ocorridas em

seis meses consecutivos, ainda que justificada.

Art. 19 A justificativa de falta deverá ser apresentada ao CME - Videira e registrada na data da sessão subsequente.

Capítulo III

DA ESTRUTURA BÁSICA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 20 O Conselho Municipal de Educação de Videira compõe-se de:

I - Presidente;

II - Vice - Presidente;

III - Secretaria executiva;

IV - Duas Câmaras:

a) Câmara de Educação Básica:

1. Presidente;

2. Vice-Presidente;

b) Câmara do FUNDEB:

1. Presidente;

2. Vice-Presidente;

V - Comissões, constituídas eventualmente, para assuntos específicos.

Parágrafo Único. As matérias aprovadas nas comissões serão apresentadas ao Conselho Pleno ou à Câmara que constituir.

Art. 21 O CME - de Videira SC reunir-se-á, ordinariamente, de janeiro a junho e de agosto a dezembro, conforme calendário anual e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente do CME, por um terço dos membros em exercício ou pelo Secretário Municipal de Educação.

Parágrafo Único. As reuniões ordinárias mensais serão distribuídas, conforme a necessidade, em câmaras ou em Conselho Pleno.

Art. 22 A sessão do Conselho pleno é a reunião de conselheiros das duas Câmaras destinadas à apreciação e aprovação das matérias específica de uma câmara, mas só para estudo e socialização da busca de soluções, portanto sem deliberar.

Art.23 Os processos para deliberação serão apresentados ao plenário, por um relator, previamente designados pelo presidente do CME ou câmara.

Parágrafo Único. Os atos do conselho precisam do voto da maioria simples (cinquenta por cento mais um dos membros presentes em sessões com quorum).

Art. 24 Extraordinariamente, o presidente poderá convidar pessoas especialistas para esclarecer peculiaridades técnicas.

Art. 25 As deliberações normativas das sessões plenárias, em conformidade com as leis vigentes, dependem da homologação do Secretário Municipal de Educação.

Art. 26 Qualquer conselheiro pode participar, individualmente, dos trabalhos das Câmaras a que não pertença, sem direito a voto.

Seção I

Das sessões plenárias

Art. 27 As sessões plenárias do conselho pleno e das câmaras instalam-se com presença de maioria absoluta dos seus membros, salvo as sessões para estudo ou solenes, que se instalam com qualquer número.

Parágrafo Único. As sessões podem ser de caráter reservado por decisão de 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

Art. 28 A definição da pauta das sessões plenárias respeitará a

ordem em que as matérias foram apresentadas;

Art. 29 Compete ao plenário decidir, em face da pauta da reunião, sobre os pedidos de:

I - Urgência - dispensa de exigências regimentais, salvo a de quorum, e fixação de rito próprio para que seja analisada determinada proposição;

II - Prioridade - alteração na seqüência das matérias relacionadas na pauta para que determinada proposição seja discutida imediatamente.

Art. 30 As matérias constantes da pauta devem ser apresentadas pelo respectivo relator.

Parágrafo Único. Verificada a ausência do relator da matéria, a apresentação deverá ser feita por outro conselheiro.

Art. 31 Durante as discussões, qualquer membro do conselho poderá levantar questões de ordem.

Art. 32 As matérias serão apreciadas e alteradas em destaque (por partes).

Parágrafo Único. Na votação de destaque não há voto em separado.

Art. 33 Encerrada a discussão, a matéria é submetida à votação global (o documento completo).

Art. 34 As votações são nominais, através da chamada dos presentes, devendo os membros do conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição.

Art. 35 O conselheiro que desejar apresentar voto em separado sobre determinada matéria terá o prazo improrrogável de uma semana para fazê-lo.

§1º O voto em separado deverá ser publicado juntamente com a decisão do Conselho e com a indicação do autor e dos Conselheiros que, porventura, o acompanhem.

§2º O voto em separado existe quando um conselheiro tem muita convicção sobre sua posição referente a uma matéria, mas o conselho decide ao contrário, então o conselheiro apresenta o seu voto separado (folha anexa), justificando sua posição com fundamentação teórica e legal. Ele não tem nenhum valor jurídico, é apenas um direito de expressão.

Art. 36 O Presidente do Conselho e das câmaras votarão apenas em caso de empate na votação, podendo exercer o voto em separado.

Art. 37 Ao anunciar o resultado das votações, o presidente do conselho deve declarar quantos votaram favoravelmente e quantos contrário.

Parágrafo Único. Havendo dúvida sobre o resultado, o presidente do conselho deverá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Seção II

Dos atos e registros

Art. 38 Os atos do CME de Videira manifestam-se em relação a qualquer matéria de sua competência ou que lhe seja submetida, podendo vir a constituir-se em:

I - Parecer, que deverá ser assinado pelo relator, pelos conselheiros presentes e pelo presidente da câmara e do CME;

II - Resolução, que deverá ser assinada pelo presidente da câmara e do CME e homologada pelo secretário municipal de educação;
III - Indicação, de caráter interno, deverão ser assinados pelo conselheiro relator e demais conselheiros que o acompanha, sendo submetida aprovação da plenária da câmara ou do conselho pleno.
IV - Instrução, que deverá ser assinada pelo relator, pelo presidente da respectiva câmara e pelo presidente do CME.

§1º Parecer é opinião fundamentada sobre determinado assunto, emitida por especialista ou órgão responsável, cuja redação não contém artigos.

§2º Os pareceres normativos serão homologados pelo Secretário Municipal de Educação.

§3º O parecer do Conselho Municipal de Educação poderá ser deliberativo, normativo, instrutivo, técnico ou propositivo:

- I - O parecer deliberativo expressa a decisão do conselho quanto a matéria de sua competência.
- II - O parecer normativo regulamenta o sistema no que a lei lhe atribui, gerando resoluções normativas.
- III - O parecer instrutivo explica e/ou orienta sobre normas vigentes.
- IV - O parecer técnico expressa a opinião fundamentada do conselho, quando solicitada por quem de direito.
- V - O parecer propositivo traz sugestão do conselho em vista da melhoria do ensino, sendo que o destinatário não tem obrigação de cumpri-lo.

Art. 39 A homologação pelo secretário Municipal de Educação, ou pedido de reexame ou seu veto integral ou parcial às deliberações e pareceres do conselho devem ser expressos dentro do prazo de 30 dias, a contar da data de entrada da respectiva documentação no gabinete do Secretário Municipal.

§1º Dentro do prazo a que se refere este artigo, cumpre ao Secretário Municipal de Educação encaminhar ao Conselho os motivos pelos quais entende ser necessário o reexame da matéria ou as razões do veto.

§2º Decorrido o prazo fixado neste artigo sem qualquer comunicação ao Conselho, considera-se homologado o parecer ou a deliberação.

Capítulo IV DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Art. 40 Ao Presidente do Conselho incube:

- I - Estabelecer a pauta de cada sessão plenária;
- II - Convocar os membros do conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- IV - Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;
- V - Dirimir as questões de ordem;
- VI - Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- VII - Exercer o voto de desempate e quando desejar, o voto em separado;
- VIII - Baixar portarias, resoluções e normas decorrentes das liberações do Conselho ou necessárias ao seu funcionamento;
- IX - Instituir comissões especiais temporárias, integradas por conselheiros e/ou especialistas, para realizar estudos de interesse para o Conselho;
- X - Representar o conselho em juízo ou fora dele.
- XI - Realizar despachos em assuntos que requeiram maior agilidade

de retorno do conselho e que não requeiram deliberação do CME - Videira SC em entendimento com o presidente da Câmara quando de sua incumbência.

Parágrafo Único. No impedimento do Presidente, a presidência é exercida pelo vice-presidente e, no impedimento deste, primeiramente pelo presidente da Câmara de Educação Básica e no impedimento de ambos pelo presidente da Câmara do FUNDEB.

Art. 41 Constituirá matéria de despacho, os encaminhamentos feitos ao CME -, em que o presidente julgar desnecessário o debate do plenário, sendo posteriormente apresentada à plenária para conhecimento.

§1º Todo despacho será lido ao plenário na reunião que suceder, para que o conselho o referende ou, quando for contrário ao despacho, emita parecer relativo à matéria nele contida.

§2º O parecer contrário ao despacho será emitido pelo conselho quando houver descumprimento à legislação e normas vigentes ou quando contrariar os princípios do CME - SC.

Seção I Da presidência da câmara

Art. 42 Ao presidente de Câmara incumbe:

- I - estabelece a pauta de cada sessão plenária da câmara;
- II - convocar os membros da câmara para as reuniões extraordinárias exclusivas da Câmara;
- III - Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos da câmara, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- IV - Coordenar as discussões e tornar os votos dos membros da câmara;
- V - Dirimir as questões de ordem da câmara;
- VI - Expedir documentos decorrentes de decisões do conselho;
- VII - resolver questões de ordem da câmara;
- VIII - exercer o voto de desempate e quando desejar, o voto em separado;
- IX - baixar portarias e normas decorrentes das deliberações da câmara ou necessárias ao seu funcionamento;

Parágrafo Único. No impedimento do presidente, a presidência é exercida pelo vice-presidente e, no impedimento deste, pelo conselheiro indicado pelos demais.

Seção II Dos membros do conselho

Art. 43 Compete aos membros do conselho:

- I - estudar e pesquisar sobre normas e assuntos pertinentes à sua câmara;
- II - relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelos presidentes do conselho ou das câmaras;
- III - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV - participar ativamente das reuniões do conselho;
- V - sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do conselho;
- VI - exercer outras atribuições, por delegação do conselho.
- VII - submeter ao plenário todas as medidas julgadas úteis ao efetivo desempenho das funções de conselheiro;
- VIII - votar nas câmaras e no conselho pleno todas as matérias de sua competência;
- IX - requerer votação de matéria em regime de urgência, quando julgar necessário;
- X - representar o CME, quando solicitado pela presidência;
- XI - presidir as sessões em que for solicitado pela presidência ou

pela câmara;

XII - desempenhar atribuições inerentes à função, que lhes forem confiadas pelo presidente do conselho ou da câmara.

Art. 44 A atuação dos membros da câmara do FUNDEB, de acordo com a Lei nº 11.494, assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

Seção III

Da secretária executiva

Art. 45 Ao (a) secretário (a) do conselho, servidor municipal estatutário, indicado pelo conselho municipal de educação, ratificado pelo (a) secretário (a) municipal de Educação compete:

- I - responsabilizar-se pelos serviços administrativos da secretaria do CME - e das câmaras;
- II - secretariar as reuniões plenárias e lavrar as respectivas atas, sendo auxiliado, pelos secretários das câmaras;
- III - digitar documentos e atos do conselho;
- IV - encaminhar convocações para as reuniões plenárias;
- V - elaborar relatórios das atividades do conselho, anualmente ou sempre que solicitado pela presidência;
- VI - manter articulação com órgãos técnicos e administrativos do Sistema Municipal de Educação e outros órgãos, sempre que solicitado pelo presidente do conselho e/ou das câmaras;
- VII - expedir, receber e organizar a correspondência do órgão e manter atualizado o arquivo e a documentação deste;
- VIII - prestar informações da tramitação dos processos;
- IX - receber e expedir processos e correspondências, fazendo os necessários registros;
- X - incumbir-se das demais atribuições inerentes à função.

Parágrafo único. Dependendo da demanda do CME o secretário (a) do conselho poderá ser um servidor com função na secretaria, desde que as atividades do conselho tenham prioridade.

Seção IV

Das comissões

Art. 46 As comissões serão constituídas, temporariamente, por determinado número de conselheiros e/ou técnicos especialistas designados pelo presidente do conselho para deliberar sobre assuntos de sua competência.

Art. 47 As comissões reunir-se-ão com maioria de seus membros e deliberarão por maioria simples.

Art. 48 Qualquer conselheiro pode participar dos trabalhos das comissões a que não pertença, sem direito a voto.

Art. 49 Compete às comissões:

- I - apreciar os assuntos e sobre eles deliberar, emitindo parecer que há de ser objeto de decisão da Câmara ou do Conselho pleno;
- II - desenvolver estudos e levantamentos para serem utilizados nos trabalhos de conselho/câmara;
- III - organizar os planos de trabalhos inerentes à respectiva comissão.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50 Este regimento terá validade de cinco anos, a partir de sua publicação; podendo ser alterado a qualquer momento.

Art. 51 Este regimento poderá ser alterado em reunião

extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do conselho.

Art. 52 O poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação garantirá infra-estrutura e condições logísticas adequadas à execução plena das competências do conselho e oferecerá ao Ministério da educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo conselho.

Art.53 Os membros do Conselho Municipal de Educação de Videira deverão residir no município de Videira.

Art. 54 Os relatórios das atividades do Conselho devem evidenciar os resultados obtidos em comparação aos objetivos propostos.

Parágrafo Único. Os relatórios das atividades do Conselho serão semestrais e encaminhados às instituições com representação no conselho.

Art.55 As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 56 Eventuais despesas dos membros do conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 57 A câmara do FUNDEB, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentário e financeiro que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 58 A Câmara do FUNDEB, sempre que julgar conveniente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o secretário de educação Municipal ou servidor com função relacionada ao fundo para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do FUNDEB, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias, em conformidade com a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 59 Nos casos de falhas ou irregularidades, o conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências encaminhar representação à Câmara Municipal, ao tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art.60 Os casos regimentais omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação.

Art. 61 Este Regimento entrará em vigor nada data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCO ANDRÉ SERIGHELLI
Presidente do Conselho Municipal de Educação

VELÂNIA LAZZARI

Presidente Câmara da
Educação Básica

ANA MARIA PEREIRA
DIAS

Presidente Câmara
FUNDEB

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal de Videira

DECRETO Nº 11.972/15

DECRETO Nº 11.972/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 04 de maio de 2015, VIVIAN BRINIAK MOREIRA, Assessor do Programa Bolsa Família, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 11.115/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.973/15

DECRETO Nº 11.973/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LAYS FIGUEIRO RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.974/15

DECRETO Nº 11.974/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CIDINEIA GRAHL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.975/15

DECRETO Nº 11.975/15, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.233/15, de 15 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento do Ensino Fundamental	
2.034 –Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	200.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento do Ensino Infantil	
2.037 –Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	400.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	600.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 158/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 158/15, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar Zona de Especial Interesse Social - ZEIS, Alienar Bens Imóveis para fins de Habitação de Interesse Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) em área do Município, no Bairro Amarante, visando a implantação de Loteamento Habitacional.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, esta Lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso e a ocupação do solo urbano em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A Zona de Especial Interesse Social - ZEIS, objeto desta lei, compreende área do Município, referente ao imóvel Matrícula nº 28.691, declarado de utilidade pública e destinado à implantação de Loteamento Habitacional, denominado Loteamento Popular Linha Bonita, com a área total de 197.327,79 m², visando à regularização de área já consolidada por famílias de baixa renda e implantação de 124 (cento e vinte e quatro) novas moradias populares, sendo que sua implantação deverá atender a Constituição Federal, Lei de Parcelamento do Solo, Lei Minha Casa Minha Vida e demais Normas Ambientais, infraconstitucionais, federais e estaduais.

Parágrafo único - A Zona de Especial Interesse Social - ZEIS prevista no caput deste artigo está descrita e caracterizada no Projeto Geométrico anexo à presente Lei, e contém medidas para garantir a sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal promoverá a regularização da estrutura fundiária com adequação dos lotes e do sistema viário in loco, conforme os requisitos urbanísticos e as normas vigentes.

Art. 4º A Zona de Especial Interesse Social - ZEIS será objeto de Loteamento Popular, para famílias de baixa renda, mediante normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais, conforme admitido pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, no art. 2º, XIV.

Art. 5º Aplica-se nas Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, no que couber e de acordo com o interesse público, os instrumentos previstos nesta Lei e nas demais legislações pertinentes.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por meio de alienação onerosa, mediante contrato de financiamento habitacional, 124 (cento e vinte e quatro) lotes

urbanos de sua propriedade, localizados junto ao imóvel descrito no Art. 2º desta Lei, declarado de utilidade pública e destinado à implantação de Loteamento Habitacional, denominado Loteamento Popular Linha Bonita, sendo estes, conforme Projeto Geométrico em anexo, os seguintes:

I - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, todos da Quadra "G";

II - Lotes urbanos nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, todos da Quadra "H";

III - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, todos da Quadra "I";

IV - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, todos da Quadra "J";

V - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, todos da Quadra "L";

VI - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, todos da Quadra "M";

VII - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, todos da Quadra "N";

VIII - Lotes urbanos nº 1, 2 e 3, todos da Quadra "O";

IX - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4 e 5, todos da Quadra "P"; e,

X - Lotes urbanos nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, todos da Quadra "Q".

§ 1º - Os contratos de financiamento habitacional serão firmados pelos beneficiários com o agente operador/Caixa Econômica Federal, com base no Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, sendo que este último repassará ao Município o valor correspondente a alienação onerosa do imóvel, sendo este fixado por meio de avaliação anexa, no montante de R\$ 5.491,36 (cinco mil e quatrocentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos) por lote.

§ 2º - O resultado líquido da alienação dos imóveis constantes do caput deste artigo deverá ser depositado em conta específica, vinculada ao Município de Videira, vez que destinado exclusivamente à elaboração de projetos para a aquisição de novos terrenos com fins habitacionais, infraestrutura e acesso aos loteamentos habitacionais.

Art. 7º A construção de unidades habitacionais populares objeto da presente Lei, se destinada às famílias cadastradas junto ao Departamento de Assistência Social de Videira, com renda mínima familiar de R\$ 1.601,00 (um mil e seiscentos e um reais) e máxima de R\$ 3.275,00 (três mil e duzentos e setenta e cinco reais).

Art. 8º O Conselho Municipal de Habitação é competente para dirigir quaisquer situações que ensejem parecer sobre os critérios de seleção de beneficiários a serem contemplados com os lotes.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/15, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre os Planos Básicos da Zona de Proteção do Aeródromo, que regulamenta o Zoneamento de Uso do Solo no Entorno do Aeródromo - ZUSEA do Aeródromo Municipal Ângelo Ponsoni de Videira/SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DO ZONEAMENTO DO AERÓDROMO

Seção I

Das Áreas de Proteção

Art. 1º Para efeito desta Lei Complementar, ao Zoneamento do Uso do Solo Entorno do Aeródromo ANGELO PONSONI- ZUSEA de Videira, compreende o Plano Básico do Zoneamento de Ruído - PBZR, o Plano Básico da Zona de Proteção do Aeródromo - PBZPA e a Área de Segurança Aeroportuária - ASA, de forma sobreposta.

§ 1º O zoneamento citado no caput visa eliminar ou impedir que se instalem na área de Zoneamento do Uso de Solo do Aeródromo, edificações e atividades que se constituam em perigo aeroviário, obedecendo a legislações específicas, as quais passam a compor a presente Lei Complementar, quais sejam:

- I - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Videira - SC
- II - Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que tratados Planos de Zona de Proteção de Solo;
- III - Portaria nº. 256 GC5, de 13 de Maio de 2011, que trata do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo;
- IV - Resolução CONAMA nº. 4, de 9 de outubro de 1.995, que trata de Área de Segurança Aeroportuária;
- V - Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº. 139 - Certificação Operacional de Aeroportos, de 27 de novembro de 2.003;
- VI - A Portaria nº. 398/GM5, de 4 de junho de 1.999, que dispõe sobre a aplicação do anexo 14 à Convenção de Aviação Civil Internacional do Território Nacional;
- VII - O Manual de Implementação de Aeroportos - ANAC, RBAC 154;
- VIII - A RBAC 161, atualizado, que regula a Zona de Proteção Ruídos em Decibéis e Resolução ANAC nº 281 de 10 de Setembro de 2013 - Planos de Zoneamento de Ruídos de Aeródromos - PZR;
- IX - Demais legislações e normas específicas no âmbito da União, do Estado e do Município.

§ 2º Os parâmetros inseridos nos zoneamentos citados no caput, foram definidos segundo a classificação tipo VFR (Visual Flight Rules - Regras de Voo Visual), Código 2 Pista entre quatrocentos metros (400,00m) e oitocentos metros (800,00m) e na categoria 1 - Pista de Aviação Regular de Médio Porte e Baixa Densidade.

Seção II

Plano Básico de Proteção do Zoneamento de Ruído - PBZR:

Art. 2º Será considerada Zona de Ruído, a área representada por superfícies imaginárias, sujeita a níveis críticos de incômodo causado pelo ruído das aeronaves de acordo com o Plano Básico

do Zoneamento de Ruído - PBZR, conforme aplicação dos termos disponíveis no RBAC 01, denominado "Regulamento Brasileiro de Aviação Civil", no RBAC 139 denominado "Certificação Operacional de Aeroportos, na Resolução da ANAC nº 153 que dispõe sobre aprovação de Planos Diretores Aeroportuários e na Lei 7.565 que dispõe sobre o definido no Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA. A Subparte "C" da RBAC nº 161 Emenda nº 01, dispõe sobre o Plano Básico de Zoneamento de Ruído - PBZR que deve possuir curvas de ruídos de 75 dB e 65 dB com formas geométricas simplificadas cujas configurações e dimensões são apresentadas, respectivamente, na Figura C-1 e na Tabela C-1. As dimensões das curvas de ruído de um PBZR serão obtidas por meio do enquadramento do movimento anual de pouso e decolagem de aeronaves no aeródromo especificado na Tabela C-1, considerando o número de movimentos de aeronaves no ano anterior.

Legenda:

- L1 - distância horizontal, medida sobre o prolongamento do eixo da pista, entre a cabeceira e o centro do semicírculo de raio R1.
- L2 - distância horizontal, medida sobre o prolongamento do eixo da pista, entre a cabeceira e o centro do semicírculo de raio R2.
- R1- raio do semicírculo da curva de ruído de 75 dB com centro sobre o prolongamento do eixo da pista.
- R2 - raio do semicírculo da curva de ruído de 65 dB com centro sobre o prolongamento do eixo da pista.

§ 1º O Plano Básico do Zoneamento de Ruído - PBZR é composto por duas curvas denominadas Curva de Nível de Ruído I - 75 dB e Curva de Ruído II - 65 dB que delimitam três (3) áreas de ruídos, conforme descritivo abaixo:

I - Curva de Nível de Ruído I (75 dB) - conforme a Tabela C-1 do Plano Básico do Zoneamento de Ruído - PBZR, a pista é enquadrada no Movimento Anual de 401 a 2.000, Classe 2 com as seguintes dimensões:

a) 60,00m (sessenta metros) de cada lateral da pista, a partir do eixo, prolongando até 240,00m (duzentos e quarenta metros) de cada cabeceira e com raio de concordância de 60,00m (sessenta metros), onde o ruído é de 75 decibéis (dB) respectivamente e por estar mais próxima à pista, resulta num ruído mais intenso, podendo causar sérios problemas de incômodo conforme o tempo de exposição;

II - Curva de Nível de Ruído II (65 dB) - conforme a Tabela C-1 do Plano Básico do Zoneamento de Ruído - PBZR, a pista é enquadrada no Movimento Anual de 401 a 2.000, Classe 2 com as seguintes dimensões:

a) 160,00m (cento e sessenta metros) de cada lateral da pista, a partir do eixo, prolongando até 440,00m (quatrocentos e quarenta metros) de cada cabeceira e com raio de concordância de 160,00m (cento e sessenta metros), onde o ruído é de 65 decibéis (dB), excluído a Curva de Ruído 1 e, por estar numa faixa intermediária, o ruído e o incômodo são menores, tornando possível a instalação de algumas atividades, mas restringindo a implantação daquelas ligadas à saúde, educação e cultura, conforme Subparte "E";

III - Área 3, composta pela área com distância superior ao limite da Curva de Nível de Ruído II e, por estar numa região mais afastada da pista, onde os níveis de ruídos encontrados estão dentro dos padrões permitidos e, portanto, não são estabelecidas restrições ao seu uso.

§ 2º As Curvas de Ruído estão representadas graficamente nas Plantas Figuras 01 e 02.

Art. 3º A compatibilidade do uso do solo para as áreas abrangidas

entre a Curva de Ruído I e a Curva de Ruído II deverá obedecer ao descritivo da Subparte E - Tabela E-1 - Usos compatíveis e incompatíveis para áreas abrangidas pelo PBZR, tabela segue abaixo

Notas das Tabelas E-1:

S (Sim) = usos do solo e edificações relacionadas compatíveis sem restrições

N (Não) = usos do solo e edificações relacionadas não compatíveis.

25, 30, 35 = usos do solo e edificações relacionadas geralmente compatíveis. Medidas para atingir uma redução de nível de ruído - RR de 25, 30 ou 35 dB devem ser incorporadas no projeto/construção das edificações onde houver permanência prolongada de pessoas.

(1) - Sempre que os órgãos competentes determinarem que os usos devam ser permitidos deve ser adotado medidas para atingir uma RR (Redução de Ruído) de pelo menos 25 dB. O Projeto para a redução do ruído deve ser elaborado conforme a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e de acordo com a NBR 10152 de dezembro 1987 e NBR 10151 de junho de 2000 com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional habilitado.

(2) - Edificações residenciais requerem uma RR de 25 dB.

(3) - Edificações residenciais requerem uma RR de 30 dB.

(4) - Edificações residenciais não são compatíveis.

(RR) - Redução de Nível de Ruído (exterior para interior)

Seção III

Plano Básico da Zona de Proteção do Aeródromo - PBZPA

Art. 4º A Zona de Proteção representa o conjunto de superfícies imaginárias limitadoras de obstáculos, definido pelo Plano Básico da Zona de Proteção do Aeródromo - PBZPA, estabelecido pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, devendo coibir a implantação de obstáculos e de atividades que possam restringir a operacionalização do Aeródromo de forma segura.

Art. 5º Os aspectos primordiais a serem observados no Plano Básico da Zona de Proteção do Aeródromo - PBZPA referem-se basicamente a:

I - Restrições de gabaritos impostos às instalações e edificações, temporárias ou permanentes, fixas ou móveis, que possam comprometer as manobras das aeronaves;

II - Atividades que produzam quantidade de fumaça que possam comprometer o voo visual;

III - Atividades que produzam quantidades de partículas de sólido que possa danificar as turbinas das aeronaves;

IV - Atividades que possam atrair pássaros;

V - Equipamentos de difícil visibilidade ou que prejudiquem a visibilidade do piloto.

Art. 6º O Plano Básico da Zona de Proteção do Aeródromo - PBZPA é composto pela seguinte faixa e seguintes superfícies que são limitadoras de obstáculos de aeródromos:

I - Faixa de Pista;

II - Superfície de Aproximação;

III - Superfície de Decolagem;

IV - Superfície de Transição;

V - Superfície Horizontal Interna;

VI - Superfície Cônica.

§ 1º A FAIXA DE PISTA representa a área retangular com 1.520,00m (mil quinhentos e vinte metros) de comprimento por 80,00m (oitenta metros) de largura, onde não são permitidos quaisquer aproveitamentos que ultrapassem, em cada ponto, a altitude do ponto mais próximo, situado no eixo da pista ou no seu

prolongamento, tais como construções, instalações e colocação de objetos de natureza temporária ou permanente, fixos ou móveis, exceto auxílios a navegação aérea indispensáveis. A Faixa de Pista envolve:

I - A pista de pouso, com 1.400,00m (mil e quatrocentos metros) de comprimento e 23,00m (vinte e três metros) de largura.

II - A zona de parada destinada a proteger as aeronaves em operação de pouso e decolagem.

III - A faixa preparada destinada a reduzir o risco de dano às aeronaves que, eventualmente, saiam da pista (área de segurança), possui 40,00m (quarenta metros) de cada lado da pista de pouso, prolongando até o final da zona de parada.

§ 2º A SUPERFÍCIE DE APROXIMAÇÃO constitui um plano inclinado ou uma combinação de planos anteriores à cabeceira da pista, cujos parâmetros e dimensões estão estabelecidos na Tabela AER 1A da Portaria 256/GC5. A referida superfície estende-se no sentido do prolongamento de ambas as cabeceiras da pista, num plano inclinado de rampa de 1/25 (um para vinte e cinco), iniciando com a largura da Faixa de Pista com 80,00m (oitenta metros) e desenvolvendo-se com uma abertura angular de 6º (6 graus) ou 10% (dez por cento) para cada lado até atingir 2.500,00m (dois mil e quinhentos metros) de projeção horizontal de distância da faixa de pista (planta figura 02 e 03).

§ 3º A SUPERFÍCIE DE DECOLAGEM constitui um plano inclinado ou outra superfície especificada, além do fim da pista de decolagem ou de uma zona desimpedida, cujos parâmetros e dimensões estão estabelecidos na Tabela AER 2 da Portaria 256/GC5. A referida superfície estende-se no sentido do prolongamento de ambas as cabeceiras da pista, num plano inclinado de rampa de 1/20 (um para vinte), iniciando a partir da Faixa de Pista, com 80,00m (oitenta metro) e desenvolvendo-se com uma abertura angular de 6º (6 graus) ou 10% (dez por cento) para cada lado até atingir 80,00m (oitenta metros) de altura e 2.500,00m (dois mil e quinhentos metros) de projeção horizontal de distância da faixa de pista (planta figura 02 e 03).

§ 4º A SUPERFÍCIE DE TRANSIÇÃO constitui uma superfície complexa ao longo das laterais da Faixa de Pista e parte das laterais da Superfície de Aproximação, inclinando-se para cima e para fora em direção à Superfície Horizontal Interna, cujos parâmetros e dimensões estão estabelecidos na Tabela AER 1A da Portaria 256/GC5. A referida superfície estende-se em rampa com inclinação de um para cinco (1/5) para ambos os lados a partir dos limites laterais da Faixa de Pista até atingir 45,00m (quarenta e cinco metros) de altura em relação à elevação do aeródromo.

§ 5º A SUPERFÍCIE HORIZONTAL INTERNA constitui uma superfície localizada em um plano horizontal acima do aeródromo e de seu entorno, cujos parâmetros e dimensões estão estabelecidos na Tabela AER 1A da Portaria 256/GC5. Os limites externos da Superfície Horizontal Interna são semicírculos, com centros nas cabeceiras da pista, unidos por uma tangente. A referida superfície estende-se para fora dos limites dos gabaritos das Áreas de Aproximação e Transição, com desnível de 45,00m (quarenta e cinco metros) em relação à elevação do aeródromo e seu limite externo é elíptico, com centros nas cabeceiras da pista e raio igual a 2.500,00m (dois mil metros).

§ 6º A SUPERFÍCIE CÔNICA constitui uma superfície em rampa ascendente a partir dos limites externos da Superfície Horizontal Interna, cujos parâmetros e dimensões estão estabelecidos na Tabela AER 1A da Portaria 256/GC5. A referida superfície estende-se em rampa de 1/20 (um para vinte) e para fora dos limites externos da Superfície Horizontal Interna até atingir 145,00m (cento e quarenta e cinco metros) acima da elevação do aeródromo.

§ 7º A Faixa de Pista bem como as Superfícies citadas acima está representada graficamente nas Plantas Figuras 03 e 04.

Art. 7º O Zoneamento do Uso do Solo no Entorno do Aeródromo determinada a seguintes situações quanto a construções:

§ 1º Na Faixa de Pista não são permitidos quaisquer aproveitamentos que ultrapassem o seu gabarito, tais como construções, instalações e colocação de objetos de natureza temporária ou permanente, fixos ou móveis, exceto aqueles destinados ao auxílio à navegação aérea que, obrigatoriamente, tenham de ser instalados nesta área.

§ 2º Nas Superfícies de Aproximação, Decolagem e de Transição não são permitidas implantações de qualquer natureza que ultrapassem os seus gabaritos, salvo as torres de controle e os auxílios à navegação aérea que, a critério do órgão específico, possam ser instalados na área de transição, mesmo que ultrapassem o gabarito desta área.

§ 3º Nas Superfícies de Aproximação e de Transição, não são permitidas implantações de natureza perigosa, mesmo que não ultrapassem os gabaritos fixados. Denomina-se implantação de natureza perigosa toda aquela que produza ou armazene material explosivo ou inflamável, ou cause perigosos reflexos, irradiações, fumo ou emanações que possam proporcionar riscos à navegação aérea, a exemplo de siderúrgicas e similares, refinarias de combustíveis, indústrias químicas, depósitos ou fábricas de gases, combustíveis ou explosivos, áreas cobertas de material refletivo, matadouros, vazadouros de lixo, culturas agrícolas suscetíveis à presença de pássaros, assim como outras que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea.

Art. 8º Qualquer implantação prevista para ocorrer na área do Plano Básico da Zona de Proteção do Aeródromo - PBZPA, temporária ou permanente, fixa ou móvel, independente de sua natureza, exceto aquelas que atendam aos requisitos constantes no § 3º deste artigo, terá que ser submetida à autorização do Órgão Competente.

§ 1º O Poder Executivo Municipal somente expedirá o respectivo alvará após a anuência do Órgão Competente.

§ 2º Ficam permitidas, independentemente de autorização ou consulta ao Órgão Competente, as implantações que se elevem acima da superfície do terreno em, no máximo, 8,00m (oito metros) na Área Horizontal Interna, 19,00m (dezenove metros) na Área Cônica e 30,00m (trinta metros) na Área Horizontal Externa, qualquer que seja o desnível em relação à elevação do aeródromo, exceto as seguintes instalações ou construções:

- I. torres da alta tensão;
- II. cabos aéreos;
- III. torres de telecomunicações;
- IV. postes e outros objetos cuja configuração seja pouco visível à distância de 150,00m (cento e cinquenta metros) ou mais de altura, mesmo fora da Zona de Proteção, deverá ser informada ao Órgão Competente.

Seção IV

Da Área de Segurança ao Aeródromo - ASA

Art. 9º Constitui a Área de Segurança ao Aeródromo - ASA de Santa Catarina, o conjunto de superfícies imaginárias, definida pela Resolução CONAMA 04/95, formada pela abrangência de um raio de 20.000,00 (vinte mil metros) a partir do "centro geométrico do aeródromo".

Art. 10 Na Área de Segurança ao Aeródromo - ASA haverá restrição

à implantação de atividades que caracterizem "foco de atração de pássaros", como por exemplo, deposição e/ou tratamento de resíduos sólidos urbanos, matadouros, curtumes, vazadouros de lixo, culturas agrícolas e similares que atraiam pássaros, assim como quaisquer outras atividades que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea.

Parágrafo único - A implantação de atividades relacionadas no caput deste artigo deverá obter autorização do Órgão Competente.

Capítulo II DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 As novas propriedades e atividades, bem como as existentes e já instaladas nas Zonas de Proteção, estarão sujeitas as restrições estabelecidas pelo Plano Básico da Zona de Proteção de Aeródromo - PBZPA e pelo Plano Básico da Zona de Ruído - PBZR.

Art. 12 A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las, conforme disciplina o Código Civil, Disposições Preliminares, Art. 1.229 - Zona Aeroportuárias.

Art. 13 O Poder Executivo poderá estabelecer, através de decreto, procedimentos complementares necessários ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.231/15

LEI Nº 3.231/15, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a SOYALI INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a Soyali Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 2.524/15:

I - Até 60 (sessenta) horas dos serviços de 01 (uma) patrôla;

II - Até 60 (sessenta) horas dos serviços de 01 (um) rolo compressor;

III - Até 60 (sessenta) horas dos serviços de 01 (um) Trator de Esteira;

IV - Até 600 (seiscentos) m³ de pedra brita.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.232/15

LEI Nº 3.232/15, DE 29 DE ABRIL DE 2015

Altera disposições contidas na Lei nº 052/86, de 10 de setembro de 1986, que Cria a Banda Municipal do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º, da Lei nº 052/86, de 10 de setembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criada no Departamento de Cultura a Banda Musical do Município de Videira, subordinada a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Parágrafo único. A Banda Musical do Município de Videira será composta por duas categorias, sendo:

I - Categoria Iniciante, denominada de Banda Jovem Sol, Lá, Si;

II - Categoria Avançada, denominada de Banda Sinfônica Videira;” (NR)

Art. 2º Altera o art. 2º, da Lei nº 052/86, de 10 de setembro de 1986, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Banda Musical do Município de Videira terá como sede o Centro de Eventos Vitória.” (NR)

Art. 3º Altera o artigo 4º, da Lei nº 052/86, de 10 de setembro de 1986, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Poder Executivo expedirá através de regulamentos, as instruções necessárias a execução da presente lei;” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições

em contrário.

Videira, 29 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.233/15

LEI Nº 3.233/15, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento do Ensino Fundamental	
2.034 –Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	200.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento do Ensino Infantil	
2.037 –Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	400.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	600.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.234/15

LEI Nº 3.224/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.795.000,00 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.018 – Construção Rodoviária	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	2.730.000,00
09 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Departamento de Turismo e Cultura	
2.061 – Manutenção do Observatório	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	65.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	2.795.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0326/15

PORTARIA nº 0326/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes

servidores:

I - Representantes da Procuradoria Jurídica:

KALYNE DANIELEWICZ

MARIO PEDRO FONTANELLA

RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

CARLISE PIERDONA

SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT

CLEMIR BERTOTTO ERDMANN

CRISTINA KLOCK

ALVAIR LIRIO BARZOTTO

LUCÉLIA GRUTZMACHER

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

POLIANA CARLA HAAS

IZABEL APARECIDA BALBINOTT

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO

MÁRCIA REGINA VANZ

JEAN CARLOS ANDREOLA

VALCIR JOSÉ RIGO

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

ARNALDO POSANSKE

VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI

VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI

MIGUEL ALBERTO VIECELLI

V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

HELY DE FREITAS E SILVA

SÉRGIO PERETTI

ADELMO ALBIERO

LUIS CARLOS SPANHOLI

SÉRGIO ANTONIO OZELAMI

VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA

MARIA CRISTINA DE SOUZA

JOICEANE SAVIAN

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

LEONARDO BOM GUSE

VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI

JANAINA CORREA COUTO

ELISANDRA MARA BARETTA

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0180/15.

Videira, 29 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0327/15

PORTARIA nº 0327/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 7201/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Academia Kaya, neste ato representado pela Sra. Kayana Ragadalli Paeze, nos dias 23 de agosto e 04, 08, 11, 12 e 13 de setembro de 2015, a fim de realizar ensaios dos grupos, bem como realizar a XI Mostra de Dança da Academia KAYA.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0328/15

PORTARIA nº 0328/15

Cede Servidor Municipal ao Tribunal Regional Eleitoral

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto no art. 2º da Lei 6.999, de 7 de junho de 1982 e, à vista do contido nos Processos Administrativos nº 6452/2015 e 7102/2015,

RESOLVE

Colocar a servidora municipal CAROLINA CERBATO, Agente Administrativo II, à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para prestar serviços no Cartório da 36ª Zona Eleitoral, com ônus para a origem.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2.078/07.

Videira, 30 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do objeto do edital de Pregão Presencial nº 13/2015 - FMS, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PROCESSADORA AUTOMÁTICA PARA REVELAÇÃO DE FILMES DE MAMOGRAFIA PARA SER INSTALADA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário de proposta, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, alterando a data de abertura do certame para o dia 15 de Maio do corrente ano às 16h00min. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de Abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 - PMV
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADA a descrição do objeto do edital de Pregão Presencial nº 52/2015 - PMV, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO À QUENTE PARA SER UTILIZADO NA OPERAÇÃO TAPA-BURACOS EM VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 05 de Maio do corrente ano às 14h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e também no formulário proposta, fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 15 de Maio de 2015 às 14h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de Abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles**PREFEITURA****ATA TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO PARA VICE-PREFEITO**

ATA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL PARA O VICE-PREFEITO

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às dezessete horas, reuniram-se no Gabinete do Prefeito Municipal, no prédio da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, os senhores Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 538.792.609-15, portador da cédula de identidade nº 1.228.128-0 e, Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 310.388.759-00, portador da cédula de identidade nº 1.031.496-2, para a transmissão do cargo do primeiro para o segundo, em virtude de trinta dias de férias, relativas ao período aquisitivo do exercício de 2014 (dois mil e catorze), que dar-se-á a partir do dia quatro de maio de dois mil e quinze até o dia dois de junho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar o senhor Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, empossou o senhor Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito Municipal, no cargo de Prefeito Municipal, onde ambos e os demais presentes assinam o referido Termo de Posse, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC em quatro de maio de dois mil e quinze, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11. Vitor Meireles (SC), em trinta de abril de dois mil e quinze.

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 03/2015

RESULTADO FINAL PARA AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Classificação	Nota	Nº Inscrição	Nome
1º	8,5	01	Iria Wilhelm

Vitor Meireles, 29 de Abril de 2015.
PAULO ROBERTO DE FREITAS
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 082/2015

PORTARIANº 082/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANAÍNA CARDOZO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL I ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 029/2015, de

06 de fevereiro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 16 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 011/2015

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 011/2015 - SAÚDE

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2015

HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2015 - CREDENCIAMENTO

CREDENCIADO: MARINA BETANIA PEGORARO - ME

CNPJ: 22.114.021/0001.70

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA SESSÃO DE FISIOTERAPIA CONVENCIONAL E DRENAGEM LINFÁTICA PARA MULHERES MASTECTOMIZADAS.

VALOR: 61.950,00(SESENTA E UM MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).

FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

Xaxim-SC, 30 de março de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Decreto 173

DECRETO Nº0173/2015

DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÀREA RURAL DO MUNICÍPIO DE XAXIM AFETADA POR TORNADO, DISPÕE SOBRE A COOPERAÇÃO EM RELAÇÃO À MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA AMAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM - ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Idacir Antonio Orso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, com fundamento nas Lei Federal nº 12.608/2012, Decreto Federal nº 7.257/2010, e na Instrução Normativa nº 1, de 24.08.2012, do Ministério da Integração Nacional e,

CONSIDERANDO o fenômeno natural, qual seja, tornado, na tarde do dia 20 de abril de 2015, que causou danos e prejuízos no Município e na Região, em especial, nas vizinhas cidades de Ponte Serrada, Passos Maia e em especial em relação à cidade de Xanxerê, que inclusive decretou estado de calamidade pública através do Decreto nº 082/2015;

CONSIDERANDO que, devido aos ventos que ultrapassaram os 200km/h, resultou em destruição de moradias, aviários, quedas de árvores e consequente danificação das estradas no interior;

CONSIDERANDO que tal anormalidade, exige do Poder Público municipal, a adoção de medidas para restabelecer a normalidade, até porque, em especial aos Municípios vizinhos, tal aporte da estrutura pública faz-se necessário, mesmo que a colaboração da sociedade de todo o Estado de Santa Catarina está dando-se de forma sem precedentes e de modo rápido;

CONSIDERANDO que concorrerem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário e de parte da população afetada e pela limitação da estrutura da

defesa civil local, para fazer frente ao evento de difícil previsibilidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à reabilitação do cenário e cidadão atingidos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único. A situação de anormalidade abrange somente a área rural do Município em razão dos expressivos danos ocorridos na Região de Comunidade de Anita Garibaldi e Golfo São Roque, conforme atesta o Formulário de Informações de Desastre, a ser encaminhado ao Departamento Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º. A mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, estará sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, mediante Plano Emergencial de Resposta ao Desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao evento.

Art. 4º. Autoriza-se e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, mesmo que em relação aos Municípios vizinhos, a serem coordenadas pela Secretaria de Assistência Social e o COMDEC.

Art. 5º. Autoriza-se, com fundamento no parágrafo único, do art. 23 da Constituição Federal, caso os Municípios vizinhos necessitem, a utilização de toda a estrutura do Poder Público Municipal, inclusive de pessoal, pelo período que for necessário, para que da forma mais breve, possa a população destes municípios, retomar a vida, de forma digna, conforme constitucionalmente assegurado no inciso III, do art. 1º.

Art. 6º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República, ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres autorizados, em caso de risco iminente, a:

I - adentrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares.

Art. 7º. De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao evento, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos danos, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) consecutivos e ininterruptos, contados a partir da sua caracterização, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Xaxim, 22 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador-Geral do Município

Decreto 180

DECRETO Nº180/2015.

Prorroga contrato Médico em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando a demissão/exoneração de médicos que até então prestavam serviços à Municipalidade;

b) Considerando que já foram convocados todos os médicos aprovados no concurso público 001/2013;

c) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

d) Considerando que, seria um retrocesso e violaria o princípio da eficiência deixar unidade de saúde sem tal tipo de profissional;

e) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

f) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar junto ao Programa de Estratégia de Saúde da Família;

g) Considerando que, como direito básico do cidadão, a ausência de tal profissional, seria extremamente prejudicial à população, violando princípios como o da moralidade e da eficiência;

h) Considerando que está sendo realizado concurso público 001/2015, o qual contempla a vaga de médico;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato, em caráter emergencial, da servidora municipal KARINA CIPRIANI, matrícula 6959, na função de MÉDICA, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de maio de 2015 até 31 de julho de 2015, quando encerra este contrato.

Art. 2º A servidora ora contratada será pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

**LEI Nº 4067/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015.
"AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A
ORGANIZAÇÃO AUM – ESPAÇO LUZ XAXIM/SC,
ENTIDADE FILANTRÓPICA SEM FINS LUCRATIVOS"**

LEI Nº 4067/2015 de 28 de abril de 2015.

**"AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A ORGANIZAÇÃO AUM
- ESPAÇO LUZ XAXIM/SC, ENTIDADE FILANTRÓPICA SEM FINS
LUCRATIVOS"**

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a ORGANIZAÇÃO AUM - ESPAÇO LUZ XAXIM/SC, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.16.549/0001-58, com sede no município de Xaxim/SC, objetivando a cooperação para manutenção e execução de todas as atividades e serviços prestados pela referida Entidade, mediante a cedência de dois servidores públicos do município.

§ 1º. Referida cessão será temporária, visando à atuação conjugada para a satisfação de necessidades de interesse coletivo, sem intento de cunho lucrativo.

§ 2º. A entidade mencionada no caput é Organização Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades são dirigidas ao desenvolvimento sustentável, educacional, cultural e ambiental, assistência e apoio psicossocial e terapêutico.

§ 3º. Os servidores cedidos serão do quadro efetivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com todas as vantagens inerentes aos seus cargos.

Art. 2º. O prazo de duração da cessão será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

Art. 3º. A presente cessão especial de servidores se dá com ônus para a origem.

§ 1º. Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem dos servidores cedidos qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social;

§ 2º. Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente pela Organização Social a servidor cedido com recursos provenientes do Ente cedente, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria;

Art. 4º. A Cessão objeto desta Lei poderá ser revogada a qualquer tempo.

Art. 5º. As funções a serem exercidas pelos servidores cedidos junto a ONG serão aquelas assemelhadas às atribuições dos respectivos cargos.

Art. 6º. Deverá a ONG beneficiada, quadrimestralmente, apresentar ao Município Relatório circunstanciado das atividades dos servidores cedidos.

Art. 7º. Não será permitida a cessão de servidor:

I - Investido exclusivamente em cargo de provimento em comissão ou em função pública temporária;

II - Que ainda não cumpriu o período de estágio probatório;

III - Contra o qual tramita processo administrativo disciplinar ou sindicância administrativa.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 30 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4068/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015. INSTITUI
A LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO
SOLO DO MUNICÍPIO DE XAXIM.**

LEI Nº 4068/2015 de 28 de abril de 2015.

**INSTITUI A LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
DO MUNICÍPIO DE XAXIM.**

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I**DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO****CAPÍTULO I****DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

Art. 1º. O controle do uso e da ocupação do solo municipal visa promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da Cidade e da propriedade entendendo-se com tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários e sua articulação com a área rural.

§ 1º. Zoneamento é a divisão da área do Perímetro do Município, em zonas, para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.

I - Uso do Solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos ser definidos como: permitidos, permissíveis e proibidos;

II - Ocupação do Solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são: índice de aproveitamento, número de pavimentos / gabarito, recuo, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade.

§ 2º Dos índices urbanísticos:

I - Índice de Aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada Zona. No cálculo do índice de aproveitamento, conforme a fórmula abaixo, não serão computados os seguintes elementos:

a) hall de entrada e área de escadaria;

b) área de estacionamento/garagens obrigatórias cobertas dentro do corpo do prédio e/ou não cobertas fora do corpo do prédio;

c) área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;

d) floreiras;

e) caixa d'água;

f) poço de elevador e casa de máquinas;

g) sacadas, desde que não vinculadas a área de serviço e em balanço e fora do corpo do prédio com no mínimo 02 fachadas livres.

II - Número de Pavimentos/gabarito: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo. Será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua.

III - Recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

IV - Taxa de Ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote, a ser calculada conforme a fórmula abaixo, sendo que não serão computados para efeito de cálculo da taxa de ocupação:

a) hall de entrada, área de escadaria e poço de elevador;

b) projeção com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);

c) marquises;

- d) pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
e) áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos, não coberta, pavimentação permeável;

V - Taxa de Permeabilidade: é a proporção de área do lote que não recebe pavimentação para absorção de águas pluviais.

§ 3º Dos usos do solo urbano:

I - Uso Permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;

II - Uso Permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável da Prefeitura e do Conselho de Desenvolvimento Municipal;

III - Uso Proibido: uso inadequado às zonas.

§ 4º Da terminologia:

a) Alvará de Construção: documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;

b) Consulta de Viabilidade Técnica: documento indispensável, prioritário de encaminhamento à municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona;

c) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade, sujeita à regulação por Lei;

d) Habite-se: autorização concedida pela Municipalidade para utilização de uma edificação;

e) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a benfeitorias em edificações já existentes, sujeitas também a regulamentação pelo Código de Edificações do Município;

f) Equipamentos Comunitários: são os equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança, assistência social, treinamento profissional, associativismo e similares, quando pertencentes ao Poder Público;

g) Equipamentos Urbanos: são os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais;

h) Faixa de Proteção e Drenagem: faixa paralela a um curso d'água medida a partir de sua margem, destinada à proteção de erosão e a amenizar o problema das cheias;

i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;

j) Faixa de Domínio: área contígua marginal às vias de tráfego intermunicipal e interestadual, e paralelas às redes de energia de alta tensão, sendo vedada a construção. A Faixa de Proteção das Linhas de Transmissão corresponde a uma faixa de 15m (quinze metros) de largura ao longo da linha de transmissão.

Art. 2º. O controle do uso e da ocupação do solo tem por objetivos:

I - estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o ambiente, e das atividades que os permeia;

II - promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético, paisagístico, naturais ou culturais;

III - prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com a necessidade de crescimento ordenado;

IV - compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;

V - aplicar os instrumentos jurídicos da Outorga Onerosa, do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir, IPTU Progressivo, Estudo do Impacto de Vizinhança, Direito de Preempção e outros previstos na Lei do Plano.

CAPÍTULO II

DO ZONEAMENTO

Art. 3º. O Zoneamento consiste na divisão do território em

macrozonas, e zonas, estabelecendo as diretrizes para o uso e ocupação do solo do município, tendo como referência as características dos ambientes natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões das macrozonas em unidades territoriais que servem como referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

SEÇÃO I

DAS MACROZONAS

Art. 4º. O território do Município de Xaxim fica dividido em três macrozonas:

I - MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada;

II - MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária;

III - MEUM: Macrozona de Expansão Urbana Mista, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento com característica de uso misto.

Parágrafo Único. Os perímetros dos elementos dos zoneamentos estão definidos nos mapas de macrozoneamento Anexo II e Mapa de Zoneamento constante no Anexo III.

Art. 5º. São objetivos da Macrozona Urbana:

I - controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infraestrutura disponível;

II - possibilitar a instalação de uso misto;

III - orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;

IV - implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;

V - incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;

VI - implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;

VII - melhorar a integração entre os bairros;

VIII - reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;

IX - incentivar a ocupação de vazios urbanos;

X - incrementar a capacidade do sistema viário.

Art. 6º. A Macrozona Urbana Consolidada é delimitada pela área do perímetro urbano da sede do município de Xaxim, e fica subdividida nas seguintes Zonas:

ZIM - Zona de Interesse Misto

ZCP - Zona Comercial Predominante

ZCC - Zona de Corredor Comercial

ZII - Zona de Interesse Industrial

ZRA - Zona Residencial de Alta Densidade

ZRM - Zona Residencial de Média Densidade

ZRB - Zona Residencial de Baixa Densidade

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZPP - Zona de Preservação Permanente

§ 1º As zonas são delimitadas por limites do perímetro urbano, vias e por divisa de lotes.

§ 2º O Regime urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da Zona de Parâmetro Urbanístico menos restritivo.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes da zona.

Art. 7º. A Zona de Interesse Misto tem por objetivo concentrar atividades de uso misto e diverso de natureza comercial, prestação

de serviços, indústrias de baixo impacto ambiental e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis, dada as condições estratégicas da região e as boas condições de acessibilidade.

Art. 8º. A Zona Comercial Predominante tem por objetivo incentivar a instalação de atividades comerciais e de prestação de serviços fortalecendo a área comercial existente, compatibilizando com a infraestrutura e sistema viário existente, viabilizando maior adensamento.

Art. 9º. A Zona de Corredor Comercial tem por objetivo concentrar atividades de comércio e prestação de serviços ao longo das vias coletoras com condições de acessibilidade, criando-se corredores nas ruas dos bairros, descentralizando-se as atividades comerciais.

Art.10. A Zona de Interesse Industrial tem por objetivo estabelecer normas para construção de indústrias que pelo seu porte e grau de poluição são incompatíveis com as atividades predominantes das demais Zonas.

Art. 11. A Zona Residencial tem por objetivo destinar prioritariamente a instalação de residências visando um adensamento baseado no dimensionamento das redes de infraestrutura urbana, do sistema viário e configuração da paisagem.

Parágrafo Único. As Zonas Residenciais subdividem-se em:

- I - ZRA: Zona Residencial de Alta Densidade;
- II - ZRM: Zona Residencial de Média Densidade;
- III - ZRB: Zona Residencial de Baixa Densidade.

Art. 12. A Zona Especial de Interesse Social tem por objetivo destinar prioritariamente a melhoria e produção de Habitações de Interesse Social e ampliação de equipamentos urbanos beneficiando a população de baixa renda, a regularização fundiária, salvaguardando o direito à moradia e a cidadania.

Art. 13. A Zona de Preservação Permanente tem por objetivo proteger as áreas definidas como preservação ao longo dos rios, arroios e lajeados. Sendo dentro do perímetro urbano, uma faixa de 30m para cada lado do Rio responsável pela captação de água, uma faixa de 15m para cada lado dos demais rios, uma faixa de 5m para cada lado de rios canalizados e um raio de 50m de olhos d'água, lagoas e nascentes.

§ 1º Fica proibido qualquer uso, salvo a execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de Interesse Social, com prévia autorização de órgão ambiental, após realização de estudos ambientais pertinentes.

§ 2º São consideradas Zonas de Preservação Permanentes as áreas com declividade acima de 100% e acima da cota e topo de morros.

Art. 14. São objetivos da Macrozona de Expansão Urbana Mista:
I - direcionar e incentivar o adensamento, adequando-o ao meio físico existente;

II - promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado de uma nova área urbana;

III - dar continuidade a infraestrutura, de forma a possibilitar o desenvolvimento de atividades de interesse misto.

Art. 15. São objetivos da Macrozona Rural:

I - garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;

II - garantir a proteção dos mananciais;

III - garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;

IV - promover o desenvolvimento econômico sustentável;

V - incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;

VI - promover e incentivar a diversificação da propriedade rural;

VII - dotar a Macrozona Rural de infraestrutura básica;

VIII - incentivar o desenvolvimento do turismo rural.

Art. 16. A Macrozona Rural é delimitada pela área rural do município, com características de Desenvolvimento de atividade Agropecuária.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 17. Em todo o edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I - quota de 6 m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia, nunca menor que 40,00m², podendo ser subdividida em no máximo 02 áreas;

II - localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso a veículos e de estacionamento;

III - Superfície Permeável - com areia ou grama de no mínimo de 12m², incluída na quota estipulada no inciso I.

Art. 18. As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso da Tabela I, Anexo IV, parte integrante a esta Lei.

Art. 19. A fim de garantir o estacionamento dos veículos particulares fora das vias públicas, serão exigidas vagas de estacionamento em garagens, abrigos ou áreas descobertas, de conformidade com a Tabela de Garagem / Vagas de Estacionamento, observado o disposto no Código de Obras do Município.

§ 1º As vagas devem possuir dimensões mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) x 5,00m (cinco metros), devidamente demonstrados no projeto, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo, ou equivalente a 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) por vaga, incluindo área necessária à manobra.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos de usos coletivos, será admitido que as vagas sejam vinculadas entre si, quando se tratar das vagas da mesma unidade.

§ 3º O número de vagas para o uso de atividades não especificadas na "Tabela de Vagas de Estacionamento", será calculado por analogia.

§ 4º Deverão ser demarcados os acessos por meio de rebaixo de meio fio, admitindo-se, no máximo 2 (dois) acessos, entrada e saída, com no mínimo 3,00m (três metros) de largura cada um.

§ 5º Os espaços destinados aos estacionamentos e pátios de carga e descarga, deverão estar situados totalmente dentro dos limites do lote.

Art. 20. Os espaços destinados à garagem ou estacionamento não poderão sofrer modificações de uso.

Art. 21. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento, deverão ser reservadas vagas para deficientes físicos, localizadas próximo das entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

I - até 25 vagas: 1 vaga;

II - de 25 a 50 vagas: 2 vagas;

III - de 51 a 75 vagas: 3 vagas;

IV - de 76 a 100 vagas: 4 vagas;

V - de 101 a 150 vagas: 5 vagas;

VI - de 151 a 200 vagas: 6 vagas;

VII - de 201 a 300 vagas: 7 vagas;

VIII - mais de 300 vagas: 8 vagas e mais uma para cada 100 (cem) vagas ou fração.

Art. 22. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei, que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso não será exigido o provimento de vagas do estacionamento, devendo permanecer as vagas de garagem pré-existentes.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no artigo anterior, não se aplica para os usos: Uso 5B, Uso 6, Uso 7 e especificamente para

bancos.

§ 2º As edificações de que trata o caput deste artigo, que receberem obras de ampliação da área construída, será exigido o provimento de vagas de estacionamento, calculado sobre a área acrescida, na proporção estabelecida na Tabela de Garagem / Vagas de Estacionamento.

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o parágrafo anterior, poderá localizar-se em outro imóvel, a uma distância máxima de 100,00m (cem metros), desde que vinculada à edificação, por intermédio de averbação na escritura pública anterior ao registro da ampliação.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 23. Ficam assim classificados e relacionados os usos do solo do Município de Xaxim, quanto às atividades:

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Mini Mercados até 200m2

Feiras-Livres

Banca de revista

Padarias

Farmácias

Aviamentos

Sapatarias

Bares / Lanchonetes / Sorveterias

Escritórios Profissionais

Salão de Beleza

Ateliês Profissionais

Quitanda

Açougue

Mercearia

Peixaria e Similares

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

Lojas/Butiques

Butiques

Vidraçarias

Confeitarias

Academias

Auto Peças

Lotéricas / Jogos Eletrônicos / Lan House

Floriculturas

Bancos

Ópticas/Joalherias

Joalherias

Restaurantes

Escritórios

Imobiliária

Reparo de Eletrodomésticos

Vídeos Locadoras

Livrarias

Representações Comerciais

Centro de Treinamento de Condutores (Auto escola)

Estacionamentos Comércio Varejista de Extintores

Comércio Varejista de Gás GLP

USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Lojas de Departamentos

Supermercados

Centros Comerciais

Lojas de Material de Construção

Construtoras

Distribuidora de Peças

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA

Depósito de Materiais de Construção e Ferragens

Armazéns gerais de estocagem

Distribuidoras

Armazém de GLP

Depósito de Plásticos

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS

Postos de Serviços Pesados

Depósitos Pesados (sucatas)

Transportadoras

Oficinas de Máquinas Pesadas

Revenda de Caminhões e Máquinas Pesadas

Guinchos

Terminal Rodoviário

Prédio de Garagens

Garagens de empresa de ônibus

USO 8 - PARA VEÍCULOS

Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação)

Oficina Mecânica

Chapeação e Pintura

Retifica de automóveis/motores

USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Agência de Automóveis

Revenda de Automóveis

Agência de Motocicletas

Revenda de Motocicletas

USO 10 - EDUCACIONAL

Creche

Estabelecimento de Ensino (1º / 2º e 3º Graus e Específicos)

Centros Comunitários

USO 11 - INSTITUCIONAL

Sede de Órgãos Públicos e Autarquias

Correios

Telecomunicações

Fórum de Justiça

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Quartéis

Bombeiros

Delegacias

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Cemitério

Capela Mortuária

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asilos

Hospitais

Casas de Saúde

Postos Assistenciais / Unidades Sanitárias

Clínicas

Abrigos/Albergues

USO 14 - RELIGIOSOS

Templos

Igreja

Salões Paroquiais

USO 15 - RECREAÇÃO E LAZER

Clubes

Museus
Teatro
Cinema
Auditórios

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Ginásios
Pequenas Feiras (Eventuais)
Parques Ambientais
Praças e Áreas de Lazer

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Camping
Parques de Diversão
Circos
Associações de Funcionários (Sede Campestre)
Parques de Exposições e Feiras de Evento

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS

Boates
Discotecas
Danceterias
Casas de Espetáculos
Salões de Bailes e Similares

USO 18 - HOTÉIS E Pousadas

USO 19 - MOTÉIS

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Indústria de materiais elétricos e de comunicações com exceção de pilhas, baterias e acumuladores
Fabricação de artigos de madeiras para uso residencial, comercial ou industrial
Fabricação de artefatos de papel ou papelão não associados a produção de papel ou papelão
Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuários
Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria
Indústrias Editoriais e Gráficas
Fabricação de Produtos de Perfumaria
Fabricação de Velas
Vidraçaria

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2

Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Fabricação de peças, ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e /ou amianto;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;
Desdobramentos de madeiras, inclusive serraria;
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;
Fabricação de artigos de borracha em geral;
Fiação ou tecelagem;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Usina de produção de concreto;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras;
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e / ou galvanotécnico e / ou pintura de aspersão e / ou aplicação de verniz e / ou esmaltação;

Fabricação de máquina sem tratamento galvanotécnico e fundição;
Fabricação de cerveja, chopes, maltes e bebidas;
Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;
Ferro Velho;
Jato de Areia.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3

Fabricação de Papel e Pasta Mecânica;
Fabricação de Carvão Vegetal;
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;
Secagem e salga de couros e peles;
Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
Fabricação de Celulose;
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
Britamento de pedra / extração mineral;
Abate e industrialização de produtos animais;
Fabricação de Baterias;
Frigoríficos e Laticínios.

USO 23 - COMÉRCIO PERIGOSO

Produtos tóxicos e químicos
Explosivos

CAPÍTULO V

DOS RECUOS E AFASTAMENTOS

Art. 24. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela II - De Uso e Ocupação do Solo - Anexo V desta Lei.

Art. 25. Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na tabela II - Uso e Ocupação do Solo, anexo V, desta lei, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento) devendo, entretanto, resultar encravada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume e a sua cobertura deverá ser constituída por terraço plano, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedado qualquer edificação sobre a mesma;

IV - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

V - edícula ocupando os recuos laterais e de fundos, desde que igual ou menos que 50,00m² (cinquenta metros quadrados);

VI - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VII - sacadas desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s);

VIII - nas divisas de lotes, não são permitidos o uso de elementos vazados e aberturas para fins de ventilação e iluminação;
IX - os terrenos de esquinas são considerados com 01 frente para Rua Principal, devendo esta, respeitar os recuos pertinentes a sua Zona e, a frente da Rua Secundária a metade do recuo da Rua Principal;

X - lojas e sobrelojas/mezaninos contarão como um único pavimento desde que, a área construída da sobreloja/mezanino possua no máximo 50% da área da loja.

Art. 26. Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, de acordo com a Tabela II de Uso e Ocupação do Solo - Anexo V desta Lei, para a frente da Rua Principal e, a metade deste, para a Rua Secundária.

Art. 27. Na área rural, as estradas demarcadas como Eixos de Desenvolvimento (estradas principais) e estradas secundárias deverão respeitar os gabaritos e os recuos determinado no Mapa dos Eixos de Desenvolvimento - Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. O gabarito definido das estradas e recuos que trata o caput deste artigo deverão ser obedecidos até um prazo máximo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VI DOS ALVARÁS

Art. 28. Nos casos de edificações irregulares, antigas ou não, sua regularização se fará mediante a apresentação de documentos exigidos pelos órgãos federais, estaduais competentes, documento de posse do imóvel, projeto arquitetônico e hidrosanitário da edificação e Responsabilidade Técnica de profissional habilitado.

I - o setor competente da Municipalidade emitirá parecer favorável ou não à regularização da edificação com base nos projetos e laudos técnicos apresentados;

II - no caso de parecer desfavorável à regularização, a Municipalidade exigirá as adequações necessárias, as quais deverão ser executadas e vistoriadas para a emissão do habite-se.

Art. 29. Para as edificações que contrariam as disposições desta Lei, será estabelecido um prazo para sua regularização ou adequação.

§ 1º Cabe à Prefeitura, dentro do prazo de um ano, os procedimentos para regularizar o exposto neste artigo;

§ 2º Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

§ 3º A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos na Tabela II de Uso e Ocupação do solo, Anexo V, parte integrante desta Lei.

Art. 30. Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigirem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Parágrafo Único. Uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrame estiverem concluídos.

Art. 31. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 32. Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo Único. Os alvarás a que se refere o presente artigo, poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes,

contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 33. A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo Único. Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificadas, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 34. A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso, podendo ser aplicado o instituto legal da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, conforme Lei Municipal específica baseada neste Plano Diretor.

Parágrafo Único. São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

I - coloquem em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;

II - possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;

III - possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;

IV - produzam gases, poeiras e detritos;

V- impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;

VI - produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

Art. 35. Toda a atividade considerada de grande porte dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal para a sua localização.

Parágrafo Único. É atribuição do Conselho, estabelecer, por resolução, quanto ao Porte - Pequeno, Médio ou Grande, as atividades comerciais, prestação de serviços ou industriais.

TÍTULO II DO PARCELAMENTO DO SOLO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As normas de parcelamento do solo prevista nesta Lei são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estes pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à Legislação superior vigente que regule a matéria, seja em âmbito federal ou estadual, em especial a Lei Federal N.º 6766/79 com alterações dadas pela Lei 9785/99, e Lei Estadual 6063/82 e suas alterações, bem ainda as demais normas que as substituam ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no âmbito do Município, depende de aprovação pelo Poder Público.

§ 2º As normas de parcelamento do solo estarão submetidas à regulamentação própria nos casos de regularização de parcelamentos clandestinos ou irregulares implantados no Município, bem como nos casos de empreendimentos de habitação de interesse social com intervenção do Poder Público Municipal.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

a) Loteamento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, ou prolongamento, modificação, ou ampliação das vias existentes;

b) Desmembramento é a subdivisão de uma gleba urbana em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

c) Remembramento é a junção de dois ou mais lotes para formarem apenas um imóvel, respeitadas as dimensões mínimas

previstas nesta Lei.

§ 4º Os loteamentos e desmembramentos somente serão admitidos se deles resultarem lotes edificáveis, de acordo com o estabelecido no Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 37. Os Parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana Consolidada, Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana, de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela II de Uso e Ocupação do Solo, Anexo V e no Mapa de Zoneamento, constante no Anexo III da presente Lei.

Art. 38. Os Loteamentos serão divididos em três categorias:

I - Loteamentos Convencionais;

II - Loteamentos Populares;

III - Loteamentos de Interesse Social.

§ 1º Loteamentos Convencionais são aqueles em que se exige a implantação de infraestrutura básica, realizado por particulares.

§ 2º Loteamentos Populares são aqueles em que se exige a implantação da infraestrutura mínima e são feitas exigências menores no tamanho dos lotes, visando o barateamento do custo da terra para classes menos favorecidas, devendo o mesmo, ter participação da prefeitura e anuência do Conselho Municipal de Habitação.

§ 3º Loteamentos de Interesse Social são aqueles executados pelo Poder Público ou com promoção a ele vinculada, que deverá providenciar a implantação da infraestrutura mínima, com o fim de resolver problemas de assentamento de populações de baixa renda.

§ 4º Os Loteamentos de Interesse Social e os Loteamentos Populares só poderão ser realizados nas Áreas Especiais de Interesse Social.

§ 5º Lei Municipal específica tratará da concessão de incentivos fiscais ao empreendedor que prover o Loteamento Popular com infraestrutura básica.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES E OBJETOS

Art. 39. Para efeito de aplicação das normas de parcelamento, são adotadas as seguintes definições:

I - Área Total do Parcelamento é a área que o loteamento, desmembramento ou remembramento abrange;

II - Área de Domínio Público é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter seu acesso restrito;

III - Área líquida de Lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público;

IV - Arruamento é o ato de abrir via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública;

V - Desmembramento é a subdivisão de áreas em lotes com aproveitamento do sistema viário existente e registrado, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

VI - Equipamentos Comunitários são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

VII - Equipamentos Urbanos são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

VIII - Faixa Não Edificável, área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

IX - Loteamento é a subdivisão de áreas em lotes, com abertura e efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes;

X - Remembramento é a fusão de lotes com aproveitamento do sistema viário existente;

XI - Via de Circulação, é a via destinada a circulação de veículos e pedestres.

Art. 40. As normas de Parcelamento do Solo têm como objetivos:

- I - orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique parcelamento do solo para fins urbanos;
- II - prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;
- III - evitar a comercialização de lotes desprovidos de condições para o desempenho de atividades urbanas;
- IV - assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo para fins urbanos.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 41. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano, que permite parcelamento na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Mista.

Parágrafo Único. Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento com a prévia anuência da Prefeitura Municipal e aprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou dos órgãos Estadual e Federal de controle do meio ambiente, conforme Legislação Federal.

Art. 42. Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II - nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

III - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;

IV - nas partes do terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

V - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo a Prefeitura Municipal exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI - em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência da Prefeitura Municipal;

VII - em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;

VIII - em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX - em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, das ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;

X - em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana.

XI - em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

XII - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

XIII - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais.

XIX - em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 43. Os loteamentos deverão atender os seguintes requisitos:

I - só poderão ser loteadas áreas com acesso direto a via pública em boas condições de trafegabilidade a critério da Prefeitura Municipal;

II - o proprietário cederá a Prefeitura Municipal, sem ônus para esta, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por

cento) da área líquida à lotear, que correspondem as áreas destinadas à sistemas de circulação, à implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como à espaços livres de uso público, salvo loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 1.000m² (um mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida, assim distribuídas:

a. Preferencialmente, 5% (cinco por cento) para as áreas comunitárias/institucionais destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

b. 10% (dez por cento) para áreas verdes e espaços livres de uso público;

c. 20% (vinte por cento) destinado ao sistema de circulação.

III - em loteamentos industriais quando se tratar de interesse público, a porcentagem cedida à Prefeitura poderá ser inferior a 35%, com mínimo de 27% após análise e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

VI - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;

V - todo o projeto de loteamento deverá incorporar no seu traçado viário os trechos que a Prefeitura Municipal indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da Cidade;

VI - os parcelamentos situados ao longo de Rodovias Estaduais e Federais, deverão conter ruas marginais paralelas a faixa de domínio das referidas estradas com largura mínima de 15,00m (quinze metros);

VII - os requisitos mínimos de acessibilidade às áreas de uso público estão determinados no código de obras do Município.

§ 1º A Prefeitura Municipal exigirá para aprovação do loteamento a reserva de faixa não edificável, quando conveniente e necessário na frente, lado ou fundo do lote para rede de água e esgoto e outros equipamentos urbanos;

§ 2º Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona.

§ 3º. Nos desmembramentos, o interessado deverá doar ao município, como área institucional, no mínimo 15% (quinze por cento) da área a ser desmembrada da gleba, sendo no mínimo 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), com testada mínima de 12,00m (doze metros), independente do zoneamento em que se situar, que será gravada como área de interesse público.

§ 4º. Os desmembramentos, cuja área total da gleba seja igual ou inferior a 4.000,00m²(quatro mil metros quadrados), não ficam sujeitos à doação que dispõe o caput deste artigo."

§ 5º Desde da data de registro do loteamento ou desmembramento, passam a integrar o domínio do Município, as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

CAPÍTULO V DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 44. A abertura de qualquer via ou logradouro público deverá obedecer às normas desta Lei e dependerá de aprovação prévia da Municipalidade.

Art. 45. Na área urbana as seções transversais, longitudinais e dimensionamento das ruas serão definidas conforme hierarquização viária definida nos Artigos 47 e 52 desta Lei.

Art. 46. As vias que integram o sistema viário do Município de Xaxim ficam assim classificadas funcionalmente de acordo com suas características:

I - arteriais;

II - coletoras;

III - locais.

Parágrafo Único. Para loteamentos industriais, o dimensionamento das vias não poderá ser inferior a 20,00 m (vinte metros) de

largura.

Art. 47. As vias a que se refere aos incisos I,II e III deverão respeitar as seguintes dimensões:

I - arterial - Não menos que 18,00m (dezoito metros), sendo 14,00m de caixa e 2m de passeio para cada lado;

II - coletora - Não menos que 16,00m (dezesesseis metros), sendo 12,00m de caixa e 2m de passeio para cada lado;

III - local - Não menos que 12,00 m (doze metros), sendo 9,0m de caixa e 1,5 de passeio para cada lado.

Art. 48. As vias de circulação só poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, ou quando a juízo da Secretaria Municipal responsável, interessar ao desenvolvimento urbano do Município.

Parágrafo Único. Quando não houver previsão de continuidade da estrutura viária pelo Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, esta deverá terminar em praça de retorno.

Art. 49. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa de rua.

Art. 50. As vias projetadas e previstas, serão definidas em Lei Complementar, e deverão ser observadas quando da aprovação de um projeto de parcelamento.

Art. 51. Os loteamentos com testada para Rodovias Federais e Estaduais, deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Parágrafo Único. Os acessos de que trata este artigo deverão ser sinalizados, e terem tratamento paisagístico conforme normas estabelecidas pelo órgão competente da Municipalidade.

Art. 52. Todas as vias de circulação a serem projetadas e construídas devem atender os seguintes requisitos:

I - a declividade longitudinal máxima permitida será de 20% (vinte por cento) e a mínima não poderá ser inferior a 1% (um por cento);

II - a declividade transversal máxima permitida será de 4% (quatro por cento) e a mínima de 2% (dois por cento) e esta poderá ser do centro da caixa de rua para as extremidades, ou de uma extremidade da caixa para outra.

§ 1º Nos movimentos de terra ocasionados pela implantação das vias, deverão ser previstas obras e tratamentos de superfície para conter a erosão.

§ 2º Nas áreas onde houver necessidade da retirada da cobertura vegetal existente, deverão ser projetadas obras de contenção de erosão.

Art. 53. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pela Municipalidade, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função e características possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 54. Nos cruzamentos das vias públicas os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 5,00 m (cinco metros) de raio mínimo.

Art. 55. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua denominação oficial, poderá ser feita por meio de letras.

Art. 56. Os passeios públicos, vias destinadas a circulação exclusiva de pedestres deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e meio) de cada lado e declividade máxima de 12% (doze por cento), a partir desta inclinação deverão ser utilizadas escadas de acordo com projeto e/ou normas estabelecidas pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 57. Quando da ocupação de terrenos lindeiros as vias do sistema viário básico, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos

acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 58. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro do passeio oficial previsto para esta via.

CAPÍTULO VI DAS QUADRAS E LOTES

Art. 59. Na área urbana, as quadras normais não poderão ter comprimento superior a 250,00 m (duzentos e cinquenta metros), salvo quando para incorporar no traçado do sistema viário existente, desde que não ultrapasse o dobro desta exigência e determinado pela Secretaria Municipal responsável.

Parágrafo Único. Para as quadras que excederem comprimento de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros), deverão ser exigidas vias de pedestres.

Art. 60. Para efeito desta lei, os parâmetros para o dimensionamento dos lotes na área urbana, sejam eles de propriedade pública ou privada, deverão observar o estabelecido na Tabela II - Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei.

Art. 61. O lote mínimo para efeito de novas aprovações de parcelamento no Município é de 300,00m² (trezentos metros quadrados) de área, testada mínima de 12,00 m (doze metros).

§ 1º Os parâmetros de que trata este artigo poderão ser alterados em casos de lotes com figura geométrica de forma irregular, desde que possuam testada não inferior a 12,00 m (doze metros) e profundidade média de 16,00 m (dezesseis metros).

§ 2º Os lotes de esquina terão no mínimo uma testada acrescida em 20% (vinte por cento) e sua área mínima acrescida igualmente em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para a zona em que se localiza.

Art. 62. Serão permitidas construções ou edificações em lotes existentes que não se encontram nos parâmetros estabelecidos nesta Lei, devendo ser respeitados os índices de aproveitamento e gabarito estabelecidos na Tabela II - Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, da presente Lei, para os lotes mínimos da respectiva zona.

Art. 63. Quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, poderá haver redução das exigências das Normas Técnicas desta Lei, sendo que:

I - o lote mínimo poderá ter a área reduzida para até 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e testada mínima de 10,00m (dez metros);

II - a localização deste deverá obedecer ao mapa de Zoneamento, Anexo II desta Lei, bem como ser aprovado pela Secretaria Municipal responsável.

Art. 64. Para locação de equipamentos urbanos e serviços públicos será permitido o Parcelamento do Solo com áreas inferiores às fixadas por esta Lei, desde que com aprovação de uso pela Municipalidade.

Art. 65. Nenhum lote terá como testada principal, vias de circulação exclusiva para pedestres.

Parágrafo Único. Este artigo não se aplica as ruas existentes por ocasião da aprovação desta Lei, que venham a ser transformadas pelo poder público em vias exclusivas para pedestres.

CAPÍTULO VII DA INFRAESTRUTURA

Art. 66. Para os efeitos desta lei, a infraestrutura será composta por:

I - vias de circulação, com meio-fio e sarjeta;

II - escoamento das águas pluviais;

III - rede para abastecimento de água potável;

IV - energia elétrica pública e domiciliar;

V - soluções para o esgotamento sanitário, quando for o caso;

VI - iluminação pública;

VII - pavimentação asfáltica das vias de circulação, conforme as normas da NBR vigente.

VIII - As esquinas das quadras deverão ser demarcadas com marcos mestres com dimensão de 10x10 cm com 90cm, sendo que este deverá ficar 70cm abaixo e os 20cm restantes acima da superfície.

IX - Placas de identificação dos nomes das ruas, conforme padrão a ser fornecido pela Prefeitura Municipal de Xaxim.

Parágrafo Único. A solução a que se refere o inciso V deste artigo deve conectar-se à rede de esgoto sanitário nas áreas onde estiver disponível.

Art. 67. Enquanto o parcelamento do solo estiver em fase de implantação da infraestrutura, será dever e responsabilidade do promotor do parcelamento do solo urbano a conservação das vias de circulação.

CAPÍTULO VIII DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 68. O interessado em elaborar projeto de parcelamento do solo deverá solicitar à Prefeitura Municipal, por escrito, através da Secretaria de Obras e Infraestrutura, em consulta prévia:

I - pedido de consulta de viabilidade técnica;

II - pedido de diretrizes básicas para o parcelamento;

III - pedido de análise de anteprojeto urbanístico;

IV - pedido de aprovação do projeto técnico definitivo.

CAPÍTULO IX DA VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 69. Para o pedido de Consulta de Viabilidade Técnica, o interessado apresentará os seguintes elementos:

I - requerimento assinado pelo proprietário da área ou seu representante legal;

II - croquis da situação do imóvel a ser parcelado, contendo as suas dimensões, nome da rua mais próxima, orientação norte e divisas existentes, assinada pelo responsável técnico habilitando junto ao Órgão de Classe e pelo proprietário ou seu representante;

III - título atualizado de propriedade do imóvel, transcrito no Registro de Imóveis;

IV - indicar quaisquer águas correntes ou dormentes existentes no terreno e suas adjacências e demais recursos naturais existentes;

V - indicar rodovias e linhas de transmissão de energia;

VI - indicar a existência da rede de água;

VII - indicação dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências e áreas verdes num raio de 1.000m (um mil metros) com as respectivas distâncias da área a ser parcelada;

VIII - esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas dos lotes e quadras;

IX - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

Parágrafo único. Todas as pranchas de desenho apresentada no processo administrativo de parcelamento do solo, devem obedecer a normatização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 70. A Municipalidade, ao informar sobre a viabilidade técnica, na própria planta apresentada pelo interessado, indicará:

I - zona a que pertence o loteamento;

II - dimensões mínimas e índices urbanísticos dos lotes pertinentes para aquela área;
 III - indicações do sistema viário principal;
 IV - existência ou não de áreas de preservação ambiental, faixas de domínio e faixas sanitárias;
 V - relação dos equipamentos urbanos que deverão ser projetados e executados pelo interessado, caso necessário;
 VI - áreas com cobertura vegetal significativa, bem como aquelas destinadas a preservação permanente, conforme previsto em legislação específica, caso necessário;
 VII - as faixas sanitárias do terreno para o escoamento de águas pluviais, além daquelas junto a linhas de transmissão de energia elétrica e outras faixas não edificáveis, caso necessário.

Art. 71. A Municipalidade se pronunciará sobre a resposta da Consulta de Viabilidade, através de documento subscrito pelo Secretário de Infraestrutura, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, neles não sendo computados o tempo despendido na prestação de esclarecimentos pela parte interessada.

Art. 72. O prazo máximo de validade da Consulta de Viabilidade Técnica será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua expedição.

Parágrafo único. A aceitação da Consulta Prévia não implica em aprovação da proposta de loteamento.

CAPÍTULO X DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 73. Cumpridas as etapas do capítulo anterior e, havendo a viabilidade da implantação do loteamento, o interessado apresentará anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pela Municipalidade, acompanhado de:

§1º. Consulta de viabilidade técnica e diretrizes básicas para o parcelamento, com todas as informações fornecidas pela Municipalidade;

§2º. Planta de situação da área a ser loteada em 02 (duas) vias com as seguintes informações:

I - orientação magnética e verdadeira;
 II - equipamentos públicos e comunitários existentes num raio de 1.000m (mil metros);

III - indicação de arruamento contíguo;

§3º. Desenhos do anteprojeto de loteamento, na escala de 1:1000 (um por mil), em duas vias, com as seguintes informações:

I - orientação magnética e verdadeira;
 II - subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas numerações e dimensões;

III - dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias e cotas do projeto;

IV - sistema de vias com as respectivas larguras;

V - curvas de nível, atuais e projetadas, com equidistância de 1,00m (um metro);

VI - perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, sendo que os perfis transversais serão apresentados na escala 1:500 (um por quinhentos) e as longitudinais na escala de 1:2000 (um por dois mil);

VII - indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VIII - proposta de tratamento da cobertura vegetal na área dos lotes, contenção de encostas, escoamento de águas e demais elementos técnicos necessários à perfeita compreensão do anteprojeto, quando necessários;

IX - a indicação das áreas que perfazem no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município, e outras informações, em resumo, sendo:

a. área total do parcelamento;
 b. área total dos lotes;
 c. área pública, a saber;

d. área líquida dos lotes;
 e. áreas destinadas à circulação;
 f. áreas verdes;
 g. áreas destinadas a equipamentos comunitários;
 h. praças e jardins.
 i. projeto georreferenciado;

§4º. Após análise do anteprojeto urbanístico, este será devolvido ao interessado contendo indicações de alterações recomendadas, se for o caso, a fim de que seja elaborado o projeto definitivo.

§5º. O prazo para aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências da Prefeitura Municipal pelo interessado, será de 60 (sessenta) dias.

§6º. A aprovação do anteprojeto ficará a cargo do Secretário de Infraestrutura.

§7º. O encaminhamento de projetos de parcelamento está condicionado à viabilidade de abastecimento de água potável, admitindo-se neste caso:

a. laudo baseado em estudo feito pela Concessionária local de abastecimento de água, constatando que a área em referência poderá ser conectada ao sistema de abastecimento;

b. parecer favorável da autoridade competente quanto a possibilidade de perfuração de poços artesianos ou sistema semelhante.

CAPÍTULO XI DO PROJETO DEFINITIVO DE LOTEAMENTO

Art. 74. Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, com os seguintes documentos relativos ao imóvel:
 I - requerimento solicitando licença para aprovação do projeto e início da execução das obras, assinado pelo proprietário, ou seu representante legal;

II - consulta de viabilidade técnica e o documento que estabelece as diretrizes urbanísticas para o parcelamento;

III - certidão atualizada de propriedade do terreno, transcrito no Registro de Imóveis;

IV - instrumento de liberação pelo INCRA, quando for o caso;

V - autorização expressa de credor hipotecário, com firma reconhecida através de Tabelião, quando for o caso;

VI - declaração de possibilidade de abastecimento d'água potável fornecida pelo órgão competente;

VII - declaração da possibilidade de fornecimento de energia elétrica fornecida pelo órgão competente;

VIII - cópias dos projetos urbanístico e complementares, e memorial descritivo dos mesmos;

IX - ART do responsável técnico;

X - laudo geotécnico do loteamento, quando for o caso;

XI - cronograma das obras do loteamento.

XII - estudo de impacto de vizinhança para parcelamentos superiores à 80.000m².

Art. 75. O projeto urbanístico deverá ser apresentado em 04 (quatro) vias, contendo:

I - planta geral de localização que compreenda a região onde o terreno estiver localizado, os logradouros vizinhos e o zoneamento previsto na Lei de Zoneamento;

II - projeto geométrico na escala mínima de 1:1000 indicando:

a. norte magnético ou verdadeiro;
 b. pontos de amarração ou de referência da obra;
 c. cursos d'água, áreas alagadiças e mananciais, se houver;
 d. alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;
 e. edificações existentes;
 f. subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões, metragem quadrada e numeração;
 g. afastamentos exigidos, devidamente cotados;
 h. curvas de nível, com equidistância de 1,00m (um metro);
 i. sistema de vias com a respectiva hierarquia;
 j. dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias, bem como dados das curvas de concordância horizontal (desenvolvimento,

raio, tangente, ângulo central e área tomada pela rua);
 k. perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
 l. marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas;
 m. em planta e perfis, todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo;
 n. praças e demais áreas públicas, destinadas a equipamentos comunitários e urbanos, estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos em Lei;
 o. áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas non aedificandi estabelecidas pela legislação vigente;
 p. linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio, se houver;
 q. áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver;
 r. faixas sanitárias non aedificandi nos locais onde as tubulações não passem pelas vias públicas, obedecendo as larguras mínimas estabelecidas por esta Lei.
 III - indicação de muros de arrimo quando necessário;
 IV - outras informações necessárias a critério da Municipalidade.
 Parágrafo único. Ao projeto urbanístico, conforme especificado neste artigo deve ainda ser anexado 01 (uma) via da planta planimétrica em mídia digital.

Art. 76. Os projetos complementares deverão constar de:

- I - projeto de rede de abastecimento d'água aprovada pelo órgão competente;
 - II - projeto de rede de energia elétrica e iluminação pública aprovado pelo órgão competente;
 - III - projeto de rede de escoamento das águas pluviais dimensionadas, conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte, obedecendo aos seguintes critérios mínimos:
 - a. precipitação pluviométrica mínima de 100 mm/h (cem milímetros por hora);
 - b. rede principal com diâmetro mínimo de 0,40 cm (quarenta centímetros);
 - c. rede secundária com diâmetro mínimo de 0,40 cm (quarenta centímetros);
 - d. rede transversal com diâmetro mínimo de 0,30 cm (trinta centímetros);
 - e. caimento mínimo da tubulação igual a 1% (um por cento) e profundidade de recobrimento igual a 0,80 m (oitenta centímetros);
 - f. quando o caimento for igual ou superior a 15% (quinze por cento) deverão ser previstas caixas de quebra de pressão;
 - g. localização das bocas-de-lobo e da canalização pública receptora, com respectivo diâmetro;
 - h. canalização em galerias ou em canal aberto, com indicação de obras (muro de arrimo, pontilhões) com projeto completo, quando exigidos e necessários a conservação de novos logradouros;
 - i. destino das águas pluviais.
 - IV - outras informações necessárias a critério da Municipalidade.
- §1º. Será exigido projeto de rede de esgoto, aprovado pelos órgãos competentes, à critério da Municipalidade.
 §2º Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o parcelamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pela Municipalidade e executada pelo loteador.
 §3º Onde não existir rede de abastecimento de água, o loteador deverá, com aprovação do órgão competente, executar o projeto de abastecimento a partir da captação em manancial existente na área ou a partir de poços artesianos.
 §4º Caso o órgão competente não assuma a operação do sistema de abastecimento de água, este deverá funcionar em sistema de condomínio do qual participarão todos os compradores de lotes e o loteador.

Art. 77. O Memorial Descritivo do loteamento deverá ser apresentado em 04 (quatro) vias, contendo, obrigatoriamente:

- I - denominação de loteamento;
- II - a descrição sucinta do loteamento com suas características;
- III - as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- IV - a fixação da zona de uso predominante;
- V - indicação das áreas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;
- VI - a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências, e dos que serão implantados, quando for o caso;
- VII - limites e confrontações, área total do loteamento, área total dos lotes, área total do destinado ao domínio público, discriminando as áreas de sistema viário, área das praças e demais espaços destinados a equipamentos comunitários, total das áreas de utilidade pública, com suas respectivas percentagens;
- VIII - legenda dos percentuais relativos à área verde, área institucional e arruamento, tanto sobre a gleba, como em relação à área líquida dos lotes.

Art. 78. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências, será de 120 (cento e vinte) dias.

CAPÍTULO XII

DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 79. Para aprovação de Projeto Definitivo de desmembramento ou remembramento, o interessado apresentará requerimento à Municipalidade, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - título de propriedade do terreno, com certidão atualizada fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- II - autorização expressa de credor hipotecário, passada em cartório, quando for o caso;
- III - instrumento de liberação pelo INCRA, quando for o caso;
- IV - consulta de viabilidade técnica e o documento que estabelece as diretrizes urbanísticas para o parcelamento;
- V - cópias dos projetos urbanístico e complementares e memorial descritivo dos mesmos;
- VI - ART ou RRT do responsável técnico;
- VII - planta planimétrica na escala de 1:500 indicando:
 - a. norte magnético ou verdadeiro;
 - b. planta de situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;
 - c. tipo de uso predominante no local;
 - d. cursos d'água, áreas alagadiças e mananciais, se houver;
 - e. alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;
 - f. edificações existentes;
 - g. áreas e testadas mínimas, válidas para a(s) zona(s) a qual esta afeta o imóvel;
 - h. subdivisão da área parcelada com as respectivas dimensões, metragem quadrada e numeração;
 - i. afastamentos exigidos devidamente cotados;
 - j. áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas non aedificandi estabelecidas pela legislação vigente;
 - k. linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio, se houver;
 - l. áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver;
 - m. quadro resumo das diversas áreas indicadas no parcelamento;
 - n. faixas sanitárias non aedificandi nos locais onde as tubulações não passem pelas vias públicas, obedecendo as larguras mínimas estabelecidas por esta Lei.
 - o. divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com respectivas áreas;
 - p. dimensões lineares e angulares;
 - q. perfis do terreno;
 - r. projeto georreferenciado.
- VIII - outras informações necessárias a critério da Municipalidade.

IX - no caso de divergência na área do terreno deverá ser feita retificação da área.

Art. 80. Após examinada e aceita a documentação, será concedida "licença de desmembramento e remembramento" para averbação no Registro de Imóveis.

Parágrafo Único. Somente após averbação dos novos lotes no Registro de Imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação dos mesmos.

Art. 81. A aprovação dos projetos de parcelamento do solo só poderá ser permitida quando:

I - os lotes desmembrados e/ou remembrados tiverem as dimensões mínimas de 300m² (trezentos metros quadrados) e 12m (doze metros) de testada;

II - a parte restante do lote ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas previstas em Lei.

Art. 82. O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo pelo interessado, após cumpridas todas as exigências pela Prefeitura, será de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO XIII

DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO OU REMEMBRAMENTO

Art. 83. Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, este será encadernado e suas páginas serão numeradas, sendo a capa, a página de nº 01, e assim sucessivamente, procedendo a Secretaria de Infraestrutura o exame de exatidão da planta definitiva com a aprovada como anteprojeto.

§ 1º. Cumpridas os requisitos, dar-se-á vistas à assessoria jurídica para que num prazo de 15 (quinze) dias, exare parecer quanto ao cumprimento do disposto em lei.

§ 2º. Tendo o procedimento que ser remetido à outro setor, que não o da Infraestrutura, far-se-á termo de vistas, podendo ser de forma manuscrita e no verso da última folha, o qual constará a data da recebimento e respectivas assinaturas do Servidores que enviara e daquele que recebeu o processo.

§3º. A Prefeitura Municipal poderá exigir as modificações que se façam necessárias, mesmo tendo aprovado o anteprojeto.

§4º. O Município encaminhará os projetos à anuência prévia do Estado quando:

I - localizados em áreas de interesse especial, assim definidas pelo Estado ou pela União;

II - localizados em áreas limítrofes do município, assim considerada até a distância de 1km (um quilômetro) da linha divisória, ou que pertença a mais de um município;

III - o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados);

IV - em loteamentos que ao entender da Municipalidade possam causar danos ao meio ambiente, condição na qual será consultada a FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

§5º. A Prefeitura Municipal, disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se ouvidas as autoridades competentes, inclusive as sanitárias e militares, no que lhes disser respeito, importando o silêncio na aprovação, desde que o projeto satisfaça as exigências e não prejudique o interesse público.

Art. 84. Aprovado o projeto de parcelamento do solo, a Administração emitirá o respectivo documento e encaminhará projeto de lei à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Tornando-se lei, será emitido termo de compromisso dos proprietários/empreendedores que conterà:

I - prazo para a execução das obras de infraestrutura, conforme cronograma, observando o prazo máximo de 4 (quatro) anos;

II - executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis a vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;

III - facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;

IV - não efetuar venda de lotes antes da apresentação dos projetos definitivos da infraestrutura e da assinatura da caução, para garantia da execução das obras;

V - não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras e de cumpridas as demais obrigações exigidas por esta Lei ou assumidas no termo de compromisso.

Art. 85. Para fins de garantia da execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigida para o parcelamento do solo e antes da expedição do alvará, caso haja interesse do particular, este encaminhará proposta de caução de lotes em favor da Municipalidade, onde em sendo aceito, ficará garantido percentual da área total dos lotes, no importe de no mínimo 30% (trinta por cento).

I - a Administração poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem concluídos, da seguinte forma:

a) Liberação de 20% da garantia, em caso de conclusão de 20% das obras;

b) Liberação de 50% da garantia, em caso de conclusão de 50% das obras;

c) Liberação de 80% da garantia, em caso de conclusão de 80% das obras;

II - concluídos todos os serviços e as obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, a Prefeitura liberará as garantias de sua execução.

Art. 86. Caso não haja o caucionamento de lotes, o Alvará de parcelamento, somente será emitido quando verificada a conclusão da infraestrutura, sendo que tal será emitido exclusivamente pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO XIV

DO REGISTRO DO LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO OU REMEMBRAMENTO

Art. 87. Após a aprovação do projeto definitivo, o loteador deverá submeter o loteamento ao registro de imóveis, num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do projeto definitivo.

§ 1º. O empreendedor obriga-se, após o registro do parcelamento em entregar as matrículas dos terrenos destinados como área institucional ao Município, bem como daqueles que foram caucionados.

§ 2º. No ato do registro do projeto de loteamento, o loteador transferirá ao Município, sem qualquer ônus ou encargo para este, o domínio das vias de circulação e das demais áreas.

Art. 88. Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá à Municipalidade, que seja realizada vistoria através da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 89. Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidos para o loteamento, a Prefeitura Municipal executá-los-á e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados, que se constituirão em bem público do Município.

Art. 90. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do parcelamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação da Prefeitura Municipal, e deverão ser averbados no registro de

imóveis, em complemento ao projeto original.

§ 1º Em se tratando de simples alteração de perfis, o interessado apresentará novas plantas, em conformidade com o presente decreto, para que seja feita a anotação de modificação no Alvará de Loteamento pela Prefeitura Municipal.

§ 2º Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada observando as disposições legais, expedindo-se então novo alvará.

Art. 91. A aprovação do projeto de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte da Prefeitura Municipal, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem aos arruamentos de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO XV DAS SANÇÕES

Art. 92. Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e a aplicação de multa, todo àquele que, a partir da data de publicação desta Lei:

I - der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização da Prefeitura Municipal ou em desacordo com as disposições desta Lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;

II - der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;

III - registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º A multa a que se refere este artigo corresponderá a 10% do valor total do investimento (loteamento, desmembramento ou remembramento).

§ 2º O pagamento da multa não eximirá o responsável das demais cominações legais, nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de legalizar as obras de acordo com as disposições vigentes.

§ 3º A reincidência específica da infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão da sua licença para o exercício de suas atividades para construir no Município pelo prazo máximo previsto no inciso I, do art. 83.

Art. 93. Tão logo chegue ao conhecimento da Prefeitura Municipal após a publicação desta Lei, a existência de arruamento, loteamento ou desmembramento do terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade será notificado pela Prefeitura Municipal para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 90 (noventa) dias para regularizar a situação do imóvel, ficando proibida a continuação dos trabalhos.

Parágrafo Único. Não cumpridas as exigências constantes da notificação de embargo, será lavrado o auto de infração, sendo tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Art. 94. São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores da Prefeitura que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões, declarações ou laudos técnicos irregulares ou falsos.

Art. 95. Os loteamentos e desmembramentos de terrenos

efetuados sem aprovação da Prefeitura, inscritos no registro de imóveis, em época anterior a presente Lei e cujos lotes já tenham sido alienados ou compromissados a terceiros, no todo ou em parte, serão examinados por grupo de trabalho a ser designado pela Administração Municipal.

Parágrafo Único. A aprovação e/ou desmembramento, será feito mediante decreto do Prefeito Municipal, baseado no relato do grupo de trabalho, a que se refere o caput deste Artigo.

Art. 96. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integram os seguintes anexos:

I - Anexo I - Mapa dos Eixos de Desenvolvimento;

II - Anexo II - Mapa de Macrozoneamento;

III - Anexo III - Mapa de Zoneamento;

IV - Anexo IV - Tabela I - Garagens;

V - Anexo V - Tabela II - Uso e Ocupação do Solo

VI - Anexo VI - Termo de Compromisso - Loteamentos

VII - Anexo VII - Termo de Cauçionamento - Loteamentos

Art. 97. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, Lei 694/1981.

Gabinete do Prefeito, em 30 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 036/2015 - NOMEIA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

DECRETO Nº 036/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da Lei Municipal de nº 244/2005 de 16 de setembro de 2005.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do Conselho de Desenvolvimento do Município conforme Artigo 5º da Lei 244/2005 de 16 de setembro de 2005 para biênio 2015/2016.

I - Prefeito Municipal - Titular - Paulo José Francescki

Vice - Prefeita - Suplente - Márcia Aparecida da Silva Jung

II - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Titular - Valdir Vieira Sarmento

Vice - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Suplente - Roberto Menegaz

III - Secretário Municipal de Infra - Estrutura - Titular - Valdecir Teófilo Panho

Diretor de Serviços Públicos - Elio João Maria Rodrigues

IV - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Titular - Paulo Cesar Beloto

Chefe de Departamento de Tributos - Cesar Augusto Susin

V - Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Titular - Nilvane Wilpert Pires

Chefe do Depto de Cultura - Alan Roberto da Silva

VI - Secretaria Municipal de Saúde - Titular - Analú Chiamolera Schimitz

Diretoria de Saúde - Suplente - Adão de Mattos

VII - Secretaria de Assistência Social e Habitação - Titular - Joel Vera da Silva

Depto de Assistência Social - Suplente - Juliana Nossowitz

VII - Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio - Aíques Martin Zampieri

Diretoria de Agricultura - Alexandre da Silva

IX - Diretoria de Esportes - Juarez de Andrade

Depto de Esportes - Suplente - Sem nomeação

X - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas(CDL) - Titular Leonardo José de Souza

Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas(CDL) - Suplente - Maria Andrea Mecabo Moro

XI - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Titular - Vera Lucia Pelizzaro

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Suplente - Maria Ceni Correa

XII - Representante da Associação Comercial e Industrial - Titular - João Sozo Bossacro

Representante da Associação Comercial e Industrial - Suplente - Terezinha Palage Stempkoski

XIII - Representante da Classe dos Liberais - Titular - Charles Favero

Representante da Classe dos Liberais - Suplente - Alesandra Aparecida Carneiro Magrinelli

XIV - Representante das Empresas do Ramo da Prestação do Serviço - Titular - Antonio Carlos Callai

Representante das Empresas do Ramo da Prestação do Serviço - Suplente - Ivair Lopes

XV - Representantes da Sociedade Civil, de entidades Governamentais ou Não Governamentais - Titular - Celso Pieri

Representantes da Sociedade Civil, de entidades Governamentais ou Não Governamentais - Suplente - Antonio Maria Hermes

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa, 06 de abril de 2015

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 06 de abril de 2015.

PAULO CESAR BELOTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 037/2015 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO FHIS

DECRETO Nº 037/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - FHIS

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 362/2009 de 20 de julho de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 0426/2012 de 14 de junho de 2012:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho do FHIS do Fundo de Interesse Social do Município de Zortéa, conforme Lei nº 0362/2009 de 20 de julho de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 0426/2012 de 14 de junho de 2012, que cria o FHIS o institui o Conselho Gestor do FHIS.

I - Representante das Entidades Governamentais.

Secretaria de Administração e Finanças;
Titular: Paulo Cesar Beloto

Suplente: Flávio Rodrigues de Lima

Secretaria de Infraestrutura Urbana;
Titular: Valdecir Teófilo Panho
Suplente: Elio João Maria Rodrigues

Secretaria da Saúde;
Titular: Analú Chiamolera Schimit
Suplente: Adão de Mattos

Secretaria de Assistência Social;
Titular: Joel Vera da Silva
Suplente: Juliana Nosswitz

II - Representante de Movimentos Populares, Entidades e ONGs.

Associação de Produtores Rurais do Município de Zortéa
Titular: Hermínio Darold
Suplente: Lírio Schimidt

Associação de Moradores do Bairro Imigrantes
Titular: Vitorino Fogaça de Lima.
Suplente: Vanderlei Maciel.

Art. 2º - A Presidência será exercida pelo titular da Secretaria de Assistência Social.

Art. 3º - O Mandato dos membros do Conselho Gestor será de 02 (dois) anos.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 06 de abril de 2015.
PAULO JOSÉ FRANCESCO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 06 de abril de 2015.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 038/2015 - NOMEIA MEMBROS DO CMAS

DECRETO Nº 038/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS - CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 0487/2014 DE 09 DE ABRIL DE 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCO, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Municipal nº 0487/2014 de 09 de abril de 2014.
- Considerando que alguns membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, nomeados pelo Decreto nº. 091/2014, não fazem mais parte do quadro de pessoal atual da administração não possuindo mais vínculo ao segmento pelos quais foram nomeados;

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros e respectivos suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, do Município de Zortéa - Estado de Santa Catarina, conforme Art. 5º da Lei Municipal nº 0487/2014 de 09 de abril de 2014.
DECRETA

I - Representantes da Esfera Governamental Municipal:

Representante da Área de Assistência Social:

Titular - Joel Vera da Silva
Suplente: Daiane Sara da Silva

Representante da Área da Educação:

Titular - Vanessa Pelissari
Suplente: Gislaíne da Silva

Representante da Área da Saúde:

Titular - Juliana Resmin Tibolla
Suplente: Josiane Gonçalves

Representante da Área da Administração:

Titular - Paulo César Beloto
Suplente: Flávio Rodrigues de Lima

II - Representantes da sociedade civil organizada do Município, sendo:

Representante de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

Titular - Juliana Nosswitz
Suplente: Fernanda Spironelo

Representante de Usuários ou de Organizações de Usuários da Assistência Social:

Titular - Maria Salete Tavares de Jesus
Suplente: Neuza de Oliveira Stapassola

Titular - Neori Luiz Cimadon

Suplente: Maria Laides Sozo Bossacro

Titular - Sedenir Alves Cordeiro

Suplente: Ivone Campos de Matos

Art. 2º - Conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 0487/2014 de 09 de abril de 2014, será designado 01 (um) técnico administrativo para atuar junto a Secretaria Executiva do Conselho de Assistência Social - CMAS, ficando designado como técnico a Sra. Janaina Garcia Zimmermann - lotada no Cargo de Agente Administrativo na Secretaria de Assistência Social.

Art 3º- Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa - SC, 06 de abril de 2015.

PAULO JOSÉ FRANCESCO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 06 de abril de 2015.

PAULO CÉSAR BELOTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 041/2015 - CONVOCA CONFERENCIA DO IDOSO

DECRETO Nº 041/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015.
CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

PAULO JOSÉ FRANCESCO - PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, em conjunto com o SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - JOEL VERA DA SILVA, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implantação da Política Nacional do Idoso no Município.

DECRETA:

Art.1º Fica convocada a I Conferencia Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 30 De abril de 2015, no Centro

de Treinamento de Jovens e Agricultores "Maria Noemia Infeld" na Rua Alceu Bortolli, no Município de Zortea, sob a coordenação da SMAS, tendo como tema central; "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa- Por um Brasil de todas as idades".

Art.2º A Conferência Municipal tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para varias politicas interseoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região Política da Pessoa Idosa.

Art.3º A comissão organizadora da Conferência Municipal, será composta por:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Joel Vera da Silva

Suplente: Daiane da Silva

Trabalhadores da Assistência Social

Titular: Juliana Nossowitz

Suplente: Fernanda Spironelo

Grupos de Idosos .

Titular: Arthur da Silva

Suplente: Valda Pelizzaro Pieri

Art.4º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correção por conta do SMAS - Recurso Próprio.

Art.5º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Zortea - SC, 09 de abril de 2015.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 09 de abril de 2015.

JOEL VERA DA SILVA

SECRETÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI Nº 511/2015 - ALTERA CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL

LEI Nº 0511/2015 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

"ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, FIXANDO VALOR MÍNIMO DE PARCELA DO I.P.T.U. - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO"

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 30º, do Código Tributário Municipal - Lei nº 087/98, de 16 de dezembro de 1998, passando conter a seguinte redação:

"Art. 30º - O pagamento do imposto será feito em até 03 (três) prestações iguais, desde que o valor por parcela não seja inferior a R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais), nos vencimentos e locais indicados nos avisos de lançamento, observando-se entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo de 30 (trinta) dias.

§ 1º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única, gozará do desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortea (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Zortea - SC,

23 de março de 2015.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 23 de março de 2015.

PAULO CESAR BELOTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 512/2015 - ISENÇÃO, ANISTIA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

LEI Nº 0512/2015 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE BENEFÍCIOS PARA PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA FAZENDA MUNICIPAL DE ZORTÉA - SC

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anistiar a correção monetária, multa e juros dos créditos tributários da Fazenda Municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2014, e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com os critérios abaixo:

I - Pagamento até 30 de abril de 2015, anistia de 100%;

II- Pagamento até 29 de maio de 2015, anistia de 80%;

III- Pagamento até 30 de junho de 2015, anistia de 60%;

IV- Pagamento até 31 de julho de 2015, anistia de 40%.

§1º- Os débitos tributários administrativos ou judiciais poderão ser parcelados em até 6 vezes, sem concessão de anistia, com parcela mínima de R\$ 50,00 (Cinquenta reais).

§2º- O pagamento na forma prevista no caput e incisos, será efetuado através de boleto bancário emitido pelo Departamento de Tributação e Arrecadação do Município.

Art.2º- O parcelamento dos débitos tributários não ajuizados, deverão ser parcelados a requerimento do contribuinte no Setor de Tributação do Município, até 02 (dois) dias anteriores aos pagamentos previstos nos incisos de I a IV do Art. 1º.

§1º- No requerimento de solicitação do parcelamento a ser assinado pelo contribuinte ou seu substituto legal, deverá constar Termo de Confissão de Dívida, para todos os efeitos legais, além do número de parcelas que o contribuinte deseja quitar o referido débito.

§2º- O valor mínimo por parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§3º- O deferimento do parcelamento nos termos desta Lei implicará na imediata suspensão da inscrição de Dívida Ativa correspondente e porventura existente, bem como de todos os seus efeitos.

Art. 3º- As custas judiciais das executivas fiscais ajuizadas serão suportadas pelo contribuinte.

Art. 4º- Para os efeitos da presente lei, ficam dispensados os honorários do advogado das executivas fiscais ajuizadas.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Zortea (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Zortea - SC,

23 de março de 2015.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 23 de março de 2015.

PAULO CESAR BELOTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 514/2015 - AUTORIZA CONVENIO COM A APAE

LEI Nº 0514/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA REPASSAR/TRANSFERIR VERBA PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPINZAL - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar transferência no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), para APAE do Município de Capinzal - SC, para custeio no atendimento de pessoas excepcionais do Município de Zortéa, efetuado pela entidade, bem como para ampliações e melhorias de suas instalações físicas, mediante assinatura de termo de convênio.

Artigo 2º - A despesa desta transferência será empenhada e liquidada através do Projeto/Atividade nº 2019 - Apoio ao Ensino Especial sobre a rubrica 3.3.50.00.00.

Artigo 3º - Fica autorizado o Executivo Municipal a anular parcialmente a dotação orçamentária a seguir mencionada para suplementar o projeto/atividade, descrito no Artigo 2º:

Projeto/Atividade	Descrição	Elemento	Valor
2002	Manut. do Gabinete Prefeito e Vice	3.3.90.00.00	2.000,00

Artigo 4º - A APAE, efetuará a prestação de contas dos recursos recebidos/repassados no prazo de 60 (Sessenta) dias a partir do recebimento dos recursos.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará nos anos de 2015 e 2016, mediante emissão de termo aditivo de convênio.

Zortéa - SC, 08 de abril de 2015.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 08 de abril de 2015.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Convênio nº 001/2015-PJ/APAE/CZAL

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPINZAL - APAE

A Prefeitura Municipal de Zortéa, doravante denominada de Prefeitura-Concedente, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.387/0001-08, sita a Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, no Bairro Centro, na cidade de Zortéa - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu titular o Sr. Paulo José Francescki, Prefeito Municipal, portador de CPF nº 461.650.109-20 e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capinzal - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.826.370/0001-00, sita a Rua Agenor Trancoso, nº 378, na cidade de Capinzal - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu titular o Sr. Alexandre Antônio Barato, Presidente da Entidade, inscrita no CPF sob o nº 924.441.489-91, doravante denominada de Entidade/Conveniente resolvem firmar o presente Convênio, conforme Lei Municipal nº 0514/2015 de 08 de abril de 2015 e mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Convênio tem por objetivo a repasse financeiro no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) para custeio de despesas em atendimento de pessoas excepcionais do Município de Zortéa, bem como ampliações e melhorias na sua estrutura física, efetuados pela Conveniente supra citada.

Cláusula Segunda - Da Dotação Orçamentária:

As despesas deste repasse será suportada pela dotação orçamentária do orçamento vigente da Prefeitura Municipal:
Projeto/Atividade 2019 - Apoio ao Ensino Especial
3.3.50.00.00 - Transferência a Entidades/Instituições sem Fins Lucrativos

Cláusula Terceira - Das Obrigações da Prefeitura/Concedente:

Para a realização dos atendimentos relacionados no objeto a Prefeitura/Concedente, de forma participativa repassará o valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), sendo que o valor repassado deverá ser depositado no Banco do Brasil S/A, na Agência de Capinzal - SC, Agência 0644-0, Conta Corrente nº 3661-7.

Cláusula Quarta - Das Obrigações da Entidade/Conveniente:**São Obrigações da Entidade/Conveniente:**

1 - Utilizar o valor repassado pelo Município/Concedente no presente objeto do presente Convênio, estabelecido na cláusula primeira.

Cláusula Quinta - Do Prazo de Vigência:

O prazo de vigência do presente Convênio é de 08 de abril 2015 até 31 de dezembro de 2016, devendo no exercício de 2015, editar termo aditivo para o exercício de 2016.

Clausula Sexta - Da Prestação de Contas:

A Entidade/Conveniente prestará contas dos recursos repassados no prazo de 60 (Sessenta) dias a partir do recebimento dos recursos.

Cláusula Sétima - Da Rescisão:

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, se ocorrer inadimplemento de qualquer uma das suas cláusulas ou condições, pelas superveniências legais que tornem material, financeira e inexecutável, ou por mútuo consenso.

Cláusula Oitava - Do Foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos - SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Zortéa - SC, 08 de abril de 2015.

Prefeitura de Zortéa
Paulo José Francescki
Prefeito

Assoc. Pais Amigos Excepcionais Capinzal-APAE
Alexandre Antonio Barato
Presidente

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Visto Jurídico:

Em: ____/____/2015

Consórcios

AGIR

ATA Nº 024 DE 23.03.2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

ATA Nº 024/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1696, página 491, de 05.03.2015, às 14 horas, reuniu-se na sala de reuniões da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros Titulares: Anísio Fantini, José Carlos Spengler, Gustavo D. Zettermann, Heverson Thrun, Maria de Fátima Martins, Ricardo Alexandre da Silva, Sandra A. A. Oliveira, Sandro Lourival Cardoso e Valdete Korz Marques; e do Conselheiro Suplente: Guilherme Schmidt Pimentel; do Dr. Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR, senhor Ricardo Hübner - Diretor Técnico da AGIR, senhor Luciano Gabriel Henning - Assessor Jurídico da AGIR, senhora Ana Claudia Hafemann - Agente Administrativo da AGIR, senhor Caio Barbosa de Carulice - Agente Administrativo Técnico da AGIR, senhor André Domingos Goetzinger - Agente Administrativo e do senhor Vitor Zanella Junior - Ouvidor da AGIR. Os trabalhos da Reunião Extraordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pela Presidente, a senhora Maria de Fátima Martins que cumprimentou a todos os presentes e, com a concordância de todos nomeou a senhora Ana Claudia Hafemann para secretariar os trabalhos. Em seguida foi apresentada a Ordem do Dia, qual seja: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior; 2 - Relatório Ouvidoria; 3 - Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos; 4 - Aprovação de conselheiros suplentes indicados do Comitê de Regulação da AGIR; 5 - Proposta de Resolução Normativa nº 007/2015: disciplina o procedimento administrativo para o reajuste e revisão de tarifas nos serviços públicos de saneamento básico nos municípios regulados pela AGIR; 6 - Proposta de Instrução Normativa nº 001/2015: padronização dos serviços de pavimentação e repavimentação do entorno de poços de visita e terminal de limpeza das redes coletoras de esgoto sanitário e outros serviços públicos existentes nos logradouros públicos; 7 - Assuntos gerais. Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior (item 1), a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins observou que a referida ata foi encaminhada através de e-mail aos conselheiros em 23.02.2015 e em razão de não ter havido manifestação acerca do relatado, considerou-se a mesma aprovada. Prosseguindo ao item 2 - Relatório Ouvidoria, a senhora Maria de Fátima Martins passou a palavra ao senhor Vitor Zanella Junior, o qual apresentou um relatório pormenorizado acerca das reclamações recebidas no sistema de Ouvidoria desta Agência, bem como a situação dos Procedimentos de Ouvidoria em andamento, iniciando com o Procedimento de Ouvidoria nº 020/2014 (Reclamação Devolução de Valores de Faturas Cobradas como 2R); nº 021/2014 (Reclamação Valores de TCL que Julga Exagerados); nº 023/2014 (Reclamação do mau cheiro da rede de esgoto na Rua Hans Lorenz, bairro Itoupava Seca); nº 001/2015 (Reclamação de frequente entupimento da rede de esgoto - Rua Poeta Pablo Neruda, bairro Fidelis); nº 002/2015 (Solicitação de reparos em calçada na Rua Victor Konder); nº 003/2015 (Solicitação de recomposição de pavimentos na Rua Minas Gerais); nº 014/2014 (Reclamação Usuária Tânia Mara Philips); nº

016/2014 (Reclamação quanto a base de cálculo da TLC e reclassificação para quatro economias realizada pelo SAMAE). Em continuidade, o senhor Vitor Zanella Junior ainda comentou acerca do site do SAMAE de Blumenau, onde muitos usuários relatavam dificuldade na emissão de segundas vias de faturas. Observou que após modificações no site, o acesso tornou-se mais fácil. Igualmente, também comentou sobre o projeto de Ouvidoria Itinerante da AGIR. Destacou que o projeto tem como objetivo aproximar a Agência dos usuários, além do registro de reclamações e divulgação do trabalho realizado pela AGIR e que o cidadão saiba a quem procurar no caso de quaisquer reclamações referentes ao saneamento. No próximo item, número 3 - Relatório de Procedimentos Administrativos e Técnicos, a Diretora Administrativa, senhora Vanessa Fernanda Schmitt fez a apresentação da situação dos Procedimentos Administrativos em andamento, iniciando com o Procedimento Administrativo nº 001/2015 (Reajuste Tarifário aos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares no município de Brusque/SC, prestados pela concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda); nº 002/2015 (Acompanhamento das desapropriações das áreas de passagem das tubulações necessárias ao sistema de esgotamento sanitário, as quais competem ao Poder Concedente, conforme item 25.1, alínea 6; item 26.2, alínea 22 e cláusula 34 do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço Público de Esgotamento Sanitário no município de Blumenau/SC); nº 003/2015 (Apreciação do relatório de atividades compreendendo o período de agosto de 2013 a outubro de 2014, desenvolvido pela Concessionária Foz de Blumenau S.A. (Odebrecht Ambiental)); nº 004/2015 (Revisão tarifária dos serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE), no qual foi pleiteado pela Autarquia o percentual de 8,90% (oito vírgula noventa por cento) e encontra-se em análise pela equipe econômico-financeira da AGIR; nº 005/2015 (Revisão tarifária dos serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE), onde foi pleiteado pela Autarquia o percentual de 11,04% (onze vírgula zero quatro por cento) e encontra-se em análise pela equipe econômico-financeira da AGIR. Na sequência, o Diretor Técnico da AGIR, senhor Ricardo Hübner, também relatou brevemente sobre os Procedimentos Administrativos Técnicos, em trâmite na AGIR, iniciando com o Procedimento Administrativo Técnico nº 001/2013 (Apurar irregularidades no fornecimento de água no Município de Botuverá); nº 001/2014 (Apuração de irregularidades no Aterro Sanitário de Timbó/SC); 009/2014 (Captação de Água Bruta ETA II SAMAE de Blumenau/SC); nº 003/2014 (Desabastecimento de Água CASAN Guabiruba). O senhor Heinrich Luiz Pasold informou ter participado de reunião com o Presidente da CASAN, o senhor Valter Gallina, o Prefeito do Município de Guabiruba, o senhor Matias Kohler e o Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Guabiruba, o senhor Felipe Eilert na sede da CASAN Florianópolis no dia 09 de março de 2015. Na ocasião, entre as cobranças e considerando o atraso na apresentação do estudo técnico referente a melhorias necessárias no sistema, discutiu-se a respeito do prazo final para a conclusão do Estudo Técnico a ser apresentado pela Companhia; nº 008/2014 (Acompanhamento do Sistema de Esgotamento Sanitário de Indaial). Na sequência, o senhor Ricardo Hübner informou que estão ocorrendo a segunda etapa de fiscalizações da AGIR aos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA. Informou ainda que estão em elaboração os relatórios referentes aos municípios de Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Pomerode e Timbó. Igualmente, observou que todos os Prestadores fiscalizados na primeira etapa, tem ações a serem apuradas. Verifica-se, portanto, a importância desta segunda etapa quanto ao cumprimento das não conformidades apontadas no primeiro relatório. Prosseguindo, a Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, a senhora Maria de Fátima Martins, iniciou o item 4 da pauta, Aprovação de conselheiros suplentes indicados do Comitê de Regulação da AGIR. Observou que o Edital para Suplência do Comitê esteve aberto para indicação a três vagas para conselheiros suplentes indicados pelos usuários,

onde esteve aberto de 17/12/2014 até 10/02/2015. Complementou que foram recebidas duas indicações, o Sr. Geraldo Máximo de Oliveira (Graduado em Direito e Consultor do SENAI de Blumenau), representando o Conselho Municipal de Saneamento de Gaspar e o Sr. Günther Lothar Pertschy (Reitor da UNIFEFE), representando o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Brusque. Na sequência, a senhora Maria de Fátima Martins pôs em aprovação do Comitê os nomes indicados. Após aprovação dos nomes, realizou-se um sorteio para definição de primeiro e segundo suplente. Deste modo, definiu-se como primeiro suplente o senhor Geraldo Máximo de Oliveira e como segundo suplente o senhor Günther Lothar Pertschy, que serão convidados para respectivas posses na próxima reunião do Comitê. A senhora Maria de Fátima Martins ainda lembrou acerca da última vaga, ou seja, a de terceiro suplente indicado pelos usuários, ainda não preenchida. Para o devido preenchimento, informou da abertura de novo edital que será lançado para o provimento desta vaga. O próximo tema de pauta em discussão foi o item 5 (Proposta de Resolução Normativa nº 007/2015: disciplina o procedimento administrativo para o reajuste e revisão de tarifas nos serviços públicos de saneamento básico nos municípios regulados pela AGIR). A senhora Maria de Fátima Martins passou a palavra ao senhor Luciano Gabriel Henning que apresentou a presente Proposta de Resolução Normativa que tem como objetivo disciplinar o procedimento que a AGIR considera por Reajuste e Revisão. A fim de estabelecer os parâmetros referentes aos pleitos de Revisões e Reajustes Tarifários, que incluam os prazos, documentos e dados necessários para a análise. A referida Resolução Normativa define prazos para análise dos requerimentos, analisando-se custos e despesas, investimentos realizados e não realizados, entre outros. Igualmente, a AGIR busca estabelecer um encaminhamento anual da documentação. Prosseguindo, a Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, a senhora Maria de Fátima Martins, iniciou o item 6 da pauta (Proposta de Instrução Normativa nº 001/2015: padronização dos serviços de pavimentação e repavimentação do entorno de poços de visita e terminal de limpeza das redes coletoras de esgoto sanitário e outros serviços públicos existentes nos logradouros públicos). A senhora Maria de Fátima Martins passou a palavra ao senhor Luciano Gabriel Henning que apresentou a presente Proposta de Instrução Normativa. Este, destacou que a referida proposta originou-se de um Procedimento Administrativo instaurado pela AGIR. Ilustrou que, naquele caso, quando foram realizados os trabalhos de repavimentação asfáltica de algumas vias do município de Blumenau, o Poder Público não se atentou aos Poços de Visita (tampões) instalados nas vias pela concessionária Odebrecht Ambiental, cobrindo-os com o asfalto e tornando estes inutilizáveis pela concessionária em caso de manutenções naqueles locais. Diante disto, a fim de evitarem-se novas situações, propõe-se no sentido de orientação por parte da AGIR, a proposta da presente Instrução Normativa. A senhora Sandra A. A. Oliveira sugeriu também que a Instrução seja ampliada para demais serviços públicos, como sugestão, água e esgotamento sanitário. Na sequência, o senhor Guilherme Schmidt Pimentel sugeriu não utilizar-se apenas da nomenclatura "TIL", por ser um uso local na região de Blumenau. A senhora Maria de Fátima Martins pondera que a natureza da proposta é ser instrutiva. Igualmente, o senhor Ricardo Hübner complementa informando que o município deverá atentar-se em seus editais de repavimentação asfáltica, evitando-se problemas futuros. Na sequência, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt solicita aos Conselheiros que demais comentários e sugestões para as propostas apresentadas (itens 5 e 6 da pauta) sejam encaminhados por e-mail por estes à AGIR até o prazo de 13 de abril de 2015, sendo submetido a aprovação na próxima reunião deste Comitê de Regulação. Em assuntos gerais (item 7), a Diretora Administrativa da AGIR, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, informou a todos os Conselheiros que o Jeton, valor devido à contribuição de Conselheiro Titular e relativo à Reunião em que ocorra o comparecimento do Conselheiro, foi reajustado em 8,18% (oito vírgula dezoito por cento) a partir de março

de 2015. Sendo deste percentual, 7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento) a título de reajuste e correspondente a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março de 2014 a fevereiro de 2015, mais o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a título de revisão. Assim, o Jeton que atualmente é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) passará a ser de R\$ 270,45 (duzentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos) por comparecimento em cada reunião, conforme aprovado em Assembleia Geral da AGIR. Em continuidade, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt lembrou os presentes acerca da realização do 1º Workshop AGIR: Perdas de Água e Experiências Exitosas em Saneamento. Informou também que o tema de Perdas de Água foi um dos assuntos solicitados pelos municípios e prestadores em uma pesquisa realizada pela AGIR, na qual demandaram os temas de maior interesse quanto ao saneamento básico. Na continuidade, a Diretora Administrativa ainda convidou os presentes ao Simpósio do Reciclação, evento da área do Saneamento Básico que fará parte da Feira Reciclação e ocorrerá na Vila Germânica, município de Blumenau, na qual a AGIR estará presente com estande promovendo a Agência e as ações realizadas. Na sequência, informou que a reunião do dia 30 de março de 2015 foi cancelada em razão do Workshop e mantém-se a reunião ordinária do dia 27 de abril de 2015. Observou ainda que, se houver necessidade de reunião extraordinária antes desta data, a mesma será convocada conforme os trâmites do Regimento Interno da AGIR. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente do Comitê de Regulação, a senhora Maria de Fátima Martins agradeceu a presença de todos os Conselheiros e demais presentes e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Ana Claudia Hafemann, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Presidente do Comitê de Regulação

ANA CLAUDIA HAFEMANN
Agente Administrativa da AGIR e Secretária "ad hoc"

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 010/2015

DELIBERAÇÃO n. 010/2015

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e dos preços dos serviços públicos complementares prestados pelo SAMAE de São Bento do Sul.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação do Presidente do SAMAE de São Bento do Sul, autarquia responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município, recebido em 28 de abril de 2015, na qual a autarquia requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e considerando os pareceres técnicos, apresentados em anexo, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizada a Autarquia SAMAE de São Bento do Sul, a promover o reajuste de 8,37%, sobre o Plano Tarifário atual, de forma linear em cada faixa de consumo, tendo como base os índices oficiais de inflação, do período, e a estrutura de custos da autarquia;

2. Fica também autorizado a alteração e reajuste da Tabela de Serviços Complementares;
3. Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados a partir desta data e da efetiva publicação e divulgação aos usuários pelo SAMAE, em jornal de veiculação no município e no site da Autarquia;
4. Solicita-se que sejam encaminhados a esta agência, num máximo de 30 dias após publicação: cópia do jornal onde foi feita a publicação e cópia da nova tabela tarifária a ser aplicada, além de cópia de uma fatura emitida.

Florianópolis, 30 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 280 - PGT -PALMA SOLA

Extrato de Contrato nº 280/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Palma Sola

CONTRATANTE: Município de Palma Sola

CNPJ: 83.028.639/0001-02

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 410,00 (Quatrocentos e Dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE RETIFICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0002-2015 - PNEUS E CORRELATOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL Nº 0002/2015-CIMCATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0027/2015

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, no Município de

Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Diretor Executivo, Sr. ELÓI RÖNNAU, no uso de suas atribuições, torna público a retificação do Edital nº 0002/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo nº 0027/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, de 31 de março de 2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, DOM/SC - Edição Nº 1714, em 31 de março de 2015, item 3.1, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

[...]

3.1 - A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 13/04/2015 e serão recebidas até 04/05/2015 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

[...]

Fraiburgo(SC), 04 de maio de 2015.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

CIMVI

3º ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIMVI

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando consolidar as novas alterações ocorridas no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES:

O Contrato de Consórcio Público firmado em 17/12/2007 e aditado em 28/09/2012 e 01/08/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DAS FINALIDADES

2.1 -

.....

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

.....

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBSCRIÇÃO

4.1 -

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 88, de 06/09/2007, nº 123, de 16/04/2012, e

nº 143, de 22/09/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 71, de 17/10/2007, nº 129, de 21/05/2012, e nº 153, de 18/09/2014;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 56, de 26/09/2007, nº 93, de 04/04/2012, e nº 111, de 14/08/2014;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 64, de 27/09/2007, nº 106, de 27/03/2012, e nº 123, de 21/08/2014;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Municipais nº 3.625, de 19/10/2007, nº 4.624, de 24/04/2012, e nº 5.006, de 01/07/2014;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 139, de 26/09/2007, nº 234, de 06/04/2012, e nº 265, de 30/07/2014;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 133, de 04/09/2007, nº 213, de 27/03/2012, e nº 250, de 09/07/2014;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 14, de 11/09/2007, nº 36, de 17/04/2012, e nº 51, de 24/02/2015;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 340, de 07/12/2007, nº 418, de 13/07/2012, e nº 451, de 12/09/2014;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 11, de 01.04.2013, e nº 17, de 05/12/2014;

XI - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.145, de 14.10.2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17.07.2013, e nº 59, de 15/04/2015; e

XII - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, conforme Leis Complementares Municipais nº 1.393, de 12.06.2013, e nº 1.486, de 27/11/2014.

4.2 -
.....

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS HUMANOS

.....

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanente no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

13.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

13.2.4.3 - Na hipótese do item 13.2.4 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

.....

13.7.2 -
.....

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

13.7.2.1 - (revogado)

13.7.2.2 - (revogado)

13.7.2.3 - (revogado)

13.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.5 - Os adiantamentos de viagem serão requerido em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

.....

13.8 -
.....

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:

b) REQUISITO/FORMAÇÃO:

VIII -

.....

IX - (revogado)

X - (revogado)

13.9 -

.....

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

.....

16.2 -

.....

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

.....

ANEXO 1 - dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
....
....	Gestor de Serviços	R\$ 6.000,00

ANEXO 2 - dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
....
....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental
....	Médico Veterinário

..... "

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original, com as alterações de que tratam o Primeiro Termo Aditivo, firmado em 28 de Setembro de 2012, e o Segundo Termo Aditivo, firmado em 01 de Agosto de 2014, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos de Lei.

Timbó, SC, em 27 de Abril de 2015.

Sergio Almir dos Santos Prefeito de Indaial	Nicanor Morro Prefeito de Apiúna
Moacir Polidoro Prefeito de Acurra	Jean Michel Grundmann Prefeito de Benedito Novo
José Luiz Colombi Prefeito de Botuverá	Hartwig Persuhn Prefeito de Doutor Pedrinho

Pedro Celso Zuchi Prefeito de Gaspar	Matias Kohler Prefeito de Guabiruba
-----------------------------------------	----------------------------------------

Rolf Nicolodelli Prefeito de Pomerode	Fernando Tomaselli Prefeito de Rio dos Cedros
------------------------------------------	--------------------------------------------------

Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio	Laércio Demerval Schuster Junior Prefeito de Timbó
-------------------------------------------	-------------------------------------------------------

Testemunhas:

Luiz Cláudio Kades	Valter Conrado de Araújo
OAB/SC 17.692	CPF nº 379.549.389-72
Assessor Jurídico - AMMVI/CIMVI	Diretor Executivo do CIMVI

CIS/AMURES**OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO EMPREGO PÚBLICO MARIA ZILDA C. CAMPOS**

Of. Nº 078/2015

Lages, 30 de Abril de 2015.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar de Serviços Gerais, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 2º (segundo) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 11 de Maio de 2015, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Edelvano Topanoti, no seguinte endereço: Rua João de Castro, 367 - Centro - CEP 88.501-160, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
MARIA ZILDA CORREA DE CAMPOS
Rua Olintho D'Avilla Mesquita
Bairro Santa Catarina, n. 30
CEP 88.513-465
Lages - SC

ANEXO I**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:**

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão

ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

- 1)- Carteira de trabalho.
 - 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
 - 3)- Certificado de reservista.
 - 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
 - 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
 - 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
 - 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
 - 8)- Comprovante de endereço.
 - 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)
 - 10)- Registro no conselho de classe competente.
 - 11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.
 - 12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.
 - 13)- 2 (duas) fotos 3X4.
 - 14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na⁺; K⁺; citologia oncológica (para mulheres).
 - 15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.
 - 16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.
 - 17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica - declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.
 - 18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
- OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.
- Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

CVC**ATESTADO DE APROVAÇÃO 002/2015****ANEXO IV - ATESTADO DE APROVAÇÃO**

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 001/2015
PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, em epígrafe, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
PN 0077	PNEU 185/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	P7 AS
PN 0091	PNEU 215/65R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 98 ÍNDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION VERDE AS

Coronel Freitas - SC, 30 de abril de 2015.

Responsável pela aprovação